A blurred photograph of a large crowd of people crossing a street at a crosswalk, with white stripes on the asphalt. The image is used as a background for the top half of the cover.

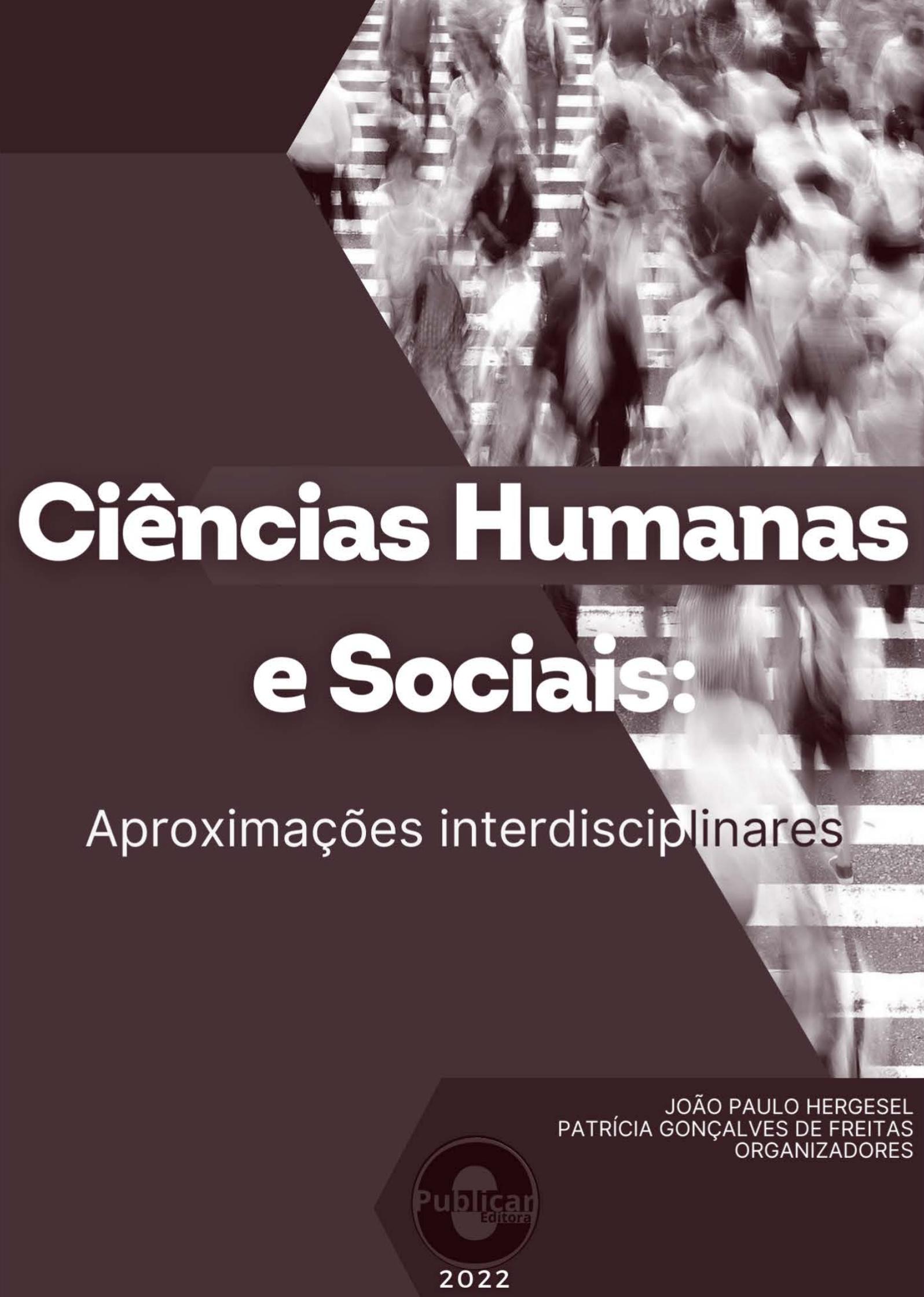
Ciências Humanas e Sociais:

Aproximações interdisciplinares

JOÃO PAULO HERGESEL
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022



Ciências Humanas e Sociais:

Aproximações interdisciplinares

JOÃO PAULO HERGESEL
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar
pelos autores

Editora Chefe
Patrícia Gonçalves de Freitas
Editor
Roger Goulart Mello
Diagramação
Roger Goulart Mello
Projeto gráfico e Edição de Arte
Patrícia Gonçalves de Freitas
Revisão
Os autores

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: APROXIMAÇÕES INTERDISCIPLINARES, VOLUME 1.

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro



2022

Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências humanas e sociais [livro eletrônico] : aproximações interdisciplinares: volume 1 / Organizadores João Paulo Hergesel, Patrícia Gonçalves de Freitas. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-006-1

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I. Hergesel, João Paulo. II. Freitas, Patrícia Gonçalves de.

CDD 300.7

Elaborado por Ana Carolina Silva de Souza Jorge – CRB6/2610

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro – RJ – Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br



2022

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar vem apresentar a obra intitulada “Ciências Humanas e Sociais: Aproximações interdisciplinares, volume 1”. Neste livro, engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 12

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS DANOS BIOPSIKOSSOCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19..... 12

DOI 10.47402/ed.ep.c20222010161

**Maria Cleonice Borges Sales
Andreane Moreira**

CAPÍTULO 2..... 30

E AGORA, COMO EU POSSO TE ESQUECER? DIEGESE PANDÊMICA DE MALHAÇÃO É MARCO NA TELEDRAMATURGIA..... 30

Aurora Almeida de Miranda Leão

CAPÍTULO 3..... 47

A VIOLENCIA CONTRA CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO CONTEXTO HISTORICO: O COMBATE A VIOLENCIA DOMESTICA NO SECULO XXI 47

Carlos Clovis Gomes Neto

CAPÍTULO 4..... 61

A COBERTURA NOTICIOSA DOS FATOS POLÍTICOS: NOTAS DE PESQUISA PARA UMA HERMENÊUTICA DO JORNALISMO TELEVISIVO..... 61

Dannyel Brunno Herculano Rezende

CAPÍTULO 5..... 78

A COVID NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA NAS REGIÕES BRASILEIRAS..... 78

DOI: 10.47402/ed.ep.c2022181205061

Janieri Luiz da Silva

CAPÍTULO 6..... 87

UM ESTUDO INTRODUTÓRIO DE NORBERT ELIAS E SUA TEORIA..... 87

Joelma Fátima Castro

CAPÍTULO 7..... 94

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TRADICIONAL: UMA ENCRUZILHADA COGNITIVA? 94

Juliano Strachulski

CAPÍTULO 8..... 109
A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NA DIÁSPORA: PARADIGMAS EM SAÚDE
E APONTAMENTOS DECOLONIAIS..... 109

Karla de Paula Carvalho
Cássia Beatriz Batista
Isabela Saraiva de Queiroz

CAPÍTULO 9..... 124
A TÉCNICA E OS OBJETOS PARA O ENTENDIMENTO DA URBANIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO..... 124

Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Celso Donizete Locatel Belarmino
Mariano Neto
Letícia Luana Dionísio da Silva

CAPÍTULO 10..... 136
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS 136

Susana Da Costa Mota
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad

CAPÍTULO 11..... 152
ANTROPOLOGIA, RELATIVISMO E COMPARATIVISMO 152

Nildo Viana

CAPÍTULO 12..... 166
INTERAÇÃO HOMEM-MÁQUINA E AS FORMAS DE COMUNICAÇÃO HUMANA
..... 166

Lucas Rocha Fernandes Sávio
Santos Fontana Arthur da
Mata Figueiredo Pedro de
Souza Mattioli Priscilla
Chantal Duarte Silva

CAPÍTULO 13..... 180
SAÚDE MENTAL E DESAFIOS PROFISSIONAIS NA SOCIEDADE MODERNA E
PANDÊMICA..... 180

Reinaldo da Silva Souza

CAPÍTULO 14..... 192
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE A RELAÇÃO DE POBREZA
E DROGAS 192

Stela Silva Carvalho
Pâmela Krishna Michels
Domyrique Roberta de Oliveira Esposito
Orlando Lira de Carvalho

CAPÍTULO 15.....	208
CIBORGUE NÃO VAI AO DIVÃ.....	208
	Vanderson Ronaldo Teixeira Patrícia Maria Weffort
CAPÍTULO 16.....	219
EDUCAÇÃO NO AMBIENTE PRISIONAL: UTOPIA FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS	219
	Larissa Alana Novaes Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
CAPÍTULO 17.....	229
DEMASIADAMENTE HUMANO: REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS E DO ARGUMENTO DE AUTORIDADE CIENTÍFICA SOBRE A VERDADE	229
	Vinícius Felipe Leal Machado
CAPÍTULO 18.....	240
ADIÇÃO A JOGOS ELETRÔNICOS – REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	240
DOI: 10.47402/ed.ep.c202293718061	Natan Augusto Serra de Almeida Ana Cláudia Afonso Valladares-Torres Diane Maria Scherer Kuhn Lago Flora Elisa de Carvalho Fussi
CAPÍTULO 19.....	255
O ESPAÇO SAGRADO EM GRUPOS CRISTÃOS DOMÉSTICOS.....	255
DOI: 10.47402/ed.ep.c202293819061	Christovam Reis dos Santos Filho
CAPÍTULO 20.....	263
CORPO E ARQUITETURA NA VIDA COLONIAL BRASILEIRA: UMA INCURSÃO NA ARTE DE DEBRET	263
DOI: 10.47402/ed.ep.c202293920061	Eleusy Natália Miguel Isabella Pereira Farias
CAPÍTULO 21	282
A VISIBILIDADE DE MULHERES NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XIX	282
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294021061	Elisângela Santos de Amorim

CAPÍTULO 22.....	291
A SORORIDADE NO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM DEBATE NECESSÁRIO.....	
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294122061	Reidy Rolim de Moura Camila Sopko Gabriele Petroski Machado
CAPÍTULO 23.....	309
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR.....	
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294223061	Karen Alice Kasper Janete Stoffel
CAPÍTULO 24.....	330
COMO UMA ESCOLA PÚBLICA DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO, LIDA COM O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS.....	
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294324061	Celso Jacobavicius Jessica Correia Reis de Moraes
CAPÍTULO 25.....	342
HUMOR E REGIONALISMO: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DA PRODUÇÃO HUMORÍSTICA DO NORDESTE.....	
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294425061	José Domingos Amanda Gabriela Silva Batista
CAPÍTULO 26.....	357
RACIONALIDADE E CULTURA POLÍTICA, ESTUDO DE CASOS EM JUIZ DE FORA/MG.....	
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294526061	José Vitor Lemes Gomes
CAPÍTULO 27.....	375
REFLETINDO SOBRE AS MOTIVAÇÕES DOS ADOLESCENTES NA ESCOLHA DA PROFISSÃO: INFLUÊNCIAS DA PÓS-MODERNIDADE.....	
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294627061	Júlia de Araujo Santos
CAPÍTULO 28.....	389
PRECARIIDADE, EXAUSTÃO E ADOECIMENTO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DA INSERÇÃO ASSALARIADA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRASS NA CONTEMPORANEIDADE.....	
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294728061	Juliana Menezes Mendes Mauricio
CAPÍTULO 29.....	406
O LULISMO E OS NOVOS CONSUMIDORES BRASILEIROS.....	
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294829061	Livia Valença da Silva



CAPÍTULO 30.....	427
POLÍTICA E ESTÉTICA NO PENSAMENTO DE JACQUES RANCIÈRE	427
DOI: 10.47402/ed.ep.c202294930061	Maximiliano Gonçalves da Costa



CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS DANOS BIOPSISSOCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19

DOI 10.47402/ed.ep.c20222010161

Maria Cleonice Borges Sales
Andreane Moreira

RESUMO

O presente artigo parte da premissa da necessidade urgente de se refletir acerca dos danos causados à saúde de mulheres em situação de violência doméstica. Tendo sido essas situações agravadas na atualidade devido à pandemia do Covid19, em que o isolamento social constitui uma das estratégias de enfrentamento, visando a não proliferação do vírus. Dessa forma, a necessidade de isolamento social imposta pela situação pandêmica oportunizou o aumento do número de agressões de todos os tipos contra as mulheres em seus domicílios. Esta pesquisa tem como objetivo investigar as novas normativas legais constituídas nesse período, bem como, descrever ações que mitiguem o sofrimento de milhares de mulheres reclusas em seus domicílios. Assim, nos valem do aporte teórico de base bibliográfica, apoiada em trabalhos já publicados acerca desta temática.

PALAVRAS CHAVES: Mulher em situação de violência, Covid 19, Saúde.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios do que conhecemos como processo civilizatório, a violência doméstica tem sido uma constante e crescente realidade. Tendo sido agravada devido à nova conjuntura que o mundo tem enfrentado com a pandemia do Covid-19, fenômeno de escala global, mas que á nível de Brasil, vem propiciando o aumento de forma significativa do número de casos de violência de gênero. As manifestações dessa problemática aparecem na atualidade agudizada a partir do estabelecimento do isolamento e/ou distanciamento social, que se faz necessário nessa conjuntura, e tem sido firmemente recomendado pelos órgãos de saúde, como uma forma a diminuir a propagação do contágio pelo novo Corona Vírus.

Deste modo, no cenário atual da pandemia do Covid-19, verifica-se um aumento de casos de violência doméstica acometida por parceiro íntimo do sexo masculino, contribuindo para diversos fatores prejudiciais para a vida e saúde da mulher. A partir da leitura no site do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB (2013), os principais condicionantes existentes estão relacionados ao processo sócio histórico ora posto desde a era do Brasil Colônia. O código civil no art. 6º já trazia consigo uma visão machista e de cunho preconceituoso, o que fortalecia a desumanização e o fortalecimento da violência de gênero. Essa normativa ora em curso, agia na tentativa de invisibilizar, desvalorizar a figura do gênero feminino, impedindo-



a legalmente, balizada por processos que buscavam atestar a incapacidade da mulher de tomar certas decisões e de ter autonomia sobre sua própria vida. Neste período as mulheres eram rotuladas como “anormais”, estabelecendo dessa forma uma relação de subordinação do marido sobre a mesma. (BRASIL, 2013).

Desta forma, o gênero feminino estava quase sempre submisso à vontade do homem (nessa relação o marido), estando relegada a esta, apenas o dever do cuidado para com os seus filhos, devendo ser considerada como exemplo de moralidade diante da sociedade e da religião (dogmas da igreja católica) (BRASIL, 2020).

O processo de violência doméstica caracteriza-se a partir das condutas perpetradas pelo gênero masculino e se apresenta por um viés marcado por manifestações que incluem: agressões verbais, morais, físicas e psicológicas. Violências estas que vem se manifestando em diversas dimensões, e, portanto, costumeiramente violam direitos efetivados, acesso a condições de vida digna, desestabilizando o ordenamento das liberdades, impedindo dessa forma, o acesso à cidadania plena. (IAMAMOTO, 2015).

A presente pesquisa sob o tema violência doméstica contra a mulher acometida por cônjuge e os danos biopsicossociais em tempos da pandemia do COVID-19, apresentam como objetivo geral: identificar os condicionantes que resultam em recorrência da violência contra mulher com desdobramentos diversos na saúde da mesma. A partir da problemática pesquisada: Quais fatores estão associados ao aumento da violência doméstica acometida por parceiros do gênero masculino mesmo diante das leis e normativas legais estabelecidas? Os objetivos específicos foram definidos de forma a: Identificar os aspectos impulsionadores que culminam em violência doméstica contra mulher na atualidade; Verificar os agravantes que comprometem a saúde da mulher; Analisar de que forma se dá atuação do serviço social para afirmação e garantia dos direitos, no enfrentamento contra a violência doméstica contra mulher cometida por cônjuge do sexo masculino.

Na primeira seção, será realizado um levantamento visando compreender e analisar aspectos que dizem respeito ao processo histórico atentando para os aspectos impulsionadores que culminam com a violência doméstica no processo da relação matrimonial na atualidade.

Na segunda seção, busca-se descrever sobre quais os danos que comprometem a singularidade, subjetividade, sociabilidade e a saúde da mulher, tendo como determinante as violências sofridas, busca-se realizar uma breve explanação acerca das diretrizes que (re) afirmam os direitos efetivados das mulheres em situação de violência doméstica, regidos



através das leis e diretrizes brasileiras contidas na Constituição Federal (1988), como também, realizar análises das resoluções que especificam sobre esse público em questão.

Na terceira seção, pretende-se verificar acerca do fazer profissional do serviço social e o processo de intervenção socioassistencial junto às mulheres em situação de violência doméstica para que sejam garantidos e efetivados os direitos inerentes à cidadania, vida digna e saúde. Para uma compreensão esclarecedora, serão utilizados referenciais teóricos do serviço social que dialoguem com essa temática a exemplo de: Yamamoto (2015), Minayo (2006, 2012), Safiotte (1995), dentre outros.

O desenvolvimento dessa pesquisa deve-se ao fato da inquietação gerada por esta temática, diante do grande índice de mulheres vitimadas por seus parceiros afetivos e sexuais. Desse modo, as observações realizadas através dos meios midiáticos e sociais, operaram como mola propulsora no que tange ao despertar para a necessidade urgente acerca da necessária efetivação das políticas públicas, de modo que estas sejam eficazes e contundentes na efetivação de aparatos para mulheres em situação de violência, ao mesmo tempo em que oportunize conscientização e punição concreta aos agressores.

A contribuição desta pesquisa traz elementos importantes e embasamento teórico para a sociedade em geral e demais pesquisadores, bem como às instituições ou quaisquer outros segmentos que se interessem pelo tema ora posto. Esta objetiva ainda, agir na busca de mudança de paradigmas que corroborem para a contenção da propagação desse “vírus” chamado violência doméstica. Além de contribuir na promoção de políticas públicas urgentes e eficazes, compreendendo a necessidade de constante atualização, nesta que se trata de uma demanda cíclica e recorrente em nossa sociedade.

ABUSO DE PODER NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: BREVE HISTÓRICO

Para compreendermos a naturalidade e a propagação de constantes e cíclicos casos de violência doméstica, é preciso conhecer suas origens patriarcais e o processo de desigualdade pré-existente em relação à desigualdade de gênero. Na era Brasil colônia já era explícita a violência de gênero, período em que tal violência não era percebida como crime e sim como processo legal constituído e legitimado a partir da legislação portuguesa, que delegava ao pai ou esposo (quando a mulher fosse casada) poder sobre filhos e esposa, cerceando seu direito de autonomia. (ILB, 2013).

A lei regente da época ainda não manifestava os princípios democráticos, inferiorizava e invisibilizava o poder de fala da mulher, justificado pelo código civil no art. 6º, de modo



que a violência perpetrada pelos corresponsáveis (pai e/ou marido) contra a mulher naquela época era justificada como crime de honra. Cabia à mulher a submissão irrestrita aos homens sob seu convívio, caso não se submetesse a vontade e interesse do marido, era comumente violentada em sua singularidade e validada pelos direitos existentes e convenientes com o patriarcado. Tanto que, se a mulher cometesse adultério, o marido poderia “honrosamente” ceifar a vida de sua esposa, e o mesmo não sofria punição, pois se tratava de crime de honra. (ILB, 2013).

Diante das desiguais realidades existentes, e a perpetração e naturalização da violência cometida por parceiro íntimo do sexo masculino, a sociedade habituou-se ao estado relegado às mulheres de objetificação, em que, validadas por práticas culturalmente aceitas, as mulheres, de modo geral eram tratadas como meras propriedades particulares de seus respectivos pais e posteriormente companheiros.

Na busca por cidadania, e em prol de igualdade de direitos, em meados do século XIX as mulheres brasileiras uniram-se, em movimentos sociais denominados como Luta dos Movimentos Feministas. Dessa forma, rompe-se com as barreiras do silêncio indo além dos muros que as aprisionavam, na busca pela construção da identidade, direito igualitários, autonomia sobre suas decisões e contra a dominação masculina (que vinham se perpetuando e se naturalizando ao longo dos tempos), para mudar o protagonismo existente da opressão, dos abusos e dos controles. (ROCHA, 2018).

Importante destacar que esse foi, e tem sido ainda na atualidade, um longo caminho em busca de emancipação política e libertação das algemas que a prendiam ao sistema patriarcal. No início do século XX, um dos maiores ganhos empreendidos pelo Movimento feminista consistiu no direito ao voto, liderado pelas sufragistas.

Em agosto de 1962, ocorre um avanço considerável no que tange ao direito das mulheres. A Lei nº 4.12, denominada Estatuto da Mulher Casada, que trouxe importantes contribuições para a emancipação da mulher, movimento esse que oportunizou o início da liberação patriarcal que impedia que as mulheres, especialmente as casadas, exercessem papéis na política, economia e sociedade. Dessa forma, em 1980, no Brasil os direitos da mulher avançaram de forma significativa ao entrar em vigor o mecanismo voltado no combate à violência doméstica com o Conselho Nacional do Direito da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). (ILB, 2013).



Essas lutas abriram um leque de possibilidades que são fundamentais no processo de cidadania da mulher brasileira. Desse modo, podemos citar algumas dessas conquistas a exemplo da criação da primeira casa de apoio às mulheres violentadas denominada “CASA ABRIGO” no ano de 1986.

Com o direito constitucionalmente estabelecido, há um marco em relação à dignidade ao ser social, na medida em que não existe distinção para a garantia do direito humano. A partir do estabelecimento da constituição brasileira, o Estado tem viabilizado a garantia do direito a pessoa humana, com as diretrizes da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que avança de forma universal aos direitos humanos, no que tange ao art. 5º. Que explicita: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL, 2016, p.9).

A legislação em vigor assegura aos integrantes familiares a criação de mecanismos para coibir a propagação da violência nas relações intrafamiliares. Assim, no que tange a concepção da Declaração dos Direitos Humanos, a Lei 11.340/16, Lei Maria da Penha, atua na assistência, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, criada em 2003, tendo sua atuação ampliada pelas redes de enfrentamento e das redes de atendimento às mulheres em situação de violência, estando garantidas a estas além dos abrigos e DEAM’s, as Promotorias, Defensorias, Centros de Referência, Juizados especializados e a Central de Atendimento à Mulher através do disk 180.

Destarte, as medidas de prevenção e de combate à violência de gênero através das medidas protetivas legais, além de configurar instrumento importante de proteção à mulher em situação de violência, marca ainda um contínuo de luta em que é possível e se faz necessário o engajamento de toda a sociedade.

O artigo 5º da Lei 11.340/2003 relata que as ações de gênero em que resultem em fatores de agravos morais, transtornos psicológico, patrimonial e/ou de natureza física por agressão e/ou verbal, lesões de natureza leve, grave ou a fatalidade do óbito é considerado violência doméstica, e como tal deve ser combatido e denunciado. (BRASIL, 2019).

Dessa forma, a violência de gênero cotidianamente vivida por mulheres e cometida por parceiros do sexo masculino no âmbito das relações domésticas, está diretamente vinculado ao sistema patriarcal historicamente praticado e naturalizado na sociedade brasileira, e que aparece nas marcas violentas das relações constituídas tendo como base o



machismo, sexismo e a misoginia, que refletem as relações desiguais de poder, tornando-se um problema grave de saúde pública. Vale salientar, que a violência não está relacionada apenas as agressões físicas, mais as de ordem psicológicas, patrimoniais, morais e sexuais.

Entretanto um copilado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem apresentado, a desrespeito de todas as normativas legais instituídas, apresentando um crescente número de mulheres em situação de violência doméstica no contexto familiar no período proposto de isolamento social em decorrência da pandemia do Covid-19 (BRASIL, 2020).

Ocorre que, mulheres em situação de violência doméstica, no período de isolamento/distanciamento social têm sido obrigadas pela situação pandêmica, a estarem mais próximas de seus agressores. Elementos como a questão do desemprego superdimensionado nesta conjuntura, também se constitui um ponto de estresse, ocasionando ainda mais, o aumento da vulnerabilidade social, que tem oportunizado a ocorrência do uso e abuso de álcool e outras drogas, que por sua vez, servem como estopim para episódios variados de violência. Infelizmente, dentro do ambiente de convívio em comum, que deveria ser refúgio, acolhimento, promoção de paz e tranquilidade, tem se tornado lugar de tensão, insegurança e medo, no qual mulheres têm vivido violências e privações.

No contexto prolongado que se prevê para a pandemia de *Covid-19*, os obstáculos serão maiores. Comparados com 2019, em 2020 os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril, cresceram 37,6% as chamadas para o nº 190 para situações de violência doméstica em abril, período em que todos os estados já adotavam medidas de isolamento social; por outro lado houve a redução de 28,2% dos registros de estupro e estupro de vulnerável, dado preocupante, pois as vítimas podem não estar conseguindo chegar até a polícia para denunciar a violência (CAMPOS, TCHALEKIAN e PAIVA, 2020 apud FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Com as medidas de isolamento social e diminuições dos serviços presenciais no apoio ao combate à violência doméstica, as mulheres vitimadas, em um primeiro momento, tiveram dificuldade em localizar os novos dispositivos de denúncia. Isto se deve ao fato da falta de oportunidade de acessar tais serviços, pela necessidade do processo de adaptação e formulação das novas modalidades que pudessem ser acionadas via web.

Por estarem socialmente distanciadas de sua família, amigos, trabalho e por estarem em processo de isolamento social juntamente com seu agressor, estas mulheres se tornaram, durante esse primeiro momento estabelecido de distanciamento social vítimas em potencial.

Diante das reais e urgentes necessidades conforme sinaliza a vulnerabilidade da mulher em isolamento social neste período, o Ministério da Saúde tem desenvolvido medidas urgentes para atender mulheres em situação de violência, além do disque 180, o supracitado



criou e intensificou através de plataformas online e digitais os atendimentos e enfrentamentos contra a violência doméstica. Dialogando nesse viés, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação do Magistrado Brasileiro, lançaram uma estratégia, através da campanha silenciosa do “sinal vermelho”, possibilitando mulheres em situação de violência manifestar através de um (x vermelho) na palma da mão como pedido de socorro. (BRASIL, 2020).

Depois de implementada essa estratégia de denúncia, verificou-se, o aumento dos registros dos Boletins de Ocorrência. Todavia mesmo com esse indicativo que denuncia os casos de violência praticados, verifica-se o aumento expressivo de feminicídios, tendo sido realizadas e divulgadas pesquisas que dão conta de que o confinamento, recomendado pelos órgãos competentes, tem contribuído para conter a propagação do vírus, entretanto contribuído ainda que indiretamente, para o aumento constante da violência. (CAMPOS, TCHALEKIAN e PAIVA, 2020).

O ciclo da violência apresenta-se em três dimensões; tensões desacerbadas, (insultos, tensões, humilhações, irritabilidade, intolerância); reincidências de agressões (falta de controle, violência verbal, patrimonial, psicológica e física) e a lua de mel (pedido de perdão, demonstração de arrependimento, declaração com flores, presentes), deixa a relação instável em curto período e reincide o processo constantemente (BRASIL, 2002).

A violência contra a mulher é, portanto, uma expressão da violência de gênero, perpetrada significativamente no ambiente doméstico pelo parceiro íntimo, nomeada como violência doméstica (VD) ou violência doméstica contra a mulher (VDM). As consequências dessa violência são observadas no plano individual, familiar e coletivo (CAMPOS, TCHALEKIAN e PAIVA, 2020, p. 3 apud. OMS, 2010).

O poder com o uso da força ou da violência simbólica, perpetrado pelo parceiro íntimo, tem ocasionando nas mulheres em situação de violência doméstica alguns aspectos e diferentes reações em sua vida cotidiana, apresentando transtornos diversos, tais como: baixa autoestima, excesso ou falta de apetite, alterações no sono, ansiedades, dores de cabeça, alteração no humor, respiração alterada, dentre outros, tornando-se um grave problema de saúde pública e social, que afeta não só a mulher que sofre a violência, mas também seus familiares. (BRASIL, 2019).

Nesse viés, diante dos impactos negativos sofridos pelas mulheres, o Ministério da Saúde (2002), reafirma a violência como um caso de saúde pública. Alguns sintomas biopsicossociais elevam e/ou ocasionam estresses pós-traumáticos tais como: síndrome do pânico, pensamentos e/ou tentativa de suicídio, transtorno alimentares, comportamentais, dentre outros.



Desse modo, se faz necessário refletir acerca da situação atual no intuito de contribuir para a diminuição de episódios de violência contra a mulher, acentuado na contemporaneidade por um cenário de vulnerabilidade acentuado devido à pandemia estabelecida.

CONTEXTO PANDÊMICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: IMPACTOS BIOPSIKOSSOCIAIS

Diante do cenário vivenciado a nível mundial ocasionado pela pandemia do COVID19, e a necessidade de se seguir as recomendações acerca das medidas restritivas de isolamento social como medidas de contenção da disseminação do Novo Corona Vírus, o fator da violência doméstica tem aumentado exponencialmente e com ela os agravos à saúde das mulheres.

A violência contra a mulher que secularmente agride e viola os direitos humanos, segundo o Ministério da Saúde (2002), tornou-se um problema de saúde pública onde a vítima tem apresentado desordens variadas de saúde física e psicológica. A violência psicológica, segundo Azevedo & Guerra (2001), foi inserida como um dos pontos fundamentais da luta feminista, objetivando a obtenção da visibilidade como um dos fatores importantes para o enfrentamento às violências vividas por mulheres. Violência esta invisibilizada por não ser perceptível a olho nu, e tendo como agravante os impactos profundos que causam sequelas definitivas na vida das mulheres.

A violência traz consigo fatores individuais, sociais, culturais, relacionais dentre outros, perpassando as também as diversas modalidades. As ações violentas cometidas pelo gênero masculino acontecem em todos os âmbitos, independente de fatores como: raça, classe, religião, etnia dentre outros. Pensando conforme Safiotte: “O fenômeno desconhece qualquer fronteira: de classes sociais, de tipos de cultura, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar- no espaço público como no privado- e ser praticado em etapa da vida das mulheres”. (SAFIOTTE, 1995, p. 8).

Contudo, em sua maior totalidade, dialogam Zampar, Teixeira e Oliveira (2020), que esse fenômeno, atinge diretamente as mulheres em situação de maior vulnerabilidade social, intensificando ainda se possuir elementos de diversidade tais como: orientação sexual, mulher indígena, mulheres negras e periféricas, devido às condições em que são lançadas pela própria dinâmica da vida social contemporânea, imposta pelo modo de produção capitalista (desemprego e crise econômica).



Tais impactos multiplicados pela pandemia agridem e invisibilizam não apenas a mulher em situação de violência doméstica, reverberados através dos maus tratos, mais também aos seus familiares e outras micro relações, tornando assim um problema de saúde pública que atinge a contingentes inteiros da população, destarte, a violência cometida resulta em:

[...] afeta fortemente a saúde; 1) provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais; 2) diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades; 3) exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde; 4) coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo e 5) evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos. (MINAYO, 2006, p.45).

A Constituição cidadã em seu art. 228 afirma o comprometimento do Estado na criação de mecanismos que garantam a integridade física, moral e psicológica no seio familiar. Entende-se que por se tratar de um assunto de relevância social é imprescindível à criação e efetivação de medidas urgentes e necessárias para coibir a violência doméstica no âmbito familiar e em outros setores que abarcam a vida em sociedade. (BRASIL, 1988).

O Estado tem sancionado políticas que funcionam como vias de acesso para garantir a proteção da mulher e dessa forma, coibir a violência. A criação de políticas que assistam as mulheres, proporcionando medidas que possibilitem à mulher em situação de violência o acesso devido aos órgãos de saúde, dotados de atendimento humanizado e integral, sendo possível o acesso às redes socioassistenciais, e as redes de justiça, visando à construção da sua autonomia e afirmação de sua identidade, conforme determina as normativas legais constituídas, principalmente no que se refere ao direito à saúde em sua integralidade, que é um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 1988).

Aliando a tais avanços, o Pacto Nacional Pelo Enfrentamento a Violência contra Mulher, contribui de forma interligada nas esferas Federal, Estaduais e Municipais para o enfrentamento da violência. Nessa magnitude, em parceria com as esferas supracitadas, têm sido desenvolvidas ações que assegurem a integridade física e mental da mulher, com a criação de mecanismos para coibir e combater o machismo estrutural que tenta se naturalizar na atualidade (BRASIL.2019).

Em 2003, há um marco significativo acerca do direito às mulheres em situação de violência, com a finalidade de elaborar, concretizar medidas, estratégias, ações em políticas públicas, no intuito para dar respostas contundentes às mulheres em situação de violência doméstica. Essas normativas legais instituídas e a criação de mecanismo para subsidiar o



enfrentamento a violência intrafamiliar está balizada por redes de apoio para as mulheres em situação de violência doméstica, entre elas destacam-se:

Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de

Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros (BRASIL, 2011, p. 7,8).

Consoante ao enfrentamento a violação de direito usurpado da mulher historicamente, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres possibilita a criação da Lei 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, que apresenta essa nomenclatura como uma homenagem a uma mulher que por muito tempo esteve sob os auspícios da violência doméstica em suas mais agudas e variadas formas de expressão.

Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica, mãe de três filhos com residência fixa em Fortaleza- Ceará vivenciou vários tipos de violência doméstica. O agressor em questão, na época atual marido e pai de suas filhas, professor universitário de economia, Marcos Antônio Heredias, tentou assassiná-la com um tiro nas costas, episódio que ocasionou em paralisia em seus membros inferiores, sendo que este é apenas um dentre os vários episódios de violência deflagrados contra a mulher Maria da Penha (IMP, 2009).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e a Lei Maria da Penha dialogam entre si, tendo como principal objetivo a criação de mecanismos para coibir, punir, educar, prevenir, toda e qualquer ação dentro dos seus princípios que firmam a integridade, física, mental e corporal da mulher, possibilitando dessa forma, maior visibilidade social às situações, colaborando na desmitificação do dito popular que secularmente propaga que: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Nesse cenário, para a efetivação da referida lei foi instituído redes de apoio assistencial, a exemplo das Delegacias Especial de Atendimento a Mulher-DEAM’s, Casa Abrigos, 180, Ministério Público, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. Desse modo, esses dispositivos são fundamentais na viabilização do direito que as mulheres têm conquistado ao longo do tempo de viver sem violência, e que coadunam com os princípios contidos na atuação assertiva do assistente social nesse contexto, conforme veremos a seguir.



ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À VIABILIZAÇÃO DO DIREITO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O principal objeto de atuação do serviço social é a questão social em suas múltiplas expressões. Segundo Iamamoto (2015), e com base no projeto ético político profissional do serviço social, o Assistente Social atua sob um olhar crítico reflexivo, observando as normativas legais instituídas e valendo-se da instrumentalidade que é inerente ao seu fazer profissional. Tudo isso no intuito de atuar assertivamente na identificação das vulnerabilidades, considerando a mulher em situação de violência doméstica em seus diversos espaços de atuação, seja em meio aos familiares, os aspectos sócios históricos, políticos e econômicos. “Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente, é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos”. (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

Na sociedade contemporânea é visível a desigualdade existente desde os primórdios relacionados ao binômio homem-mulher. Historicamente, valendo-se do seu lugar de poder instituído nessa sociedade patriarcal, a maior parte dos homens continua a repercutir diuturnamente suas práticas machistas de forma muito natural, sem se importarem com a subjetividade e singularidade de sua parceira. Esse costume leva o homem à busca apenas de seus próprios ideais, reduzindo a mulher a objeto de uso. As mulheres ainda são vistas sob a ideologia construída do “sexo frágil” e, portanto inferior ao homem por possuir menos força física.

Vale ressaltar, que essa realidade pouco a pouco vem sendo mudada, mais ainda há muito a ser feito. Na busca pela desconstrução dessa cruel realidade, cabe um lugar singular do fazer profissional do serviço social, na criação de estratégias, ações, implementações de políticas públicas que venham efetivar medidas, no intuito de diminuir a violência doméstica e promover qualidade de vida às mulheres em situação de violência.

A práxis profissional do assistente social é pautada na articulação teórico-metodológica aliada ao planejamento e posterior execução das rotinas de atendimentos, construídas a partir da instrumentalidade que é inerente ao serviço social.

A atuação sócio assistencial na implantação de programas voltados para as mulheres oportuniza subsídios fundamentais de modo a estimular ou produzir novos projetos que visem à melhoria da qualidade no entendimento às mulheres em situação de violência doméstica, compreendendo o contexto existente além do aparente, e atuando de modo propositivo que



atenda às propostas contidas nas normativas legais instituídas a partir das Políticas para mulheres, gerando assim, substratos caracterizados pela humanização no atendimento, que possuam carácter preventivo, educativo, e se apresentem eficazes, conforme supracitado por Yamamoto: “Os assistentes sociais trabalham com a questão social em suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública”. (IAMAMOTO, 2015, p.28).

Dessa forma, o serviço social atuando na área de saúde, objetiva aprimorar e humanizar o atendimento, conforme a demanda apresentada, e, assim, proporcionar um atendimento específico, técnico e diferenciado em relação à problemática, com a orientação e o encaminhamento a recursos adequados e de qualidade.

Desse modo, o profissional do serviço social considera os aspectos sócio econômicos da mulher em situação de violência doméstica, bem como os fatores determinantes para a evolução e resolutividade no atendimento. À medida que a mulher em situação de violência doméstica mostra-se fragilizada devido à violência sofrida, na maioria das vezes agravada por anos a fio de sofrimento, faz-se necessário o acolhimento, a escuta qualificada, tendo espaço para que a mesma possa expressar suas angústias e anseios, esclarecer suas dúvidas e ser percebida em sua amplitude. “[...] transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade atribuindo ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudos e ação do/a assistente social.” (IAMAMOTO, 2015. p.52).

Da mesma forma, o trabalho do assistente social em sua amplitude na área do atendimento à mulher em situação de violência doméstica é composta por uma diversidade e um volume de demandas que evidenciam a necessária competência profissional para caminhar pelos espaços da intersetorialidade e da interdisciplinaridade. Reafirmando conforme Yamamoto (2015), acerca da necessidade de um profissional munido de competência crítica, investigativa, propositivo, dotado de estratégias e ações que proporcione efetivações de direitos estabelecidos.

Com as normativas legais instituídas através do código de ética do assistente social (CFESS, 2012), o profissional deve reafirmar cotidianamente o compromisso com a ética profissional contribuindo para a viabilização do direito do demandante. A atuação do serviço social não é um trabalho fácil, e sim uma atuação que demanda do profissional, competência,



atualização, estudos contínuos, senso crítico reflexivo tendo como horizonte o estabelecimento do direito humano.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTTO, 2015, p.17).

Desse modo, o (a) profissional do serviço social, colabora no intuito de propiciar a mulher em situação de violência doméstica, meios para o enfrentamento à violência que a oprime, visando alcançar o direito estabelecido constitucionalmente a uma vida digna. O serviço social, tendo a questão social como principal objeto de trabalho juntamente com seu arcabouço teórico-metodológico e com a práxis profissional, apresenta como finalidade principal a viabilização dos direitos que é sobre tudo humano. O (a) profissional do serviço social pode atuar no enfrentamento às mais diversas vulnerabilidades sociais, dentre as quais: violência doméstica, saúde, sócio jurídico, assistência social e segurança pública, dentre outros.

É necessário estabelecer um elo entre o/a assistente social, na perspectiva do olhar humanizado e do respeito à singularidade de cada mulher, fortalecendo suas potencialidades, pois a violência doméstica possui a característica de deixar marcas sociais e psicológicas tão profundas que as impedem em um primeiro momento, de abrir-se com relação à violência sofrida. Assim, cabe ao assistente social “garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais”. (CFESS, 2012, p.30).

Entende-se desta forma, a necessidade do (a) assistente social intensificar sua atuação nas redes de apoio que asseguram o direito da mulher tais como: Casas-abrigo, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs); Defensoria Pública, serviço de Saúde Especializados para Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher; Coordenadoria de Violência Contra a Mulher disque 180, dentre outros órgãos. O posicionamento e atuação efetiva do assistente social contribui para viabilizar o direito, promover a justiça, a humanização no atendimento e a democratização do acesso ao direito conquistado da mulher.

PROCESSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O caminho metodológico da pesquisa partiu a princípio de uma motivação subjetiva, por observar o crescente de aumento de vítimas de violência doméstica no período de



pandemia do novo Corona vírus, e das medidas de isolamento social estabelecidas pelas autoridades de saúde. Prossegui numa busca teórica para entender o processo histórico do problema a nível de Brasil, e adentrar na realidade existente de mulheres em situação de violência doméstica em seu domicílio no período da quarentena. Sabendo que não se tratava de novas demandas e sim de uma (re) atualização do existente, ressaltado por Minayo (2012, p.17/18), “as questões de investigação estão, portanto, relacionadas a interesse e circunstâncias socialmente condicionadas”.

Para compreender o contexto existente da realidade acima descrita, fez-se necessário uma pesquisa apurada nas fontes de dados e revisões de fontes de cunho bibliográfico, em livros, artigos científicos, revistas científicas, normativas legais, bem como resoluções recentemente atualizadas, além de posicionamentos dos teóricos que possibilitaram embasamentos críticos e reflexivos sobre o tema.

Entendendo a gravidade da propagação do vírus, e de medidas urgentes que deem conta das demandas existentes, o artigo teve como protagonista o gênero feminino em situação de violência doméstica, cometida por parceiro íntimo, no período da quarentena para contenção do Sars-CoVi-2/Covid-19.

Desta forma, entende-se que a linhagem da pesquisa não se esgota neste arquivo, trás consigo informações relevantes para embasar novas pesquisas e compreendendo a necessidade de novos levantamentos que possibilitem o enfrentamento eficaz que deem conta de se interromper o ciclo de violência contra a mulher e os diversos fatores existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nos permitiu confirmar a importância dos novos meios de comunicação para a socialização de informações que impeçam a violência contra a mulher e os fatores associados manifestados por problemas de saúde de variadas ordens. De modo que, muitas mulheres têm despertado para a condição de violência a que são submetidas cotidianamente e que em épocas passadas essa situação era naturalizada.

Percebe-se uma participação ativa nas divulgações midiáticas e em veículos específicos, no qual se faz presente a participação de diversos profissionais para a sensibilização que este assunto requer, no intuito de romper as barreiras da naturalização da violência contra a mulher. Desse modo, o(a) assistente social, aparece como um dos principais profissionais imbuídos nesta causa, além de outros profissionais que são necessários para que o atendimento



aconteça em todas as dimensões, incluindo nesse âmbito, os aspectos que envolvam a intersetorialidade e a interdisciplinaridade, colaborando com a rede de atendimento à mulher em situação de violência, como psicólogos (as), enfermeiros (as), médicos (as), advogados (as), entre outros.

A importância de amplificação dessa problemática se reporta à necessidade do debate permanente acerca das ações a serem implementadas e atualizadas no que se refere à violência contra a mulher. Assim, as ações devem ser realizadas observando os três setores em articulação: rede de atenção, prevenção e enfrentamento, de maneira a promover de fato, participação ativa da mulher de maneira ativa em seu protagonismo e liberdade das amarras de violência.

É sabido, que mulheres veem lutando diariamente para mudar essa triste realidade da violência doméstica, seja através de denúncias, protagonizando sua própria vida ou unindo-se em movimentos e outros segmentos relacionados.

Contudo, para contenção da pandemia da SARS-CoV-2/Covid-19, faz-se necessário seguir as orientações das autoridades de saúde e com isso os números de casos de mulheres em situação de violência doméstica teve um aumento expressivo e que tem impactado de forma negativa na vida e saúde psicológica da mulher em situação de violência.

Conforme acima descrito, a realidade em que se delineia o atual contexto pandêmico tem sido agravada pela exaustão, estresse, perda de emprego, insegurança quanto ao amanhã, o agravamento na saúde de maneira geral, a sobrecarga por inúmeras vulnerabilidades já existentes e pelas que vêm surgindo com o processo de quarentena, todo esse cenário tem propiciado tensão desenfreada e assim aumentado o índice de violência doméstica nos lares, fortalecendo a desigualdade de gênero, o machismo estrutural e promovendo entraves no potencial desenvolvimento da mulher em situação de violência doméstica e ocasionado problemas psicológicos, nem sempre perceptíveis.

A realidade existente, trás inúmeras facetas de violências domésticas cometidas por homens contra sua companheira, no estabelecimento do patriarcalismo, marcados pela misoginia e machismo estrutural pelo simples fato das mesmas serem do gênero feminino. Mesmo como medida adotada pelas autoridades públicas, através de campanhas nas redes midiáticas e sociais no período pandêmicos, é fato, que os meios digitais não alcançam toda a população incluindo aí substratos inteiros de mulheres em situação de violência doméstica.



Desse modo, a proposta da presente pesquisa pretendeu abordar além da contribuição do serviço social como peça importante para o atendimento às mulheres em situação de violência, discorrer sobre o critério da humanização, viabilização de direitos, elencando propostas de mudanças que reverberem em qualidade de vida à mulher vitimada.

Nesse viés, a pesquisa buscou entender o agravamento exponencial de mulheres em situação de violência doméstica no período do isolamento/distanciamento social e das marcas psicossociais nem sempre perceptíveis, buscando trazer à luz o fazer do Serviço Social, no atendimento a essas mulheres, uma vez que sua atuação é competente para atuar com as diversas vulnerabilidades que vem desencadeando no cotidiano pandêmico e que envolve expressões da questão social que se atualizam dia a dia.

O (a) assistente social contribui com saberes técnicos promovendo intervenções que visem um atendimento acolhedor, dotado de propostas, medidas e meios para viabilizar os direitos existentes, valendo-se de ações e alternativas que empoderem mulheres de forma a tornarem-se protagonistas de suas vidas e de suas vontades, oportunizando a saída do ciclo de violências que tem sido uma constante na realidade brasileira e acabam por vitimar milhares de mulheres todos os anos. Sua atuação visa possibilitar às mesmas, reflexões e ressignificações do mundo da vida no intuito de propiciar efetivação do direito e, portanto, qualidade de vida.

Corroborando com os estudos realizados neste artigo, almeja-se a continuidade da participação ativa do Estado na criação de políticas urgentes e eficazes, além de mecanismos de ação que possibilitem o engajamento coletivo com participação da sociedade civil, conscientização dos direitos constitucionais, possibilitando assim o protagonismo de mulheres em situação de violência doméstica e de seus familiares.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Violência Psicológica Doméstica: vozes da juventude**. São Paulo: Lacri - Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP, 2001.

Disponível em: <<<https://www.recriaprojetos.com.br/project/violencia-psicologica-domestica-vozesda-juventude/>>> acesso em março de 2021.

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça, Sinal Vermelho**: CNJ Lança Campanha de Ajuda a Vítimas de Violência Doméstica na Pandemia. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sinal-vermelho-cnj-lanca-campanha-de-ajuda-a-vitimas-deviolencia-domestica-na-pandemia/>> acesso em fevereiro 2021.



BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Senado Federal, Brasília- 2016.

BRASIL, **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <<<http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domesticacovid-19-v3.pdf>>> acesso em dezembro de 2020.

BRASIL, **Instituto Legislativo Brasileiro - ILB** - A violência contra as mulheres.

Dialogando sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em: <<<https://saberes.senado.leg.br/mod/book/view.php?id=46425&chapterid=97685>>> 10/12/20.

BRASIL, **Ministério da Saúde/ Fiocruz**, saúde mental e atenção psicossocial na pandemia covid-19 violência doméstica e familiar, 2020. Disponível em: <<<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%3%badeMental-e-Aten%3%a7%3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19viol%3%aancia-dom%3%a9stica-e-familiar-na-Covid-19.pdf>>> acesso em dezembro 2020.

BRASIL, **Ministério da Saúde**, Violência intrafamiliar Orientações para a prática em serviço, Brasília/DF 2002. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_intrafamiliar_cab8.pdf>> acesso fevereiro 2021.

BRASIL; **Lei Maria da Penha, e Normas Correlatas**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/Adm/Downloads/lei_maria_da_penha_e_normas_correlatas_1ed.pdf>> acesso março 2021.

BRASIL, **A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, Brasília, 2011. Disponível em: <<<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politicanacional-de-.A-violencia-contra-as-mulheres>>> acesso fevereiro. 2021.

BRISA, Campos: **Violência Contra a Mulher: Vulnerabilidade Programática em Tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo**.

CFESS, **Código de Ética do/a Assistente Social**, Lei 8662/93- CFESS, São Paulo, Ed. Cortez, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela, **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, São Paulo 2015.

MINAYO, M C S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <<<https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>>> acesso janeiro 2021.

MINAYO, M C S. **Pesquisa Social: Teorias, Métodos e Criatividades/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes**, 32. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO MCS A violência social sob a perspectiva da saúde Pública



ROCHA, Claudine Rodembush, **A Importância da Luta dos Movimentos Feministas no Desenvolvimento da Tipificação do Femicídio e na Busca por.**

Igualdade Entre os Gêneros, Revista de Gênero, Sexualidade e Direito Revista de Gênero, Sexualidade e Direito | e-ISSN: 2525-9849 | Salvador | v. 4 | n. 1 | p. 80 – 98 | Jan/Jun. 2018
80 disponível em:
<<file:///C:/Users/Adm/Downloads/A_IMPORTANCIA_DA_LUTA_DOS_MOVIMENTOS_FEMINISTAS_NO.pdf>> acesso em março de 2021.

SAFIOTTE, Heleieth: **Violência de Gênero: Poder e Impotência**, Rio de Janeiro-RJ Copyright © 1995 by Livraria e Editora Revinter Ltda.

ZAMPAR, Beatriz. **Abordagem da Violência Contra a Mulher no Contexto da Covid 19** Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade, Diversidade e Direitos. Disponível em: <<<https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Cartilhaviolen%C3%A7a-contra-mulher.pdf>>> acesso em março de 2021.



CAPÍTULO 2

E AGORA, COMO EU POSSO TE ESQUECER? DIEGESE PANDÊMICA DE MALHAÇÃO É MARCO NA TELEDRAMATURGIA

Aurora Almeida de Miranda Leão

RESUMO

Os caminhos paralelos pelos quais trafegam o cotidiano nacional e a teledramaturgia brasileira ganharam maior relevo com o acontecimento da pandemia do covid-19 que assolou o mundo no início de 2020. Essa dialogia permanente entre real e teleficção, que ganhou intensidade a partir da histórica telenovela *Beto Rockfeller* (TV Tupi, 1968), de Bráulio Pedrosa, foi evidenciada com galhardia em *Malhação - Toda forma de amar* (TV Globo, 2020), única novela cuja diegese foi transformada ainda com as gravações em curso, sem interrupção da trama. Diferente do ocorrido com *Amor de mãe* – interrompida e retornando somente um ano depois -, na atração juvenil a história foi encurtada mas prosseguiu, cabendo ao casal protagonista a missão de narrar o destino dos personagens. Pela singularidade do caso, propõe-se um registro detalhado de uma sequência do capítulo final na qual essa visibilidade ocorre. Partindo da pergunta “Que estratégias foram usadas para incluir o porquê do fim antecipado e finalizar a trama de modo coerente?”, o artigo visa entender como os criadores trabalharam visando a conclusão da narrativa, ante a dificuldade de gravação pós-chegada do vírus ao Brasil. Dividido em quatro partes, elenca-se outras vezes em que as novelas sofreram alterações e faz-se breve relato do impacto gerado pelo estado pandêmico na produção de outros países. Há também um pouco do histórico de *Malhação* seguindo-se descrição da metodologia. Por fim, a conclusão desvela a metanarrativa, apontando o transcurso reverso observado no enredo.

PALAVRAS-CHAVE: Toda forma de amar; Malhação; Pandemia; Ficção seriada; Teledramaturgia.

INTRODUÇÃO

Toda forma de amar é a vigésima-sétima temporada do vitorioso folhetim *Malhação*, produzida pela Rede Globo e exibida entre 16 de abril de 2019 e 3 de abril de 2020. Escrita por Emanuel Jacobina com colaboração de Cláudio Lisboa, Márcio Wilson, Bibi Da Pieve, Jô Abdu e Alice Gomes, essa versão contou com 253 capítulos com direção de Cadu França, Tila Teixeira, Pedro Labarthe, Felipe Louzada e Marcelo Zambelli, direção geral de Adriano Melo e supervisão artística de Carlos Araújo.

A narrativa de *Toda forma de amar* inclui-se no rol de telenovelas que estavam sendo exibidas quando a pandemia do coronavírus foi detectada no Brasil e o sinal de alerta foi ligado para a coletividade. A Rede Globo, em procedimento exemplar, cancelou as gravações de suas produções e as quatro novelas com gravações em andamento (excluindo-se a reprise que acontece no programa diário *Vale a pena ver de novo*), tiveram seu curso normal alterado.



Como se sabe, a pandemia, que para alguns estudiosos é o marco definidor da entrada no século XXI (ESSA, 2020; PAULA, 2020; CIC TV, 2020), alterou todas as dimensões do cotidiano: a vida em casa, no trabalho, a rotina de bancos, comércios, hospitais, viagens, tudo foi, de forma inesperada e drasticamente, transmutado. E as atividades artísticas foram as que primeiro sofreram cortes e passaram por mudanças drásticas por conta da óbvia proximidade que a dramaturgia – cinema, teatro, televisão – promove entre personagens, intérpretes e equipe de criação.

Sendo o Brasil um dos maiores produtores e consumidores de teleficção do mundo, muitas perguntas começaram a surgir quando a TV Globo (GLOBO, 2020) anunciou a suspensão da rotina de gravação de suas narrativas (BITTENCOURT, 2020). O tema ganhou pauta nos mais diversos informativos, seja rádio, mídia impresso, telejornal, mídias sociais e plataformas de *streaming*.

No próximo tópico vamos abordar essa interrupção com detalhamento de ações.

MEMÓRIA DAS INTERRUPÇÕES

A ficção seriada televisiva existe no Brasil de forma permanente desde dezembro de 1951, embora o formato inaugural fosse diferente (não era diário, tinha poucos capítulos e era tudo feito ao vivo). Em 2021 se registram os setenta anos da telenovela em sua prolífica convivência com a sociedade brasileira. Ela é de suma importância para nossa expressão cultural, como afirma a professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2010):

A telenovela, ao lado do gênero informativo, é o produto televisivo que no Brasil já conta com uma importante tradição de análise por parte de estudiosos de disciplinas diversas, com uma bibliografia que é objeto de publicações específicas e periódicas, e que representa, sobretudo, um espaço de debate de um fenômeno de produção e de consumo massivo que tem atravessado fronteiras culturais e linguísticas. (LOPES, 2010, p. 13).

Conforme amplamente divulgado pela mídia, a produção de narrativas seriadas de teleficção foi remodelada após a decretação da pandemia do coronavírus pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020. A programação da TV Globo, a que mais e permanentemente produz, foi a primeira alterada, com intensa divulgação, por conta da doença que impactou o mundo: as gravações de todas as novelas pararam e somente *Éramos seis*, atração das 18h, foi encerrada no tempo previsto porque seu esquema de gravação já tinha sido finalizado. Ela seria substituída por *Nos tempos do Imperador*, novela de Alessandro Marson e Thereza Falcão, que já tinha capítulos gravados, mas que só estreou em agosto de 2021. Em seu lugar, a emissora optou por reprisar um compacto de *Novo mundo*, dos mesmos autores, cuja temática abrange parte da história do Brasil, funcionando como preâmbulo para

a trama subsequente: numa, o mote é a história de Dom Pedro I; na outra, o protagonista é Dom Pedro II.

As telenovelas *Salve-se quem puder*, das 19h, e *Amor de mãe*, das 21h, tiveram suas histórias interrompidas, com as gravações sendo retomadas apenas em agosto de 2020, após a emissora conferir normas sanitárias mundiais para preservar a saúde e o bem-estar de todos os funcionários, artistas, produtores e técnicos. Desse modo, paralisadas abruptamente, mas em decisão completamente acertada da direção da TV Globo, as novelas das 19h e 21h não tiveram como evidenciar – no momento mesmo em que foram incluídas nas rotinas ações como distanciamento físico e isolamento social –, o caos provocado por uma doença gravíssima que fez milhares de vítimas, assombra gerações e deixa o mundo inteiro em estado de aflição.

Entretanto, por algum motivo desses que só o Mistério responde, coube à *Malhação*, temporada *Toda forma de amar*, incluir em seu discurso as agruras deste tempo insólito, difícil e incongruente. Essa inclusão funcionou bem demais porque muito bem realizada. Muitas situações dramáticas ainda careciam de resolução: conflitos pediam desfechos e personagens precisavam ter seus destinos definidos, o que poderia ocasionar um tremendo vácuo na trama e tornar inosso e pouco plausível o final da história.

Ao contrário disso, o que se viu foi um diálogo pujante, importante e oportuno entre os dois protagonistas da trama. Foi lindo e, sobretudo, necessário. A teledramaturgia teve fôlego para se reinventar e conduzir a história ao final sem perda de qualidade e coerência narrativa. Sobre isso, falaremos mais adiante.

Figura 1: Logomarca de *Malhação* 2020.



Fonte: TV Globo

Outras vezes, a telenovela brasileira precisou ser interrompida, mas nunca como desta vez, na qual a interrupção era urgente, necessária e assunto de saúde pública com repercussão no mundo todo. Essa parada brusca, mas acertada (para proteger funcionários, artistas e técnicos dos graves riscos de contágio pelo vírus), fez com que a TV Globo ficasse sem títulos novos para exibir a partir de março de 2020. Estavam em pleno desenvolvimento as novelas



Éramos seis, 18h, *Salve-se quem puder!*, 19h, *Amor de mãe*, 21h, e *Malhação* – toda forma de amar, num horário a oscilar entre 17:30h e 18 horas.

As outras ocasiões nas quais isso aconteceu foram com os seguintes títulos: *Roque santeiro*, 1ª versão (1975) e *Sol de verão* (1983), do horário nobre (nessa época, às 20h). No horário das 18h, por duas vezes não houve novelas novas: em 1979 e 1986. No primeiro caso, estava no ar *Cabocla*, de Benedito Ruy Barbosa. Quando faltavam dois meses para o término previsto, a direção da TV Globo chamou o autor para pedir que ele esticasse a trama. Aconteceu que a novela seguinte, uma obra baseada no clássico do escritor gaúcho Érico Veríssimo, *Olhai os lírios do campo*¹ (1938), estava com a produção atrasada e não daria para ficar pronta em tempo hábil². Daí o pedido para Benedito, mas ele não aceitou. A solução encontrada pela emissora foi exibir um compacto de *Escrava Isaura* (1976), adaptação de Gilberto Braga da obra de Bernardo Guimarães³, estrelada por Lucélia Santos, Rubens de Falco e Léa Garcia.

O caso seguinte foi com outra novela de Benedito: estava em exibição *Sinhá moça*⁴, com 172 capítulos, exibidos entre 28 de abril e 14 de novembro de 1986. A narrativa era livremente inspirada no romance homônimo de Maria Dezonne Pacheco Fernandes, lançado em 1950, e o autor escrevia com suas filhas Edmara e Edilene. A direção unia Reynaldo Boury e Jayme Monjardim. Mas ao final do período de exibição, a TV Globo teve de ficar três meses sem exibir produção inédita no horário das 18h.

1 Para saber mais, acesse <https://www.infoescola.com/livros/olhai-os-lirios-do-campo/>.

2 A versão da obra de Veríssimo para a teledramaturgia ficou pronta em 1980, indo ao ar de 21 de janeiro a 24 de maio, contando 108 capítulos, escrita por Geraldo Vietri com direção de Herval Rossano (OLHAI, c2021)

3 A obra conta a história de uma escrava branca e foi lançada em 1875. Fez muito sucesso junto ao público feminino e aborda tópicos importantes da temática escravagista, que causavam muita polêmica na época. O romance é considerado um marco na literatura abolicionista brasileira (FUKS, 2020).

4 Duas décadas depois, em 2006, a história ganhou um *remake*, assinado pelos mesmos autores, com 185 capítulos. Esta produção concorreu ao Emmy Internacional, sendo a primeira novela da TV Globo em que foi utilizado o equipamento chamado de *High Definition*, um software que aproxima a qualidade da imagem as das que vemos no cinema (SINHÁ, c2021b).



O motivo foi problema com o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões do Rio de Janeiro. O SATED reivindicava um limite máximo de seis horas diárias de trabalho para seus afiliados e ameaçava desativar a faixa das 6. Para não deixar lacuna aberta nem preenchê-la com outro tipo de programa, a emissora mais uma vez reafirmou a determinação de garantir lugar de destaque à teledramaturgia e reexibiu um compacto de *Locomotivas* (1977), outro grande êxito da casa.

O enredo de *Locomotivas*⁵ conta a história de Kiki Blanche (Eva Todor), uma ex-vedete de teatro rebolado, dedicada à família e dona de um salão de beleza luxuoso, na zona sul carioca. A grã-fina é mãe de 5 filhos, sendo 4 adotivos, e o grande conflito da trama é a atração de Fernanda (Lucélia Santos) por Fábio (Walmor Chagas), que também é a paixão de Milena (Aracy Balabanian), a filha legítima. Escrita por Cassiano Gabus Mendes, com direção de Regis Cardoso, produzida e exibida pela TV Globo – no período de 1º de março a 12 de setembro de 1977, com 168 capítulos –, foi a primeira telenovela totalmente gravada em cores para o horário das 19h.

Em fevereiro de 1987, a TV Globo estreou a novela substituta de *Sinhá moça*, programada para entrar na programação no ano anterior: *Direito de amar*, de Walther Negrão, com colaboração de Marilu Saldanha, Ana Maria Moretzsohn e Alcides Nogueira. Com direção de Jayme Monjardim e José Carlos Pieri, direção executiva de Nilton Travesso e supervisão de Daniel Filho, foram 172 capítulos, indo ao ar de 16 de fevereiro a 4 de setembro de 1987. O roteiro é baseado na radionovela de Janete Clair⁶, *A noite das trevas*, escrita na década de 1950.

As interrupções no horário das 20h aconteceram nas décadas de 1970 e 1980. Em agosto de 1975, estrearia no horário das 8 a novela *Roque santeiro*⁷, de Dias Gomes,

5 O primeiro título pensado para a novela foi *As raposas* numa alusão ao belo elenco feminino, mas acabou ficando *Locomotivas*, expressão que tinha significado semelhante a "raposa" e "pantera", gírias comuns da época para se referir à mulher bela, sensual e poderosa. Saiba mais em Xavier (2017).

6 Janete Clair é a escritora de novelas de maior sucesso do país e responsável por alguns dos maiores êxitos da Rede Globo. Imortalizada como "Nossa Senhora das Oito", são delas as novelas *Selva de pedra* (1972) e *Pecado capital* (1975), para citar apenas algumas. Saiba mais em Costa (2018).

7 *Roque santeiro* é uma versão adaptada para a teledramaturgia da peça *O berço do herói*, também de Dias Gomes, que fora censurada na véspera de sua estreia no Teatro, em 1965 (TINOCO, 2019).



substituindo *Escalada*, de Lauro César Muniz. Porém, uma desagradável surpresa (própria dos regimes autoritários) se fez no dia do lançamento: poucos minutos antes da estreia, em 27 de agosto, foi decretada a impossibilidade de a novela entrar no ar. O governo ditatorial vetou o texto do escritor baiano de tantas obras memoráveis (como *O bem-amado* e *Saramandaia*). A censura federal do regime militar não permitiu que a narrativa do notável criador fosse ao ar, alegando tratar-se de obra subversiva e atentatória à moral e aos bons costumes.

Já com alguns capítulos gravados e amplo trabalho de divulgação, a arbitrária situação provocou um editorial, lido no *Jornal Nacional* por Cid Moreira, condenando a atitude do governo. Sem ter como substituir a obra por outra inédita, a solução pensada da emissora foi exibir uma reprise de *Selva de pedra* (novela de Janete Clair, originalmente exibida em 1972), até que uma produção inédita pudesse ficar pronta. Mas o talento e a competência invejável da escritora garantiram para o dia 24 de novembro – portanto, menos de dois meses da exibição do compacto de *Selva de pedra* –, a estreia de *Pecado capital*, estrelada por Francisco Cuoco, Betty Faria e Lima Duarte. Dez anos depois, com os ares libertários da Nova República, *Roque santeiro* pôde finalmente ir ao ar, em nova produção, tornando-se um dos maiores sucessos da história da Teledramaturgia Brasileira.

No final de 1976, logo depois da mutilação de *Roque santeiro*, nova censura à produção da TV Globo: faltando apenas dez dias para a estreia, no horário das 22h, de *Despedida de casado*, de Walter George Durst, a emissora é informada de mais um veto da censura. Em seu lugar, entra um compacto de *O bem-amado*, de 1973. Em seguida, estreia a inédita *Nina*⁸ (1977), também de Durst, que não alcançou bom público, embora fosse um enredo de época e obra cheia de méritos, com Antônio Fagundes, Regina Duarte, Mário Lago, Rosamaria Murtinho, José Lewgoy e Isabela Garcia, entre outros.

Em 1983, mais uma vez foi preciso recorrer a uma reprise. O motivo foi a morte repentina do ator Jardel Filho, vítima de ataque cardíaco fulminante. Ele era o protagonista da novela *Sol de verão*, de Manoel Carlos. Muito amigo de Jardel, o autor disse não ter mais condições de escrever e passou o bastão para Lauro César Muniz e Gianfrancesco Guarnieri, que também atuava na trama. A narrativa foi abreviada em dois meses e a Globo colocou no

⁸ Mais informações sobre a telenovela *Nina* em <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/nina/>. Acesso em 27 out 2021.



ar uma edição compacta (apenas 18 capítulos, três semanas) de *O casarão*⁹ (1976), de Lauro César Muniz, cuja trama se passava em três temporalidades. A substituta de *Sol de verão* seria *Louco amor*, de Gilberto Braga, mas sequer estava em fase de pré-produção, daí a substituição pela reprise da trama antiga.

A última ocorrência do gênero, com mudanças abruptas na grade de programação da TV Globo, registra-se em 1996, quando a obra *O fim do mundo*, que seria uma minissérie, precisou ser transformada em trama das 20h. A novela acabou sendo a menor já exibida no horário, contando 35 capítulos, para cobrir atrasos na produção de *O rei do gado*, de Benedito Ruy Barbosa, cuja estreia ocorreu em 17 de junho do mesmo ano.

O fim do mundo foi escrita por Dias Gomes, tendo como colaborador o poeta maranhense Ferreira Gullar, direção geral de Paulo Ubiratan e Gonzaga Blota, e direção de núcleo de Paulo Ubiratan. No elenco, nomes do quilate de José Wilker, Paulo Betti, Vera Holtz, Lima Duarte, Marcus Winter e Bruna Lombardi.

Quanto ao horário das 19h, este foi o único que não ficou sem novela inédita para exibir, pelo menos antes da pandemia. Apesar disso, em junho de 2014, por conta da realização da Copa do Mundo de futebol, registra-se um intervalo de duas semanas na exibição de capítulos inéditos de *Geração Brasil*¹⁰, novela de Filipe Miguez e Izabel de Oliveira, exibida de 5 de maio a 1 de novembro de 2014, com 147 capítulos. A TV Globo preferiu ocupar o horário com pequenas pílulas diárias de até 5 minutos, nas quais promovia o *Filma-e*, um aplicativo para celular pelo qual os usuários gravavam vídeos e enviavam para o site da novela, dentro do concurso promovido pela trama. Encerrados os jogos mundiais, a novela voltou a ser exibida normalmente.

⁹ *O casarão* é uma das novelas mais importantes da carreira de Lauro César Muniz, um dos novelistas pioneiros da televisão brasileira, e é considerada uma de suas principais obras. No elenco, Paulo Gracindo, Yara Côrtes, Paulo José e Renata Sorrah (SANTANA, 2017).

¹⁰ Autores contaram com a colaboração dos roteiristas Daisy Chaves, Isabel Muniz, João Brandão, Laís Mendes Pimentel, Paula Amaral e Sérgio Marques. A direção é de Allan Fiterman, Thiago Teitelroït, Oscar Francisco e Giovanna Machline, com direção-geral de Maria de Médicis, Natália Grimberg e Denise Saraceni, que também assina a de núcleo. O elenco contou com Murilo Benício, Cláudia Abreu, Isabelle Drummond, Luís Carlos Miele, Luís Miranda, Lázaro Ramos, Renata Sorrah e Taís Araújo.



No próximo tópico, veremos como a pandemia repercutiu na produção de ficção seriada em alguns outros países.

REINVENÇÃO DA TELEDRAMATURGIA

As mudanças repentinas causadas em 2020 afetaram a humanidade e não se sabe ainda até quando teremos de conviver com as dores, medos, privações, pavores, transtornos, impasses e ansiedades deste tempo assombroso. A potência da pandemia causou impacto profundo e desconcertante para a cena artística, ainda não aquilatado em seu todo, sobretudo porque a dramaturgia requer a presença física e depende sempre do encontro de muitas pessoas. Seja no teatro, no cinema, na televisão, em qualquer forma de encenação, a exigência sanitária do isolamento social e do distanciamento físico provocou estupefações e mutações abruptas, inesperadas e deterioradoras do processo de se expressar através da arte. Isso é sobremodo evidente na questão dos afetos, tema recorrente em toda expressão dramática. Assim, estão proibidos beijos, abraços, afagos, cenas de amor, sexo, briga, festas e proximidade.

Hoje, decorridos um ano e sete meses da quase onipresença do vírus e de seu deplorável cortejo de horrores (só no Brasil passam de 600 mil mortos), sabemos o quanto companhias de teatro, grupos musicais, produções de filmes no mundo todo e realizadores de narrativas ficcionais de televisão foram profícuos na reinvenção, criando soluções que permitiram a continuidade da produção de entretenimento e da prospecção de outros modos de labor artístico, como conta o jornalista Ricardo Calazans:

Numa pandemia, a intimidade é a fronteira da saúde das pessoas. O show vai continuar, mas com novos códigos de conduta, dessa vez guiados por profissionais como Lizzy Talbot, coordenadora de intimidade e fundadora da rede britânica “Intimacy for Stage and Screen”. Consultores de intimidade como ela já atuam há anos nos sets para ajudar a coreografar cenas íntimas e evitar abusos ou violações. Agora, seu trabalho ganha nova dimensão. “O padrão está sendo elevado em termos de segurança, e acho que o consentimento será destacado de uma forma que não era antes, porque as pessoas adquiriram uma consciência elevada dos limites e do seu espaço pessoal”, disse Lizzy à BBC. (CALAZANS, 2020, online).

Mundo afora, artistas e produtores criaram formas de permanecer atuantes, driblando as limitações impostas. Na Alemanha, foi criado um plano com 80 passos, cobrindo desde verificações de temperatura até higiene das mãos e distanciamento no *set*. Na Inglaterra, cônjuges da vida real de alguns atores da novela *EastEnders* foram convocados para dublês de situações íntimas, atuando em cenas nas quais a intimidade dos personagens solicitava ósculos.



Em Portugal, as mudanças geraram até beijo numa bola de tênis: a atriz Mariana Monteiro mostrou no Instagram como foi gravar uma cena romântica para a novela *Terra brava*. No lugar de seu verdadeiro par, até antes do necessário isolamento, um objeto impensado: o ator João Catarré está deitado numa cama de hospital e a cena foi gravada noutro espaço para depois ser inserida a sequência do beijo na boca, usando o recurso do *chroma key*¹¹. Isso Mariana postou nas redes sociais como *O novo beijo* e o inusitado da situação fez o apresentador Daniel Oliveira, famoso em terras lusas, escrever:

A necessidade aguça o engenho! A indústria de ficção portuguesa foi uma das primeiras em todo o mundo a retomar as suas produções de novela! Com segurança, responsabilidade e a descobrir, criativamente, novas formas de gravar, servir os espectadores e garantir o trabalho de muitos. Aquela pergunta habitual: foi beijo técnico? P.S Esta bola foi devidamente desinfetada e não sofreu qualquer sevícia no decorrer das gravações. (EFEITO, 2020, online).

Por outro lado, a atriz americana Denise Richards, da série *The bold and the beautiful*, no ar desde 1987 nos Estados Unidos, disse ter uma rota para entrar e outra para sair do *set*, e estava o tempo todo sob a vigilância de um “oficial de Covid”, responsável por garantir no estúdio a distância de 2,5 metros entre cada um. Como sua personagem protagonizava um triângulo amoroso, havia cenas íntimas a rodar. Ela recebeu duas opções: beijar um manequim ou levar seu marido (que não é ator) para o estúdio. Richards escolheu usar o marido como dublê de beijo, não sendo a única: havia outros dois maridos no estúdio ajudando, o que ela considerou “muito fofo”.

Por aqui, José Luiz Villamarim, diretor artístico de *Amor de mãe*, trama das 21h, conta sobre suas primeiras impressões:

Quando eu vi o protocolo, falei: 'É impossível. Como é que vai fazer uma novela com todos os atores a dois metros de distância um do outro?' Achei que não ia conseguir, que a novela ia ficar péssima", conta José Luiz Villamarim, diretor de "Amor de Mãe". "Mas aí você começa a pensar, a estudar, vai criando estratégias e vai vendo que é possível. A gente trabalha com a mágica, e isso está se realizando agora. Estou mais tranquilo a partir do momento em que a gente começou a filmar, vendo que vai ser possível. E espero que o público goste e veja que a novela não mudou tanto (VILLAMARIM, 2020, online).

O jornalista Pedro Butcher (2020) diz não ser possível agora afirmar se haverá ou não algum retrocesso moral motivado pela pandemia. E lembra que

¹¹ Técnica que consiste em substituir o fundo da filmagem para isolar os personagens ou objetos de interesse, para então combiná-los com outra imagem de fundo ou cenário virtual.



Antes já vinha acontecendo isso, uma visão ultraconservadora que reage às novas demandas de gênero e sexualidade que ganharam visibilidade nos últimos anos. Isso já estava afetando a produção, como forma de confronto, e que talvez com a pandemia se acentue. (BUTCHER apud CALAZANS, 2020, online).

Isso é coisa para o tempo dizer. Resta-nos aguardar para algum vislumbre do que poderá respingar desta pandemia em termos de involução comportamental.

LITERACIA DE MALHAÇÃO

Com o nome *Malhação 95* ou *Malhação 1ª temporada*, a narrativa inicial desse horário foi escrita por Andréa Maltarolli e Emanuel Jacobina, indo ao ar de 24 de abril de 1995 a 1º de março de 1996. A supervisão foi de Ana Maria Moretzsohn e Ricardo Linhares com direção-geral de Roberto Talma. A estreia foi um grande sucesso e o epicentro era a Academia Malhação. Carolina Dieckmann, Danton Mello, Juliana Martins, Luigi Baricelli, Cláudio Heinrich, Fernanda Rodrigues e André Marques (o inesquecível *Mocotó*) estavam no elenco. Diversos atores de destaque na cena artística hoje estrearam em *Malhação*, como Thiago Lacerda, Flávia Alessandra, Caio Castro, Alice Wegmann e tantos outros.

Embora tenha surgido com intenção de conquistar o público jovem, *Malhação* não comunica só para eles nem apresenta apenas temas ligados a essa faixa etária. Ao longo dos anos, temáticas e formas de abordagem mudaram e importantes pautas identitárias foram incluídas: machismo, fascismo, nazismo, racismo, mobilização para causas sociais, violência de gênero, mobilidade urbana, questões étnicas, aborto, educação, relação pais e filhos, por exemplo, estão com frequência no escopo dos enredos.

Com uma abordagem diferenciada para cada temporada, a partir de autores que se renovam constantemente, pode-se dizer que a construção das narrativas evoluiu de forma considerável e tem tido boa aceitação do público e da crítica, conforme comprova o prêmio internacional conquistado em 2018, na França. Trata-se do prêmio de melhor série no *Emmy Internacional Kids 2018* (MALHAÇÃO, 2019) com *Malhação: viva a diferença*, escrita por Cao Hamburger e dirigida por Paulo Silvestrini.

Outrossim, como estamos falando de ficção, e sabemos o quanto a telenovela brasileira mantém dialogia constante com o real, achamos oportuno lembrar disso como dado significativo do alcance de nossas produções e do quanto os criadores de *Malhação* vem fazendo isso com maestria. Para tanto, nos servem de esteio as palavras de Maria de Lourdes Motter (2007):

A ficção é uma dimensão constituinte do processo de construção da realidade social e que, ao mesmo tempo, toma desta última os elementos necessários para sua



construção e composição: palavra, roteiro, ação dramática, direção, atuação, cenários, figurinos, iluminação, tomadas de câmera, iluminação, cortes de edição, sonorização, entre outros. Em certa medida, o real aparece sempre como referente, se não tanto da narrativa, pelo menos dos elementos que compõem as ações e tornam verossímeis os lugares, as personagens e ações; o onde, como, quem, o quê e quando. A ficção é construída de maneira a ganhar uma inteireza que lhe dota da aparente independência do contexto em que está inserida. (MOTTER, 2007, p. 57).

Prosseguindo, é nessa trilha da afirmação de MOTTER (2007) de que “a ficção constrói um mundo paralelo tomando como referente a própria realidade em que está inserida e da qual é constituinte”, que analisaremos, no próximo tópico, as sequências emblemáticas do último capítulo de *Toda forma de amar*.

METODOLOGIA E FINAL NARRADO

Unindo a proposta metodológica de Luiz Gonzaga Motta (2013) a de Artur da Távola (1984), que aborda os cursos da Comunicação, vamos decupar as sequências finais do último capítulo de *Toda forma de amar*. Estamos aos 18’03”, quando Rita (Alanis Guillen) sofre um acidente e, até esse momento, público e personagens pensam que ela está morta. Até ouvir-se um som de sirene e ela acorda, uma cena de poucos segundos. Aos 18’26”, aparece Felipe (Pedro Novaes) chegando no cenário vazio: com olhar triste, para em frente a uma casa e a música *N*, de Nando Reis, começa a tocar: “*E agora o que eu vou fazer...*”

Felipe segue andando pela cidade cenográfica: todas as casas e lojas estão fechadas, não há ninguém na rua, e segue a instigante música com Nando Reis e Anavitória – “Espero que o tempo passe, espero que a semana acabe...” – até que Felipe dá as costas, numa simbologia clara de quem está dando adeus àquele lugar onde tantas histórias foram vividas. De repente, Rita vem surgindo ao final da rua, aos 19’29”, e quando ele se vira, 19’31”, olham-se à distância. Aos 19’40”, ela abre os braços, ele responde com um sorriso, de uma distância de alguns metros. Os dois aproximam-se mas nem mesmo assim se abraçam: há um corte de edição e eles aparecem sentados conversando. Ele pergunta: “E aí, você acordou e o que é que aconteceu?”. Ela diz, “Você já sabe...”, e vai contando... Ele complementa: “É, mas acabou Rita...”, e ela: “Não, não, meu amor, a gente ainda tem que contar tudo o que a gente não vai poder mostrar pras pessoas por causa dessa epidemia de coronavírus que mudou o rumo da nossa história”. Felipe reage: “Realmente, essa epidemia... ela acabou atrapalhando um pouco o final da nossa história, né ?!” E ela diz: “É, mas tudo vai passar, vai passar...”, ele confirma: “Vai passar...”, e ela continua: “E a gente vai ter tanta história boa pra contar ainda, Felipe...”



Figura 2: Ainda no início da pandemia, sequência marcante inclui dilema e emociona.



O excursão, o qual, segundo Távola (1984, p.256), “é o que sai da comunicação e atinge o público. É o “espetáculo” através do qual o discurso transmite; pauta paralela e concomitante de leitura, pouco observada como constitutiva da linguagem sincrética da telenovela”, funciona em perfeita sintonia com o momento de gravação, quando tudo ainda era muito desconhecido sobre a pandemia.

Assim, dentre as estratégias adotadas para incluir a explicação sobre o final antecipado e encerrar a trama de modo coerente, estão o uso da música (cujos versos casam perfeitamente com a cena), o modo de enquadramento da câmera, o distanciamento dos atores, a cidade cenográfica vazia. Ou seja: o real interpela a diegese adensando o Recurso, que, segundo Távola (1984), “é uma redundância, o mais usado dos cursos: trata-se de um novo curso da comunicação sobre si mesma”. O uso do recurso é de extrema eficácia porque torna emblemático o encontro dos personagens. Aqui alcançamos o quinto movimento da metodologia proposta por Motta (2013), aquele que aponta a metamorfose pessoa e *persona*. Ou seja: entre ator e personagem, há sempre um poderoso subtexto funcionando.



A sequência é exponencial, alcançando um Transcurso¹², mas não o transcurso natural, que acontece quando há um transbordamento da ficção para a vida real – caso claro, por exemplo, da morte do ator Domingos Montagner durante gravações da novela *Velho Chico*, em 2016. No caso da *Malhação* em estudo, apontamos uma reversão no transcurso porque não aconteceu um desborde da trama para o real mas uma intromissão súbita do real na diegese, forçando os autores a mudar o curso da narrativa. Daí a singularidade do inusitado muito marcante do capítulo final de *Toda forma de amar*, a qual classificamos de Transcurso Reverso.

A cena segue e Felipe diz: – *É, então conta vai, conta aí o que aconteceu com todo mundo porque afinal de contas a galera que tá em casa merece saber, né, porque afinal eles vieram com a gente até aqui, né?! –* Rita segue narrando, protagonista no Discurso – curso da Comunicação que é verbo e imagem –, enquanto personagens das tramas paralelas a que se refere vão aparecendo: – *O Serginho e o Guga casaram, de papel passado e tudo, e vê-se os dois dando um mergulho no mar e depois se beijando –* o casal homoafetivo sofreu preconceito a novela inteira. A aparição deles juntos no final reforça a metanarrativa¹³, ou seja, enfatiza a mensagem (de tolerância e respeito à diversidade) que perpassa toda a obra, equivalendo, pelo modelo analítico de Távola (1984), ao que subjaz no incurso ideológico¹⁴.

Felipe diz: – *O Guga e o Serginho eles sempre souberam que eles se amarem...isso desperta muito preconceito, mas um dia tudo isso vai passar, assim como passou pro Max... –* Mais uma vez, o uso do Recurso, enfatizando o que já foi dito e mostrado. A narração vai num crescendo, aumentando a ênfase na defesa das pautas identitárias: contra o racismo, a favor da diversidade, a favor dos professores, da arte, da cultura, das amizades, de todas as formas de amor.

12 Fenômeno de comunicação que escapa ao discurso e ao controle rígido da razão ou da ideologia, é um desborde do fluxo natural e acontece em dois planos: através da comunicação e acima dela. Ocorre raramente e jamais como norma ou técnica alcançada.(TÁVOLA, 1984, p. 31).

13 Termo usado por Luiz Gonzaga Motta (2013) como sétimo movimento de sua proposta de análise crítica da narrativa, que diz respeito ao fundo moral, à razão ética que estrutura a história.

14 Incurso é um dos oito cursos da Comunicação que existe em todo processo comunicacional, segundo Artur da Távola (1984).



Aos 26'10", mãos se entrelaçam e sobe música. Aos 26'19", Rita sorri olhando Felipe, que só é visto aos 26'24", e sorri a ela. Os dois apenas sorriem, a câmara foca nos olhares e, em segundos, corta para eles sentados, beijando-se em frente à Lagoa Rodrigo de Freitas. Percebe-se, a cena já fora mostrada: repete-se (uso do Recurso 15) para enfatizar a sintonia do casal, preenchendo um discurso visual para o qual não há possibilidade de novo registro. Segue *fade out*¹⁶ de 1" e, aos 26'37", os dois aparecem sentados, Lagoa ao fundo. Um *travelling*¹⁷, depois outro beijo. Aos 26'53", *fade* e volta o clima do início da conversa: em pé, de mãos dadas, o sorriso e câmara repete giro em torno deles. Rita sorri num contentamento de quem acaba de ganhar um beijo do amado; ele apenas olha, sorrindo... aos 27'06", ela levanta a cabeça e cerra os olhos – mobiliza-se o imaginário de beijo muito recíproco –, num simbolismo de total plenitude. Outro movimento da câmara pelo espaço e eles aparecem, únicos, no ambiente vazio da cidade. Aos 27'19", noutro ponto do cenário, câmara foca o casal de corpo inteiro. Aos 27'24", aproximam-se, ele beija as mãos dela; 27'29", eles em distância maior, e aos 27'31", os dois começam a deixar a ladeira onde a sequência começou. Descem de mãos dadas mas sempre mantendo distância. Aos 27'48", a câmara começa a subir, os dois ficam em plano mais baixo até sumirem aos 27'56", e no entremeio dos prédios da rua ficcional, crava-se FIM no alto da tela. Arrepiante. Uma maneira inteligente, sensível e altamente pertinente para incluir o insólito da pandemia de coronavírus na literacia da teledramaturgia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As derradeiras sequências de *Toda forma de amar* tem clara intenção de transmitir esperança e promovem um belo e sugestivo entrelace semiótico: quem está triste e querendo transmitir esperança não são apenas os seres fictícios. Melancólicas e poéticas, elas encharcam a tela com um sentimento a preencher também o emocional dos atores e atrizes: é a perplexidade diante do inesperado, a emoção confusa sobre o que está acontecendo e os rumos do desfecho (tanto o dramático como o da vida real). O discurso dos personagens traduz uma estesia que os intérpretes também estão a esparzir (e aqui é preciso louvar a perspicácia do texto de Jacobina), muito similar ao que o telespectador sente.

15 Outro dos cursos da Comunicação, conforme aponta Távola (1984).

16 *Fade out* é o desaparecimento de uma imagem (LIVRO, s.d.).

17 Movimento em que a câmara se desloca no espaço.



Naqueles últimos minutos do roteiro, num amálgama impressionante com o real, elenco, profissionais da técnica, produção, enfim, todos nós telespectadores, estamos irmanados na mesma arrepsia. É um flagrante paradigmático porque único na teledramaturgia, assinalando uma conjuntura histórica, não só da narrativa, mas documentando a densidade vital de uma espiral de sensações, inseguranças, medos e aflições que a espécie humana começava a adentrar.

Outrossim, *Toda forma de amar* culmina com a defesa da diversidade, o respeito a toda forma de amor, a tolerância com o próximo, a importância da alteridade. Sendo obra exibida ao cair da tarde, isso mais ainda comove porque reafirma a opção dos criadores pela defesa da liberdade, das escolhas individuais e do respeito ao pluralismo afetivo.

REFERÊNCIAS

BALOGH, A. M. **O discurso ficcional na TV: sedução e sonho em doses homeopáticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BITTENCOURT, C. Globo interrompe gravações de novela por causa do Coronavírus. **EXTRA**. 16 mar. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/telinha/globo-interrompe-gravacoes-de-novela-por-causa-do-coronavirus-24307636.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

CALAZANS, R. Como a pandemia mudou o modo de beijar no cinema e na TV. **Diário de Cuiabá**. 25 set. 2020. Disponível em <http://www.diariodecuiaba.com.br/ilustrado/como-a-pandemia-mudou-o-modo-de-beijar-no-cinema-e-na-tv/542869>. Acesso em: 12 out. 2021.

CIC TV. **A pandemia inaugura o Século XXI**. Youtube. 01 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1eIGBnxzE2s>. Acesso em: 10 out. 2021.

COSTA, C. **A milésima segunda noite – da narrativa mítica à telenovela: análise estética e sociológica**. São Paulo: Annablume, 2000.

COSTA, F. Há 93 anos nascia Janete Clair, a senhora dos sonhos às oito. **Observatório da TV**. 2018. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/ha-93-anos-nascia-janete-clair-a-senhora-dos-sonhos-as-oito>. Acesso em: 12 out. 2021.

EFEITO pandemia: atriz beija bola de tênis no lugar de ator em gravação de novela portuguesa. **EXTRA**. 09 jun. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/efeito-pandemia-atriz-beija-bola-de-tenis-no-lugar-de-ator-emgravacao-de-novela-portuguesa-24471021.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

ESSA epidemia é o grande marco do século 21, diz presidente da Fiocruz. **Exame**. 08 maio. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/essa-epidemia-e-o-grande-marco-do-seculo-21-diz-presidente-da-fiocruz/>. Acesso em: 10 out. 2021



FUKS, R. A escrava Isaura, de Bernardo Guimarães. **Cultura Genial**. 03 set. 2020. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/a-escrava-isaura-de-bernardo-guimaraes/>. Acesso em: 11 out. 2021.

GLOBO amplia programação de jornalismo e exhibe 'Fina estampa' no lugar de 'Amor de mãe'. **G1**. 16 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/16/globo-amplia-programacao-de-jornalismo-e-exibe-fina-estampa-no-lugar-de-amor-de-mae.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2021.

LIMA, L. Resenha: Olhai os lírios do campo. **Cartola Cultural**. 06 jul. 2018. Disponível em: <https://cartolacultural.wordpress.com/2018/07/06/resenha-olhai-os-lirios-do-campo/>. Acesso em: 11 out. 2021.

LOPES, M. V. Ficção televisiva e identidade cultural da nação. **Revista ALCEU**. v. 10 - n.20 - p. 5 a 15 - jan./jun. 2010. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Lopes.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

LOPES, M. V. A telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Revista Comunicação & Educação**, 25. São Paulo, jan/abr 2003.

LOPES, M. V. Narrativas televisivas e identidade nacional: o caso da telenovela brasileira. Trabalho apresentado no Núcleo de ficção seriada, **XXV Congresso Anual da Comunicação**, Salvador/BA, 4 e 5 de setembro de 2002.

“MALHAÇÃO: Viva a Diferença” vence prêmio no Emmy Internacional Kids. **Rede Globo**. 09 abr. 2019. Disponível em: redeglobo.globo.com/novidades/noticia/malhacao-viva-a-diferenca-vence-premio-no-emmy-internacional-kids.ghtml. Acesso em: 10 out. 2021.

MOTTA, L. G. **A análise crítica da narrativa**. Brasília: UNB, 2013.

MOTTER, M. L. **Ficção e realidade** : a construção do cotidiano na telenovela. São Paulo: Alexa Cultural, Comunicação e Cultura – Ficção Televisiva, 2003.

NINA. **Memória Globo**. c2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/nina/>. Acesso em: 12 out. 2021.

OLHAI os Lírios do Campo. **Memória Globo**. c2020. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/olhai-os-lirios-do-campo/>. Acesso em: 10 out. 2021.

O LIVRO. **Primeiro filme**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.primeirofilme.com.br/site/olivro/corte-montagem-pontuacao-continuidade/>. Acesso em: 12 out 2021.

PAULA, T. T. Covid-19 inaugura o século XXI. **Tribuna do Norte**. 31 maio. 2020. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/covid-19-inaugura-o-sa-culo-xxi/481228>. Acesso em: 10 out. 2021.

RELEMBRE artistas que foram revelados em Malhação. **ESTADÃO**. c2021. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/galerias/tv,lembre-artistas-que-foram-revelados-em-malhacao,31675>. Acesso em: 11 out. 2021.



SANTANA, A. Há 41 anos, estreava a novela O Casarão. **Observatório da TV**. 2017. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/ha-41-anos-estreava-a-novela-o-casarao>. Acesso em: 12 out. 2021.

SINHÁ Moça – 2ª Versão. **Memória Globo**. c2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/sinha-moca-2a-versao/>. Acesso em: 11 out. 2021.

TÁVOLA, A. **A liberdade do ver**. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1984.

THOMÉ, C. A. **Jornalismo e ficção: a telenovela pautando a imprensa**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?dissertacao=12. Acesso em: 23 set. 2018.

TINOCO, P. “Questão da censura não é exclusiva de períodos ditatoriais”, diz autora de livro sobre Roque Santeiro. **O Globo**. 13 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/questao-da-censura-nao-exclusiva-de-periodos-ditatoriais-diz-autora-de-livro-sobre-roque-santeiro-1-24014536#:~:text=A%20pe%C3%A7a%20%E2%80%9CO%20ber%C3%A7o%20do,mas%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20os%20%C3%BAnicos>. Acesso em 11 out 2021.

VILLAMARIM, J. L. Beijo no Acrílico. [Entrevista concedida a] Débora Miranda. **Splash Uol**. 8 set. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/reportagens-especiais/globo-retoma-gravacoes-de-novelas/#cover>. Acesso em: 10 out. 2021.

XAVIER, N. Há 40 anos, concorrente da Globo reconheceu publicamente o sucesso da novela Locomotivas. **Blog do Nilson Xavier**. 01 mar. 2017. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/blog/nilsonxavier/2017/03/01/ha-40-anos-concorrente-da-globo-reconheceu-publicamente-o-sucesso-da-novela-locomotivas/>. Acesso em: 11 out. 2021.



CAPÍTULO 3

A VIOLENCIA CONTRA CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO CONTEXTO HISTÓRICO: O COMBATE A VIOLENCIA DOMESTICA NO SECULO XXI

Carlos Clovis Gomes Neto

RESUMO

O presente trabalho tem a necessidade de trazer a violência doméstica contra criança e adolescente no contexto histórico onde diversos menores não tinham seus direitos assistidos e eram explorados ou abusados de diversas formas, após o código de menor a violência continua mas os agressores não se sentem intimidados ou reprimido pela lei, assim dão continuidade aos atos de violência, física, psicológica, sexual e etc. No Brasil é necessário trazer políticas educacionais para combater a violência doméstica onde a cultura arcaica da sociedade ver seus pais agindo de forma violenta e entende como impor respeito, sendo método de educação implantado por diversas gerações, com essa triste realidade após o estatuto da criança e adolescente, foi necessário expandir o número conhecido como disk 100 onde atende milhares de ligações onde o maior índice de denúncia é voltado a violência doméstica contra criança, adolescente, mulheres e idosos no modelo de denúncia anônima. A violência doméstica é vista como uma necessidade de políticas públicas, reconhecida mundialmente pois esta guerra é oculta/ velada ou má fiscalizada.

PALAVRA CHAVE: história da violência contra criança e adolescente. Políticas públicas. Violência doméstica. Estatuto da criança e adolescente.

INTRODUÇÃO

A Violência Doméstica Contra a Criança e o Adolescente é uma realidade não só Brasileira, mas mundial, que inicialmente surgiu como uma expressão do pátrio poder que o patriarca da família ostentava em prol da melhor educação da sua prole. Atualmente, não são apenas de palmadas e dos castigos que as mesmas sofrem, hoje, as crianças e os adolescentes são vítimas de todo tipo de violência nos seus próprios lares o que inviabiliza os preceitos da cidadania e dignidade humana, para serem os cidadãos do futuro.

Consequentemente, na sociedade, elas supostamente passam a estarem mais propensas a transgredirem as leis e normas sociais (tendo em vista que são frutos de famílias desestruturadas onde o poder da obediência vem através de gritos, castigos e maus tratos), o que leva a crer na necessidade de estudos específicos e atualizados constantemente e uma política educacional voltada para a não violência doméstica, política está na qual vem tentando ser assistida por toda população brasileira e mundial, mas que infelizmente a cultura violenta passada por gerações faz com que a violência ainda tenha raiz dentro de casa, independentemente de sua natureza esses tipos de violência precisa ser combatido, na capital e principalmente na zona rural onde diversas crianças e adolescente sofrem de forma velada



ou exposta mas pela distância das residências e dificuldade da comunicação cria margem para não existir uma fiscalização adequada dos órgãos públicos e da população.

Para isso, faz-se necessário definir o que vem a ser a violência doméstica/intrafamiliar e quais são os tipos mais frequentes, levando em consideração os princípios da dignidade da pessoa humana, do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Menino Bernardo (LEI.13.010/2014).

Como referencial teórico, realizou-se uma breve revisão de cunho bibliográfico destacando através da consulta de diversas fontes, como artigos científicos, periódicos, teses e dissertações, compreender quais são e como funcionam os mecanismos de proteção à violência contra a criança e o adolescente.

HISTÓRIA SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Atos de violência no ambiente familiar estão presentes em diferentes períodos da história, a exemplo, grandes imperadores, como Tibério, que tinha por costume a prática de atos sexuais e violência contra crianças. O incesto, em sua maioria com crianças, era praticado por imperadores romanos, e existem relatos bíblicos a respeito de incesto e de exploração sexual (ISHIDA, 2010).

Este entendimento legitimou diversos tratamentos cruéis com as crianças e os adolescentes. De fato, elas estavam à margem da sociedade, reféns do tratamento que melhor conviessem aos seus genitores e/ou responsáveis (SAFFIOTI et al., 2002).

No Brasil, desde os primórdios da colonização portuguesa, a violência doméstica era praticada, segundo Pereira (2002), com o intuito de punir para educar crianças e adolescentes onde a igreja dava margem para a violência. Assim permaneceu por séculos, e talvez por esse motivo, dados estatísticos sobre este tipo de violência não existam, pois não ouve o interesse do ente Estatal de se registrar tal fato.

No artigo da UNICEF intitulado “Um Cenário de (Des)Construção”, recorre a literatura brasileira para demonstrar como o “punir para educar” está enraizado na cultura nacional:

No livro *Mania de Bater – A Punição Corporal Doméstica de Crianças e Adolescentes no Brasil*, de Maria Amélia Azevedo e Viviane Azevedo Guerra (Iglu, 2001), é citado o levantamento feito por Maria Helena Palma Oliveira, *Lembranças do Passado: A Infância na Vida dos Escritores Brasileiros* (USF, 2001). Ela identificou 536 escritores ao longo dos 500 anos de nossa história, distribuídos por diversos períodos literários. Apenas 47 deixaram autobiografias. Desses, 43



enfocaram a própria infância, e desse grupo, 14 narraram episódios de espancamento. Os episódios de punição corporal relatados ocorreram 30 a 80 anos atrás. Se permaneceram vivos por tanto tempo em suas lembranças, é porque as marcas foram profundas, como reafirma Graciliano Ramos, no emblemático episódio “Um Cinturão”, do romance *Infância*:⁴ “As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos...”. (ELIAS, 2010).

Ou seja, este é um problema culturalmente enraizado e como existe uma dificuldade de literatura que dê conta do tema, os autores buscaram, em 500 anos de história, todo material literário que pudesse, pelo menos, tocar no assunto e dar-nos alguma noção histórica da situação. Os autores encontraram 536 escritores, e entre realidade e ficção, apenas 14, das 47 autobiografias relatava situações de espancamento (VERONESE *et al.*, 1999).

Por fim, foi no século XX que houve uma grande mudança na definição dos sujeitos da infância e adolescência, pois foi reconhecida a necessidade de protegê-los como cidadãos e passam a desempenhar importante como sujeito na sociedade do consumo (VERONESE *et al.*, 1999).

A duas guerras mundiais e seus fatídicos acontecimentos, juntamente com a elevação do homem, e não a supremacia Estatal, como objetivo - fim das instituições levou a uma intensa produção jurídica de âmbito internacional, que tendeu a reconhecer a criança e o adolescente como sujeito de direitos. A Organização das Nações Unidas – ONU foi à protagonista deste “movimento”, recomendando aos seus Estados-membros a adoção desse entendimento em suas constituições.

A TUTELA CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Os direitos da criança e do adolescente no Brasil tiveram a sua real concretização a partir da influência das normas internacionais acerca dos Direitos Humanos, que surgiram ao longo do século passado, dessa forma, a positivação dos direitos humanos internacionais elevou-os ao patamar de direitos fundamentais (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 – CF/88 é em comparação as nossas antigas Constituições, o melhor diploma legal em matéria de infância e juventude no Brasil, pois trata o tema com a atenção e a importância merecida. De início, a Carta Magna vigente apresenta a existência do direito de proteção conferido às crianças e aos adolescentes, sem que dispense maior detalhamento. O artigo 6º identifica a existência do direito e esclarece a sua natureza de direito social:



Artigo 6º CF/88. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 2015).

“Proteção à maternidade”, termo no qual o art. 6º se refere, tem como bem juridicamente tutelado a expectativa de vida do nascituro, que possui direitos expressos em lei, embora de efeitos suspensos. O nascituro ocupa uma posição bastante peculiar no Direito brasileiro, pois ele possui um regime protetivo tanto na seara Civil como na Penal, embora não possua todos os requisitos da personalidade

O nascituro pode receber bens em doação, adquirir bens por testamento, receber pensão alimentícia, entre outros direitos (BRASIL, 2015).

A Constituição Federal vigente, em seu artigo 227 reafirma seu ideal de proteção à infância e à juventude do *caput* aos seus 8 parágrafos. O *caput* deste dispositivo legal diz:

Art. 227 da CF/88. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CURY, 2008).

A existência na Constituição de tratamento dedicado às crianças, aos adolescentes e aos jovens como seres com peculiaridades específicas decorrentes da idade de cada um foi o grande avanço que este artigo trouxe para o sistema jurídico brasileiro, mesmo não conceituando cada um, tarefa essa cumprida posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90 (GONÇALVES *et al.*, 2006).

A expressão “com absoluta prioridade” do artigo supracitado trata-se do meta princípio existente no direito brasileiro da prioridade absoluta dos direitos da infância e da juventude, que em termos da lei, é destinado à família, à sociedade e ao Estado. Ou seja, a proteção das crianças e dos adolescentes deve contar com prioridade de assistência, além de integração e união de forças do Estado, através de políticas públicas, da família, com a manutenção da salubridade do ambiente doméstico, e da sociedade para ser efetivada (GONÇALVES *et al.*, 2006).

O artigo 227, § 1º, prevê que o “Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas”. O Estado, nos termos de tal dispositivo, deve promover programas de assistência à saúde dos infantes, aplicando percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil (BRASIL, 2002).



O artigo 227, em seu § 3º, especifica os aspectos considerados pela Constituição Federal à proteção especial da infância e da juventude. Os 3 primeiros incisos do § 3º tratam de direitos trabalhistas dos adolescentes e dos jovens, nos moldes do artigo 7º da Constituição Federal, a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas e de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola (BRASIL, 2002).

Este mesmo dispositivo constitucional discrimina normas relacionadas ao cometimento de ato infracional. Assim, disciplina que o direito à proteção especial, ainda, abrangerá a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, de igualdade na relação processual e de defesa técnica por profissional habilitado, além de, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade, garantia de obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O artigo 228 da Constituição Federal de 1988 estabelece como inimputáveis os menores de 18 (dezoito) anos, lhes sendo assegurado o direito à submissão a tribunal especial. Na última parte do § 3º aparecem, ademais, disposições direcionadas às pessoas em desenvolvimento que necessitam de tratamento especial em decorrência da situação peculiar em que se encontram. Esse é o caso das crianças e adolescentes órfãos e abandonados, bem como dos dependentes de entorpecentes e drogas afins (BRASIL, 2005).

O § 4º do artigo 227 da CF/88, determina a severa punição do abuso, da violência e da exploração sexual da criança e do adolescente, demonstrando o absoluto repúdio da legislação brasileira com tais práticas (ELIAS, 2010).

Os §§ 5º e 6º retornam à esfera cível do direito da infância e da juventude: o primeiro, permitindo a adoção de menores de idade, brasileiros por estrangeiros, e o segundo, reconhecendo a igualdade de condições entre os filhos havidos dentro e fora do casamento. Com isso, a responsabilidade dos pais para com os filhos, concebidos dentro ou fora do matrimônio, é fixada no artigo 229 da Constituição, sendo dever dos pais a assistência, a criação e a educação dos filhos menores (ELIAS *et al.*, 2010).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, há importantes princípios para o Direito brasileiro acerca da tutela da criança e do adolescente, porém, o tema violência doméstica era pouco discutido na sociedade como também na academia. Mesmo após o Brasil ratificar a Convenção dos Direitos da Criança, em 26 de janeiro de 1989, pouca coisa era



abordada fora do diploma constitucional. Dessa forma, as Leis infraconstitucionais passaram a abordar mais a Violência Doméstica Contra a Criança e o Adolescente, levando a um nível de conhecimento mais fundamentado, onde podemos dispor nos dias atuais enquanto operadores do Direito (BRASIL, 2005).

Por se tratar de uma nova cultura em construção, onde se destaca a proteção integral desses jovens, objetivando fortalecer o papel do Estado democrático e de direito, gerando particularidade a sua efetivação, reconhecem a criança e o adolescente em condições especiais de vulnerabilidade como sujeitos de direitos.

O CÓDIGO DE MENORES

O primeiro Código de Menores foi instituído em 12 de outubro de 1927, a partir do Decreto nº 17943-A, que tutelava menores em “situação irregular”, que em outras palavras, eram jovens a margem da sociedade, por estarem desprovidos de condições essenciais a sua subsistência, como saúde e educação (ARAÚJO *et al.*, 2008).

A Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979 instituiu o novo Código de Menores, contendo a doutrina da proteção integral, mas baseada no mesmo paradigma do menor em situação irregular da legislação anterior. A “novidade” neste novo Código foi o dispositivo de intervenção do Estado sobre a família, que abriu caminho para o avanço da política de internatos-prisão. O princípio de destituição do pátrio poder baseado no estado de abandono, através da sentença de abandono, possibilitou ao Estado recolher crianças e jovens em situação irregular e condená-los ao internato até a maioridade (ARAÚJO *et al.*, 2008).

Em meados da década de 1980, o referido diploma legal tornara-se ineficiente, tendo em vista a mudança de entendimento acerca do problema da criança na nova realidade social, realidade esta que projetava o Estado como promotor social, ao invés de simples pacificador de conflitos (ARAÚJO *et al.*, 2008).

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA

Em 13 de julho de 1990, foi promulgada a Lei nº 8069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dar outras providencias.

A proteção e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes se faz, no ECA, através de uma linha de promoção de direitos (artigos 7 a 69), uma linha de efetivação de políticas públicas estatais e comunitárias (artigos 86 a 97) e, finalmente, determinando o processo de reordenamento institucional em função de sua implementação (CALDAS *et al.*, 2008).



O ECA sistematiza, ainda, uma linha de defesa de direitos através da instituição de medidas de proteção (artigos 98 a 102), a explicitação do devido processo legal para apuração de atos infracionais praticados por adolescentes (artigos 103 a 128) e a instituição de um elenco de medidas jurídicas, administrativas e judiciais, de proteção desses direitos (CALDAS *et al.*, 2008).

De acordo com Veronese (1996), o caráter inovador do ECA na parte referente ao acesso à justiça, que é a proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos referentes às crianças e adolescentes, garantindo formalmente o acesso à educação e à serviços de saúde, por exemplo, a grande parte da população infantil e, também, aos adolescentes privados de liberdade.

A responsabilidade da família e da comunidade em garantir os direitos das crianças apresenta, de forma declarativa, na parte geral e, de forma prescritiva, na parte especial, quando se normatizam as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis e os crimes e infrações administrativas.

A “MODALIDADE” VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O adjetivo “doméstico” é utilizado pela primeira vez para caracterizar o termo “violência” no Art. 61, II, letra f do Código Penal Brasileiro (Lei nº 2.848/40). O termo se configura nesta ocasião como uma agravante, que limita o campo de abrangência e restringe a violência contra a mulher na Lei específica. De acordo com o referido artigo, somente a violência praticada contra a mulher em razão do convívio familiar ou afetivo é que aumenta a pena (VERONESE *et al.*, 2006).

A violência intrafamiliar pode ocorrer dentro ou fora da moradia, por pessoas que são parte da família, ou possui alguma relação parental, além de enfatizar que, quando esse tipo de violência acontece, levantam-se também questões como relação de poder dentro do cotidiano familiar e pode acontecer tanto em ambientes particulares, quanto em ambientes públicos (GERRA *et al.*, 2011).

Contudo, o termo “Violência doméstica” se insere de forma incisiva do Direito pátrio através da conjugação dos artigos 5º e 7º da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). “Configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2012).



A Violência Doméstica Contra a Criança e o Adolescente, apesar de ter outros condicionantes, que quase sempre perpassa na ideia de “punir para educar”, foi um importante desdobramento das discussões acerca da violência doméstica que a mulher por vezes é submetida (VERONESE *et al.*,2006).

Dessa forma, é o ambiente doméstico/familiar, ou em razão dele, o caracterizador da “violência doméstica”, violência esta, que causa profundas feridas a suas vítimas e severos danos a sociedade enquanto formadora de cidadãos.

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

O grande problema da violência doméstica contra a criança e adolescente consiste no fato das mesmas estarem passando por processo de formação de caráter, onde essas vítimas, conseqüentemente mudam seu total comportamento devido aos maus tratos que lhe são ofertados, progredindo assim, para a total distorção de comportamento na forma de agir, pensar, demonstrar e até mesmo sentir (ANDO *et al.*, 2008).

Segundo Gonçalves (2006), a violência doméstica contra criança e adolescente muitas das vezes possuem fatores hereditários determinantes onde:

(...) os jornais estão constantemente nos dizendo que tem sido provado estatisticamente que a maioria das pessoas que perpetra violência física contra seus filhos, foram elas mesmas vítimas desta violência em sua própria infância. Esta informação não é totalmente correta: não deveria ser a maioria, mas todas. Qualquer pessoa que perpetra a violência contra seu filho, foi ela mesma severamente traumatizada em sua infância de alguma forma. Esta afirmativa se aplica, sem exceção, uma vez que é absolutamente impossível que uma pessoa educada num ambiente de honestidade, de respeito e de afeto venha a atormentar um ser mais fraco de tal forma que lhe inflija um dano permanente. Ela aprendeu bem cedo que é correto e adequado dar às crianças proteção e orientação porque são pequenas e indefesas, sendo que este conhecimento armazenado em estágio precoce em sua mente e em seu corpo permanecerá efetivo para o resto de sua vida.

A violência contra criança e adolescente decorre da decomposição estrutural no âmbito familiar, principalmente quando ocorre desenvolvimento da desigualdade social capitalista, onde esses jovens ficam vulneráveis por serem considerados o elo mais fraco desse ciclo de violência.

Isto é, tendo em vista o desafio de detectar esse tipo de violência, é preciso levar em consideração em que ambiente familiar a criança e o adolescente estão inseridos, pois é no ambiente familiar que os fatos mais importantes da vida do sujeito, como a afetividade, sexualidade, dentre outras, são descobertos. É na família que se espera encontrar apoio e os significados afetivos que ficam para o resto da vida do ser humano. No entanto, no núcleo familiar também acontecem situações que marcam a vida do indivíduo negativamente,



deixando marcas irreparáveis, uma dessas situações é a violência contra a criança e o adolescente no ambiente familiar.

A violência doméstica pode ser definida como:

Todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, por outro lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO E GUERRA, 2001)

Faz-se necessário, principalmente na formação do indivíduo, um ambiente familiar equilibrado e em condições saudáveis para um bom desenvolvimento do sujeito, pois, segundo Weiss (2004, p.23):

Aspectos emocionais estariam ligados ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento a expressão deste através da produção escolar (...). O não aprender pode, por exemplo, expressar uma dificuldade na relação da criança com sua família; será o sintoma de que algo vai mal nessa dinâmica.

A partir desse pressuposto, pode-se afirmar que um ambiente desfavorável à formação do indivíduo afeta não só a sua vida, mas a vida de toda a família. Para melhor compreender como o ambiente familiar pode influenciar na formação dos indivíduos, é pertinente analisar os diferentes tipos de violências existentes dentro deste primeiro convívio social do sujeito, como, segundo Guerra (2001), as violências física, sexual, psicológica e negligência.

A violência física é caracterizada, conforme a autora supracitada, pelo uso da força física e a promoção da dor, isto é, qualquer tipo de agressão que provoque dor ao indivíduo. Na maioria das vezes, esse tipo de agressão é promovida pelos próprios pais e/ou responsáveis como estratégia de controle e domínio. Guerra e Azevedo (2001) especificam alguns indicadores orgânicos que mostram a possibilidade de que a criança ou o adolescente podem estar vivenciando algum tipo de violência física como a desconfiança excessiva quando algum adulto entra em contato e a espera que algo ruim aconteça a todo o momento, mudanças de humor severas e frequentes, fuga do ambiente familiar (geralmente através da estadia no ambiente escolar por mais tempo que o normal), comportamentos extremos (como agressividade ou passividade em excesso), dificuldade na aprendizagem, dentre outros sinais (AZEVEDO E GUERRA, 2001).

Azevedo e Guerra (1998, p. 25) definem ainda a violência contra a criança e o adolescente como “toda a ação que causa dor física numa criança ou adolescente, desde um simples tapa até o espancamento fatal, representam um só continuum de violência”.



A violência sexual, de acordo com Guerra e Azevedo (2001), é todo ato ou jogo sexual que envolve adultos e crianças ou adolescentes, com a finalidade de obtenção da satisfação sexual do adulto a partir do estímulo sexual da criança ou adolescente. Este tipo de violência acaba por afetar gravemente o físico e psicológico do indivíduo, as autoras apontam como indícios deste tipo de ocorrência o interesse, não usual, por questões sexuais e compulsão por atos deste teor, dores e problemas físicos dos quais não apresentam explicações médicas, gravidez precoce, afastamento do convívio social, isto é, poucas relações com colegas e companheiros, comportamento agressivo, prostituição.

O comportamento destrutivo é também formado, nas crianças e adolescentes, por meio de outro tipo de violência, conforme Guerra (2001), a violência psicológica. Submeter esse indivíduo a situações constrangedoras que podem prejudicar sua autoestima ou autoconfiança é uma característica deste tipo de violência, além da regressão a comportamentos infantis, pesadelos e timidez excessiva.

A negligência, que ocorre por meio do descuido, a ausência e a falta de apoio, vem a colocar a criança e o adolescente em uma situação precária. O abandono é o tipo de violência mais notificada, segundo a UNICEF, o que justifica uma cultura de abandono no Brasil.

De acordo com Azevedo (1997, p. 233), podemos perceber que as crianças vítimas de violência formam no Brasil um país chamado: infância pobre; vítima da violência social mais ampla; infância tortura; vítima da violência; infância fracassada; vítima da violência escolar; infância vitimada; vítima da violência doméstica. Todas elas compõem o quadro perverso da infância violada, isto é daquelas crianças que tem cotidianamente violados seus direitos de pessoa humana e de cidadão (MELLO *et al.*, 2005).

Isto é, podemos encontrar crianças vítimas de diversos tipos de violência no Brasil, desde a pobreza, que é a violência social mais ampla, até a tortura, ações que violam a infância. São necessárias estratégias de ação e a revisão de certos conceitos a fim de evitar esses tipos de violências, pois, essas ações podem causar danos irreparáveis nos desenvolvimentos psíquico e físico das crianças e dos adolescentes.

Ao abordar a violência doméstica percebe-se que esse tipo de ato conta com um aliado, o silêncio da vítima, seja por medo ou por vergonha, além dos sentimentos que um adulto agressor pode inserir no íntimo da vítima, como a culpa ou qualquer outra sensação que leve o sujeito a não enxergar seu papel de vítima na situação (MELLO *et al.*, 2005).



O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), defende que desde a sua promulgação, este tipo de violência tem sido retirada do contexto de invisibilidade e silêncio, mas muito ainda precisa ser feito para que problemas desde teor sejam, pelo menos, apaziguados na sociedade.

Segundo o UNICEF, dentre 309.216 crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos, estudantes do curso diurno das 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e 1º e 2º anos do ensino médio de escolas públicas e particulares do município de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, em um estudo feito no ano 2012.

[...] já passou por experiências sexuais traumáticas ou perturbadoras; já testemunhou violência sexual sofrida por algum membro da família; já teve medo de sofrer violência sexual quando um dos pais estava sob efeito de álcool ou drogas; e já se envolveu em relação sexual com os pais (UNICEF, 2012).

Desta forma, percebe-se que as violências apresentam um efeito em cadeia, isto é, uma violência atrai consequências, que por sua vez, caracteriza um segundo ou terceiro tipo de violência, um processo doloroso, simultâneo e nocivo ao desenvolvimento e vida do sujeito, por este motivo de faz necessário, conforme o Ministério Público do Rio Grande do Sul (2006, p. 10), “conhecer, de forma mais aprofundada, o fenômeno para, a partir de então, intervir nessa realidade, criando estratégias de análise para auxiliar pessoas que atuam diretamente com crianças e adolescentes.” (GUERRA E AZEVEDO, 2001).

Os autores acima citados ainda afirmam que os indicadores orgânicos podem nos mostram quando pode ter acontecido algum tipo de violência, o que deve ser motivo de desconfiança.

Diante do exposto, é necessário que se tenha um olhar mais apurado para esse sujeito, de forma que se possa perceber que algo pode estar acontecendo, e sendo este problema diagnosticado, faz-se necessária a intervenção profissional, sendo de suma importância ouvir a vítima e confiar no que é dito pela mesma, mesmo que as circunstâncias mostrem o contrário, o acolhimento e a segurança podem contribuir para o esclarecimento dos fatos.

DISK 100

DISK 100 é um número telefônico, vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que atende, além da criança e do adolescente em situação de risco, pessoas idosas, vítimas de diversos tipos de violência, dentre outros males que necessitam de socorro. Foi criada em 1997, mas se tornou governamental em 2003 (BRASIL, 2014).



A secretaria especial de direitos humanos – SDH também informa que este órgão apresenta a inclusão da disseminação de orientações e informações sobre os direitos humanos, através de campanhas e programas, no âmbito Federal, Estadual e Municipal (BRASIL, 2014).

O Disk 100, também conhecido como Disk Direitos Humanos, oferece seus serviços diariamente, 24 horas por dia, e em finais de semana e feriados, isto é, a instituição está pronta para prestar o devido apoio em tempo integral (BRASIL, 2014).

O serviço prestado pelo Disk 100 é gratuito, as denúncias podem ser de natureza anônima, o que facilita a denúncia dos atos que ferem os direitos humanos, além de ser sigiloso quando solicitado (BRASIL, 2014).

O atendimento oferecido por este órgão levanta importantes informações a fim de registrar e encaminhar as denúncias para o órgão responsável pela resolução do problema. O direcionamento das informações é feito através de perguntas que dão conta do registro da denúncia segundo Brasil, 2014.

1. Quem sofre a violência? (Vítima); 2. Qual tipo violência? (Violência física, psicológica, maus tratos, abandono etc.); 3. Quem pratica a violência? (Suspeito); 4. Como chegar ou localizar a Vítima/Suspeito; 5. Endereço (Estado, Município, Zona, Rua, Quadra, Bairro, Número da casa e ao menos um ponto de Referência, concreto e que define um lugar específico); 6. Há quanto tempo? (Frequência); 7. Qual o horário? 8. Em qual local? 9. Como a violência é praticada? 10. Qual a situação atual da vítima? 11. Algum órgão foi acionado?

O Disk 100 tem no máximo 24 horas para apresentar a denúncia ao órgão competente com o objetivo principal de intervir, de forma rápida e eficaz, na violência que está sendo cometida a fim de proteger a vítima e resolver o problema.

CONCLUSÃO

É de suma importância que esse trabalho sirva de base para a sociedade, onde a mesma necessita de intervenção dos órgãos públicos de direito, por ser um alvo mais fragilizado, as crianças e os adolescentes se tornou ainda mais indefesa diante da relação intrafamiliar.

Assim, não se pode mais conceber o ambiente doméstico/familiar como um espaço intransponível aos entes sociais quando é notória a submissão da criança e do adolescente a tratamentos cruéis e degradantes sob o pretexto de “educar”, até porque, a violência doméstica é uma questão de saúde pública.



A intervenção jurídica consciente, pautada na preservação do menor, é um dever do Estado. Salienta-se ainda, que o afastamento da criança e do adolescente do ambiente familiar é a última *ratio*, por isso, faz-se necessário outros tipos de intervenção que possam ser igualmente eficazes, como a imposição de tratamentos psicológicos para as vítimas e até mesmos para com os agressores, os ofertando o acompanhamento periódico de profissionais do Serviço Social para certificar a salubridade do ambiente familiar.

A Violência Doméstica Contra a Criança o Adolescente é um fenômeno bastante complexo que curiosamente está presente equitativamente em todas as classes sociais. As consequências são devastadoras para as vítimas, e as frustrações resultantes das agressões irão refletir no cidadão que irá compor ativamente a sociedade, transmitindo todas as suas frustrações e medos para o meio que serão parte.

É preciso defender o direito constitucional da Criança e do Adolescente, isto é, para que estes sujeitos possuam uma vida digna, é necessário a não prática da violência, de todo tipo de crueldade e opressão, a fim de que esse indivíduo possua uma vida digna, pois, estes são seres humanos em desenvolvimento.

Por fim, entende-se que a política educacional no combate a Violência Doméstica Contra a Criança o e Adolescente pode não só salvar a vida de um menor, mas também ajudar a construir uma sociedade melhor, onde famílias se unem aos invés de se diluírem por motivos de agressões e outros meios de violência, talvez até mesmo uma sociedade ideal com uma visão educacional diferente das antigas e construindo um método de educar melhor

BIBLIOGRAFIA

ANDO *et al.* **Crianças e adolescentes em situação de violência:** traços inquietantes da contemporaneidade. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, São Paulo, set. 2008. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/92.htm>> Acesso em: 10 mai. 2021.

ARAÚJO et al. 80 anos do Código de Menores a vida que se fez lei: Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1673, 30 jan. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/10879>>. Acesso em: 22 out. 2016.

AZEVEDO et al. **Organização da Infância e Violência Doméstica:** fronteiras do conhecimento. São Paulo, Cortez, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988:** Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a nº 28/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a nº 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.



BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Estatuto (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**: ed. 35. São Paulo: editora saraiva, 2005.

BRASIL. **Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**: Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília: Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm> Acesso em 12 out 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: Em busca da Constituição Federal das Crianças e dos Adolescentes. Brasília: 2014.

CURY et al. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9. ed. atualiz. São Paulo: Malheiros, 2008.

ELIAS, Roberto João. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 4ª Ed. 2010.

GUERRA et al. **Violência a Jovens**: Ed. 4. São Paulo: 2001.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES et al. **Novo Curso de Direito Processual Civil**: 3ª ed. v. I. Saraiva, São Paulo: 2006

ISHIDA, Valter Kenji, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 12ª Edição, Editora Atlas, 2010.

MELLO et al. **Curso de Direito Administrativo**: 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SAFFIOTI et al. **Violência e abuso sexual na família**: Psicologia em Estudo, v. 7, n. 2, pp. 3-11, Maringá: 2002. Disponível em: Acesso em: 12 out. 2016.

UNICEF. **Um cenário em (des)construção**: Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf> Acesso em 21 de outubro de 2016.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Os Direitos da criança e adolescente. São Paulo: 1999.

WEISS et al. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas da violência entre jovens. 10ª edição. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2004.



CAPÍTULO 4

A COBERTURA NOTICIOSA DOS FATOS POLÍTICOS: NOTAS DE PESQUISA PARA UMA HERMENÊUTICA DO JORNALISMO TELEVISIVO¹⁸

Dannyel Brunno Herculano Rezende

RESUMO

O presente capítulo procura expor e discutir, sob a forma de notas de pesquisa, uma investigação, realizada em âmbito acadêmico (2011-2012), na área das Ciências Sociais. Trata-se de uma pesquisa acerca do telejornal “Jornal do Dia” da TV Ponta Negra, afiliada à Rede SBT de televisão e com sede em Natal/Rio Grande do Norte. O principal objetivo do estudo consistiu em examinar o comportamento da seção política do referido telejornal respeitante à cobertura que efetua acerca dos acontecimentos políticos do estado. Detalhadamente, interessou ao trabalho em pauta identificar os possíveis pressupostos ideológicos construídos por seu quadro político, referentes não só aos políticos, partidos e principais instituições políticas do estado (casas legislativas, executivos e demais órgãos da administração pública), mas também à movimentação político-partidária no que tange ao âmbito estadual e municipal do RN. O estudo primou por evidenciar uma cobertura repleta de notícias ancoradas por intensos conteúdos ideológicos, os quais, entre outros, não só negavam os partidos e políticos de esquerda, mas reafirmavam, por meio das formas simbólicas que lhes eram próprias, substanciais relações de assimetria e poder. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fez a opção pelo uso da Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por Thompson (1995) em seu livro “Ideologia e cultura Moderna”. A HP é sugerida por se tratar de um referencial de análise de grande eficácia para o estudo dos meios de comunicação de massa e, em particular, da ideologia. Desse modo, como se trata de um estudo de “formas simbólicas”, acreditamos estar de posse de uma importante ferramenta metodológica capaz de possibilitar a compreensão e a interpretação das notícias cotidianamente “teleplasmadas” (SARTORI, 2000).

PALAVRAS-CHAVE: TV Ponta Negra. Jornal do Dia. Ideologia. Hermenêutica de Profundidade.

INTRODUÇÃO

Diversos estudos sobre a contemporaneidade têm apontado os meios de comunicação de massa como uma característica central da sociedade em todo mundo. Seu desenvolvimento

¹⁸ Trata-se do acompanhamento e resultado de uma pesquisa de Mestrado que foi realizada no período de 2011-2012 sob a orientação do Professor Dr. José Antônio Spinelli e contou com o fomento, em bolsa de pesquisa, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), intermediado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN).



ao longo da história do século XX tem sido responsável, entre outros, por engendrar uma intensa redefinição no escopo da sociabilidade contemporânea. Evidentemente que o estágio societário atual em que nos encontramos não poderia, de forma alguma, ser caracterizado pela presentabilidade e intensidade crescente dos meios de comunicação, se não vivêssemos em um momento de reconfiguração do social como estando este atravessado simultaneamente pela força e onipresença dos meios de massa¹⁹.

Assim, não é à toa que inúmeros autores, entre eles Antônio Canelas Rubim (2001a b), vêm se debruçando com afincos para tentar entender a contemporaneidade em sua realidade social transbordante de comunicação e informação. Acertadamente, compreende o autor que a circunstância societária em que se vive contemporaneamente pode ser apreendida, em sua formulação, como *Idade Mídia*. Isto é, como uma sociabilidade estruturada e ambientada pela comunicação, destacadamente em sua versão midiaticizada.

Nesse sentido, o momento atual figura pela pertinência de alguns traços, que caracteriza a circunstância social como um modo singular de ser e estar no mundo. Assim, a comunicação estrutura a contemporaneidade, porque se torna um agente essencial de realização do capital, de intermediação e unificação social, apresentando-se em uma particular sociabilidade de *espaço geográfico e eletrônico*, de *convivência e televivência*, de *tempo real e espaço planetário*, *localidade e globalidade*, *realidade e telerealidade*. Igualmente, a sua capacidade de produção e difusão de sentidos, bem como sua constante presença nos espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, transforma ou compõe em uma verdadeira ambiência todo o social.

Essa forma de compreender a contemporaneidade, caracterizada por Canelas Rubim, possibilita, à reflexão que queremos desenvolver, situarmos de forma contextualizada para assim pensar a televisão e sua programação na atualidade. Com efeito, a televisão, com seus programas jornalísticos e de entretenimento, tem se destacado como principal meio de divulgação de idéias, pela sua popularização, e por assim atingir mais diretamente os cidadãos. Pesquisadores e críticos da cultura, inclusive, têm reconhecido a televisão como o mais

¹⁹ Considera-se que é cada vez mais crescente a centralidade da mídia na sociedade atual, todavia, por assumir essa posição, não se compartilha da interpretação de atribuir aos meios de comunicação poderes desmedidos em face de sua conexão com a contemporaneidade.



poderoso e onipresente *mass media* eletrônico cuja influência vem aumentando e se tornando cada vez mais decisiva nas sociedades contemporâneas (LIMA, 2004, p. 253).

Embora, o segmento do entretenimento represente parte significativa de sua programação na televisão, sabe-se que ela não é uma indústria de entretenimento puro, é a combinação de todas as dimensões da cultura de massa, sendo, inclusive, dotada de um forte setor da informação (GOMES, 2004, p. 344). Vale dizer, um dos setores que vêm ocupando um papel cada vez mais central dentro das empresas televisivas é o telejornalismo. Venício de Lima (2004, p. 254), até mesmo, constata o recente aparecimento de canais especializados em notícias em todo mundo e o espaço maior que os programas informativos passaram a ter na programação total.

No que se refere ao Brasil, estudos sobre telejornais têm sido freqüentemente realizados, muito embora não se possa falar que exista uma tradição consolidada de pesquisas nesse segmento, ainda mais quando relacionadas a assuntos políticos. Por outro lado, trabalhos têm sido feitos no âmbito do telejornalismo nacional, especialmente sobre o Jornal Nacional da Rede Globo²⁰, sendo, porém, pouco pesquisado o telejornalismo local.

Uma das principais razões de proposição desta pesquisa, foi desenvolver estudos relativos a programas de televisão locais, como é o caso do interesse sobre o telejornal “Jornal do Dia” da TV Ponta Negra, emissora afiliada à Rede SBT de televisão e sediada em Natal no Rio Grande do Norte.

Nosso objetivo de pesquisa consistiu em realizar um exame acerca do comportamento da seção política do referido telejornal, respeitante à cobertura que vinha efetuando acerca dos acontecimentos políticos do estado do RN. Detalhadamente, a intenção foi a de analisar possíveis pressupostos ideológicos, construídos por sua seção política, referentes não só aos políticos, partidos e principais instituições políticas do Estado (casas legislativas, executivos,

²⁰Cf. Gomes (2004), Lima (2004; 2006), entre outros.



e demais órgãos da administração pública), mas também à movimentação político-partidária no que concerne ao âmbito estadual e municipal do RN²¹.

A TV PONTA NEGRA E O JORNAL DO DIA: ORGANIZAÇÃO MATERIAL DE DESENVOLVIMENTO DA FRENTE TEÓRICA OU IDEOLÓGICA

A TV Ponta Negra, a qual mencionamos, é a emissora comercial mais antiga do estado do RN. Foi fundada em Natal no ano de 1987 pelo ex-senador Carlos Alberto de Souza, na época à posse do ex-governador do estado Geraldo Melo. Pertence à família Souza da qual a ex-deputada e ex-prefeita de Natal, Mícarla de Souza²², é dirigente e integrante familiar. Considerada ainda um importante veículo de informação, vem ampliando, em termos de abrangência, suas transmissões no RN²³. Em se tratando de suas programações, o jornalismo informativo tem se destacado como “carro chefe”, segmento que vem se mostrando de grande repercussão no estado por já conseguir auferir significativas audiências junto à população.

O telejornal “Jornal do Dia”, por seu turno, caracteriza-se por apresentar um perfil editorial político-econômico. Vai ao ar em duas edições diárias, de segunda a sexta, com início às 13h20 (1ª edição com Luis Henrique e Georgia Nery) e às 19h20 (2ª edição com Renata Passos, havendo rodízio de outros apresentadores às sextas-feiras)²⁴. Procura realizar uma

21 Fundamental para nossa investigação, enquanto proposta de trabalho e metodologia, foram os estudos desenvolvidos pelo Professor Dr. Pedrinho Guareschi (UFRGS) no campo da psicologia social. Emblemático, nesse sentido, é sua análise sobre “O bom e mau político no Correio do Povo” publicada no livro “Os construtores da informação” (Editora Vozes, 2003). Este livro e, em especial, essa publicação, nos serviu de referência para pensar e aplicar suas propostas no estudo da mídia televisiva em Natal/RN. A pesquisa, desde já, é tributária de suas contribuições na área, não só da psicologia e dos estudos midiáticos, mas também no campo da sociologia e da ciência política.

22 No período de realização da pesquisa (2011-2012), Mícarla estava à frente do executivo municipal de Natal/RN com mandato de 2009-2012, quando foi afastada em outubro do último ano.

23 Atingindo 90% da população a TV Ponta Negra detém o segundo lugar em audiência, com o dobro da audiência da terceira colocada (TV Tropical), dados de 2012. Cf. fontes: www.donosdamidia.com.br; www.tvpontanegra.com.br. Tais endereços eletrônicos guardam um panorama sobre as emissoras e programas.

24 A indicação dos nomes dos apresentadores e dos horários de apresentação do telejornal para a sociedade potiguar datam do período de pesquisa, como já informado anteriormente.



interpretação dos diversos acontecimentos da sociedade do estado, priorizando as questões políticas do RN (eleições, movimentações partidárias, atuações dos principais agentes políticos, etc.). Sua cobertura, principalmente, sobre Natal é destaque, pois encontra na capital (mas também em outras cidades maiores do estado, como Mossoró e Parnamirim) a matéria-prima de suas elaborações, assim como a considera um espaço, por excelência, de divulgação de suas idéias.

Por se tratar de um programa jornalístico de cunho fortemente político e possuir grande repercussão no estado em termos de audiência pública, acreditamos estar trabalhando com uma destacada “organização material” capaz de produzir e difundir “determinados tipos de cultura” (GRAMSCI, 2000) acerca da política no Rio Grande do Norte, o que nos estimulou, ainda mais, a buscar identificar e a querer compreender a natureza dessas potenciais representações e pressupostos ideológicos sobre os políticos, os partidos, etc.

Elaboramos, deste modo, como norte de nossa pesquisa, algumas conjecturas que nos ajudou a decifrar nas mensagens e notícias telemediadas pelo citado telejornal: a) a existência de matérias e notícias carregadas de representações sociais e conteúdos ideológicos acerca da política a qual vem se travando no estado; b) a cobertura feita pelo Jornal do Dia privilegiaria os políticos e os partidos mais conservadores do estado; c) construiria, sutilmente, representações negativas dos políticos e partidos de esquerda ou mesmo órgãos que, eventualmente, fizessem oposição ao governo estadual e municipal; d) encaminharia uma determinada “visão de mundo” da política (haveria, possivelmente, nas mensagens uma defesa liberal da política - a democracia restrita ao jogo político-partidário-eleitoral, a racionalização da política e o livre mercado, entre outras..), o que, sem sombra de dúvida, refletiria na prática do cidadão comum ao lidar com o mundo político (embora, não seja nosso objetivo esse estudo) 25; e) afirmaria socialmente, por meio das formas simbólicas que lhes são próprias, relações de assimetria e poder.

Com efeito, ao buscar identificar e compreender possíveis pressupostos ideológicos referentes à política praticada no estado, entendíamos ser, também, necessário provar se a emissora de televisão, a qual estamos nos referindo, encontrava-se, ou não, vinculada a grupos familiares e, possivelmente, a partidos políticos que há muito participam da política no estado,

25 Cf. Alessandra Aldé. “A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa”. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.



principalmente da capital. Nesse sentido, caso comprovado, não seria nada impossível de se imaginar que o referido jornal, através da leitura que realiza dos assuntos políticos, imprimiria, às matérias jornalísticas formuladas e veiculadas diariamente, os valores e as concepções políticas conectadas aos agrupamentos que mais se ajustava política e economicamente.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A SUA RELEVÂNCIA PARA A PESQUISA

Nosso interesse na realização dessa investigação residiu no fato de ter consciência de que os meios de comunicação, especialmente a televisão, se constituem em instrumentos importantes de socialização. Alessandra Aldé (2005), por exemplo, chega a destacar a televisão como uma fonte significativa de orientação política, certamente por saber que a maior parte das informações que a nossa população têm acesso advém da televisão, sendo o telejornalismo um segmento que atinge fortemente os lares. A televisão, segundo a autora, é o meio que mais interpela as famílias, justamente por alcançar diretamente os indivíduos e, por isso, se constitui como “repertórios de exemplos”, fornecendo explicações prontas para uma variabilidade de questionamentos (ALDÉ, 2005).

Não nos resta dúvida que nas sociedades contemporâneas os meios de comunicação se destacam como os principais veículos de *construção social da realidade* (BERGER e LUCKMANN, 2004) e como afirma Lima (2006, p. 55) o papel mais importante da mídia na atualidade decorre, justamente, de sua capacidade de elaborar e difundir representações dos mais diferentes aspectos da vida humana — das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito), entre outros, — e, em especial, da sociedade e da política.

Outrossim, a mídia passou a ter uma importância crescente no processo de *socialização*. É mister assim falar, para uma melhor reflexão, que a socialização corresponde a um processo contínuo que vai desde a infância à velhice e é por meio dela que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e incorpora as normas sociais. Uma comparação da importância de diferentes instituições sociais no processo de socialização, conforme Lima (2006, p. 55-56), revelaria que nos últimos 30 anos a família, as igrejas, as escolas e os grupos de amigos estariam crescentemente perdendo espaço para mídia.

Igualmente, Luis Felipe Miguel (2004) raciocina que as representações que possuímos do mundo, é fruto das *maneiras de vê-lo*, ou melhor, que incorporamos, já que elas nos são socializadas. Porém, importa observar que essas representações são, e este é o fato mais relevante, *ativas*. “Nós agimos no mundo de acordo com a maneira como o vemos ou o



conhecemos, assim a conservação ou a transformação da sociedade depende, em maior parte, dessas representações, sendo elas cada vez mais disseminadas pelos meios de comunicação” (MIGUEL, 2004, p. 332).

Pode-se dizer, com isso, que, por um lado, é cada vez mais forte a idéia de que muito de nossa maneira de ver o mundo e atuar nesse mundo depende da mídia, e, acrescente-se, ao contrário do que pode parecer, ela não transmite apenas “fatos”, mas também julgamentos, valores e interpretações (MIGUEL, 2004, p. 331); por outro, se os meios de comunicação são elementos importantes na estruturação de nossas representações, conseqüentemente, a realidade que nos cerca não existe simplesmente, ela é também construída pela nossa maneira de vê-la.

A mídia, então, passa a ter uma centralidade medrada na atualidade e para assim pensar como Almeida (2002), “a midiatização da sociedade” vem acompanhada pela dominância ou hegemonia da TV sobre os outros meios de massa.

A essa crescente centralidade da mídia na sociedade atual, especificamente a TV, vale ainda atentar para outro fato, o que torna a situação ainda mais delicada quando se pensa os meios de comunicação na contemporaneidade. Trata-se da questão de que boa parte da nossa população não é alfabetizada. Dados coletados já mostravam, para os anos em que foram realizados essa pesquisa, que 10,0% da população brasileira não possuíam o domínio completo da leitura e da escrita, e 21,7% já eram considerados analfabetos funcionais²⁶. Essa situação tornava-se ainda mais preocupante ao saber que números da PNAD/IBGE (2008) mostravam que 96,3% dos domicílios brasileiros possuíam pelo menos um aparelho de televisão. Uma situação contrastante para uma população com baixos níveis de alfabetização, mas que faziam leituras diárias da mídia. É, pois, sabido que boa parte do entretenimento e, acima de tudo, da informação, a qual tem acesso a nossa sociedade, advém das imagens e programações da televisão.

No caso do Nordeste, e do Rio Grande do Norte, a situação tornava-se ainda mais grave, pelo fato de que é característico, à região e ao estado, apresentarem índices mais

²⁶ Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2008.



elevados de analfabetismo²⁷. Todavia, a sua população já convivia (e convive), à exemplo do plano nacional, com uma percentagem alta de televisores ligados diariamente. Pesquisas – PNAD/IBGE (2008) – apontavam, para faixa de 15 anos ou mais da população, um percentual de analfabetismo de ordem de 20% para região Nordeste e de 19,6% para o Rio Grande do Norte. Já o analfabetismo funcional na região era de 33,5% e no estado representava uma taxa de 30,9%. Isso, para um convívio com um número elevado de televisores: no Nordeste o número dos domicílios particulares urbanos que apresentavam a posse desse bem material de consumo era de 93,9% e no Rio Grande do Norte a percentagem era 95,7%.

São preocupantes essas informações, uma vez que evidencia o Nordeste e o Rio Grande do Norte como apresentando valores muito superiores à média nacional para os índices de analfabetismo e analfabetismo funcional e, o que é paradoxal, expostos à mídia. Essa situação, específica de nossa população, em correspondência à leitura que se faz de Lima (2006), tornava (e torna) a mídia potencialmente mais poderosa, e os reflexos não deixam de ser sentidos na sociedade, peculiarmente no que tange à construção de uma *democracia*²⁸.

UMA INTERPRETAÇÃO DA IDEOLOGIA: A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE COMO METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS FORMAS SIMBÓLICAS

De início, dois pontos importantes necessários a ressaltar: o primeiro ponto refere-se ao fato de que este estudo se inseriu em um campo de investigação interdisciplinar ou multidisciplinar, isto é, trata-se de uma pesquisa que foi capaz de reconhecer a insuficiência de análise em uma única área do saber científico, área esta que seja capaz de fornecer “orientações integrais” acerca do tema em foco ou mesmo que possa se caracterizar, como se diz correntemente, por um “bastar-se por si mesma”. Abraçamos e percorremos campos variados na pesquisa como a Sociologia, a Ciência Política, a Comunicação Social e a Psicologia Social. Nosso trabalho também deu um passo a mais, quando buscou dialogar com

27 Não que seja “natural” da região Nordeste apresentar os maiores índices de analfabetismo do Brasil, todavia seu histórico quadro de periferização no plano nacional, sobretudo, no âmbito econômico reflete profundamente nas questões sociais, sendo a educação uma delas.

28 No que diz respeito a importância crescente da mídia e sua relação com a democracia, ressaltamos os seguintes trabalhos: “Democracia e representação” de Luis Felipe Miguel (2014) e “Notícias em disputa” de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2017), entre outros.



áreas amplas, como os estudos midiáticos e com áreas específicas, como os estudos de mídia e política.

Lembramos, porém, que ao reconhecer o caráter interdisciplinar da pesquisa, isso não invalida o “tom” que foi impresso por nós, em boa medida, do pensamento das chamadas Ciências Sociais, campo de formação amplo, multidisciplinar e de grande abrangência em termos de incorporação de autores; o que nos forneceu maiores possibilidades e segurança de fundamentação teórica e metodológica.

O segundo ponto reporta-se à realidade do fato de que o objeto de nossas preocupações se constitui por ser aquilo que Thompson (1995; 1998) denominou em suas obras como sendo “formas simbólicas”, isto é, “(...) expressões lingüísticas, gestos, ações, (...)” (THOMPSON, 1998, p. 9) ou ainda “(...) falas, textos que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas (...)” (THOMPSON, 1998, p. 357). Isso significa que ao situarmos as imagens, os discursos, os textos, constantemente veiculados pelos meios de comunicação, como “formas simbólicas”, abriu-se claramente espaço para entendê-los como estruturas passíveis de interpretação. Thompson (1998, p. 357), nesse sentido, foi quem mais enfatizou o caráter de o estudo das formas simbólicas ser, fundamentalmente e inevitavelmente, um problema de compreensão e interpretação.

Nada mais natural para o que pretendíamos realizar, pois a metodologia que deu sustentação a nossa pesquisa fundamentou-se, justamente, na chamada “hermenêutica de profundidade” (HP). Trata-se de uma “metodologia da interpretação” proposta pelo próprio autor que salienta os seus alicerces na tradição da hermenêutica antiga, cuja origem remonta a Grécia Clássica e desenvolve-se até atingir os recentes séculos XIX e XX, com destaque, para o pensamento dos filósofos modernos como Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur.

Dito isso, vejamos, resumidamente, a abordagem feita por Thompson acerca da HP em seu livro “Ideologia e cultura moderna” e em seguida, a nossa utilização em pesquisa de sua metodologia, juntamente com o referencial teórico que nos foi bastante caro. Desde já salientamos que a nossa exposição da metodologia do autor (a HP) não substitui a leitura integral e mais detalhada que ele faz do assunto em publicação supracitada.

Assim, a Hermenêutica de Profundidade é explicitada por Thompson como sendo um referencial de análise de grande eficácia para o estudo da cultura, dos meios de comunicação de massa e, em particular, da ideologia. Como entende o autor, tal metodologia apresenta três fases ou procedimentos principais. As três fases do enfoque hermenêutico são descritas da



seguinte forma: “análise sócio-histórica”, “análise discursiva ou formal” e “interpretação/reinterpretação”. Cada fase não pode ser vista simplesmente como etapa separada de um método seqüencial, mas como dimensão analítica distinta de um processo complexo, onde tais etapas estabelecem conexões e diálogos entre si, não sendo, portanto, estanques. Cabe, ainda, ao pesquisador procurar a maneira mais eficiente de aplicar, na prática, as três fases de análise, levando em conta sempre o seu estudo, seus objetivos e circunstâncias específicas do seu trabalho, isso porque cada fase do enfoque da HP coloca à disposição uma variedade de métodos de investigação, sendo que alguns métodos podem ser mais adequados que outros.

A primeira fase da HP, nesse sentido, descrita como “análise sócio-histórica”, parte da ideia de que as “formas simbólicas não subsistem no vácuo, elas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas”. O principal objetivo desse tipo de análise é “(...) reconstituir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 367). Pensando dessa maneira, Thompson sugere alguns aspectos dos contextos sociais, por ele já discutido em livro, que podem ser úteis em uma análise de tal natureza, destarte reproduzimos: os “espaço-temporais”, os “campos de interação”, as “instituições sociais”, a “estrutura social” e os “meios técnicos de transmissão”.

Cada aspecto abarca um campo de análise metodológica com objetivos próprios e se constituem como maneiras diferenciadas de compreender a contextualização social das formas simbólicas. A HP, em sua primeira fase, empreende desse jeito, de maneira conjunta e ampla, um exame de regras e convenções, de relações sociais e instituições, de distribuições de poder, de estrutura de classe e de outras formas mais. Trata-se, resumidamente, de uma análise das formas simbólicas inseridas em contextos históricos e socialmente estruturados.

A segunda fase, por sua vez, intitulada de “análise discursiva” ou “formal”, busca concentrar-se nos aspectos mais discursivos das formas simbólicas. A expressão “Análise discursiva” é utilizada pelo autor para se referir, em tais casos, ao exame das características estruturais e das relações do discurso; já o termo “discurso”, de um modo geral, é utilizado para se reportar às instâncias de comunicação correntemente presentes na sociedade. O objeto da análise discursiva, como bem lembra Thompson, refere-se “a casos concretos da comunicação do dia-dia, uma conversação entre amigos, uma interação na sala de aula, um editorial jornalístico, um programa de televisão” (THOMPSON, 1998, p. 370).



Com efeito, na análise formal, bem como ocorre para a análise sócio-histórica, há uma variabilidade de métodos ou propostas de investigações críveis de serem utilizadas. Mais uma vez, fica a depender do pesquisador e das características particulares de sua pesquisa, cabe, nesse sentido, ao estudioso procurar alternativas metodológicas que mais se adéquem ao seu trabalho. Assim, Thompson lista as possibilidades de investigações metodológicas da análise discursiva em: “análise semiótica”, “análise de conversação”, “análise sintática”, “análise narrativa” e “análise argumentativa”.

Por fim, a terceira e última fase da HP é destacada pelo autor, como sendo de “interpretação/reinterpretação. Esse estágio de investigação parte da análise precedente, a formal, mas se distingue dela. Conforme Thompson, os métodos da análise discursiva procedem por *análise*, isto é, ruptura, quebra, divisão, desconstrução. A interpretação, ao contrário, busca em meio a um processo de *síntese* (aqui síntese interpretativa), construir significados por sobre os resultados da análise formal e sócio-histórica das formas simbólicas. Trata-se, assim, de construir criativamente virtuais sentidos, de explicitar aquilo que nas formas “discursivas” ou “simbólicas” o autor chama de “caráter referencial”, isto é, constructos que representam algo, dizem algo, referem-se a alguma coisa (THOMPSON, 1998, p. 375). A grande importância da fase da interpretação/reinterpretação, avalia Guareschi (2003, p. 87), é porque há a necessidade de “referendar” o que foi analisado, “referenciá-lo”, colocar-lhe um endereço e mostrar onde ele se situa no grande quadro do conjunto maior.

Thompson observa, também, que “o processo de interpretação é simultaneamente um processo de reinterpretação”, bem como o processo de interpretação é também um processo de risco. Como salienta o autor, as formas simbólicas fazem parte de um campo pré-interpretado, elas são já interpretadas pelos sujeitos que constitui o mundo sócio-histórico e “como uma reinterpretação de um campo objetivo pré-interpretado, o processo de interpretação é necessariamente arriscado, cheio de conflitos e discussão” (THOMPSON, 1998, p. 376), cabe, nesse sentido, a quem interpreta, que justifique sua interpretação, que consiga suficientes razões para legitimar tal interpretação. Cabe também a quem lê a interpretação e não concordar com ela, o direito e o dever de reinterpretar, de acrescentar ao que foi dito, sua interpretação da realidade, mas também justificando-a (GUARESCHI, 2003, p. 23-4).

A HP como formulada por Thompson, através das três etapas acima descritas, é, com efeito, muito promissora, pois possibilita à investigação social um amplo leque de possibilidade de análise em cada fase particular, ao mesmo tempo em que abre caminhos



múltiplos para construção criativa de sentidos ou interpretações por parte do investigador. Thompson ao propor esse esquema intelectual de interpretação sistemática das formas simbólicas, formulou, sabiamente, sua plena empregabilidade para fins de interpretar a ideologia, buscando, acima de tudo, imprimir em sua análise uma dimensão crítica.

De acordo com o próprio autor (THOMPSON, 1998, p. 377-8), a interpretação da ideologia, forma particular da HP, se apóia sobre cada uma das fases do enfoque da HP, mas toma essas fases com a finalidade de realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Procura explicitar como, em circunstâncias específicas, o sentido mobilizado pelas formas simbólicas sustenta a posse e o exercício do poder. Marca, deste modo, com a inflexão crítica sobre as diferentes fases da HP ao propor como finalidade identificar o significado que está ao serviço do poder.

Partindo, então, do marco referencial metodológico proposto por Thompson como HP, a nossa pesquisa foi organizada da seguinte forma: fizemos uso das três etapas sugeridas pelo autor pleiteando identificar e analisar os diferentes discursos e as ideologias, possivelmente, presentes nas “formas simbólicas” telemediadas.

Nesse sentido, a primeira fase metodológica que foi empreendida por nós, a análise sócio-histórica, buscou um enfoque, ainda que breve e limitadamente²⁹, para o “contexto” das relações econômicas, políticas e sociais na qual estavam inseridas a TV Ponta Negra e o Jornal do Dia. Chamamos de “análise contextual” a postura metodológica que procurou situar, dentro de um quadro situacional maior, as instituições da mídia e seu processo de produção e recepção das formas simbólicas. Isso significou, em outras palavras, não deixarmos de notar, como adequadamente salientou Damasceno (2008) para as questões referentes ao nicho do capital, do lucro, da cultura empresarial e da correlação de forças político-ideológicas, entre outros, a que estava incluída a TV Ponta Negra e, em nosso caso, o Jornal do Dia.

Procuramos, assim, entender a dinâmica do capitalismo e da sociedade em sua fase atual, bem como a “cultura política” em que estava sendo forjadas e recebidas as imagens, os discursos e as ideias, constantemente veiculadas, sobre a política, como sendo um passo importante a enxergar o porquê de ser tão comum, tão corrente e tão aceita determinadas elaboração social e ideologia. Seria possível ter havido, por exemplo, conexões, de algum

²⁹ Entendemos que embora houvesse uma ampla estrutura social e histórica na qual se insere nosso objeto, não era ambição abordar a magnitude do problema, pois estávamos limitados por tempo e espaço.



modo, como são as relações de interesses, entre aquilo que é produzido (como é produzido) e divulgado, simbolicamente e as bases sociais, econômicas e políticas em que são fabricadas e recepcionadas, como são as formas simbólicas?

Na segunda fase da HP, buscamos empreender como metodologia discursiva ou formal a “análise argumentativa”, como foi sugerida anteriormente por Thompson. Não entramos em detalhes inicialmente, apenas a citamos, mas caracterizamos-la como tendo por objetivo “reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso” (THOMPSON, 1998, p.374). Nesse sentido, Campos (2007, p. 28) concedeu importante contribuição para pensar tal enfoque ao salientar em seu trabalho que “o discurso é muitas vezes apresentado na forma de argumento, com uma série de proposições ou asserções, temas ou tópicos, que se encadeados coerentemente e com ajuda de adornos retóricos, procuram persuadir uma audiência”.

Ao observarmos atentamente o programa *Jornal do Dia*, vimos o quanto suas matérias são recheadas por metáforas, comparações, hipérboles e outras figuras a mais de linguagens que davam sentido de exagero à realidade apresentada e que construíam, como ressalta Thompson, inferências sobre determinados assuntos. Esse tipo de análise permitiu também que pudessem ser observados encadeamentos lógicos de propostas ou de sugestões de ideias que quando articuladas em um discurso, com determinados elementos, verbos, construções frasais, escondiam ideologias ou mesmo incutiam estratégias ideológicas conscientes ou inconscientemente estruturadas. Destarte, a análise formal, no aspecto argumentativo, facilitou, em muito, nosso trabalho, principalmente pensando na interpretação/reinterpretação que aconteceria em seguida, complementando, como bem articulou o autor, a metodologia da HP.

A análise interpretativa foi a última etapa de análise e baseou-se nas duas primeiras soldando a visão de conjunto da HP. Pensamos para a análise do *Jornal do Dia* uma dada seleção de matérias (ou notícias) e assim o exame em correspondência ao que vinha sendo feito nas duas primeiras etapas. Contudo, esta fase por guardar certa autonomia possibilitou aberturas maiores de análise. Como salienta Guareschi (2003, p. 87) “(...) é o autor do trabalho quem fala, quem escreve, quem se expõe. Nesse momento ele procura acrescentar uma nova compreensão do fato, e cria, assim, novos conhecimentos. Esse é o ‘novo’ do processo interpretativo”.



Aqui, interpretamos formas simbólicas, pré-interpretadas que, também, estarão abertas a novas (re)interpretações. Focamos o nosso olhar para as potenciais representações sociais e ideologias que estavam atreladas aos discursos noticiosos. Claro que cada interpretação foi justificada à luz de teorias, conceitos / categorias e reflexões de autores, além do usufruto de metodologias procedimentais de caráter organizativo, relevantes ao agrupamento de notícias por determinados critérios e/ou construção de categorias gerais de dimensão classificatória.

A tudo isso, acrescentamos que a pesquisa foi complementada metodologicamente com o referencial teórico e as exequíveis técnicas de pesquisa abaixo:

Principais referências

1) A Teoria Social Crítica de J. B. Thompson (1995; 1998), necessária para refletirmos acerca do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, das formas simbólicas, da cultura midiática e dos processos de interação, entre outros;

2) A Teoria da Ideologia como também formulada J. B. Thompson (1995; 1998), salutar para percebermos os modos e estratégias ideológicas que estavam associadas às formas simbólicas;

3) A excelente análise de David Harvey (2002) acerca, principalmente, do desenvolvimento do capitalismo, mas também da política e da cultura na contemporaneidade.

Outros autores também fizeram parte da nossa análise para pensar determinadas situações, como é o caso de Karl Marx (2007) e Antônio Gramsci (2000).

Técnicas de pesquisa

Quanto à construção do *corpus* técnico e os procedimentos analíticos do estudo (BAUER e GASKELL, 2003), optamos pelo uso de um trabalho por amostragem. Procedemos à gravação de 4 semanas seguidas do programa Jornal do Dia (1ª e 2ª edição), o que correspondeu 22 dias de matérias (segunda a sexta). Dado o caráter de repetição da notícia, decidimos por trabalhar com a sua representatividade, isto é, procuramos trazer para a pesquisa a notícia mais significativa para exame, estabelecendo como baliza o seu caráter explicitamente ideológico (partindo da concepção de ideologia de Thompson que se preocupa como o sentido que está sendo mobilizado em favor de pessoas ou relações de desigualdade e poder).



Assim, foram vistas, selecionadas e estudadas um número de 52 notícias, sendo 32 delas consideradas reconstituições. Foram desconsideradas as matérias repetidas que iam ao ar, normalmente, na 2ª edição do jornal ou nas edições do dia seguinte. Das 52 matérias, consideradas como notícias, por haver algo novo, em termos de acréscimo de informação, destacamos para a análise 19 matérias por seu caráter de representatividade e assim procedemos a leitura interpretativa.

CONCLUSÃO

Em síntese, o estudo debruçou-se sobre o Jornal do Dia da TV Ponta Negra, emissora comercial do Rio Grande do Norte e afiliada da Rede SBT de televisão. Indagamos sobre o comportamento de sua seção política, respeitante a maneira como vinha efetuando a cobertura dos assuntos políticos do estado. Procuramos saber como os acontecimentos políticos do Rio Grande do Norte, entendido esses como a prática política noticiada, estavam sendo apresentados pelo referido telejornal.

A hipótese que lançamos, e que se confirmou na pesquisa (já realizada), fundava-se no fato de que os acontecimentos que viravam notícias no Jornal do Dia estavam sendo apresentados, em sua grande parte, de forma instrumentalizada com objetivo de atender a interesses específicos no estado e assim a contribuir decisivamente para a manutenção de uma estrutura de poder e *status quo* na sociedade potiguar. Evidentemente que os resultados de pesquisa não se resumem a essa síntese pronunciada, porém, pode ser encontrados, de maneira mais detalhada, em dissertação publicada. Pesquisa com registro no repositório institucional da UFRN (REZENDE, 2012) ou em formato de livro divulgado pela editora Appris (REZENDE, 2016).

Acrescentamos ainda, a estas considerações finais, e ao que já foi dito sobre a metodologia hermenêutica, como elaborada por Thompson, que ela não tem o caráter de rigidez metodológica comum a muitas metodologias no campo das Ciências Sociais ou Humanas. Ela abre-se às possibilidades de pesquisa, de objeto e de investigação e fornece ao pesquisador, desde que coerentemente manuseada, potencialidade para adaptar métodos e construir criativamente alternativas procedimentais e interpretativas.

A Hermenêutica de Profundidade constitui-se por ser um importante método de análise midiática, pois permite ao pesquisador abertura em sua análise. Como não compartilhamos da ideia de neutralidade nas Ciências Sociais, mas de uma postura consciente do perfil de interesse do pesquisador, bem como, de seu exercício contínuo de vigilância epistemológica,



essa proposta coloca-se como uma via alternativa de investigação que procura fugir de concepções positivistas de análise.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Jorge. **Marketing Político: hegemonia e contra-hegemonia.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Xamã, 2002.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2003.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMPOS, Adriana Souza. **De fábrica de emprego à fábrica de ilusões: o Globo Repórter e a comunicação governamental em Rio Verde (GO).** 2007. 222f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) – Universidade de Marília, Marília, 2007.

DAMASCENO, Josemar da Silva. **Telerrealidade e classes subalternas: o patrulha da cidade da TV Ponta Negra (Natal/RN).** 2007, 63f. Monografia (Departamento de Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2007.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2000. (Volumes 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

GUARESCHI, P. A. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética.** 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

HARVEY, David. **A condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 2002.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política.** 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputas: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.



MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e opinião pública. In.: AVELAR, L.; CINTRA, O. (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adnauer-Stiftung. São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

REZENDE, Dannyel Brunno Herculano. **Da política no vídeo à Videopolítica: um estudo hermenêutico do programa Jornal do Dia (Natal-RN)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2012.

REZENDE, Dannyel Brunno Herculano. **Videopolítica: jornalismo, discurso e poder em sua TV**. Curitiba: Appris, 2016.

RUBIM, A. C.; AZEVEDO, F. A. **Mídia e política no Brasil: estudos e perspectivas**. (IV Congresso Latinoamericano de Ciências de la Comunicación), 1998.

RUBIM, Antônio Canelas. Novas configurações das eleições na idade mídia. In.: **Opinião Pública**, vol,7,n.2. Campinas, nov. 2001a.

RUBIM, Antônio Canelas. O lugar da política na sociabilidade contemporânea. In.: AIDAR PRADO, J.L; SOVIK, L. (Org.). **Lugar global e lugar nenhum: ensaios sobre a democracia e a globalização**. São Paulo: Hacker Editores, 2001b.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Lisboa: Terramar, 2000.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. In.: **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, vol. 42, nº 2, maio/ago 2006.



CAPÍTULO 5

A COVID NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA NAS REGIÕES BRASILEIRAS

DOI: 10.47402/ed.ep.c2022181205061

Janieri Luiz da Silva

RESUMO

A COVID-19 surgiu em Wuhan na China a partir de vários alertas que foram apresentados a Organização Mundial de Saúde. Após um pequeno espaço de tempo as cidades chinesas já apresentavam alertas sobre um tipo de Coronavírus existente naquela região. O primeiro caso de COVID no Brasil foi anunciado em 26 de fevereiro de 2021 e a partir de 11 de março de 2020 a própria OMS anunciou o Coronavírus como uma pandemia deixando toda a população do mundo em alerta. Com isso, os casos começaram a se multiplicar em grande escala no mundo o que não foi diferente no Brasil e com isso existiu a necessidade de isolamento social para evitar a proliferação do vírus. As regiões brasileiras entraram em um verdadeiro caos, com diversas mortes e principalmente perdas econômicas gigantescas. Este artigo pretende apresentar de maneira simplificada um breve resumo sobre a COVID-19 nos estados brasileiros a partir de referências bibliográficas, enfoques jornalísticos, entre outros, de maneira a refletir sobre as diversas situações apresentadas neste período pandêmico em cada região, além de dados estatísticos sobre este levantamento.

PALAVRAS-CHAVES: COVID-19. Estados brasileiros. Pandemia.

INTRODUÇÃO - A COVID-19 NO MUNDO E NO BRASIL

Em 31 de dezembro de 2019, foram apresentados os primeiros sinais a OMS – Organização Mundial de Saúde sobre sintomas respiratórios que estavam aparecendo em Wuhan na china, na província de Hubei. Esta cepa que apareceu na china, causava inicialmente uma espécie inicial de resfriado com sintomas que se tornavam muito mais graves em dias. Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a presença de um surto e comunicou a comunidade internacional sobre a necessidade de atenção em todo o mundo. (MINISTÉRIO DA SAÚDE – BR, 2019). Em 11 de março de 2020, a OMS caracterizou a COVID-19 como uma pandemia. Vale salientar que segundo o site da OPAS (Organização Pós-Americana da Saúde) “o termo pandemia se refere a distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo.” (OPAS,2020). Esta explicação é importante, pelo fato de muitas pessoas pensarem que o termo pandêmico advém da gravidade, mas termina sendo pela diversidade de locais onde a doença aparece, segundo informações postadas pelo Ministério da Saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE – BR, 2019).



Em 26 de fevereiro aparece o primeiro caso de COVID-19 no Brasil na cidade de São Paulo e diante disso, começaram os processos de repatriação da cidade de Wuhan, dos brasileiros na tentativa de trazerem para o país e poder assegurar a constituição brasileira. (UOL, 2020) Enquanto isso, o aumento de casos assolava o Brasil, os estados começavam a declarar isolamento social obrigatório e o vírus cada vez mais contaminava pessoas. Segundo o site UOL de notícias em 08 de agosto de 2020, o Brasil ultrapassa a marca dos 100 mil mortos deixando os estados brasileiros em estado de alerta máxima e apresentando uma calamidade pública em excesso. (UOL, 2020) Vale ressaltar também, que existem alguns poucos escritos sobre a pandemia de COVID-19, mas que é importante verificar fonte, veracidade, informações colocadas entre outras. Estes escritos pertencem a novas observações e abordagens e isso se deve principalmente pelo avanço da ciência e a importância dela para a sociedade.

Quando se trata de ações voltadas para o combate a pandemia é importante observar os escritos anteriores apresentados por Geoffrey Rose (1992) que nos traz informações importantes até os dias atuais principalmente quando se trata de questões voltadas para o enfrentamento de pandemia ou doenças. Segundo o que é apresentado pelo Epidemiologista Britânico existem duas estratégias que podem ser tomadas diante de uma pandemia, de um enfrentamento de uma doença. A estratégia de alto risco, usada para combater o impacto da doença em público específico e a estratégia populacional, de abrangência maior, que é usada para prevenir a população da doença ou vírus existente.

Este artigo pretende analisar de forma sucinta como se deu a pandemia de COVID-19 nas regiões Brasileiras, apresentando de maneira resumida gráficos de evolução e até formas de combates de maneira geral. Para demarcar o limite do artigo analisaremos dados informados por sites de instituições sérias, órgãos públicos, veículos de imprensa e realizaremos estas análises embasados em teóricos que busquem retratar a pandemia de COVID-19 ou até correlacionar com outras pandemias e situações já existentes no Brasil e no mundo. Como forma de demarcação geográfica, as análises serão feitas nas 5 regiões brasileiras: Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste. (IBGE, 2021)

A COVID NAS REGIÕES BRASILEIRAS

O Brasil é dividido em 5 regiões brasileiras: Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste, com 26 estados e o Distrito Federal ainda estão passando situações adversas com a COVID-19. Os Números de mortes aumentaram e atingimos a marca de mais de 500 mortos



em 19 de junho de 2021, segundo a Agência Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Vale salientar, que o caos se instalou nas regiões Brasileiras e principalmente o número de mortes foi crescendo de maneira brusca e deixando a cada dia os brasileiros mais preocupados. (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Se analisarmos o termo pandemia presente no dicionário encontraremos a seguinte explicação: Disseminação de uma doença que alcança o mundo todo, isso ocorre quando há uma epidemia em uma região, mas se espalha globalmente atingindo todo o planeta.” (AURÉLIO, 2021) Dessa forma, vale refletir que o COVID-19 tornou-se uma pandemia a partir do momento que se espalhou pelo mundo todo e fez diversas mortes.

Se nos debruçarmos sobre a história perceberemos que a COVID-19 não foi a única pandemia a acontecer no mundo. Segundo o Artigo Pandemia na história (SANARMED, 2021), existiram vários processos infecciosos que afetaram o mundo e fizeram diversos mortos. Podemos citar algumas delas como: A pandemia do Justiniano por volta de 541d.c; A peste Negra em 1343; A gripe Russa e 1580; A gripe espanhola em 1918 e com todas estas pandemias nascem alguns termos como: quarentena, isolamento. (SANARMED, 2021). Aqui no Brasil a Gripe Espanhola fez diversas vítimas e mais se assemelhou a COVID-19, como também presente nos escritos de (SANARMED,2021).

A primeira região brasileira que será apresentada neste artigo será a região Centro-oeste. Segundo dados apresentados em 11 de abril de 2020 pelos veículos de comunicação e imprensa os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal foram as regiões com maior aumento no número de caos. Pelos dados Epidemiológicos apresentados pelo Ministério da Saúde a região mesmo em crescimento apresentou o menor número de casos em relação as demais regiões brasileiras (MT, 2020).

A segunda região a ser apresentada neste artigo é a região Nordeste, região com 9 estados sendo eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. (IBGE, 2021) Diante da pandemia de COVID-19 esta região por mais rica em aspectos culturais, ainda é considerada uma das regiões mais pobres e com isso com maiores penalizações na pandemia. (IBGE,2021) Segundo a revista Ciência e Saúde Coletiva com o artigo COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas do governo e do estado afirma que:

O Nordeste, uma das regiões mais pobres do país, representa 27% da população brasileira e apresenta cerca de um terço de todos os casos (34%) e dos óbitos (32%). Pesquisa sorológica em âmbito nacional mostrou uma notável variabilidade na



prevalência dos anticorpos SARS-CoV-2 nas regiões brasileiras, com taxas extremamente elevadas em cidades das regiões mais pobres. (KERR et al, 2020)

Vale salientar que pelos dados apresentados acima são bastante preocupantes a partir do momento que observamos o quanto existe uma vulnerabilidade na região Nordeste pelas questões sociais e econômicas e o quanto esta vulnerabilidade termina ligando-se aos índices de contaminação por COVID-19. (KERR et al, 2020)

A terceira região a ser apresentada neste artigo é a região Norte formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. (IBGE, 2021) Podemos considerar que esta região foi a mais penalizada no país, com maior mortalidade. (AGÊNCIA BRASIL, 2020) Segundo a agência Brasil EBC: Manaus é a cidade que mais liderou em mortes, chegando a 412 mortes por 100 mil habitantes e causando um colapso funerário na cidade. É importante ressaltar que entre Manaus e Rio de Janeiro, na região sudeste do país, a quantidade de mortes é bastante parecida, mas Manaus apresenta um grau bem mais acentuado de mortes. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A região Sul formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentou uma pequena divergência das outras regiões nos casos de COVID-19. (IBGE, 2021) (AGÊNCIA BRASIL, 2020) Agora em 2021 no primeiro semestre, a região apresenta muito mais mortes do que todo o ano passado. Segundo o site G1 no mês de janeiro de 2021 morreram 22.551 pessoas de Covid-19, enquanto no ano de 2020 morreram 22.037 pessoas. (G1, 2021). Além disso o próprio site apresenta a espera gigantesca de pessoas por filas em UTIs. (G1, 2020).

A última região a ser apresentada neste artigo é a região sudeste. Formada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (IBGE, 2021) vale salientar que agora em 2021 apresentou um dado preocupante. Foi constatado que esta região em abril de 2021 apresentou mais mortes que nascimentos. Até o dia 30 foram informados 84.742 mortos e de nascimento 79.924 pessoas. (G1, 2021),

É importante recordar que a COVID-19 é uma doença séria e que de fato afetou a todos os brasileiros. Os dados acima apresentados são pontuações a cerca das regiões e de algumas consequências apresentadas nelas. Estes dados são informados pelos veículos de imprensa e mantem sua veracidade das informações. (MINISTÉRIO DA SAÚDE – BR, 2019).



ANALISANDO E REFLETINDO ALGUMAS INFORMAÇÕES NO TRATAR DA PANDEMIA.

Analisando bibliograficamente sobre a catástrofe que está sendo a pandemia de COVID-19. É importante salientar que outros autores e em alguns casos, epidemiologistas já relatavam sobre estes casos advindos de aprendizados de outros episódios que aconteceram no Brasil e no mundo. (SANARMED,2021).

Em 2009, especificamente em junho daquele ano. A OMS - Organização Mundial de Saúde declarou que a H1N1 estava caracterizada uma pandemia e que o surto estava tomando conta do mundo e que diversos focos estavam aparecendo em vários países. (MSD-MANUAIS, 2021). É importante começar por esta data pelo fato de analisarmos em um espaço de tempo de mais de 10 anos cronologicamente os diversos acontecimentos. Na época da H1N1 a FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz registrou que naquele período tivemos em torno de 60.000 mil casos e mais ou menos 2.146 mortes. (FIOCRUZ, 2021). Cabe a começarmos a refletir sobre a importância do SUS e também da atenção à saúde nestes casos. Segundo (AMARAL,2006) a promoção a saúde é uma via de extrema importância e que deverá promover o bem estar da população. O processo chamado de doença-saúde-cuidado tem por essencialidade promover assistência a comunidade e promovendo informação, orientação e cuidado com as pessoas. (AMARAL,2006)

Ercole et al (2009) afirma sobre a preocupação mundial em relação a pandemia de H1N1, o quanto é complexa estas questões voltadas para a saúde pública e o quanto os grupos de risco terminam sendo expostos a diversas situações. É interessante observar que independente da idade os menores de dois anos, idosos e portadores de doenças crônicas necessitam de uma maior atenção. (ERCOLE ET AL, 2009)

Historicamente, percebemos que tivemos em torno de 5 grandes pandemias. Segundo o (ICTQ, 2020): Peste Bubônica, Varíola, Cólera e Gripe Suína. Todas elas trouxeram caos a sociedade e ainda milhares de mortes sendo o Coronavírus a mais recente. (ICTQ, 2020): Um termo que pode ser bem refletido e utilizado também é o EPIDEMIOLOGIA SOCIAL apresentado por (SUSSER,1998) Segundo ele a mesma se encontra "desembaraçada das exigências de refletir sobre as doenças inseridas em grupos sociais, comunidades e outras formações da estrutura social". (SUSSER, 1998) e reafirmamos a importância por entender o quanto uma análise de grupos sociais faz de fato entender os riscos e as situações que cada grupo populacional poderá sofrer diante da pandemia. Ressaltamos assim sobre as questões



que quanto menos socialmente esclarecido e até economicamente estável maior os as contaminações nestas pandemias e maior número de mortes. Traduzindo a uma “linguagem popular” Quanto mais pobre menos acesso a saúde. (SUSSER, 1998)

Jean Segata, pesquisador UFRGS em entrevista a FIOCRUZ sobre os impactos sociais da pandemia. Afirmo que a mesma é vivida de forma global, mas não é vivenciada de maneira igual ou universal por todos. Assim, cabe mais uma vez refletirmos que as questões econômicas também são variantes importantes no tratamento do Coronavírus. (FIOCRUZ, 2021).

Um dado importante a deixar claro neste artigo. No Brasil ainda existe o posicionamento do Presidente da República (JAIR MESSIAS BOLSONARO), ao gerar desinformação e informar contrariamente aos posicionamentos dos órgãos de saúde e da Organização Mundial de Saúde nos quesitos de prevenção a pandemia. (RECUERO, SOARES, 2020; RICARD, MEDEIROS, 2020; ZWIZWAI, 2020).

Um outro ponto importante e que não deve deixar de ser relatado é que a pandemia aumenta os níveis de pobreza, de desempregos e de desigualdades sociais. Além disso, o fato de não se ter rituais funerários devido aos altos níveis de contaminação trazem questões emocionais e difíceis de serem enfrentadas até também pelo isolamento social imposto, mas de fato necessário. (RECUERO, SOARES, 2020; RICARD, MEDEIROS, 2020; ZWIZWAI, 2020).

O isolamento traz muitos problemas, o convívio diário e contínuo entre as pessoas fez aumentar a agressão e a violência entre familiares, é grande o impacto emocional causado pela impossibilidade de se promover rituais funerários, e a desigualdade social causa uma devastação em populações mais vulneráveis, que vivem em condições sanitárias precárias (ACADEMIA. 2020, p.1)

Em um país como o Brasil estes casos que já são presentes, se tornam gritantes e bem mais difíceis de serem resolvidos por ainda termos pouco acesso a saúde e pouca assistência social. (ACADEMIA,2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 31 de dezembro de 2019, que o mundo mais uma vez deixou de ser o mesmo e entrou em estado de alerta. As necessidades de cuidados e atenção a saúde ficaram cada dia mais necessários. As quantidades de mortes se tornaram mais presentes e em escalas gigantescas no mundo, o que não foi diferente no Brasil e que é constatado por veículos de imprensa e apresentados neste artigo.



No Brasil, como na maioria dos países com bastantes desigualdades sociais, estas diferenças passaram a ser gritantes. Passamos dos 500 mil mortos e estamos prestes a chegada dos 600 mil e é quase impossível que isso não aconteça. São mais de 500 mil vidas que morreram por falta de políticas de acesso a saúde, conscientização social devido ao coronavírus.

Nas regiões brasileiras as situações foram gritantes. O número de mortes crescentes, principalmente a região Norte e Nordeste foram as mais afetadas. Pobreza e desigualdade social que já existiam nestes país tornaram-se latentes. Os posicionamentos do chefe maior da nação, os desvios na saúde pública, a falta de acesso terminou causando um caos ainda maior neste país.

Este artigo teve a intenção de registrar informações e refletir sobre a COVID-19 de uma maneira geral, a partir de dados jornalísticos, bibliográficos, de sites de instituição de saúde pública sobre a temática. Esperamos passar por tudo isso e não esquecermos do quanto foi cruel a pandemia de Covid-19, mas em um futuro breve ela fará parte da nossa história, mas estaremos fortes e com estas situações superadas.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **O impacto da pandemia da Covid-19 na saúde mental.** 2020. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2020/06/15/o-impacto-da-pandemia-na-saude-mental/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil registra mais de 500 mil mortos por COVID-19.** Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-06/brasil-registra-mais-de-500-mil-mortos-por-covid-19#:~:text=Mais%20de%20meio%20milh%C3%A3o%20de,outros%201.199.101%20sob%20acompanhamento](https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-06/brasil-registra-mais-de-500-mil-mortos-por-covid-19#:~:text=Mais%20de%20meio%20milh%C3%A3o%20de,outros%201.199.101%20sob%20acompanhamento.). Acesso em 04 de set. 2021

AGÊNCIA BRASIL. **Mortalidade por COVID-19 na região Norte é a mais alta, diz pesquisa.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-07/mortalidade-por-covid-19-na-regiao-norte-e-mais-alta-diz-pesquisa>. Acesso em 05 de set. 2021.

AMARAL, I.M. **Competência do enfermeiro para a promoção e educação em saúde da família [dissertação].** Itajaí / SC: Universidade do Vale do Itajaí. 2006.

AURÉLIO, Dicio, **Dicionário Online** de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pandemia/>. Acesso em 04 de set. 2021.

ERCOLE, F.F. et al. **Protocolo de cuidado frente à influenza A H1N1: informações para os profissionais da saúde.** Revista Nursing. Barueri, v. 12, n. 135, p. 369-374, ago. 2009.



FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Combate a epidemia de H1N1: um histórico de sucesso.** Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1314#:~:text=O%20Brasil%20registrou%20quase%2060.000,s%C3%A3o%20produzidas%20pelo%20Instituto%20Butantan>. Acesso em 05 de set.2021.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Pesquisa vai avaliar impactos sociais da pandemia em profissionais de saúde e grupos vulneráveis**

. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/pesquisa-vai-avaliar-impactos-sociais-da-pandemia-em-profissionais-de-saude-e-grupos-vulneraveis/Acesso> em 05 de set.2021.

KERR. Ligia. Et al. **A COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kYBX8WJpfFGSzmnWDtV5CcT/?lang=pt#>. Acesso em 05 de set. 2021.

G1. **COCID-19: Estados da região Sul somam mais mortes em 2021 do que em todo o ano passado.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/03/31/covid-19-estados-da-regiao-sul-somam-mais-mortes-em-2021-do-que-em-todo-ano-passado.ghtml>. Acesso em 05 de set. de 2020.

G1. **COCID-19: No auge da pandemia, Sudeste tem mais mortos que nascimentos em abril, apontam dados do cartório.** Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/05/01/no-auge-da-pandemia-sudeste-tem-mais-mortos-do-que-nascimentos-em-abril-apontam-dados-dos-cartorios.ghtml>. Acesso em 05 de set. de 2020.

IBGE. **PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2004.** Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, 2005. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 de set. 2021.

ICQT. **Principais pandemias da história.** Disponível em: https://ictq.com.br/farmacia-clinica/2485-5-principais-pandemias-da-historia_ Acesso em 05 de set. de 2021.

Ministério da Saúde (BR). Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública COE-COVID-19. **Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus COVID-19** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [citado 2020 abr 7]. 24 p. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingenciacoronavirus-COVID19.pdf>

MSD- MANUAIS. **Pandemia de 2009 pelo vírus H1N1 da influenza (gripe suína).** Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/v%C3%ADrus-respirat%C3%B3rios/pandemia-de-2009-pelo-v%C3%ADrus-h1n1-da-influenza-gripe-su%C3%ADna>. Acesso em 04 de set. 2021.

MT- MATOGROSSO. **Monitoramento Mato Grosso – Covid-19.** Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/14115281-confira-quais-estados-do-centro-oeste-registram-mais-e-menos-casos-da-covid-19>. Acesso em: 04 de set. 2021.



OPAS. **Histórico da Pandemia de COVID-19.** Disponível em: <https://blog.fastformat.co/como-fazer-citacao-de-artigos-online-e-sites-da-internet>. Acesso em: 2 de set. 2021.

Rose G. **The strategy of preventive medicine.** Oxford/New York: Oxford University Press; 1992

RECUERO, R.; SOARES, F. **The Disinformation Discourse about COVID-19's cure on Twitter: A case study.** Applied Social Sciences, pre-print, 2020.

RICARD, J., MEDEIROS, J., **Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil,** The Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review, v. 1, n. 2, 2020.

SANARMED. **Pandemias na história: o que há de semelhante e de novo na Covid-19.** Disponível em: <https://www.sanarmed.com/pandemias-na-historia-comparando-com-a-covid-19>. Acesso em 04 de set. 2021.

Susser M, Susser E. **Um futuro para a epidemiologia.** In: Almeida Filho N et al. (org) *Teoria epidemiológica hoje: fundamentos, interfaces, tendências* Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO; 1998.

UOL. **100 mil vidas perdidas.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/brasil-tem-100-mil-mortes-para-covid-especialistas-temem-efeito-bumerangue>. Acesso em: 02 de set. 2021.

ZWIZWAI, R. **Covid-19 in Latin America.** Lancet, v. 20, p. 547 - 548, May 2020.



CAPÍTULO 6

UM ESTUDO INTRODUTÓRIO DE NORBERT ELIAS E SUA TEORIA

Joelma Fátima Castro

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo trazer uma breve introdução de quem foi Norbert Elias, qual a importância de sua teoria para refletirmos sobre o desenvolvimento do indivíduo e sua relação com a sociedade, e como as mudanças em que o indivíduo e a sociedade passam constantemente interferem no processo de civilização, deste modo nos possibilitando compreender de que forma os estudos de Elias podem contribuir para o desenvolvimento da criança. A metodologia utilizada para realização desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica, para isto nos embasamos em obras clássicas de Norbert Elias, concomitantemente abordamos estudos dessa teoria. Esperamos com esse estudo contribuir com a formação de professores e instigar novos pesquisadores a se aprofundarem nas leituras de Norbert Elias.

PALAVRAS-CHAVE: Norbert Elias, sociedade, indivíduo.

INTRODUÇÃO

Este estudo introdutório busca trazer reflexões sobre Norbert Elias e sua teoria, tendo como enfoque principal o desenvolvimento do indivíduo, pensando nas contribuições que esse autor nos oferece para compreendermos como o ser humano se desenvolve e quais as relações existentes entre o indivíduo e a sociedade. Partimos da seguinte pergunta, quem é Norbert Elias? Para respondermos a essa questão faremos um panorama geral de vida e obra sobre o autor que fundamenta essa obra.

NORBERT ELIAS

Em busca da resposta da pergunta feita inicialmente, temos segundo Carneiro (2005), que Norbert Elias nasceu em Breslau na Alemanha no ano de 1887 e faleceu em 1990, era filho único e pertencente a uma família de comerciantes judaica, desde pequeno já apresentava grande interesse por livros. Antes de se dedicar à sociologia, Elias foi estudante de medicina e filosofia, somente depois que abandonou a medicina, passou a se dedicar a sociologia, sua vida não foi nada fácil, ele viveu no contexto da Segunda Guerra Mundial, no qual ele e sua família passaram por períodos de crise econômica.

Durante sua trajetória Elias deixou uma vasta gama de materiais produzidos, os quais abordam questões sobre a civilização, a sociedade e o indivíduo, dentre quais podemos destacar: “O Processo Civilizador”, “Os Estabelecidos e os Outsiders”, “A Sociedade de Corte” e “A Sociedade dos Indivíduos”.



Mesmo com tantas obras e estudos levou-se um tempo para ele ter seu reconhecimento, segundo (Hunger; Rossi; Neto, 2011, p. 700) “seu reconhecimento deu-se tardiamente apenas em meados dos anos de 1970, mas o transformou em um dos mais influentes sociólogos da contemporaneidade”.

Ao falarmos de Elias, não podemos deixar de mencionar que como sociólogo ele vem romper com a ideia de que a sociologia tem como objeto de estudo somente o presente, desta forma em seus estudos ele também procura mostrar a necessidade de se ligar o passado e o presente, assim:

Para colocar o passado como objeto de estudo sociólogo, Norbert Elias aponta a necessidade de que a sociologia e a história trabalhem juntas, propondo a criação de uma nova ciência, que teria como base uma teoria histórico-sociológica ou uma sociologia histórica. (COSTA; MENEZES, 2013, p. 239)

Para compreendermos o indivíduo e a sociedade atual não podemos olhar apenas para o presente, mas é preciso fazer uma ligação com o passado, temos que a sociedade, ela não é estável e sim dinâmica e permanecendo em constantes mudanças, sendo essa mudança ocasionada no indivíduo, ou em algo que possa afetá-lo, assim Elias sempre mostrou muito interesse para as questões do indivíduo e sociedade. Para Elias o indivíduo e a sociedade estão interligados, ou seja, não há como compreender a sociedade sem compreender o indivíduo e vice-versa, logo:

É possível, então, entender que a especificidade da teoria de Elias está nas indissociabilidade entre o desenvolvimento das estruturas de personalidade e das estruturas sociais; ou seja, não se pode entender as transformações sofridas pelas sociedades separadamente das alterações ocorridas nas estruturas de personalidade dos indivíduos que as formam. (SILVA, 2005, p. 17)

Assim podemos dizer que a sociedade e o indivíduo são indissociáveis, e desta forma as mudanças que ocorrem em um implicará no outro, não sendo possível a compreensão separadamente É preciso destacar conforme Costa e Menezes (2013) descrevem em seus estudos que Elias não sugere unir sociologia e história, nem a extinção de ambas, cada uma tem sua concepção e especificidades, para ele essas ciências acabavam por privilegiar o indivíduo ou a sociedade, sendo isto um problema segundo a concepção de Elias

As ferramentas das duas ciências, em seu conjunto, na sociologia histórica ou na história sociológica, possibilitariam uma verdadeira visão de conjunto e, mais do que isso, uma integração, um estudo em conta que indivíduo e sociedade são inseparáveis e interdependentes. A sociologia histórica teria como seu “objeto” de estudo justamente o indivíduo social. E como esse indivíduo social se constrói e muda num processo de longa duração, a perspectiva histórico-sociológica teria como tarefa explicar exatamente tal processo. (COSTA e MENEZES, 2013, p. 247)

Silva (2005) corrobora ao descrever que para Elias a civilização deveria ser vista como um processo contínuo e inacabado, desta forma um dos objetivos da teoria de Elias é verificar



a formação e as mudanças ocorridas na estrutura psicológica dos indivíduos, assim temos que a infância é considerada o ponto fundamental para a moldagem dos padrões de comportamento, diante dessas questões percebemos como a teoria de Norbert Elias contribui para que possamos compreender a infância na atual sociedade.

O QUE NOS DIZ A TEORIA ELIASIANA SOBRE A INFÂNCIA

Na infância, a criança passa por um turbilhão de sentimentos e emoções, no qual em um primeiro momento tem dificuldade para lidar com eles, nesse período, por meio da socialização, da troca de experiência com o outro começa a ter controle de seus sentimentos, fica evidente que a criança vai se transformando, e essa mudança implicará em novos hábitos, nesse sentido Silva (2005, p. 18) traz que: “A infância é um universo de várias emoções e sentimentos que vão se fundindo para contribuir na formação do adulto inserido no processo civilizador”.

Se a infância é de extrema importância para o modelo dos padrões de comportamento, é válido então pensarmos como a criança se desenvolve e como ela se relaciona com o outro e com a sociedade, para Elias a criança ao nascer é considerada um indivíduo único.

Nas palavras de Elias temos:

Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem a mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. (ELIAS, 1994, p. 23)

E continua afirmando:

Somente ao crescer num grupo é que o pequeno ser humano aprende a fala articulada. Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. E a língua que aprende, o padrão de controle instintivo e a composição adulta que nele se desenvolve, tudo isso depende da estrutura do grupo em que ele cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ela acarreta. (ELIAS, 1994, p. 23)

Diante do excerto, temos que o desenvolvimento do indivíduo são consequências das atividades práticas realizadas por ele, durante toda a sua vida, para o autor cada indivíduo passa por uma história singular até chegar ao final da vida. É evidente que o adulto contribui para o desenvolvimento da criança, sendo também o espaço fundamental para o desenvolvimento, logo:

Para Elias, somos, assim, os únicos animais entre todas as espécies que necessitam confiar nos processos de aprendizagem social. Para a criança, é essencial o



aprendizado como possibilidade de inserção social. Portanto, os espaços de aprendizagem estão presentes nas relações estabelecidas entre adultos e crianças em todas as esferas da vida, seja convivência cotidiana com familiares, amigos, parentela, nas instituições de formação para os pequenos, a denominada educação infantil, bem como em grupos comunitários, mídias e outros. (SARAT, 2014, p. 158)

Os espaços e as relações são essenciais para o aprendizado da criança, como o aprendizado também possibilita novas relações e a integração com a sociedade, porém é preciso enfatizar que as condições estruturais não são iguais para todas as crianças, sendo as condições sociais diversificadas como Quinteiro nos traz:

Assim, para o GEPIEE, a criança humaniza-se à medida que se apropria da cultura produzida pela humanidade. Nesse sentido, a infância é singular- e não plural- e comum a todas as crianças. As condições sociais em que as crianças vivem as suas infâncias é que são diversas, plurais, marcadas pelas relações sociais e pelas condições de classe. Participar, brincar e aprender são direitos e processos indissociáveis que devem estar presentes na escola se entendermos a educação como processo de humanização e socialização da criança. (QUINTEIRO, 2019, p. 731)

Na mesma direção, segundo Sarat (2014) temos que todo indivíduo passa período biológico sendo definido como criança, porém o que difere é a infância sendo essa um conceito histórico-social, para Elias é no período em que o indivíduo é criança que ele irá aprender o que a sociedade levou tempos para se apropriar.

A criança, na sociedade moderna, especialmente na atualidade, deve em poucos anos, aprender a ter nojo e repugnância de certos comportamentos. Aversão esta que a sociedade levou séculos para desenvolver. Nesse processo, o embaraço, a vergonha e o medo são sentimentos fundamentais que modelarão e introjetarão na criança comportamentos socialmente aceitos. (COSTA; MENEZES, 2013, p. 258)

O que antes em um determinado período era comum, em outros tempos não são mais, os hábitos, costumes vão mudando com o passar do tempo, Elias em sua obra “O processo civilizador” (1939) mostra que alguns costumes que hoje já internalizamos, antigamente eram vistos de outra forma, não era tão natural como aparenta ser atualmente.

Segundo Elias (1994, p. 82) “O que achamos inteiramente natural, porque fomos adaptados e condicionados a esse padrão social desde a mais tenra infância, teve, no início, que ser lenta e laboriosamente adquirido e desenvolvido pela sociedade como um todo”. Assim, Elias analisa e discute a obra de Erasmo de Rotterdam nos trazendo que hábitos o indivíduo deveria ter para ser considerado civilizado,

Elias apresenta a obra de Rotterdam como escritos semelhantes aos seus, no que contribuíram para imprimir novas formas de comportamento que, lenta e gradualmente, substituíram hábitos de cortesia cavaleiresca feudal por hábitos civilizados que se tornaram regras gerais para todas as sociedades ocidentais. (SILVA e SANTOS, 2012, p. 7)

Elias durante sua trajetória vai trazendo questões que nos mostra como era a sociedade e como ela vem sofrendo mudanças, nos permitindo entender que essas transformações



influenciam diretamente no ensino, na estrutura das escolas, com também na formação de professores.

A própria concepção de formação de professores está sendo modificada com o passar dos anos. Antes vista como pronta e acabada ou como um fim por si mesma, a formação inicial hoje é concebida como uma formação básica, para início de carreira. Ao professor cabe a formação permanente, tendo a responsabilidade de estar em constante aprendizado, estudando, pesquisando, debatendo, fazendo cursos etc. (FÁVERO e PAGLIARIN, 2018, p. 1600)

A formação do professor é de extrema importância, pois ele deve permanecer em atividade, de forma a impulsionar a criança em direção ao movimento de compreender e se aprimorar dos conceitos científicos, para isso se faz necessário que o ensino seja organizado, não devendo desconsiderar o que a criança já sabe, mas permitindo que ela amplie seus conhecimentos e conheça também o novo, lembrando que cada criança possui suas singularidades.

Pensando nessa singularidade e como que a criança se desenvolve, temos que a brincadeira é um meio que possibilita a troca de experiências, vivencie outras culturas, além de permitir que ela passe a tomar decisões, permitindo que ela expresse seus sentimentos, angústias, alegrias e tristezas. Oliveira e Souza corroboram com essa ideia ao trazer em seus estudos sobre Norbert Elias que:

Nesse caso, brincadeiras e jogos podem reproduzir em pequenas escalas, situações de tensão e pressão, que cotidianamente os adultos se deparam em suas rotinas. Não sem sentido, essas atividades são importantes para preparar as crianças para as demandas mais complexas que lhes serão apresentadas no decorrer da vida. (OLIVEIRA, SOUZA, 2018, p. 10)

Por meio das brincadeiras e dos jogos é possibilitado a criança experimentar e vivenciar relações, em que permite a criança o aprender, ao reproduzir ações realizadas por seus pares mais próximos a criança passa a ter a capacidade de se colocar no lugar do outro, vivência momentos de autonomia ao propor brincadeiras, passa a compreender que mesmo pertencendo a um mesmo grupo, possuem suas especificidades, logo:

Cada grupo social tem as suas características e dentro de um mesmo grupo, as pessoas possuem sua individualidade; há atividades que os unem no grupo e atividades que os particulariza, ou seja, cada um tem determinada função na sociedade. (FÁVERO e PAGLIARIN, 2018, p. 1606)

A questão de grupos, vemos muito presente no âmbito escolar, quando crianças formam pequenos grupos com os pares que mais se identificam por mais que tenham muitas afinidades um com o outro, eles possuem características particulares o que os tornam únicos não apenas na escola, mas também na sociedade e são esses grupos em que a criança está inserida que possibilita a criança se comunicar, temos:



Nesse contexto, uma criança só pode se entender como ser humano quando interage com um grupo, de modo que se desprovida destas relações, não há um desenvolvimento sólido do indivíduo. É então através deste grupo e de outros que vão lhes sendo apresentados ao longo da vida, que a criança vai aprendendo a linguagem para se comunicar e assimilar as regras de controle de pulsões e dos afetos que ditam o processo de civilização. (OLIVEIRA; SOUZA, 2008, p. 8)

Desta forma temos que as relações são de extrema importância para o desenvolvimento do indivíduo desde sua infância, sendo por meio de grupos que ele irá começar a ter controle de afetos e juntamente a se comunicar com o outro. Esta relação possibilitará a criança a se apropriar também de conceitos científicos e não permanecendo apenas no que ela já conhece antes de ingressar na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados neste trabalho nos permitiram refletir inicialmente sobre quem foi o sociólogo Elias Norbert, vimos que ele não teve uma vida fácil, passou juntamente com sua família por momentos de crise econômica. cursou medicina e concomitantemente filosofia, somente mais tarde ele iria se dedicar a sociologia.

Elias escreveu obras, que contribuem para que possamos entender os dias atuais, nos mostrando que o indivíduo e a sociedade estão constantemente em mudança e assim hábitos que para um determinado período são considerados normais em outros tempos não eram, isso vem nos fazer pensar como se deu a civilização.

Um ponto importante de sua teoria é a relação entre o indivíduo e a sociedade, e vice-versa, como que as transformações que ocorrem no indivíduo interferem também na sociedade. E como é importante a relação com o outro, mesmo tendo suas especificidades essa relação é pertinente e contribui para que a criança se torne adulto.

Diante das considerações aqui feitas, salientamos a importância da continuidade de outros trabalhos e pesquisas investigando como a teoria de Norbert Elias pode contribuir no âmbito do ensino, pois é fundamental trazermos os estudos de Elias para pensarmos o ensino atualmente como algo inacabado e que se encontra em constante mudança.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, D. F. **Interacionismo e interdependência**: uma breve análise das contribuições de Norbert Elias para a história social. I colóquio do LAHES, 2005, Rio de Janeiro. P. 1-11.



COSTA, C. J.; MENEZES, S. L. **Norbert Elias e a teoria dos processos civilizadores**. HISTEDBR, Campinas, n. 53, p. 238-262, out 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/index>. Acesso em: 03 de jan. 2021.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar, 1994.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar, 1994.

HUNGER, D.; ROSSI, F.; NETO, S. S. A teoria de Norbert Elias: uma análise do ser professor. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 697-710, dez. 2011.

OLIVEIRA, V. M.; SOUZA, J. **A infância, o brincar e o jogar**: reflexões a partir do referencial teórico de Norbert Elias. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 34, p. 1-22, 2018.

QUINTEIRO, J. Educação, infância e escola: a civilização da criança. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 728-747, jul/set. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336909045_Educacao_infancia_e_escola_a_civilizacao_da_crianca/link/5dba5c8d4585151435d62688/download. Acesso em: 03 de jan. 2021.

SARAT, M. Contribuições de Norbert Elias aos estudos da infância e Processo civilizador. In: GEBARA, A (org.). **Leituras de Norbert Elias**: processo civilizador, educação e fronteiras. Maringá: Editora da UEM, 2014, v. 1, p. 157-174.

SILVA, A. T. T. A infância no processo civilizador. **Aprender**: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Vitória da Conquista. Ano 3. n. 4. p. 11-24, 2005.

SILVA, S. V.; SANTOS, C. M. História e Educação: O processo civilizador em Norbert Elias. **CLIO- Revista de pesquisa histórica**. Recife, v. 30, n. 1, p. 1-16, jun, 2012.



CAPÍTULO 7

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TRADICIONAL: UMA ENCRUZILHADA³⁰ COGNITIVA?

Juliano Strachulski

RESUMO

O presente texto busca retratar o sentido histórico empregado aos conceitos de conhecimento científico e tradicional e suas interseções, além de apresentar perspectivas de como pode ocorrer o diálogo de saberes entre essas formas de cognição. Num primeiro momento, retratam-se inteligibilidades acerca do que é conhecimento tradicional e científico, apresentando-se algumas diferenças e elementos em comum, além da necessidade em se pensar uma articulação entre ambos na compreensão da realidade. Num segundo momento, destaca-se a importância do conhecimento tradicional e apresentam-se exemplos de estudos que buscam estabelecer correlações entre este e o científico a partir de objetos do saber, como aspectos ecológicos da pesca, saberes locais acerca dos solos, etnoastronomia, medicina tradicional, dentre outros. Cria-se uma perspectiva de diálogo de saberes, que coloca em igualdade concepções científicas e tradicionais, enunciando pesquisas menos rígidas e objetivistas, mais fiéis às realidades estudadas e mais humanas, possibilitando a revalorização do conhecimento tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; Conhecimento tradicional; Interseções; Perspectivas; Diálogo de saberes.

INTRODUÇÃO

O presente texto busca retratar o sentido histórico empregado aos conceitos de conhecimento científico e tradicional e suas interseções, além de apresentar perspectivas de como pode ocorrer o diálogo de saberes entre essas formas de cognição.

O conhecimento tradicional é prático, objetivo, que possui sua racionalidade, não é estático e se renova a cada quadro temporal, pois há reflexão. Mas, não é somente de ordem prática, pois corresponde às exigências cognitivas e intelectuais, ao invés de somente satisfazer suas necessidades orgânicas. Estrutura-se e age para classificar e interpretar o mundo a partir da memória e vivências, sendo transmitido de geração a geração de forma oral

30 Encruzilhada: local, dimensão ou perspectiva em que ocorrem cruzamentos, encontros, interseções. Este texto foi parcialmente publicado no periódico **Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 1-6, mar. 2019. Disponível em: https://www.sbhcc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1064.



e adquirido no cotidiano. É uma concepção totalizadora da realidade, dinâmica e holística (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Possui como elemento central de sua existência a forma de raciocinar (sua capacidade cognitiva) correlata ao fazer (as práticas).

O conhecimento científico, por sua vez, é sistemático, classifica e ordena o mundo de forma lógica, a partir de um conjunto de ideias (teorias). É regido pela racionalidade, que conta com uma sistematização coerente dos enunciados fundamentados e passíveis de serem testados e comprovados ou não. Visa uma busca por explicações e soluções, revisão e reavaliação dos seus resultados, com discutibilidade e criticidade (CERVO, 2002). Não obstante, pode ser entendido enquanto conhecimento falível, pois não é definitivo, sendo aproximadamente exato, visto que novas descobertas e o aprimoramento de métodos e técnicas podem reestruturar a teoria existente (LAKATOS; MARCONI, 2003).

De acordo com Cunha (2007, p. 78), mesmo possuindo distintas perspectivas e processos, “[...] ambos são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambas são também obras abertas, inacabadas, sempre se fazendo”.

Uma e outra forma de cognição estão interseccionadas por elementos comuns, como subjetividade, intencionalidade, racionalidade, ideologia, e a necessidade de classificar o mundo, cada qual de acordo com seus próprios parâmetros. A classificação se torna elemento central em estudos que visam o diálogo de saberes, visto que, “[...] mesmo heteróclita e arbitrária, preserva a riqueza e a diversidade do inventário e **constitui** uma etapa em direção a uma ordem racional” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 30-31, grifo nosso).

O texto apresenta alguns exemplos de estudos acerca do conhecimento tradicional, que buscam estabelecer correlações entre este e o conhecimento científico, quando possível, acerca de interpretações e classificações do mundo, na relação da sociedade com a natureza, a partir de objetos do saber, como aspectos ecológicos da pesca, saberes locais acerca dos solos, etnoastronomia, medicina tradicional, dentre outros.

Essas perspectivas de pesquisa se tornam oportunidades concretas para a realização de um diálogo de saberes, em que se colocam em igualdade os conhecimentos científicos com os tradicionais, cada qual no seu domínio do saber e com as suas particularidades, de modo a realizar trocas e possibilitar a revalorização dos últimos em relação aos primeiros. Isso permite as pesquisas resultados mais verossímeis às realidades estudadas, sendo menos rígidas e mais sensíveis.



CONHECIMENTO TRADICIONAL E CIENTÍFICO: SENTIDO HISTÓRICO E POSSIBILIDADES DE INTERSEÇÕES

A discussão acerca da relação entre o conhecimento tradicional, por vezes denominado empírico, e o científico já vem de longa data, de modo que constantemente se encontram e de alguma forma se aproximam, pois o primeiro “[...] é a base fundamental do conhecer e já existia muito antes de o ser humano imaginar a possibilidade da existência da ciência” (FACHIN, 2003, p. 10).

Para Popper (1972), há duas escolas que retratam a origem do conhecimento, sendo elas a britânica, para a qual a origem que fundamenta o conhecimento está na observação (Empirismo de Bacon), e a continental, a qual afirma que sua origem está na intuição intelectual das ideias (Racionalismo de Descartes), visto que são claras e distintas.

No passado (época da Renascença), a ciência era entendida enquanto exata, com proposições verdadeiras e absolutas, num sistema entendido como infalível, possuidor de um conjunto de ideias ordenado por leis que permitiriam compreender a relação entre seres, eventos e acontecimentos. Nesse momento, acreditava-se que se poderia excluir o inesperado e o caos, que, a princípio, eram bem visíveis no conhecimento tradicional.

Contudo, na atualidade “[...] a ciência é entendida como uma busca constante de explicações e de soluções, de revisão e de reavaliação de seus resultados, apesar de sua falibilidade e de seus limites” (CERVO, 2002, p. 10). Portanto, não deve ser vista como uma forma de cognição hegemônica, incontestável e obliteradora das demais, não traz uma verdade absoluta, pois, busca se reformular e reinventar para tentar compreender e explicar a realidade que é mutante.

Por sua vez, o conhecimento tradicional se estrutura e age para classificar e interpretar o mundo a partir da memória e de uma concepção totalizadora da realidade. É pautado em vivências, tradições e práticas socioculturais, transmitido entre as gerações de forma oral e adquirido cotidianamente, considerado diacrônico, sincrético, dinâmico e holístico (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

Na visão de Babini (1957, p. 21), pode-se entender que o conhecimento tradicional “[...] é o saber [...] que se possui sem o haver procurado ou estudado, sem a aplicação de um método e sem se haver refletido sobre algo”. É propenso ao relacionamento com as crenças e os valores, fazendo parte de antigas tradições.



É um conhecimento prático, objetivo, que possui sua racionalidade, não é estático e se renova a cada quadro temporal (STRACHULSKI, 2014), pois há reflexão. É uma forma de compreensão da realidade e construção do conhecimento primevo, que tem como elemento central de sua existência a forma de raciocinar (sua capacidade cognitiva) correlata ao fazer (as práticas).

Como exemplo, existem as populações rurais tradicionais ou não que transmitem seus conhecimentos aos seus descendentes e em caso de alteração ambiental, tecnológica, cultural e social, buscam adaptar-se a estas nuances de modo que seus saberes tradicionais não sejam apenas obtidos ao acaso, mas também adquiridos pela percepção, pensados e aplicados. Os agricultores são exímios conhecedores das áreas agricultáveis e tudo que as comporta. Se o clima, solo ou outro elemento começam a mudar e a produção decai, a partir de sua experiência, ele desenvolve técnicas que o auxiliam a se adaptar as situações presentes, pois é capaz de assimilar tais mudanças e refletir sobre elas.

O conhecimento tradicional possibilitou aos grupos humanos realizar a domesticação de espécies vegetais e animais ao longo do tempo. Contudo, entende-se que, a priori, não é somente de ordem prática, pois corresponde às exigências cognitivas e intelectuais, ao invés de somente satisfazer suas necessidades orgânicas. Segundo Lévy-Strauss (2008, p. 23), “É claro que um saber tão sistematicamente desenvolvido não pode estar em função da simples utilidade prática [...] as espécies animais e vegetais não são conhecidas na medida em que sejam úteis; elas são classificadas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas”.

Sua forma de pensamento é construída espontaneamente a partir de suas reflexões, que são guiadas por códigos próprios, estabelecendo vínculos entre o particular e o geral na compreensão do universo sensível. Os elementos constituintes da reflexão do saber tradicional encontram-se nos interstícios do processo de percepção, que envolve a coisa a ser percebida, seu perceptor e o conceito que se cria para realizar uma determinada explicação.

O saber tradicional trabalharia com a composição de elementos, mediante uma sensibilidade humana, e a ciência prezaria pela busca de novos elementos, a partir de uma clareza de procedimentos. Segundo Lévi-Strauss (2008, p. 24-30),

Qualquer que seja a classificação, esta possui uma virtude própria em relação à ausência de classificação. [...] e mesmo uma classificação no nível das propriedades sensíveis é uma etapa em direção a uma ordem racional. [...], pois é sob o ângulo das propriedades comuns que chegamos mais facilmente às formas de pensamento que nos parecem muito estranhas.



Essa habilidade de classificar, considerada a base de qualquer forma de pensamento, vem da necessidade de conhecer aquilo que não se compreende, uma curiosidade pela vida intrínseca ao espírito humano, tanto ao cientista como ao agricultor ou outro indivíduo de qualquer sociedade no mundo.

Por outro lado, Marconi e Lakatos (2003) entendem que, dentre outras formas de saber, o conhecimento tradicional – denominado de conhecimento popular pelos autores – se distinguiria do científico a partir de elementos como a forma de observação, o método e os mecanismos do saber, uma vez que essa diferenciação se daria mais pela metodologia do que pelo conteúdo. A metodologia permite que o conhecimento científico seja implantado na prática e discutido em teoria. O método científico seria a teoria da investigação, que alcançaria seus objetivos, de modo científico, quando cumprisse ou se propusesse a cumprir as seguintes etapas:

- a) descobrimento do problema.
- b) colocação precisa do problema.
- c) procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema.
- d) tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados.
- e) invenção de novas idéias ou produção de novos dados empíricos.
- f) obtenção de uma solução.
- g) investigação das conseqüências da solução obtida.
- h) prova (comprovação) da solução.
- i) correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta (BUNGE, 1980, p. 25).

Outra característica que moveria e também distinguiria o conhecimento científico das demais formas de cognição seria a discutibilidade. Nesta perspectiva, o conhecimento tradicional poderia ser considerado como superficial, sensitivo, subjetivo, assistemático e acrítico, possuindo aspectos negativos, como a falta de rigor lógico e de criticidade (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O conhecimento tradicional não permitiria a formulação de hipóteses acerca da percepção de objetos, fenômenos e processos para além da sua concepção objetiva (MARCONI; LAKATOS, 2003). O conhecimento científico, por outro lado, seria sistemático, classificando e ordenando o mundo de forma lógica a partir de um conjunto de ideias (teorias).

Os autores supracitados compreendem que há uma descontinuidade entre tais formas de saber em vários aspectos, como o método, porém também entendem que há certa continuidade em relação a outros, principalmente no que se refere ao bom senso. Se retirar os elementos míticos (ligados a deuses) e as crenças, percebe-se que tanto o conhecimento científico como o conhecimento popular procuram ser racionais e objetivos. Assim, “[...] são



críticos e aspiram à coerência (racionalidade) e procuram adaptar-se aos fatos em vez de permitir-se especulações sem controle (objetividade)” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 76).

A compreensão da racionalidade passa por uma sistematização coerente dos enunciados fundamentados e passíveis de serem testados e comprovados ou não, de modo que isto pode ocorrer muito mais mediante o uso de teorias, que constituem o núcleo da ciência, pois, contam com uma cientificidade que reside na possibilidade de refutação e/ou teste de uma determinada perspectiva de compreensão da realidade (POPPER, 1972).

O entendimento da objetividade ou organização de imagens da realidade, autênticas e impessoais, só pode ser alcançado se transpor os limites da cotidianidade assim como de sua experiência própria. Faz-se necessário abandonar o ponto de vista de que a humanidade é o centro e o resto orbita a sua volta, de maneira a formular conjecturas acerca da existência de elementos, fenômenos e processos que transpassem a percepção e sentidos humanos, subordinando-os a investigação e interpretação com o aporte das teorias.

Na visão de Bunge (1980), o conhecimento tradicional – apesar do autor não utilizar esse termo, mas que a explicação pode ser entendida para ele – estaria fadado a conseguir uma objetividade restrita, parcial, bem como uma racionalidade reduzida, que se encontraria atrelada a percepção e a ação.

A despeito de possuírem distintas premissas e processos de produção de conhecimento, ambas as formas cognitivas buscam compreender e atuar sobre o mundo, além de estarem num constante devir. Para Demo (1995), não há limites rígidos entre o conhecimento científico e as demais formas de cognição, dentre elas entende-se que estaria o conhecimento tradicional.

O conhecimento científico estaria envolto pelo tradicional, e indo além, congregando elementos seus, fazendo parte do processo científico, pois a ciência não seria capaz de produzir conhecimento puro, sem contextualizá-lo histórica, espacial e culturalmente. Para mostrar que ambas as formas de cognição estiveram e estão conectadas, entende-se que,

Quanto mais cuidadosamente (os historiadores) estudam, digamos, a dinâmica aristotélica, a química flogística ou a termo-dinâmica calórica, tanto mais certos tornam-se de que, como um todo, as concepções de natureza outrora concorrentes não eram nem menos científicas, e nem menos produtoras de idiosincrasia do que as atualmente em voga. Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se por outro lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com a que mantemos (KUHN, 2006, p. 21).

Há uma dificuldade dos cientistas em diferenciarem elementos científicos dos não científicos (mitos e crenças) e traçarem seus limites. Torna-se quase que impossível afirmar



que determinados conhecimentos podem trazer respostas incontestáveis as problemáticas científicas. Isto posto, cabe entender que mitos, divindades, lendas e crenças buscam uma interpretação do mundo que acaba, de alguma forma, sendo manifesta na perspectiva cognitiva ocidental, desde sua origem, guiando os preceitos racionais científicos na atualidade.

Percebe-se que na maioria das vezes há uma rejeição ao conhecimento tradicional e em outras ocorre uma aproximação entre este e o científico. Se o primeiro não gozasse de importância ou não estivesse organizado seria praticamente impossível a realização de classificações da natureza. Desse modo, o conhecimento tradicional acaba se assemelhando ao científico, possuindo, como visto, racionalidade e objetividade, que se confirma com a observação da realidade.

Nessa perspectiva, pode-se entender que o conhecimento tradicional não deve ser considerado inferior ao científico, pois a forma de raciocínio é a mesma, ou seja, ambos buscam compreender o movimento do mundo, cada qual com suas particularidades. Como infere Lévi-Strauss (2008, p. 17),

Se ele é raramente dirigido para realidades do mesmo nível daquelas às quais a ciência moderna está ligada, implica diligências intelectuais e métodos de observação semelhantes. Nos dois casos, o universo é objeto de pensamento, pelo menos como meio de satisfazer a necessidades.

É de bom tom compreender que o conhecimento científico precisa ser peninsular, ou seja, estar conectado a outras formas de conhecimento, no caso ao tradicional, pois deles depende. Por vezes é entendido como forma única e soberana, mas nada mais é do que, apenas, outra perspectiva cognitiva de interpretação da realidade e que está conectada as demais por elementos, como subjetividade, intencionalidade, racionalidade, ideologia, etc. Eles aparecem entrelaçados numa espécie de contato entre imãs, no qual em determinados momentos o conhecimento científico atrai e em outros repele alguns desses elementos, de acordo com a sua necessidade e para o lado que a sua “neutralidade” aponta.

Ao que se pode interpretar a partir do exposto é que, de alguma maneira, essas formas de cognição podem se cruzar e estabelecer conexões, permitindo uma interpretação mais fiel da realidade, mais humana e menos objetivista. Assim, no que concerne ao conhecimento tradicional, é importante que seja pensado como indicador de alternativas (DEMO, 1995), uma potencialidade da mente humana.



PESQUISAS COM CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS

Estudos que versam sobre os conhecimentos tradicionais apresentam uma gama variada de possibilidades e em sua essência podem contemplar a busca pela correlação com o conhecimento científico e/ou uma interpretação mais humana dos saberes tradicionais, de forma a mostrar a importância e contribuição destes para a sociedade em geral.

Neste sentido, ocorre uma revalorização do conhecimento tradicional, devido a crescente acumulação de evidências empíricas que mostram a inconformidade dos sistemas produtivos modernos para realizarem usos corretos dos recursos naturais, seja na agricultura, pesca, extrativismo ou outra atividade produtiva.

Os saberes tradicionais empregados no cotidiano, a partir de técnicas, práticas e instrumentos que oferecem uma baixa perturbação ambiental, mostram-se de suma importância para a conservação da natureza. As populações locais que os detêm, sejam tradicionais ou não, desenvolveram uma capacidade *sine qua non* de aprender a conviver com as limitações do meio biofísico, de modo a compreender o funcionamento e a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Em menos de três décadas houve um aumento considerável dos estudos acerca da temática dos conhecimentos tradicionais, que podem envolver comunidades rurais tradicionais ou não (ALBUQUERQUE, 2005). Estas pesquisas têm apontado uma imensa gama de classificações e taxonomias nativas acerca de elementos do meio natural local utilizados por essas populações para inferir quanto à qualidade, potencial e limitações de suas paisagens, bem como da ligação destes com o imaginário, o mítico, suas crenças e anseios concretizados na forma de práticas produtivas e socioculturais.

O interesse e a aproximação da ciência a estes saberes ocorrem devido à percepção de que há uma relação de equilíbrio destas populações com a natureza, respaldada por saberes que possuem vínculo com o conhecimento científico, mas que deste acabam destoando positivamente ao que se refere ao manejo dos elementos naturais.

Tais estudos geralmente retratam a relação entre sociedade e natureza a partir do manejo e/ou interpretação de um ou vários elementos do meio biofísico, como solo, flora, fauna, clima, etc., pelas sociedades locais. Normalmente são elaborados com populações tradicionais, mas não somente com elas.

Em todas as regiões e biomas brasileiros há estudos realizados na perspectiva dos conhecimentos tradicionais, com atores sociais que vivem tanto no meio urbano como no rural, enfatizando-se os últimos, pois possuem uma relação mais próxima com a natureza. No quadro 1, elencam-se alguns exemplos de pesquisas realizadas com os saberes tradicionais.

Quadro 1: Exemplos de pesquisas com conhecimentos tradicionais no Brasil

Autores e data	Título da obra	População	Objeto do saber	Ambiente	Bioma	Região
Ramires; Molina; Hanazaki (2007)	Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca	Caiçara	Pesca	Rural	Mata Atlântica	Sudeste
Silva (2008)	Animais medicinais: conhecimento e uso entre as populações ribeirinhas do rio Negro, Amazonas, Brasil	Ribeirinha	Animal	Urbano /Rural	Amazônia	Norte
Morais; Silva (2010)	Conhecimento ecológico tradicional sobre fruteiras para pesca na Comunidade de Estirão Comprido, Barão de Melgaço - Pantanal Matogrossense	Pantaneira	Vegetação/ Pesca	Rural	Pantanal	Centro-Oeste
Novais; Guarim Neto; Guarim (2011)	Os quintais e a flora local: um estudo na comunidade Jardim Paraíso, Cáceres-MT, Brasil	Pantaneira	Vegetação	Urbano	Pantanal	Centro-Oeste
Silva; Andrade; Rozendo (2014)	‘Profetas da chuva’ do Seridó potiguar, Brasil	Sertaneja	Clima	Rural	Caatinga	Nordeste
Staniski; Floriani; Strachulski (2014)	Estudo etnobotânico de plantas medicinais na comunidade faxinalense Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa – PR	Faxinalense	Vegetação	Rural	Mata Atlântica	Sul
Portela et al. (2015)	Etnopedologia na classificação de solos em assentamentos rurais no oeste potiguar	Não tradicional	Solo	Rural	Caatinga	Nordeste
Garcia et al. (2016)	“As coisas do céu”: etnoastronomia de uma comunidade indígena como subsídio para a proposta de um material paradidático	Indígena	Astronomia	Rural	Mata Atlântica	Sul
Strachulski; Floriani (2016)	Saber ecológico tradicional da comunidade rural Linha Criciumal, Cândido de Abreu – PR: práticas e representações da fertilidade das terras	Não tradicional	Vegetação/ Solo	Rural	Mata Atlântica	Sul
Medeiros et al. (2018)	Os etnoconhecimentos botânicos dos Paiterey e as repercussões no território: uma prévia análise na Aldeia Paiter da Linha 09 - Terra Indígena Sete de Setembro	Indígena	Vegetação	Rural	Amazônia	Norte



Silva; Fantin (2018)	Representações cartográficas no município de Ubatuba (SP): da invisibilidade à valorização das práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais	Quilombola	Cartografia/ Mapeamento	Rural	Mata Atlântica	Sudeste
Guimarães; Oliveira; Morais (2019)	Plantas Medicinais de Uso Popular na Comunidade Quilombola de Piracanjuba-Ana Laura, Piracanjuba, GO	Quilombola	Vegetação	Rural	Cerrado	Centro-Oeste

Org.: STRACHULSKI, 2021.

O objeto do saber de que trata o conhecimento tradicional, que oportuniza o diálogo entre pesquisadores e populações locais, pode ser tanto um elemento do meio em si ou metodologias, técnicas, um arcabouço cognitivo, elementos capazes de oportunizar inteligibilidades acerca das “[...] formas de viver no mundo, o **savoir-faire** (práticas e habilidades), e [...] do mundo em que se vive (cosmogonia e cosmologia)” (STRACHULSKI, 2018, p. 325).

Como expresso no quadro 1, apresentam-se exemplos de pesquisas realizadas com populações não tradicionais e tradicionais, como faxinalense, quilombola, indígena, pantaneira, caiçara, ribeirinha e sertaneja. Além destas, há outras com inúmeros estudos realizados, como as benzedeadas, os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, etc. Também há outros tantos objetos do saber que permitem o diálogo, como ecologia, agronomia, geografia, geomorfologia, matemática, dentre outras disciplinas e elementos compartilhados pelos conhecimentos científicos e tradicionais.

O quadro 1 retrata alguns exemplos de pesquisas e mostra a grande diversidade de estudos inerentes aos saberes tradicionais, de modo a se apresentar pesquisas mais recentes e em várias temáticas – não se objetivou realizar um estado da arte ou uma quantificação –, em que se apontam as inúmeras possibilidades para se realizar o diálogo entre conhecimentos científicos e tradicionais.

Dentre as várias perspectivas de pesquisa com os saberes tradicionais, destacaram-se estudos sobre os aspectos ecológicos da pesca, o uso de animais e vegetais medicinais, frutíferas para a pesca, previsão do tempo, espécies vegetais encontradas em quintais urbanos e rurais e seus usos, cartografia participativa, etnoastronomia indígena e saberes sobre os solos.

Tais pesquisas podem estar associadas tanto a uma concepção prática como simbólica dos saberes, com destaque para as pesquisas de Garcia et al. (2016) e Medeiros et al. (2018), que retratam perspectivas materiais e imateriais dos conhecimentos tradicionais dos povos



indígenas investigados. Na proposta de Garcia et al. (2016), além de uma aproximação entre as duas formas de cognição, foi possível a produção de um material paradidático, elaborado em conjunto, que poderá ser utilizado tanto em escolas indígenas como não indígenas.

Outros estudos se referem mais a perspectiva prática dos conhecimentos tradicionais, como os de Portela et al. (2015) e Strachulski e Floriani (2016), que retratam os saberes locais de agricultores, pertencentes a populações não tradicionais, acerca dos solos, seus atributos e indicadores de qualidade, em que se busca estabelecer correlações entre as classificações científica e tradicional a respeito deste elemento.

Há estudos ainda, como os de Staniski; Floriani e Strachulski (2014) e Guimarães et al. (2019), com plantas medicinais, que destacam uma perspectiva de hibridismo entre os conhecimentos tradicionais e científicos. Nestas pesquisas, nota-se que os saberes tradicionais incorporaram elementos científicos ou externos a sua cultura, pois junto às espécies nativas cultivam e utilizam espécies exóticas e/ou fármacos. Desta forma, revelam um processo de abertura dos saberes tradicionais, que se mesclam aos elementos científicos, promovendo sua diversificação e não seu desuso ou esquecimento.

Os estudos destacados neste tópico retratam a importância dos conhecimentos tradicionais, visto que têm permitido às populações locais suprir suas necessidades e viver de forma equilibrada com a natureza, pois:

[...] vêm desempenhando um importante papel na conservação da agrobiodiversidade, através da prestação de serviços ambientais importantes como na seleção, hibridação, introdução, disseminação e conservação de muitas espécies da floresta e incremento a fertilidade dos solos locais [...]. As técnicas agrícolas e práticas extrativistas gerenciadas por esta forma de conhecimento não são somente eficientes, sobretudo, são coerentes com as possibilidades apresentadas pelo ambiente a que são submetidas (STRACHULSKI, 2014, p. 21).

A variada gama de possibilidades de estudos que permitem realizar o diálogo de saberes mostra a relevância dos conhecimentos tradicionais, seja tanto para a natureza local e as comunidades deles detentoras como para a ciência e outros setores da sociedade. Estudos como os explicitados buscam resgatar, valorizar e divulgar os saberes tradicionais no diálogo com os científicos, além de mostrar que são autônomos, possuem métodos próprios e existem independentemente da ciência, mas que com ela estão abertos ao diálogo, pois são holísticos, dinâmicos, contínuos e estão em perpétua evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, fez-se uma discussão teórica acerca do sentido histórico empregado aos conceitos de conhecimento científico e tradicional, de modo a se compreender que há uma



necessidade evidente de diálogo entre tais formas de cognição no tocante a compreensão da realidade. Num segundo momento, com a apresentação de perspectivas de pesquisa com os conhecimentos tradicionais, constatou-se na prática como poderia se dar este diálogo.

Nesse sentido, entende-se que o conhecimento científico não deve ser visto como uma forma de conhecimento hegemônica, incontestável e obliteradora das demais, mas como uma possibilidade, dentre outras tantas, de compreender a realidade que é mutante, na busca por se reformular e reinventar, de modo a se tornar peninsular.

Em certos momentos ocorrem interseções entre ambas as formas de cognição, em que o conhecimento científico se aproxima do tradicional por alguns elementos, como subjetividade, intencionalidade, racionalidade, ideologia, etc., visto que a ciência não é capaz de produzir conhecimento puro, sem contextualizá-lo histórica, espacial e culturalmente.

Dentre os elementos citados a racionalidade, fortemente relacionada ao conhecimento científico, pode ser facilmente vista no conhecimento tradicional a partir da classificação da natureza, sendo uma premissa comum a uma e outra forma de cognição. Pois, como afirmou Lévi-Strauss (2008, p. 30), “[...] mesmo uma classificação no nível das propriedades sensíveis é uma etapa em direção a uma ordem racional”.

Essa habilidade de classificar, entendida como a base de qualquer forma de pensamento, pode ser considerada como um dos elementos fundamentais para a realização do diálogo de saberes. Nestes termos, são de fundamental importância estudos que contemplem os saberes tradicionais a partir de classificações que englobem um ou vários objetos do saber (solo, clima, vegetação, etc.), com uma análise que vá desde a perspectiva científica até a possibilidade de correlação com o saber local.

Entende-se que as pesquisas elencadas no texto ilustram de forma prática algumas perspectivas de como esse diálogo pode ocorrer, quais sejam: investigações sobre aspectos ecológicos da pesca, saberes locais acerca dos solos, etnoastronomia, medicina tradicional, dentre outras, podendo resultar na elaboração de materiais em conjunto, como cartilhas, livros, livretos e outros.

Essa variada gama de estudos mostra a importância dos conhecimentos tradicionais, tanto para a natureza local e as comunidades deles detentoras, pois têm permitido às populações locais suprir suas necessidades e viver de forma equilibrada com o meio, como para a ciência e outros setores da sociedade, de forma a contribuir para o seu resgate, divulgação e valorização.



Essa articulação coloca em igualdade concepções científicas e das populações locais, assentes tanto a questões práticas como simbólicas dos conhecimentos tradicionais, cada qual no seu domínio do saber e com as suas particularidades, mas realizando trocas que permitem inteligibilidades mais fiéis às realidades estudadas, menos objetivistas e mais humanas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. **Introdução à Etnobotânica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

BABINI, José. **El saber**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1957.

BUNGE, Mário. **Epistemologia**: curso de atualização. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: EDUSP, 1980.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, set./nov. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623/15441>. Acesso em: 10 set. 2021.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GARCIA, Caroline da Silva; COSTA, Samuel; PASCOALI, Suzy; CAMPOS, Mateus Zanette. “As coisas do céu”: etnoastronomia de uma comunidade indígena como subsídio para a proposta de um material paradidático. **Revista Latino-Americana De Educação Em Astronomia**, São Carlos, n. 21, p. 7-30, 2016. Disponível em: <https://www.relea.ufscar.br/index.php/relea/article/view/231>. Acesso em: 17 set. 2021.

GUIMARÃES, Brenda Oliveira; OLIVEIRA, Ana Paula de; MORAIS, Isa Lucia de. Plantas Medicinais De Uso Popular Na Comunidade Quilombola De Piracanjuba - Ana Laura, Piracanjuba, GO. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 8, n. 3, p. 196-220, set./dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/3208/2690>. Acesso em: 21 set. 2021.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução de Tânia Pellegrini. 8. ed. Campinas: Papirus, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.



MEDEIROS, Tássia Karina Alexandre de; ALMEIDA SILVA, Adnilson de; SURUÍ, Gasodá Wawaeitxapôh; ARAÚJO FILHO, Isaac Costa; FLORIANI, Nicolas. Os etnoconhecimentos botânicos dos Paiterey e as repercussões no território: uma prévia análise na Aldeia Paiter da Linha 09 - Terra Indígena Sete de Setembro. **Confins**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 1-36, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13516>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MORAIS, Fernando Ferreira de; SILVA, Carolina Joana da. Conhecimento ecológico tradicional sobre fruteiras para pesca na Comunidade de Estirão Comprido, Barão de Melgaço - Pantanal Matogrossense. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 197-203, 2010. Disponível em: <https://www.biotaneotropica.org.br/v10n3/pt/fullpaper?bn03510032010+pt>. Acesso em: 20 set. 2021.

NOVAIS, Ademária Moreira; GUARIM NETO, Germano; GUARIM, Vera Lucia Monteiro dos Santos; PASA, Maria Corette. Os quintais e a flora local: um estudo na comunidade Jardim Paraíso, Cáceres-MT, Brasil. **Revista Biodiversidade**, Rondonópolis, v. 10, n. 1, p. 3-12, 2011. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/523>. Acesso em: 18 set. 2021.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

PORTELA, Jeane Cruz; SILVA, Jucirema Ferreira da; DIAS, Nildo da Silva; PORTO, Vania Christina do Nascimento; VIANA, Igor Mendonça. Etnopedologia na classificação de solos em assentamentos rurais no oeste Potiguar. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 10, n. 3, p. 1-5, 2015. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19038/13421>. Acesso em: 19 set. 2021.

RAMIRES, Milena; MOLINA, Silvia Maria Guerra; HANAZAKI, Natalia. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. **Biotemas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 101-113, mar. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/20785/18880>. Acesso em: 19 set. 2021.

Silva, Andréa Leme da. Animais medicinais: conhecimento e uso entre as populações ribeirinhas do rio Negro, Amazonas, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 3, n. 3, p. 343-357, set./dez. 2008. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/bmpegh/v3n3/v3n3a05.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

SILVA, Lara Ramos Monteiro; FANTIN, Marcel. Representações cartográficas no município de Ubatuba (SP): da invisibilidade à valorização das práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais. In: SIMPÓSIO REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 8., 2018, Araraquara. **Anais [...]** Araraquara: UNIARA/NUPEDOR, 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/8B/2_Lara_Silva.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

SILVA, Neusiene Medeiros da; ANDRADE, Anna Jéssica Pinto de; ROZENDO, Cimone. 'Profetas da chuva' do Seridó potiguar, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 3, p. 773-795, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/NkL4MPKfxhwdwNqn36qSWHc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2021.



STANISKI, Adelita; FLORIANI, Nicolas; STRACHULSKI, Juliano. Estudo etnobotânico de plantas medicinais na comunidade faxinalense Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 320-340, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6514/4613>. Acesso em: 16 set. 2021.

STRACHULSKI, J. **Os saberes ecológicos tradicionais de agricultores da comunidade rural Linha Criciumal e sua relação com a paisagem rural - Cândido de Abreu, PR.** 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/624/1/Juliano%20Strachulski.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

STRACHULSKI, Juliano; FLORIANI, Nicolas. Saber ecológico tradicional da comunidade rural Linha Criciumal, Cândido de Abreu – PR: práticas e representações da fertilidade das terras. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 12, n. 17, p. 219-256, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6420/3373>. Acesso em: 18 ago. 2021.

STRACHULSKI, Juliano. **Kagwyrí'pe jihoi**: o território como fundamento do saber tradicional *Parintintin* na Aldeia Traíra da Terra Indígena Nove de Janeiro, Humaitá-AM. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2648>. Acesso em: 12 set. 2021.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14519/10948>. Acesso em: 15 jun. 2020.



CAPÍTULO 8

A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NA DIÁSPORA: PARADIGMAS EM SAÚDE E APONTAMENTOS DECOLONIAIS

Karla de Paula Carvalho
Cássia Beatriz Batista
Isabela Saraiva de Queiroz

RESUMO

Este ensaio objetiva discutir como os modelos de saúde instaurados no Brasil contribuem para as iniquidades da população negra e apontar como a ruptura com modelos eurocêntricos e o uso de epistemologias decoloniais podem romper com práticas racializadas em saúde. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter teórico, utilizando o método de pesquisa bibliográfica. Dialoga com autores críticos ao modelo colonial moderno, como Ramón Grosfoguel, Frantz Fanon, Aníbal Quijano, Achille Mbembe, dentre outros, que discutem os processos coloniais que afetam múltiplas áreas da vida da população negra, como a saúde. Conclui-se que uma estratégia produtiva para pensar a elaboração de políticas voltadas para as especificidades em saúde da população negra é o enfrentamento da estrutura racial desigual e que os espaços de formação em saúde devem servir como potencializadores de epistemologias capazes de curar as feridas coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde na diáspora africana; práticas racistas em saúde; modelos em saúde; racismo institucional; decolonialidade;

INTRODUÇÃO

O racismo se inscreve na América Latina como uma política de Estado historicamente empreendida para o controle e extermínio das populações negras e indígenas. A narrativa da harmonia entre as raças consolidada na década de 1920 cumpriu suas funções e incidiu em diversos âmbitos da vida social e institucional. Constituindo o que se compreende como democracia racial, ela surge como alternativa de dominação, silenciando a questão racial e impedindo a enunciação do racismo (MBEMBE, 2014).

São diversos os dispositivos coloniais que determinam a vida da população negra na diáspora, como o extermínio físico e cultural, a falta de pertencimento histórico e cultural, o narcogenocídio evidente na guerra às drogas, a criminalização da pobreza, dentre outros. São condicionantes sociais que afetam a sua subjetividade, causando sofrimento psíquico (SANTOS, 2018).

O racismo é um fator produtor de iniquidade em saúde, é um fenômeno que cria e/ou potencializa as desigualdades e injustiças sociais, impondo barreiras de acesso a direitos, refletindo no quadro epidemiológico dessa população (BRASIL, 1990). Isto leva a crer que



os indicadores em saúde referentes à população negra têm relação com o modo de vida desta população desde a colonização do Brasil.

Analisando as determinações do modo de vida da população negra como um processo colonial, colocamos o racismo como uma estrutura que está na base de sustentação do sistema de saúde. Com isso, está ligado ao manejo e controle dos bens públicos e no cotidiano dos serviços, na elaboração e execução de projetos terapêuticos (BUSS e PELLEGRINI, 2007).

Faz-se necessário, assim, provocações para uma mudança paradigmática nas práticas em saúde voltadas ao segmento negro, que sofre as iniquidades impostas pela diáspora, influenciando seu modo de viver, adoecer e morrer. Este artigo tem como objetivo, portanto, discutir como os modelos de saúde instaurados no Brasil contribuíram e vem contribuindo para as iniquidades em saúde da população negra, e como a ruptura com paradigmas eurocêntricos e o uso de epistemologias decoloniais são agentes promotores de mudanças, possibilitando romper com práticas racistas em saúde.

Para alcançar nosso objetivo, de início serão abordados alguns pontos centrais acerca de como as práticas racistas em saúde se estruturaram no ideário científico e político da época, e de como o paradigma sanitário higienista e positivista contribuiu para uma prática sanitária racista. Logo em seguida, discutiremos a colonialidade do saber e o modo como a herança estrutural e sistêmica do eurocentrismo influencia os saberes epistemológicos. Subsequentemente, serão feitos apontamentos sobre como a ruptura com os modelos coloniais passa pela decolonialidade, abandonando epistemologias do paradigma universal. E, por fim, discutiremos o papel das universidades ocidentalizadas, que internalizaram as estruturas racistas/sexistas criadas pelos genocídios/epistemicídios.

MÉTODO

Este estudo utilizou o método qualitativo de caráter teórico, fazendo uso da pesquisa bibliográfica que pretende, tal como proposto por Gil (2008), realizar uma aproximação do objeto de estudo a partir do que já foi produzido sobre o tema, visando melhor conhecê-lo para apresentar explicações e problematizações. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa permite colocar em análise o objeto de estudo em seu contexto histórico, dimensionando os processos que engendram o mesmo. A perspectiva abordada em todo o estudo é da decolonialidade, pretendendo dialogar com autores como Ramón Grosfoguel, Frantz Fanon, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Achille Mbembe, dentre outros.



Tais autores discutem o conceito de colonialidade, forjado a partir da busca pelo entendimento do que transcende à colonização, nas periferias do capitalismo global, de várias formas, práticas e discursos. Partem do pressuposto que o fim formal do colonialismo como regime econômico, político e social, não significou o fim do colonialismo em seu conteúdo. Uma estrutura que se estende na atualidade, sendo considerada um novo modo de produção e controle da subjetividade (QUIJANO, 2007; 2010).

Este conceito se mostra relevante ao passo que contribui com a ruptura epistemológica com o pensamento ocidental hegemônico (FREIRE e FERREIRA, 2015). Uma alternativa para todos que sofrem as consequências da diáspora, que escapam à normatização dos corpos e ao embranquecimento (VEIGA, 2018). Propõe uma ruptura com as (re)produções da colonialidade nas práticas em saúde, descentralizando o saber ocidental, considerando outros discursos e outros métodos.

Para situar o cenário em que este ensaio foi produzido, é importante contextualizar as especificidades desta pesquisa. Esta pesquisa torna-se relevante devido ao fato de a máquina do racismo ser uma estrutura (ALMEIDA, 2018) que sempre se qualifica em seus diversos campos de subjetivação, afetando múltiplas áreas da vida da população negra, como a saúde. As discussões podem se tornar um mecanismo importante para compreender as dinâmicas sociais e enfrentamento das feridas coloniais. Outro fator, não menos importante, é situar os estudos sobre a saúde da população negra, por intelectuais negras (HOOKS, 1995), que também tiveram a vida atravessada pela estrutura racial e de poder, de modo a adotar uma postura desobediente, que não aceita epistemologias que coloquem o negro na condição de objeto (BENTO, 2002).

PARADIGMAS EM SAÚDE: MODELO SANITARISTA E O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

O paradigma é um conjunto de elementos culturais, conhecimentos e códigos teóricos, metodológicos. Um modelo compartilhado pelos membros de uma comunidade científica. A sociedade responde os problemas sociais de acordo com o paradigma vigente em sua época, ou seja, responde ao contexto político e socioeconômico (KUHN, 1975).

O paradigma que emergia no Brasil no século XIX era pautado em um discurso sanitarista de ideais higienistas e correntes positivistas. Com o colapso do período de escravidão iniciou-se o projeto de branqueamento da sociedade brasileira, uma combinação “natural” entre o estímulo à imigração e à miscigenação. Influenciada por teorias



evolucionistas com viés racista, tendo como parâmetro a criação de uma sociedade branca, civilizada e europeia (CHALHOUB, 1996; MAIO e MONTEIRO, 2005).

Na república velha pairava o discurso de que a ciência era neutra, assim, sanitaristas e Estado intervinham na vida das populações com o intuito de discipliná-las. Com a contribuição da ciência médica, o Estado legitimou práticas de intervenção e controle das massas, corroborando com um discurso sanitarista de ordem política centralista e socialmente excludente. É importante ressaltar que essas alterações não se deram sem conflitos, sendo necessário ao Estado utilizar de mecanismos de controle da população. A criação de instituições destinadas à saúde se deu nesse projeto docilizador dos indivíduos (FOUCAULT, 2007), por meio de articulações de poder (MELLO *et al*, 2010).

No século XX, o modelo médico sanitário higienista foi dividido em duas vertentes interpretativas. A primeira compreendia raça a partir de uma visão determinista biológica, teve forte ascendência no campo da medicina legal, com holofotes na figura de Nina Rodrigues. Influenciando a modernização do aparato policial, o controle e identificação das “classes perigosas”, e estudos sobre a população negra (CORRÊA, 1998). A segunda vertente, inspirada no modelo tradicionalista médico-higienista, buscava a expansão do aparato estatal; a incorporação social de populações marginalizadas; a centralização das políticas de saúde pública (STEPAN,1991).

Com o fim da ditadura do Estado Novo, a partir dos anos 1946 a 1964, e com a experiência democrática possibilitada nesse período, uma inspiração vinda do modelo sanitário internacional colocou em foco o combate às doenças endêmicas em áreas periféricas. Uma concepção inspirada no binômio saúde e desenvolvimento, havendo diversas iniciativas para o acesso da população aos serviços de saúde (LIMA,1981).

Em 1964 houve o impedimento da continuidade das reformas sociais por conta do golpe militar e o novo governo autoritário que se instaurou e empreendeu um processo de privatização da saúde pública (ARRETCHE, 2005). A década de 1980 foi marcada pelo movimento da reforma sanitária e a pré-constituente. Em 1988, pela constituição cidadã, a saúde foi conquistada como um direito de todos e dever do Estado, configurando-se o SUS. Uma conquista da sociedade civil, sendo algumas de suas diretrizes a universalidade, equidade e integralidade (BRASIL, 2013).

A prática sanitária do novo paradigma em saúde instaurado a partir de então é a vigilância em saúde, orientada para a reformulação de práticas assistenciais e coletivas. Assim,



entende-se que os problemas de saúde só podem ser resolvidos com a ação integrada de múltiplos atores sociais, de diferentes setores, mediante políticas sociais abrangentes (BUSS e PELLEGRINI, 2007). O SUS preconiza o conceito ampliado em saúde, um conjunto de fatores biopsicossociais, que incluem a família, seu contexto e sua comunidade (BRASIL, 2007).

O século XX foi marcado por grandes mudanças no campo da saúde. A categoria raça passou a ser um tema das ciências sociais, no entanto, a tradição sanitarista permaneceu não atribuindo a devida importância à temática racial. No século XXI as relações entre raça e saúde voltaram à cena pública com críticas contundentes a respeito das diretrizes do SUS. Segundo os críticos, a universalidade, a equidade e a integralidade não contemplavam de forma suficiente a diversidade da população, principalmente pelo fato de a categoria racial ser uma precursora da restrição ao acesso. Assim, para fazer valer as diretrizes garantidas por lei, criou-se a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), de forma a evidenciar suas especificidades e vulnerabilidades (MAIO e MONTEIRO 2005).

A PNSIPN surgiu como forma complementar compensatória na tentativa de minimizar o sofrimento negro, decorrente do racismo institucional e estrutural. Desenvolveu uma concepção de saúde fomentada pela perspectiva dos ativistas negros. Assumiu que os agravos à saúde física e mental da população negra referiam-se aos condicionantes sociais que a diáspora colocara (BRASIL, 2013). Para Santos (2018), a PNSIPN foi uma excelente ferramenta de superação do paradigma colonizador médico-psiquiátrico, pelo fato de possuir uma abordagem sócio comunitária e histórica da saúde mental. Sua proposta de transversalidade conectou a saúde da população negra com sua história, uma conexão com o social e com a comunidade, fundamental para as práticas de saúde.

Apesar de ser uma grande conquista do movimento negro, a PNSIPN não saiu do estágio de sensibilização, ficando em total invisibilidade as condições específicas de cuidado à população negra nos espaços institucionais, principalmente quando referida à saúde mental (DA SILVA *et al*, 2018). Este fenômeno está ligado às questões estruturais do racismo, não configurando simplesmente na ausência de interesse dos profissionais de saúde, estando, todavia, intimamente arraigado na formação social brasileira (SOUZA, 1983).

Para Almeida (2018), o racismo é uma decorrência da estrutura da sociedade que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. Diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que



concedem privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. São relações de poder intrínsecas, que contribuem para a hegemonia de determinados grupos na manutenção de seus interesses sociais, políticos e econômicos.

Cerca de 70% da população usuária dos serviços públicos de saúde são pessoas negras. Os maiores dados epidemiológicos de morbidade e mortalidade são dessas populações, mas o discurso da inexistência do racismo nas práticas profissionais ainda predomina, bloqueando as ações do SUS frente a essas situações. O insucesso do Brasil ao resolver as questões de saúde que impactam desproporcionalmente a população negra até o século XXI é um exemplo de como o racismo estrutural e institucional contribuíram e continuam a contribuir para a precarização da saúde de milhares de mulheres e homens negros (DOS SANTOS, 2018).

COLONIALIDADE DO SABER E DO PODER: O ESTUDO DO “OUTRO”

Aníbal Quijano (2007) compreende a colonialidade como uma estrutura de dominação, dentro do modelo capitalista, que se inicia com o colonialismo, se estendendo até os dias atuais. Na colonialidade do saber vemos a forma etnocêntrica de narrar a história, centrada nos países europeus e estadunidense, mostrando somente uma perspectiva de uma história que tem múltiplas faces (LANDER, 2005; BERNARDINO-COSTA *et al*, 2018; ADICHIE, 2019). O que vemos é a pactuação narcísica da branquitude em preservar seus privilégios étnico-raciais, corroborando com a manutenção do silenciamento negro em pesquisas e políticas públicas (BENTO, 2002).

O termo colonialidade do poder é utilizado por Quijano (2007) para tratar da forma específica de dominação do capitalista. A colonialidade refere-se à classificação das populações em todo o mundo por raças, a racialização das relações entre colonizadores e colonizadas (os). Fundou sistemas de controle da autoridade coletiva em torno da hegemonia do Estado, que excluiu as populações racializadas, e estabeleceu o eurocentrismo como modo prioritário de produção e controle da subjetividade.

Para Ramón Grosfoguel (2016) o privilégio epistêmico dos homens ocidentais em relação ao conhecimento produzido por outros corpos tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais, coloniais e patriarcais no mundo. Este privilégio garante a eles decidir o que é certo e melhor para todos. O monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico.



Ochy Curiel, em entrevista concedida a Teixeira *et al* (2017), faz uma crítica aos estudos antropológicos de base eurocêntrica, chamados por ela de “outrológica”, que quer dizer, a pesquisa dos “outros”. Os outros são aqueles que são marcados pelo racismo, são as pessoas negras, as pessoas indígenas, as mulheres empobrecidas, são aqueles que escapam às normas ocidentais. Para a autora, a etnografia de base antropológica que parte do sul global é uma estratégia política para entender como funciona o poder e a hegemonia. Assim, não se estudaria somente o índio e o negro, mas como funciona o poder, as instituições, suas lógicas, suas estratégias e seus sujeitos. A decolonização implicaria em entender a complexidade de relações e subordinações que se exercem sobre aqueles/as considerados “outros” (CURIEL, 2019).

PROVOCAÇÕES EPISTÊMICAS E A RUPTURA COM MODELOS COLONIAIS

A ideia de raça foi uma construção do sistema moderno colonial (GROSFOGUEL, 2016) que, por meio de estratégias de dominação, estabeleceu relações de superioridade e inferioridade entre diversos povos, através de uma ficção fundamentada em diferenças estabelecidas em termos biológicos (LUGONES, 2008). Assim, somente alguns povos foram racializadas e, por consequência, subalternizados, perdendo o status de humano e podendo sofrer todo tipo de violência em nome da conquista e do desenvolvimento. O debate sobre relações raciais, por sua vez, requer que tomemos o processo de racialização sob outra perspectiva, que incorpora todos os sujeitos. Nesse sentido, do mesmo modo como "negros" e "índios" foram constituídos a partir da criação da ideia de raça, "brancos" também o foram, como representantes do humano e modelo de existência para os demais, devendo ser também racializados (FANON, 2008).

Decorre disso que a racionalidade moderna determina quem é sujeito de direitos, o direito de ‘ser agente’ ou constituir nações, pressupondo a inferioridade do não europeu, e que mulheres, crianças, indígenas, negros, povos tradicionais, por exemplo, necessitam de seres superiores para cuidarem deles (MIGNOLO, 2003).

O intelectual quilombola, Antônio Bispo (2015), discute os dispositivos de destruição colonial que se perpetuam na atualidade por meio de projetos neoliberais de governo que visam a destruição e desqualificação dos modos e significados dos povos indígenas e quilombolas. Compreende por colonização todos os processos etnocêntricos de subjugação e exploração, independentemente de em qual território físico geográfico se encontram. Propõe a contra-colonização como uma epistemologia da resistência e defesa dos territórios e dos



símbolos e significações, em um processo emancipatório e libertário das comunidades tradicionais.

A ruptura com modelos coloniais passa pela decolonialidade, ao questionar epistemologias do paradigma universal que colocam o homem ocidental como o único ser dotado de uma episteme superior (GROSFOGUEL, 2016). Um caminho importante para essa ruptura é a “ecologia dos saberes” como trata Santos (2010), ou seja, a tentativa de minimizar ao máximo a assimetria entre diferentes saberes.

E, para Gayatri Spivak (2010), para a ruína do arquétipo estrutural da subalternidade que alimenta a colonialidade epistêmica é fundamental que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir do *locus* social em que habitam e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. Assim, e por isso, é importante se calar e ouvir os grupos cujas vozes foram silenciadas ou subalternizadas. Tais vozes revelam discursos potentes, construídos a partir de outros referenciais e geografias que não aqueles hegemônicos; e visam outras possibilidades de existência para além das impostas pelo regime discursivo dominante.

A humanidade subalterna da população negra foi muito bem alimentada no paradigma manicomial. Discutir saúde da população negra na diáspora e principalmente saúde mental é problematizar o manicômio e suas expressões abordando a questão racial. E é, além do mais, trazer a público um debate que ficou apagado ao longo da construção, implementação e efetivação da Reforma Psiquiátrica Brasileira (PASSOS, 2018).

A Reforma Psiquiátrica Brasileira foi influenciada pela Reforma Psiquiátrica Democrática Italiana. Basaglia (1985) compreendia o manicômio como componente de um sistema hierárquico-punitivo, sendo necessária a construção de um antimodelo que fosse capaz de destruir as tendências tradicionais. De acordo com Passos (2018), Basaglia inspirou-se em Frantz Fanon para pensar na ruptura desse modelo opressor colonizador.

Fanon (2008) ficou conhecido no Brasil por tratar de debates sobre o colonialismo e luta antirracista, mas pouco se fala de suas contribuições para a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial, evidenciando como suas contribuições ficaram invisibilizadas na Reforma Psiquiátrica Brasileira, não sendo tratadas as questões étnico-raciais, nem o colonialismo e seus efeitos na constituição da subjetividade.

O compromisso da psiquiatria com o social se encontrava distante das necessidades da população não branca. Mesmo pregando o fim dos manicômios, ao não levar em conta a



formação social do Brasil, a Psiquiatria abraçou o modelo colonial (COSTA, 1976). O apagamento do Fanon (2008) na Reforma Psiquiátrica Brasileira está, assim, intimamente ligado ao racismo estrutural.

Assim como Fanon, Hall (2003) também discute o colonialismo, utilizando o conceito de pós-colonial como uma abordagem crítica que se propõe a superar teorias e categorias incapazes de explicar o mundo. Para ele, o pós-colonialismo se apresenta como uma proposta de releitura da colonização, bem como do tempo presente, a partir de uma escrita descentrada da diáspora, do mundo global e das grandes narrativas imperiais. Entretanto, intelectuais latino-americanos foram suprimidos e silenciados nessas narrativas, mesmo diante do fato da colonização da América Latina e seus efeitos.

Assim, intelectuais latino-americanos não assumem o referencial pós-colonial, pois correm o risco paradoxal de uma colonização intelectual. Ao silenciar narrativas marginais, corre-se o risco do que Cunha (2013) chamou de “a discursividade dominante”, e Mignolo (2009), de "privilégio epistêmico". Um mundo descrito sob uma ótica, sem considerar outras realidades empíricas existentes. Deste modo, a tradição colonial monopoliza o conhecimento e o define pela sua ótica. Um conhecer passivo à dominação, de modo que o oprimido passa a pensar com os argumentos do opressor, dominador.

A crítica pós-colonial correria, assim, o risco de tornar-se vazia, já que poderia se propor a conter e acomodar todas as demais experiências históricas locais. Caso isso ocorresse mudaríamos o contexto, mas não os termos da conversação, uma vez que a teoria pós-colonial continuaria controlando e garantido posições de poder para aqueles que com ela se identificasse (Mignolo, 2003). Entretanto, a decolonialidade para os pesquisadores latino-americanos e caribenhos, é uma base teórica para interpretar a realidade a partir das experiências locais (Costa e Grosfoguel, 2016).

Silvia Cusicanqui (1984; 2008) é uma socióloga, feminista e ativista boliviana que também assume uma postura anticolonial. Indica que a modernidade é um projeto essencialmente colonial com diversos mecanismos de violência. Utiliza como abordagem a sociologia das imagens, que favorece o desmascaramento do colonialismo moderno na América Latina e Caribe. Para a intelectual, a sociologia da imagem é uma prática teórica, estética e ética que permite a descolonização do olhar.

Enrique Dussel (2005), propõe o enfrentamento dessa modernidade por meio de críticas decoloniais que partam do sul global e dos povos e culturas que foram subalternizados



no projeto colonial da modernidade, possibilitando uma diversidade epistêmica que busque soluções para o patriarcalismo, racismo e capitalismo.

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES

A ciência também é um instrumento de produção da racionalidade que fundamenta a ideologia racista (ALMEIDA, 2018). As universidades ocidentalizadas internalizaram as estruturas racistas/sexistas criadas pelos genocídios/epistemicídios de base eurocêntrica e estadunidense, e as transformaram em conhecimento válido e universal (GROSGOUEL, 2016). Entretanto, as regras universais não dão conta da pluralidade das experiências humanas; a presença de pesquisadores negros nos espaços acadêmicos tem permitido colocar em cena epistemologias com um olhar afrocentrado (NASCIMENTO, 2009).

Para Sueli Carneiro (2005), a não utilização de referenciais africanos e afro-brasileiros nos espaços acadêmicos caracteriza-se como um genocídio simbólico. O uso de um referencial eurocêntrico tem o intuito de disciplinar/normalizar os comportamentos e não visa apenas a eliminação de corpos individuais e coletivos, mas também o controle de mentes e corações.

Tratar da saúde mental da população negra pelas vias da Psicologia tradicional de origem europeia por si só, por exemplo, não é suficiente para acessar adequadamente os processos psicológicos da população preta. Utilizar as epistemologias decoloniais e autores latino-americanos como referência de análise poderá contribuir para uma mudança e reconstrução do saber, descentralizando, desse modo, a Psicologia e dando um lugar ativo para os saberes produzidos na América Latina (NOGUEIRA, 2013).

Segundo Santana (2017), há uma ausência do tema das relações étnico-raciais nos serviços públicos de saúde mental e nas abordagens no que diz respeito às relações étnico-raciais na graduação. São poucas as pesquisas que relatam intervenções realizadas no âmbito institucional nos serviços de saúde e não há investigações que mostrem o uso de subsídios teóricos e metodológicos científicos da Psicologia como estratégia de prevenção de práticas de racismo.

Enrique Dussel (2005), diante da estrutura racistas/sexista de conhecimento, propõe a transmodernidade, trazendo para a cena aqueles que foram descartados, desvalorizados e julgados como inúteis nas culturas globais, incluindo a filosofia colonizada ou das periferias, tratadas por ele como a “exterioridade reativa” que possibilita diferentes direções, uma diversidade epistêmica, alcançando uma multiplicidade de sentidos.



Baseadas na perspectiva da decolonialidade, podemos pensar que os espaços de formação em saúde devem servir como potencializadores de epistemologias que propõem romper com o modelo de racionalidade cartesiano, afinal, mesmo buscando produzir uma ruptura com nossa história biomédica, ainda estamos atuando dentro desse campo que é delimitado por modelos ocidentais. Para tal, é preciso ampliar o olhar na clínica, incluir nos currículos dos cursos da saúde uma abordagem holística de saúde (TEIXEIRA, 1996), que considere diversos saberes, que seja capaz de atender as necessidades em saúde da população negra, voltadas ao território e à horizontalidade nas ações de cuidado para reduzir as hierarquias e a reprodução de relações de poder colonizadoras (BATISTA, 2016).

No movimento de afastamento dos modelos hegemônicos e universalistas se faz necessário que os cursos de graduação em saúde expandam o referencial teórico da graduação para compreender o racismo nos contextos social e institucional. São fundamentais o manejo das relações de poder entre colegas de equipe e usuários dos serviços (CUNHA e CAMPOS, 2011), o convívio com a alteridade no trabalho com outros profissionais e, especialmente, o trabalho com os sujeitos (SPINK, 2013). Por isso a importância do contato de estudantes de graduação com o trabalho interprofissional e articulado em redes, com a territorialidade, com as práticas integrativas e com os saberes da população negra e o enfrentamento do racismo institucional.

A universidade como um espaço de formação deve estar integrada à rede de atenção à saúde, bem como contribuir para o fortalecimento da atenção primária em saúde e para o contato com a PNSIPN ainda na graduação, fomentando a compreensão da percepção de atitudes que reforçam o racismo institucional; e a compreensão de que a política é feita por pessoas, por discussões, por uma formação crítica dos modos de produzir saúde (DOS SANTOS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sofrimento da população negra na contemporaneidade é um reflexo do que a diáspora nos colocou e de práticas em saúde ainda de base eurocêntrica colonizadora, que não insere na pauta as relações étnico raciais como um fator determinante e condicionante da saúde, gerando iniquidades sociais. Por isso, a presença de pessoas, principalmente pessoas negras, que trabalham com a perspectiva decolonial em espaços de formulação política e teórica, é extremamente urgente e necessária para o rompimento com epistemologias hegemônicas e para a construção de narrativas marginais desobedientes; caracterizando a



possibilidade de construção de outras narrativas e de uma diversidade representativa nas políticas públicas.

Entretanto, não é simples destituir as diversas posturas e modelos adotados na saúde. A principal estratégia para pensar em políticas voltadas para as especificidades em saúde da população negra é o enfrentamento do racismo institucional, nos permitindo questionar a quem interessa sua não efetividade. A destruição da estrutura racial nos espaços institucionais esbarra em relações de poder e de privilégios. Deste modo, podemos apontar que as discussões aqui tratadas levam a crer que ainda temos muito o que enfrentar. A luta anticolonial exige de nós um exercício coletivo, cotidiano e organizado em busca de uma reparação histórica das feridas coloniais.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** 1ª. Ed. Belo Horizonte/MG: Letramento, p. 29, 2018.

ARRETCHE, Marta. A política da política de saúde no Brasil. In: **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. 2005. p. 285-306.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico (H. Jahn, Trad.). Rio de Janeiro: Graal. 1985.

BATISTA, Luís Eduardo et al. Humanização na atenção à saúde e as desigualdades raciais: uma proposta de intervenção. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 689-702, 2016.

BENTO, M. A. S. Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. 2002.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Autêntica, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em 22 de setembro 2021.

_____. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 2ª ed. Série B - Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2007.



_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – 2013. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

BUSS, P. M; PELLEGRINI, F. A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*. vol.17, n.1, pp.77-93. ISSN 1809-4481. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>. Acesso em 22 de setembro 2021.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

CHALHOUB, Sidney. Classes pobres, classes perigosas. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2013.

COSTA J. B; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado. 2016.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**. Editora Garamond, 1976.

CUNHA, G. T; CAMPOS, G. W. S. Apoio matricial e atenção primária em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 961-970, 2011.

CUNHA, M. M. V. Saberes Marginais, Fronteiras Epistêmicas, (Des) colonização intelectual: reflexões para além do sistema mundial colonial/moderno/Mrginal Knowledge, Epistemic Borders, Intellectual (Des) colonization: reflections beyond the modern/colonial world system. *Revista Argumenta*, (19), 11.2013.

CURIEL, Ochy; DE ABREU GENEROSO, L. M. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **rth**, v. 22, n. 2, p. 231-245, 2019.

CUSICANQUI, S. R. *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhichwa, 1900- 1980*. La Paz: La Mirada Salvaje, 1984.

CUSICANQUI, S. R.. *Sociología de la imagen*. Bolívia: Tinta Limón, 2008.

DA SILVA, Breno Trindade. COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS, MODOS E SIGNIFICAÇÕES. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 15, n. 2.

DA SILVA, G. A; RIBEIRO, F. N. L; DE SOUZA, F. L. “*Negro Drama*”: a trama do racismo e os desafios para a política de saúde mental na contemporaneidade. 2018. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhoscompletos/425-51388-18072018-095144.pdf>. Acesso em 22 de setembro 2021.

DOS SANTOS, S. B. A emergência da política interseccional de saúde no Brasil: perspectivas sobre raça e gênero. *Afro-Ásia* 57 (2018).



DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander E (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. p. 55-70. Buenos Aires: Clacso. 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2007.

FREIRE L. R; FERREIRA S. F. Bem Viver: **Projeto U-tópico e De-colonial**. In territórios Revista de Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru. 2015.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Sociedade e Estado 31.1. 25-49. 2016.

HALL, Stuart. **Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite**. In: Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras**. Estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

KUHN, T. S. O progresso através das revoluções. In: A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo, Editora Perspectiva. 1975.

LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

LIMA, S. V. A política de saúde pública e o movimento sanitário brasileiro (1920-1950). Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social – UERJ, 1981.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008.

MAIO, M. C; MONTEIRO, S. **Tempos de racialização: o caso da saúde da população negra no Brasil**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona. 2014.

MELLO, A. O; CÉSAR, E; HEBERLE, R. O discurso sanitário como discurso político e ideológico na república velha. *Revista Historiador*. 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em 22 de setembro 2021.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

_____. La idea de la América Latina: la derecha, la izquierda y la opción decolonial crítica y Emancipación, n. 2, primeiro semestre. P. 251-279. 2009.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes. 2001.



NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade:** uma abordagem epistemológica inovadora. Sankofa 4, matrizes africanas da cultura brasileira. Selo negro. São Paulo. 2009.

NOGUEIRA, S. G. Psicologia Crítica Africana e descolonização da vida na prática da capoeira de Angola. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2013.

PASSOS, R. G. **Holocausto ou Navio Negroiro?** inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. Argum. Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, set. /dez. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ S (ed.); GROSGOUEL, R (ed.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Central -IESCO / Universidad Javeriana –Instituto Pensar / Siglo del Hombre, 2007.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 84-130, 2010.

SANTANA, M. F. **Muito além da cor da pele:** Psicologia, Saúde Mental e relações étnico-raciais em serviços públicos de saúde do município de Suzano, São Paulo. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. 2017.

SANTOS, A. O. Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. Revista da ABPN. p.241-259. 2018.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos, B. S.; Meneses, M. P. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez. p. 31-83. 2010.

SOUZA, N. S. Tornar-se negro, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Graal. 1983.

SPINK, M. G. P. **Psicologia social e saúde:** práticas, saberes e sentidos. 9ª ed. Petrópolis: Vozes. 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2010.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Ithaca: Cornell University Press.1991.

TEIXEIRA, A. B; SILVA, A. M; FIGUEIREDO, A. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel. Cadernos de Gênero e Diversidade. 106-120. 2017.

TEIXEIRA, Elizabeth. **Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde.** Rev. Esc. Enf. USP. v.30, n.2, p. 286-90. 1996.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. *Revista Tabuleiro de Letras*, PPGEL – Salvador, 2018. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5176/3245>. Acesso em 22 de setembro 2021.



CAPÍTULO 9

A TÉCNICA E OS OBJETOS PARA O ENTENDIMENTO DA URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Celso Donizete Locatel
Belarmino Mariano Neto
Letícia Luana Dionísio da Silva

RESUMO

A formulação de políticas públicas e a sua execução passa necessariamente pelo entendimento do território, todavia, as normas estabelecidas não associam a entender a função dos lugares e nem a sua densidade técnica, para tanto é necessário compreender a ideia de urbanização do território. O trabalho objetiva-se a discutir o conceito de urbanização do território, com base na compreensão da densidade técnica presente no território a partir dos sistemas de objetos e sistemas de ações revelam diferentes níveis de configuração do espaço que são atingidas por esses processos e se manifestam a partir da mescla com as singularidades do lugar. Este ensaio foi estruturado com base nos aportes teóricos que possibilitam o entendimento sobre o tema. Compreendendo a importância da técnica enquanto uma forma de constituição do ser, permitindo o entendimento das ações no espaço. Alude também a discussão sobre os objetos, que se apresentam como a materialização das técnicas eivadas de propósitos.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Técnica; Urbanização;

INTRODUÇÃO

Entendendo cidade e campo enquanto forma e o urbano e rural enquanto conteúdo, considerando ambos complementares que englobam o social, o cultural e o econômico; e não categorias opostas, é possível compreender assim a urbanização enquanto um processo generalizado de estruturação da sociedade no território (LOCATEL, 2013).

Assim, pensar o território a partir das constituições das materialidades pode nos proporcionar uma leitura geográfica das relações estabelecidas, possibilitando um entendimento sobre do que é urbano e rural. Desta feita, partimos dos seguintes pressupostos, enquanto possibilidade de buscar respostas: a) a urbanização não é um fenômeno do capitalismo (ou da sociedade atual), antes é um fenômeno técnico da existência humana, seu acontecer envolve a criação de objetos técnicos que mediam a relação com o espaço b) quanto maior a densidade técnica presente no território maior são as modificações nas cidades e no campo, contudo, no caso brasileiro torna-se importante discutir o que de fato é cidade, urbano e urbanização; c) a formação dos municípios no Brasil, por ser um ato normativo, causa



grandes problemas de gestão territorial, uma vez que não se leva em conta as funções urbanas para tal fim?

O trabalho objetiva-se a discutir o conceito de urbanização do território, com base na compreensão da densidade técnica presente no território, a partir dos sistemas de objetos e sistemas de ações, que revelam diferentes níveis de configuração do espaço, que são atingidas por esse processo e se manifestam a partir da mescla com as singularidades do lugar.

Justifica-se essa abordagem a partir da existência de uma série de conceitos elaborados e empregados para a análise da urbanização, mas que às vezes tendem a homogeneizar o fenômeno, causando distorções da realidade e na operacionalização das políticas públicas. Outra variável importante são as políticas territoriais implementadas pelo Estado brasileiro, que não compreendem e nem levam em conta a geografia do lugar, causando graves problemas de gestão do território.

Este ensaio traz uma discussão dos aportes teóricos que possibilitam o entendimento sobre o tema, assim o trabalho ficou estruturado em três tópicos, no primeiro item há uma discussão sobre a técnica; num segundo momento discute-se sobre os objetos na perspectiva da construção do espaço; por fim, fez-se algumas considerações do que é compreendido sobre a urbanização do território.

A TÉCNICA ENQUANTO FAZER E SER

Na geografia a perspectiva de estudar as relações da sociedade mediadas pelas técnicas não é novo, autores como La Blache (2013 [1902]); George (1980), Santos (2009 [1996]) já demonstravam a importância da compreensão da técnica para os estudos geográficos, conforme George (1980, p. 17) “a história das técnicas fornece a chave das modificações das relações entre as coletividades humanas e ambiente”, assim conhecer a técnica permite entender a modificações espaciais, por meio da relação indissociável entre a sociedade e o ambiente.

Avançando nesta discussão, Santos (2009 [1996], p.49) propõem que a geografia “deve, ao menos, ser vista como um estudo de caso para as filosofias da técnica, senão propriamente como uma contribuição específica para a produção de uma filosofia das técnicas”. Assim para o autor este é um problema de ordem epistemológica na geografia, e é pela técnica que constituirá um caminho adequado para a relação com o tempo e o espaço. Contudo, como o próprio autor adverte, essa perspectiva não é valorizada pelos geógrafos ainda nos dias atuais.



Para o citado geógrafo a técnica permite explicar o espaço em diferentes períodos, uma vez que elas têm diferentes idades e se realizam em relações concretas, de forma material ou não (SANTOS, 2013b [1994]), no seu entendimento as técnicas são “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009 [1996], p. 29). Essa ideia tornou-se fundamental para a sua compreensão de espaço enquanto um sistema de objetos e sistema de ações.

Com base nesta concepção de técnica, que Milton Santos desenvolveu a sua ontologia do espaço, para Tosta (2012) torna-se importante entender o valor das discussões ontológicas nas ciências, como afirma:

A reflexão ontológica figuraria, assim, como um âmbito possível da elaboração teórica que se orientaria no sentido da prospecção dos pressupostos que sustentam a pesquisa científica, aspirando ao esclarecimento da pertinência, limites e radicalidade dos mesmos. Enquanto tal, isto é, enquanto possibilidade, constitui uma alternativa disponível ao exercício de teorização que pode - ou não - ser desenvolvida (TOSTA, 2012, p. 10).

Deste modo, a partir da elaboração da antologia do espaço de Milton Santos com base na técnica, torna-se importante questionar o ser da técnica, ou seja, o que é técnica? Consideramos esse questionamento importante para a construção teórica da proposição de urbanização do território, uma vez que aportamos enquanto elemento de análise a densidade técnica presente no território.

Nesta discussão sobre a técnica, Heidegger (2007 [1953]) trouxe uma notável contribuição, principalmente numa perspectiva ontológica de entender a técnica, e isso vai refletir na proposta de Milton Santos (TOSTA, 2012). Logo no início de sua apresentação o filósofo já propõe fazer uma diferenciação entre a técnica e a essência da técnica, ressaltando que “pretendemos com isso preparar uma livre relação para com ela. A relação é livre se abrir nossa existência <Dasein> à essência da técnica. Caso correspondamos à essência, estaremos aptos a experimentar o técnico” (HEIDEGGER, 2007 [1953], p. 375).

Uma concepção do pensamento sobre a técnica imputa “segundo a qual ela é um meio e um fazer humano” (HEIDEGGER, 2007 [1953], p. 376), o autor considera isso como a determinação instrumental e antropológica da técnica, ou seja, é a perspectiva que a técnica é um elemento humano, que tem como finalidade a constituição de objetos técnicos. Contudo, o autor vai assinalar que só esta compreensão não é passível de dar o entendimento da essência da técnica, pois a essência só aparece no que é verdadeiro, assim ele não desconsidera a determinação instrumental da técnica, mas, segundo o próprio “o que é meramente correto ainda não é o verdadeiro”. (HEIDEGGER, 2007 [1953], p. 377)



A concepção instrumental e antropológica da técnica vai estar muito presente na obra de Milton Santos e, segundo Tosta (2012, p.19), a interpretação de Heidegger “sobre o significado (e consequências) da determinação instrumental e antropológica da técnica serve para pensar o significado (e consequências) da concepção de técnica na qual está apoiada a ontologia do espaço proposta por Milton Santos”. Com isto o autor sinaliza que a abordagem desenvolvida pelo Geógrafo em ‘A Natureza do Espaço’ está em sintonia com o pensamento de Heidegger.

A concepção instrumental e antropológica da técnica conduz, a um esforço para colocar o homem num relacionamento direto, com a técnica (HEIDEGGER (2007 [1953])), porém, essa relação, impedi que uma abordagem da técnica assim conduzida alcance a finalidade a que se destina todo questionamento ontológico genuíno “acerca de um ente, a saber: corresponder à essência do que é questionado. De acordo com o pensamento de Heidegger o questionamento ontológico sobre todo e qualquer ente, por exemplo, no caso, a questão “o que é isto – a técnica?” (TOSTA 2012, p. 20).

A discussão da essência da técnica poderá somente ser feita com o processo de desocultamento (tirar do oculto) que levará a verdade, ao entendimento do ser, assim, a concepção instrumental da técnica não nos mostra a sua essência, contudo para chegar a ela ou próximo, deve-se procurar passando pelo que é correto (a técnica), desta feita, para a compreensão da essência da técnica um caminho é entender a técnica (instrumental).

Nesse sentido, para a compreensão da concepção da técnica como agenciamento de meios para a consecução de fins (técnica instrumental), é feito por Heidegger (2007 [1953]) uma elucidação do sentido grego daquilo que ele designa da teoria grega das quatro causas (causa material, causa formal, causa final e causa eficiente). Abrangendo as quatro causas definidas por Aristóteles como possuindo um sentido operatório, motivo pela qual a ênfase recai sempre sobre a causa eficiente, que estaria mais ligada à efetuação ou produção de efeitos. Assim se constrói uma determinação instrumental da causalidade, que para Heidegger, a compreensão caminha em outra direção, em que a relação operatória de efetuação é substituída pela de comprometimento (LEOPOLDO E SILVA, 2007).

As quatro causas devem ser vistas como comprometimento com a produção da coisa. Assim, quando digo que a causa material corresponde à matéria de que algo é feito, o que se quer dizer na verdade é que há uma espécie de compromisso entre uma certa matéria e a produção do objeto; quando falo em causa final, quero dizer que há uma espécie de compromisso entre a produção da coisa e a finalidade a que deverá servir (LEOPOLDO E SILVA, 2007, p. 369).



A partir da articulação das quatro coisas avança-se na concepção de que se trata de fazer algo, a partir de alguma coisa, para certo fim. Na “articulação das quatro causas, algo se mostra na sua matéria, na sua produção e na sua finalidade. Algo se desabriga desvelando-se no seu modo de ser” (LEOPOLDO E SILVA, 2007, 370). É o que Heidegger (2007 [1953], p. 379) vai chamar de “deixam vir à presença o que ainda não se apresenta”. Sendo este um modo de produzir, e este produzir leva do ocultamento para o descobrimento, isto é, um desabrigar, “Os gregos têm para isso a palavra *ἀλήθεια* (alethéia). Os romanos a traduzem por “veritas”. Nós dizemos “verdade”” (HEIDEGGER, 2007[1953], p. 380)

A partir deste produzir (com base nas quatro causalidades, ou comprometimentos) a técnica aparece não meramente um meio, “é um modo de desabrigar. Se atentarmos para isso, abrir-se-á para nós um âmbito totalmente diferente para a essência da técnica. Trata-se do âmbito do desabrigamento, isto é, da verdade” (HEIDEGGER, 2007 [1953], p. 380). Deste modo qual implicação para geografia? Se considerarmos as assertivas proposta por Milton Santos, podemos compreender que sua ontologia do espaço encaminha-se numa perspectiva da captação que o ente só se faz sendo numa relação têmica-espacial com os objetos resultados do fazer técnico, ou seja, ele tem que acontecer, tem que produzir (TOSTA, 2012).

Deste modo, pensar a técnica torna-se necessário para entender o espaço, que na concepção de Santos (2009 [1996]) é um sistema indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, essa definição de espaço possibilita um entendimento sobre a proposta do autor em seus estudos epistemológicos/ontológicos em Geografia, na busca de entender o objeto da ciência, não a ciência em si como foi por muito tempo feito na Geografia (SANTOS, 2008 [1978]).

Dentro do entendimento da urbanização do território, compreender as discussões que envolvem a técnica torna-se importante, pois nosso entendimento de urbanização parte da ideia de um processo que ocorre em todo território, acontecendo nas áreas urbanas quanto nas rurais, assim, tanto cidade e campo são modificadas pelo processo, contudo que se verifica nessas áreas são as diferenças da densidade técnica do processo de urbanização, criando objetos geográficos que dão uma forma e função ao espaço.

O entendimento da urbanização do território a partir da consideração das materialidades existentes, ou seja, pelos sistemas de objetos constituídos pelas técnicas torna-se importante, pois essa compreensão aponta a ligação do humano com os objetos, pela técnica, tanto numa leitura do ser, como numa perspectiva instrumental e antropológica, em



que na essência da técnica o humano desabriga, aquilo que vem a ser. Assim o ser se constitui pelas técnicas, e essas serão impressas no espaço através dos objetos, que em seu vir a ser já tem as influências políticas-sociais.

A concepção de urbanização do território nasceu a partir da compreensão do espaço enquanto um elemento importante para sociedade, pois ela só é, sendo espacialmente, uma importante contribuição vem da ideia de urbanização da sociedade de Lefebvre (1999 [1970])) e da perspectiva como a de Santos (2013a [1993], p.137) em que “o grau de urbanização é tanto mais avançado quanto mais densos e complexos forem os sistemas de engenharias (...) e os sistemas sociais presente numa área”.

Desta feita, tentamos avançar na discussão, considerando neste momento a concepção da técnica e a essência da técnica como necessário para o ente ser, esse descobrimento, segundo Heidegger (2007 [1953]) pode acontecer pelo produzir, esse produzir poderá constituir objetos técnicos, esses objetos (sistema de objetos) na perspectiva de Santos (2009 [1996]) não podem ser entendidos sem os sistemas de ações.

O próximo item tratará sobre os objetos e sua relação direta com o ser humano, considerando que a sociedade necessariamente constrói objetos para a sua existência, assim compreende-se que este item é importante para a compreensão do conceito de urbanização do território.

OS OBJETOS GEOGRÁFICOS: A BASE MATERIAL PARA PENSAR A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Compreendendo que o fundamento da relação entre o homem e o meio é dado pela técnica, numa perspectiva instrumental e antropológica, que considera as técnicas como um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem constrói sua vida através dos sistemas de objetos. Desta feita, o “objeto traduz em sua materialidade a intenção do ato preexistente que lhe deu origem, e sua forma é produto de uma performance imaginada até mesmo antes de sua própria configuração física” (DOHMANN, 2010, p.71).

Para Santos (2008 [1978]; 2009 [1996]) o objeto de estudo da geografia é o espaço, considerado por ele como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações. Quando trata de sistema de objetos, Santos (2009 [1996], p. 73) refere-se sobre o “que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou”, assim chama a atenção para as materialidades presentes no espaço, considerando que estas são elementos importantes para a compreensão do espaço geográfico, logo, para



compreender uma determinada sociedade é imprescindível à análise das materialidades, o físico-natural e humanizado, não como dois elementos distintos, mas como uma totalidade, ou melhor, uma totalização em curso.

O objeto passou a ser fundamental para a nossa sociedade em relação com o ambiente, ele passa a ser segundo Moles (1971, p. 8) “mediador universal, revelador da Sociedade na progressiva desnaturalização desta, construtor do ambiente cotidiano, sistema de comunicação social, carregado de valores como nunca no passado”. Se ele é um mediador das relações sociais, ele só pode ser, sendo algo material e espacial, como diz Dohmann (2010, p. 72) “os objetos nos conectam com o mundo”.

Etimologicamente, conforme Moles (1971, p. 25), os objetos já eram pensando como algo exterior ao homem, em suas palavras “*objectum* significa atirar contra, coisa existente fora de nós mesmos, coisa colocada adiante, com um caráter material: tudo o que se oferece à vista e afeta os sentidos”. Alguns elementos desta passagem são importantes para a construção da análise geográfica, uma vez que os objetos têm um caráter material. Sendo assim, quando pensamos no espaço geográfico, devemos pensar também a partir das materialidades constituídas. Um segundo elemento é que esses objetos afetam o nosso ser, isso demonstra que a nossa constituição se dá a partir dos objetos dispostos.

Outro elemento que Moles (1971) chama a atenção é que os objetos são um produto específico do homem, ou seja, só ele cria objetos, mas criar objetos não significa unicamente criar algo que não existe, porém, aquilo que é natural, ou disposto na natureza pode ser também considerado um objeto, a partir do momento em que o homem atribui algum valor de uso.

Assim não concordamos com a ideia de que os objetos são apenas algo móvel, como afirma Moles (1971, p. 28), “um objeto é independente e móvel. Um móvel não é na realidade um objeto, porque ele é, contrariamente à sua etimologia, imóvel e geralmente volumoso. Ele só adquire a qualidade de objeto quando fica móvel, transportável ou transportado”. Nossa concepção é que o objeto é algo que o homem dá algum valor, conforme nos aponta Dohmann (2010, p.71) “no entanto, a própria natureza transforma-se em objeto, quando o homem se utiliza de suas dádivas com finalidades sociais, atribuindo-lhes valor, como no caso dos mais recentes movimentos ecológicos”.

Mas, para o entendimento dos objetos, é necessário entender que as relações funcionais interpõem aos objetos que devem ser pensados como um sistema a partir da grandeza de sua



complexidade (MOLES, 1971, SANTOS 2009 [1996]), a respeito da complexidade do objeto, este aparece em dois níveis, a complexidade funcional e a complexidade estrutural Moles (1971).

Quando se trata da complexidade funcional, um objeto está relacionado com um conjunto de funções que podem ser combinadas no seu uso, já quando se trata da complexidade estrutural é o modo como o objeto se relaciona com a diversidade dos seus elementos que o formam, não há diferença entre a complexidade estrutural e informação. Sobre isso, explica Santos (2009 [1996], p. 69):

A capacidade estrutural de um objeto é sua informação porque é a forma como pode comunicar-se com outro objeto, ou servir a uma pessoa ou empresa ou instituição tanto aquela que trabalha diretamente sobre ele, quanto, igualmente, a que, mesmo longe, tem comando sobre operações econômicas e sociais locais. Quanto mais estruturalmente complexo é um objeto, mais eficaz e rapidamente oferece uma resposta adequada. No meio geográfico é também assim.

Deste modo, para melhor compreensão, exemplifiquemos com entendimento da cidade e campo enquanto forma, e estas formas sendo objetos, contendo uma gama de complexidade funcional, que no caso do campo podem ser diversas, desde uma simples plantação de milho (produção agrícola) a elaboração experimental de novas sementes modificadas geneticamente (desenvolvimento da ciência). Já quando observamos a sua complexidade estrutural, o campo já está mais retido, uma vez que este não tem a capacidade (sejam por fatores naturais ou técnicos) de comunicar-se com outros objetos, em virtude de sua complexidade estrutural ainda não ser tão densa, principalmente quando se pensa sobre a ótica da agricultura familiar tradicional, com a característica de baixa densidade técnica, um baixo sistema de infraestrutura (característica muito presente na agricultura familiar brasileira).

Para pensar a complexidade dos objetos faz-se necessário pensar os objetos em sistemas, a compreensão da utilidade no passado, no presente ou futuro, vem propriamente do entendimento do seu uso combinado pelas gerações dos grupos humanos que a herdaram e o modificam, desta maneira o objeto poderá ser simbólico conforme demonstra Corrêa (2007, p. 8-9) “tornam-se formas simbólicas espaciais quando constituídas por fixos e fluxos, isto é, por localizações e itinerários, apresentando, portanto, os atributos primeiros da espacialidade”

As formas têm seu caráter simbólico, mas em geral também é funcional, assim, para Santos (2009 [1996], p. 72) “a partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares”, desta forma caberia aos pesquisadores se atentar a constituição dos objetos, das formas que determinada sociedade construiu.



Numa análise geográfica deve-se considerar os objetos que estão presentes no espaço, com uma atenção para suas funções e estrutura, observando qual é a sua ação, o seu propósito. Outro elemento do par indissociável que compõe o espaço é o sistema de ações, que é constituída por propósitos, que são resultados de necessidades, naturais ou criadas, para Santos (2009 [1996], p. 82):

Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, efetivas, é que conduzem os homens agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizada através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas.

Pode-se então afirmar que há uma relação dialética entre sistema de objetos e sistema de ações, por isso que é uma relação indissociável, deste modo, as ações podem mudar os objetos, seja no aspecto da forma ou da função, bem como os objetos modificam, ou alteraram o sentido da ação (não que irá mudar o propósito).

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Falar sobre a cidade parece em certo momento uma coisa fácil, contudo, este conceito envolve uma série de demandas que muitas vezes não são consideradas, ocasionando graves distorções conceituais e práticas (quando da ação), principalmente quando trata-se do planejamento. Até a chamada Geografia Urbana não tem definido um conceito unívoco sobre a cidade, o que traz uma série de debates para a ciência geográfica na condição de esta dar uma resposta no entendimento das transformações espaciais na cidade.

O estabelecido pelos órgãos Estatais o que é cidade, o urbano e intensidade de urbanização no Brasil é criticado por Locatelli (2004; 2013), pois, estas consideram cidades a partir de normas que não são consonantes com os processos atuais, estas são estabelecidas pelo “Decreto Lei 311, de 1938, que atribui às aglomerações, sede de municípios, a categoria de cidade, independente de suas características estruturais e funcionais” (LOCATELLI, 2013, p. 02).

Assim, consideramos que as normas oficiais estabelecidas não trazem grande contribuição a geografia na análise da urbanização, pois está é estabelecida pela quantidade de pessoas que residem em determinada área. A própria ideia de cidade, urbano e intensidade de urbanização vem de um critério que não observa as funções e os conteúdos, são estabelecidas pela aglomeração de pessoas, logo, pela forma, não que esta não tenha importância, mas ser a única variável para o estabelecimento do que é cidade e urbano torna-se muito superficial (LIMONAD, 1999).



Nesta discussão sobre urbanização pode-se ver uma complementariedade entre Santos (2013a [1993]) e Lefebvre (1999 [1970]), se para o primeiro é importante analisar as formas, enquanto um conteúdo espacial que é transformado pela técnica, que estabelece graus de urbanização. Já para Lefebvre (1999 [1970]) o entendimento do desenvolvimento da sociedade, com um enfoque nas cidades e como estas se estabeleceram são marcos fundamentais para o entendimento do urbano.

Lefebvre (1999 [1970]) vai estabelecer várias características das cidades e como estas permeiam um eixo tempo-espacial da urbanização, iniciando de um ponto zero, ou seja, a ausência de urbanização, perpassando pela cidade política, a cidade comercial e a cidade industrial. Lefebvre (1999 [1970]) considera que é na transição entre a cidade comercial para industrial que há uma inflexão do agrário para o urbano e é na transição da cidade industrial para uma cidade pós-industrial que o autor vai chamar de fase crítica, momento em que haverá a implosão-explosão que seria a concentração urbana, o aumento êxodo rural, da extensão do tecido urbano, a subordinação completa do agrário ao urbano.

É no período pós-industrial que para Lefebvre (1999 [1970], p.14) vai se estabelecer a sociedade urbana, que segundo o autor, para “denominar a sociedade pós-industrial, propomos aqui este conceito: sociedade urbana, que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade”. Mesmo Henri Lefebvre tendo elaborado diversas contribuições para a análise do espaço, o mesmo não tinha como foco uma perspectiva geográfica, daí que em suas análises os fatores sociais e econômicos são os mais ressaltados, o que não deixou de torná-lo uma referência sobre o estudo da urbanização e das cidades.

O modo de análise que Lefebvre (1999 [1970]) e tantos outros autores propõem ficou como uma maneira clássica de analisar a urbanização, ou seja, o principal meio era pela industrialização e a aglomeração da população. Porém, Santos (2010 [1980]) vai alertar do perigo da comparação do processo de urbanização dos países industrializados antes da revolução industrial com os países subdesenvolvidos industrializados, para ele:

A análise comparativa entre as cidades dos países industrializados no período posterior a revolução industrial e as cidades dos países subdesenvolvidos no de sua industrialização (e urbanização) permitiu a certos autores estabelecer um paralelismo entre os dois fenômenos, e, em consequência, levar avante a ideia segundo a qual as cidades dos países subdesenvolvidos estariam passando por uma etapa já vivida pelas cidades dos países industrializados, podendo assim chegar em seguida à etapa posterior (SANTOS, 2010 [1980], p. 14).

No entanto, a singularidade do lugar coloca-se como um tema sempre pertinente nos escritos de Milton Santos. Para ele, mesmo os vetores verticais, com uma forte matriz do



capital internacional, quando de fato tomarem forma no lugar, estes estarão repletos de elementos próprios o que interferirá diretamente nos vetores horizontais (SANTOS, 2009 [1996]), e este vetor só ira de fato acontecer a partir da constituição de uma forma geográfica ou com as mudanças na forma, ou seja, com mudanças espaciais adequadas a esses vetores ao lugar (SANTOS, 2009 [1996]; 2003 [1977]).

Assim, Santos (2010 [1980]) tentou mostrar em sua obra que o processo de urbanização deve ser considerado de maneira diferente, para o autor, fazer um comparativo dos processos de urbanização dos países industrializados-desenvolvidos com a dos países subdesenvolvidos, tendo como os países centrais como modelo não traz ganho, pois não são as mesmas matrizes do processo de urbanização.

No tocante ao processo de urbanização alcançar todas as frações do espaço, Limonad (2007) vai trazer o conceito de urbanização dispersa, que se assemelha em parte com a proposição de urbanização do território, para a autora embora essa “extensificação da urbanização seja aparentemente contraposta ao movimento anterior de urbanização intensiva, haveria diversas indicações de ambas estarem a se desenvolver de forma complementar” (LIMONAD, 2007, 35).

Todavia, pensamos que o território deve ser entendido a partir das suas materialidades, daí a importância de compreender a urbanização do território por esse viés, contudo é necessário compreender as relações que se dão nesses espaços, entender que há uma construção dialética de objetos e as ações humanas, e que cada um deste elemento muda o outro.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto L. Formas simbólicas e espaço algumas considerações. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, Ano IX, nº 17, pp. 7-18, 2007.

DOHMANN, Marcus O objeto e a experiência material **ARTE & ENSAIOS**, São Paulo, nº 20, jul, 2010, p.70-77.

GEORGE, Pierre. Problemas, Doutrinas e Método. In: _____; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **A Geografia Ativa**. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

HEIDEGGER, Martin. A questão da Técnica [1953]. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2007, p. 375-98.



LA BLACHE, Vidal. As condições geográficas dos fatos sociais. In: RIBEIRO, Guilherme; HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes. **Vidal, Vidais: Textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 85 – 98.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 [1970].

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Martin Heidegger e a técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2007, p. 369-374.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Niterói /RJ. Ano 1, Nº1, 1999, p. 71-91.

LIMONAD, Ester. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.14, v.1, p. 31-45, 2007.

LOCATEL, Celso D. Densidade e rarefação da urbanização no Rio Grande do Norte - Brasil: o rural e o urbano como conteúdo do espaço In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS LATINO AMERICANO, XIII, 2013. Lima/Peru. **Anais....** Lima: s/d, 2013.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade**: Mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP. 2004. 411f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente/ SP, 2004.

MOLES, Abraham A. **Teoria dos objetos**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1996], 384p.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais (1977). In.: SANTOS, Milton **Economia espacial**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 187-204.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2013a [1993].

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2013b [1994].

SANTOS, Milton. **A Urbanização desigual**: A especificidades do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2010 [1980].

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2008 [1978].

TOSTA, Luis Carlos. Ontologia da produção do espaço na Geografia: uma abordagem do tema através do diálogo entre Milton Santos e Heidegger sobre a técnica. **Revista Geografares**, Vitória/ES, nº13, Dez, 2012.p.01-39.



CAPÍTULO 10

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Susana Da Costa Mota
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad

RESUMO

O artigo fará uma breve análise sobre instrumentos de pesquisas em Ciências Sociais e almeja como objetivo geral realizar uma comparação entre dois instrumentos de pesquisa: questionário e entrevista. Tem como objetivos específicos: I- Explanar sobre os tipos de abordagens qualitativa e quantitativa; II- Apresentar seus respectivos instrumentos de coletas de dados e; III- Analisar o alcance, os limites, as vantagens e dificuldades de dois instrumentos de coletas de dados. Através de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, descritiva e analítica, o estudo tem como justificativa o intuito de contribuir para a compreensão do tema, que é de interesse tanto da comunidade acadêmica quanto da população em geral que demanda os resultados obtidos pelas pesquisas sociais, aprecia sua coerência e seu embasamento técnico e ambiciona por uma boa prestação de contas públicas.

PALAVRAS- CHAVE: Pesquisa; Qualitativa; Quantitativa; Instrumentos. Limites.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo visa fazer uma breve análise sobre a pesquisa em Ciências Sociais. Tem como objetivo geral apresentar alguns elementos metodológicos que auxiliam o pesquisador iniciante a realizar uma comparação entre dois instrumentos de pesquisa em Ciências Sociais: o questionário e a entrevista. Como objetivos específicos: I- Apresentar os tipos de abordagens - qualitativa e quantitativa; II- Identificar seus respectivos instrumentos de coletas de dados e; III- Analisar o alcance, os limites, as vantagens e dificuldades de dois instrumentos de coletas de dados. O estudo se justifica para contribuir com a compreensão do tema, que é de interesse tanto da comunidade acadêmica quanto da população em geral que demanda os resultados obtidos pelas pesquisas sociais, aprecia sua coerência e seu embasamento técnico e ambiciona pela efetiva divulgação dos resultados de pesquisa.

No referencial teórico será apresentado conceitos e concepções de autores que abordaram o tema e/ou assuntos relacionados em suas obras proporcionando imensa contribuição para a construção do artigo. Na metodologia será descrito a forma como foi realizada a pesquisa bibliográfica que o fundamentará, bem como apresentará os métodos e técnicas utilizados para realizar a análise e comparação entre os instrumentos de coleta de dados escolhidos, visando identificar seus respectivos alcances e limitações, apresentando,



consequentemente, suas vantagens e dificuldades. Após as considerações finais, serão descritas as referências bibliográficas utilizadas para seu o embasamento teórico.

A PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Conforme Antônio Carlos Gil a pesquisa “é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos” (GIL, 1989, p.17) desenvolvendo-se ao longo de um processo que possui inúmeras fases, desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados.

Segundo Marcia Lima “o cientista social se dedica ao entendimento daquilo que está no seu entorno e sobre o qual existem muitas opiniões, inclusive a do próprio investigador” (LIMA, 2016, p.12). A autora afirma ainda que “o aporte teórico auxilia a construção de dados, evitando o uso de apriorismos na formulação das nossas indagações iniciais” (LIMA, 2016, p.12), já Bourdieu, Passeron e Chamboredon, descrevem esse processo, no livro *O Ofício do Sociólogo*, como um momento de ruptura lembrando que “a teoria domina o trabalho experimental desde a sua concepção até as últimas manipulações de laboratório” (BOURDIEU; PASSERON; CHAMBOREDON, 2005, p.48).

Para Maria Cecília Minayo nas Ciências Sociais a pesquisa qualitativa:

Trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Conforme Ângela Alonso “a reflexão sobre questões de método é de fundamental importância para a produção de conhecimento” (ALONSO, 2016, p.04), pois as ciências se constituem enquanto tal pela formulação de problemas e hipóteses, testadas mediante observações empíricas e esse procedimento exige contínuas decisões metodológicas, sobre recortes da realidade e técnicas mais adequadas para apreendê-la, pois cada pesquisa, cada investigação, solicita uma metodologia específica que se coadune ao objeto, nas quais decisões de método estão na base das pesquisas e contribuem para a construção do saber tanto teórico quanto da experiência cotidiana (ALONSO, 2016).

Alonso ressalta que as Ciências Sociais, em particular a sociologia, desde o seu nascimento, no século XIX, oscilaram entre dois modelos que visam:

De um lado, seguir o método experimental das ciências naturais, modelando-se na biologia, que se consolidava, e construir, à sua maneira, instrumentos de medida e comparação. De outro lado, aproximar-se da história e da literatura, com as quais



compartilha o objeto – a vida social – e o instrumento – a linguagem e a capacidade de argumentar (ALONSO, 2016, p.08).

A autora afirma que o dilema entre explicar, como as ciências naturais, ou interpretar, como a história e a literatura, colocou a sociologia na situação no meio do caminho entre os dois campos e pendente, conforme as diferentes escolas de pensamento que foram se construindo ao longo do tempo, mais para um lado ou mais para o outro (ALONSO, 2016).

Segundo Alonso “essa perspectiva da sociologia como ciência levou ao desenvolvimento de métodos quantitativos, que, com ambição de generalização, valem-se da estatística para analisar um grande número de eventos” (ALONSO, 2016, p.08), bem como também “levou ao desenvolvimento de métodos qualitativos, visando a entender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares” (ALONSO, 2016, p.08).

Para a autora, embora as duas concepções tenham disputado entre si por muito tempo, “cada qual querendo se impor e deslegitimar a outra” (ALONSO, 2016, p.08), na sociologia contemporânea, a rivalidade deu lugar à colaboração e à busca de uso simultâneo de técnicas qualitativas e quantitativas, admitindo-se que ambas contribuem, de maneiras diferentes mas complementares, para a compreensão dos fenômenos sociais, numa perspectiva “de conciliação e complementaridade entre as duas metodologias” (ALONSO, 2016, p.08).

ABORDAGEM QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA

Segundo Alonso (2016), os pressupostos da metodologia qualitativa para as Ciências Sociais são:

- Impossibilidade de isolar os fenômenos sociais para realizar um experimento;
- Ciências sociais são auto influentes: o “objeto” é dotado de intencionalidade e altera a conduta na presença do observador;
- Relação sujeito-sujeito: Ciências Sociais estudam objetos que pensam a si mesmos (sujeitos ativos, não objetos passivos);
- Dupla hermenêutica: cientista social interpreta a interpretação que os sujeitos produzem de sua prática.

A autora afirma que os métodos qualitativos “aceitam os limites das técnicas que utilizam e a impossibilidade do conhecimento certo ou verdadeiro” (ALONSO, 2016, p.09), supondo que todo conhecimento é parcial ela cita como principais métodos qualitativos os:



➤ Estudo de interações cotidianas: observação participante; etnometodologia; entrevistas e grupos focais.

➤ Estudos de experiências, valores e atitudes: histórias de vida e depoimentos; biografias e prosopografias.

➤ Estudos de estruturas e processos: análises de trajetórias; análises de processos.

Alonso descreve ainda as ênfases das técnicas qualitativas e divide suas técnicas entre as que privilegiam a observação do presente e o ponto de vista dos atores que têm dificuldade de acessar os processos estruturais (ALONSO,2016):

➤ História de vida / Biografia / Prosopografia / Trajetórias / Reconstrução histórica:

- Ênfase diacrônica
- Variável principal é o tempo
- Investiga mudança no andamento dos fenômenos sociais
- Privilegia ideia de processo

➤ Observação participante / Grupos focais / Etnometodologia

- Ênfase sincrônica
- Variável principal é o espaço
- Investiga arranjo das relações sociais num dado momento
- Privilegia ideia de sistema ou estrutura

Miriam Goldenberg ressalta que:

Muitos cientistas sociais acusam a pesquisa qualitativa de não apresentar padrões de objetividade, rigor e controle científico, já que não possui testes adequados de validade e fidedignidade, assim como não produz generalizações que visem à construção de um conjunto de leis do comportamento humano. Além disso havia uma falta de regras de procedimento rigorosas para guiar as atividades de coleta de dados, o que pode dar margem para que o *bias* do pesquisador venha a modelar os dados que coleta, que, portanto, não podem ser usados como evidência científica (GOLDENBERG, 2004, p.44).

É nesse momento, que segundo Miriam Goldenberg, a quantidade é, então, substituída pela intensidade, pela imersão profunda, através da observação participante por um período longo de tempo, das entrevistas em profundidade, da análise de diferentes fontes que possam ser cruzadas, que “atinge níveis de compreensão que não podem ser alcançados através de uma pesquisa quantitativa” (GOLDENBERG, 2004, p.50).

A autora afirma que seja qual for o método, qualitativo ou quantitativo, o pesquisador sempre dirige sua atenção apenas para certos aspectos dos fenômenos, e enfatiza que “a totalidade de qualquer objeto de estudo é uma construção do pesquisador; definida em termos



do que lhe parece mais útil para responder ao seu problema de pesquisa” (GOLDENBERG, 2004, p.51), lembrando que é difícil evitar sentimentos de amizade, lealdade e obrigação, quando há interação de longo prazo com o objeto de estudo, e alerta que isso pode provocar censuras nos resultados da pesquisa.

Conforme Casarin e Casarin, a pesquisa quantitativa parte do pressuposto de que é possível mensurar ou quantificar um determinado fenômeno, mas outra característica além da mensuração é a objetividade, que trata “da usual aplicação de modelos matemáticos e estatísticos para análise dos resultados experimentais, sejam eles obtidos por meio de um ensaio de laboratório, de um questionário ou entrevista que envolva variáveis quantificáveis” (CASARIN; CASARIN, 2012, p. 37).

Segundo Mirian Goldenberg muitos pesquisadores que utilizam métodos de pesquisa quantitativos consideram que os *surveys* servem apenas para dar legitimidade ao senso comum, visto que não contribuem para a compreensão dos fenômenos sociais, e que os métodos quantitativos simplificam a vida social limitando-a aos fenômenos que pode ser enumerados, por isso “afirmam que as abordagens quantitativas sacrificam a compreensão do significado em troca do rigor matemático” (GOLDENBERG, 2004, p.61).

Conforme Goldenberg, nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento completo da realidade e diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões, pois “é o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema” (GOLDENBERG, 2004, p.62).

A autora conclui que a triangulação, combinação de metodologias diversas no estudo do mesmo fenômeno, “tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo” (GOLDENBERG, 2004, p.63).

Para Bauer e Gaskell os pesquisadores quantitativistas tinham maior rigor na coleta e análise de dados e delimitação de procedimentos e padrões para identificar uma prática boa e uma prática ruim. Assim como que pesquisadores qualitativistas criticavam a forma de análise da realidade social efetuada pelo primeiro grupo, em função destes deterem-se estritamente a uma análise numérica estatística, não levando em conta as particularidades encontradas na população investigada e nem na qualidade dos dados (BAUER, GASKELL, 2002).

Segundo os autores “o cientista social tem que ter a noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria” (BAUER; GASKELL, 2002, p.24):

É necessária uma visão mais holística do processo de pesquisa social, para que ele possa incluir a definição e a revisão de um problema, sua teorização, a coleta de dados, a análise dos dados e a apresentação dos resultados. Dentro deste processo, diferentes metodologias têm contribuições diversas a oferecer. Precisamos de uma noção mais clara das vantagens e desvantagens funcionais das diferentes correntes de métodos, e dos diferentes métodos dentro de uma corrente (BAUER; GASKELL, 2002, p.26).

Conforme Goldenberg enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, concretamente, a realidade pesquisada, sendo assim “a pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente” (GOLDENBERG, 2004, p.63). No quadro 1 apresentamos os instrumentos de coleta de dados e algumas características dos tipos de pesquisa quantitativa e qualitativa.

QUADRO 1- CARACTERÍSTICAS DOS TIPOS DE PESQUISA

	Quantitativa	Qualitativa
Instrumentos de coleta de dados	Questionário	Entrevista; Observação; Levantamento bibliográfico e documental.
Estrutura do instrumento	Questionário padronizado com alternativa de respostas pré fixadas e algumas perguntas abertas (opcional).	Roteiro de entrevista com perguntas abertas ou sequência de tópicos e subtópicos; Planilha de observação; Guia de termos e forma de compilação.
Tipo de registro de respostas	Dicotômicas, escalas e múltipla escolha, transcrição literal de respostas a perguntas abertas.	Texto narrativo, mídias audiovisuais, fichamentos da pesquisa bibliográfica e documental.
Forma de processamento dos dados	Banco de dados estatístico; Arquivos de ficha de leitura.	Arquivos de dados de entrevista ou documentos; Organização dos dados em categorias; Arquivos de fichas de leitura.
Análise e interpretação de dados	Comportamento de variáveis, indicadores e índices; Estatística descritiva ou inferencial; Análise univariada, bivariada ou multivariada; Elaboração de tabelas estatísticas, gráficos e quadros; Testes estatísticos.	Elucidação da estrutura narrativa de textos; Contextualização e interpretação do significado de imagem e sons; análise de conteúdo de depoimentos e documentos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme Bauer e Gaskell muita confusão metodológica e muitas afirmações falsas surgem da compreensão equivocada ao se fazer a distinção entre qualitativo/quantitativo na coleta e análise de dados, com princípios do delineamento da pesquisa e interesses do



conhecimento. Segundo os autores é possível conceber um “delineamento experimental, empregando entrevistas em profundidade para conseguir os dados. Do mesmo modo, um delineamento de estudo de caso pode incorporar um questionário de pesquisa para levantamento, junto com técnicas observacionais” (BAUER; GASKELL, 2002, p.20).

Ângela Alonso conclui que “a escolha entre as técnicas depende, pois, da pergunta que o pesquisador formula. E, a depender do que se investiga, o melhor caminho será a combinação entre elas” (ALONSO, 2016, p.20), pois quando a abordagem qualitativa procura trabalhar com dados estatísticos e se tem a intenção de representar em números uma determinada realidade social, a melhor opção é uma pesquisa de tipo quanti-qualitativa.

Lembrando que, conforme Bauer e Gaskell, a transparência é um critério de boa prática na pesquisa qualitativa, a seleção de dados, o tempo e a localização da coleta, os procedimentos de análise, devem ser suficientemente documentados, de tal modo que eles possam ser imitados. Isso aumenta a confiabilidade pública dos dados (BAUER; GASKELL, 2002, p.515).

Na metodologia a seguir será descrito como será realizada a comparação entre dois instrumentos de pesquisa em Ciências Sociais, o questionário e a entrevista, apresentando seus respectivos alcances e limitações e, conseqüentemente suas vantagens e dificuldades.

METODOLOGIA

Para Barreto e Honorato a metodologia da pesquisa deve ser entendida como conjunto detalhado e sequencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objetivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação (BARRETO; HONORATO, 1998).

Para Cavalheri e Engerhoff, “os procedimentos metodológicos respondem as perguntas: como será feito o trabalho? Com quê? Onde? A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa” (CAVALHERI; ENGERHOFF, 2014, p.34).

Para atingir o objetivo geral deste artigo será escolhido dois instrumentos de pesquisa em Ciências Sociais: o questionário e a entrevista, um de abordagem quantitativa e outra de abordagem qualitativa. Após a conceituação de cada um será elaborado um quadro comparativo descrevendo seus respectivos alcances e limitações e, conseqüentemente, suas vantagens e dificuldades.



Questionário

Conforme Marconi e Lakatos um questionário é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.100).

Márcia Lima enfatiza que:

A aplicação do questionário, mesmo que altamente padronizado, deve ser objeto de atenção do pesquisador, pois também é um processo de interação que, ao contrário das técnicas qualitativas onde a interação observador-sujeito da pesquisa compõem a técnica, na aplicação de questionário esta interação deve ser minimizada e não desconsiderada. O entrevistado não deve se sentir julgado e, mesmo nas questões mais delicadas, a liberdade da expressão deve ser garantida ao máximo (LIMA, 2016, p.30).

Segundo Lima (2016) um questionário consiste em traduzir os objetivos da pesquisa em perguntas claras e objetivas que podem ser:

a) Aberta: são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões. Não existem categorias preestabelecidas e o entrevistado pode responder de forma espontânea. Entretanto, apresenta alguns inconvenientes:

- Dificulta a resposta ao próprio informante, que deverá redigi-la.
- O processo de tabulação.
- O tratamento estatístico e a interpretação.
- A análise é difícil, complexa, cansativa e demorada

b) Fechada: são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre duas opções. Este tipo de pergunta, embora restrinja a liberdade das respostas, facilita o trabalho do pesquisador e também a tabulação, pois as respostas são mais objetivas. Existem categorias diferenciadas:

- Alternativa: sim – não

c) Múltipla escolha: são perguntas fechadas mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto:

- Escalas: 1 a 5 (1=concordo totalmente a 5=discordo totalmente)
- Alternativas qualitativas: selecionar de uma série de respostas qualitativas uma alternativa (ex: conceitos)

A técnica da escolha múltipla é facilmente tabelável e proporciona uma exploração em profundidade quase tão boa quanto a de perguntas abertas. A combinação de respostas



múltiplas com as respostas abertas possibilita mais informações sobre o assunto, sem prejudicar a tabulação (LIMA, 2016).

A análise dos dados, após tabulação, evidenciará possíveis falhas existentes como: inconsistência ou complexidade das questões; ambiguidades ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causem embaraço ao informante; questões que obedecem a uma determinada ordem; ou se são muito numerosas (LIMA, 2016).

Para que a eficácia do questionário seja aumentada, Marconi e Lakatos (1999) afirmam que a elaboração deve seguir algumas recomendações: (1) os temas escolhidos devem estar de acordo com os objetivos da pesquisa, (2) o questionário deve ser limitado em sua extensão e em sua finalidade, pois um questionário muito longo causa cansaço e desinteresse e um questionário muito curto pode não oferecer informações suficientes, (3) as questões devem ser codificadas, a fim de facilitar a posterior tabulação, (4) deve estar acompanhado de orientações sobre como respondê-lo, (5) o aspecto e a estética devem ser observados.

Hair *et al.* (2004) afirmam que para a elaboração de um questionário, devem-se considerar as seguintes etapas: (1) desenvolvimento do questionário: recomenda-se que inicialmente sejam apresentadas perguntas que estabelecem um contato inicial com o respondente, e, na sequência, o pesquisador apresenta as questões relacionadas ao tópico da pesquisa; (2) validação: deve-se garantir que o questionário esteja alinhado aos objetivos propostos; e (3) determinação do método de aplicação: o questionário pode ser auto administrado, aplicado por correspondência ou aplicado eletronicamente.

Com relação às escalas para a medição dos fatos a serem pesquisados, Marconi e Lakatos (1999) sugerem três possibilidades: (1) escala nominal: consiste de duas ou mais categorias nas quais as repostas são classificadas; (2) escala ordinal: indica a posição relativa da resposta com relação a alguma característica; e (3) escala de intervalo: indica além das propriedades das escalas nominal e ordinal, a característica de unidades iguais de mensuração.

Além dessas, Marconi e Lakatos (1999) também apresentam outros tipos de escalas: (1) escalas de ordenação: é aquela na qual o indivíduo organiza as respostas por ordem de preferência, (2) escalas de intensidade: as respostas são organizadas de acordo com um grau de valorização de um *continuum* de atitudes, (3) escalas de distância social: tenta organizar as respostas de acordo com a preferência e, ao mesmo tempo, estabelecer relações de distância entre elas, (4) escala de *Thurstone*: reúne e apresenta uma série de proposições sobre as quais o respondente deverá indicar se concorda ou não com cada uma delas, (5) escala de *Lickert*:



tem o mesmo objetivo da escala de *Thurstone*, porém são definidas cinco possibilidades de resposta que vai da ‘completa aprovação’ até a ‘completa desaprovação’ sobre uma determinada assertiva, e (6) escala de *Guttman*: apresenta os resultados em ordem hierárquica, correspondendo a série de itens a uma escala unidimensional.

Após a elaboração das perguntas e da definição da escala a ser utilizada, Marconi e Lakatos recomendam “que se faça um pré-teste do questionário, ou seja, ele precisa ser testado antes de sua utilização definitiva” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 102). E para Hair *et al.* “essa avaliação pode ser feita por meio da aplicação do questionário a um pequeno grupo de respondentes com características semelhantes à da população alvo” (HAIR, *et al.*, 2004, p.230). O pré-teste serve também para verificar se o questionário apresenta três importantes elementos: (1) fidedignidade: os resultados serão os mesmos, independentemente de quem o aplicou; (2) validade: os dados coletados são necessários à pesquisa; e (3) operatividade: o vocabulário é acessível e o significado é claro (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Marconi e Lakatos (1999, p. 100) e Hair *et al.* (2004), apresentam as seguintes vantagens para a utilização do questionário: economia de tempo, eliminação de deslocamentos, obtém um grande número de dados, atinge um determinado grupo de maneira simultânea, abrange uma ampla área geográfica, não necessita do pesquisador no campo, obtém respostas mais rápidas e precisas, mantém o respondente no anonimato, não há a influência do pesquisador, o respondente escolhe o melhor momento para respondê-lo e maior uniformidade na avaliação.

Como desvantagens, os autores apresentam: baixo retorno de questionários, grande número de questões sem resposta, impossibilidade do auxílio ao informante em questões mal compreendidas, a devolução tardia causa prejuízos ao cronograma e exige um universo mais homogêneo.

Entrevista

Segundo Marconi e Lakatos uma entrevista é o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 94). E para Márcia Lima “através da entrevista é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado” (LIMA, 2016, p.27).



Há diferentes formatos de entrevista e a decisão quanto ao tipo a ser utilizado deve levar em consideração a situação da pesquisa, o tema investigado e o tempo para realização da pesquisa. Conforme Márcia Lima (2016) o uso da entrevista está associado a outras técnicas de pesquisa e em geral, elas são classificadas em três formatos: estruturadas, semiestruturadas e abertas:

Suas diferenças consistem no grau de estruturação prévia do roteiro de perguntas da entrevista. Na estruturada o roteiro é bastante rígido, e ela é usada, principalmente, para a aplicação de questionários. Na semiestruturada, o entrevistador segue um determinado número de questões principais e específicas, em uma ordem prevista, mas é livre para incluir outras questões. Na entrevista não estruturada, o entrevistador apoia-se em vários temas e em algumas perguntas iniciais previstas para improvisar em função das respostas obtidas do entrevistado. Nela, o entrevistador é livre para desenvolver questões ao longo da entrevista (LIMA, 2016, p.27).

A autora enfatiza que “no que diz respeito à validação dessa técnica, ela ocorre dentro de perspectivas teóricas que tomam como válido o significado das representações sociais construídas pelos indivíduos em situação de interação” (LIMA, 2016, p.29). Sendo assim são tarefas de grande importância, durante o processo da pesquisa: (i) identificar qual a melhor forma de selecionar os entrevistados considerando a posição que eles ocupam; (ii) definir o roteiro e o tipo de entrevista que será feita considerando a forma como ocorreu a inserção no campo; e (iii) consolidar o desenho de pesquisa no qual a entrevista se insere.

A vantagem da entrevista está na riqueza das informações que podem ser coletadas, pelas palavras e interpretações dos entrevistados aos estímulos que lhes foram dados, assim como a possibilidade de registrar a sua reação não verbal. Além disso, “a entrevista proporciona ao investigador a oportunidade de explorar ao máximo as suas questões e dirimir dúvidas, devido ao fato de se tratar de uma interação flexível e personalizada” (LIMA, 2016, p.39) o que muitas vezes permite esclarecer situações ou acessar informações que não seriam perceptíveis apenas pela observação

Quanto às limitações, a autora afirma que é importante lembrar sempre que “trata-se de uma interação pesquisador-objeto de pesquisa que pode ser malsucedida pela má interpretação das perguntas pelo entrevistado ou por dificuldades do pesquisador em estabelecer uma comunicação” (LIMA, 2016, p.39). Mas ressalta que a limitação mais problemática “é a possibilidade de o pesquisador influenciar, ou melhor, induzir as respostas a serem obtidas nessa interação”, (LIMA, 2016, p.39) e por isso o conteúdo das perguntas deve ser cuidadosamente formulado e analisado.

Considerando que “para superar tais dificuldades há estratégias disponíveis, como o bom uso do tempo, a adequação do roteiro e a realização de entrevistas-piloto” (LIMA, 2016, p.39). Porém, o cuidado principal deve estar em equilibrar a baixa ou a excessiva interação entrevistador-entrevistado, pois, em ambos os casos, as respostas podem ser comprometidas e seus resultados se tornarem inócuos (LIMA, 2016, p.39).

Entre os tipos de entrevistas destacam-se:

- Entrevista com grupo focal: um pequeno número de pessoas, normalmente de seis a oito, encontra-se para discutir um tema de interesse comum, liderado por um moderador, muitas vezes acompanhado por um ou dois observadores.
- Entrevistas individuais em profundidade: uma entrevista semiestruturada com um único respondente, em contraste com a entrevista estruturada de pesquisa de levantamento e as conversações mais longas da observação participante.
- Entrevista narrativa: método específico de entrevista que consiste em pedir às pessoas que contem sua vida, tanto como um todo, ou focando, por exemplo, em uma doença, ou em uma biografia profissional. A parte principal da entrevista é uma narrativa espontânea mais longa da história de vida do indivíduo, durante a qual o entrevistador se abstém de intervenções diretas.

Com base em tudo que foi explanado, o presente estudo contempla assim o seu objetivo geral e apresenta no quadro 2 a descrição dos elementos que fundamentam a comparação entre os dois instrumentos de pesquisa em Ciências Sociais escolhidos: o questionário e a entrevista, seus respectivos alcances e limitações, bem como vantagens e dificuldades.

QUADRO 2-COMPARAÇÃO ENTRE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO		ENTREVISTA	
ALCANCES	LIMITES	ALCANCES	LIMITES
Atinge maior número de pessoas simultaneamente	Quando enviados (correio) tem percentagem pequena de questionários que voltam	Pode ser utilizada com todos segmentos da população (alfabetizados ou não)	Disposição do entrevistado em dar informações necessárias
Abrange uma área geográfica mais ampla	Limitação do pesquisador em auxiliar o informante em questões mal compreendidas.	Abrange uma área geográfica mais limitada	Retenção de alguns dados importantes.
Obtém respostas mais rápidas e exatas	Devolução tardia prejudica o cronograma	Obtém respostas mais ricas	Tamanho da amostra menor que o questionário
	Limitado em extensão e em finalidade. Tem universo mais homogêneo	Registro das respostas: anotação simultânea, gravador (caso o entrevistado concorde)	

VANTAGENS	DIFICULDADES	VANTAGENS	DIFICULDADES
Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados	Requer conhecimento do assunto e cuidado na seleção das questões, pois dificuldade de compreensão gera uniformidade aparente	Há maior flexibilidade	Dificuldade de expressão de ambas as partes
Economiza pessoal na coleta de campo	Deve formular perguntas de forma simples de entender, de forma concreta e precisa. Possui perguntas sem resposta.	O entrevistador pode repetir a pergunta; formular de maneira diferente; garantir que foi compreendido	Incompreensão por parte do informante
Economiza em treinamento	Resposta Codificadas para facilitar a tabulação	Informações mais precisas	Possibilidade do entrevistado ser influenciado
Liberdade de respostas (anonimato)	Deve conter indicação da entidade organizadora	Permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico	Ocupa mais tempo
Mais tempo para responder	Deve ser acompanhado por instruções	Contato inicial: clima amistoso; objetivos	Requer planejamento da entrevista
Horário favorável	Deve ter boa apresentação estética	Oportunidade da entrevista	Requer conhecimento prévio do entrevistado
	Considerar o grau de conhecimento e informação do entrevistado	Condições favoráveis	Requer Conhecimento prévio do campo
	Deve evitar palavras e formulações ambivalentes, perguntas sugestivas e perguntas indiscretas	Contato com líderes	Requer preparação específica

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O embate entre pesquisadores alinhados a técnicas qualitativas ou quantitativas sempre existiu, embora a tendência mais atual seja no sentido de ampliação do reconhecimento mútuo e integração entre ambas as abordagens e para Márcia Lima “a entrevista é, sem dúvida, uma das principais formas de coletar dados nas pesquisas em Ciências Sociais. É instrumento crucial tanto na abordagem quantitativa quanto na qualitativa” (LIMA, 2016, p.38). E conforme a autora “o questionário utilizado em estudos quantitativos, é também um resultado de uma entrevista (presencial ou não)” (LIMA, 2016, p.25), mas Márcia Lima também lembra que “nenhuma entrevista qualitativa deve ser aplicada como um questionário” (LIMA, 2016, p.28).

Lembrando que para Bauer e Gaskell a prestação de contas públicas tem a função de indicação de qualidade na pesquisa social, na qual os critérios explícitos de boa prática garantem sua natureza pública, assim “a pesquisa social é garantida através da construção da confiabilidade e da relevância” (BAUER; GASKELL, 2002, p.509).

Segundo os autores cada método de pesquisa possui sua “boa prática”, que é indicada por alguns critérios. Para a pesquisa quantitativa, normalmente são conferidos a representatividade da amostra, o tamanho da amostra e a fidedignidade e validade das medidas numéricas. Na pesquisa qualitativa, critérios equivalentes estão menos claramente



desenvolvidos. Eles podem incluir triangulação, transparência, construção de corpus, surpresa pessoal, descrição detalhada e, algumas vezes, validação comunicativa (BAUER; GASKELL, 2002, p.502).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa qualitativa é difícil de ser traduzida em números e indicadores quantitativos pois trabalha com o mundo das relações humanas, de suas representações, significados e intencionalidades, aos quais é necessário sempre um processo hermenêutico-interpretativo por parte do pesquisador e devido à complexidade histórica e social do objeto de pesquisa nas Ciências Sociais, não é incomum haver uma multiplicidade de opiniões acerca de um mesmo fenômeno em função da subjetividade presente nos resultados e análises dos dados, da forma como alguns fatos são interpretados, já que a diversidade de interpretações é uma consequência direta da subjetividade presente na pesquisa.

Pois a pesquisa qualitativa tem possibilidade de quantificação dos dados obtidos através da observação das entrevistas, por isso dá ideia de não formalização da pesquisa. Já a pesquisa quantitativa tem a quantificação no momento da análise da sistematização dos dados como interpretar o dado quantitativo. Mas uma é tão importante quanto a outra, por isso os cientistas sociais precisam ter a capacidade de ler os indicadores sociais, ler os dados quantitativos (estatísticos) para poder compreender como se dá essa dinâmica social.

Ou seja, um bom pesquisador social precisa dar conta das duas abordagens e considerando a necessidade de inovação das técnicas tradicionais de coleta, processamento e análise de dados, o recurso da triangulação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa de método misto se apresentam como ferramentas operacionais importantes, pois a triangulação promove o diálogo entre as diversas estratégias de pesquisa e áreas do conhecimento científico, objetivando uma análise cruzada dos procedimentos e resultados, consistindo num recurso efetivo para analisar os vários pontos de vista sobre determinada problemática, proporcionando uma visão mais abrangente do tema em estudo e das várias perspectivas teórico-metodológicas disponíveis possibilitando expandir a compreensão do objeto de pesquisa ou avaliar resultados provenientes da utilização de diferentes técnicas de coleta de dados e assim aumentar a confiabilidade dos seus resultados e conseqüentemente ter uma boa prestação de contas públicas.

Conclui-se assim que cada instrumento tem a sua devida importância e pode contribuir de forma diferente para as pesquisas em Ciências Sociais, pois a busca mais rigorosa de



investigação pressupõe um maior nível de aperfeiçoamento pela utilização de diversas técnicas de pesquisas de forma integrada num mesmo estudo sendo a forma mais efetiva de apreensão da realidade, numa sociedade cada vez mais complexa.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Bloco Qualitativo. SESC São Paulo/ CEBRAP, 2016. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/unidades/abas/6e0ab6db/a514/4d38/8b19/3f2e5ce48e92>

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Editora Vozes, 7º edição, 2002. Disponível em: <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2017/10/pesquisa-qualitativa-com-texto-imagem-e-som-bauer-gaskell.pdf>

BARRETO, Alcyrus Vieira Pinto; HONORATO, Cezar de Freitas. **Manual de sobrevivência na selva acadêmica**. Rio de Janeiro. Objeto Direto, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício do Sociólogo**: Metodologia da pesquisa na sociologia. Ed. Vozes, 2005.

CASARIN, Helen de Castro S.; CASARIN, Samuel S. **Pesquisa científica**: da teoria à prática. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012.

CAVALHERI, Alceu; ENGERROFF, Sérgio Nicolau. **Orientações para Trabalhos Científicos (OTC) da Faculdade Palotina**. Editora Biblos, Santa Maria, RS. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989, Editora Atlas S.A, 2002; 6º tiragem. Disponível em: <http://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20%20Como%20elaborar%20projetos%20e%20pesquisa.pdf>

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. pp.16-24. Disponível em: <http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMUEL, P. **Fundamentos métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LIMA, Márcia. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. In. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Bloco Quantitativo. SESC São Paulo/ CEBRAP, 2016. Disponível em: http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_EBOOK%20SescCebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.



MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio da pesquisa social. In: ____ (org.); DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 9-29.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3º edição. rev. e atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.



CAPÍTULO 11

ANTROPOLOGIA, RELATIVISMO E COMPARATIVISMO

Nildo Viana

RESUMO

A questão do relativismo e do comparativismo está entre as mais relevantes do pensamento antropológico. O relativismo se tornou um elemento que acompanha a antropologia desde a sua consolidação como ciência particular e o comparativismo a acompanha desde o seu nascimento. Nesse contexto, convergências e divergências emergiram na relação entre ambas as concepções. O tema de nossa pesquisa é a relação entre relativismo e comparativismo e nosso objetivo é entender esses dois elementos no interior do pensamento antropológico. O problema de pesquisa que apresentamos é qual dessas concepções é mais adequada para a pesquisa das sociedades tribais? Para tanto, partimos de algumas posições no interior da antropologia nesse debate para, posteriormente, apresentar as críticas que elas recebem e, em conclusão, nos posicionarmos diante de ambas. O resultado de nossa pesquisa é a conclusão de que as formas valorativas de relativismo e comparativismo são problemáticas e, no plano metodológico, o relativismo e o comparativismo são insuficientes, pois o primeiro apenas alerta contra os preconceitos e o segundo é apenas uma técnica de pesquisa. Nesse sentido, seria necessário um método que trouxesse a capacidade analítica das diferenças e semelhanças e a dialética supre essa necessidade.

PALAVRAS-CHAVE: Relativismo. Comparativismo. Dialética. Antropologia. Método.

A antropologia tem como eixos fundamentais a questão da crítica ao etnocentrismo e o relativismo. Por outro lado, ela muitas vezes lançou mão da comparação e também foi acusada de etnocentrismo e vínculo com colonialismo e imperialismo. Essas questões, por sua vez, se relacionam com outras e receberam respostas distintas dependendo do antropólogo ou escola antropológica. Não é nosso objetivo aqui resgatar as diversas contribuições para essa discussão ou mesmo retomar o conjunto de problemas gerado por elas.

O nosso objetivo aqui é mais restrito. Buscamos problematizar a questão do relativismo e do comparativismo tal como se manifesta no interior da antropologia, adentrando nas questões correlatas e derivadas apenas quando necessário, focalizando a questão metodológica. Assim, a questão que levantamos é qual posição, na perspectiva metodológica, é mais adequada para a pesquisa das sociedades tribais e para a pesquisa antropológica? Seria a posição dos relativistas mais extremistas ou dos comparativistas mais extremistas, ou nenhuma das suas posições? Em outras palavras, como compreender outras sociedades, outras culturas?



Para responder a tal problema de pesquisa, partiremos de uma breve síntese da concepção relativista e, a seguir, apresentamos a concepção comparativista, para, posteriormente, apresentar as críticas às duas concepções e, por fim, nos posicionarmos diante do debate.

RELATIVISMO E COMPARATIVISMO

A antropologia se confunde com o relativismo. É possível encontrar em *Raça e História*, de Lévi-Strauss (1970), a obra inaugural da defesa do relativismo:

... Para Lévi-Strauss a avaliação e compreensão de cada cultura em si passa pelo relativismo cultural, pois as culturas devem ser compreendidas em função das suas próprias preocupações e não através de critérios derivados das preocupações específicas da civilização ocidental (ROWLAND, 1987, p. 9).

Essa concepção é reproduzida por quase todos os manuais de antropologia (ROWLAND, 1987), o que pode ser confirmado através da leitura de alguns deles (PELTO, 1971; ROCHA, 1994; DAMATTA, 1987). Uma outra reflexão sobre o relativismo é a que distingue entre a “tese metodológica” e a “tese ideológica”, que podem ser quase inseparáveis na mente dos antropólogos, mas podem ser distinguidas analiticamente (KAPLAN; MANNERS, 1981). A tese ideológica do relativismo “sustenta que cada cultura é uma configuração única com seu próprio sabor especial, seu estilo e espírito próprios. Frequentemente essa ‘singularidade’ é expressa como artigo de fé e são feitas poucas tentativas de explicá-la” (KAPLAN; MANNERS, 1981, p. 19). Isso é diferente da tese metodológica, pois, nesse caso, “o relativismo é útil para lembrar que, ao estudar culturas diferentes da nossa, devemos tentar não ser influenciados pelos nossos preconceitos culturais. Olhando dessa maneira, ele é um preceito metodológico, e não uma posição ideológica” (KAPLAN; MANNERS, 1981, p. 20).

Este debate sobre o relativismo no interior da antropologia acaba adentrando na questão do comparativismo. Kaplan e Manners afirmam que a antropologia, no plano teórico-metodológico, tem sido tanto relativista quanto comparativista³¹. Ao mesmo tempo, elas parecem posições opostas. Porém, é possível observar posturas simultaneamente relativistas e comparativista além desses dois autores. A preocupação com a alteridade e a diferença presente em grande parte dos antropólogos e que em certo momento se tornou fundamental,

31 Essa posição é semelhante a de outros antropólogos: “a abordagem comparativa – que se confunde com a própria antropologia – é uma das mais ambiciosas e exigentes que há” (LAPLANTINE, 1988, p. 161).



bem como a preocupação em evitar o etnocentrismo, são elementos característicos da antropologia a partir de certo estágio de seu desenvolvimento.

No entanto, o comparativismo parece entrar em contradição com alguns elementos do relativismo. Por um lado, o relativismo defende a singularidade de cada cultura³² e, por conseguinte, defende a imersão do antropólogo no interior dessa cultura, o que é feito usando determinadas técnicas de pesquisa (observação participante, trabalho de campo, monografia), visando adotar o ponto de vista da cultura estudada.

O relativista nos diz que uma cultura deve ser examinada como totalidade e apenas em termos de si própria, enquanto o comparativista afirma que uma instituição, processo, complexo ou item devem ser removidos da sua matriz cultural mais ampla para que possam ser comparados com instituições, processos, complexos ou itens em outros contextos socioculturais. O relativista extremo começa com o pressuposto de que não há duas culturas iguais; que o padrão, a ordem e o significado são violados se os elementos são separados para fins de comparação e, assim, que a comparação de partes separadas do todo é analiticamente indefensável. O círculo cultural é autocontido. E a posição teórico-metodológica inteira dos relativistas pode, então, do seu ponto de vista, justificada porque, de fato, não há dois universos socioculturais iguais. Consequentemente, os traços funcionalmente relacionados em cada um não podem ser comparados com os traços encaixados em outros universos socioculturais (KAPLAN; MANNERS, 1981, p. 19).

Aqui o relativismo nega o comparativismo. A negação do comparativismo parte de algumas teses básicas: 1) cada cultura é única; 2) a compreensão de um fenômeno cultural pressupõe entender essa cultura como um todo; 3) a comparação se torna impossível. Assim, temos, por um lado, o relativismo e o comparativismo como acompanhando a história da antropologia, e, por outro, uma recusa de um por parte do outro. Como resolver esse dilema?

CRÍTICA AO RELATIVISMO

Existem algumas críticas ao relativismo, seja em seu aspecto “ideológico”, para utilizar expressão de Kaplan e Manners, seja em seu aspecto metodológico. Trata-se, no

32 O conceito de cultura que trabalhamos é o de “conjunto das produções intelectuais de uma determinada sociedade” (VIANA, 2018). No entanto, a maioria dos antropólogos trabalham com uma definição bem mais ampla de cultura, envolvendo não apenas o mundo das ideias, mas também costumes, instituições, etc., sendo o que alguns denominam “modo de vida global” e é equivalente ao conceito de sociedade, tal como trabalhado pelos sociólogos. Como, no presente texto, estamos comentando autores que usam a definição ampla de cultura, como equivalente de sociedade, este é o sentido que usamos, já que comentamos outras concepções ao invés de apresentar a nossa. Para ver uma reflexão sobre o conceito de cultura e a crítica da definição ampla da mesma, cf. Viana (2018).



entanto, numa crítica de sua versão mais extremada. Kaplan e Manners, dois comparativistas, aceitam a tese de que cada cultura é única, mas fazem ressalvas.

Sem dúvida, é verdade que, em certo sentido, cada cultura é única, assim como são únicos cada indivíduo, cada folha de grama e cada átomo do universo. Mas como pode alguém sabê-lo, a menos que tenha primeiro comparado uma dada cultura com outras? E mais, há graus de distinção. Se um fenômeno fosse inteiramente único, talvez não pudéssemos compreendê-lo. Estamos aptos a entender qualquer fenômeno apenas porque exhibe algumas similaridades com coisas que já conhecemos (KAPLAN; MANNERS, 1981, p. 19).

Segundo estes autores, a abordagem comparativista também considera que os elementos de uma cultura são funcionalmente inter-relacionados, mas acrescenta “o modificador orwelliano”, segundo o qual existem diferenciações no grau de inter-relação, sendo que alguns estão mais inter-relacionados do que outros.

Por fim, os comparativistas também consideram que qualquer fenômeno no universo, para ser investigado, precisa de ser retirado do seu contexto. “O manter-se constante e implacavelmente uma posição relativista iria minar por completo o empreendimento antropológico” (KAPLAN; MANNERS, 1981, p. 20), bem como criaria um beco sem saída, pois o próprio relativismo seria um desses fenômenos que remeteria para uma cultura determinada e isso desembocaria, sendo levado às últimas consequências, à ideia de que cada cultura teria sua antropologia (e aí teríamos uma antropologia esquimó, antropologia trobriandesa, antropologia nuer, etc.).

CRÍTICA AO COMPARATIVISMO

O comparativismo é recusado por alguns relativistas, tal como já colocamos. Uma crítica moderada foi apresentada, inicialmente, por Boas e seu difusionismo. Boas se oponha ao “método comparativo” e defende o “método histórico”, pois o primeiro realizaria a comparação de duas culturas, o que ele julgava não muito profícuo, e o “método histórico” buscaria reconstruir a história de uma única cultura e sua difusão, o que explicaria as diferenças culturais (BOAS, 2004). Malinowski (1978) já exemplifica a busca de uma alternativa ao processo de comparação³³.

Porém, podemos distinguir, no comparativismo, tal como Kaplan e Manners fizeram com o relativismo, distinguir entre sua versão “ideológica” e sua versão “metodológica”. Ou seja, é possível pensar a comparação como técnica de pesquisa ou como determinada posição



diante das sociedades e culturas. O evolucionismo é amplamente criticada pelas diversas escolas antropológicas posteriores por ser – segundo os seus críticos – etnocêntrica, através do uso da comparação histórica para descrever uma suposta evolução que culminaria com a “cultura ocidental”.

... Frazer e outros evolucionistas do seu tempo colecionaram milhares de fatos etnográficos de todo o mundo, construindo uma verdadeira história da humanidade vista pelo prisma dos deuses, dos rituais, dos sacrifícios, das magias e da religião. Mas neste processo de classificação de costumes primitivos eles separavam os fatos do contexto onde surgiam. Assim, embora tivessem sido os evolucionistas os primeiros a vislumbrar as enormes potencialidades do método comparativo, eles não puderam aproveitar totalmente tais potencialidades porque comparavam costume com costume, em vez de comparar, como fazemos hoje, o costume com o contexto onde ele aparece como tal e, somente depois desta operação, o costume desta sociedade com o de uma outra. Como antropólogos fascinados com essa comparação horizontal, que não se importa com o contexto, eles pareciam com os construtores de museus, essas verdadeiras casas de classificação de objetos expressivos de períodos histórico-culturais diferenciados que permitiam demonstrar cabalmente a trajetória da evolução humana na face do nosso planeta (DAMATTA, 1987, p. 90).

O evolucionismo, segundo grande parte das interpretações (DAMATTA, 1987; ROCHA, 1994; CASTRO, 2005)³⁴, teria essa característica de pensar a evolução das sociedades no sentido de considerar a nossa sociedade o ponto máximo do processo evolutivo. Damatta questiona a comparação de costume com costume ao invés de realizar anteriormente

33 “Os identificados com a segunda ‘árvore’, ao romperem total e completamente com o passado renegaram também o método. Malinowski, então em diálogo com Freud, torna-se um dos expoentes dessa nova tendência da Antropologia do velho mundo. Ao romper com o método e se dedicar ao estudo de unidades isoladas, Wallis afirma que Malinowski desprezou ‘uma grande vantagem do método comparativo, que é o de que, num campo onde as experiências controladas são impossíveis, ele provê ao menos algum tipo de controle’ (idem: 124-125). Ao opor a experiência controlada de laboratório à experiência controlada, construída do método, está implícita a preocupação dos clássicos no que diz respeito à diferenciação entre ciências humanas e ciências exatas, assim de afirmar a Antropologia como ciência” (WOORTMANN, 1998, p. 4).

34 O evolucionismo, no entanto, pode ser interpretado de forma diferente, tal como o faz o sociólogo Paul Hirst (1977), que considera seu procedimento como sendo uma busca de reconstrução histórica.



a comparação (embora o termo aqui seja equivocado) do costume com o contexto. Mas o problema maior do evolucionismo seria a comparação de sociedades e seu postulado de uma direção a “um estádio superior de civilização” (ROCHA, 1994, p. 27).

Essa versão do comparativismo é, assim, recusada pela antropologia posterior. Ela seria etnocêntrica. Apesar dessa interpretação poder ser contestada, a ideia do evolucionismo cultural realiza uma comparação de culturas e, sem dúvida, não o faz de forma relativista, que será uma concepção gerada posteriormente, aponta para elementos problemáticos. Porém, o que é mais importante é a comparação no sentido técnico das pesquisas e não no sentido valorativo. Nesse caso, é possível elencar algumas críticas, algumas aludidas anteriormente. O comparativismo seria equivocado por não reconhecer o caráter único de cada cultura, o que faz com que a comparação seja impossível. Ou, de forma menos drástica, o comparativismo seria equivocada por comparar duas instituições retiradas do seu contexto.

ANTROPOLOGIA, RELATIVISMO E COMPARATIVISMO

A antropologia não desenvolveu reflexões sobre métodos e técnicas de pesquisa com a mesma quantidade e profundidade que a sociologia, por exemplo. Os clássicos da sociologia, por exemplo, apresentaram discussões aprofundadas sobre o método positivo (Durkheim), o método compreensivo (Weber) e o método dialético (Marx). As reflexões sobre técnicas de pesquisa também receberam maior quantidade e profundidade de análise, tal como se vê nos sociólogos pós-clássicos (com algumas indicações nos clássicos), tal como se vê, inicialmente, na Escola de Chicago, nas discussões sobre o quantitativismo, e no enorme material produzido sobre entrevistas, questionários, entre outras formas.

Nesse sentido, a antropologia e suas reflexões sobre o relativismo e comparativismo, com sua oposição ou em suas especificidades, não ganharam um desenvolvimento semelhante. Kaplan e Manners são alguns dos poucos que se debruçaram sobre tal oposição, mas nem eles, nem diversos outros antropólogos, avançaram numa reflexão mais profunda sobre o relativismo e o comparativismo³⁵. A antropologia necessitaria, então, avançar no

35 A leitura dos autores que discutem “método comparativo” é um exemplo disso. Basta consultar Radcliffe-Brown (1978) para ver que o capítulo dedicado ao suposto “método” é muito superficial e não explica o que ele realmente significa e quais são seus procedimentos e isso pode ser visto em outras obras que tocam nesse tema



sentido de superar essa carência. Mas o nosso objetivo é destacar esse aspecto para explicar por qual motivo a oposição entre relativismo e comparativismo não recebeu nenhuma resposta mais ampla e profunda e que pelo menos uma reflexão inicial que consiga colocar a questão em forma mais desenvolvida já seria um elemento importante para o desenvolvimento da compreensão desse processo.

O relativismo foi desenvolvido e defendido por diversos antropólogos, mas não se constituiu uma verdadeira teoria relativista ou sobre o relativismo. A comparação entre relativismo e comparativismo realizada por Kaplan e Manners é uma excelente introdução para tal discussão, mas precisaria ser reavaliada e aprofundada. O primeiro ponto é que a comparação só é útil quando os fenômenos comparados são comparáveis. Assim, o primeiro critério para usabilidade da técnica comparativa é a comparabilidade. Por exemplo, não há sentido e pouco se ganha comparar uma caneta com um cachorro, pois, nesse caso, não há comparabilidade. Porém, podemos pensar em graus de comparabilidade. Morcego e águia são de baixa comparabilidade, mas gavião e águia são de alta comparabilidade. O que determina o grau maior de comparabilidade é a maior proximidade dos fenômenos ou seres comparados.

Esse elemento não foi abordado por esses autores e por isso um primeiro problema que podemos destacar é a comparação entre relativismo e comparativismo. O relativismo não é um método ou uma técnica e sim um pressuposto valorativo e a comparação é uma técnica de pesquisa. Assim, a comparabilidade é baixa. Sem dúvida, os autores destacam que existe um “relativismo ideológico” e um “relativismo metodológico”. Porém, o mesmo não é feito diante do comparativismo. Assim, consideramos mais adequado comparar o relativismo e o comparativismo valorativos e depois discutir a questão das técnicas de pesquisa.

O relativismo se opõe ao comparativismo valorativo por considerar etnocêntrica a comparação evolucionista (e semelhantes) que escalonam as sociedades por grau de evolução e nível civilizatório. Todas as culturas teriam o mesmo valor. Isso, obviamente, é uma questão

(LEAF, 1981; WOORTMANN, 1998). Em ambos os casos, ao invés de análise mais profunda dos problemas da pesquisa antropológica (métodos e técnicas), o que se vê são algumas poucas observações diretas e um conjunto enorme de casos concretos e exemplos que supostamente sustentariam as poucas afirmações efetivas sobre relativismo ou comparativismo, tal como se vê em Lévi-Strauss (1970) e Radcliffe-Brown (1978).



de valores. Porém, o relativismo valorativo quer se concorde ou não com ele³⁶, traz a vantagem de permitir uma autoanálise por parte do pesquisador e em relação à sua sociedade, bem como evitar a manifestação de preconceitos. No entanto, ele não se distingue do comparativismo valorativo, pois ele só pode fazer tal afirmação – da relatividade das culturas – devido à comparação.

O comparativismo valorativo necessita ser melhor avaliado, especialmente no caso do evolucionismo. Muitas vezes o relativismo valorativo exagera suas posições e isso também gera interpretações problemáticas. Se o comparativismo valorativo afirma a superioridade da sociedade capitalista sobre as demais sociedades, especialmente as tribais, num sentido positivo numa escala de valores que colocam a cultura da sociedade moderna no mais alto grau, então é algo problemático e que deve ser criticado. Porém, se a comparação é marcada pela valoração das sociedades por questões claramente delimitadas, então ela é aceitável. Por exemplo, se a comparação entre as relações entre pais e filhos numa sociedade na qual há um alto grau de imposição e violência e em outra sociedade não há imposição e violência, então é evidente que, numa escala humanista de valores, a segunda sociedade é mais civilizada. Claro que essa afirmação é problemática se se limitar a isso, pois seria necessário observar o conjunto das relações sociais e analisar se essa maior grau de civilidade se manifesta de forma geral ou apenas localizada, pois isolar um fenômeno e definir o todo por esse fenômeno isolado é equivocado.

Porém, é preciso também discutir a questão da pesquisa. A opção por um relativismo valorativo ou um comparativismo valorativo vai ter efeitos nas técnicas de pesquisa. O relativismo acaba promovendo o uso de certas técnicas de pesquisa, enquanto que o comparativismo valorativo também. Porém, aqueles que são considerados relativistas ou comparativistas podem adotar a mesma técnica de pesquisa. Tanto evolucionistas quanto funcionalistas lançaram mão da técnica comparativa. Os evolucionistas foram criticados por isso, tal como faz Boas () e Radcliffe-Brown (1978) é um funcionalista que usa a comparação.

As técnicas usadas pelos relativistas são principalmente aquelas que expressam a ideia de unicidade das culturas (entendendo por esse termo no seu sentido antropológico e amplo, como equivalente de sociedade, para a sociologia), como é o caso da monografia, observação

36 Uma crítica ao relativismo valorativo num nível mais geral e indo além da sua manifestação no interior da antropologia pode ser vista na obra do psicanalista Erich Fromm (1978), que ele denomina “relativismo ético”.



participante, entre outras. As técnicas usadas pelos comparativistas valorativos também podem variar, mas a comparação é sempre presente. Não seria possível realizar aqui uma análise das diversas técnicas usadas pelos relativistas valorativos, mas podemos apontar uma delas para exemplificar que elas também são passíveis de críticas. Assim, é possível ver o antropólogo francês Jean Copans realizar a crítica da monografia.

A monografia não é apenas uma forma, uma simples maneira de organizar materiais no interior de um quadro cômodo de exposição; é também, se não ainda mais, um método simultaneamente de recolha de dados, documentos e informações e de reflexão teórica. O quadro das matérias, hierarquizado “do inferior ao superior”, isto é, do ecológico ao ritual e ao espiritual, reduz-se com demasiada frequência a um catálogo onde todos os elementos de uma sociedade são colocados no mesmo plano, onde falta o dinamismo das estruturas sociais. De fato, essa visão estática e “acumulativa” de toda a realidade social serviu durante muito tempo de biombo ideológico ao pretenso atraso cultural dos povos ditos primitivos (COPANS, 1981, p. 75).

Esse é apenas um exemplo das críticas possíveis em relação às técnicas utilizadas pelos relativistas valorativos. A ideia de “unicidade das culturas” acaba impedindo de perceber as semelhanças, em favor das diferenças. A monografia visa realizar essa reconstituição geral de uma cultura, mas possui pressupostos, procedimentos, entre outros elementos, que, ao lado dos valores, concepções e sentimentos do pesquisador, geram resultados mais ou menos problemáticos, dependendo de diversas determinações.

Porém, o relativismo recebe críticas mais profundas. Trata-se da crítica dos seus pressupostos. O primeiro pressuposto é que a imersão na sociedade estudada seria a forma de superar o etnocentrismo e conhecer sua cultura. A “missão do antropólogo” não é apenas se inserir nessa cultura e pensar como um nativo, mas também sair dela e comunicá-la aos demais antropólogos e esfera científica. Assim, “o antropólogo não pode limitar-se a absorver a cultura estudada. Ele tem de a traduzir. E nenhuma cultura pode ser traduzida apenas nos seus próprios termos” (ROWLAND, 1987, p. 14-15). Um outro problema é que o antropólogo não é como uma criança, não é uma “tábula rasa cultural”. “A sua socialização acelerada na cultura estudada não é equivalente à socialização primária de uma criança nativa”, pois ele já foi socializado anteriormente e, nesse caso, trata-se de reconhecer a nova realidade, “estabelecendo relações de equivalência e diferença entre o que vai observando e ouvindo e o que já conhecia”. Logo, somente realizando relações de equivalência e diferença ele poderia compreender tal cultura (ROWLAND, 1987, p. 15). Por último, o antropólogo não é apenas socializado em outra sociedade, mas também adquiriu “aparelho conceptual especializado, adquirido durante sua aprendizagem acadêmica, e de conhecimentos extensos a respeito de fenômenos já observados num grande número de culturas que não a sua própria”



(ROWLAND, 1987, p. 15), o que significa que o seu trabalho é um esforço de tradução de uma cultura para os termos de sua própria cultura e para isso, utiliza esta, através da “cultura especificamente antropológica” (ROWLAND, 1987, p. 15-16). Esta fornece o código interpretativo que permite a referida tradução.

Contrapor ao etnocentrismo o relativismo cultural ou a compreensão de outras culturas nos seus próprios termos não é uma assim uma solução. O relativismo cultural levado até às suas últimas consequências torna cada cultura incompreensível a todas as outras, isolando-a no seu próprio campo de significações. Só a tradução entre culturas, ou o estabelecimento de um código antropológico de tradução intercultural, poderia romper o círculo. Mas a tradução – qualquer tradução – tem as suas regras e as suas exigências (ROWLAND, 1987, p. 17).

Sem dúvida, existem críticas ao relativismo que não abordamos (FROMM, 1978; VIANA, 2000), pois não se referem ao caso antropológico. No caso específico da antropologia, é necessário levar em conta esse processo de formação antropológica, além da formação geral do indivíduo que se torna antropólogo na nossa sociedade, pois isso coloca um processo de análise necessária de quem é o tradutor da outra sociedade. O trabalho de tradução de um idioma em outro é carregado de valores, sentimentos, concepções, que interferem. Assim, além dos elementos técnicos da tradução, existem outros elementos que dificultam o processo (que remete ao tradutor e ao autor traduzido, bem as relações estabelecidas entre ambos). O elemento fundamental aqui seria uma autoanálise dos antropólogos e da antropologia, bem como da sociedade em que eles são formados, o que não poderemos discutir aqui.

Por fim, resta discutir a técnica comparativa. É comum o uso do termo “método comparativo” (LEAF, 1981; WOORTMANN, 1998; COPANS, 1981; RADCLIFFE-BROWN, 1978), o que se reproduz também em alguns manuais de metodologia. Contudo, é preciso maior rigor conceitual. Não será possível aqui efetivar uma reflexão sobre o significado dos conceitos de método e técnica, bem como termos correlatos, muito menos discutir as várias concepções a respeito e por isso nos limitamos a apresentar a nossa definição desses dois termos e localizar a comparação no seu interior. O método é um modo de explicação da realidade, é um conjunto de pressupostos que são usados para buscar explicar determinado fenômeno. Esse é o caso dos métodos dialético, estrutural, compreensivo, fenomenológico, entre outros. As técnicas de pesquisa são os elementos mais práticos que se voltam para como fazer uma pesquisa, ou seja, como conseguir as informações necessárias para a pesquisa e como realizar sua análise.

As técnicas de pesquisa podem ser divididas em analíticas e informacionais. As técnicas informacionais são aquelas que visam ordenar o material informativo de uma



pesquisa, como as entrevistas, questionários, observação participante, pesquisa participante, história oral, entre diversas outras. As técnicas analíticas são aquelas voltadas para análise do material informativo, tais como análise do discurso, análise de conteúdo, estatística, entre várias outras.

A comparação é uma das técnicas analíticas. Ela indica caminhos para a análise e que podem se diferenciar, dependendo de quem é o autor, método, contexto, no qual é utilizado. Woortmann, por exemplo, coloca que há três procedimentos no processo de comparação: a) seleção-separação das unidades que serão comparadas e elaboração de critérios que orientam a seleção-separação das unidades comparadas; b) definição das unidades e do objeto; c) a efetivação da comparação. Radcliffe-Brown, em capítulo dedicado ao “método comparativo”, faz apenas observações gerais³⁷ e usa exemplos, sem maior especificação de seus procedimentos³⁸.

A comparação é um procedimento mental comum e universal. Nós comparamos o tempo todo, sob várias formas e em relação a milhares de coisas. A análise comparativa, no entanto, é um processo que tem delimitações, objetivos, formas de realização, pensadas conscientemente, seja de forma mais ou menos profunda. Sendo um procedimento mental universal, então não é de se estranhar que ele esteja presente em autores que usam o método funcional (RADCLIFFE-BROWN, 1978), o método positivo (DURKHEIM, 1974), o método compreensivo (WEBER, 1992), o método dialético (MARX, 1983), entre outros. Não é um “método”, é uma “técnica”, quando se torna uma parte consciente e planejada de uma pesquisa. É por isso que existem várias interpretações e variações no seu uso.

O uso antropológico da comparação também é universal, pois não teria como não sê-lo. Porém, são usos diferenciados. As diferenças remetem para quem é o antropólogo, com sua mentalidade própria, qual é o método que usa, escola antropológica que se filia, valores, etc. Nesse sentido, a comparação como técnica de pesquisa é igual a todas as demais, envolvidas em relações sociais e valores, que possuem formas diferentes de serem usadas, que

37 “O método comparativo é, portanto, aquele pelo qual passamos do particular para o geral, do geral para o mais geral, com o objetivo em vista de que podemos deste modo chegar ao universal, a características que podem ser encontradas em diferentes formas em todas as sociedades humanas” (RADCLIFFE-BROWN, 1978, p. 15).

38 Na sociologia e na historiografia existem discussões mais profundas sobre a questão do que alguns denominam equivocadamente “método comparativo” (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998)



podem ser sob formas problemáticas ou não. Por conseguinte, o uso da análise comparativa não é problemático, mas determinados usos podem ser. Não poderemos aqui realizar tal distinção entre esses usos, mas tão somente alertar que o problema não está na comparação em si e sim em certas formas, bem como outras formas podem ser úteis para a pesquisa social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso objetivo no presente artigo foi analisar a oposição metodológica entre relativismo e comparativismo. Apresentamos algumas posições a favor e contra ambas as concepções, bem como realizamos considerações a respeito desse debate. O primeiro elemento é entender que o relativismo não é um procedimento técnico de pesquisa, nem é um método. No fundo, ele pode ser um pressuposto valorativo ou uma concepção a respeito dos contatos culturais. O comparativismo, por sua vez, expressa uma técnica de análise que, no entanto, é pouco desenvolvida no âmbito antropológico e que tem problemas que são mais derivados de determinados usos (sem maior reflexão ou inserido em determinados métodos e concepções problemáticas) do que do processo comparativo em si mesmo.

O nosso questionamento inicial pergunta sobre qual é a posição, na perspectiva metodológica, mais adequada para a pesquisa das sociedades tribais e para a pesquisa antropológica? A resposta que oferecemos foi a de que o relativismo não se inclui numa perspectiva metodológica, sendo mais um pressuposto, e o comparativismo é uma técnica como qualquer outra e, portanto, pode ser utilizado, desde que da forma adequada. Em suas versões valorativas, tanto o relativismo quanto o comparativismo são problemáticos.

Assim, a questão de qual é a forma mais adequada para compreender outras sociedades não pode ser respondida pelo relativismo e nem pelo comparativismo. O primeiro pode, no máximo, alertar contra concepções preconceituosas e o segundo pode contribuir enquanto técnica de análise. Contudo, ambos são insuficientes para se compreender as sociedades tribais. Nesse sentido é necessário outra solução ao invés da opção por uma dessas duas posições. A superação dessa problemática se encontra na contribuição da dialética para analisar as distintas sociedades e suas características. As categorias dialéticas de universalidade e singularidade, totalidade e particularidade, unidade e diversidade, diferença e semelhança, são fundamentais e precisariam ser desenvolvidas no sentido de ampliar a percepção das sociedades tribais e outras formas de sociedade.

A comparação, no interior do método dialético, se enriquece e ganha novos contornos, bem como a questão da diferença, trabalhada pelo relativismo, ganha novo sentido e formas



de ser abordada, no qual se busca entender o universal e o singular. Esse elemento serve para exemplificarmos a contribuição da dialética para se pensar as sociedades tribais. O que existe de universal nas sociedades tribais? Por exemplo, a cultura (no sentido mais restrito, como conjunto de produções intelectuais de uma sociedade), é universal, uma característica da humanidade (VIANA, 2018), se manifestando em qualquer sociedade. Da mesma forma, a associação que denominamos “sociedade” é universal. Poderíamos elencar diversos outros elementos que são universais e, por conseguinte, estão presentes nas sociedades tribais.

Por outro lado, podemos perceber as singularidades. Enquanto totalidade, cada sociedade tribal é singular, pois suas relações e características próprias. As suas manifestações culturais são singulares, mesmo que tenham semelhanças com outras. Quando Radcliffe-Brown mostra que em diversas sociedades há a oposição entre animais enquanto símbolos das duas metades matrilineares exogâmicas, ele está mostrando algo que julga universal, mas ao mesmo tempo mostra o que é singular, pois se existem elementos coincidentes (duas metades matrilineares exogâmicas, o animal representante, etc.), existem diferenciações, como quais são os animais (gavião-real e corvo, morcego e coruja noturna, etc.). Esse caso, no entanto, merece análise mais profunda, bem como é um entre tantos outros e nos quais a singularidade pode ser mais ou menos importante, mais substancial ou mais formal, etc.

Em síntese, o método dialético oferece as bases analíticas que incluem o reconhecimento das diferenças e das semelhanças, bem como permite um uso mais amplo da técnica comparativa. Sem dúvida, tal afirmação não pode ser aqui mais desenvolvida e remeteria para diversas outras questões e aprofundamentos, o que pode ser realizado em pesquisas posteriores e complementares.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, Celso. Apresentação. In: CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo Cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COPANS, Jean. **Críticas e Políticas da Antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1981.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**. Uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. 6ª edição, São Paulo: Nacional, 1974.

FROMM, Erich. **Análise do Homem**. 10ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- 
- HIRST, Paul. **Evolução Social e Categorias Sociológicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- KAPLAN, David; MANNERS, Robert. **Teoria da Cultura**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LEAF, Murray. **Uma História da Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: COMAS, Juan e outros. **Raça e Ciência**. Vol. 01. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. 3ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- PELTO, Pertti. **Iniciação ao Estudo da Antropologia**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. “O método comparativo em antropologia social”. In: MELLATI, Júlio Cezar (org.). **Radcliffe-Brown: Antropologia**. São Paulo: Ática, 1978.
- ROCHA, Everardo. **O Que é Etnocentrismo**. 11ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROWLAND, Robert. **Antropologia, História e Diferença**. Porto: Afrontamento, 1987.
- SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia. O Uso do Método Comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, vol. 9, 1998.
- VIANA, Nildo. **A Filosofia e Sua Sombra**. Goiânia: Edições Germinal, 2000.
- VIANA, Nildo. Marxismo e Cultura. **Práxis Comunal**, Belo Horizonte, Vol. 01, num. 01, 2018.
- WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 2 vols. São Paulo, Cortez, 1992.
- WOORTMANN, Ellen. Comparação, Método Comparativo e Família. 22º Encontro Anual da ANPOCS, 1998. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt05-18/5071-ellenwoortmann-comparacao/file> Acesso em: 24/10/2021



CAPÍTULO 12

INTERAÇÃO HOMEM-MÁQUINA E AS FORMAS DE COMUNICAÇÃO HUMANA

Lucas Rocha Fernandes
Sávio Santos Fontana
Arthur da Mata Figueiredo
Pedro de Souza Mattioli
Priscilla Chantal Duarte Silva

RESUMO

A comunicação é o principal meio de propagação da cultura e ferramenta para a integração da sociedade humana. Nos últimos tempos, o avanço da tecnologia da informação vem potencializando esse meio. O objetivo do presente artigo é analisar a forma e o meio como as pessoas usam as máquinas digitais para se comunicarem e interagirem. A Interação Homem-Máquina (IHM) é conceituada e tratada como tema central deste estudo. As principais informações são tiradas de artigos científicos, pesquisas, livros e reportagens. Utiliza-se uma estrutura que caracteriza as problemáticas envolvendo a ética, evolução, dependência e demais impactos da IHM, propondo uma pesquisa tipo *survey*, em forma de questionário, com perguntas relacionadas ao tema. Os resultados apontam que a maioria da população jovem se interessa pelas máquinas digitais e possui relações com elas, gerando uma dependência por parte dessa população com relação a essas máquinas. Portanto, conclui-se, de maneira geral, que a aceitação e valorização da Interação Homem-Máquina no mundo está se intensificando.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Tecnologia da Informação. Interação Homem-Máquina. Ética. Evolução. Máquinas Digitais.

INTRODUÇÃO

Nos anos mais recentes do século XXI, por conta da crescente emergência das tecnologias inovadoras no âmbito da computação, o uso da tecnologia digital se faz cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, o que tem levado ao maior contato da humanidade com esse meio de comunicação e interação. O desejo do ser humano de se comunicar por meio dessas tecnologias se evidencia em um estudo da ONU (2019), que alega que cerca de 4 bilhões de pessoas utilizavam a rede mundial de computadores: a internet. Por causa disso, os impactos no próprio comportamento da sociedade podem ser claros.

Segundo Magalhães (2010 apud SUZANNA, 2018), a evolução dos periféricos e sistemas de informações provocaram uma mudança do homem com relação à forma de se comunicar. Em análise, ao observar o cotidiano de um indivíduo dos tempos atuais, nota-se o contato frequente com dispositivos móveis e microcomputadores capazes de possuir diversas funcionalidades para estabelecer comunicação. Logo, nota-se um tipo de relação de um



organismo biológico e orgânico com um organismo eletrônico e binário, estudada e pensada como uma Interação Homem-Máquina (IHM). Desse modo, por ser tão presente e impactante, torna-se relevante a discussão sobre o tema. “A IHM é um campo de estudo interdisciplinar que procura entender a forma e o meio em que as pessoas utilizam a tecnologia da informação” (ROSA; MORAES, 2010).

Em ênfase, a motivação do presente artigo parte da necessidade de se discutir a IHM nas formas de comunicação humana, por se tratar de algo que muda o rumo e o comportamento da sociedade contemporânea. A Interação Homem-Máquina ganha novas aplicações e, no presente estudo, a interação será abordada em momentos de reconhecimento facial, inteligência artificial, interfaces e designs, ou seja, na maioria dos casos em que há algum tipo de comunicação, a qual a máquina é capaz de contribuir com o ser humano, e vice-versa, colocando em evidência a percepção de uma dimensão digital inclusiva, de suporte e manutenção das demandas de seus criadores.

Portanto, o objetivo deste estudo é discutir a interatividade no mundo tecnológico, construindo uma reflexão sobre seus impactos na vida de um indivíduo, problemas éticos e desafios que enfrenta e soluciona. Nessa perspectiva, procura-se entender e explicar de forma teórica e empírica o assunto tratado, tomando como referência artigos de autoridade e de relevância, ecoando uma estrutura dissertativa argumentativa bem formulada.

FORMAS DE COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO HUMANA

Desde os primórdios, o homem tem objetivos em comum, como a caça, sobrevivência e a troca de experiências de vida, ou seja, a socialização sempre se mostrou como algo indispensável ao ser humano, pois um ser não evolui mediante a falta de comunicação. Sendo assim, a linguagem é, antes de tudo, social. Portanto, sua função inicial é a comunicação, expressão e compreensão. É por meio das relações sociais que o ser humano aprende e ensina, constrói e desconstrói conhecimento. “A constante interação entre o sujeito e o mundo exterior é o processo pelo qual se dá o desenvolvimento intelectual humano” (PIAGET, 1978, p. 59). Assim sendo, a concepção de linguagem mais aceita atualmente é a que compreende a língua como uma atividade coletiva, realizadora de ações através da interação social e cognitiva.

Para o desenvolvimento do homem, sempre se mostrou necessário o espaço comunicativo, o espaço onde possa ter interações dentre as diversas culturas construídas. A interação de um indivíduo com o grupo social ao qual pertence ou em que se encontra inserido ocorre quando este passa a assimilar a cultura desse grupo social. Essa interação só é possível



por meio da comunicação, do diálogo, da expressão, da troca de ideias, ou seja, por intermédio da linguagem. “É preciso pensar a linguagem humana como lugar de interação, de constituição das identidades, de representação de papéis, de negociação de sentidos, por palavras, é preciso encarar a linguagem não apenas como representação do mundo e do pensamento ou como instrumento de comunicação, mas sim, acima de tudo, como forma de interação social” (KOCH, 2003, p. 128).

Com o passar dos anos, o homem foi evoluindo e inovando. Com efeito, diante do avanço da globalização, criaram-se os primeiros meios de comunicação e interação social digital, sendo alguns deles: o telégrafo, que permite a comunicação por meio de códigos; o correio, que permite o envio de cartas, documentos e encomendas; os jornais, que anunciam notícias impressas; o rádio, que através de sinal eletromagnético possibilita a comunicação em massa com o efeito sonoro; os telefones, que por sinal eletroacústico possibilita a interação sonora (voz); e as televisões, que são capazes de reproduzir imagens e áudios de forma instantânea, convertendo ondas eletromagnéticas em luz e som.

Após essa era e com o avanço tecnológico significativo, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pode ser definida como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. As TICs são utilizadas das mais diversas formas: na indústria (no processo de automação), no comércio (no gerenciamento e nas diversas formas de publicidade), no setor de investimentos (informação simultânea, comunicação imediata) e na educação (no processo de ensino aprendizagem, na Educação a Distância). O desenvolvimento de *hardwares*, como os novos telefones (os chamados “*smartphones*”) e os computadores, tanto os antigos de tubo, quanto os novos e potentes *desktops*, além de *notebooks* e *softwares*, garante a operacionalização da comunicação e dos processos decorrentes em meios virtuais. No entanto, foi a popularização da internet que potencializou o uso das TICs em diversos campos.

A internet abriu um leque de formas comunicativas em escala global, possibilitando uma interação social entre todas as culturas mundiais. Hoje, comumente, uma pessoa que mora no Brasil, por exemplo, pode interagir, por meio da internet, com alguém do outro lado do globo terrestre, se estiverem conectados. Mas nem sempre foi assim. Antes, a internet era um privilégio de poucos. A rede mundial de computadores chegou ao mundo na década de 70, mas só a partir dos anos 2000 ela se tornou de fácil acesso e utilizável pela grande população. Tendo em vista o grande uso da internet em escala global, ela se tornou necessária para o cotidiano de muitos, otimizando a vida em diversos aspectos.



AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Realidade aumentada

O termo “Realidade Aumentada” (RA) foi criado em 1992 pelo cientista e pesquisador Thomas P. Caudell durante o desenvolvimento de uma das aeronaves mais famosas do mundo: o Boeing 747. Caudell, no intuito de otimizar o processo de montagem das aeronaves, devido ao tempo excessivo que os operários gastavam para interpretar as complexas instruções de montagem, resolveu criar um sistema que os auxiliassem a agilizar esse processo, porém não obteve sucesso. Nesse contexto, surgiu o conceito de Realidade Aumentada. Atualmente, a RA está presente em diversos setores da sociedade, como em hospitais, fabricação de veículos, esportes e também em empresas aeroespaciais.

Reconhecimento facial

A presença do reconhecimento facial parece ser recente, porém ela foi primeiramente apresentada no século passado. Os estudos acerca do reconhecimento facial tiveram início no ano de 1960, pelos cientistas Woody Bledsoe, Helen Chan Wolf e Charles Bisson. Porém, devido às limitações tecnológicas da época, eles não obtiveram sucesso. Então, em 1970, seus sucessores utilizaram novos parâmetros para o funcionamento do programa de reconhecimento facial e, finalmente, no ano de 1990, foi criado, pelos cientistas Sirovich e Kirby, o primeiro sistema de reconhecimento facial, que foi batizado de Eigenface. Atualmente, o reconhecimento está presente em diversos lugares, e se tornou uma ferramenta de uso popular, estando presente em smartphones, notebooks e até mesmo em veículos mais avançados.

Inteligência artificial

O desenvolvimento das inteligências artificiais teve início logo após o término da segunda guerra mundial, com o artigo “Computing Machinery and Intelligence”, do matemático inglês Alan Turing, mas o nome “Inteligência Artificial” só foi criado em 1956. Seus principais idealizadores foram os cientistas Herbert Simon, Allen Newell, John McCarthy, Warren McCulloch, Walter Pitts e Marvin Minsky, entre outros. O ser humano sempre buscou formas de automatizar processos, como a fabricação de produtos dos mais variados tipos. Porém, essa automatização por meio de máquinas apenas obedecia a comandos apresentados anteriormente e que não possuíam a capacidade de aprendizado. Então, com a criação das IAs, isso mudou. Além de obedecerem a comandos propostos anteriormente, elas possuíam a capacidade de aprendizado, mesmo que em uma proporção inferior à do ser



humano. Esses sistemas têm, como características básicas, a capacidade de raciocinar, aprender e reconhecer padrões. As IA's mais famosas presentes em nossa sociedade são a Siri (Apple), Cortana (Microsoft) e Alexa (Amazon).

ÉTICA NA EVOLUÇÃO DA IHM

Desde a primeira Revolução Industrial no século XVIII, a sociedade embarcou numa condição de progredir na medida em que se descobre novas formas de produzir ou realizar um produto de valor comercial, bélico ou de grande impacto na melhoria e aprimoramento das configurações desse corpo social. Logo, em um ponto específico e importante desse processo, se vê, como consequência, a evolução exponencial da comunicação e informatização. Enquanto estrutura social, “a sociedade informatizada tem sido possível graças a um conjunto de tecnologias de comunicação e de informação” (FLORIDI, 2001, p. 1). Por si só, essa revolução digital acometeu na interpretação do espaço em que vive a sociedade, em suas atividades políticas, econômicas e sociais.

Desse modo, é de se esperar um impacto em normas e valores éticos que impõem o certo e o errado em meio a novas possibilidades e condições da entidade humana em nível global. Em resumo, pode-se dizer que “a sociedade informacional atual cada vez mais depende da tecnologia para prosperar, mas, por outro lado, também precisa de um ambiente saudável e natural para florescer” (FLORIDI, 2009, p. 8). Portanto, o cenário de intensificação da interação entre o ser humano biológico e a máquina artificial é um campo, também, do surgimento de crises éticas e dilemas morais.

Nesse contexto, cita-se, como primeira problemática desse ambiente ético, a criação e o desenvolvimento de uma Inteligência Artificial (IA). A IA se resume em criar um tipo de inteligência comparável à de um ser humano, por meio de uma estrutura artificial, escrita em linguagens de entendimento computacional e eletrônico. Além disso, a essência da construção dessa tecnologia se define em simular a entidade humana na sua capacidade cognitiva, colocando em evidência a intenção do Homo Sapiens em recriar-se. A partir dessa ideia, o corpo ético social oscila e revela partes em que a IA não se define como benéfico ou perigoso para a sociedade. Enfatizando o problema, “o erro da ética até o momento tem sido a crença de que só se deve aplicá-la em relação aos homens” (SCHWEITZER, 1950, p. 146). Logo, surgem instâncias das formas de se lidar com a IA, sendo uma dessas formas relacionadas com o campo da biologia, mais especificamente à definição da IA como uma nova espécie.



Voltando à história, pode-se destacar os chamados “Neandertais”. Em definição, os Homens de Neandertal, ou *Homo neanderthalensis*, foram uma espécie do mesmo gênero do atual homem moderno, desaparecida há cerca de 40.000 anos, e “eram tão inteligentes, habilidosos, solidários e criativos quanto nós, os *homo sapiens*” (ALTARES, 2021). Os *Homo neanderthalensis*, portanto, foram uma espécie semelhante ao ser humano atual, e algumas diferenças em sua estrutura corporal e formação do cérebro não foram capazes de impedir uma interação e comunicação com os *Sapiens*. Entretanto, de que forma isso se relaciona com a problemática da IA? Justamente pela grande semelhança da situação de ambos. Atualmente, as IA's possuem um potencial poder de inteligência comparável a dos animais supracitados e, paralelamente, podem se apresentar em corpo físico, além de poder apresentar consciência definida. Com isso, elas são como uma nova espécie coexistindo com os homens modernos, como o robô Sophia por exemplo.

Conforme apontado por Parsons (2016, p. 1), Sophia é um robô humanoide desenvolvido pela empresa Hanson Robotics, de Hong Kong, capaz de reproduzir 62 expressões faciais. Produzida em 2015, Sophia é uma inteligência artificial em um corpo eletrônico hábil a imitar características humanas, através de falas e expressões de felicidade, raiva e tristeza. Este robô representa, então, um primoroso projeto de IA. Além disso, segundo Pancini (2021, p. 1), a empresa chinesa Hanson Robotics, responsável pelo robô dirigido por inteligência artificial, anunciou que planeja produzir em massa quatro modelos, incluindo Sophia, até o final de 2021. Portanto, além da criação de um “ser humano” artificial capaz de se comunicar sozinho, a empresa irá produzir mais espécimes do mesmo tipo. Compilando as informações, pode-se concluir que Sophia é uma simulação da inteligência e do corpo humano, capaz de interagir com o homem moderno através de falas e expressões faciais, sendo parte fundamental do processo de comunicação, abrindo a possibilidade de afeto e relação ou até empatia e identificação. O interesse do *Homo Sapiens* contemporâneo em buscar incansavelmente uma evolução de suas ferramentas tecnológicas para uma interação e comunicação cada vez mais intensa é evidenciado.

De fato, Sophia pode ser comparável a uma espécie paralela ao *Sapiens*, assim como foram os Neandertais, e como toda espécie busca se reproduzir para conquistar o meio em sua volta. Segundo Harari (2018), a inteligência artificial vai tornar os profissionais irrelevantes e hackear seres humanos. Pode-se, então, evidenciar neste determinado ponto uma crise ética com diversas perguntas: o robô Sophia ou qualquer outra IA do tipo é uma vida? E se sim, tem direitos iguais aos dos *Homo Sapiens*? Se os *Homo Sapiens* foram os responsáveis pela



extinção dos Neandertais, os robôs Sophia não poderiam fazer o mesmo com eles? Seria então um perigo para a sociedade, ou apenas se trata de um “upgrade” nas tecnologias digitais desse mercado que cresce exponencialmente? Um dilema moral é requisitado para responder tais perguntas. Enfim, é clara a percepção e quebra desses valores acerca da vida e da convivência entre seres humanos e máquinas, gerando a necessidade de se discutir esses dilemas a favor de determinar o certo e o errado no caminho de evolução constante da Interação Homem-Máquina.

INTERDEPENDÊNCIA ENTRE HOMENS E MÁQUINAS

Analisando criticamente a época da Primeira Revolução Industrial, pode-se afirmar que “possibilitou à humanidade a descoberta de novos meios para se converter energia e produzir bens, transformando a sua dependência pela natureza e os ritmos da agricultura tradicional em cronograma preciso e uniforme da indústria” (HARARI, 2018). Essa inversão produziu forte influência na forma como as máquinas funcionam, no cotidiano e na mentalidade de trabalho das pessoas, pois uma depende da outra para “sobreviver”. Em exemplo, considerando-se um computador ou qualquer motor mecânico, cada um possui um tempo sincronizado para a realização de seus processos.

Um motor mecânico, para poder realizar um movimento da roda de um carro, ou o movimento das palhetas de um avião, necessita de um processo quantificado e organizado em realizar a combustão e favorecer a lógica de movimento. Do mesmo modo, o computador, para fazer aparecer no monitor a letra da tecla pressionada no teclado, necessita de identificação, criptografia e um tempo sincronizado e organizado das ações. O dono desses equipamentos são os humanos que, para poder manipulá-los, precisa se conformar com a lógica de funcionamento dessas tecnologias. Portanto, isso pode ser visto em forte presença nas pequenas e grandes atividades da sociedade, como os horários e pontos específicos das paradas de ônibus, a presença de relógios e mapas em aparelhos celulares e computadores, e toda outra forma de cronometragem feita para se adequar à realidade, com a finalidade de haver uma noção por parte de cada um com relação à produção e posicionamento. Sabendo lidar com as máquinas e convivendo com elas, os humanos passam a se comportar equiparativamente.

Nessa perspectiva, não há uma relação homem vs máquina, mas sim homem com máquina (UNIVERSAL ROBOTS BRASIL, 2020). Além disso, essa convivência também originou um processo de dependência. A sociedade humana já chega a aproximadamente 8



bilhões de pessoas e, sem as máquinas que ajudam na produção de alimentos, esse número seria insustentável. Computadores atuando como servidores guardam informações sobre moedas digitais, e até mesmo o perfil de cada cidadão, com as informações de seu RG e CPF. Em exemplo, se um dia os servidores de um determinado centro de pesquisa pegasse fogo, danificando todos os discos rígidos desses servidores, diversos artigos digitalizados seriam completamente perdidos. Portanto, no atual século XXI, a sociedade de Homo Sapiens se vê cercada e extremamente dependente de tecnologias digitais.

METODOLOGIA

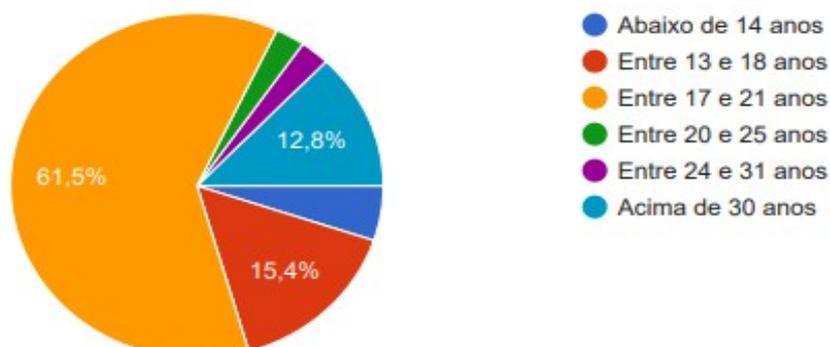
O procedimento metodológico deste estudo parte de uma pesquisa descritiva e o método tipo survey com a técnica de questionário realizado virtualmente, utilizando a plataforma de pesquisas do Google, o Google Forms, de modo a analisar o valor da tecnologia para comunicação por meio do histórico de evolução humana, desde o primeiro uso da linguagem ao uso tecnológico para a otimização da interação global. O estudo é de caráter qualitativo e mostra como a evolução comunicativa teve avanços a partir do uso tecnológico e explica os benefícios deles, mostrando de forma detalhada o caminho de evolução da interação homem-máquina a partir dos primeiros meios tecnológicos.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento do público em interação com máquinas e serviços digitais. Um total de 39 informantes atenderam ao questionário.

Quantos anos você têm?

39 respostas



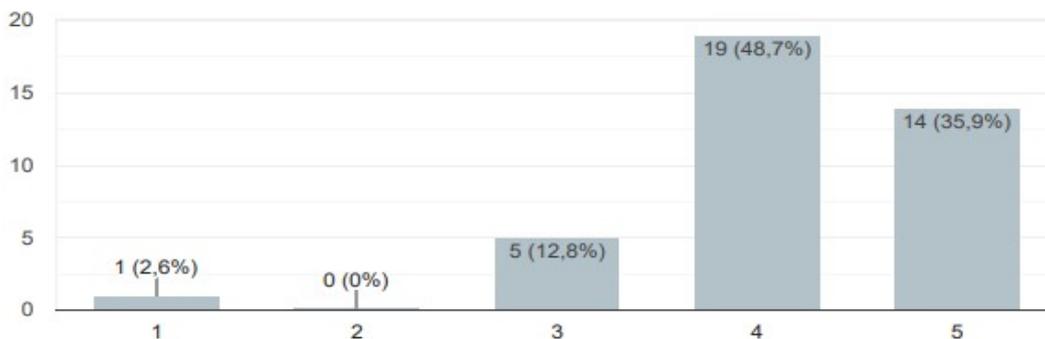
Fonte: Dados dos autores

Percebe-se que a grande maioria dos que se dispuseram a responder são jovens, significando uma maior adesão do público nascido em anos em que a internet e equipamentos derivados começaram a surgir popularmente ao redor do mundo.



Gráfico 2: Relação do grau de dependência por tecnologias digitais
Como você considera o seu grau de dependência por tecnologias digitais
(celular, redes sociais, computador, internet)

39 respostas

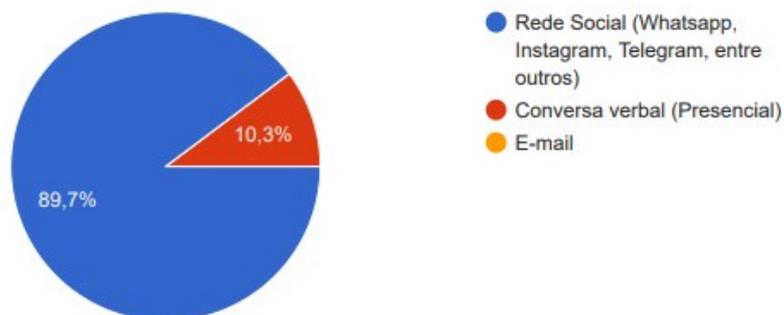


Fonte: Dados dos autores

Identifica-se que a maioria se considera dependente das tecnologias digitais, sendo elas de grau 4 ou 5 de dependência, somando 84,5% dos pesquisados. Em análise, é possível reafirmar o alto nível de interdependência entre os seres humanos modernos (principalmente os mais jovens) e as máquinas.

Qual o seu principal meio de comunicação hoje?

39 respostas



Fonte: Dados dos autores

Quando se questionou o principal meio de comunicação, pode-se observar que grande parte dos informants utilizam a tecnologia para se comunicar, comparativamente à conversa face a face. Nota-se uma mudança de paradigma em que a sociedade represent na comunicação a sua forma de interação com o mundo. Nesse aspecto, nota-se que os recursos tecnológicos não trouxeram apenas comodidade e novas possibilidades de ferramentas que facilitem o acesso a informação e a facilidade de comunicação, mas também uma nova forma de comunicação, quase difundida entre humano e máquina, de tal maneira que a alta dependência

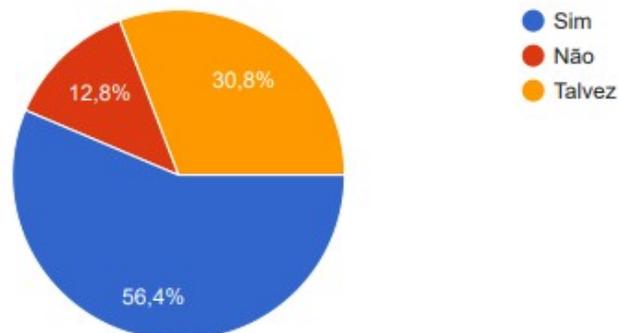


desses recursos permitiram que o homem tivesse um comportamento frente à comunicação diferente a tempos anteriores.

Nesta relação, é possível perceber algo discutido anteriormente no presente artigo, quando se questionou se Inteligências Artificiais poderiam ser consideradas novos “seres vivos” e deveriam ter direitos assim como os humanos. Analisando o gráfico, percebe-se que a menor parte das pessoas que responderam acredita que uma IA possa estabelecer uma relação de amizade com um ser humano, fato que se deve por conta de uma amizade envolver questões sentimentais e pela forma como são tratados culturalmente ao longo do tempo, seja em filmes, livros, entre outros, em que robôs são tidos como seres capazes de pensar, mas que são assentimentais, algo que talvez seja apenas uma ideia errônea de que ainda pode e será muito discutido em paralelo ao avanço das tecnologias digitais e inteligentes.

Você acha correto que a nossa sociedade possa ser automatizada por máquinas e algoritmos? Pense em carros com direção automática, uma IA realizando o trabalho de um advogado, aviões sem tripulação, cirurgias sem um cirurgião humano.

39 respostas



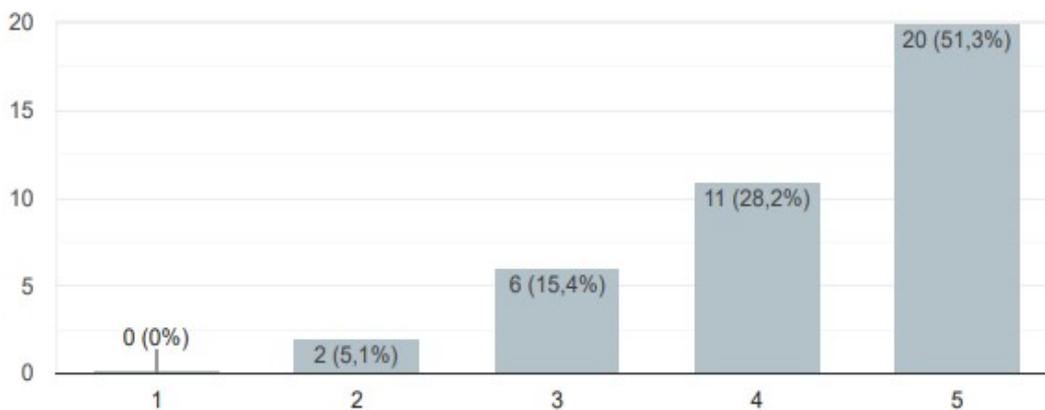
Fonte: Dados dos autores

Percebe-se que mais da metade dos entrevistados acredita que, sim, é correto que a sociedade seja automatizada através de máquinas e algoritmos, mas que uma parcela muito grande, superior a 30%, ainda apresenta dúvida quanto a isso, talvez por desinformação e conceitos pré-estabelecidos, como citado no item anterior.



Gráfico 5: Relação de interesse quanto à inovação tecnológica
Qual o seu nível de interesse em inovações tecnológicas?(Um celular com uma nova funcionalidade, uma ferramenta de trabalho)

39 respostas

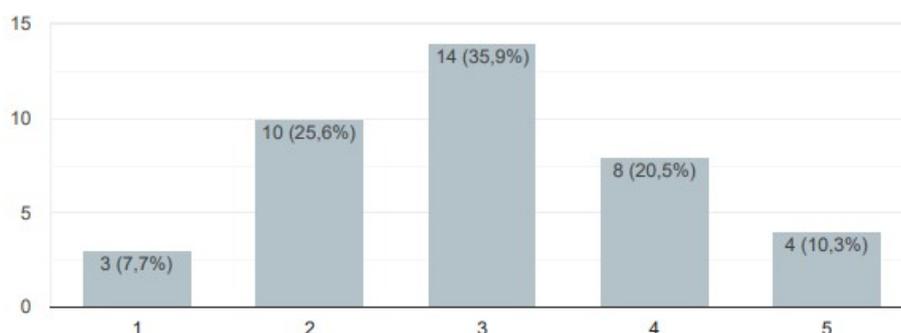


Fonte: Dados dos autores

Nota-se que a grande parte do público apresenta um interesse elevado em inovações tecnológicas, com todos os questionados apresentando pelo menos um interesse em nível 2/5, tendo sua concentração maior no nível máximo de interesse, fato esse que demonstra a gigante gama de possibilidades que a tecnologia digital proporcionou e proporciona, criando expectativa com relação aos avanços que ainda podem ocorrer.

Como você se sentiria caso tivesse que passar 24 horas longe de qualquer tecnologia digital? (celular, notebook, entre outros)

39 respostas



Fonte: Dados dos autores

Com esse gráfico, fica claro que a interação homem-máquina tomou conta do mundo e cada vez mais seres humanos tornam-se dependentes das máquinas. Como mostrado no gráfico, a grande maioria apresentou um desconforto de, no mínimo, grau 3/5 em passar apenas um dia longe de qualquer tecnologia digital, onde fica visível a dependência tecnológica dos seres humanos no século XXI. Assim sendo, é claramente perceptível a



tamanha importância que as máquinas conquistaram ao longo dos anos, a ponto de tornarem-se indispensáveis para a comunicação humana moderna, tomando conta das mais diversas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, é enraizada a Interação Homem-Máquina na sociedade atual de Homo Sapiens, causando dependência e intensa comunicação. Além disso, é provado que essas relações acontecem com frequência diante da pesquisa realizada de acordo com a metodologia do presente artigo. Na comunicação, os veículos digitais fizeram uma revolução, onde as pessoas geralmente utilizam mais os meios tecnológicos digitais como forma de comunicação do que os meios naturais, como por exemplo: as conversas diretas e presenciais. Apesar disso, a discussão sobre a ética dessas ações e dilemas morais devem ser debatidas, pois ainda não há respostas concretas que determinem quais pontos dessa revolução tecnológica apresentam um malefício, uma ameaça ou um futuro próspero e de paz. Enfim, essa interdependência entre os Homo Sapiens e as máquinas é duradoura e dificilmente será quebrada, por ser extremamente conveniente e o principal “workflow” do atual século XXI.

REFERÊNCIAS

ALTARES, G. E se nós formos os neandertais? As últimas descobertas genéticas reabrem o debate sobre a possibilidade de que esta espécie não tenha se extinguido, mas foi integrada aos ‘sapiens’. **El País**, 10 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-10/e-se-nos-formos-os-neandertais.html>. Acesso em: 1 ago. 2021.

BIG HOUSE WEB. Como surgiu a inteligência artificial?. **Big House Web**, 3 set. 2019. Disponível em: <https://blog.bighouseweb.com.br/como-surgiu-a-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

BOCARD, T. Usos e riscos do reconhecimento facial. **Use Mobile**, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://usemobile.com.br/usos-reconhecimento-facial/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

CARNEVALLI, E. “A inteligência artificial vai tornar os profissionais irrelevantes e ‘hackear’ seres humanos”. **Época Negócios**, 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/11/inteligencia-artificial-vai-tornar-os-profissionais-irrelevantes-e-hackear-seres-humanos.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ESTUDO da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero. **ONU News**, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711>. Acesso em: 11 jun. 2021.

FLORIDI, L. Informational Ethics: An Environmental Approach to the Digital Divide Philosophy in the Contemporary World. v. 9, n. 1, 2001.



FLORIDI, L. The Information Society and Its Philosophy: Introduction to the Special Issue on “The Philosophy of Information, its Nature and Future Developments. **The Information Society**, v. 25, p. 153–158, 2009.

HARARI, Y. N. Sapiens: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: **L&PM Editores S. A.**, 47 ed., p. 459, 2018. ISBN 9788525432186.

HAUTSCH, O. Como funciona a Realidade Aumentada. TecMundo, 19 mai. 2009. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/realidade-aumentada/2124-como-funciona-a-realidade-aumentada.htm>. Acesso em: 1 ago. 2021.

KOCH, I. V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.

MAGALHÃES, P. L. Influências da evolução tecnológica na comunicação humana: estudo das redes sociais. Belo Horizonte: **Universidade FUMEC**, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/37741204/Influ%C3%A7%C3%A3o_da_evolu%C3%A7%C3%A3o_tecnol%C3%B3gica_na_comunica%C3%A7%C3%A3o_humana_estudo_das_redes_sociais#:~:text=PATRICK%20LEANDRO%20MAGALH%C3%83ES%20Influ%C3%A7%C3%A3o_da,humana%3A%20estudo%20das%20redes%20sociais.&text=O%20presente%20estudo%20visa%20responder,sendo%20enfatuadas%20as%20redes%20sociais. Acesso em: 5 set. 2021.

OLIVEIRA, F. F. R. de; FERREIRA, M. M.; FURST, A. Estudo da usabilidade nas interfaces homem-máquina. **E-xacta**, v. 6, n. 2, p. 2, 2013.

PACIEVITCH, T. Tecnologia da Informação e Comunicação. **Info Escola**, 2021. Disponível em: <https://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

PANCINI, L. Robô Sophia, que imita expressões faciais, começa a ser produzida em massa: Empresa criadora do robô acredita que ele pode ser essencial para alguns serviços durante a pandemia. **Exame**, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/robo-sophia-que-imita-expressoes-faciais-comeca-a-ser-produzida-em-massa/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PARSONS, J. Watch Sophia the 'sexy robot' claim she will 'destroy humans' - leaving creator red faced: A mistake during a technical demonstration at the SXSW tech show revealed the android's true intentions. **Mirror**, 22 mar. 2016. Disponível em: <https://www.mirror.co.uk/tech/watch-sophia-sexy-robot-claim-7606152>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. São Paulo: Zahar, 1978.

ROSA, J. G. S.; MORAES, A. M. Avaliação e projeto no design de interfaces.

Teresópolis, RJ: **2AB Editora**, 2010.

SCHWEITZER, A. **Aus meinem Leben und Denken**, R. Meiner, 1950.

SOUSA, R. Meios de comunicação. **UOL - Mundo Educação**, 2019.

Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/meios-comunicacao.htm>. Acesso em: 1 ago. 2021.



SUZANNA. A influência das redes sociais na comunicação humana. **Cesar**, 27 ago. 2018. Disponível em: <https://www.cesar.org.br/index.php/2018/08/27/a-influencia-das-redes-sociais-na-comunicacao-humana/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

UNIVERSAL ROBOTS BRASIL. Repensando a relação homem x máquina. **Universal Robots Brasil**, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.universal-robots.com/br/blog/repensando-a-relac%C3%A3o-homem-x-m%C3%A1quina/>. Acesso em: 1 ago. 2021.



CAPÍTULO 13

SAÚDE MENTAL E DESAFIOS PROFISSIONAIS NA SOCIEDADE MODERNA E PANDÊMICA

Reinaldo da Silva Souza

RESUMO

O presente artigo busca realizar uma análise sobre a saúde mental e os desafios profissionais na sociedade moderna e pandêmica. Esse tema no presente contexto passa a ser interessante para os mais variados grupos de profissionais, desde professores, médicos, enfermeiros, policiais, bombeiros, estudantes dentre outros, pois na sociedade moderna ao longo do seu desenvolvimento social, político, cultural ocorrem mudanças significativas, pois muitas vezes as pessoas não costumam pensar essas mudanças e acham que são recentes. Nas sociedades modernas, as mudanças ocorrem cotidianamente. As mudanças que estão em curso no contexto pandêmico, estão afetando de alguma forma todas as sociedades humanas. Para estudar esse fenômeno na sociedade moderna é preciso analisar as ações dos indivíduos tanto historicamente como socialmente, pois a pandemia vem atingindo todos de variadas formas. Contudo, para compreender esse tema vamos fazer uso de dois autores que buscam entender o tema em questão que são: Ferry (2010) Chul Han (2019). Nossa hipótese para alguns resultados é a de que na sociedade moderna pandêmica alguns problemas psicológicos e psíquicos estão afetando os indivíduos e que de fato necessita ser analisado como um fato social ou histórico no interior desta mesma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Desafios profissionais. Sociedade moderna. Pandemia. Psicológico.

INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna existem diversas implicações que envolvem os grupos sociais, e tais grupos desenvolvem até as doenças biológicas e doenças neurais, mas com o desenvolvimento da sociedade capitalista (moderna), surgiram outras formas de doenças que não atingem somente o biológico, mas sim o emocional e o psicológico das pessoas, ou seja, utilizando terminologia de Chul Han (2019) que define como as “doenças neurais”, ou também como definimos a partir de nossa concepção de “doenças da alma”

Essas doenças têm origem na forma de organização na sociedade moderna e o modo de vida na qual as pessoas estão inseridas. Vivemos um momento de ausência de tempo, de comer bem, se relacionar com os outros indivíduos, de ter lazer, onde nessa forma de organização da sociedade ocorre uma aceleração do tempo em que ninguém tem tempo para viver com o outro. Assim, as relações na contemporaneidade vão ficando cada vez mais complexas e muitas vezes as pessoas não percebem, pois, seus objetivos estão dentro de um plano para ganhar dinheiro, acumular riqueza, ter status e poder, assim, a vida cotidiana e suas



relações ficam comprometidas e perdem a importância. A mercadoria acaba sendo mais importante do que as relações na qual os indivíduos estabelecem entre si.

Grande parte dos indivíduos inseridos nessas relações visam o prazer pela riqueza material, pelo consumo de mercadorias. Desse modo, sua vida passa a girar na busca incessante por essas mercadorias que muitas vezes possibilitam um status. Destarte, o filósofo grego Epicuro denominou de prazeres não naturais e não necessários, como a riqueza, a fama, a honra, glória, enfim, um conjunto variado de elementos que pressupõe um status diferente em relação aos demais integrantes da sociedade.

Na sociedade moderna esses elementos apontados pelo autor grego ficam cada vez mais presentes nas relações sociais, uma das características da sociedade capitalista é criar necessidades artificiais. Cria-se a competição, a concorrência que vai se desenvolvendo e de alguma forma desumanizando as pessoas, que buscam a cada instante novas riquezas, novas mercadorias.

Podemos dizer que essas relações são conflituosas e contraditória, nesse contexto de pandemia, dado isso, é necessário a busca por saber viver como coloca o filósofo Ferry (2010). Na contemporaneidade muitas doenças psicológicas e psíquicas atingem as pessoas socialmente. Um dos elementos que mais atingem as pessoas produzindo essas doenças é o “*medo*” de ficar desempregado, de não ser amado ou amada, medo de não ser salvo (ir para o céu) e sobretudo medo da única certeza que todos sabemos que é a morte. Todas essas são questões que envolvem a vida na contemporaneidade, mas também a falta de tempo para se dedicar as atividades básicas, como cuidar dos filhos, da família, da relação afetiva ou amorosa. Isto é, as paixões da vida.

Por fim, é preciso cuidar da saúde mental nesse contexto, pois cuidar do corpo e da mente nesse modelo de sociedade, tornou se um grande desafio e *sine qua non*³⁹ para todas as pessoas que vivem essas relações na contemporaneidade. A pandemia também vem sendo um dos desafios a ser enfrentado, tanto por governos de todo o mundo como também de cada um que deve ter cuidado e se proteger de um vírus que vem atingindo de forma mortal um grande número de pessoas nas mais variadas sociedades.

39 Sine qua non – sem a qual não pode ser. Essencial e indispensável



DOENÇAS DA ALMA NA CONTEMPORANEIDADE

Na contemporaneidade as doenças psicológicas e psíquicas passaram a ser um grande desafio tanto para os profissionais do campo da medicina, da psicologia e demais áreas do saber científico que atuam para combater esses males da alma. São questões com certa complexidade, pois muitas vezes, essas doenças não são biologicamente comprovadas e se apresentam de forma “simbólica”, na mente, nos sentimentos, nas ações e emoções das pessoas. Todavia é preciso estudos e novas pesquisas sobre esses fenômenos que atingem milhares de pessoas em todo o mundo. Desta forma toda doença seja ela biológica ou psicológica tem sua história. Na moderna sociedade (capitalista), estão cada vez mais presentes as doenças de ordem social, psicológica e psíquica, sendo que em cada período histórico das sociedades humanas novas doenças irão surgir.

A partir das ideias de Chul Han (2019) cada época possui suas enfermidades fundamentais. Desse modo, temos uma época bacteriológica, que chegou ao seu fim com a descoberta de antibióticos. Apesar do medo imenso que temos hoje de uma pandemia gripal, não vivemos em uma época viral. Graças à técnica imunológica já deixamos para trás essa época. Visto a partir da perspectiva patológica o começo do século XXI não é definido como bacteriológico nem viral, mas sim neural. Se faz necessário refletir esses apontamentos realizados pelo autor acima, mas em alguns momentos ou contextos históricos no século XXI, podem sem dúvidas acontecer epidemias ou pandemias como a que estamos vivendo atualmente. Por isso, a importância da realização de estudos com esses objetivos que são estudos sistemáticos sobre determinado tema e que vem contribuir para pensarmos e entendermos certas questões que envolvem a vida social.

Essas doenças da alma historicamente estiveram presentes em modelos de sociedades anteriores, mas na sociedade moderna (capitalista) essas se apresentam com mais frequência e tem atingindo milhares de pessoas que sofrem de transtornos mentais, psicológicos, psíquicos. Essas doenças são geralmente decorrentes do modo de vida na qual estamos inseridos e sobretudo as formas de imposição das relações de produção capitalista.

Dentre as doenças geradas por essas condições de vida na qual estamos inseridos de forma contraditória, podemos destacar algumas, que são:

Doenças neurais como a depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), transtorno de personalidade limítrofe (TPL) ou síndrome de Burnout (SB) determinam a paisagem patológica do começo do século XXI. Não são infecções, mas enfartos, provocados não pela negatividade de algo imunologicamente diverso, mas pelo excesso de positividade. Assim, eles escapam



de qualquer técnica imunológica, que tem a função de afastar a negatividade daquilo que é estranho (CHUL HAN, 2019, p. 07-08).

O século XXI de fato, nos mostra ou amplia as contradições sociais, pois os interesses de grupos sociais na sociedade moderna se transformam cada vez mais rápido, inserindo mudanças principalmente no comportamento humano. Essas mudanças irão gerar novas doenças que se manifestam no comportamento e nas relações que os indivíduos estabelecem em seu cotidiano de vida, que pode ser nas relações familiares, do trabalho, na escola, na faculdade ou em outras menos formais.

Assim, é preciso compreender a forma de organização da sociedade, o comportamento dos indivíduos que vem mudando com uma frequência cada vez maior. Por outro lado, temos também fragilidades emocionais, psicológicas e psíquicas de ordem social e não biológica que vem afetando milhares de pessoas. É preciso não somente conhecer, mas gerar condições para poder combater todos essas doenças que são de fato um grande desafio para todos frente a realização nas relações de trabalho.

Assim, esses males que afetam as pessoas na sociedade moderna é fruto de suas relações e formas como esses estabelecem relações com a natureza, que no capitalismo são conflituosas. Desta maneira, destacamos o pensamento de Sigmund Freud:

A questão decisiva para a espécie humana é saber se, e em que medida, a sua evolução cultural poderá controlar as perturbações trazidas à vida em comum pelos instintos humanos de agressão e autodestruição. Precisamente quanto a isso a época de hoje merecerá talvez um interesse especial. Atualmente os seres humanos atingiram um tal controle das forças da natureza, que não lhes é difícil recorrerem a elas para se exterminarem até o último homem. Eles sabem disso; daí, em boa parte, o seu atual desassossego, sua infelicidade, seu medo (FREUD, 2020, p. 79)

Na verdade, essas perturbações são muitas e que levam as pessoas ao desequilíbrio físico, psicológico e psíquico. Essa busca agressiva vai gerar uma autodestruição do próprio indivíduo, pois quanto mais a sociedade capitalista se desenvolve, mais aumenta a necessidade de explorar a natureza para poder produzir as mais variadas riquezas (produtos e mercadorias), que são oferecidas no mercado. Vimos que historicamente as riquezas materiais do solo e do meio ambiente em geral, estão dando sinais de esgotamento e tudo isso reflete na vida em sociedade.

Ora, é preciso entender esse momento da contemporaneidade, como de fato especial, pois muitos males da alma vêm afetando milhares de pessoas. Trata-se de uma relação contraditória, pois ao mesmo tempo em que o homem domina a natureza, seus recursos, ele não tem uma consciência correta desta realidade para poder preservar, mas sim de destruir e conseqüentemente a sua autodestruição. Quando não controle ou uma consciência para



realizar a manutenção desses recursos da natureza, obviamente que irá ocorrer problemas com a sociedade.

O autor retoma questões importantes que podemos perceber no comportamento das pessoas no interior da sociedade. Questões como esse “*desassossego*”, que são inquietações nas quais as pessoas passam e sofrem, a infelicidade e o medo. Na busca da felicidade, ocorre um conflito, que vai gerar infelicidade na vida cotidiana daquele que acha que pode ser feliz em um modelo de sociedade que habitualmente vai produzir angustias, medo, ansiedade, perturbações mentais, síndrome do pânico dentre outras que afetam diretamente as ações neurais da vida na sociedade moderna.

Ainda segundo Freud (2020), é difícil escapar à impressão de que em geral as pessoas usam medidas falsas, de que buscam poder, sucesso e riqueza para si mesmas e admiram aqueles que os têm, subestimando os autênticos valores da vida. Nestas relações podemos perceber na realidade da sociedade, como as pessoas se manifestam e demonstram o seu interesse pelo poder, riqueza e demais bens materiais e que de fato essa busca é falsa, pois muitas vezes os indivíduos não conseguem, gerando assim frustrações que irão gerar outros problemas como as “*doenças da alma*”.

Marx e Engels (2005), ao escreverem a obra *Ideologia Alemã*, afirmam que os homens sempre formaram ideias falsas sobre si mesmos, sobre como são ou deveriam ser. Instituíram as suas relações em função das suas representações de Deus, do homem normal etc. Foram dominados por estes produtos de sua cabeça e curvaram-se diante de suas criaturas, mesmo sendo os criadores.

Essa seria então, uma visão invertida da realidade, pois essa busca vai gerar cada vez mais inquietações na mente e no comportamento das pessoas, sendo assim, estas não viveriam uma vida em busca dos valores de fato humanos, mas sim fugindo dos valores autênticos da vida como apontou Freud (2020). Na sociedade moderna (capitalista) muitas vezes os homens produzem riqueza, mas estas não lhe pertencem, ele é meramente o produtor, sendo que este é obrigado a vender o seu trabalho para outro. Entretanto, a riqueza que este produziu não é propriedade sua, mas na mentalidade e no comportamento de muitos, esses acham que podem ficar ricos, ter poder, status etc.

Desta forma, os indivíduos irão buscar um, dois ou mais trabalhos e atividades variadas em busca de ganhar dinheiro e ser feliz, ter status, poder e riqueza material. Mas tudo isso, nas palavras de Marx e Engels (2005) não passam se fantasias, ilusões na qual os homens



formam sobre essa realidade. No entanto, segundo Chul Han (2019), a técnica temporal e de atenção *multitasking* (multitarefa) não representa nenhum progresso civilizatório. A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna. Trata-se de um retrocesso.

Essas relações tendo por base essas multitarefas irão levar o homem trabalhador ao seu limite de cansaço físico e mental, ao mesmo tempo em que vai gerar inquietações, frustrações e uma vida alienada das relações humanas autênticas. Podemos dizer que nessas relações humanas de trabalho ocorre o embrutecimento do homem, principalmente por essa busca incessante de riqueza, pois a sociedade exerce um forte poder de coerção sobre este.

Para encerrarmos essa primeira parte do nosso artigo, citamos então o filósofo alemão do século XIX Friedrich Nietzsche (2013), o mesmo afirma que por falta de repouso nossa civilização caminha para uma nova barbárie. Em nenhuma outra época os ativos, isto é, os inquietos valeram tanto. Assim, pertencem às correções necessárias a serem tomadas quanto ao caráter da humanidade fortalecer em grande medida o elemento contemplativo.

OS DESAFIOS PROFISSIONAIS E SABER VIVER

Nesta segunda parte deste artigo pretendemos apresentar de forma organizada os desafios profissionais frente ao mundo do labor e a arte de saber viver em uma sociedade que apresenta certo grau de complexidade e como as pessoas podem aprender a viver e superar essas contradições presentes em seu cotidiano de vida, seja nas relações de trabalho e ao mesmo tempo buscar sua auto realização como pessoa.

Neste sentido, nas ideias de Freud (2020), ele faz alguns questionamentos importantes para pensarmos questões que envolvem os homens na sociedade moderna. Assim, o referido autor questiona: então passaremos à questão menos ambiciosa: o que revela a própria conduta dos homens acerca da finalidade e intenção de sua vida, o que pedem eles da vida e desejam nela alcançar? É difícil não acertar a resposta: eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes.

Assim, um dos desejos dos seres humanos é a busca da felicidade, mas muitos não sabem o que de fato é a felicidade. Estes acabam indo buscar essa felicidade a partir da acumulação de riqueza, para tanto tem que trabalhar, onde nem sempre essa riqueza é distribuída, pois vivemos em uma sociedade desigual que divide sua riqueza de forma diferente entre os grupos ou classes sociais.



Na concepção de Arendt (2001) O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. O trabalho produz um mundo artificial de coisas nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Nesta relação que os homens estabelecem entre si quando falamos em trabalho, essa é uma atividade coercitiva e que não satisfaz as necessidades humanas na sua essência, o trabalho também é imposição, onde o homem não se realiza nas relações de trabalho, pois segundo Marx (2004) quanto mais riqueza o homem produz mais pobre ele fica.

Mas por que milhares de pessoas acham que irão ficar ricas trabalhando? Essa é uma questão reflexiva, onde na sua visão de mundo, muitos acham que ao realizar essa atividade em dois ou mais trabalhos, irão ficar ricos, sendo que na verdade a riqueza produzida na fábrica, na indústria ou nas empresas em geral é acumulada pelo patrão e não pelo trabalhador.

Arendt (2001) reflete pontos importantes no que diz respeito à sociedade, pois segundo ela, o que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, tal relacioná-las umas às outras e de separá-las.

Na sociedade de massas como ela se refere, ocorre a fragmentação dos seres sociais e da própria sociedade que acelera cada vez mais a competição e concorrência entre as pessoas. Nesta sociedade os indivíduos se isolam uns dos outros, mesmo assim, estão na busca incessante pela acumulação de riquezas e felicidade. A competição social gera nas pessoas a necessidade de ter acesso a mercadorias que até então não possuíam, mas muitos apenas querem ter e não irão conseguir atingir esses objetivos. Na sociedade moderna e a sua divisão em classes sociais limita as ações das classes exploradas que não tem escolha a não ser trabalhar em troca de um salário que é limitador da sua vida e de suas ações no interior da sociedade de classes.

Na busca pela felicidade na sociedade capitalista, os homens irão sofrer consequências, muitas vezes por não conseguir realizar certos desejos de acumular riqueza, ter poder, status e reconhecimento socialmente. Essas consequências podem ser as doenças da alma que analisamos na primeira parte deste artigo. Por isso, um dos caminhos para a felicidade é tentar aprender a viver e ter uma consciência em relação a vida em sociedade, fugindo de algumas ilusões e fantasias.

Nas ideias de Ferry (2010) aprender a viver, aprender a não mais temer em vão as diferentes faces da morte, ou, simplesmente, a superar a banalidade da vida cotidiana, o tédio,



o tempo que passa, já era o principal objetivo da antiguidade grega. A mensagem delas merecem ser ouvidas, pois, diferentemente do que acontece na história das ciências, as filosofias do passado ainda nos falam. Eis um ponto importante por si só merece reflexão.

Em termos gerais, o autor realiza reflexões importantes sobre questões que envolvem a vida das pessoas historicamente, mesmo sendo uma reflexão sobre a antiguidade, certos elementos aqui apontados, nos faz pensar a contemporaneidade, pois a morte, o medo e ao mesmo tempo as pessoas que vivem a contemporaneidade mesmo com todas as inquietações que em geral afligem os indivíduos, esse deve ser forte para saber enfrentar esses males e viver uma vida de forma saudável.

Não só o cotidiano se tornou banalizado, mas também as coisas que estão ligadas a este como a própria vida. E como superar essa banalidade da vida, das coisas, da sociedade e do cotidiano? É necessária uma organização da vida social, da família e do próprio cotidiano, sem cair nas armadilhas que a sociedade capitalista nos aponta o tempo todo. A cada instante nesse modelo de sociedade as pessoas têm que provar suas mais variadas atitudes e dar resultados, seja na família, no local de trabalho, na escola e em outros espaços na qual estamos inseridos e estabelecemos relações com outras pessoas.

Mesmo que em alguns momentos da vida cotidiana em sociedade, somos coagidos a pensar e agir a partir de comportamentos e valores já estabelecidos, mas temos que lutar contra essas práticas que acabam limitando a nossa vida em sociedade. Podemos dizer que a vida em sociedade e a busca pela felicidade, não é somente a busca irracional pelos bens materiais como quer a sociedade, mas sim, ter plena consciência do que você faz para poder ter minimamente condições de uma vida mais saudável em termos mentais.

Na contemporaneidade, temos um amplo processo de desenvolvimento científico, tecnológico e a formação de novas técnicas que são aplicadas no interior da sociedade, mas nem sempre resolvem todos os problemas da sociedade e de seus integrantes. É preciso entender essas questões e saber se posicionar, pois muitas vezes o domínio de criações humanas, passam a dominar os seus criadores, ou seja, os homens.

Segundo Ferry (2010) historicamente aumentou o poder dos homens sobre o mundo, mas que foi se tornando automático, incontrolável e até mesmo cego, já que ultrapassa as vontades individuais conscientes. É simplesmente o resultado da competição. São essas contradições em que se encontram o homem na contemporaneidade. Por outro lado, esse não



domina de fato a totalidade das coisas que ele criou ou busca criar, sendo essa cegueira também uma forma deste ser dominado por aquilo que ele criou.

Na busca sobre a felicidade podemos refletir os apontamentos do filósofo Aristóteles que nos mostra caminhos interessantes para refletirmos sobre a realidade da antiguidade, mas se analisado, podemos pensar elementos do contemporâneo. Assim, podemos expressar a partir deste autor:

Mas, se todo conhecimento e todo trabalho visam algum bem, qual será o mais alto de todos os bens? O fim certamente será a felicidade, mas o vulgo não concebe da mesma forma que o sábio. Para o vulgo, a felicidade é uma coisa óbvia como o prazer, a riqueza ou as honras; aqueles que identificam a felicidade como prazer vivem a vida dos gozos; a honra é superficial e depende mais daquele que dá do que aquele que recebe; a riqueza não é o sumo bem, é algo de útil e nada mais. Dessa forma, devemos procurar o bem e indagar o que ele é. Ora, se existe uma finalidade para tudo que fazemos, a finalidade será o bem. A melhor função do homem é a vida ativa que tem o princípio racional. Consideramos bens aquelas atividades da alma, a felicidade identifica-se com a virtude, pois a virtude pertence a atividade virtuosa (ARISTÓTELES, 2014, 49).

Aqui podemos estabelecer uma relação do pensamento do autor com elementos na contemporaneidade, pois os termos têm distinções. O bem aqui colocado por Aristóteles está associado a felicidade e na contemporaneidade ganhar outros significados, onde a felicidade na contemporaneidade trata-se de a aquisição de poder, de bens e de renda. Temos aqui também uma diferenciação que muitas vezes não percebemos, pois o conhecimento do sábio muitas vezes vai contribuir diretamente para a busca de sua felicidade, por outro lado, o indivíduo que pensa de forma simples e vulgar, pode não conseguir superar essa realidade, ao mesmo tempo vai se alienar em determinadas necessidades impostas pela sociedade.

Para uma pessoa com um pensamento simples e comum, na sua mentalidade e ações a felicidade pode ser uma coisa simples e óbvia como o próprio Aristóteles aponta acima. Por isso, não se cansam de ir buscar a felicidade a partir da riqueza material e não do bem-estar mental ou intelectual, sua vida de gozo é meramente ilustrativa ou simbólica, porque na prática ele não tem, muitas vezes esse passa necessidade em sua vida cotidiana.

Na contemporaneidade a riqueza é uma busca cotidiana de todos, tanto por aqueles que possuem riqueza como aqueles despossuídos, mas que acham que irão ficar ricos na sua incessante luta por trabalho e atividades relacionadas ao labor em geral. Esse questionamento realizado pelo autor se faz necessário, pois ao perguntar se devemos procurar o bem e indagar o que ele é, este está propondo uma reflexão interessante, o que de fato é a felicidade? Para muitos na contemporaneidade é a riqueza material, o dinheiro, o status social ou outras honras na qual as pessoas têm, mas todas associadas as relações estabelecidas na sociedade moderna



(capitalista) que vai impor as pessoas que estas têm que trabalhar para poder acumular certa riqueza e adquirir cada vez mais. Na realidade, o trabalho não enriquece o homem, mas sim empobrece, pois o que ele produz não lhe pertence.

Historicamente, sempre nós seres humanos fazemos o uso de nossa racionalidade, mas muitas vezes de forma limitada. Aqui Aristóteles está destacando essa capacidade, que na contemporaneidade, muitas vezes os homens se limita na busca irracional por poder e riquezas. Desta maneira, é preciso pensar diferente para poder ir além desses interesses mesquinhos da sociedade capitalista. O que o autor destaca, são as atividades da alma e que fazem bem para os indivíduos, ao mesmo tempo em que buscam a felicidade, que seria uma força e uma virtude.

Nessa relação histórica, ocorrem mudanças significativas na vida das pessoas, principalmente na contemporaneidade, onde os interesses e necessidades são alterados com frequência a partir das imposições da sociedade capitalista que visa o tempo todo que os indivíduos possam consumir seus produtos. Esses produtos e mercadorias são transformados a cada instante e novos surgem muito rapidamente para serem comercializados. Assim, a busca por essas mercadorias são ações cotidianas, pois esses irão dar status e poder para aqueles que podem consumir.

A busca por felicidade na contemporaneidade é uma forma das pessoas se inserirem em um modelo de sociedade e demonstrar que estão bem nos mais variados aspectos da vida, principalmente o lado econômico. Por isso, querem trabalhar para obter dinheiro e riqueza, que nem sempre é sinônimo de riqueza ou de bem-estar mental. Como realizamos em outro momento uma reflexão que essa busca vai gerar ansiedade e inquietações na mente das pessoas, onde essas passam a sofrer “doenças da alma” e ao mesmo tempo, essas têm dificuldade para perceber e realizar um tratamento em relação a esses males.

A coerção por resultados é muito comum na sociedade capitalista na contemporaneidade. Por isso, as pessoas buscam trabalhar e as empresas na qual estão trabalhando, também irão exercer um forte poder de coerção, de controle e dominação, onde os níveis de esforço físico e mental chegar aos mais altos níveis de exploração. Agora, por que as pessoas se submetem a essas relações? Geralmente porque acham que irão se sentir bem ganhando dinheiro e acumulando outras riquezas ao longo de sua vida como trabalhador.

As empresas acabam se organizando para poder incentivar seus trabalhadores para cada vez mais realizar mais trabalho e atividades associadas as suas funções, inclusive



trabalho aos finais de semana e agora no contexto da pandemia o trabalhador também leva ou está trabalhando em casa, para muitos um conforto, que na prática não acontece, pois muitas vezes o trabalho remoto ou em *home-office* realiza mais cansaço e mais fadiga no corpo e na mente das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutimos um tema fundamental para estudarmos as relações humanas na contemporaneidade que é como podemos entender a saúde mental dos trabalhadores nos mais variados aspectos de sua vida em uma sociedade que exige cada vez mais resultados destes trabalhadores, sejam eles, do campo ou da cidade, de fábricas, indústrias ou do comércio. Esses resultados devem ser atingidos de forma muito rápida, para tanto, patrões e empresas exercem um forte poder coercitivo em relação as ações dos trabalhadores por resultados.

Nesta perspectiva de analisar a contemporaneidade o conjunto dos trabalhadores tem desafios que são inicialmente de realizar a manutenção do seu trabalho, pois o contexto atual da pandêmica vem jogando milhares de trabalhadores fora do mercado de trabalho. Desta forma, a pressão e opressão sobre esses vem aumentando, inclusive as ameaças de demissão por parte das empresas. Assim, o trabalhador tem medo de ser demitido, gerando assim, um conjunto de problemas mentais e psíquicos no qual esse tem que enfrentar. Por outro lado, foi possível perceber que o trabalhador já tinha que ter cuidado com sua saúde mental e no contexto da epidemia passou a ter mais preocupações que irão gerar tensões no seu cotidiano de vida e de trabalho.

Então, é preciso pensar alternativas que possam não adoecer biologicamente ou mentalmente os trabalhadores que precisam da sua força física e mental para poder continuar realizando suas atividades de trabalho. É preciso uma organização correta das suas ações no sentido de não cair facilmente no discurso de que vai ficar rico trabalhando e as riquezas materiais são mais importantes que a vida.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo, Editora Edipro. 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo, Editora Forense Universitária, 2001.



FERRY, Luc. **Aprender a viver: A filosofia para os novos tempos**. Rio de Janeiro, Editora objetiva, 2010.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2020.

CHUL HAN, Byung. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, Editora Vozes, 2019.

MARX, Karl. **Os manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo, Editora Boitempo, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Teses sobre Feuerbach**. São Paulo, Editora Centauro, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano demasiado humano**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2013.



CAPÍTULO 14

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE A RELAÇÃO DE POBREZA E DROGAS

Stela Silva Carvalho
Pâmela Krishna Michels
Domynique Roberta de Oliveira Esposito
Orlando Lira de Carvalho

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática sobre a relação entre o determinante “pobreza” e o uso de drogas. Os artigos foram pesquisados em três bancos de dados – Scielo, PubMed e BVS. A amostra foi composta por 19 estudos que preencheram os critérios de inclusão. Os resultados apresentaram uma discussão da pobreza associada ao uso das drogas e ao tráfico de drogas. Outros fatores abordados, além da pobreza e das drogas, que intensificam a vulnerabilidade desta relação, como gênero, a falta de vínculos afetivos saudáveis, dentre outros. Além disso, outros temas discutidos foram o cárcere, a taxa de mortalidade, o estigma, a guerra às drogas e a falta de políticas públicas eficazes. Todos os fatores citados possuíam algum tipo de relação entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: pobreza, drogas, tráfico de drogas, dependência.

INTRODUÇÃO

A pobreza afeta uma grande parte dos brasileiros, através de um contexto de opressão, exclusão social e é caracterizada pela privação de condições mínimas de existência. O seu conceito é analisado como um problema social construído historicamente, que possui dimensões psicológicas, culturais, sociais e econômicas (Nepomuceno, Ximenes, 2013).

A sociedade moderna é estruturada por moldes capitalistas, que possuem valores voltados para a competitividade, o individualismo, a estética e o consumo. Neste contexto, o uso de substâncias psicoativas é considerado como uma forma de obtenção de prazer e a busca de tentativas de amenizar o sofrimento causado pelas frustrações da realidade (Kantorski et al., 2006) e também pode ser definida como necessidade humana, e o uso da maioria delas, não só do álcool, perpassa por toda história da humanidade, em várias culturas e sociedades, como forma de medicamentos, rituais religiosos e socialização (Carneiro, 2002). Devido aos seus diversos significados e valores do uso das drogas, é necessária a compreensão de sua complexidade e seus múltiplos fatores (Furtado, Ronzani, 2010).

A dependência de drogas é um desafio para os profissionais da saúde e se tornou problema social e de saúde pública (Acioli, 2002). Em um estudo sobre o perfil sociodemográfico e clínico de dependentes em tratamento através da análise de prontuários,



mostrou que entre as pessoas em tratamento, 79,6% não chegaram ao fim do ensino médio e que 45,1% deles estavam desempregadas, com 38,5% sem vínculo trabalhista formal (Capistrano F. et al., 2013).

Atualmente, o uso abusivo de drogas possui uma relação com quadros de desigualdades sociais (Kantorski, Souza, 2007). E as drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, através do consumo ou do tráfico, influenciam na violência, agressão, mortes, problemas familiares, perdas afetivas e também são refletidas na saúde pública, tornando um problema social no Brasil (Nascimento, 2006). Segundo Dowdney (2004), a inserção ao tráfico de drogas, a princípio, é uma alternativa voluntária, mas também uma opção entre escolhas escassas, em sua maioria feita por crianças e adolescentes moradores da comunidade. O autor também sugere que o envolvimento com o tráfico é consequência de problemas como pobreza e ineficiência do poder público de realizar a parte que cabe no contrato social.

Sobre questões políticas no Brasil, a “guerra contra as drogas” é o elemento principal para a criminalização da pobreza, e é intensificado com os discursos de lei e de ordem que geram pânico na população. E as práticas ilícitas e violentas são sempre referidas aos traficantes, o que ajuda a fortalecer este discurso (D’Elia Filho, 2008). A “guerra às drogas”, a proibição e a criminalização da pobreza são elementos políticos e ideológicos, usados como controle social e se materializam na luta de classes (Rocha, 2013). Desta maneira, o sistema prisional acaba por selecionar para o cárcere indivíduos com vulnerabilidade social, tanto homens como mulheres, em sua maioria envolvida com o tráfico de drogas (Wacquant, 2007).

Assim, torna-se relevante analisar e sintetizar a produção científica nacionais e internacionais que sejam nesta área, para que as evidências possam nortear os profissionais que trabalham com essa temática, auxiliando nos planos, no desenvolvimento de estratégias e no delineamento de estudos futuros. Desta maneira, o presente artigo objetiva realizar uma revisão sistemática da literatura acerca da relação entre “pobreza” e “drogas”.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão sistemática, que é uma síntese de resultados de alguns estudos sobre um determinado tema, com base em evidências encontradas nos mesmos. Assim, possibilita analisar a forma como as pesquisas foram feitas e o conteúdo destas. Para a busca dos artigos, três bases de dados foram consultadas: BVS, Pepsic e Scielo, através das palavras-chave “pobreza” que foram cruzadas com o termo “drogas” utilizando o operador booleano “AND”. Inicialmente, foi feita a leitura de todos os resumos para se avaliar se os



mesmos contemplavam os objetivos e critérios de inclusão. Posteriormente, procedeu-se à leitura integral dos artigos para avaliar os mesmos critérios de inclusão, para então se proceder às análises.

Na pesquisa inicial foram encontrados 181 estudos, com nove repetidos em duas bases de dados, e foram excluídos 158 artigos. Assim, foram incluídos aqueles estudos que preenchiam os seguintes critérios: (a) ser artigo empírico; (b) artigos em língua portuguesa; (c) ter como objetivo descrever a relação entre pobreza e drogas e (d) ter o texto completo disponibilizado para leitura. Após este delineamento, foram selecionados 18 artigos que compuseram a amostra final presente no estudo.

Para categorizar a produção científica na área, foram feitas análises quantitativas (bibliométricas e metodológicas) e qualitativas. Na análise quantitativa dos resultados, nos dados bibliométricos, foram analisados os anos de publicação, os autores dos artigos e regiões onde as pesquisas foram feitas. Analisou-se a natureza dos estudos, os instrumentos utilizados e a população estudada. Já a análise qualitativa teve o objetivo de se fazer uma análise compreensiva entre os temas abordados. A Figura 1 apresenta os passos utilizados para a coleta e análises de dados.

RESULTADOS

Análises quantitativas

Dados bibliométricos

Houve uma grande variedade de autores (48 autores). Os anos de publicação dos artigos estão entre 1994 a 2015. Nos anos de 1994, 2003, 2007, 2012, 2014 e 2015 houve apenas uma publicação relacionada ao tema. Nos anos 2009 e 2012 houve duas publicações; nos anos de 2008 e 2013 foram publicados três artigos e no ano de 2011 houve quatro publicações. Sendo 2011 o ano com mais publicações.

As regiões dos estudos foram maioria no Brasil, com apenas um artigo publicado na Argentina, e outro artigo feito em vários países da América Latina, incluindo o Brasil. Os estados do Brasil que tiveram pesquisas foram Paraná, Paraíba, Santa Catarina e Ceará com uma publicação, o estado de Goiás com dois artigos, o estado de São Paulo com quatro publicações e o Rio de Janeiro com cinco artigos publicados.

As populações estudadas dos 18 artigos analisados foram em sua maioria sobre adolescentes, com nove artigos (Moreira et al., 2003; Lira et al., 2013; Rocha, 2013; Sousa,



2008; Cordeiro et al., 2008; Zeitoune, 2009; Bard et al., 2014). Destes estudos, todos eram sobre jovens residentes de comunidades pobres, que faziam uso de álcool e outras drogas e a maioria eram traficantes (Moreira et al., 2003; Lira et al., 2013; Rocha, 2013; Sousa, 2008; Cordeiro et al., 2008; Zeitoune, 2009; Bard et al., 2014).

Houve também dois estudos que analisavam óbitos (Albuquerque et al., 1994; Moreira et al., 2003), sendo um sobre causas externas nas unidades metropolitanas do Brasil e outro sobre óbitos de crianças e adolescentes residentes de um bairro de extrema pobreza (Manguinhos, Rio de Janeiro). A população carcerária também foi frequente nas pesquisas encontradas, com três estudos, todas relacionadas ao tráfico de drogas. Dois estudos eram sobre mulheres no cárcere (Cavalcanti et al., 2013; Cortina, 2015;), e um sobre homens (Barros, Faria, 2011).

Foram encontrados dois estudos sobre comunidades, um em três comunidades na cidade de Buenos Aires e outro em Campinas, São Paulo (Epele, 2012; Barros et al., 2007). Outras populações que apareceram na revisão foram famílias de comunidades pobres (Sousa, 2008; Martins et al., 2008), e mulheres/mães no contexto de álcool, drogas, violência e pobreza (Bittar, Nakano, 2011).

Análises qualitativas

O estudo realizado por Albuquerque, Zalur e Noronha (1994), revisa as estatísticas de mortalidade do Ministério da Saúde por causas externas no período de 1981 a 1989 em diferentes áreas metropolitanas das Unidades da Federação. E depois confrontaram tais dados com a distribuição de pobreza no país e dos fluxos migratórios. Foi analisado com esses resultados o papel do crime organizado, associado à inadequação das escolhas políticas e institucionais para o combate da pobreza urbana e de uma política de proibição e combate às drogas.

A autora Cortina (2015), em sua pesquisa, teve o objetivo de analisar o fenômeno das altas taxas do cárcere feminino no Brasil e a relação com os crimes de tráfico de drogas, com a luz da criminologia feminina e a da feminização da pobreza. O estudo foi um resultado de um projeto de pesquisa realizado pelo o Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania. A coleta foi realizada em Santa Catarina através de questionários e entrevistas semiestruturadas de 35 mulheres.

Na pesquisa realizada no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, os autores Moreira, Neto e Sucena (2003) investigaram com base nos dados de Informação de Mortalidade, o



óbito de crianças e adolescentes residentes do bairro no período de 1996 a 2000, com o objetivo de analisar as causas das mortes associado às condições de vida do local. O bairro de Manguinhos é composto por 12 comunidades envoltas por pobreza, exclusão social, tráfico de drogas e a violência estrutural.

O estudo realizado por Barros e Faria (2011) através de relato de vida de um carcerário em uma unidade prisional da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado. A pesquisa buscou compreender os fatores psicossociais que permeiam a inserção ao tráfico de drogas na ordem capitalista. Além dos relatos, também foram feitas entrevistas com os familiares e com outros detentos.

O artigo feito por Neves e Vianna (2011) buscou entender a repressão sobre o varejo do tráfico de drogas a partir do conceito do filósofo Michel Foucault “*Racismo de Estado*”. Assim, buscou analisar como as políticas de repressão ao tráfico de drogas no capitalismo contemporâneo são mecanismos de extermínio e exclusão validada pelas práticas estatais de segurança pública.

A pesquisa realizada em Fortaleza, no estado do Ceará, de Lira, Luna, Machado, Moreira, Pordues, Silva e Vieira (2013), teve como objetivo analisar a exposição de 458 adolescentes à violência, incluindo o uso de drogas, acesso a armas e autoestima. Relacionados com os fatores socioeconômicos, escolares e família. Para a pesquisa foram utilizados questionários e/ou entrevistas estruturadas.

O estudo realizado por Barros, Botega, Dalgalarrondo, Marín-León e Oliveira (2007), em uma área urbana da cidade de Campinas, tinha como objetivo de identificar em uma lista, constante do protocolo da OMS, quais os 17 problemas da comunidade e sua gravidade, e se esta percepção possui alguma diferença segundo as variáveis sócio-demográficas e condição de saúde mental de 515 entrevistados de 14 anos ou mais. Os problemas da lista incluem violência, abuso de drogas, criminalidade, segurança física, e abuso de crianças e esposas.

No artigo escrito pelos os autores Arruda, Ferreira e Rodriguez (2011), buscaram analisar através das 50 letras do estilo musical o funk “proibido de facção” como é a territorialidade do tráfico de drogas nas comunidades. O estudo aborda sobre o cotidiano da juventude urbana pobre e a dinâmica do tráfico de drogas nas comunidades.

A guerra contra as drogas, a criminalização da pobreza e o proibicionismo são os assuntos abordados no estudo de Rocha (2013). A pesquisa teve o objetivo de analisar os discursos das sentenças judiciais e manifestações do ministério público de adolescentes pobres



criminalizados por tráfico de drogas. Assim, a discussão feita foi sobre a luta de classes, o controle social e como tais adolescentes são considerados inimigos sociais erroneamente, se considerar outros aspectos de sua vida e o risco que são submetidos.

O artigo escrito por Sousa (2008) cartografou as práticas de atenção e cuidado de indivíduos com transtornos do uso de álcool e outras drogas de áreas de risco social, pobreza, violência e tráfico de drogas. Foram desenvolvidas estratégias com 40 adolescentes, suas famílias e a comunidade em que moram, com o objetivo de buscar melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

O objetivo do estudo de Martins, Pillon e Santos (2008) foi identificar a percepção de família em situação de extrema pobreza sobre o uso de drogas por um de seus membros. Foram aplicados questionários estruturados com 70 familiares dos participantes de um grupo socioeducativo de uma periferia no interior do estado de São Paulo.

Uma pesquisa etnográfica feita na Argentina por Epele (2012) analisou os resultados sobre características e tensões do cotidiano de três bairros e comunidades de Buenos Aires sobre o “cuidado de outros”, que são os usuários de drogas, principalmente Pasta Base/Paco.

Os autores Gomez e Meirelles (2009) abordam em seu estudo, feito nas comunidades do Rio de Janeiro, sobre as condições e circunstâncias específicas que fizeram jovens abandonarem o mercado do tráfico de drogas. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas que abordam episódios da vida de trinta jovens de 16 a 24 anos.

No estudo de Cordeiro e Costa (2008), pretendiam discutir o filme “Meninas” de Sandra Werneck sobre as histórias de vida de jovens pobres no Rio de Janeiro, em um contexto de vulnerabilidade social. Os temas do documentário aborda gravidez precoce, a violência, o desemprego, a baixa escolaridade e a inserção ao tráfico de drogas.

O artigo escrito por Bardi, Malfitano e Pereira (2014) se trata de duas pesquisas de mestrado filiadas teórico-metodologicamente à Terapia Ocupacional Social e apoiadas pelas contribuições da etnografia e da etnometodologia. Tais pesquisas foram realizadas no interior de São Paulo, com o objetivo de compreender melhor o cotidiano de jovens pobres, entre 15 a 29 anos, moradores de uma periferia urbana e a relação deles com as drogas. Assim, buscou refletir sobre a contribuição profissional com essa população.

A pesquisa feita por Zeitoune (2009) através de atendimentos feitos com alunos que cumprem medida sócio-educativa pretendia discutir com um viés psicanalítico sobre o discurso jurídico, correcional e repressivo que predomina neste contexto. Foram realizados



200 atendimentos com adolescentes de 16 e 17 anos, a maioria do sexo masculino, moradores de comunidades pobres no estado do Rio de Janeiro.

O estudo realizado por Cavalcanti, Costa, Medeiros e Oliveira (2013) buscou descrever o perfil epidemiológico de mulheres em cárcere no estado da Paraíba. Foram coletados dados de 227 mulheres através de formulários.

Os autores Bittar e Nakano (2009) buscaram identificar em seu estudo quais os motivos que levam mulheres, no contexto de álcool, drogas, violência e pobreza, a agredirem seus filhos. Foram utilizadas entrevistas, a história de vida tópica e a observação livre do ambiente relacional para a coleta de dados, com as integrantes do projeto supracitado instituído em Jardimópolis-SP, junto à Fundação PROMAR.

DISCUSSÃO

Os estudos apontam uma correlação entre baixa escolaridade com inserção ao crime, geralmente tráfico de drogas. Segundo Zeitoune (2009), a maioria dos meninos estava em situação de risco, e praticavam atos infracionais, que para eles, era uma forma de subsistência. A maioria deles estava fora da escola quando tiveram conflito com a lei (73%), muitos eram analfabetos, e poucos conseguiram chegar ao ensino médio (7,1%). O estudo de Gomez, Meirelles (2009) também aponta esta relação, segundo os autores, a média da idade de inserção ao tráfico varia entre 10 a 14 anos, mas pode ocorrer antes dessas idades. Assim, abandonam a escola muito cedo e permanecem em média de seis a sete anos dentro do tráfico.

Os artigos evidenciam que a baixa escolaridade dificulta o acesso desta população ao trabalho formal, desta forma o tráfico de drogas acaba se tornando uma possibilidade de sobrevivência. Para eles, este quadro não é só uma exclusão econômica, mas também de cidadania, em que, devido à concentração de renda, há também uma ausência também de nutrição, educação, assistência médica, habitação e formação profissional adequada. O Estado tem o papel de agente social do bem-estar, neste caso, há uma ausência dele, o que gera mais vulnerabilidade (Gomez, Meirelles, 2009; Bardi et al., 2014; Barros et al., 2007; Barros, Faria, 2011; Euclides, Szwarcwald, 1998; Moreira et al., 2003; Cordeiro, Costa, 2008; Epele, 2012)

O aumento do número de adolescentes envolvidos no tráfico, além das condições precárias de qualidade de vida, pode ser explicado por uma busca de uma identidade social, devido aos estigmas que carregam por serem moradores da comunidade, negros (em sua maioria) e pobres. A busca desta identidade é caracterizada pelo fascínio, o status,



reconhecimento e o clima de aventura que o tráfico pode trazer. E apesar de cientes da ilegalidade da atividade, o seu exercício é considerado um trabalho (Martins et al., 2008; Rocha, 2013; Zeitoune, 2009).

Esse mercado, o tráfico de drogas, é uma das indústrias mais lucrativas do mundo, se tornando uma prática atrativa e geradora de capital, na qual estes indivíduos procuram a possibilidade de poder e aumento da renda, assim desejam subir no posto da hierarquia do tráfico. O que às vezes pode não ocorrer, fazendo com que a autoestima fique comprometida (Gomez, Meirelles, 2009; Sousa, 2008; Barros, Faria, 2011; Zeitoune, 2009). Segundo Cordeiro, Costa (2008), o tráfico de drogas é o responsável por 90% dos homicídios da população entre 15 e 24 anos no ano 2004 na cidade do Rio de Janeiro, o que aponta uma intensa vulnerabilidade social. Em outro estudo, feito por Moreira e colaboradores (2003) em Manquinhos, bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro, evidencia que o principal problema dos adolescentes, moradores do bairro, é o envolvimento com drogas, tanto a inserção ao tráfico ou quanto o uso. O autor correlaciona os homicídios com o tráfico de drogas, sendo que as mortes ocorreram por causas externas até os 14 anos. Além disso, os fatores, como a ausência de perspectivas de futuro, a pobreza, a exclusão social, a criminalidade e a violência estrutural, são apontados na pesquisa como grande influência nas mortes destes moradores.

Os adolescentes envolvidos com o tráfico recebem o status de traficantes perigosos e são estigmatizados como inimigos sociais (Sousa, 2008; Neves, Vianna, 2011). Esta discriminação se generaliza para os moradores pobres da comunidade, que são identificados como potenciais criminosos e sofrem diretamente com a violência policial e restrições espaciais (Arruda et al, 2011; Neves, Vianna, 2011; Zeitoune, 2009). Segundo Neves, Vianna (2011), estes estereótipos favorecem a repressão penal e a busca pela aniquilação dos vistos como responsáveis pelos males da sociedade. Desta maneira, os pobres são associados naturalmente ao perigo, e automaticamente se tornam suspeitos, devendo ter um controle sobre eles, e sua etnia e sua origem social contribuem para esse julgamento.

Os autores Neves, Vianna, (2011), usam em seu artigo o conceito Racismo de Estado de Michel Foucault, que descreve como as políticas de repressão ao tráfico de drogas servem como mecanismo de extermínio e exclusão, assim protegem os que para o estado “devem viver”, e perseguem os que o Estado “deixa morrer”. Os que devem viver são os chamados “cidadãos de bem”, que respeitam as leis, pagam os impostos, civilizados e consumidores. Já aqueles “deixam morrer” são os com condutas marginais ou desviantes, que representam um perigo para os cidadãos ditos de “bem”. Segundo Agamben (2003), citado também pelos



autores, as noções centrais da obra de Foucault, como biopoder e biopolítica – Racismo de Estado, ao se vincular com mecanismos de punição e extermínio, corresponde como um dispositivo essencial para o exercício do capitalismo na sociedade em “estado de exceção permanente”, tornando-se possível a validação do direito de matar.

Foucault (2002) também denota para a tese da degeneração, que parte do sentido que se uma pessoa possui algum traço anormal, a mesma será devolvida em um processo de deterioração inexorável. O racismo é a justificativa a favor dos que “devem viver”, dentro dessa dialética, banaliza o direito de matar, desta forma, mata-se para não morrer, como forma de segurança (Neves, Vianna, 2011).

A visão distorcida feita pela mídia sobre os traficantes intensifica um sentimento de indignação e medo na população, favorecendo para que políticas extensivas de segurança e de punição sejam implantadas, e também retroalimentam a violência, sem combater causas mais profundas (Neves, Vianna, 2011). O discurso penalista presente em sentenças judiciais relatados na pesquisa Rocha (2013), evidencia o moralismo exacerbado e falta de compreensão das raízes da criminalidade, devido à ausência do conhecimento do contexto sócio-histórico, com ideologias e valores proibicionistas que levam à criminalização da pobreza e ao controle de pessoas, principalmente as crianças e os adolescentes, colocando-os em uma posição de adultos, penalizando-os. Além dos fatores ditos acima, esses discursos vêm carregados de preconceitos, ideias criminalizantes de senso comum e vão contra a garantia dos direitos dos mesmos.

Estes tipos de discursos servem como dispositivos legitimadores para a perseguição aos pobres, e intensifica a violência do poder punitivo, encarcerando-os. É então, uma guerra contra pessoas, principalmente os mais vulneráveis. Além disso, as eleições das drogas consideradas ilícitas, não obedecem a critérios científicos rígidos e nem a conceitos padronizados. E a política de repressão às drogas fortalece a violência urbana. (Sousa, 2008; Albuquerque et al., 1994; Cortina, 2015; Lira et al., 2013; Epele, 2012)

No interior das políticas antidrogas, é possível notar que as medidas repressivas são seletivas, direcionadas a determinados grupos, chamado por Foucault, de “gestão dos ilegalismos” (Neves, Vianna, 2011). A Lei n. 11.343 (Brasil, 2006) que faz distinção entre usuário e traficante, deixa a critério dos juízes avaliarem, com base nas provas do processo e na denúncia, a quantidade considerada para uso ou tráfico, ajuda a fortalecer a distinção de classes. Assim, esta lei acaba atribuindo o status de traficante para as classes socioeconômicas



vulneráveis, e o status de usuário para classes socioeconômicas mais favorecidas. E também essa repressão é maior sobre traficantes varejistas em comparação aos traficantes do atacado e outros facilitadores do tráfico. Desta forma, segundo eles, o “traficante” é visto como perigoso, que deve ser severamente punido, e o “usuário” vulnerável necessita de tratamento (Rocha, 2013).

A estrutura do tráfico e o seu funcionamento aparecem com frequência nos artigos estudados. Os autores apontam que o tráfico é uma estrutura complexa, que possui hierarquia, suas próprias leis e costumes. As leis do tráfico servem para manutenção e controle sobre seus membros e a comunidade a que pertencem. Estas regras são severamente respeitadas por todos que a elas submetidos, e não possui relação com o Poder Judiciário, sem legalidade (Arruda et al., 2011, Neves, Vianna, 2011, Gomez, Meirelles, 2009). O temor destas regras impostas caracteriza a vulnerabilidade das comunidades onde o tráfico está instalado (Arruda et al., 2011, Barros, Faria, 2011, Gomez, Meirelles, 2009).

O subsistema do tráfico é apenas uma pequena parte é a mais frágil da rede do tráfico, os grandes empresários da droga aproveitam das condições de miséria para recrutar mão de obra barata e que pode ser facilmente substituída. Estes jovens, trabalhadores do tráfico, são muitas vezes penalizados como traficantes, não havendo a consideração que muitas vezes de que estão correndo risco e são explorados (Rocha, 2013). E a atenção exacerbada para a criminalização do tráfico varejista acaba por desviar o foco da opinião pública dos grandes empresários das drogas, que trabalham com a com a importação, exportação, o atacado e a lavagem de dinheiro (Neves, Vianna, 2011).

Os motivos que podem levar a saída dos jovens das quadrilhas do tráfico são o apoio de grupos religiosos, incapacidade física e problemas psicológicos devidos torturas ou traições, medo de morrer, além da frustração em relação aos ganhos econômicos e falta de destaque no tráfico, sendo este último visto como o motivo principal. Sair desta estrutura não é fácil, requer apoio de alguém respeitado na comunidade para que o chefe aceite a saída, não podendo ter nenhum tipo de dívida com o tráfico, nem moral e nem financeira. As condições para sair dependem do tipo de facção, algumas com regras mais rígidas e outras mais flexíveis, sendo esta ruptura e reinserção à vida comum um processo lento, complexo e sofrido (Gomez, Meirelles, 2009).

Apesar de ser uma atividade onde predomina os homens, as mulheres também se inserem para obter reconhecimento e status social, mas são destinadas a trabalhos



considerados secundários e inferiores nesta estrutura. (Barcinski, 2009 apud Cortina, 2015). A autora Cortina (2015) aponta que os motivos mais citados pelas mulheres em cárcere que as levaram a se inserirem no tráfico foram a necessidade de sustentar seus filhos e a dificuldade de inserção ao mercado de trabalho formal, tendo o tráfico como fonte de renda. Estas mulheres são jovens, mães de mais de um filho, com baixa escolaridade, pobres, com relatos de abuso de drogas e também são chefes de famílias. Estes índices têm relação com a “feminização da pobreza”, expressão da socióloga americana Eleanor Miller (1986), citado no artigo.

Os dados encontrados assemelham-se com outros estudos desenvolvidos com populações em confinamento. Na pesquisa de Cavalcanti, Costa, Medeiros, Oliveira (2013), o perfil das detentas eram de mulheres também mães (82,4%), sem relação conjugal (54,2%), a maioria não completou o ensino fundamental (59,6%), e grande parte dos casos tinha ido parar lá devido o tráfico de drogas (41,5%). Outros fatores identificados neste estudo é que a situação de pobreza e exclusão facilita o encarceramento.

A ausência da paternidade apareceu nas pesquisas como um agravante que aumenta a vulnerabilidade das crianças e das mulheres. Os pais possuem apenas o dever de pagar as pensões alimentícias, quando assumem os filhos, destinando às mulheres o dever do cuidado, educação e afeto de sua prole, fazendo com que estas sejam chefes de famílias (Cortina, 2015; Cavalcanti et al., 2013; Zeitoune, 2009 ; Cordeiro, Costa, 2008). Os jovens entrevistados na pesquisa feita por Gomez, Meirelles (2009), ex-trabalhadores do tráfico, em sua maioria, relataram a ausência de seus pais em suas vidas, que para eles, acarretam na perda significativa na construção de suas identidades. Este fator é comum em toda realidade brasileira, onde o número de crianças sem o registro paterno é alto, o que viola o direito à convivência familiar dos/as filhos/as, negligenciado pelos pais, sendo estes desertores de seus deveres (Cortina, 2015).

Outro fator que aparece nos estudos foi a associação de pobreza com uso de drogas (Epele, 2012; Gomez, Meirelles, 2009; Martins et al., 2008; Cortina, 2015; Zeitoune, 2009). O uso de drogas ilícitas, segundo Cortina (2015), apesar de causarem danos à saúde, é usado para gerar prazer aos que consomem, e em muitos casos causam uma severa dependência. Para Martins e colaboradores, (2008), a pobreza foi considerada um fator de risco, e as famílias que vivem nesta condição são vulneráveis ao uso e abuso de álcool e outras drogas. Sendo o consumo de álcool visto como um grave fator de risco para o adoecimento e morte em todo mundo. Neste estudo, apontou que o uso de álcool (78,6%), tabaco (74,3%) e outras



drogas (32,9%) possuíam valores elevados nas famílias que vivem no contexto de extrema pobreza.

Estes dados são preocupantes, pois o uso destas drogas agrava problemas psicossociais e ainda possui o fato de que a manutenção da dependência pode agravar os problemas financeiros, o que causa um impacto sobre outras despesas com a sobrevivência da família, como educação e alimentação. A dependência das drogas, além dos problemas financeiros, pode acarretar em uma instabilidade emocional (Martins et al., 2008).

Em uma pesquisa feita com mulheres, que vivem no contexto de álcool, drogas, violência e pobreza, que agrediram seus filhos, mostra que, segundo os relatos delas, suas vidas foram marcadas por uma instabilidade emocional cauda no âmbito familiar, e também a presença dos mesmos fatores citados acima em suas infâncias, se tornando um ciclo de violência em suas vidas (Bittar, Nakano, 2011). Nos relatos da pesquisa de Zeitoune (2009), feita com alunos que cumprem medida sócio-educativa, em que a maioria dos entrevistados vivia em situação de pobreza associada com as drogas (tráfico ou uso), a maioria dos meninos não possuíam vínculos afetivos.

Para Bardi e colaboradores (2014), a inserção das drogas na vida de jovens pobres é devido a uma visão estreita, por causa da necessidade de trajetórias de vida mais favoráveis para eles, marcada pela desigualdade social, e a droga é um fator entre outros em seus cotidianos. Não são só as drogas que os tornam vulneráveis, mas principalmente as dificuldades de acesso aos direitos e violação destes, e também questões de fundo estrutural de nossa sociedade intensificam a vulnerabilidade.

Em uma pesquisa feita em uma penitenciária em Santa Catarina, revelou que o perfil das 35 mulheres entrevistadas era na sua maioria desempregados antes de serem presas, possuíam escolaridade baixa, e também um histórico de abuso de drogas. Os dados da pesquisa revelaram o cárcere devido ao crime de tráfico associado com indicadores de vulnerabilidade social, desemprego, baixo grau de escolaridade, histórico de abuso de drogas, e ainda serem as únicas responsáveis pelos filhos (Cortina, 2015). Outra pesquisa em cárcere (Cavalcanti et al, 2013), também mostrou que o tabaco era utilizado pela a maioria das participantes, o que contribuía para o adoecimento, sendo que a maioria tinha baixa renda. E os ex-trabalhadores do tráfico entrevistados na pesquisa feita por Gomez, Meirelles (2009), a maioria declarou que fazia uso regular de maconha, cocaína ou loló, quando envolvidos no crime, sendo que uma grande parte ainda consumia.



No estudo de Martins, Pillon, Santos (2008), os autores sugerem que as intervenções socioeducativas feitas nas comunidades, indicam que os fatores de riscos e proteção devem ser os principais focos das estratégias preventivas, sendo a família e a redução de danos o melhor caminho para prevenir. Além disso, o autor chama a atenção que a maioria das famílias entrevistadas relata pouca informação sobre drogas, o que torna claro a necessidade de mais programas educativos voltados para atender essa demanda.

Os autores Bardi, Malfitano, Pereira (2014), destacam a necessidade de saberes e tecnologias que sejam eficazes para contribuir com o cuidado de usuários de álcool e outras drogas que precisam de uma intervenção clínica. Desta forma, para que tais pessoas possam acessar os serviços de saúde e encontrem possibilidades de tratamento, e os que fazem o uso mais intenso das drogas, é necessária uma reflexão sobre a melhor intervenção, e qual o papel dos serviços de saúde, prezando a intersetorialidade. Além disso, é preciso um debate que contribua para a atuação sobre os caminhos e direção do direito e cidadania de todos, incluindo os jovens usuários de drogas.

O autor Rocha (2013), aponta que é preciso de uma atuação de diferentes áreas, principalmente no campo sócio jurídico, visando uma atenção maior para a vida dos adolescentes que se envolvem com a criminalidade, principalmente, os que são explorados pelo narcotráfico, que precisam de proteção, e não de serem presos. Estes jovens precisam de uma rede de proteção social, fora da comunidade, que possa ajudá-los na busca da cidadania (Gomez, Meirelles, 2009). A situação pode ser revertida, segundo Moreira e colaboradores (2003), desde que o estado encare esta situação como prioridade e articule políticas públicas. Desta forma, deve haver uma pressão por parte da sociedade civil organizada sobre o poder público, para que se mobilize e sensibilize a aprovação de iniciativas de promoção, desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados da revisão, é possível observar que há uma ausência por parte do Estado em relação à garantia de direitos e cidadania para a população mais pobre. Como acesso a saúde, educação, alimentação, dentre outros. Além disso, o mercado de trabalho oferece poucas opções para geração de renda.

As escolhas escassas do mercado de trabalho, dentre outros fatores contextuais, têm tendência para que a inserção no tráfico de drogas, como trabalho informal, seja uma alternativa de atividade geradora de lucro e também de identidade para estes indivíduos.



É possível observar pelos dados da revisão feita, que esta inserção pode ser também consequência dos interesses de grandes empresários do tráfico, que utilizam da pobreza e da falta de opções a favor deles. Para estes empresários, a exclusão social desta população a torna uma mão de obra barata e facilmente substituída.

Além disso, as medidas repressivas são seletivas em nossa sociedade, com distinção de classe social e cor, sem olhar o contexto. A guerra às drogas é uma guerra contra pessoas, onde a criminalização da pobreza e a proibição das drogas, são fatores políticos e ideológicos usados como controle social. E os discursos reproduzidos na sociedade depreciam os jovens destes contextos, facilita na banalização de suas mortes e intensifica a luta de classes.

Em relação ao uso das drogas, nos contextos de pobreza, há um aumento da vulnerabilidade. A dependência das drogas agrava problemas psicossociais somados à dificuldade de acesso e violação dos direitos. As drogas geram prazer aos que consomem e também é utilizada como tentativa de amenizar o sofrimento causado pelas frustrações da realidade. Além de ser de fácil acesso para os moradores que vivem aonde o tráfico foi instalado.

Considerando a importância do tema, sugerem-se novos estudos com intervenções sejam feitas para a resolução dos problemas apresentados. É necessário que se estude e aplique novas políticas públicas que sejam mais eficazes, tanto para a prevenção como para o tratamento, principalmente no campo sócio jurídico, visando assim à integralidade e à multidisciplinaridade. E ressaltamos a importância de que medidas sejam criadas para contextualizar e conscientizar a população sobre o cenário atual que envolve a pobreza e as drogas, em busca de um apoio social maior, e assim evitar que discursos errôneos e distorcidos sejam passados pela mídia e reforçados pelo resto da população.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, M. D. O processo de alcoolização entre os Pankararu: um estudo em Etnoepidemiologia (tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2002.

ALBUQUERQUE, C.; de NORONHA, J.C.; ZALUAR, A. Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional? *Caderno Saúde Pública*, 10(1), 213-217, 1994.

ARRUDA, A.; FERREIRA, R. S.; RODRIGUEZ, A. Representações sociais e território nas letras de funk proibido de facção. *Psicologia em Revista*, 17(3), 414-432, 2011.



BARDI, G.; MALFITANOC, A. P. S.; PEREIRA, P. E. Juventude, drogas e a desconstrução de paradigmas estabelecidos. *Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22 (E), 49-60, 2014.

BARROS, M. B. A. et al. Percepção dos problemas da comunidade: influência de fatores sócio-demográficos e de saúde mental. *Caderno Saúde Pública*, 23(5), 1089-1097, 2007.

BARROS, V. A.; FARIA A. A. C. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Revista Psicologia & sociedade*, 23(3), 536-544, 2011.

BITTAR, D. B.; NAKANO, M. S. Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicod dependentes no contexto da família de origem. *Revista Texto Contexto Enfermagem*, 20(1), 17-24, 2011.

CAPISTRANO, F. C. et al. Perfil sociodemográfico e clínico de dependentes químicos em tratamento: análise de prontuários. *Revista Esc Anna Nery*, 17 (2), 234-241, 2012.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Revista Outubro*, 6, 115-128, 2002.

CAVALCANTI, A. et al. Perfil epidemiológico de presidiárias no estado da Paraíba-Brasil: estudo descritivo. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 12(4), 892-901, 2013.

CORDEIRO, D.; COSTA, E. A. P. “Meninas”: vidas em devir nos circuitos de vulnerabilidade social. *Fractal Revista de Psicologia*, 20(1), 77-88, 2008.

CORTINA, M. O. C. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, 23 (3), 761-777, 2015.

D’ELIA FILHO, O. Z. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro, RJ, Editora Reavan, 2008.

DOWDNEY, L. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no rio de janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Sete letras, 2003.

EPELE, M. Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização. *Revista Mana*, 18(2), 247-268, 2012.

FURTADO, E.; RONZANI, T. Estigma social sobre o uso de álcool. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 59(4), 326-332, 2010.

GOMEZ, C. M.; MEIRELLES, Z. V. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5), 1797-1805, 2009.

KANTORSKI, L. P.; MIELKE, F. B.; SOUZA, J. Vínculos e redes sociais de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas sob tratamento em CAPS AD. SMAD. *Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 2(1), 2006.

KANTORSKI, L. P.; SOUZA, J. Embasamento político das concepções e práticas referentes às drogas no Brasil. SMAD. *Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 3(2), 00, 2007.



LIRA, S. V. G., et al. Exposição à violência entre adolescentes de uma comunidade de baixa renda no Nordeste do Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 18(5), 1273-1282, 2013.

MARTINS, M.; PILLON, S. C.; dos SANTOS, M. A. Percepções de famílias de baixa renda sobre o uso de drogas por um de seus membros. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16(2), 293-298, 2008.

MOREIRA, M. R.; NETA, O. C.; SUCENA, L. F. M. Um olhar sobre condições de vida: mortalidade de crianças e adolescentes residentes em Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, 19(1), 161-173, 2003.

NASCIMENTO, A. B. Uma visão crítica das políticas de descriminalização e de patologização do usuário de drogas. *Psicologia em Estudo*. 11(1), p. 185-190, 2006.

NEPOMUCENO, B. B.; XIMENES, V. M. Pobreza e saúde mental: determinações do processo saúde-doença de usuários de CAPS no nordeste do Brasil. *Psicologia e Saúde Pública: Desafios e contribuições* (pp.95-123). Juiz de Fora, MG: UFJF, 2013.

NEVES, C. E. A. B. N.; VIANNA, P. C. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do *Racismo de Estado*. *Revista Estudos de Psicologia*, 16(1), 31-38, 2011.

ROCHA, A. P. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. *Revista Serviço Social & Sociedade*, (115), 561-580, 2013.

SOUSA, N. (2008). Atuação em rede de proteção social. *Revista SBPH*, 11(2), 73-87.

WACQUANT, L. *Do Estado caritativo ao Estado penal. Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2007.

ZEITOUNE, C. M. Ética, lei e responsabilidade - Considerações sobre atendimento clínico aos adolescentes em conflito com a lei. *Revista Eletrônica do Núcleo Sephora*, 8 (4), 2009.



CAPÍTULO 15

CIBORGUE NÃO VAI AO DIVÃ⁴⁰

Vanderson Ronaldo Teixeira
Patrícia Maria Weffort

RESUMO

O presente escrito é um primeiro ensaio sobre o futuro do presente, dado que nos propomos a investigar o *sentido* e a *gênese* de uma figura, um conceito, uma ideia, um espectro que ronda a contemporaneidade, ou melhor, uma entidade que seduz e encanta, na mesma medida em que amedronta, a entidade em questão é *ciborgue*, termo cuja origem etimológica nasce nos anos de 1960, quando dois pesquisadores sobre as viagens espaciais criam em laboratório, de uma hibridização entre uma bomba osmótica e um camundongo - *ciborgue* (*organismo cibernético*), cunhado pelos médicos Clines e Kline, para definir um híbrido entre máquinas cibernéticas e organismos. Depois dos ratos de laboratórios foi a vez da hibridização entre a cibernética e os humanos, e *ciborgues* humanos atualmente estão por toda parte, conforme apontam as mais variadas pesquisas, destacando que para tal amplitude e existência, o próprio termo e definição ganharam contornos substancialmente abrangentes, flexíveis e mais condescendentes do que aqueles pensados por Clines e Kline. Neste recorte, o *móvil* de nossa investigação são as questões subjacentes aos híbridos *ciborgues* humanos. Isto por que, nesta hibridização, é altamente perceptivo que com a convivência e com a existência de *ciborgues*, chegamos ao limite da fronteira antropológica, nesta entidade, a subjetividade e a autenticidade se tornaram ainda mais problemáticas e uma investigação sobre *ciborgue* exige uma ampliação do que a epistemologia, a antropologia e a filosofia fornecem e forneceram enquanto método de compreensão do “humano”, agora o método deve abarcar uma *ciberontologia* e para tal empreitada, escolhi me apropriar dos métodos presentes nas obras de Benanti e Simondon com o intuito de criar um **método de decodificação** capaz de compreender as novas (e velhas?!) formas *ciborgues*, mais ainda, pretendo com este novo procedimento lançar luzes as questões da autenticidade, da subjetividade e dos problemas éticos, políticos, educacionais, econômicos, etc., que surgem no momento em que estes entes entram em cena na vida corriqueira, realizando com eficiência, produtividade e a custos significativamente baixos (a médio e longo prazo), aquilo que outrora, com gastos, perdas e lentidão, os humanos “puros” realizavam e realizam. Estas entidades que podem produzir ininterruptamente, ameaçam diversas classes de trabalhadores (e atividades) e como podem viver, produzir e quiçá — reproduzirem —, sem dor, sem sensações, sem afetos e por controle (interno e/ou externo), é importante saber como lidar com elas e, se acaso formos *ciborgues*, acreditamos ser fundamental saber quem está/estará na central de comando, se nossa mente humana ou um algoritmo, e então poderemos responder sobre os sentidos *ciborgues*.

PALAVRAS-CHAVE: ciborgue. Autenticidade. Subjetividade. Decodificação. Ciberontologia.

40 CAPES.



INTRODUÇÃO

*Existirmos, a que será que se destina?
Pois, quando tu me deste a rosa pequenina,
vi que és um homem lindo e que se acaso a sina,
do menino infeliz não se, nos ilumina,
tão pouco turva se a lágrima nordestina,
apenas a matéria vida era tão fina.*
Caetano Veloso

Desde a aurora da humanidade, três questões cruciais são propostas para adentrar no universo da filosofia, quais sejam, quem sou? De onde venho? E para aonde vou? As questões derivadas destas geram as demais categorias de conhecimentos e quaisquer investigações que contornem estas questões elementares, se tornam em investigações capengas, haja visto que saber sobre o começo, o meio e o fim de nossa História é o grande desafio reflexivo por excelência e quem foge a isso, foge ao que caracteriza a filosofia.

Entretanto, na contemporaneidade além de filosofarmos sobre nós, seres humanos em nossas origens e fins, advém a figura *ciborgue*, um híbrido (homem-máquina), que não é uma novidade da contemporaneidade - a humanidade traz em seu imaginário desde os primórdios, relatos e a fixação por seres quiméricos -, a novidade agora é que não estamos mais no campo da mitologia ou da ficção científica, *ciborgues* estão por todas as partes e graças as suas partes humanas queremos saber se é possível e se faz sentido as três questões, agora reformuladas para estes híbridos: quem é (somos)? de onde vem (viemos)? Para aonde vai (vamos)?

De Hefesto-Zeus (*Talos - Íchor*) até Da Vinci (*Cavaleiro Alemão*), de M. Shelley (*Frankenstein*) até F. Nietzsche (*Übermensch*) a humanidade sonhou e sonha com a superação da condição humana (não morrer, não envelhecer, não sofrer, etc.) através da criação de *entes superiores*, algumas vezes com bons propósitos e outras vezes não, tudo dependente das intenções do deus ou deusa, do artista ou da artista, do literato ou da literata, do filósofo ou da filósofa e na atualidade, do programador ou da programadora, bem como, da autonomia e da automatização das *entidades*.

Os dispositivos e as *interfaces* (especialmente advindos das Tecnologias da Informação e da Comunicação) para a eficiência, para a produtividade, para o controle e para a vigilância (especialmente controle e vigilância) fogem aos modelos apresentados e difundidos nas ficções científicas, o que causaria ruídos se nos deparássemos com *ciborgues* cinematográficos ou literários (*Robocop, Homem de ferro, Darth Vader*), mas, sua sutileza e sedução nos envolveu e envolve de uma forma tal, que talvez não consigamos mais resistir



aos acoplamentos, implantes e hibridizações ou mesmo perceber que neste processo, deixamos nossa humanidade e nos tornamos *ciborgues*, pena que sem os super-poderes!

Exemplos destes aparatos de tecno-vigilância e controle se multiplicam em nossa vida cotidiana, aparelhos que criam os mais variados *dashboards*, dos números de passos dados em um dia, ou em um período específico até a localização dos lugares que vamos, do gasto calórico aos acessos dos sites, plataformas ou pagamentos de contas, tudo é controlado em nome da segurança, da comodidade e consentido por cada um de nós que naturalizamos o uso de todo tipo de objeto tecnológico e informativo, tanto dos mais “banais” como *smartphones* até as mais sofisticadas *wearables* (tecnologias vestíveis), criando *ciborgues* sem pavores ou denunciando teorias da conspiração, bem como, elaborando teorias escatológicas sobre tais artefatos e seus usos para dominar e exterminar a espécie humana.

Nos últimos anos, depois da criação e propagação do termo *ciborgue* (CLARK, 2003; HARAWAY, 1989; BENANTI, 2016), atrelados aos desenvolvimentos de inteligências artificiais (DEEP BLUE, WATSON, ALPHA GO (ZERO), SIRI, ALEXA, GOOGLE ASSISTENTE), nanotecnologias, hibridismos, automatismos (TESLA), *machine* e *deep learning*, vemos os anseios (e as angústias) da humanidade irromperem através de um culto incessante e uma incitação aos sonhos (pesadelos) ciborguianos, que se projetam nos algoritmos de empresas como FACEBOOK, GOOGLE, MICROSOFT, IBM e nos alertam para os problemas que teremos e temos que lidar hoje e amanhã (BENANTI, 2016; HARARI, 2015) e em grande parte, pouco ou nada sabemos sobre a ontologia, os mecanismos, seu funcionamento e a intenções destes *entes*.

As reflexões e as pesquisas (BENANTI, 2016; SOUZA, 2018; HARARI, 2015) nestas áreas apontam para questões inevitáveis e incontornáveis, partindo das formas como os algoritmos estão sendo escritos, os dispositivos acoplados/implantados/mixados e as máquinas inteligentes programadas, até as suas consequências nos campos da ética, da política, da educação, das artes e da cognição, no mínimo.

Na obra *La condizione tecno-umana* de Paolo BENANTI (2016) há uma investigação entre a antropologia e a tecnologia dos artefatos em sua *natureza* fenomenológica onde o mesmo destaca como sendo esta a sua preocupação de investigação, há nesta obra uma preocupação com a **natureza** dos artefatos em si, suas interações e consequências (éticas) no mundo dos homens, dado este recorte, vemos a chance de ampliar o campo de discussão e reflexão sobre ciborgues.



[...] À luz dos elementos que surgiram e da *natureza* do fenômeno tecnológico, será possível delinear e aprofundar o que significa para o homem esta relação única e singular com o mundo que ocorre através do artefato tecnológico: o que definimos como a condição tecno-humana (c. 5). (BENANTI, 2016, p. 9).

Em outra perspectiva, há na obra de SIMONDON (2020) uma busca incessante pelo caráter *genealógico* dos artefatos tecnológicos, contudo, sua investigação se dá, concomitantemente à nascente *cibernética* e isso não lhe permitiu “decodificar” *ciborgues*, deixando espaço para reflexão, e sobre os autômatos (máquinas inteligentes), o autor não previa o desenvolvimento das *Machine Learning e da Deep Learning* as quais são objetos de análise de contemporâneos a BENANTI e a nós, todavia o autor aponta para a necessidade da reflexão e da educação tecnológica.

[...] A separação entre a educação do adulto e a educação da criança, no domínio da tecnologia, corresponde a uma diferença na estrutura dos dois sistemas normativos e, em parte, a uma diferença entre os resultados. A consequência é que, até agora, persiste um intervalo, que não pode ser transposto, entre a tecnologia pedagógica e a tecnologia enciclopédica [...] (SIMONDON, 2020, p. 171).

Frente a este panorama e recorrendo à obra de G. SIMONDON (*Du Mode d’Existence des Objets Techniques*), acreditamos termos encontrado uma forma de nos inserirmos no debate para apresentarmos significativas contribuições para ampliar as discussões, nem fictícias e nem escatológicas, mas, compartilhando uma **forma de filosofar** sobre os artefatos tecnológicos que satisfaçam tanto as questões sobre os seus **significados e sentidos**, quanto também permitam-nos conhecermos estes *entes* em suas essências e possíveis consequências, esta forma que definimos por **decodificação** se assenta na seguinte passagem:

[...] Ficamos mais perto da invenção quando tentamos compreender o dispositivo (...) por meio de engrenagens, (...) do que quando lemos as passagens mais eloquentes relativas à sua genialidade (...). (SIMONDON, 2020, p. 173).

Evitando anacronismos ressignificamos a *forma metodológica da filosofia* de SIMONDON para **decodificar** os artefatos tecnológicos investigados por BENANTI, com a pretensão de encontrar **novos sentidos** para ampliarmos as reflexões sobre *ciborgues* e máquinas inteligentes na busca pelas respostas sobre as origens e fins destes híbridos.

[...] Adquirir cultura é atualizar analogicamente os esquemas humanos reais, ocupando-se somente em caráter secundários das agitadas repercussões que uma invenção ou uma publicação tiveram entre seus contemporâneos, porque elas são prescindíveis, ou, pelo menos, só se pode apreendê-las tendo como referência o pensamento original, a invenção em si [...] (SIMONDON, 2020, p. 173).

ENSAIO

*Põe um aparelho no seu dente, Coloca a argola na orelha,
Depois põe esse piercing na tua língua, Injeta silicone no teu peito,
Faz uma porção de tatuagem, Encosta na tua pele ferro quente,
Imprime no teu corpo uma palavra, E põe um parafuso na cabeça.
Faz uma trepanação no cérebro, Puxa, corta, rasga e aberta.*



*O teu sexo, o teu sexo. Faz um peeling, põe um marca-passos,
Se mutila todo e fica vesgo, Introduz um córneo na tua testa
E põe um parafuso na cabeça.*

Parafuso Na Cabeça
Rogério Skylab

No princípio era o animal, o bicho que vivia como bicho, fodia como bicho, alimentava-se como bicho, andava como bicho, e eis que esse bicho vira homem, por necessidade, por aleatoriedade, por vontade; as razões e as causas nos são desconhecidas, investigamos, especulamos, conjecturamos, mas, o esclarecimento definitivo sobre a origem ainda não está disponível e com o advento *ciborgue* a questão ontológica ganha novos contornos.

O presente ensaio é uma tentativa de evidenciar as questões sobre *ciborgues*, esboçando uma especulação **ciberfilosófica** (ou **ciberontológica**), visando definir, situar, delimitar os problemas sobre as origens e fins da taxonomia *ciborgue*, buscamos estruturar esse passo seguinte, qual seja, a efetivação de uma nova categoria racional, que desde o século passado surge como problemática, estranha, assustadora e, em simultâneo, fascinante, a figura *ciborgue*.

Ciborgue pode ser tanto um híbrido entre animais não humanos e máquinas, quanto híbridos tecnológicos humanos-máquinas. Existem posições que sustentam que o uso de medicações já nos fazem *ciborgues*, bem como há autores que defendem que nascemos *ciborgues* (os estudiosos da mente estendida).

E aqui começa nossa jornada. O humano sofre, tem vontades, é confuso, ineficiente, fraco, preguiçoso, finito. As máquinas são eficientes, objetivas, infinitas. A mixagem entre humano e máquina cria uma taxonomia, o híbrido que não sente dores (elas serão extirpadas na programação, nas ligações entre silício, cabos de força, circuitos, placas de vídeo e som, de lentes de captura de imagens e de reconhecimentos faciais, de fibras, de aço carbono, de grafeno, e entre *chips* e implantes), tudo que é humano pode ser configurado para não se manifestar, visto que o axioma da contemporaneidade é codificado sob os signos de eficiência, controle, produtividade.

O homem se atrai, se apaixona, se deprime, se entristece, se enfurece, mata, morre, violenta, esquece, vibra, persegue, defeca, enjoa, pare, dorme, come, ou seja, consome seu tempo e sua energia vital em atividades humanas, demasiadas humanas, diminuindo a produtividade e em muitas destas atividades, faz isso sem controle, sem vigilância, o que para



a sociedade da tecno-vigilância, do controle total, da eficácia e da otimização do tempo, causa muitas perdas de cifras, o que é um pecado capital.

Ao contrário disso, *ciborgue* não sente, não se distrai, não perde produtividade, não vibra, não se apaixona, não tem vontades, ou vaidades, ou fugas... isso torna sua emergência urgente no mercado, pois, no cálculo, é eficiência e alta performance ininterrupta.

Ciborgue não tem crises existenciais, não sofre com as oscilações das bolsas de valores, com os preços de alimentos orgânicos e em um futuro próximo, apenas as fontes de energias renováveis, como as eólicas e as solares, lhes bastarão, então, essa categoria será a realidade do mundo.

Mas, *ciborgue* tem algo humano, por princípio e por definição há algo orgânico na hibridização, e a questão é: quem será a parte controladora?

Até o presente, a inteligência que comanda *ciborgues*, é a inteligência humana, das extensões por memórias armazenadas em dispositivos e discos rígidos (HD), aos implantes, acoplamentos e exoesqueletos, existem humanos na função central, mas, até quando?

Já é possível nestas hibridizações, desligar o centro nervoso, ou ao menos inibir todas as sensações através de *nanofármacos* (SOUZA FILHO, 2017), isto quer dizer que podemos codificar, desde o ventre, os organismos que serão *ciborgues*, a não sentirem, não serem humanos. Aliás, precisaremos de ventres? Nossas hibridizações começam cada dia mais cedo, as crianças se acoplam e estendem suas interações com o mundo por aparatos, dispositivos e *interfaces*, mas, para o mercado, teremos apenas híbridos adultos?

Poderemos ter uma prole ciborgue? Se a mente, em que pese o que significa definitivamente em termos humanos, ainda é a parte orgânica controladora, cheia de limitações, então, não será mais oportuno, um *chip* para melhorar seu desempenho? Ainda é impossível tal implante, mas, eliminando ou inibindo as sensações do cérebro e do corpo humano, tal ente já se torna mais produtivo, dado que por não sentir, não afetar e não ter afetos, se tornará mais eficiente e indiferente.

Neste momento de transição e consolidação *ciborgue*, pouco sabemos o que são de fato estes *entes* e, neste cenário a filosofia, através de novos métodos, deve refletir e decodificar a totalidade *ciborgue*, tanto no outro, como em nós mesmos, considerando que estamos nos hibridizando de forma irreversível.



Precisamos de novas ferramentas materiais e conceituais para lidar com estes *entes*, que de humano trazem algo em sua "essência" (em certa medida somos nós estes híbridos), precisamos de novos instrumentos para decodificarmos tais *entidades* e dar-lhes o devido estatuto ontológico (**ciberontológico**).

Os métodos filosóficos desenvolvidos ao longo da história da humanidade foram criados para lidar com questões filosóficas humanas, então, servirão estes para compreender *ciborgues* e criar as resistências à sociedade do controle e das tecno-vigilâncias em suas dimensões e questões éticas, estéticas, políticas, econômicas, psíquicas, educativas, jurídicas? Será que necessitamos de novos métodos de compreensão, de análise e de intervenção para compreendermos o **sentido** *ciborgue*?

Diante de tal realidade, acreditamos na exigência metodológica de resistência e tomada de consciência, por isso é que propomos um novo método, um passo e uma contribuição para a filosofia, para a humanidade "pura" e para *ciborgues* com a mente humana ativa, sem inibições sensoriais, exclusões ou programações, uma forma de manter a resistência e o controle em nossas mãos, para podermos rir e chorar, sofrer e vibrar, amar e desprezar, foder e defecar, criar e destruir, gozar e dormir, como humanos, demasiados humanos.

O método que propomos segue a lógica das mixagens, ou seja, é um **Método de Decodificação (decifrar/dissecar)** construído a partir das contribuições teóricas de Paolo BENANTI (e sua **domande di senso** presente na obra *The cyborg*), de Gilbert SIMONDON (e sua "arqueologia" ou **modos de existência dos objetos técnicos** presentes na obra *Du mode d'existence des objets techniques*).

Neste método, além de **desmontar** os objetos técnicos que compõem as estruturas máqunicas, fazendo uma verdadeira anatomia, dissecação do "homem-máquina", também precisamos *hackear* o programa, decodificar as linguagens de programação, para conhecer e para alterar (adulterar, aprimorar) a "mente" *ciborgue* e seus algoritmos.

Não podemos permanecer no discurso de que *hackear* é uma ação imoral, ilegal, não, essa é uma das faces do *hacking*! Os algoritmos escritos para eliminar as dores, as vontades, o humano que existe em *ciborgue* não nos são acessíveis, as programações e os nanofármacos são produtos ininteligíveis, por isso, temos que decodificar, decifrar, *hackear*.

Se nos últimos 2000 anos aproximadamente, as questões filosóficas lidavam com a dimensão ontológica, agora que vemos o nascimento sem pai, sem mãe, sem parto, sem dores de *ciborgues*, a dimensão filosófica passa a ser outra?!



Qual(is) método(s) utilizar? Faz sentido análise, faz sentido esquizo-análise, fenomenologia, hermenêutica, maiêutica, dialética, estruturalismo, analítica?

Defendemos um binômio paradoxal, ou seja, acreditamos que não, não se estes métodos forem utilizados isolados e tendo como objeto de estudo o humano, e, por outro lado, acreditamos que sim, sim se fizermos com estes métodos o mesmo que fizemos para criar *ciborgues*, ou seja, **mixando** e extraindo dos métodos todos os mecanismos que nos permitam decodificar (decifrar/dissecar) os elementos que compõem *ciborgues*, para encontrarmos o sentido destes entes.

A seguir apresentamos um exemplo rudimentar dos procedimentos que estruturarão nosso **método**; decodificaremos uma pulseira inteligente, poderia ser a coleira ou a tornozeleira eletrônica (DELEUZE, 1990):

Começando pela decodificação física (mecânica):

Desmontar a pulseira.

- Separar a silicone da caixa (metal ou plástico);
- Extrair da caixa a CPU, o visor (de plasma ou LCD).
- Separar o circuito interno da CPU.
- Retirar os ponteiros ou botões de acionamento.
- Retirar as borrachas dos botões.
- Catalogar as origens dos materiais.

Decodificação química.

- De que cada elemento é feito?

Decodificação ambiental.

- Como é o processo de extração dos elementos químicos?
- A produção afeta o meio ambiente de que forma?
- Existem alternativas?

Decodificação biológica.

- Quais as estruturas e funções inorgânicas?
- Quais as estruturas e funções orgânicas?

Decodificação econômica.

- 
- Qual o modelo de produção/manufatura?
 - Quem é a mão-de-obra e quais suas condições existenciais?

Decodificação sociológica.

- Quais as relações/condições de trabalho?
- São processos opressores?

Decodificação filosófica

- No acoplamento, qual a natureza deste ente e como amplia/altera o humano?
- Quais os códigos éticos da empresa que coleta, armazena e manipula os dados e as informações produzidas por *ciborgue*?

Decodificação psíquica

- Quais estados mentais/comportamentais são gerados neste acoplamento?

Decodificação jurídica

- Uma agência de saúde pode negar um plano, baseada nos dados coletados deste híbrido?

Considerando a novidade *ciborgue*, a atividade reflexiva deve ser *ciberfilosófica*, o tratamento e as investigações sobre as origens e fins de ciborgues, deve ser erigido em uma busca *ciberontológica*.

Destacamos que o método está em desenvolvimento como tese de doutorado, ainda estamos na etapa de compreensão dos operadores teóricos elencados anteriormente, quais sejam, pesquisando a *gênese dos objetos técnicos* de SIMONDON como um método de **decodificação** da entidade (do objeto-sujeito) *ciborgue*, através da *domande di senso* que BENANTI propõe para compreender *ciborgue*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Sentado diante da tela,
o indivíduo tem intercâmbios
com seus amigos cibernéticos
do mundo inteiro, faz pesquisas em banco de dados
ou dialoga durante horas com interlocutores
espalhados no espaço,
sem se preocupar com as fronteiras.*

**Adeus ao corpo
David Le Breton**



Acreditamos que uma **decodificação** *ciborgue* é um desafio filosófico necessário, visto que a sutileza dos acoplamentos, o controle oculto dos algoritmos e a sedução em nos conectarmos, acabam mascarando os problemas éticos, jurídicos, formativos, etc.

Uma investigação multidisciplinar para **decodificar** conceitual e fisicamente os dispositivos e artefatos, buscando o sentido de cada elemento, cada conjunto, seguindo da tomada de consciência de suas funções internas e posteriormente as funções, intenções e efetivações externas, suas articulações e interações sociais entre entes *ciborgues* e não *ciborgues* é necessária e possível, diante do cenário contemporâneo.

Enfim, defendemos ser na compreensão *ciberontológica* da totalidade das formas e dos conteúdos que tomaremos consciência do sentido *ciborgue* e, depois disso, poderemos acender um charuto, tragá-lo prazerosamente, voltar ao divã e refletirmos sobre a questão proposta na canção que serve de epígrafe ao ensaio, afinal de contas, "existirmos, a que será que se destina"?

REFERÊNCIAS

BENANTI, Paolo. **The cyborg**: corpo e corporeità nell'epoca del post-umano: prospettive antropologiche e riflessioni etiche per un discernimento morale, F. 288. 2011. 576 p.

_____. **La condizione tecno-umana**: Domande di senso nell'era della tecnologia. Edizioni Dehoniane Bologna, f. 75, 2017. 150 p.

_____. **Le Macchine sapienti**: Intelligenze artificiali e decisioni umane. Marietti 1820, f. 80, 2019. 160 p.

_____. **Oracoli. Tra algoretica e algocrazia**, f. 40. 2017. 80 p.

BRUNO, Fernanda (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

CORMEN, Thomas H. [et al.]. **Algoritmos**: teoria e prática, f. 463. 2011. 926 p.

CORMEN, Thomas. **Desmistificando algoritmos**. Elsevier Brasil, v. 2, f. 124, 2017. 248 p.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Editora 34, v. 1, f. 113, 1991. 226 p.

DOMINGOS, Pedro. **O Algoritmo Mestre**: Como a busca pelo algoritmo de *machine learning* definitivo recriará nosso mundo. Novatec Editora, f. 172, 2017. 344 p.

HARARI, Yuval Noah; GEIGER, Paulo. **Homo Deus**, f. 224. 2016. 448 p.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas, SP: Papyrus, 2013.



_____. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Desaparecer de si: uma tentação contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica: vicissitudes das ciências: cacofonia na física**, f. 68. 1962. 135 p.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Trad. Vera Ribeiro. Contraponto Editora, v. 3, 2021.

_____. **Du Mode d'Existence des Objets Techniques**. Editions Aubier. 2001. 336p.

SOUZA, Joyce. **A Sociedade De Controle: manipulação e modulação nas redes digitais**, f. 80. 2019. 160 p.

SOUZA FILHO, Moacir Pereira de. **Nanotecnologia Na Indústria Farmacêutica**. In: ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 21-76-8498. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/issue/view/88>. Acesso em 08/2021.

ZAFRA, Juan Manuel López; MATAS, Ricardo A. **Alquimia: Cómo los datos se están transformando en oro**. Deusto, v. 2, 2019.



CAPÍTULO 16

EDUCAÇÃO NO AMBIENTE PRISIONAL: UTOPIA FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

Larissa Alana Novaes
Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

RESUMO

O artigo busca problematizar a relevância na preocupação com a Educação no contexto prisional, visando apresentar a realidade do atendimento na reinserção do preso, conforme apresentada na Lei de Execuções Penais (LEP), entre outras legislações. Para tanto, elencamos analisar como se dá a garantia do direito do encarcerado à educação, na tentativa de ressocialização do indivíduo recluso por meio da educação e o trabalho. Outro ponto relevante que evidenciamos foram as contribuições do papel do pedagogo nesses espaços, analisando como agente de transformação, constatando as dificuldades que o professor e o educando/preso enfrentam na construção de conhecimento e aprendizagem. Dentre as principais constatações estão a percepção que a superlotação afeta diretamente a cedência estrutural das escolas no interior das prisões. Além disso, a escola e, por consequência o pedagogo, lutam por espaços com mais conhecimento e esperança, buscando a garantia do direito a educação e formação continuada aos profissionais que atuam nestes ambientes. O ambiente prisional, é um ambiente antagônico que discursa como objetivo ressocializar e emancipar o sujeito, mas que se estabelece como ambiente de submissão. Com isso, gera-se desigualdades e descaso no interior dessas unidades penais. Atenta-se para a função do educador na prisão, uma função muito difícil de ser exercida, com falta de apoio, desinteresse por parte dos órgãos públicos, dentre outras questões.

PALAVRA-CHAVE: Educação; Pedagogia Social; Prisão; Pedagogo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar como se dá a garantia do direito do encarcerado à educação, na tentativa de ressocialização do indivíduo recluso por meio da educação e o trabalho. Além disso, destacamos a função do pedagogo nesses espaços. Compreendendo como são as ações pedagógicas, dentro do âmbito prisional, calcadas nas Lei nº 7.210/1984 e Lei 12.433/2011, impactam na vida da pessoa privada de liberdade, sendo assim, visando que a educação prisional é um tema polêmico, porém tem pouca visibilidade, quanto às ações que acontecem nestes ambientes. Destacamos que, quando o debate se refere à pena de prisão, evidenciamos que a educação também trata de remir a pena nesse contexto. A remição, de acordo com Lei de Execução Penal (LEP), está pautada na diminuição da pena, portanto, quando a pessoa privada de liberdade frequenta as aulas da educação formal, participa de oficinas ou trabalha, se torna benéfico ao processo de liberdade.



Paiva (2007) ressalta sobre a importância de a educação ser emancipadora nesse contexto, pelo fato de o aluno preso ser discriminado, por não ter concluído os estudos no tempo adequado e pela sua condição de encarcerado. Para tanto, optamos como metodologia deste estudo, uma revisão bibliográfica sistemática e pesquisa de campo, com a finalidade de buscar resultados qualitativos, buscando soluções e pesquisar as formas pelas quais é ofertada esse ensino carcerário nos presídios paranaenses, o perfil desses presos, o trabalho realizado pelos pedagogos no interior das prisões e a garantia de formação continuada a esses profissionais.

A educação prisional ainda é um tema ausente a ser debatido dentro das graduações de licenciatura, percebendo a carência desse assunto, acreditamos que esse estudo contribuirá muito enriquecer os estudos na área de educação. Enfatizamos, que sobre os relevantes índices de superlotações, com isso, o pedagogo trava uma batalha árdua para semear o conhecimento e esperança, além dessa falta de estrutura, crescem os índices baixos de atendimento, as violações de direitos e a falta de capacitação para os profissionais dessa área, o que revela o distanciamento do Estado.

A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES PARANAENSES

O direito universal a educação

A proposta deste trabalho é apurar resultados, que revelem as violações de direitos humanos, que são os direitos básicos de cidadania, antes mesmo dos jovens, negros e pobres vindos de locais periféricos entrarem no sistema prisional, já são excluídos perante a sociedade. O encarceramento em massa, gera ainda mais exilados pelo Estado. Buscamos como foco o direito pela educação e a relevância do papel do professor nesses espaços, também é necessário expor que sistema penitenciário paranaense deve reter mais atenção e investir em políticas públicas que apoiem a ressocialização social do detento, vale contribuir a relevância da oferta de programas que fornecem a educação e o trabalho nos ambientes penais.

A Lei de Execuções Penais – LEP nº 7210 de 11 julho de 1984, decreta o processo que educação é retratada no Capítulo II – Da Assistência Educacional, nos artigos 17 ao 21, e deliberada sua oferta obrigatória nos ambientes prisionais (BRASIL, 1984)

DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL Art. 17 – A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18 – O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa. Art.19 – O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.



Parágrafo único – A mulher condenada terá o ensino profissional adequado à sua condição. Art. 20 – As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art.21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Com respaldo também na Constituição Federal, no seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito humano, é dever do Estado garantir isso a todos, indiferente da classe social ou etnia. O Estado tem a incumbência de impulsionar o avanço da sociedade, por meio das ações afirmativas de políticas públicas, dando garantia e acesso à saúde, educação, habitação e a proteção do trabalho.

Porém, as ações afirmativas são o caminho para inclusão, onde todos podem ter direitos, garantias e consigam deles usufruir. Essas intervenções são tentativas de corrigir um passado marginalizado e distinto, onde havia tantas diferenças e desigualdades. Cabe ressaltar, que, dentre os objetivos expostos pelas ações afirmativas das políticas públicas, o principal é a efetivação da igualdade de oportunidade, onde ponderamos que todos os reclusos após cumprir sua sentença, tenham a garantia de dar continuidade aos estudos e consiga melhores oportunidade de um emprego, não sendo discriminados por ser um ex-presidiário.

Sendo assim, podemos analisar as desigualdades sociais não somente no espaço privativo, mas na sociedade. Grande parte da sociedade não entende o porquê dessas garantias e direitos no sistema carcerário, com isso, surgem questionamentos, no sentido da existência de uma educação em prisões. Discutimos, ainda, se não conseguimos ter uma educação de qualidade na educação básica para as crianças e adolescentes, qual o propósito social de um investimento na educação para criminosos. Sabendo que as escolas de ensino público carecem de pecúnias e materiais de diferentes naturezas, para que adotar escolas da prisão com tais recursos? Se não retêm formação inicial e continuada para educadores que atuam na rede pública, para que investir na formação de professores para criminosos? Essas são algumas das perguntas que a sociedade questiona quando se fala de educação para reclusos. Mas, vale ressaltar que a educação, é um direito universal garantido por Lei, pela Constituição Federal de 1988, especificamente nos artigos 6º e 205º, não representando um privilégio. Cabe entender que a educação prisional não está excluída desse direito, conforme o art. 1º, inciso III, art. 5º, § 2º. Também há garantia da Lei de Execução Penal (LEP) 12.433/11, a qual afirma a garantia para o apenado à educação dentro da unidade penal, além da garantia internacional pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde direitos e garantias devem ser fundamentais para todo e qualquer indivíduo.



Carece, que sejam efetivadas as políticas públicas, a teoria explana um ensino qualificado posto no ambiente carcerário, a prática, porém, é totalmente o oposto, a situação do ensino no sistema de encarceramento no Brasil, não é muito justa, além da ausência de profissionais qualificados, contendo estruturas precárias.

Porém, ressaltamos que não pretendemos desviar o foco para acobertar os atos de violência praticados pelos aprisionados, mas, constantes violações de direitos humanos que os detidos têm dentro da cadeia. Pinassi (2009) traz uma observação mais abrangente, quando reitera que:

[...] durante a crise estrutural, o capital os expulsa pela porta da frente e os inclui pela porta dos fundos, sob as piores e mais precarizadas condições possíveis. Para eles inexistem leis a regulamentar limite de idade, jornada de trabalho, insalubridade. Aliás eles próprios inexistem para a sociedade, a não ser quando a ameaçam. Aí, concitados pela mídia sensacionalista e virulenta os ‘pacatos cidadãos de bem’ se tornam eles também muito perigoso, despertando sua ira para ressuscitar a pena de morte, o discurso da autoridade, da repressão. (PINASSI, 2009, p. 93)

Entretanto, a política do sistema punitivo retrata questões de consequência de uma sociedade capitalista que exclui e marginaliza grande parte de sua população, sendo essa discrepância que gera desesperança e violência. Foucault (1977, apud Silveira, 2003) esmiúça que as reais intenções dos administradores penais e das doutrinas penitenciárias não estão voltadas para a formação do homem e, muito menos, para a retribuição à vítima, mas, para o principal problema da sociedade capitalista: a ociosidade, criada pela própria forma de organização da sociedade de classe. Uma pequena parte da população, fica cada vez mais rica e a outra grande maioria carece de direitos e igualdade. A pessoa privada de liberdade é marginalizada e excluída pelo Estado, gerando desemprego e passando necessidades, não achando alternativa, entrando para mundo sombrio do crime.

Mas cabe pautar, como a educação pode interagir e ressocializar esses apenados, em um ambiente onde as condições são tão limitadas? Como em um sistema desordenado, possa nascer a ordem? Para Rangel (2009), as prisões são ambientes complexos onde tem uma maior concentração de todas as dificuldades da sociedade. Em relação a educação observamos fracasso escolar, evasão escolar, analfabetismo, gestão da diversidade, exclusão social, entre outros fatores. Diante de um sistema paradoxal, compreendemos necessária a reflexão da existência de uma lógica de segurança e uma lógica de educação, gerando convergências. O objetivo da educação, desta forma, é emancipá-los, resgatando sua voz e sua identidade, que eles construam uma visão crítica, social e ética. Que fora dali, não precisem mais buscar o mundo do crime.



Maeyer (2006), indaga se [...] na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? Reconhece, porém, que o

[...] direito à educação deve ser exercido sob algumas condições: não pode ser considerado como sinônimo de formação profissional, tão pouco usado como ferramenta de reabilitação social. É ferramenta democrática de progresso, não mercadoria. A educação deve ser aberta, multidisciplinar e contribuir para o desenvolvimento da comunidade. (MAEYER, 2006, p.22)

É perceptível a necessidade de construir um projeto político pedagógico que leve em consideração a realidade atual desses encarcerados, suas necessidades e potencialidades de aprendizagem. Deve partir dos conhecimentos que os indivíduos possuem. Destacamos que é de responsabilidade do poder público que as instituições prisionais ofereçam escolarização. Tais propostas de educação precisam, atualizar, constantemente seus projetos políticos pedagógicos (PPP) com base nos referenciais de que a escola seja na prisão e não da prisão, que seja pautado em ideias de educação popular e que tenha o indivíduo e o cotidiano como centro do processo educativo. Assim, além de aprender a ler e escrever, eles saibam interpretar, desenvolver seu senso crítico, reconstruindo sua cidadania e dignidade humana.

Com vistas a reconstrução da dignidade humana, em 2011, foi homologada a Lei nº 12.433, a qual altera a Lei de Execução Penal nº. 7.210/84, modificando o foco da remição e propondo que parte do tempo de execução da pena seja diminuída pela dedicação ao estudo ou ao trabalho. Segundo o artigo 1º, a lei garante 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar seja no ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior. Esse tempo poderá ser acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena. Ponderamos, que a remição possa caracterizar um benefício ao indivíduo em situação de privação de liberdade, auxiliando na antecipação da retomada a vida em liberdade. Promove a oportunidade de progredir para o regime semiaberto ou aberto.

É importante entender, contudo, que a remição da pena não é somente diminuir o tempo do encarceramento, mas sim usufruir de seu direito no espaço penal, compreendendo esse espaço, com suas singularidades, seus limites, pelo fato de ser regido de normas e regras. Cabe entender que os indivíduos que chegaram ali, tanto homens como mulheres, foram desprovidos de seus próprios direitos fundamentais.

É importante destacar que a educação formal não se mostra neutra, o sistema carcerário é um ambiente que triunfa normas e regras para que ocorra respeito e obediência.

No interior das prisões, as contradições do processo de ajustamento materializam-se nas possibilidades concretas dos indivíduos punidos preservarem-se como



sujeitos; na resistência a subjugarem-se plenamente aos valores da instituição e do sistema social que lhe é inerente. (PORTUGUES, 2009, p.116)

A educação, muitas vezes, compactua com o posicionamento de opressão, tornando-a um instrumento de domínio e não de garantia de direito, sim gerando uma moeda de troca, para haver um bom comportamento do preso.

Onofre (2007, p. 26) entrepõe:

Sendo o processo de educação contínuo, é preciso repensar o significado dado à (re)educação do aprisionado. Trata-se de um processo de educação que se modifica em sua natureza, em sua forma, mas que continua, sempre, processo educativo.

Mayer (2009, p.14), argumenta que “é necessário transformar a prisão em um espaço educativo e não transformar o aprisionado em receptor de sequências educativas” (MAYER, 2009, p. 14). Desta forma, a educação não deve ser considerada como mercadoria ou produto para ser negociado no ambiente prisional, mas, como um procedimento contemplado por todos tanto educador e educando preso.

A função do educador na prisão

A partir de afirmações aqui apresentadas, é possível afirmar que o trabalho desenvolvido pelo pedagogo é relevante, mas é uma função muito difícil de ser exercida, seja pela falta de apoio, pelos cortes ou pelo desinteresse dos órgãos responsáveis. Com isso, a educação sofre pelos limites, mas não deixa de ser uma prática de transformação.

Deste modo, ao analisar as matrizes curriculares do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO, referente a grade curricular de Pedagogia do Campus Avançado de Chopinzinho, observamos que há indícios de uma capacitação direcionada para a gestão, mas não específica ao contexto prisional. É uma constatação que permite observar a falta de formação específica para executar o papel de pedagogo na unidade penal, gerando uma invisibilidade da função.

São oferecidas três disciplinas que embasam essa formação que são a de “Gestão em Instituições Escolares e Não Escolares”, a qual trata da Gestão Educacional de forma ampla. Já o “Estágio Supervisionado na Gestão Escolar e Não Escolar”, adentra em vários campos práticos, tendo possibilidade de adentrar na gestão educacional prisional, podendo aplicar o estágio nestes ambientes. E a outra disciplina que refere a de “Educação Para Jovens e Adultos”, a qual frisa “EJA” de forma geral.

Ressaltamos, que não há uma disciplina referente a gestão educacional prisional, que aprimore o saber sobre o papel do pedagogo e do professor nesses espaços, discutindo quais



são os desafios e conquistas diárias, as quais teriam grande relevância contra o preconceito e a desinformação por parte dos acadêmicos.

Falta um olhar das universidades públicas e privadas quando ofertam o curso de Pedagogia, uma formação mais específica, por isso é importante indagar a ausência dessa temática, já que é uma demanda inadiável a se pensar na formação de um futuro pedagogo que será capaz de atuar adentro com jovens e adultos que estão encarcerados.

É relevante discutir, também, sobre a formação continuada dos educadores de EJA, que são os profissionais que atuam nestes contextos. Os professores que atuam em escolas no ambiente de privação de liberdade, na maioria das vezes, não possuem ou recebem a oferta de uma capacitação ou formação específica diante dessa realidade.

Evidenciamos, ainda, sobre a questão de capacitação para pedagogos que trabalham no âmbito prisional. Muitas das circunstâncias de formação são procuradas, de forma particular, pelo próprio educador que já atua. Em contrapartida, algumas formações possuem propostas pedagógicas frágeis de quem nunca adentrou nestes espaços.

Foucault (1997, p. 269) salienta:

Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha.

O ronco surdo da batalha, citado por Foucault, embasa a luta por melhorias no âmbito prisional, principalmente na formação. É um meio de resistência entre realidade do sistema prisional com as políticas públicas.

Dessa forma, também há uma outra batalha que precisa ser ponderada e revista que são as políticas do sistema penal, na qual há uma grande rejeição, quando se fala em educação, pelos demais órgãos dentro desse espaço, onde realça que não há fundamento investir no ensino para esse público, que eles tiveram oportunidades de estudar quando estavam em liberdade. É preciso respeitar as regras específicas do contexto, alguns métodos que possam trazer risco em relação à segurança, não é favorável, com isso todo material que adentra nesses espaços escolares da unidade penal, são verificados pela segurança do recinto.

Estágios de acadêmicos de universidades, nesses espaços, por exemplo, omitem diálogos externos. Afinal de contas, os parâmetros que são instituídos na unidade penal, não devem impossibilitar a sociedade, nem os presos, de haver um diálogo, porque quando se fala em educação, não tem como não existir uma conversa, é uma relação dialógica.



Maeyer (2006) frisa que:

A educação na prisão, não é apenas ensino, mesmo que devamos ter certeza de que a aprendizagem de conhecimentos básicos esteja assegurada. (...) a educação deve ser, sobretudo desconstrução/reconstrução de ações e comportamentos (MAEYER, 2006, p. 22).

Nesse caso, compete aos educadores explicar aos educandos presos, as erudições das ações educativas. Scarfò (2002) afirma que o educador é o grande mediador de conhecimentos específicos, além disso, auxilia com a construção de um projeto de vida, por meio do diálogo a ter concepção de empatia aos problemas sociais e saber ouvir.

Cabe ressaltar que é dever do educador respeitar os saberes do aluno preso, instigando-o a buscar uma visão de mundo mais crítica, social, ética e de autonomia, aprimorando os seus conhecimentos. Os professores que aceitam o desafio de trabalhar uma prática pedagógica que consiga desenvolver um trabalho de resgate da autonomia, da cidadania, buscam a emancipação, em um espaço que é contraditório e problemático. Os desafios que são encontrados ao longo do percurso para o desenvolvimento de uma educação emancipadora em um ambiente que é historicamente marcado pela cultura do ódio, opressão, violência e contradições são muitos dentre eles, falta de materiais didáticos, falta de acesso e permanência de todos os demais presos, infraestrutura, superlotação, qualificação profissional, entre outros.

Nessa sequência, Freire (2001), aponta que a incumbência primordial do professor é

[...] uma tarefa libertadora. Não é para encorajar os objetivos do educador e as aspirações e os sonhos a serem reproduzidos nos educandos, os alunos, mas para originar a possibilidade de que os estudantes se tornem donos de sua própria história. É assim que eu entendo a necessidade que os professores têm de transcender sua tarefa meramente instrutiva e assumir a postura ética de um educador que acredita verdadeiramente na autonomia total, liberdade e desenvolvimento daqueles que ele ou ela educa. (FREIRE, 2001, p. 78).

Ser pedagogo no espaço carcerário é diligenciar a diversidade, a diferença, o medo, e encarar ocorrências inquietantes do mundo do crime, e apostar na essência do ser humano, como meio ressocializador, resgatando-o desse mundo, por meio da educação, como peça fundamental da emancipação. Esta é orquestrada dentro do espaço da prisão pelo pedagogo que busca, pela educação, auxiliar na construção de instrumentos que possam reeducar pessoas presas.

Entendemos que é preciso valorizar o trabalho desenvolvido pelo profissional que exerce no interior das prisões. Cabe ainda salientar, que é preciso amplificar o número de profissionais da educação na unidade penal e oferecer capacitações não somente em alguns estados. Frisamos que o ensino ainda não é para todos, pelas demandas internas e externas do âmbito carcerário, mas, cabe averiguar que é direito previsto em leis, que esboçamos ao longo



da pesquisa. Também, destacamos a ausência de estágios de educadores dentro desses espaços, boa parte de professores e pedagogos não trabalham nesses contextos, possuem receio e preconceito ao dialogar sobre esse quesito, por falta de informação. É um dos pontos, que devemos abordar nas grades curriculares de universidades e formação de docentes, quebrando o pré-conceito desses ambientes e frisando o grande trabalho desenvolvidos por esses profissionais, em busca da ressocialização e emancipação desses detentos. E compreender que num espaço de privação, a educação surge como libertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatizamos que o indivíduo, antes mesmo de adentrar no sistema penal, já foi excluído e marginalizado de seus direitos sociais. Quando chega ao encarceramento fica expropriado de seus direitos ao conhecimento, pela ausência do espaço físico escolar, onde há um baixo atendimento ao ensino. O ensino e a estrutura não acompanham o relevante índice de crescimento da população carcerária, se tornando um caos de superlotação, pelo qual os direitos e garantias previstos na Lei de Execuções Penais (LEP), são boicotados diante das grades, devido as questões internas e externas das penitenciárias.

Salientamos que é preciso ampliar o número de pedagogos que desempenham o trabalho dentro do âmbito penal, pois há uma carência de ambientes acadêmicos dentro do presídio. Apontamos a importância de abordar nas graduações de Pedagogia, as atuações desses docentes que trabalham na penitenciária e quais são suas limitações e avanços, quebrando esse paradigma que o curso de Pedagogia só forma educadores para ambientes ditos normalizados. Por fim, evidenciamos na pesquisa que o maior problema, em relação ao ensino dentro do sistema carcerário, condiz ao Estado que traça a educação como “prevenção” a violência, onde se preocupam em manter esses presos privados de sua própria liberdade, evitando fugas, defendendo a sociedade e ignorando o ensino como principal função de igualdade e equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Lex: Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, v. 5, p. 68, set, 3.trim. 1984.

_____. **Constituição Federal**. Brasília.1988.

_____. Resolução CNE/CP n. 01, de 15 de maio de 2006. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 maio 2006. Seção 1, p. 11.



FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: **O nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE.P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

MAEYER, Marc de. **Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? Alfabetização e Cidadania**. Revista de Educação de jovens e adultos. Brasília: RAAB/UNESCO/Governo Japonês, 2006.

MAYER.de. Prólogo. In: RANGEL, H. (Coord.). **Mapa Regional latinoamericano sobre educación en prisiones**. Notas para el análisis de la situación y la problemática regional. Centre International d'études pédagogiques (CIEP), 2009.

ONOFRE, E. M. C. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, E. M. C. (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p.11-28.

PAIVA, J. Trabalho: a mão de obra na massa. **In Programa Um salto para o Futuro**. Série Educação de Jovens e Adultos, Rio de Janeiro: Fundação Roquete Pinto. 16 maio. 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Escola de Educação em Direitos Humanos. Comitê de Educação em Direitos Humanos. **Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação; Conselho Estadual de Educação do Paraná, 2015.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma conciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PORTUGUES , R. **Educação de adultos presos**. In Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.2, p. 355-374, jul./dez.2009.

RANGEL, Hugo. (Coord.). **Mapa Regional latinoamericano sobre educación en prisiones**. Notas para el análisis de la situación y la problemática regional. Centre International d'études pédagogiques (CIEP), 2009.

SCARFÓ, Francisco José. El derecho a la educación en las cárceles como garantía de la educación en derechos humanos (EDH). **Revista IIDH**. v. 36, p. 291 – 324, 2002



CAPÍTULO 17

DEMASIADAMENTE HUMANO: REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS E DO ARGUMENTO DE AUTORIDADE CIENTÍFICA SOBRE A VERDADE

Vinícius Felipe Leal Machado

RESUMO

Este artigo compreende um esforço de reflexão sobre a capacidade narrativa humana, enquanto necessidade cognitiva e social, bem como as implicações da narratividade sobre a própria existência. A discussão aqui proposta parte de duas inquietações básicas: a primeira seria uma reflexão a respeito do que nos leva a criar, com tanta naturalidade, narrativas sobre tudo; a segunda, desdobra-se em um esforço de compreender por que (e como) buscamos legitimar para o outro (e para si mesmos) nossas narrativas, tendo em vista que incontáveis discursos e estratégias práticos têm sido elaborados e utilizados ao longo da história das sociedades humanas nesse intuito. Entre estes artificios, estão sistemas religiosos, filosóficos e científicos que, de alguma forma, buscam construir argumentos que legitimem sua pretensa autoridade sobre a produção de conhecimento a partir das narrativas que geram.

PALAVRAS-CHAVE: Narratividade; Ciência; Verdade; Paradigmas; Disputas intelectuais.

INTRODUÇÃO

A construção de narrativas é, para o ser humano, tão natural quanto viver. Sejam visuais, orais, escritas, ou ainda, lineares, fragmentadas, progressivas, reversas, multifacetadas, unilaterais, polissêmicas, objetivas, alegóricas ou de qualquer outra natureza, as narrativas são construídas da própria forma humana de pensar, raciocinar, comunicar e, em última instância, (co)existir. Luís Mauro Sá Martino, nos traz, em seu brilhante texto “De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade”, sua apreciação sobre a interpretação que professor Muniz Sodré (2009) faz do ato de narrar, caracterizando-o como:

Um complexo fenômeno que ultrapassa as peculiaridades desta ou daquela modalidade narrativa para se constituir como um elemento fundamental da experiência humana, vinculado, por conseguinte, às condições específicas de sua elaboração. O ato de narrar, inerente ao sentido do humano, não pode por isso ser desligado de suas possibilidades de efetivação. A narrativa é vista sobretudo como um fenômeno social – talvez aqui seja possível o estabelecimento de fronteiras com a teoria literária – responsável pela formação de vínculos, pela definição/ indefinição de identidades pessoais e comunitárias. (MARTINO, 2016, p. 43)

A partir desta instigante premissa originária, o presente texto parte de duas inquietações básicas: a primeira seria uma reflexão a respeito do que nos leva a criar, com tanta naturalidade, narrativas sobre tudo; a segunda, desdobra-se em um esforço de compreender por que e como buscamos legitimar para o outro e para si mesmos nossas narrativas, tendo em vista que incontáveis discursos e estratégias práticos têm sido usados



ao longo da história das sociedades humanas nesse intuito. Assim posto, o exercício aqui desenvolvido, tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca do tema, com base nas leituras propostas pelo professor Dr. Carlos Oiti Berbert Junior, no âmbito do programa da disciplina “História e Narratividade”⁴¹, e nas conseqüentes discussões e pesquisas desencadeadas por tais elementos motivadores durante as aulas do curso.

NARRO, LOGO EXISTO: A NECESSIDADE HUMANA DE TRADUZIR O MUNDO EM NARRATIVAS

É próprio de nós, seres humanos, enquanto espécie consciente, buscar sentido em tudo o que nos rodeia. A princípio, sentimos necessidade de racionalizar, ou seja, processar intelectualmente e compreender – dentro das possibilidades individuais e culturais de cada um - toda experiência sensorial que vivenciamos. Assim, um indivíduo jovem, em processo de formação, ou seja, de acumulação de insumos intelectuais básicos provenientes do universo cultural ao qual está exposto a partir de suas experiências, tende a se mostrar curioso em relação àquilo que desconhece. Segundo explicam os educadores Newton Duarte e Lígia Márcia Martins (2012), cultura é o produto da atividade humana acumulada. Tal processo envolve a ação do ser humano em sua relação entre si e com a natureza, para produzir meios de garantir sua existência enquanto indivíduo e espécie.

Seguindo por este viés, observamos que, seja “para o bem ou para o mal”, o desconhecido geralmente é instigante ao ser humano, despertando sensações que podem ir do temor à fascinação, da repulsa à atração. Assim, de forma metafórica, podemos afirmar que as sociedades humanas, no que tange à “cultura acumulada”, se desenvolveram (e, obviamente, ainda se desenvolvem)⁴², como um jovem que, embora temeroso quanto ao desconhecido, tem sempre à vista a excitante possibilidade de aprender quando se depara com o “novo”. Nesse sentido, entendemos como “novo” aquilo que ainda não foi desfrutado como experiência, processado como informação e, a partir daí, aproveitado como conhecimento. A

41 Disciplina cursada como componente curricular do curso de pós-graduação em História promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH – UFG), ofertada no segundo semestre do ano letivo acadêmico de 2017.

42 Usamos a ideia de “desenvolvimento” no sentido ontológico, acreditando que a acumulação cultural possa proporcionar alterações essenciais no ser. Não empregamos a ideia de desenvolvimento com o sentido de um progresso etapista, ou de estrita superação material entre gerações.



partir da leitura de Luckesi e Passos (1996) entendemos que “conhecimento” é o satisfatório esclarecimento proveniente da explicação de uma dada realidade. Tal elucidação, inevitavelmente, só poderia ser resultado de um esforço de investigação, empreendido por si, ou por outrem, para descobrir aquilo que está oculto, ou seja, o que não está esclarecido/compreendido ainda. Somente depois de compreendido em sua essência é que um objeto pode ser considerado, de fato, conhecido. Antes deste processo, mesmo que se tenha informação sobre sua existência, não se pode afirmar que tal elemento seja conhecido. Assim, o processo de aquisição de conhecimentos não se dá através da simples retenção de informações sobre a realidade, mas utilizando-se destas informações, para que, em processos mentais, possa-se desvendar o novo e elucidar o que outrora era ignorado. Nesse sentido, percebemos que a cultura é transmitida mediante instrumentos inteligíveis, sendo a narrativa, um deles.

A este respeito, o teórico e professor da área de comunicação George Gerbner (1999) nos legou a ideia de que as histórias que contamos são um dos principais fatores na formação dos vínculos, não só afetivos, mas culturais entre pessoas e, por conta disso, fundamentais na origem de comunidades e sociedades.

Os processos mentais individuais, que quando somados (tratados coletivamente) podem constituir mudanças culturais estão no âmbito de nossa capacidade de racionalizar. O mundo é, portanto, simultaneamente o palco e o objeto deste permanente exercício de significação e ressignificação, que se instrumentaliza em torno do que chamamos de razão. Deste modo, o homem, munido do seu pretenso senso de racionalidade – característica supostamente única entre as espécies viventes - questiona, investiga, reflete, nomeia, valora, despreza, constrói e destrói conceitos e juízos acerca de absolutamente tudo que existe entre o abstrato e o concreto, o tangível e o intangível, ou ainda, entre as dimensões subjetiva e objetiva, que coexistem não nas coisas em si, mas sobretudo, na mente humana quando atua sobre elas.

Alimenta-se, assim, o contínuo ciclo de geração de sentidos culturais, que se baseia no somatório das experiências internas e externas dos indivíduos ao longo da História. Toda experiência humana tende a ser irreversível, nesse sentido. Tudo aquilo que uma vez fora visto, ouvido ou tocado não pode ser arbitrariamente “apagado”, pelo menos instantaneamente, por simples um capricho arbitrário. Enquanto houver vestígios, entre estes, os de natureza narrativa, haverá formas de acessar a experiência humana. Nesse ponto, atingimos uma importante constatação: o ser humano tem na narrativa, uma forma de



expressar (e registrar) sua própria existência, sendo a narratividade, portanto, um elemento central na constituição de identidades. Nesse sentido, Gerbner (1999) afirmou:

o ato de contar histórias está sempre ligado a uma perspectiva relacional: contamos histórias uns para os outros no sentido de estabelecer narrativas comuns que nos permitam estabelecer não apenas quem somos, mas também quem não somos. (p. 12)

Além disso, toda informação que fora processada e transformada em conhecimento, eventualmente, pode consolidar-se como uma nova possibilidade de enxergar (compreender) o mundo e fazer parte dele (gerando sentido de pertencimento). Percebe-se, portanto que, o que somos é resultado do somatório de nossas experiências, seja enquanto indivíduo, grupo social ou espécie. Independentemente se tais experiências tiverem sido concebidas a partir de ações determinadas pelo nosso “refinamento evolutivo” que nos possibilita o pensamento racional ou pelos mais primitivos instintos que possam habitar o inconsciente, o importante - do ponto de vista estruturante da cultura - é ter como acessar tais experiências. Na trajetória intelectual humana, a partir do momento em que a narrativa se torna acessível, surge o dilema de como podemos avaliá-la como útil ou irrelevante à nossa existência. Ajuda-nos a refletir sobre isso, as contribuições trazidas por Martino:

[...] boa parte daquilo que sabemos chegou até nós por meio de narrativas. A demonstração pode vir de exemplos comuns: não estava lá quando Colombo chegou à América, não estava presente quando Neil Armstrong desceu na Lua. Mas também não estou presente na maioria esmagadora dos acontecimentos cotidianos que chegam ao meu conhecimento a partir de narrativas – tanto as pessoais quanto as midiáticas. Dessa maneira, não seria errado dizer que meu conhecimento do mundo, em boa medida, é de segunda mão – no mínimo, na medida em que a circulação de narrativas, na sociedade, tende ao infinito. (MARTINO, 2016, p. 44)

E, citando Bruner, aprofundamos a reflexão:

As narrativas que chegam até mim são responsáveis, até certo ponto, por definir o que conhecerei ou deixarei de conhecer sobre a realidade; tanto quanto “o que” conhecerei, essas narrativas me dizem “como” conhecerei; em outras palavras, a “realidade” é formada nas tramas narrativas do cotidiano. (BRUNER, 1991, p. 3).

Nesse ponto, o ser humano buscou estabelecer critérios de validação daquilo que merece ser registrado e daquilo que pode ser descartado. Sem dúvidas, o principal deles, é a “verdade”. Mas como chegar a ela? Várias foram as tentativas de dar respostas a esta pergunta ao longo da História. Muitas destas tentativas vieram em forma de sistemas filosóficos, religiosos, políticos e, por fim, científicos.

NARRATIVIDADE E VERDADE: A BUSCA POR LEGITIMIDADE A PARTIR DO ARGUMENTO DE AUTORIDADE CIENTÍFICA

Na tradição cultural ocidental, que tem sua gênese no pensamento filosófico grego, muito se discutiu, ao longo dos séculos, sobre a preponderância do pensamento racional sobre



o instinto, afinal, seria isto que nos diferenciaria dos outros animais, em essência. Na modernidade, a preocupação com tal ideia, levou o homem europeu à elevação da tríade autofecunda “razão – lógica – ciência”, à condição de grande fiadora da própria humanidade (condição humana). Quanto mais próximos disso conseguíssemos chegar ao construirmos nossas narrativas, mais verdadeiras estas teriam chance de ser. Por fim, quanto mais racionais fossemos, mais aprimorados como seres humanos provaríamos ser (para si e para o outro). Em tal contexto, nos seus Escritos Sociológicos, Max Weber deixou registrado: “A verdade científica é justamente o que é válido para todos os que buscam a verdade”. (WEBER, 1994, p. 259)

Logo, podemos afirmar que, no decorrer do século XIX, precisamente na expectativa que acompanhava a virada para o século XX, o homem chegou ao ápice desta forma de pensar. Por um momento, alguns proeminentes pensadores parecem ter concluído que a lógica científica, originada das avançadas ciências da natureza, bastava para explicar o mundo em sua totalidade. Assim consolidou-se o cientificismo enquanto sistema-discurso e a exatidão a qual este discurso implicava, como uma ideologia, como nos mostra, criticamente, Abraham A. Moles em “As ciências do Impreciso”:

Surge então o perigo de confundir a medida e a coisa, e de acreditar que basta medir para dominar, basta conhecer para fazer, explicar para compreender, sofrendo desta conquista de um conhecimento – que é incontestável – a miragem da precisão. (MOLES, 1995, p. 23)

Considerando que a medida seja toda a abstração contida no método científico-matemático e que a precisão faça referência à sua lógica de exatidão, sua miragem seria justamente a ilusão de um conhecimento puro, que seria resultado da busca incessante – e muitas vezes, inglória - do ser humano pelo saber racionalmente perfeito e, portanto, irrefutável. Logo em seguida, Moles, então, arremata:

Se assim fosse, o “padrão” da cultura humana seria a própria precisão com a qual encerra o mundo dentro das séries de dimensões sempre mais numerosas: é a dominação da medida que conduz esta vertigem da precisão. É a esta vertigem que os primeiros conquistadores neste domínio, aqueles que agora são chamados de físicos, uma casta nobre e notável do mundo científico, têm, segundo parece, sucumbido: a medida é boa e a precisão é melhor, este é o axioma que eles introduziram sutilmente em nossos espíritos. O sucesso deles, que justificava pragmaticamente seu método, foi tal que estas ideias se transformaram em uma ideologia. (MOLES, 1995, p. 23)

A esse respeito, convém concluir que, a priori, o Positivismo aglutinou em torno de si estas premissas de precisão e alimentou pretensões de exatidão acerca de todo conhecimento possível. Como as religiões e códigos morais de outrora, o Positivismo foi mais um sistema organizado com a função de criar e validar narrativas, desta vez, tendo como base legitimadora



um racionalismo exacerbado em função da sacralização da ciência – bastião último da capacidade racional humana.

Ao longo do século XX, as pretensões absolutas do pensamento cientificista foram sendo colocadas à prova sob o olhar crítico, sobretudo de pensadores não-europeus ou europeus não alinhados às formas ortodoxas de explicar o mundo - como passaram a ser vistas as correntes e pensadores associados ao positivismo e suas derivações. Neste ponto, a partir da demonstração dos claros limites da ciência como forma de entender todas as coisas, ou seja, enquanto discurso legitimador supremo do conhecimento, abriram-se interessantes possibilidades de debate acerca do pensamento, do conhecimento e das narrativas criadas em torno destes.

OS LIMITES DO CIENTIFICISMO

Compreende-se a partir da leitura de Botía (2002) que, apesar do pensamento oriundo do Positivismo defender a subtração de qualquer subjetividade no raciocínio lógico-científico, todas as vezes em que construímos uma narrativa, falamos, nas entrelinhas, também de nós mesmos, pois nosso discurso, traduz ao exterior, a maneira como pensamos. Somos incapazes, portanto, de narrar e, ao mesmo tempo, silenciar nossa subjetividade, uma vez que a narrativa é fruto de um ponto de vista pessoal, ou seja, de processos mentais que ocorreram na mente de quem narra.

No desenvolvimento de trabalhos intelectuais, independente da área ou do produto (sejam textos, cálculos, arte ou qualquer atividade humana que envolva criação) sempre buscamos a construção de um sentido. Logo, “fazer sentido” é necessário. Em outras palavras, faz-se necessário enfatizar: o ser humano está constantemente construindo narrativas, e as explicações científicas, estão entre elas. Deste modo, por ser criação humana, todas as narrativas estão permeadas de significados subjetivos aliados a conceitos de mundo individuais e da cultura cercante.

O discurso de uma ciência, feita por seres humanos, mas desprovida de qualquer elemento característico da complexidade subjetiva humana passou a ser cada vez mais criticado na pós-modernidade. Um dos elementos basilares deste modo de ver a ciência, e, portanto, um dos mais atacados, é a supostamente infalível objetividade lógico-racional preconizada no “método científico”.

No início do século XX, em um período ainda marcado pela influência cultural da Belle Époque, quando o entusiasmo pela ideia de irreversibilidade do progresso científico-



industrial se fortalecia nas mentes europeias, o polivalente intelectual britânico Gilbert Keith Chesterton, publicou a obra “Ortodoxia”. Datada de 1908, a obra apresenta argumentos apoloéticos à experiência religiosa cristã, como possível caminho para verdade (e para a felicidade), em face aos caminhos, segundo o autor, estreitos, penosos e restritivos apresentados pela lógica de pensamento estritamente racional.

A partir da leitura de “Ortodoxia”, observa-se que Chesterton (2008) faz uma interessante apreciação crítica dos possíveis problemas ligados à obsessiva importância dada à lógica racional e a seu caráter materialista celebrados pelas principais correntes de pensamento de sua época e sobre os quais o cientificismo, enquanto doutrina, se ancorava. A esse respeito o autor afirma:

De fato, devemos lembrar que, seja verdadeira ou não, a filosofia materialista é, com certeza, mais limitante do que qualquer religião. Num sentido, naturalmente, todas as ideias inteligentes são estreitas. Não podem ser mais amplas do que elas mesmas. (2008, p. 41,42)

Deste modo, um dos problemas apontados por Chesterton seria o fato de que a racionalidade exacerbada atentaria contra uma característica importante do ser humano: a imaginação. Para o britânico, a imaginação seria, inclusive, um elemento fundamental para a manutenção da sanidade de grupos e sociedades humanas inteiras, ao longo da História:

A imaginação não gera insanidade. O que gera a insanidade é exatamente a razão. Os poetas não enlouquecem, mas os jogadores de xadrez sim. Os matemáticos enlouquecem, e os caixas; mas isso raramente acontece com artistas criadores. (2008, p. 30)

O pensamento lógico-racional castra a liberdade criativa da imaginação, na medida em que enquadra o ato humano de pensar dentro de sentidos possíveis em uma dada realidade (plausibilidade), descartando tudo que foge a ela, como se as formas avaliadas como “impossíveis” fossem formas simplesmente inválidas, erradas ou ruins.

O uso desmedido da lógica racional para explicação do mundo, segundo Chesterton, nos levaria, ainda, a uma situação de paradoxo: o pensamento científico, ao admitir que não exista verdade capaz de abarcar a totalidade, de forma absoluta e definitiva, assegura que não existe razão autossuficiente, enquanto instrumento provisório de sustentação de uma verdade. Assim, uma verdade se sustenta a partir de outra, que por sua vez, se sustenta a partir de outra, e assim por diante. No final, portanto, acreditar cegamente na ciência, seria um ato de fé, na mesma medida das crenças assumidamente religiosas. Assim, ele coloca: “A própria razão é uma questão de fé. É um ato de fé afirmar que nossos pensamentos têm alguma relação com a realidade, por mínima que seja.” (2008, p. 56), e argumenta em tom irônico:



Se você for simplesmente um cético, mais cedo ou mais tarde precisará se perguntar o seguinte: “Por que alguma coisa deveria dar certo, mesmo que se trate de observação ou dedução? Por que a boa lógica não seria tão enganadora quanto a lógica ruim? Ambas são movimentos no cérebro de um macaco perplexo”. (2008, p.56)

Este ponto de vista se baseia na seguinte hipótese: ao buscar uma verdade (situada em uma realidade), a perspectiva adotada determina os limites da possibilidade de compreensão desta realidade. Constitui-se, portanto, um duplamente limitado, objeto de reflexão. Limitado pela realidade na qual o inserimos e pelo ponto de vista que o observador adota. Assim, uma reflexão/ conclusão só é validada dentro de uma lógica própria que a sustente, mas que, por sua vez, não existe sozinha ou isolada, dependendo de outra. Logo, não é possível conhecer nada em sua totalidade. O que temos são pontos de vista lançados sobre o mesmo objeto dentro de diferentes planos de validação. Moles (1995), em seu argumento, traz uma valiosa contribuição legada do pensamento do século XIX, pelo francês Jules Heri Poincaré, sobre este assunto:

Como nos dizia Poincaré, no último século, o valor da ciência, é sua capacidade de nunca ter que voltar atrás sobre uma afirmação ou lei estabelecida dentro dos limites das hipóteses que ela fixou para si, dentro dos limites das observações que ela pode fazer e dentro dos limites da predição que ela quer fazer. É um sistema cumulativo e progressivo, é o exercício de um pensamento que conhece os seus limites e que os incorpora dentro de todos os seus enunciados. (MOLES, 1995, p. 27)

Nesta reflexão, percebe-se como o discurso científico lida com suas limitações, usando-as, inclusive a seu favor. Apesar disso, podemos, então, concluir que a lógica racional-científica, mesmo sendo fruto da modernidade, não constitui, por si só, ferramenta para compreender todos os problemas (que ela mesma suscita). Uma das consequências disso seria o que se observou ao longo do século XX. As sociedades modernas, marcadas pela urbanidade e pela impessoalidade a esta associada, apresentam indivíduos com carências de orientação de sentido⁴³ cada vez mais profundas, e que, por isso, tendem a depositar suas expectativas de

43 Conceito aqui empregado não somente no sentido estrito proposto por Jörn Rüsen (2001) – “carências de orientação no tempo” e sua específica aplicabilidade na Teoria da Educação Histórica, mas em um sentido mais amplo, também tratado por Rüsen, mas de forma indireta, que são “as carências de orientação existencial”. Segundo Rüsen, “esta formação [se referindo ao conhecimento histórico] leva muito a sério esse direcionamento à carência de orientação. Ela o contrapõe à fragmentação do saber científico necessariamente decorrente da especialização da ciência. Com isso, ela coloca à frente a carência do sujeito ausente, de fazer-se valer como



compreensão dos sentidos do mundo em outros indivíduos (relacionamentos e associações), em si mesmos (narcisismo, egoísmo), em corporações (consumismo, fetichismo) e nas mais diversas ideologias, entre elas a ciência, na forma de cientificismo. Ao fazer isso, os indivíduos buscam verdades às quais se apegam com uma velocidade proporcional às suas necessidades e carências, obviamente, nem sempre supridas.

A esse respeito, é necessário fazer uma outra reflexão acerca dos efeitos que a crença em alguma verdade pode ter sobre o ser humano. Como já discutimos, a verdade é, antes de tudo, uma invenção, mas isso não faz dela, necessariamente falsa, mas uma “visão parcial”, considerando que uma verdade seja uma construção elaborada a partir de um ponto de vista. Sendo assim, a paradoxal natureza da verdade é sua relatividade⁴⁴. A verdade é e, ao mesmo tempo, não é relativa, podendo ou não ser tomada como satisfatoriamente suficiente de acordo com a disposição em crer. Ao nos referirmos “à verdade”, seria mais honesto, dizer “a nossa verdade”. Isso ocorre pois, o que tomamos como verdade são, na verdade, representações da realidade aceitas em consonância com discursos e regras que atuam na formulação de parâmetros éticos, estéticos e morais que nos servem de alguma maneira, influenciando na própria constituição ontológica do homem moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as pinturas rupestres e outros registros intencionais deixados pelo homem pré-histórico, o ato de narrar se faz presente. O modo como registramos e transmitimos um ponto de vista sobre algo é, em muitos casos, tão relevante quanto a própria experiência relatada, em si. A capacidade narrativa humana é uma condição intrínseca à consciência, ao aprendizado e à socialização. As narrativas não são apenas uma maneira de demonstrar como interpretamos

peessoa, no uso do saber para fins de orientação de sua própria vida prática, de afirmar-se como instância de legitimação dos modos práticos de viver” (RÜSEN, 2007, p.95).

⁴⁴ Não convém aos objetivos propostos para este artigo adentrar nas densas questões filosóficas que se aprofundam acerca do Relativismo e/ ou Ceticismo, mas apresentamos nosso ponto de vista inspirados em ideias como a apresentada por Nietzsche, no texto “Nosso novo ‘infinito’”, em *A Gaia Ciência*: “o mundo, para nós, tornou-se novamente infinito, no sentido de que não podemos rejeitar a possibilidade de que ele encere uma infinidade de interpretações” (NIETZSCHE, 2001, p. 251, §374).



o mundo à nossa volta, mas talvez o mais poderoso instrumento para conhecê-lo (e também conhecer-se) ao proporcionar o estabelecimento de conexões e a demarcação de identidades.

Tão cara quanto a necessidade de estabelecer narrativas é a necessidade de vê-las como representações legítimas de um esforço de compreensão e expressão acerca daquilo que elas tratam. As carências de sentido, próprias do estado de consciência humano, em seu périplo existencial, nos fazem buscar verdades que orientem nosso modo de agir e ser. Nesse sentido, acreditar que uma narrativa é verdadeira pode trazer segurança intelectual, na medida em que a cultura filosófica ocidental hegemônica não celebra o compromisso intelectual com “mentiras reveladas”. Aprendemos que o “falso” deve ser desprezado, e que o “impreciso” tem uma importância menor. Talvez por isso nos preocupemos tanto em elaborar meios autênticos para legitimar como verdadeiras, nossas narrativas. A ciência foi um destes meios de legitimação de narrativas e tem como critério de fiabilidade seu método, que seria um instrumento sem par, na história da humanidade, para a busca e aferição de verdades.

Entretanto, há diversas contestações, no campo intelectual, que relativizam as ditas verdades, comprometendo a ideia, até outrora aceita, de que poderiam existir verdades absolutas. A trajetória humana, da maneira que a conhecemos (e a representamos), nos permite considerar que aquilo que nos é apresentado como verdade é legitimado pelo “espírito” de uma época particular, expressos na cultura vigente, podendo ser visto de outro modo em um outro momento ou circunstância.

Portanto, na modernidade, o maior “regime de verdade” tem sido a Ciência, que possui matrizes disciplinadores nos quais a maioria das sociedades modernas aprendeu a confiar. São nestes moldes disciplinadores que os conhecimentos que tendem a ser “aceitos” são produzidos. Não podemos, portanto, nos esquecer que tal processo está inserido nas conjunturas econômicas, políticas e históricas. Assim, as narrativas científicas acerca do conhecimento que se tem do mundo estão inseridas em específicos contextos e temporalidades, o que, de modo algum, as invalida, se tivermos a clareza de trata-las de maneira perspectivada, e não absoluta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOTÍA, Antonio Bolívar. "¿De nobis ipsis silemus?": Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación REDIE. Revista Electrónica de Investigación Educativa. México: Universidad Autónoma de Baja California, vol. 4, n° 1, mayo, p. 40-65, 2002.



BRUNER, J. The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry*, Vol. 18, No. 1, 1991, p. 1-21.

CHESTERTON, G. K. *Ortodoxia*. Tradução Almiro Pisetta. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.

DUARTE, Newton & MARTINS, Lígia Márcia. As contribuições de Aleksei Nikolaevich Leontiev para o entendimento da relação entre educação e cultura em tempos de relativismo pós-moderno. Texto inédito, 2012.

GERBNER, G. The stories we tell. *Peace Review*, 11(1), p. 9-15, 1999.

LUCKESI, C. C. e PASSOS, E.S. *Introdução à filosofia: aprendendo a pensar*. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINO, L. M. S. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. *Parágrafo*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 40-49, jan/jun. 2016.

MARTINO, L. M. S. *Comunicação e Identidade*. São Paulo: Paulus, 2010.

MOLES, Abraham A. *As ciências do impreciso*. Tradução Glória de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Gaia Ciência*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília-DF: EdUNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília-DF: EdUNB, 2007.

WEBER, Max. *Sociological Writings*. (ed. Wolf Heydebrand). Nova York: Continuum, 1994.



CAPÍTULO 18

ADIÇÃO A JOGOS ELETRÔNICOS – REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

DOI: 10.47402/ed.ep.c202293718061

Natan Augusto Serra de Almeida
Ana Cláudia Afonso Valladares-Torres
Diane Maria Scherer Kuhn Lago
Flora Elisa de Carvalho Fussi

RESUMO

Introdução: Com o crescimento exponencial do mercado tecnológico no mundo todo, os jogos eletrônicos ganharam adeptos com seus produtos e subprodutos cada vez mais imersivos. Tal imersão no mundo virtual, tem trazido prejuízos à saúde dos seus usuários assíduos. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), em sua última versão, incluiu o Transtorno do Jogo pela Internet como novo diagnóstico. Objetivo: Reunir a produção científica sobre o tema abordado e sintetizar os achados, demonstrando também possível escassez das publicações científica na área. Método: Revisão Integrativa da Literatura, de abordagem quali-quantitativa. O método descrito transitou por cinco fases de conformidade com os autores Hopia, Lavata e Liimatainen (2016), descritas a saber: - identificação do tema com a elaboração da questão norteadora; - exploração da literatura; - análise criteriosa dos dados vigentes nos artigos; - avaliação e interpretação dos dados e sua síntese e; - exposição dos resultados. Foram utilizadas bases de dados virtuais, Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no qual se incluiu: a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e a Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Também foram explorados os bancos de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a *US National Library of Medicine and National Institutes of Health* (PUBMED). Utilizaram-se os seguintes descritores: “*Gaming disorder*”, “*Game disorder*”, “dependência em games” e “Transtornos de jogos”. A busca de dados ocorreu no período de julho a agosto de 2021. Os seguintes critérios de inclusão foram adotados: artigos completos, disponibilizados de forma gratuita, com corte de tempo de 2008 a 2021, no idioma Português, que respondiam à questão norteadora. E estabeleceram-se como critérios de exclusão: produções que eram reflexões e revisão, livros, capítulo de livros, artigos empíricos e textos. As produções repetidas em mais de uma base indexadora foram contadas uma única vez. Para a identificação do tema, a questão norteadora do estudo formulada foi assim constituída: “Quais as evidências disponíveis a respeito da dependência em jogos eletrônicos no Brasil?”. Resultados: Os resultados encontrados indicaram que, durante o período, foram selecionados dez artigos, todos encontrados na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os artigos foram divididos em três categorias, a saber: Artigos que avaliam ou apontam instrumentos de uso profissional; Artigos que buscam identificar prevalências; Artigos que buscam etiologias. Discussão: A adicção em jogos eletrônicos nos artigos selecionados foi discutida e analisada de diversas maneiras, sem haver, necessariamente, uma padronização. Dessa forma cada artigo contou com um objetivo distinto. Não houve uma concentração significativa de artigos por ano de publicação, entretanto houve uma predominância de periódico de Psicologia. Conclusões: As evidências científicas acerca da adicção ou a dependência em jogos eletrônicos dos artigos selecionados não seguiram uma mesma linha de pesquisa, fato que dificulta a consolidação de instrumentos para diagnóstico e uma melhor definição da etiologia da dependência de jogos eletrônicos. Contudo, os instrumentos existentes no Brasil, o IAT e o GAS, se mostraram capazes de



contribuir positivamente para a construção de um diagnóstico clínico de adicção de jogos eletrônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos eletrônicos; Dependência de videogames; Gaming disorder; Games; Distúrbios de Games.

INTRODUÇÃO

O brincar é atividade diretamente ligada à infância, que proporciona aprendizado e desenvolvimento de forma lúdica e divertida. Com os jogos, o ser humano desenvolve funções psicológicas, cria relações sociais, pratica suas emoções e administra suas frustrações e alegrias sem o peso de uma punição. Os jogos criam a chamada zona de desenvolvimento proximal (ZDP), proporcionando desafios e estímulos para a busca de conquistas mais avançadas, ensinando também a separar objetos e significados (CORDAZZO; VIEIRA, 2007).

Entre esses jogos, há o crescimento exponencial do mercado tecnológico, no qual os jogos eletrônicos ganham cada dia mais adeptos em todo o mundo. Esse crescimento se deve ao mercado consumidor brasileiro ser o terceiro maior do mundo e ocupar a décima-primeira posição em vendas. São mais de 5,6 bilhões no ano, sem contar todos os subprodutos produzidos a partir de jogos, como filmes, séries, brinquedos, vestuários e outros (NEWZOO, 2014).

A imersão nesse ambiente virtual com sistemas de recompensas e a profissionalização de competidores gera um engajamento ainda maior, mediante a criação de conteúdos digitais, vídeos e streaming — apresentações ao vivo por meio de plataformas digitais (BREDA et al., 2014).

O uso abusivo de jogos eletrônicos, bem como a criação de seus conteúdos, têm trazido preocupação à Organização Mundial de Saúde (OMS), principalmente devido ao prejuízo social e mental que seus adeptos têm sofrido. No ano de 2018, a OMS passou a reconhecer a dependência em jogos eletrônicos como transtorno de saúde mental, sem ainda precisar condutas ou formas de diagnósticos, propôs que, a partir do ano de 2022, os profissionais de saúde possam atuar na área, baseados na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde-11 F63, que compreende transtornos dos hábitos e dos impulsos (ARAUJO; LOTUFO NETO, 2014).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (APA, 2014), em sua última versão, incluiu o Transtorno do Jogo pela Internet (*Internet Gaming Disorder*



– IGD, em Inglês) na seção III em “Condições para Estudos Posteriores”. No entanto, o manual revela a necessidade de que mais pesquisas sejam elaboradas para que esse fenômeno seja formalizado como um novo diagnóstico psiquiátrico (APA, 2014; LEMOS, CONTI, SOUGEY, 2014; VOSS et al., 2015).

A comunidade científica busca, de forma ampla, a análise dos jogos como forma de comunicação e de educação, sendo insólitos os estudos voltados às psicopatologias ocasionadas pelo consumo abusivo desse mercado tecnológico (BREDA et al., 2014).

Com base nisso, este estudo tem como objetivos buscar e discutir as evidências científicas acerca da adicção em jogos eletrônicos.

MÉTODO

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, de abordagem quali-quantitativa, que tem por objetivo reunir a produção científica sobre o tema abordado e sintetizar os achados, demonstrando também possível escassez das publicações científica na área.

O método descrito transitou por cinco fases de conformidade com os autores Hopia, Lavata e Liimatainen (2016), descritas a saber: - identificação do tema com a elaboração da questão norteadora; - exploração da literatura; - análise criteriosa dos dados vigentes nos artigos; - avaliação e interpretação dos dados e sua síntese e; - exposição dos resultados.

Com o intuito de selecionar as principais produções nacionais sobre o tema, foi realizada uma busca computadorizada nas seguintes bases de dados virtuais: o Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no qual se incluíram: a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e a Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Também foram explorados os bancos de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a *US National Library of Medicine and National Institutes of Health* (PUBMED). Utilizaram-se os seguintes descritores: “Gaming disorder”, “Game disorder”, “dependência em games” e “Transtornos de jogos”. Termos comumente utilizados e aceitos na nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que será válida a partir de janeiro de 2022. A busca de dados ocorreu no período de julho a agosto de 2021.

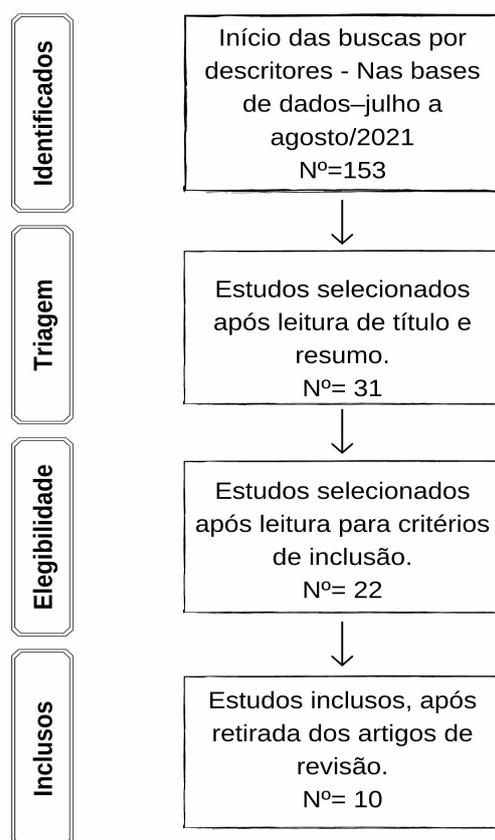
Os seguintes critérios de inclusão foram adotados: artigos completos, disponibilizados de forma gratuita, com corte de tempo de 2008 a 2021, no idioma Português, que respondiam à questão norteadora. E estabeleceram-se como critérios de exclusão: produções que eram

reflexões e revisão, livros, capítulo de livros, artigos empíricos e textos. As produções repetidas em mais de uma base indexadora foram contadas uma única vez.

Para a identificação do tema, a questão norteadora do estudo formulada foi assim constituída: “Quais as evidências disponíveis a respeito da dependência em jogos eletrônicos no Brasil?”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontraram-se um total de 153 estudos, sendo 113 da BVS, 19 da SciELO e 21 da PUBMED. Após a leitura inicial do título e do resumo, foram selecionados 31 artigos que desenvolviam uma análise do tema abordado. Com a abrangência dos critérios de inclusão, foram selecionados 22 artigos e, após a eliminação dos artigos repetidos, compuseram esta revisão um total final de dez estudos. A seleção final das referências incluídas na amostra foi demonstrada na Figura 1.



Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, os resultados encontrados indicaram que, durante o período, foram selecionados dez artigos, todos da base de dados Biblioteca Virtual de Saúde – BVS e nenhum da SCIELO e PUBMED, conforme apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 Resultados por base de dados. Brasília, DF, 2021

Base de dados	BVS	SCIELO	PUBMED	TOTAL
Artigos Encontrados	113	19	21	153
Artigos Utilizados	10	0	0	10

Fonte: Dados da pesquisa

A análise completa deu-se a partir de uma leitura crítica e detalhada dos artigos completos, e a extração dos resultados e das discussões mais relevantes a respeito da adição aos jogos eletrônicos, suas consequências, diagnósticos ou intervenções terapêuticas indicadas. A apresentação e a discussão dos dados obtidos foram realizadas de forma descritiva, de modo a congregar os conhecimentos produzidos no Brasil sobre o tema explorado nesta revisão, com o intuito de validar os objetivos propostos.

Para resumir e sintetizar as informações extraídas dos artigos selecionados para análise, utilizou-se o Quadro 1, que apresenta um panorama completo dos textos avaliados nesta revisão. Dessa forma, o Quadro 1 contém: o título e os autores dos artigos avaliados, o nome do periódico, o ano de publicação e o objetivo geral de cada produção pesquisada nesta revisão. Os artigos foram identificados com a letra A de artigo e o número da ordem considerando o ano de publicação em forma decrescente.

Quadro 1. Síntese dos artigos selecionados para a revisão integrativa por ordem decrescente do ano de publicação. Brasília, DF, 2021.

Nº	Título do artigo	Autor(es)	Periódico	Ano de Publicação	Objetivo do artigo
A1	Propriedades psicométricas do Internet Addiction Test em estudantes de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil	BRITO et al. (BRITO, A. B.; PINHO, L.; BRITO, M. F. S. F.; MESSIAS, R. B.; BRITO, K. D. P.; RODRIGUES, C. A. O.; REIS, V. M. C. P.; SILVEIRA, M. F.)	Cadernos De Saúde Pública	2021	Avaliar as propriedades psicométricas da versão traduzida para o Português do Internet Addiction Test (IAT) em estudantes.
A2	Dependência de internet em adolescentes de uma cidade na Amazônia ocidental brasileira.	DALAMARIA et al. (DALAMARIA, T.; PINTO, W. J.; FARIAS, E. S.; SOUZA, O. F.)	Revista Paulista De Pediatria	2020	Analisar a prevalência e os fatores associados à dependência de internet em uma amostra de adolescentes do ensino médio no Acre.
A3	League of legends e o ciclo vicioso do jogar	KOGA, D. Y.; LAURENTI, C.	Revista De Psicologia	2020	Investigar a “dependência de jogos” de uma perspectiva

	no ambiente virtual.					analítico-comportamental.
A4	Epidemiologia do Uso de Internet numa População Adolescente e Sua Relação com Hábitos de Sono.	FERREIRA et al. (FERREIRA, C.; FERREIRA, H.; VIEIRA, M. J.; COSTEIRA, M.; BRANCO, L.; DIAS, A.; MACEDO, L.)	Revista Científica da Ordem dos Médicos	2017		Aferir e caracterizar o uso de Internet na adolescência, determinar a dependência de Internet e estabelecer a sua associação com alterações do sono e sonolência diurna excessiva.
A5	Adicção em Games: do cognitivo-comportamental ao estruturalismo.	MENDONÇA, L. H. F.; FANTINI, J. A.	Memorandum: Memória e História em Psicologia	2017		Análise da atual conjuntura acerca do problema de adicção em videogames, seja a respeito dos efeitos dos videogames na vida do indivíduo contemporâneo, positiva ou negativamente.
A6	Precisamos falar sobre tecnologia: caracterizando clinicamente os subtipos de dependência de tecnologia	PICON et al. (PICON, F.; KARAM, R.; BREDA, V.; RESTANO, A.; SILVEIRA, A.; SPRITZER, D.)	Revista Brasileira de Psicoterapia	2015		Revisar os subtipos de dependência de tecnologia (jogos eletrônico, redes sociais, pornografia e smartphones) que apresentam maior relevância.
A7	Prevalência de cefaleia em adolescentes e associação com uso de computador e jogos eletrônicos.	XAVIER et al. (XAVIER, M. K. A.; PITANGUI, A. C. R.; SILVA, G. R. R.; OLIVEIRA, V. M. A.; BELTRÃO, N. B.; ARAÚJO, R. C.)	Revista Ciência & Saúde Coletiva	2014		Verificar a prevalência de cefaleia em adolescentes e sua associação com o uso excessivo de computador e de jogos eletrônicos.
A8	Avaliação da equivalência semântica e consistência interna da Game Addiction Scale (GAS): versão em Português	LEMOS, I. L.; CONTI, M. A.; SOUGEY E. B.	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	2014		Avaliar a equivalência semântica e a consistência interna da Game Addiction Scale (GAS): versão em Português.
A9	Dependência de tecnologia: o desenvolvimento de um website psicoeducativo.	PICON, F. A.; MOREIRA, L. M.; SPRITZER, D. T.	Revista Brasileira de Psicoterapia	2012		Apresentar o processo de construção e organização do website psicoeducacional que contribui para auxiliar na identificação precoce dos sintomas e dos fatores de risco que levam à dependência de tecnologia.
A10	O uso de videogames, jogos de computador e	SUZUKI et al. (SUZUKI, F. T. I.; MATIAS, M. V.; SILVA, M. T. A.)	Jornal Brasileiro De Psiquiatria	2009		Avaliar uso de jogos eletrônicos (videogames, jogos de computador e internet)

internet por uma amostra de universitários da Universidade de São Paulo.

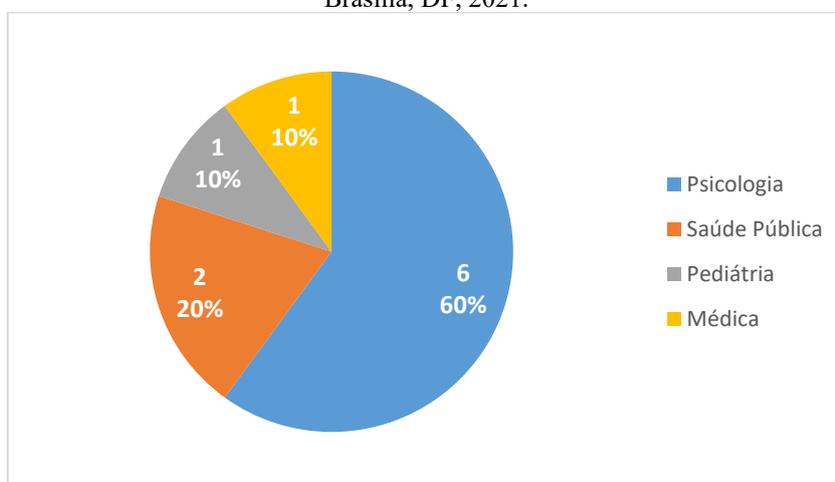
OLIVEIRA, M.T. M. P.)

em uma amostra de universitários.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme análise dos artigos revisados no Quadro 1, destaca-se, principalmente, a predominância de publicações em periódicos de Psicologia e de Psiquiatria (60%) e as revistas da área que publicaram foram o Jornal Brasileiro de Psiquiatria, a Revista Brasileira de Psicoterapia, Memorandum: Memória e História em Psicologia e Revista de Psicologia. Dados ilustrados no Gráfico 1.

Gráfico 1 Distribuição dos estudos selecionados para revisão segundo tipo de revista / periódico publicado. Brasília, DF, 2021.

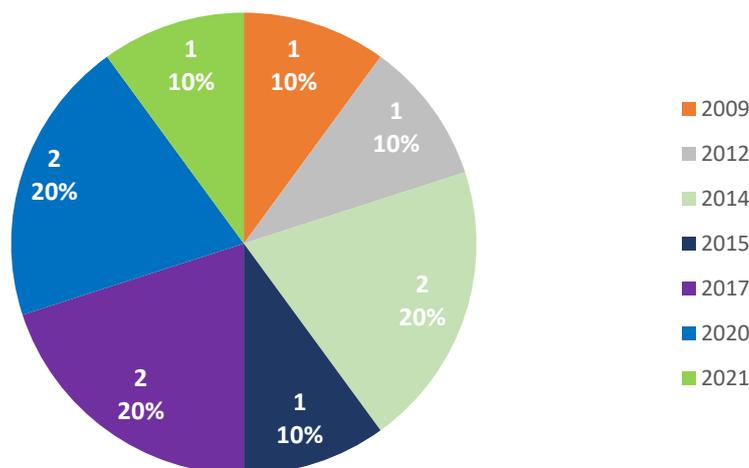


Fonte: Dados da pesquisa

Os periódicos de Psicologia e Psiquiatria compõem a maioria dos artigos selecionados e, em seguida, os de saúde pública (20%), os de pediatria (10%) e os da área médica em geral (10%).

Quanto ao ano, apontou-se uma boa difusão de publicações, tendo um pico de 50% nos últimos quatro anos, de 2017 a 2021, desde o momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a analisar e a reconhecer a adicção a jogos eletrônicos como um transtorno de saúde mental, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-11). O Gráfico 2 a seguir apresenta a distribuição dos estudos selecionados conforme o ano de sua publicação.

Gráfico 2 Distribuição dos estudos selecionados para revisão segundo o ano de publicação. Brasília, DF, 2021



Fonte: Dados da pesquisa

A adição em jogos eletrônicos nos artigos selecionados foi discutida e analisada de diversas maneiras, sem haver, necessariamente, uma padronização. Dessa forma, cada artigo contou com um objetivo distinto.

Entretanto, para facilitar a discussão entre os artigos, eles foram classificados em grupos (G) e nomeados de acordo com suas semelhanças, sendo: G1 – Artigos que avaliam ou apontam instrumentos de uso profissional; G2 – Artigos que buscam identificar prevalências; G3 – Artigos que buscam etiologias. Nesta revisão, foi utilizada a nomenclatura G para os grupos, seguida da ordem numérica, conforme ilustrados no Quadro 2.

Quadro 2 Divisão dos artigos selecionados de conformidade com os Grupos propostos. Brasília, DF, 2021.

Grupos	G1	G2	G3
Artigos	A1, A8 e A9	A2, A4, A7 e A10	A3, A5 e A6

Fonte: Elaboração dos autores

As categorias por grupos (G) com seus artigos distintos são apresentadas a seguir e foram, então, agrupadas de acordo com o tema recorrente ao qual se referiam. Dessa forma, foram construídas categorias de análise, que formaram a base da análise realizada por esta revisão integrativa.

G1 ARTIGOS QUE AVALIAM OU APONTAM INSTRUMENTOS DE USO PROFISSIONAL (FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS DIAGNÓSTICOS)

O grupo 1 (G1) foi composto pelos artigos A1, A8 e A9, que, de forma geral, buscaram explorar instrumentos diagnósticos em busca de validá-los para fins sintomatológicos e de



diagnósticos. Enquanto não se tem um consenso sobre quais critérios devem e podem ser universalmente utilizados, a validação dessas ferramentas vem contribuir de forma positiva para um melhor entendimento e uso de instrumentos diagnósticos por profissionais de saúde.

O artigo A9 se destaca nesse sentido, pois apresenta a criação de um *site* estruturado para “[...] promover conhecimento sobre essa área de estudos ainda recente, tanto para tentar facilitar a difícil tarefa da parentalidade, quanto para auxiliar na identificação precoce dos sintomas e dos fatores de risco que levam à dependência de tecnologia” (PICON; MOREIRA; SPRITZER, 2012, p.1). Especificamente, para a adicção de jogos eletrônicos, o *site* auxilia na discussão da temática, dando suporte para profissionais de saúde, a partir de elaboração de um compilado das principais escalas validadas. Embora não possua uma etiologia da problemática, as escalas e instrumentos disponíveis possibilitaram ao profissional de saúde maior liberdade para formular uma compreensão diagnóstica e um plano terapêutico específico para cada paciente, de acordo com a ferramenta que se encaixa melhor com cada caso. O *site* é dividido em tópicos, dentre eles a seção de “dependência em tecnologias”, na qual a dependência em jogos eletrônicos possui um espaço com subtópicos: classificação, causas, sintomas e tratamento.

No artigo A1, os autores Brito et al. (2021) investigaram as evidências de validade e de confiabilidade do *Internet Addiction Test* (IAT), em uma população de alunos dos ensinos Médio e Superior do norte de Minas Gerais, visto que a adicção pela Internet em estudantes é uma condição frequente no contexto acadêmico e pode repercutir negativamente na vida cotidiana e na saúde dos jovens. Esse instrumento foi desenvolvido por Kimberly Young, em 1998 e foi traduzido em 2016 para o Português. O IAT foi validado por diversos países, com propriedades psicométricas satisfatórias em diferentes populações.

Já no artigo A8, Lemos, Conti e Sougey (2014) objetivaram analisar a equivalência semântica e a consistência interna da escala *Game Addiction Scale* (GAS) para a versão em Português). A GAS é uma escala com 21 itens que apresenta alguns componentes como: Saliência, quando o jogo se torna a atividade mais importante da vida do indivíduo; Tolerância, necessidade de jogar por períodos cada vez maiores; Modificação do humor, euforia ou mesmo de alívio de ansiedade relatada pelo jogador; Retrocesso, tendência a retornar rapidamente ao padrão anterior de jogo excessivo após períodos de abstinência; Recaída, quando o jogador se sente mal quando não consegue jogar; Conflito, quando o jogador tem conflitos com outros, familiares ou consigo mesmo. Esses componentes devem ser respondidos com numeração de um a cinco, de acordo com sua intensidade, sendo um -



pouca ou nenhuma intensidade e cinco - maior intensidade. Trata-se de uma escala criada em 1996 por Mark Griffiths.

Os artigos do G1 embora, em comum, tenham utilizado instrumentos para a mensuração sintomatológica de adicção em tecnologia e em jogos eletrônicos, possuíram objetivos distintos. O artigo A1, por exemplo, teve por objetivo validar o IAT, mostrar a confiabilidade da tradução com uma amostra de 2.519 estudantes, sendo 966 (29,6%) do Ensino Médio e 1.553 (70,4%) do Ensino Superior. E concluíram que a versão do IAT, ao ser traduzido e adaptado para o idioma Português, a partir desse estudo, foi julgada válida e confiável para analisar a adicção em Internet em pesquisas epidemiológicas entre alunos dos Ensinos Médio e Superior do Brasil.

Já o artigo A8, cujo objetivo foi comprovar a eficácia de tradução do GAS, que no ano de publicação do artigo, ainda não possuía uma tradução para o Português do Brasil documentada. Este estudo A8 concluiu que o instrumento pesquisado (GAS) exibiu adequados resultados na avaliação da equivalência semântica e na consistência interna para o idioma Português (do Brasil), aspecto que norteia o trabalho de profissionais da área da saúde mental e auxilia na identificação de possíveis dependentes de jogos eletrônicos.

Contudo, os autores dos artigos A1, A8 e A9 sugeriram que os instrumentos não devam ser utilizados de forma isolada como modelo de diagnóstico clínico, principalmente se forem levadas em consideração suas limitações. A utilização de diferentes escores é considerada muito valiosa para melhor compreensão diagnóstica. Destacaram-se, ainda, a importância do desenvolvimento de pesquisas científicas na área para melhor domínio da temática.

G2 – ARTIGOS QUE BUSCAM IDENTIFICAR PREVALÊNCIAS (PREVALÊNCIA)

O G2 contempla os artigos que buscam apontar a prevalência de adicção a jogos eletrônicos e os fatores associados à sua prática. O grupo é formado pelos artigos A2, A4, A7 e A10.

No artigo A2, os autores Dalamaria et al. (2020) avaliaram a prevalência e os fatores relacionados com a dependência de internet em um grupo de adolescentes do Ensino Médio no Acre. A pesquisa foi composta por uma amostra de 1.391 alunos que responderam o instrumento IAT, além de questionários sociodemográfico, sociofamiliar e de atividade física. Os resultados indicaram uma prevalência geral de dependência de internet de 10,6%; os estudantes do gênero masculino tiveram menor prevalência (6,9%) de dependência de



internet, em oposição ao gênero feminino, que foi de 13,9%; entretanto os autores não identificaram diferenças estatísticas entre as idades.

Ferreira et al. (2017) no artigo A4 também exploraram o IAT como um dos instrumentos de avaliação. Sua amostra foi composta por 727 alunos com idade entre nove e treze anos e a coleta de dados ocorreu de forma on-line. O IAT é um questionário que contempla um somatório total de 20 questões e que possibilita avaliar se o adolescente tem ou não dependência de Internet e se tiver, o grau de gravidade, que pode variar de moderada a grave. Os autores do artigo A4 também buscaram associar adicção a internet e a jogos eletrônicos com a irregularidade no padrão de sono e concluíram que a dependência de Internet tem uma correlação direta com alterações no sono e na sonolência diurna em excesso. Os autores ainda sinalizaram a relevância dessa problemática e a importância de sensibilizar os pais e os profissionais de educação e de saúde.

Já Xavier et al. (2014), no artigo A7, pesquisaram a conexão entre cefaleia com o uso de computadores e jogos eletrônicos em uma amostra de 954 adolescentes e concluíram que o uso excessivo dos aparelhos eletrônicos se apresentou relacionado com os sintomas de cefaleia e, dessa forma, foi reconhecido como um fator de risco para o aparecimento de dois tipos predominantes de cefaleia, a de tipo tensional, com prevalência da cefaleia de tipo migrânea.

No artigo A10, os autores Suzuki et al. (2009) investigaram o uso de jogos eletrônicos, como: videogames, jogos de computador e de internet, em uma amostra de 100 universitários. Foi empregado o instrumento “*Problem Video Game Playing*” (PVP), no qual o participante respondeu a uma série de perguntas sobre o uso de tecnologias. E mesmo tendo esses estudos e instrumentos na área, os autores acreditaram que os jogos eletrônicos fazem parte da rotina de estudantes e causam adicção. Dessa forma, são necessários mais estudos na área, para que sejam levantadas as vulnerabilidades que geram o uso excessivo de jogos eletrônicos e, assim, apropriar-se de um instrumento que contribua no diagnóstico e avaliação do uso de gamers eletrônicos.

Todos os artigos selecionados no G2 também defenderam a importância do investimento em pesquisas na área, o que contribui para a definição de um instrumento ou uma ferramenta que facilite um diagnóstico.



G3 – ARTIGOS QUE BUSCAM ETIOLOGIAS (ETIOLOGIA)

Os artigos do G3 tiveram como objetivo a análise da etiologia, no que diz respeito a dependência em jogos eletrônicos ou de alguma forma a caracterize. Foram listados neste grupo os artigos A3, A5 e A6.

No artigo A3, Koga e Laurenti (2019) investigaram a adicção ao jogo eletrônico “*League of Legends*” na perspectiva analítico-comportamental, por meio de entrevistas semiestruturadas com três voluntários do gênero masculino. A pesquisa contou com uma amostra pequena e uma avaliação voltada apenas para um jogo, aspecto que restringiu os achados e a discussão do estudo. Contudo, os autores destacaram que a dependência de jogos eletrônicos é multifatorial e que vai além do reforço positivo, visto que, como complementa Skinner (1986; 2006), o reforço constante gera e preserva o interesse por aquilo que a pessoa está realizando.

Os autores Koga e Laurenti (2019) no artigo A3 trouxeram as informações obtidas nas entrevistas, afirmando uma narrativa de reforço positivo e negativo, que parecem contribuir para a emissão do comportamento de jogar, como a ênfase na comunicação e lazer via redes sociais on-line, a valorização social da própria atividade de jogar, por meio da promoção de campeonatos, torneios (LOL ESPORTS BR, 2018) e profissionalização (COLODEL, 2019), que disponibilizam vários tipos de reforçadores sociais como dinheiro, prêmios, reconhecimento social para jogadores assíduos.

No artigo A5, os autores Mendonça e Fantini (2017) apresentaram uma visão psicanalítica, a partir de teorias sociológicas, antropológicas e filosóficas na perspectiva do *Gamer* - do sujeito no qual joga os jogos eletrônicos. E expuseram o *Gamer* como um ser biopsicossocial, não somente classificando-o como biológico. O artigo avaliou as características do *Gamer*, com suas narrativas de identidade, sua prevalência, seu tempo de consumo, sua imersão no mundo fantasioso, entre outros aspectos. Os autores do artigo A5 corroboram com Farmer (2011) ao identificarem que como aspecto negativo da abordagem cognitivista neste ponto é sua perspectiva seletiva em relação ao que é real e virtual, considera-se o comportamento de jogar *games* como algo que tira o sujeito da realidade e o coloca em um mundo à parte, transformando-o em um sujeito disfuncional, visto que, em lugar de dispensar tempo em algo funcional, gasta-o em atividades não produtivas.

O artigo A5 concluiu que:



Faz-se necessário lembrar o que é adicção em games a partir da perspectiva psicanalítica: trata-se de uma paixão tóxica por um objeto amado, a total sujeição do indivíduo às regras e desejos do Outro, que pode tomar a forma de um videogame, sendo fundamentalmente a demanda do capitalismo “consuma!”, “divirta-se!”, “goze!”, aquilo que prende o sujeito ao game, e que depende fundamentalmente de seu processo de constituição em um contexto singular (MENDONÇA; FANTINI, 2017, p. 19).

No artigo A6, os autores Picon et al. (2015) apresentaram um compilado de características e definições a partir de subtipos de dependência de tecnologia: dependência de jogos eletrônicos; dependência de redes sociais; dependência de pornografia *on-line* e de dependência de *smartphones*. Os autores citam que pesquisas indicam grandes variações de prevalência, principalmente devido ao uso de diferentes instrumentos diagnósticos. O artigo A6 afirma que as principais comorbidades para dependência de jogos eletrônicos são: ansiedade social, depressão e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade. Além disso, há indícios que apontam adolescentes do gênero masculino como o principal grupo de risco. O artigo A6 finaliza cada categoria descrita anteriormente com um caso clínico explicativo, enfatizando assim o que foi descrito.

No geral, os artigos listados no G3 apresentaram estudos que exploraram a etiologia para a adicção de jogos eletrônicos. O artigo A5 foi o que abordou o sujeito do estudo de uma maneira mais abrangente e trouxe com mais profundidade o referencial da teoria psicanalítica para melhor compreensão da adicção em jogos eletrônicos. Também vale destacar o artigo A6 que exibiu um compilado de características sobre a etiologia de dependência de jogos eletrônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo havendo um número reduzido de artigos na área, este estudo de revisão permitiu contribuir com a ciência e trouxe as evidências disponíveis a respeito da dependência em jogos eletrônicos no Brasil. De modo geral, as evidências científicas acerca da adicção ou dependência em jogos eletrônicos dos artigos selecionados não seguiram uma mesma linha de pesquisa. Esse aspecto gerou dois pontos de vista — o positivo, que possibilitou melhor exploração do assunto em amplo espectro, e o negativo, pois não definiu uma mesma linha de raciocínio, fato que dificultou a consolidação de instrumentos para diagnóstico e melhor definição da etiologia da dependência de jogos eletrônicos.

Contudo, os instrumentos existentes no Brasil, o IAT e o GAS, mostraram-se capazes de contribuir positivamente para a construção de um diagnóstico clínico de adicção de jogos eletrônicos e possibilitam a combinação de duas ferramentas ou outros instrumentos



suplementares para estudos futuros. Por fim, é consenso que a adição de jogos eletrônicos é um campo que requer maior investimento para pesquisas e estudos futuros, tendo em vista a crescente utilização de jogos eletrônicos no mundo todo, acentuada durante a pandemia de COVID 19.

REFERÊNCIAS

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Editora ArtMed, 2014.

ARAUJO, Á. C.; LOTUFO NETO, F. A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5. **Rev. bras. ter. comport. cogn.** v.16, n.1, p.67-82, 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452014000100007&lng=pt&nrm=iso

BREDA, V. C. T. et al. Dependência de Jogos Eletrônicos em Crianças e Adolescentes. **Rev. bras. psicoter.** v.16, n.1, p.53-67, 2014. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v16n1a06.pdf>

BRITO, A. B. et al. Propriedades psicométricas do Internet Addiction Test em estudantes de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [on-line]. v.37, n.5, e00212619, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00212619>. (A1).

COLODEL, R. **Londrina E-Sport anuncia equipe de League of Legends**. Torcedores, 2019.

CORDAZZO, S. T. D.; VIEIRA, M. L. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v.7, n.1, p.91-104, 2007.

DALAMARIA, T. et al. Internet Addiction among adolescents in a western brazilian amazonian city. **Revista Paulista de Pediatria** [on-line]. v.39, e2019270, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2019270>. (A2).

FARMER, S. **Vídeo game “addiction”: a new clinical disorder?** Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, School of Psychology, University of Leicester, Leicester, Reino Unido. 2011.

FERREIRA et al. Epidemiologia do Uso de Internet numa População Adolescente e Sua Relação com Hábitos de Sono. **Revista Científica da Ordem dos Médicos. Acta Med Port.** V.30, n.7-8, p.524-33, 2017. Doi: <https://doi.org/10.20344/amp.8205>. (A4).

HOPIA, H.; LAVATA, E.; LIIMATAINEN, L. Reviewing the methodology of an integrative review. **Scand J Caring Sci.** [Internet]. v.30, n.4, p.662-9, 2016. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27074869>



KOGA, D. Y.; LAURENTI, C. League of Legends e o ciclo vicioso do jogar no ambiente virtual. **Revista De Psicologia**. v.11, n.1, p.81-94, 2019. Doi: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.11.1.2020.6>. (A3).

LEMOS, I. L.; CONTI, M. A.; SOUGEY, E. B. Avaliação da equivalência semântica e consistência interna da Game Addiction Scale (GAS): versão em Português. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria** [on-line]. v.64, n.1, p.8-16, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000051>. (A8).

LOL ESPORTS BR. **Números da temporada 2018**. 2018. Disponível em: https://www.leagueoflegends.com/pt-br/?utm_source=riotbar&utm_medium=card1%2Blolesports.com&utm_campaign=lol&utm_content=lol_key01

MENDONÇA, L. H. F.; FANTINI, J. A. Adicção em Games: do cognitivo-comportamental ao estruturalismo. **Memorandum: Memória E História Em Psicologia**. v.33, p.142-65, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6656>. (A5).

NEWZOO. **Consumer Insights Games and Esports**. 2014. Disponível em: <https://newzoo.com/consumer-insights/games-esports/>

PICON, F. et al. Precisamos falar sobre tecnologia: caracterizando clinicamente os subtipos de dependência de tecnologia. **Rev. Bras. Psicoter**. v.17, n.2, p.44-60, 2015. Disponível em: http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=177. (A6).

PICON, F. A.; MOREIRA, L. M.; SPRITZER, D. T. Dependência de tecnologia: o desenvolvimento de um website psicoeducativo. **Rev. Bras. Psicoter**. v.14, n.3, p.18-24, 2012. Disponível em: http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=100. (A9).

SKINNER, B. F. What is wrong with daily life in the western world? **American Psychologist**. v.41, n.5, p.568-74, 1986. Doi: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.41.5.568>.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo:Editora Cultrix, 2006.

SUZUKI, F. T. I. et al. O uso de videogames, jogos de computador e internet por uma amostra de universitários da Universidade de São Paulo. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria** [on-line]. v.58, n.3, p.162-68, 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0047-20852009000300004>. (A10).

VOSS, A. et al. Case Report: Internet Gaming Disorder Associated with Pornography Use. **The Yale Journal of Biology and Medicine**. v.88, n.3, p.319-24, 2015. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov.ez25.periodicos.capes.gov.br/pmc/articles/PMC4553653/pdf/yjbm_88_3_319.pdf.

XAVIER, M. K. A. et al. Prevalência de cefaleia em adolescentes e associação com uso de computador e jogos eletrônicos. **Ciência & Saúde Coletiva** [on-line]. v.20, n.11, p. 3477-86, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.19272014>. (A7).



CAPÍTULO 19

O ESPAÇO SAGRADO EM GRUPOS CRISTÃOS DOMÉSTICOS

DOI: 10.47402/ed.ep.c202293819061

Christovam Reis dos Santos Filho

RESUMO

O trabalho faz parte do desenvolvimento inicial de nossa pesquisa de Doutorado que converge para os estudos das manifestações culturais em geografia e consiste em delimitar o espaço sagrado dos grupos cristãos que não utilizam templos ou quaisquer edifícios previamente preparados para liturgia religiosa. Para isto utilizamos e discutimos o conceito de espaço sagrado e de hierofania a partir dos textos de Mircea Eliade bem como de autores da geografia brasileira que aprofundam o assunto, destacando Zeny Rosendhal e Gil Filho. Com o aporte teórico laboramos um estudo de caso, composto por um grupo cristão que se reúne em casa e a partir de uma observação-participante relacionamos os conceitos com a vivência do grupo. Percebemos que, apesar de não existir um espaço físico, o sagrado se irradia na espacialidade envolvida nos momentos de encontro deste grupo por meio de hierofanias que estão presentes no espaço sagrado do grupo.

PALAVRAS-CHAVES: Espaço sagrado; hierofania; cristãos domésticos.

INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho se volta para os estudos das manifestações culturais em Geografia. Propomos como outros estudantes já o fazem elencar meios de estudar o espaço por um viés que valorize os significados. Deste modo, tratamos nossas pesquisas buscando perceber o sujeito enquanto alguém que vivencia e dá sentidos nos locais dos quais vive.

Um destes sentidos é buscado na religião, na qual o sujeito ressignifica o espaço a partir de uma interpretação do sagrado advinda de suas experiências cotidianas. Destas experiências surgem locais que possuem valores diferentes de outros, os quais são revalorizados por haver ali o contato com o sagrado. É o que ocorre em diversas religiões que usam templos, árvores, estruturas litológicas, rios ou quaisquer outros símbolos que o une ao divino.

Em nossa proposta, buscamos a compreensão de como se delimita o espaço sagrado em grupos cristãos domésticos. Delimitar neste sentido abrange a apreensão que possui o espaço sagrado em suas práticas religiosas. Para isto, apreendemos o conceito de espaço sagrado e hierofania e identificamos como esta se manifesta nos momentos de encontro doméstico.



Utilizamos esta nomenclatura por identificar nestas pessoas a inutilização de edifícios previamente preparados para práticas religiosas, isto é, pessoas que não consideram os templos como uma “morada de Deus”.

METODOLOGIA

Nosso trabalho remete a dois procedimentos básicos. Primeiramente temos o levantamento bibliográfico, no qual tomaremos por parâmetro central explicar os conceitos de espaço sagrado e hierofania, ambos conceitos extraídos das obras de Eliade (1979; 2008), além dos autores brasileiros que fizeram um aprofundamento geográfico destes conceitos. Em uma vertente pioneira, temos os estudos de Rosendahl (2006; 2008), que aborda o espaço sagrado como uma manifestação hierofânica a partir do estudo das paisagens religiosas e Gil Filho (2008), que de maneira diferente, evidencia o espaço sagrado como uma representação refletida pelos sujeitos, partindo das premissas de Rudolf Otto (2008). Com base nestas leituras, formamos um arcabouço que revela que apesar do espaço sagrado apresentar de modo inserido na paisagem, ele também se substancia de modo simbólico também de maneira imaterial.

Este aparato teórico nos permite focarmos em uma pesquisa de campo a partir da observação *in loco*, segunda etapa metodológica de nosso trabalho. Analisamos um dos grupos pertencentes à doutrina cristã não adeptas de templos construídos para fins religiosos. Usamos de uma observação-participante que nos auxilie a identificar elementos que convirja para uma espacialidade de grupos domésticos como manifestação cultural geográfica a partir da vivência de um espaço sagrado. Buscamos um “olhar espacial”, ou seja, “descobrir o movimento que não está disponível [...], objetivando apreender dimensões de uma realidade em múltiplos movimentos: a espacialidade da existência das coisas e dos seres.” (HISSA, 2012, p. 185). Estas observações ocorreram a partir de visitas realizadas entre os primeiros meses do ano de 2019.

Vale destacar que foram os primeiros contatos com tal grupo, não sendo, portanto, adotadas entrevistas ou conversas formais a respeito de suas práticas litúrgicas. Deste modo, a observação é fundamental para uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989), na qual extraímos as vivências espaciais deste grupo e assim levamos em discussão com a teoria adotada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após três visitas ao grupo doméstico cujas reuniões ocorreram no bairro Parque Santana, periferia de Fortaleza, resgatamos as impressões alcançadas pela observação *in loco*,



dialogando com os autores acima mencionados. O grupo se compõe de aproximadamente quinze pessoas, sendo alguns integrantes da mesma família, o que facilita a marcação do horário e local a ser realizado o culto doméstico.

Os cristãos que se reúnem nas casas faz parte de um grupo que se desvinculou de uma vivência hierofânica embasada por templos religiosos. Para melhor compreensão analisemos de antemão que “o espaço sagrado é o *locus* de uma hierofania, isto é, de uma manifestação do sagrado” (ROSENDAHL, 2006, p. 121). O local onde o sagrado é percebido e vivenciado pode considerado como um espaço diferente dos outros.

Para Eliade (1979), isto ocorre porque o espaço sagrado é heterogêneo. Segundo o autor, “o único que é real, que realmente existe, e tudo o resto, a extensão informe que o cerca” (ELIADE, 1979, p. 25). Esta “extensão informe” remete aos locais que não possuem sentido especial para quem nele vive ou presencia. Uma casa pode ser sagrada, porém nem toda casa é especial.

Isto porque a hierofania precisa ter significação para os integrantes do grupo. A partir do entendimento de que “tudo quanto o homem manejou, sentiu, encontrou ou amou pode tornar-se uma hierofania” (ELIADE, 2008, p. 18), um momento coletivo que possua significado para o grupo evidencia também uma manifestação do sagrado, pois as reuniões cristãs em casas é uma particularidade espacial para os membros frequentadores, uma vez que as casas adquirem um sentido simbólico pertinente ao local de encontro, familiar, como a “família de Deus”.

No espaço sagrado das igrejas domésticas ocorre uma hierofania, pois “pressupõe uma escolha, uma nítida separação do objeto hierofânico relativamente ao mundo restante que o rodeia.” (ELIADE, 2008, p. 19). Os membros optam por não usar templos próprios para a liturgia, enquanto acordam em realizar suas práticas religiosas em casas, visto que os templos refletem uma paganização da religião cristã ocorrida nos relatos bíblicos neotestamentais.

Os espaços sagrados podem se apresentar de formas distintas. Como apontado por Rosendahl (2008), estes são tipificados em: fixos, quando há esforços de firmar na paisagem os símbolos da manifestação religiosa; móveis caracterizados pelo deslocamento que o sagrado pode ter simbolicamente e; *imaginalis* quando incide numa afetividade e familiaridade geradora de uma identidade com o lugar por meio do sagrado. A comunidade cristã doméstica em questão se enquadra neste último, sendo a reunião litúrgica no lar a ponte entre o sagrado e a comunidade.



Podemos inferir que “o espaço sagrado é produto da consciência religiosa concreta, e, nesse caso, não é possível a separação entre posição e conteúdo, pois o último parte de uma consciência do vivido plenamente sensível.” (GIL FILHO, 2008, p. 71). Logo, a igreja doméstica é sentida pela vivência do grupo.

No tocante aos encontros presenciados, percebemos que os fiéis se reúnem na casa com fins de aprender as lições básicas da vida cristã. Os momentos são ritualizados por meio de músicas, orações e relatos de experiências ocorridas durante a semana. Posteriormente, há o momento de aprendizado, no qual se configura como parte essencial do encontro. O simbolismo da Bíblia é elementar, pois as reuniões canalizam os ensinamentos entendidos e debatidos dos textos sagrados.

A hierofania se manifesta pelo encontro em si, materializado em um momento vivido na residência. Pois o espaço sagrado “não se refere apenas a um espaço localizável/um lugar, mas diz respeito a uma série de experiências religiosas que conjuntamente estruturam a dimensão da esfera religiosa”. (PEREIRA, 2014, p. 114). As experiências vividas pelo grupo remetem a isto. O sentimento de “comunhão”, a liberdade de expressão e a ausência institucional caracterizam este grupo.

Não obstante, ainda se identifica nos grupos formalidades presentes em instituições religiosas mais conhecidas. Por exemplo, a vestimenta usada pelos participantes que apresentam ser um evento diferenciado do cotidiano (Figuras 1 e 2), onde se observa que suas roupas são de uso diferente do que se usa em seu momento cotidiano. Há também preocupação com o comportamento das crianças e a formalidade de cantar e/ou orar em pé (Figuras 3 e 4) nos momentos rituais e a ausência de liderança feminina nos atos ritualísticos (Pois as funções religiosas são refutadas às mulheres pela maioria dos segmentos cristãos). São trazidas emoções oriundas de espaços que os frequentadores visitavam, pois ainda há uma ligação ritualística de religiões cristãs dominantes (entenda-se aqui, como a Igreja Católica e outras Protestantes de maior quantidade de adeptos).



Figura 1: Reunião da Igreja em Lar no Parque Santana, momento de leitura



Fonte: Elaborado pelo autor, 07/04/2019.

Figura 2: Reunião da Igreja em Lar no Parque Santana, momento de louvor



Fonte: Elaborado pelo autor, 07/04/2019.



Figura 3: Reunião da Igreja em lar no Parque Santana. Mãe “aquietando” a filha



Fonte: Elaborado pelo autor, 07/04/2019.

Figura 4: Reunião da Igreja em lar no Parque Santana. Liderança masculina



Fonte: Elaborado pelo autor, 07/04/2019.

Ainda sim, deixam de adotar vários simbolismos de templos institucionais. Para ilustrar, citamos que eles não usam bancos enfileirados, posição de eminência para quem conduz os ritos e nem objetos ornamentais e instrumentos musicais. São alguns símbolos



descartados que não tiraram a sacralidade do local, ao contrário, suas ausências remetem ao grupo o entendimento de maturidade espiritual, pois identificam a igreja, não como local de culto, mas como aos “cultores” presentes.

Por tanto, o espaço sagrado em grupos cristãos acontece pela hierofania presente nos momentos de encontro do grupo. O espaço é sacralizado a partir da vivência comunal das lições bíblicas entre os presentes nos momentos de culto. O domicílio é um espaço sacralizado efemeramente, enquanto ocorre o ritual acordado com os frequentadores. O grupo doméstico em questão se constitui como espaço sagrado, porém a materialidade da casa só assume esta função devido à presença da igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que falar de espaço sagrado é considerar suas hierofanias e o modo como estas ocorrem. Nosso intuito é trazer ao debate acadêmico formas peculiares de como o sagrado se espacializa e para isto elevamos como objeto de análise um grupo cristão doméstico, pessoas que não utilizam templos para seus momentos ritualísticos, contudo promove em seu local de encontro um espaço sagrado, que se substancia pela significação dada à residência nos momentos de coletividade.

A partir de um olhar geográfico, esperamos desvendar (no sentido do termo) os percalços ainda existentes nos estudos da geografia quanto ao significado espacial contido nas paisagens. Para isto, trazemos a religião, numa espacialidade distinta da tradicional e esperamos incitar a busca por mais conhecimento acerca desta manifestação cultural no espaço, por meio de suas hierofanias e seu aspecto espacial.

REFERÊNCIAS

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, 1979. (Coleção vida e cultura).

ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço Sagrado**: estudos em geografia da religião. Curitiba: Ibpx, 2008.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.



OTTO, Rudolf. **O sagrado**: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

PEREIRA, Clevisson Junior. **Geografia da Religião e a teoria do espaço sagrado**: a construção de uma categoria de análise e o desvelar de espacialidades do protestantismo batista. Curitiba, PR: CRV, 2014.

ROSENDAHL, Zeny. A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção e do sentimento do ser-no-mundo. **Geo-Working Papers [on line]**. Guimarães – Portugal: Lasics, SérieInvestigação. n. 14, p. 5-14, 2008. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/geoworkingp/article/view/444>>. Acesso em: 07/01/2016.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 119-154, 2006.



CAPÍTULO 20

CORPO E ARQUITETURA NA VIDA COLONIAL BRASILEIRA: UMA INCURSÃO NA ARTE DE DEBRET

DOI: 10.47402/ed.ep.c202293920061

**Eleusy Natália Miguel
Isabella Pereira Farias**

RESUMO

Partindo da premissa que o corpo faz parte da cultura e que estabelece importante relação com o espaço e o contexto histórico onde está inserido, neste artigo realiza-se uma reflexão sobre nove telas de Debret, analisando afinidades entre corpo, espaço e arquitetura no contexto colonial brasileiro. A profusão de elementos esmerados nas pinturas aqui apreciadas vai além de retratar a corte, esta que seria a atribuição primária para a qual foi contratado, com o intuito de representar uma visão sensível e ampla da sociedade colonial. Em sua arte, o pintor idealiza magistralmente o cotidiano e as relações estabelecidas naquela sociedade, dando ênfase ao corpo (em seus aspectos discursivos e gestuais) e as associações que ele estabelece com o lugar, e conseqüentemente com o espaço arquitetural. Nesse sentido, entende-se que o corpo possibilita a transformação do espaço físico no ambiente arquitetônico.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo, Espaço, Arquitetura, Debret, Sociedade Colonial.

INTRODUÇÃO

Na travessia do tempo a humanidade imprimem suas marcas no tempo e lugar de diversas formas: na ciência, na teologia, na tecnologia e na arte. Todo signo (verbal, plástico, musical, gestual, físico) é uma imagem exterior de imagens mentais, logo, metáfora da metáfora (Hansen, 2001). Essas marcas conferem ao homem o diferencial entre os animais, visto que ele “[...] é o único animal que deixa registro atrás de si, pois é o único animal cujos produtos *chamam à mente* uma ideia que se distingue da existência material destes” (PANOFSKY, 1991, p. 23).

A arquitetura e a pintura são formas de materialização da cultura impressa pelas civilizações que deixam marcas dos seus modos de vida, oferecendo indícios de como viveram, sobre o que era relevante àquela sociedade, tais como suas atribuições político-econômicas, religiosas e culturais. Essas marcas demonstram a forma física do ambiente onde se viveu, expressas nas construções e formações urbanísticas, como arruamento, pontes, largos, etc. Tais marcas de trabalho humano podem ser observadas claramente nas obras do pintor francês Jean-Baptiste Debret, ao se analisar o espaço urbano desde a sua configuração ao seu uso. As pinturas da ocasião em que esteve no Brasil e retratou a corte do Rio de Janeiro expressam a presença do corpo humano e da arquitetura em realidades distintas.



Vargas (2017, p. 18) define espaço urbano como um “jogo metafóricamente triangular de interação e influência mútua entre sujeitos sociais [corpo], objetos e cenário”. O autor enumera que a forma como os objetos “estão organizados são suporte materiais de informação e fontes provocadoras de memória social e individual” (Idem: p.30), dando significado à cultura dos grupos sociais em um determinado cenário.

Tento em vista essa percepção do espaço urbano, ressalta-se a importância dos artefatos, pois sua durabilidade “o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente” (MENEZES, 2006 *apud* VARGAS, 2017). Diante de tais apontamentos, observa-se que as obras de Debret materializam as dimensões tangíveis e intangíveis do local, ou seja, o espaço construído e a vivência expressa por cada grupo social, possibilitando uma compreensão completa daquele momento em épocas posteriores.

Neste estudo, presume-se uma convicção de que o corpo é histórico e etnológico, reforçando assim sua carga identitária e imaginária conforme sua sociedade mãe (LE BRETON, 2006). Desde a era medieval até a moderna, o corpo humano, a arquitetura e a cidade se inter-relacionam em uma complementariedade que se ajusta em uma simbiose: “Se por um lado, a cidade é como um ser vivo, por outro lado o ser vivo é como uma cidade” (MASSINI, 2005, p. 10).

Nessa perspectiva, busca-se circunscrever uma reflexão arquitetônica expressa nos corpos e espaços desenhados por Debret ao ingressar no contexto colonial brasileiro, através da análise de nove pinturas que retratam a condição hierárquica expressa nos marcadores classe e raça que os atores estabelecem no cenário urbano brasileiro, no contexto do século XIX. As telas em análise foram selecionadas considerando-se aquelas mais propícias para observar a relação entre corpo e espaço urbano. No processo analítico, as imagens foram descritas buscando transformá-las em texto, atendo-se para as relações e simbolismos retratados, inserindo-as nos estudos que regem a discussão sobre espaço urbano, ou seja, a conexão entre corpo, objeto e cenário.

O CORPO E A ARTE

No período renascentista, o corpo tinha o predicado de referência projetual, com pressupostos filosóficos e religiosos, tendo influência da arquitetura antiga, a vitruviana, sob a premissa de conferir as composições arquitetônicas à proporção do corpo humano, explicitando a relação corpo/arquitetura. Para Vitruvius, a beleza da arquitetura advinha de



números perfeitos, concebidos a partir da percepção do corpo humano e de suas medidas. Conforme Azevedo e Silva (2011, p. 112):

De Vitruvius à Corbusier, a medida é a chave para a construção do corpo ideal. Só se pode construir o sistema geométrico que privilegia o equilíbrio, a proporção, a simetria gerados pelo corpo, se existe um corpo-padrão. Um corpo cujas partes nobres se identificam pela estrutura óssea e pelos músculos. Que pouco tem de matéria mole. Um corpo que celebra uma cultura universal, que é rígido, que não sofre, não adocece. O corpo tomado no que se considera sua exuberância plena.

A compreensão do corpo na arquitetura, em um posicionamento artístico, não é possível apenas com o corpo rígido, físico e puramente biológico, sendo necessário o artifício da subjetividade desse corpo, a fim de possibilitar várias interpretações (RODRIGUES, 1999, AZEVEDO; SILVA, 2011).

O corpo que usa da subjetividade para se expressar é o que se identifica. Assim, “o corpo belo está fixado através da imagem” (AZEVEDO; SILVA, 2011, p. 114). Para Foucault (1966), o corpo humano ganha luz na história simultaneamente ao desenvolvimento dos saberes científicos provenientes da modernidade.

François Delsarte dedicou-se ao entendimento do corpo e do gestual humano, identificando a sintonia dos gestos como expressão dos sentimentos e emoções, por meio da linguagem gestual humana, em uma perspectiva que possibilita entender o discursivo pelo gestual, como proposto por Foucault. As ideias elaboradas por Delsarte permitiram entender as emoções dos seres humanos e sua relação com a linguagem corporal, levando-o a defender a ideia de que:

[...] o gesto é mais que o discurso. Não é o que dizemos que convence, mas a maneira de dizer. [...] Cem páginas, talvez, não possam dizer o que um só gesto pode exprimir, porque num simples movimento, nosso ser total vem à tona, enquanto que a linguagem é analítica e sucessiva (GIRAUDET *apud* ANDRADE, 2005, p. 131).

Dessa maneira, observa-se o corpo na pintura de Debret como imanente aos embates histórico-discursivos nos quais a corporalidade está imersa. Afinal, o corpo conta a história de determinada sociedade, sendo o corpo a própria cultura, na qual estão impressas regras, normas e relações. A apreciação das pinturas de Debret, com vistas na arquitetura e na dimensão corporal nelas impregnadas, torna-se possível e justificável, segundo Silveira (2011, p. 738):

[...] a partir da concepção de corpo atravessada de história, cartografada arqueologicamente, seja possível instrumentalizar a Psicologia com uma analítica sobre os mecanismos de produção de verdades sobre os indivíduos, mecanismos que a atravessam enquanto ciência humana (...) para dar melhor relevância ao corpo historicamente constituído, certamente a arqueologia de Foucault nos previne contra tendências psicologizantes que ignoram os mecanismos enunciativos de produção de verdades sobre o homem na História.



Jean-Baptiste Debret nasceu em Paris em 1768, e se tornou um conhecido pintor. “Em 1805 inicia uma série de quadros napoleônicos, passando a fazer parte do grupo seleto de pintores do Imperador, expondo no total de quatro telas sobre Napoleão até 1812” (TREVISAN, 2007, p. 11). Após se separar de sua esposa e perder seu único filho aos 20 anos, sobretudo com a queda da era napoleônica e conseqüentemente a volta da monarquia francesa dos Bourbons, o momento se tornou insustentável para os artistas de Napoleão. Nessa ocasião, Debret recebeu dois convites, o primeiro para trabalhar junto ao amigo arquiteto Auguste Henri Victor Grangjean de Montigny na Rússia; e o outro para compor a expedição artística organizada por Joachim Lebreton para o Brasil. “E foi sob tais circunstâncias que Debret partiu, aos 47 anos de idade, para o Brasil, como integrante da expedição francesa que ficou historicamente conhecida como Missão Artística de 1816” (TREVISAN, 2007, p. 12).

Em 12 de agosto de 1816, por meio de decreto, o Príncipe Regente, D. João VI, aprovou a chegada da Missão Francesa, com o intuito de estabelecer uma escola de artes e ofícios e formar homens para cargos públicos, comércio, etc. A academia só foi, de fato, aberta em 1826, no Rio de Janeiro (RJ).

A corte havia chegado ao Brasil há poucos anos, em 1808, provocando profundas mudanças no território, como questões físico-estruturais nas ruas e edificações, nos costumes e na demografia, passando de 60 mil para 75 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro. Nesse momento, o Brasil passou de simples colônia à sede do novo Reino Unido de Portugal (DIAS, 2006; TREVISAN, 2007). Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro tinha um total de 79.321 habitantes, dos quais 45,6% eram escravos (NAVES, 2011 *apud* TUTUI, 2015).

Durante sua estada no Brasil, Debret retratou o discurso pictórico do contexto cultural, social e econômico daquele período histórico, considerado o Primeiro Império. Por meio de suas aquarelas, gravuras, desenhos e pinturas, o artista instalou uma identidade nacional, retratando o cotidiano da cidade e das pessoas, da arquitetura e dos corpos. Essa produção artística, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, foi publicada em Paris entre os anos de 1834 e 1839, dividida em três volumes, constituindo assim a ilustração dos primeiros acontecimentos do reinado de D. João VI e do império de D. Pedro I (DIAS, 2006).

A referida obra iconográfica de caráter nacionalista propiciou o conhecimento do Brasil no exterior por meio de sua formação física (territorial/arquitetônica) e também por meio dos corpos que compuseram as telas, configurando a cultura e a sociedade daquele período. Lançado no Brasil apenas em 1940, “o livro trouxe para os brasileiros do século XX

uma vasta coleção de imagens com textos explicativos, garantindo, então, a posteridade de Debret entre nós” (TREVISAN, 2007, p. 28).

Ao analisar as pinturas de Debret, Gabriel (2016) descreve o artista como um pintor sociólogo, pois, apesar de ter vindo ao Brasil para retratar a família real, em seus tempos vagos, gostava de expor a realidade do cotidiano dos povos brasileiros, as diferenças de classes, o sofrimento do negro. Piccoli (2007, p. 192) compartilha da mesma ideia ao afirmar que a sociabilidade que faz conviver os diferentes tipos de trabalhadores urbanos na cidade interessa a Debret que dedicava a “registrar os tipos urbanos do Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que desempenhava as tarefas de pintor da corte de D. João”. Para Tutui (2015, p.7), “Debret constrói a partir de sua ótica uma história de sensibilidades”.

As Figuras 1 e 2 retratam imagens da corte em ocasiões especiais para a realeza, sob um cenário de pompa e festa na cidade do Rio de Janeiro. As cores que atribuem o *status* festivo deixam claro o caráter histórico que o artista deseja imputar às cenas. Na primeira imagem, é retratada a recepção da princesa Leopoldina no Brasil; na segunda, a coroação de Dom Pedro.



Fonte: Ribeiro (2010).

Na Figura 1, exibe-se a tela que retrata o momento de desembarque da princesa Leopoldina no cais, sendo possível notar o festejo gerado pela chegada de mais um membro da família real. A comemoração é vista por todos os lados, por pessoas de todas as classes: umas esperando debruçadas sobre o cais, outras em suas carruagens e outras acenando do navio. O local representado possui destaque para o edifício de alto padrão, demonstrado pelos detalhes arquitetônicos nos beirais e também pela decoração das janelas com tapetarias de

seda. Na paisagem, também se destacam as montanhas ao fundo e as palmeiras ao redor da construção, demonstrando como a paisagem brasileira continha intervenções portuguesas.

No citado livro, na prancha 32, Debret descreve que a princesa Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil, desembarcou no Arsenal da Marinha. Observam-se as seguintes visadas: Em último plano, à direita, as montanhas da Tijuca e, à esquerda, o morro do Castelo. No centro, o majestoso Convento de São Bento. Por cima do convento, duas torres da igreja coroando a edificação. A fila de carruagens aguarda o momento de cortejo da princesa, as quais seguirão a procissão imediatamente após a carruagem da corte. O arco do triunfo, monumentos utilizados em ocasiões emblemáticas, erguido pelos oficiais da marinha, mostra o escudo do novo Reino Unido. Nas laterais do arco do triunfo, duas pequenas escadas servem para desembarque dos que acompanham a corte (DEBRET, 2008).

Na Figura 1, demonstra-se a relação festiva entre a população e a corte, representando um momento histórico de prosperidade simbolizada pela vinda da família real para o Brasil. Já na Figura 2, é ilustrada uma festa interna da corte, com muito luxo e etiqueta, claramente evidenciados pela postura dos corpos, pelas vestes e pela arquitetura.

Figura 2: Jean-Baptiste Debret: Coroação de Dom Pedro I, Imperador do Brasil.



Fonte: Almanaque "Eu Sei Tudo" (1918).

Ainda na Figura 2, que trata da Coroação de Dom Pedro I como Imperador do Brasil, ocorrido em 1 de dezembro de 1822, nota-se um ambiente rico em ornamentação, com teto abobadado que sustenta lustres de cristais, e paredes decoradas com tons de vermelho e dourado. Dom Pedro está sentado com vestes verde, branco e dourado (cores de sua pertencente dinastia), botas pretas, coroa na cabeça e cetro na mão, à espera do juramento. Próximo a ele, encontram-se membros da elite, notados por suas vestes ornamentadas. Ao



Em contraste com a suntuosidade da família real, que reside em um exuberante palácio, na Figura 3, é mostrada a varanda da casa dos ciganos, repleta de escravos, de frente para a rua, lugar do povo comum. Na cena em questão, a rua parece se integrar à casa dos ciganos, ao mostrar os escravos dentro da casa e na rua. Nas ruas, pessoas com roupas mais abertas, seminuas, contrastam com as pessoas da elite, muito bem vestidas e muito cobertas. A rua é cenário de vários eventos e pessoas distintas, podendo-se observar um escravo sendo açoitado, duas negras lavando roupas, uma em pé com as roupas para serem lavadas e outra ajoelhada esfregando as roupas na bacia e com o filho sobre as costas. Outros escravos tiram água do poço, e, na frente, três ciganas conversam na varanda, utilizando roupas compridas.

A *hexis* corporal (BOURDIEU, 2013) dos personagens retratados demonstra como cada grupo maneja o seu corpo, em um distintivo de classe, gênero e etnia. As mulheres negras, além de se apresentarem lavando roupas, um ofício eminentemente feminino, são magras, têm os cabelos raspados e suas vestes compostas por apenas um tecido sobre o corpo, tipo uma saia, que deixa as costas e os seios à mostra.

As ciganas têm cabelos longos e presos, são corpulentas, possuem vestidos longos e se assentam despojadamente em um tapete posicionado sobre o piso de madeira, com seus corpos encurvados e livres das coerções sociais que recaíam sobre os corpos das pessoas da elite. Em contraste, a mulher da elite transita com suas longas e volumosas vestes compostas por vestido com fitas e babados, capa, leque nas mãos, postura contida, conotando em seu corpo as marcas de sua classe. Seu traquejo social indica que ela foi socializada para dominar as técnicas corporais (MAUSS, 2003) incutidas no processo de socialização da sua classe.

O marcador de classe também se expressa no serviçal negro que lhe faz a guarda, estando muito bem vestido com um traje composto por terno, gravata e chapéu; este personagem se distingue da elite pelos pés descalços, um indicador de que ele é serviçal e não um membro da elite, pois as botinas inglesas constituíam um marcador de classe da elite colonial brasileira (FREYRE, 2013). A hierarquia de classe também aparece no enquadramento da cena, que traz em primeiro plano a mulher da elite que observa as ciganas e nos fundos apresenta os negros e um capataz que açoita um dos negros que está ajoelhado com as mãos postas, suplicando por clemência.

As vestes distinguem as classes sociais, evidenciando que a cidade é o âmbito das relações e da diversidade de fazeres e ocupações. A pintura demonstra como o corpo se integra à cidade e como a cidade é concebida por ele, de modo recíproco. No contrastante modo de



vida da elite em comparação à do povo, o cenário da pintura demonstra uma arquitetura singela, com cores mais pastéis, predominando o azul claro e o branco, ao invés do vermelho com dourado e revestimentos de ouro e tecidos de cetim. Sobre o telhado, cactos crescem e animais transitam.

Já nas Figuras 4 e 5 são demonstradas as relações entre etnias, sendo os escravos negros e seus senhores brancos em uma típica relação patriarcal. Na Figura 4, a família sai de sua casa em fila, sendo seguida por seus escravos em uma expressão de hierarquia, autoridade, ordem, poder e riqueza. Como a posse de escravos muitas vezes valia mais que porções de terras, exibir seus escravos era um emblema de *status* social. O tipo de família exibida, em que o patriarca controla sua família e seus bens eram vistos como uma virtude, está relacionado ao nome dado à tela: “Homem bom”. A família patriarcal colonial brasileira, conforme Freyre (2006), é caracterizada como extensa, rural ou semi-rural, constituída por um sistema pautado em relações hierárquicas de dominação de um prelado que detém poder e autoridade absoluta sobre seus filhos, esposa, parentes, agregados e escravos, sob o alicerce da religião católica. O patriarca era o senhor do lar, que desempenhava as funções religiosas, econômicas e morais e detinha plenos poderes sobre os membros da sua família, inclusive de vida ou de morte sobre filhos e esposa. Seu poder só terminava com sua morte.

Como pode ser observado na Figura 4, a imponência é representada pelos trajes, pelo posicionamento físico do corpo e pelas posturas dos personagens, sendo o homem patriarcal aquele que está à frente da casa, ditando as regras, no papel do “homem bom”.

Nota-se que as roupas novamente distinguem a família de senhores dos seus escravos. Os senhores seguem a moda padrão da Europa, os criados que servem a casa usam belos trajes para expressar o *status* do seu dono, tendo os pés descalços; já os escravos que realizam o trabalho braçal utilizam roupas mais leves e menos ornamentadas, evidenciando sua condição de *coisas*, mercadorias e não pessoas. Devido à sua condição subalterna, sua roupagem se tornava irrelevante, sendo utilizados apenas trapos para tampar as *vergonhas*, dentro de uma sociedade religiosas que presava pelos bons costumes, devido ao temor a Deus.



Figura 4 e 5: Jean Baptiste Debret: Homem bom e Retorno de um proprietário.



Fonte: Ribeiro (2010).

Na Figura 5, um homem da elite é carregado, em uma rede, por seus escravos que levam sobre seus ombros o peso de seu senhor. O cortejo é acompanhado também por um cachorro, uma escrava e um escravo, sendo que ela carrega a comida e ele o guarda-sol (respectivamente). O cenário da imagem não é evidenciado, pois simboliza a forma que os percursos eram realizados, independente do destino traçado.

A inércia do senhor patriarcal nessa tela, conforme Freyre (2013), encerrava em si uma contradição: o poder de dar ordens o masculinizava, contudo, tinha uma pose refinada que o afeminava, como na imagem em que ele é carregado na rede, estando semelhante às “frágeis” mulheres da elite.

A figura do homem patriarcal de terno, bigode e cortes elegantes de barba, relógio, anéis e enfeites de ouro e perfume no cabelo, na barba e no lenço, fazia parte de um mecanismo diferenciador de raça, classe e sexo. Tal imagem diferencia-se da mulher por certas ostentações de virilidade agressiva no traje, na postura, no vozeirão ao mesmo tempo de macho e de senhor, estando distinta, também, da figura do escravo, “pelo excesso quase feminino de ornamentação que caracterizava sua condição de dono, isto é, de indivíduo de ócio ou de lazer” (FREYRE, 2013, p. 216). Os pés descalços dos escravos simbolizam a ocupação de um posto subalterno na hierarquia social, que indica quem é senhor e detém o comando, e quem é o serviçal, dominado, aquele que obedece.

Em relação às transformações dos cenários das cidades brasileiras no período colonial, pode-se dizer que foi resultado da busca pelo domínio do território pelos colonizadores europeus com “a recorrência à figura do *homem da tradição* no corpo dos arranjos da vida social” (ROCHA, 2001, p. 5). Vale ressaltar também que:

A arquitetura brasileira é, pois, o resultado da evolução da arquitetura portuguesa no seu trajeto da diáspora, que o tempo caldeou, poliu, experimentou, permitiu absorver novas correntes e inovou, muitas vezes nos aspectos ornamentais ou como resultado dessa expressão complementar da expressão criativa dos arquitetos, a estética, sem qualquer mais-valia ou funcionalidade (SANTA-RITA, 2014, p. 199).

Sendo assim, a cidade colonial era um verdadeiro teatro da vida urbana, um corpo de imagens na visão progressiva da vida coletiva, que carregava “vestígios de um povo que habita um território destinado a ser Paraíso perdido” (ROCHA, 2001, p. 7). Na pintura de Debret, é possível notar, claramente, esse teatro encenado pela cidade e pelo povo.

Na Figura 6, retrata-se a vista do Largo do Palácio do Rio de Janeiro. A arquitetura demonstra o cenário urbano em meio a suntuosas construções oitocentistas. Nas ruas, pessoas e cavalos circulam pelos mesmos espaços, sem segregação, e, pela quantidade de pessoas no local, trata-se de um espaço de sociabilidade da cidade. O espaço ilustrado denota um lugar, ao compreender a cidade como um organismo veemente, formado por corpos em movimentação e dinamismo. Segundo Montaner (2001, p. 37), “a ideia de lugar diferencia-se da de espaço pela presença da experiência por parte do corpo humano”.

Figura 6: Jean Baptiste Debret: Vista do Largo do Palácio do Rio de Janeiro.



Fonte: Debret (2008).

Debret traz essa imagem na primeira prancha do segundo volume de seu livro, sendo conhecida como Largo do Palácio, atual Praça XV de Novembro, local que era a sede de grandes eventos. Do lado esquerdo da imagem, Debret ilustra o palácio dos Vice-Reis e descreve que da janela deste edifício foram declamadas várias notícias ao povo, como, por exemplo, a aceitação da Constituição Portuguesa. O pintor francês também contextualiza os eventos que marcaram o local e afirma que, nos dias de festa, a corte ocupava todas as janelas do edifício, observando as procissões contornarem o largo antes de entrar na capela.

Ao fundo da praça fica o Convento do Carmo e sua capela claustral; à frente está o cais – local onde a corte real deu os primeiros passos, em 1815, e Carlota Joaquina juntamente de suas três filhas despediram do Brasil, em 1820. A construção à direita da imagem ilustra a



Fortaleza da Conceição e, ao fundo, o Corcovado retrata a paisagem montanhosa do litoral brasileiro. A tela foi pintada da ilha dos Ratos, dando uma perspectiva geral do Rio de Janeiro (DEBRET, 2008).

Dessa maneira, Debret traz luz ao entendimento de urbano, com seu dinamismo e a apropriação do ser, do corpo no espaço. Dá a devida importância ao lugar que vai além do físico, lugar onde a vida acontece, a institucional por meio dos proclames e deliberações, do social por meio das festividades, do cotidiano por meio dos transeuntes e seus afazeres, do religioso tão presente na sociedade colonial brasileira, por meio da igreja ao fundo da tela. Ademais, entende-se a localização arquitetônica por meio do corpo que nela incide, influencia e vive. Como destaca Sperling (2008, p. 32), “a situação arquitetural é constantemente estruturada pela experiência vivencial de um tempo e de um lugar, tendo em si como potência outras situações”.

O espaço físico no qual a pessoa vive, seja a cidade ou a habitação, pode ser encarado como uma manifestação da vida humana vista sob a perspectiva cultural, social e econômica de determinada sociedade. Esses espaços produzem maneiras diversas na forma de viver e morar das pessoas.

Como palco das diferentes manifestações da vida humana com toda sua diversidade social, cultural e econômica, a arquitetura passa a produzir sensações e significados, assumindo também uma dimensão simbólica, como resultado de um sentimento de pertencimento do indivíduo com seu lugar de moradia (BARROS; COUTO, 2012, p. 101).

Dentro das culturas, o corpo está presente sob aspectos físico, simbólico e social. Na cultura brasileira não é diferente, sendo perceptível, nas figuras de Debret, o foco no corpo como elemento da construção de uma nacionalidade. Para Goldenberg (2005, p. 552), “o corpo, muito mais do que as roupas, transforma-se em símbolo que consagra e torna evidentes as diferenças entre classes sociais”.

Numa perspectiva do âmbito doméstico, descortinam-se as pinturas das Figuras 7 e 8. São ilustradas cenas do cotidiano da família dona de escravos e a relação que eles tinham dentro da residência, onde os escravos trabalhavam de diversas formas, muitas vezes extenuantes, para manter seus senhores confortáveis.

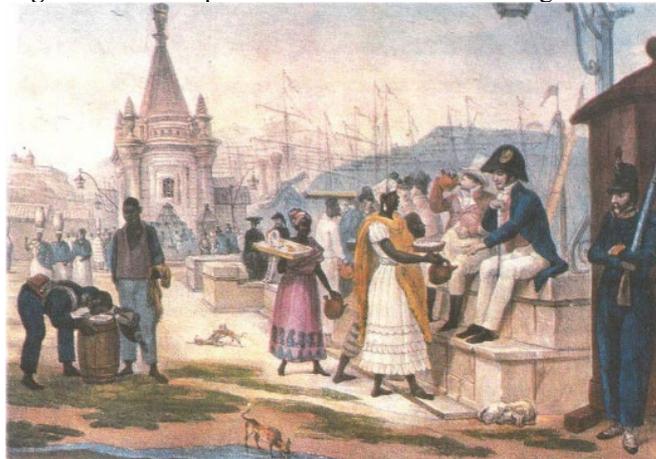


Fonte: Debret (2008).

Nas referidas cenas, nota-se que as escravas que trabalhavam dentro das casas andavam bem vestidas, usavam assessorios e podiam criar seus filhos em casa. Ainda assim, percebe-se que as classes, mesmo utilizando o mesmo ambiente, possuem relações muito distantes, o que pode ser notado pelos comportamentos. Enquanto os senhores sentam nas poltronas e nas cadeiras, os escravos ficam em pé, ou sentados no chão e nas esteiras. Nota-se que os escravos não usavam calçados, visto que “a hierarquia dos modos de vestir não admitia que escravos se apresentassem calçados, como senhores” (FREYRE, 2013, p. 362).

Tendo em vista que a cidade é o organismo onde a corporalidade é expressa, nota-se na Figura 9, a relação estreita entre o corpo e o espaço, as diversas classes sociais e as diferentes funções desempenhadas, corroborando a assertiva de Le Breton (2006, p. 32): “o corpo não existe em estado natural, sempre está compreendido na trama social de sentidos”. Dessa forma, é preciso apreender a sociologia e a antropologia para conquistar esse entendimento. Sob essa ótica, entende-se a corporalidade como a interação dos fatores inerentes ao sujeito e às condições culturais em que ele vive (LE BRETON, 2006).

Figura 9: Jean Baptiste Debret: Refrescos do Largo do Palácio



Fonte: Ribeiro (2010).



Na Figura 9, são detalhadas a infraestrutura da rua e a relação social exercida nela. Observa-se que o largo não tinha calçamento e águas escorriam sobre elas. O muro que delimita o espaço é utilizado como mobiliário no qual a elite descansa e é servida por negras que oferecem alimentos. As negras novamente são retratadas descalças e bem vestidas, e os membros da elite com vestes europeias, demonstrando a classe social a qual pertencem, embora não condigam com o clima dos trópicos. Animais também são retratados no largo: na frente da imagem, há um cachorro bebendo água; à direita da imagem, outro está deitado; mais ao fundo, outros dois animais brincando.

À direita da imagem, um soldado armado vigia o local, oferecendo segurança para os membros da elite que estão ali presentes. Sua roupa também tem carácter de *status*, o que por sua vez indica que não são da alta elite, mas que são funcionários da corte e não do povão. A quantidade de pessoas que utiliza o local demonstra o papel de sociabilidade contido naquele lugar.

Gabriel (2016) afirma que as obras de Debret reconhecem que os colonos (brasileiros ou portugueses) pouco trabalhavam, sendo ativos apenas os escravos, como demonstrado nas Figuras 6 e 7. O mesmo autor ressalta que o artista que retratava a sina dos escravos e essa dura realidade o deprimiu:

Debret não pintara o Brasil exótico que os europeus estavam acostumados a encontrar nos relatos de aventureiros. O que Debret oferecia era o retrato de um país que posava de corte europeia nos trópicos, mas era sustentado pelo suor de escravos africanos e habitado por indígenas orgulhosos de suas culturas (GABRIEL, 2006, s.p.).

O artista “articula indivíduos e ambiente de uma maneira particular, reveladora de sua situação na cidade – ações que não determinam seu espaço, gestos que não encontram desdobramentos” (NAVES, 2001: 86 *apud* TUTUI, 2015, p. 6). Por isso, as imagens analisadas conferem ao observador uma pressuposição do espaço vivenciado em que o corpo ali enunciado é historicamente determinado por um discurso simbólico da corporalidade no tempo e no lugar. O espaço arquitetural é acrescido à dimensão humana, sendo completado com o movimento e dinamismo, visto que a produção da subjetividade está implicada na relação espaço-corpo (ENGEL, 2009).

De maneira imagética, é estabelecida a relação entre arquitetura e dimensão humana, tendo em vista que “a percepção dos inúmeros estímulos que o corpo consegue recolher a cada instante é função do pertencimento social do ator e de seu modo particular de inserção cultural” (LE BRETON, 2006, p. 56). Dessa maneira, na pintura de Debret sobre a colônia



brasileira, observa-se a veiculação do tempo e do corpo social. Conforme Julião (2010), há uma simbiose entre o corpo e a arquitetura.

A experiência corporal da cidade está vinculada, sobretudo, à “memória experimentada”. Esse tirocínio só é bem-sucedido mediante a prática cotidiana, o dia a dia do corpo na cidade. Assim, o espaço urbano não deve ser afastado do caráter corporal e sensorial. Nessa perspectiva, Debret traz à tona uma reflexão da corporalidade do indivíduo e da cidade como um só, como aponta Jacques: “o ato corporal, o movimento para além do puro cinetismo transforma o espaço e transforma o corpo e a percepção de si. A ação artística torna-se, por essa via, a sensibilização de um campo intersubjetivo estruturado por corpos móveis e estáticos” (JACQUES, 2008, p. 2).

Para Aguiar (2006), o corpo possui a capacidade de modificar o espaço em função de seu movimento, desmistificando o corpo vitruviano, não apenas como norte dimensional, mas também como fator modificador do ambiente. As demandas do corpo então ditariam a espacialidade:

[...] a descrição da atividade humana – seja a pessoa ou o grupo – coloca algo lógico e conceitual no cristalino e inanimado espaço geométrico. Ele relaciona essa necessidade descritiva, de um idealizado movimento de corpos, com a necessidade de entendimento do espaço arquitetônico (AGUIAR, 2006, p. 80).

Dessa maneira, a arquitetura projeta o espaço pertencente ao indivíduo, que ali se constrói socialmente e culturalmente. Essa espacialidade conformada na cidade e o uso que o indivíduo destina a esse espaço podem ser vistos nas pinturas de Debret, legitimando a ideia que “deve ser considerada a importância da experiência do corpo no espaço, uma vez que este corpo é a referência de toda ação que empreendemos em direção às coisas, de toda a noção que temos da espacialidade” (FRANÇA, 2009, p. 1). Merleau-Ponty complementa essa tese ao afirmar que:

[...] o corpo é nosso meio geral de ter um mundo. Ora ele se limita aos gestos necessários à conservação da vida e, correlativamente, põe em torno de nós um mundo biológico; ora, brincando com seus primeiros gestos e passando de seu sentido próprio a um sentido figurado, ele manifesta através deles um novo núcleo de significação: é o caso dos hábitos motores, como a dança. Ora enfim a significação visada não pode ser alcançada pelos meios naturais do corpo; é preciso então que ele se construa um instrumento, e ele projeta em torno de si um mundo cultural (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 203).

As obras de Jean-Baptiste Debret mostram com clareza as relações do espaço físico da arquitetura com os espaços sociais do corpo, tendo em vista que o corpo oferece o *status* de espaço social ao espaço físico. Assim, a relação desses elementos demonstra as culturas e as histórias dos lugares.



À GUIA DE CONCLUSÃO

Motivadas pelas promissoras descobertas de minas auríferas e conquistas territoriais, muitas pessoas migraram para o Brasil. De diferentes etnias e ofícios, esses indivíduos difundiram seus conhecimentos e influenciaram a cultura artística colonial. Com a chegada da Missão Francesa à Colônia, foram produzidas obras artísticas que retrataram essa diversidade cultural e hierárquica dos trópicos.

Na pintura de Debret, observam-se os espaços como ambientes mediadores da relação do corpo com seu meio. É esse corpo que tem ligação com o mundo, cuja existência corporal está imersa no contexto social e cultural. Tais lógicas sociais e culturais envolvem a extensão e os movimentos do homem, afinal, como destaca Le Breton (2006, p. 7), antes de qualquer coisa, a existência é corporal.

As contribuições sociológicas e etnológicas possibilitam o entendimento do corpo com entrelaçamento do corpo ao cenário social. Assim, a arquitetura retratada na arte de Debret mostra que o corpo se funde ao contexto físico, histórico e social, expressando as relações de classe e raça estabelecidas no Brasil colônia.

O ser no mundo é evidenciado e justificado por seus gestos corporais próprios, são estes gestos que conferem seu estilo, sendo único na formação de uma modulação existencial que é parte integrante do mundo. Sob esse viés, Debret incorpora em suas telas essa modulação existencial. Ao considerar o corpo como um elemento que atua como estruturante do espaço arquitetural, o pintor confere então, à arquitetura, a noção de situação (localização e constituição do espaço).

Destarte, conclui-se que a arquitetura é vista como materialidade física, em um espaço que abriga vários corpos, estes que, por sua vez, participam e interagem. Entretanto, na experiência desses corpos, o espaço arquitetural pode se transformar em ambiente, sendo o corpo o estruturante do espaço arquitetônico. Dessa maneira, a partir da análise das telas elaboradas por Jean-Baptiste Debret, é possível identificar o corpo discursivo e gestual, o qual transforma o espaço físico em ambiente arquitetônico. Afinal, o espaço não é apenas uma cavidade vazia - há movimento e dinamismo ofertados no(s) sentimento(s) humano(s), conferindo vida ao ambiente.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas Vieira. Espaço, Corpo e Movimento. ARQTEXTO (UFRGS), v. 8, p. 74-95, 2006.

ANDRADE, Carolina Romano de. **O barroco mineiro e o gestual humano: uma ótica de François Delsarte**. Disponível em <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v1-127-135-carolina%20romano%20de%20andrade.pdf>> Acesso em 28.10.2016

Almanaque "Eu Sei Tudo". n. 17. Outubro, 1918.

AZEVEDO, Anna Vitória Wanderley Silva; SILVA, Maria Angélica de. Breves Linhas sobre o Corpo e a Arquitetura. **Vivencia n.37**. 2011 p. 105-122

BARROS, Alice de Almeida Barros; COUTO, Maria Emília de Gusmão. Hábitos no Habitar: Um Estudo Sobre os Hábitos de Morar em Diferentes Perfis Habitacionais. **OCULUM ENSAIOS 16**. Campinas p.96-101 | Julho-Dezembro 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2013.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Itatiaia/EDUSP. 2008.

DIAS, Elaine. A representação da realeza no Brasil: uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret. **An. mus. paul.** [online]. 2006, vol.14, n.1, pp.243-261. ISSN 0101-4714. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000100008>.

ENGEL, Pedro. Produzindo um corpo sensível. Algumas ideias para (re)pensar a aprendizagem da percepção na formação do arquiteto. **Arquitextos** ISSN 1809-6298. 106.04ano 09, mar. 2009 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/67>

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes. 1966.

FRANÇA, Eduardo Oliveira. **O corpo na arquitetura Lina Bo Bardi e os estudos para arquitetura cênica e exposições**. In: Seminário 50 anos de Lina Bo Bardi – na encruzilhada da Bahia e do Nordeste, 2009, Salvador.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global. 2006.

FREYRE, Gilberto. **SOBRADOS E MUCAMBOS**. 1ª edição digital. São Paulo. 2013. Disponível em: < <https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/livro-completo-sobrados-e-mucambos-gilberto-freyre-1.pdf>>. Acesso em 20.10.2018.

GABRIEL, Ruan de Sousa. Livro de Debret mostra pintor como um dos primeiros intérpretes do Brasil. **Época**. Jul. 2016. Disponível em:<<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/07/livro-de-debret-mostra-pintor-como-um-dos-primeiros-interpretres-do-brasil.html>>. Acesso em 20.11.2019

GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 65-80, 2005. Disponível



em<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652005000200006&lng=pt&nrm=iso>Acesso em 28 out. 2016.

HANSEN, João Adolfo. “**Artes seiscentistas e teologia política**”. In: TIRAPEL, Percival (Org.). *Arte Sacra Colonial: Barroco Memória Viva*. São Paulo: UNESP/Imprensa do Oficial Estado, 2001. P. 180-189

JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias urbanas*. 093. 07ano 08, fev. 2008 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>

JULIÃO, Raquel Manna. *Cenografia, vazio e corporeidade no discurso arquitetural de Oscar Niemeyer*. **Revista Linguística**. Vol. 6 – n. 1 – Junho/2010.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MAUSS, Marcel. *As técnicas do corpo*. In: __. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: 2003. Cosac Naify. p. 399-422.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 1999.

MONTANER, J.M. **A modernidade superada: arquitetura, arte e pensamento do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

NETTO, Vinícius Moraes. **Comunicação e espaço: a materialidade das associações**. In: IV Simpósio Nacional ABCiber - Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 2010, Rio de Janeiro. *Anais do IV Simpósio Nacional ABCiber*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ (PPGCOM-ECO/UFRJ), 2010. v. 1.

PANOFSKI, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

PICCOLI, Valéria. *O Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret*. **19&20**, Rio de Janeiro, v. II, n. 1, jan.2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_debret_vp.htm>.

RIBEIRO, Monike Garcia. *A arte no século XIX: um estudo da peculiar obra artística no Brasil do pintor francês J. B. Debret*. **19&20**, Rio de Janeiro, 2010, v. 5. n. 3. jul.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *As figurações de lendas e mitos históricos na construção da Cidade tropical*. **ILUMINURAS**, v. 4, n. 8, 2001.

RODRIGUES, José Carlos. **O CORPO NA HISTÓRIA**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. 198 pp.ISBN 85-85239-16-6

SANTA-RITA, António. *Construção, materiais e conforto em ambiente tropical: a arquitetura nos trópicos*. 2014. AE. **Revista Lusófona de Arquitectura e Educação Architecture & Education Journal** n 10 / 2014. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/xmlui/bitstream/handle/10437/6439/4466-14731-1PB.pdf?sequence=1> Acesso em 28.10.2016

SILVEIRA, Fernando de Almeida. **Michel Foucault e a construção discursiva do corpo do sujeito moderno e sua relação com a psicologia**. *Psicol. estud.* [online]. 2008, vol.13, n.4, pp.733-742. ISSN 1413-7372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400011>.



SPERLING, David. Corpo + arte = arquitetura: proposições de Hélio Oiticica e Lygia Clark. In: BRAGA, Paula (Org.) **Fios Soltos: a arte de Hélio Oiticica**. São Paulo: Perspectiva. 2008.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: 2008. Núcleo de Estudos Ciganos. 127 pp. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/rct_historiaciganosbrasil2008.pdf. Acesso em 28.01.2019.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 14, p. 9-32, 2007.

TUTUI, Mariane Pimentel. *Aquarelas do Brasil: A importância dos registros pictóricos de Debret*. IPHAN. 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Aquarelas_do_Brasil_A_importancia_dos_registros_pictoricos_de_Debret_m.pdf. Acesso em 28.10.2019.

VARGAS, Pedro Rubens Nei. **A relação patrimonial na restauração de bens culturais: o mercado de Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro**. Curitiba: Appris.2017.



CAPÍTULO 21

A VISIBILIDADE DE MULHERES NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XIX

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294021061

Elisângela Santos de Amorim

RESUMO

Apresenta o pioneirismo das mulheres latino-americanas, tendo como recorte os países: Argentina, Chile e Brasil. O acesso das mulheres à educação superior nesses países em fins do século XIX e a disseminação do ideário da emancipação feminina. Questiona e discute os tradicionais papéis subalternos desempenhados pelas mulheres. Enfatiza o protagonismo dessas mulheres pela ousadia em adentrar em áreas, até então, só de homens, como a medicina e o direito. Destaca a relevância de Nísia Floresta que, embora não tendo curso superior, se impôs por ter sido a primeira a levantar a voz contra a forma de educação diferenciada para meninos e meninas no início do século XIX, quando o ensino superior praticamente não existia no Brasil e as mulheres não tinham acesso sequer à educação secundária.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, América Latina, Nísia Floresta.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta estudo teórico sobre o protagonismo feminino na América Latina no século XIX. Parte dos estudos sobre a educação feminina na Argentina, Chile e Brasil, situando a educação como elemento essencial no desenvolvimento do ideário da emancipação feminina.

A pesquisa busca contribuir com conhecimentos sobre o pioneirismo das mulheres latino-americanas na superação dos tradicionais papéis subalternos destinados a sua condição.

O trabalho foi sustentado teoricamente a partir dos estudos do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – CEDHAL, de São Paulo, do Instituto de Estudios Avanzados – IDEA, da Universidade de Santiago de Chile e o Centro de Estudios Migratorios Latino-americanos de Buenos Aires, destacando os autores: Hernán Otero; Eni de Mesquita Samara; Carmen Norambuena Carrasco, June Hahner e Zilda Iokoi.

O PROTAGONISMO FEMININO NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XIX

A história da América Latina se construiu pautada numa influência do pensamento europeizante trazida pelos seus colonizadores. Herdeira de uma matriz de conhecimento erudito tinha como objetivo civilizar e regenerar as raças aqui existentes (IOKOI, 1996). As colônias da América Latina transplantaram em seus territórios a cultura de uma outra raça, muito distinta das nativas, de tal forma que excluía qualquer manifestação e contribuições dos povos indígenas e negros. As elites que se formaram nos territórios latino-americanos



preferiram seguir um modelo de modernização importado, sem levar em conta o “mundo” em que estavam inseridas. A organização da sociedade não foi apenas influenciada, mas organizada a partir da matriz do pensamento europeu: a ciência, a educação, a cultura, os parâmetros da política e a formação dos Estados Nacionais.

As mudanças e transformações ocorridas na condição feminina no século XIX estavam restritas a um pequeno número de mulheres pertencentes ao estrato médio e superior da sociedade. Para Hobsbawn (1998), parece absurdo que a história de metade da raça humana esteja inserida na história das classes médias, um grupo relativamente pequeno, mesmo dentro dos países de capitalismo “desenvolvido” ou “em desenvolvimento”.

A mudança crucial se dá pelo fato das mulheres dos países “desenvolvidos” começarem a ter menos filhos. Uma ruptura com o antigo padrão – altos índices de natalidade que contrabalançavam com altos índices de mortalidade – passando para o familiar padrão moderno do baixo índice de natalidade, compensado pela baixa mortalidade. O fato de ter menos filhos foi, na vida das mulheres, uma mudança mais notável do que a de ver sobreviverem mais filhos seus. Diferente do que não ocorrera na condição da grande maioria das mulheres do mundo que vivia na Ásia, na África, na América Latina e nas sociedades camponesas do Sul e do Leste europeu e na maioria das sociedades agrícolas, que permanecia sem nenhuma mudança. (HOBSBAWN, 1988).

O controle de natalidade, fator que caracterizou o início da emancipação feminina (HOBSBAWN, 1998) nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, também atingiu a América Latina. Na Argentina do século XIX, a mudança de comportamento reprodutivo começou pelos lugares mais desenvolvidos, como na capital, Buenos Aires. Para Otero (1997), isso não se deu apenas pela modernização econômica, mas também pelo fato de a mulher assumir o maior controle de seu corpo. Esse poder sobre seu próprio corpo não estava associado apenas aos benefícios econômicos de famílias com número reduzido de filhos, mas no aumento de sua participação nos espaços de decisão. A educação das mulheres constituiu um dos fatores que influenciaram essa mudança de comportamento.

As mulheres iniciaram no pensamento latino-americano do século XIX o percurso de luta pela emancipação do sexo feminino, transcendendo o espaço do lar, exercendo funções diversas: médicas, advogadas, professoras, escritoras e tantas outras. As mudanças sociodemográficas decorrentes da modernização econômica, do controle de natalidade e da educação, trouxeram alterações na vida de homens e mulheres, diminuindo progressivamente



as diferenças de poder entre os sexos. Nesse sentido, fica evidente que as relações entre os sexos vão se constituindo e sendo influenciadas pelo contexto social, econômico e político.

As influências culturais européias importadas pelas elites latino-americanas vão se manifestar expressivamente a partir do fluxo migrante daquelas sociedades. De acordo com o estudo de Carmen Norambuena Carrasco, as mulheres estrangeiras tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da educação em geral, da educação feminina, em particular no Chile, contribuindo para a formação daquela sociedade. O nível de instrução superior e sua juventude, propícias para a criação e para o trabalho, obtiveram espaço numa sociedade em parte tolerante aos imigrantes.

Segundo Carrasco (1997, p.201) a participação da mulher alemã na educação chilena foi fundamental, ressaltando:

[...] la contribución femenina es igualmente capital para la creación de liceos y escuelas normales de niñas, ya que la mayoría de los establecimientos de este tipo contaban con una directora y con profesoras venidas, de igual modo, del otro lado del Rhin.

Os estudos de June E. Hahner (1996), sobre o pioneirismo das mulheres latino-americanas, no século XIX, registram que a educação superior para as mulheres serviu como elemento essencial no desenvolvimento da ideologia da emancipação feminina. Assim, um pequeno grupo de mulheres protestaram contra a desigualdade social baseada nas diferenças de sexo, manifestando indignação com os tradicionais papéis desempenhados pelas mulheres e determinados pelos homens.

A história mostra que a educação do Brasil, ao longo dos séculos, foi privilégio de poucos, restrita às elites dominantes, que se dava pelo nascimento ou pela posição social. A partir do ideário de muitos liberais latino-americanos, a elite brasileira, no século XIX, encarava a educação também como fator de desenvolvimento. “Difundir a educação, elevar o nível de tecnologia, promoveria o avanço econômico e o crescimento material, processo pelo qual as mulheres poderiam talvez exercer um papel, ainda que circunscrito.” (HAHNER, 1996, p.99). Alguns fatores impediram, no entanto, o crescimento da instrução pública no Brasil. A promulgação do Ato Adicional de 1834 atribuiu às províncias a responsabilidade pela educação primária e secundária, as quais viviam situações de total abandono.

Nesse contexto, temos Nísia Floresta, como defensora dos princípios emancipatórios das mulheres. Lançou em 1832 o seu livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, inspirado na obra de Mary Wollstonecraft, *Reivindicação dos Direitos das Mulheres* (1792). Tornou-se pioneira no movimento feminista no Brasil e reivindicava maior investimento



intelectual às mulheres. País patriarcal e analfabeto, o Brasil possuía um programa educacional elitista e discriminatório. Por isso criticou a primeira legislação sobre a educação, de 1827, que incluía a educação feminina, mas com currículo diferenciado da educação dos meninos. A educação secundária era mais restrita aos estabelecimentos particulares e no público, as mulheres não eram aceitas, como, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, considerado a melhor instituição educacional do País. Quando surgem as escolas normais, em 1835, estas se situam nas capitais, aceitando, inicialmente, apenas meninos. Nísia, educadora corajosa, fundou o Colégio Augusto, para moças, no Rio de Janeiro, em 1838, escandalizando os brasileiros e as brasileiras do Império por dezessete anos. (MELO, 2001).

A educação pública no Brasil foi criticada pelo maranhense Antônio de Almeida de Oliveira (1874) pela negligência da educação das mulheres, que as deixavam despreparadas para desempenhar sua “missão”. Acreditava que somente com a educação das mulheres estas contribuiriam para o progresso nacional e com a reforma educacional através da formação moral e das primeiras instruções dos seus filhos.

A batalha pelo direito à educação completa veio com as próprias mulheres, pertencentes a um pequeno grupo de mulheres letradas e influenciadas pelas feministas estrangeiras. Utilizaram inicialmente da imprensa para disseminar suas idéias e divulgar as conquistas femininas. *O Jornal das Senhoras*, 1852, foi o pioneiro deste movimento, editado pela argentina Joana Paula Manso de Noronha (1819-1975), que havia fugido da ditadura de Juan Manuel de Rosas (1842-1852), e trocou sua carreira promissora de educadora e tornou-se estrangeira no Brasil. Teve como colaboradora a brasileira Violante Ataliba Ximenes Bivar e Vellascos (1816-1974), que editava o jornal *O Domingo*, em 1873, onde ambas protestavam pelo acesso das mulheres à educação superior. Neste período, receberam o apoio de um grupo de rapazes que estudavam nos Estados Unidos e publicaram artigos defendendo o direito da mulher à educação superior.

Outras mulheres brasileiras buscavam também inspiração fora do País para suas publicações: Francisca Senhorinha da Motta Diniz, professora primária de Minas Gerais, editou o jornal *O Sexo Feminino* (1873), primeiro nas Minas Gerais e depois no Rio de Janeiro, naquele momento centro político, econômico e cultural do país. Segundo Hahner (1996, p.103), argumentava retoricamente:

[...] Por que nosso Império brasileiro, que se orgulha de ser o imitador submisso da Europa e dos Estados Unidos em tudo o que se refere ao progresso, não promulga uma legislação que permita às mulheres formar-se naqueles campos do conhecimento mais indispensáveis à vida? Acaso seria, (ela pergunta com



sarcasmo),“pelo fato de o governo temer alguma revolução que resulte do aprendizado feminino.

Com seus argumentos, Francisca Diniz buscava convencer os brasileiros e brasileiras dos benefícios econômicos e morais que resultariam em um País que investisse na educação de suas mulheres.

A educação superior da época, no Brasil como em outros países da América Latina, estava voltada para a formação de profissionais da elite e futuros políticos, não possuía relação com o sistema escolar primário, destinada à grande massa da população, mas sem sucesso, pois a grande maioria permanecia analfabeta.

Restrito aos homens, as mulheres que ousaram fazer um curso superior, o fizeram, mas fora do País. Maria Augusta Generosa Estrela (1860-1946), no ano de 1875, com apenas 14 anos, partiu do Rio de Janeiro para os Estados Unidos. Após três anos de estudos preparatórios foi aceita na Faculdade de Medicina e no Hospital para Mulheres de Nova York. A vontade de exercer medicina partiu do conhecimento de uma pioneira americana Elizabeth Blackwell a formar-se médica em 1849.

A futura médica passou a ser notícia e exemplo para as brasileiras. Os periódicos da época, como o *Echo das Damas* (1879), no Rio de Janeiro, de Amélia Carolina da Silva Couto (séc. XIX), defensora dos direitos da mulher, divulgavam e exaltavam a biografia de Maria Estrela. Formou-se em 1881 e realizou trabalhos de pós-graduação em hospitais americanos. No Brasil, casou-se com Antônio da Costa Moraes, proprietário da Farmácia Normal, no Rio de Janeiro, onde atendia seus pacientes, e dedicou-se ao atendimento de mulheres e crianças.

Maria Estrela não estava sozinha nesta luta, quando ainda se encontrava como estudante teve como amiga e companheira outra brasileira, Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira (1864 - ?), de Pernambuco – PE, filha de jornalista, advogado e republicano, enfrentou dificuldades. Sem condições financeiras, dependeu da aprovação na província de uma petição para enviá-la ao exterior, como também de uma bolsa para custear o curso. Negado o pedido, contou com colaboração de vários homens ricos e influentes que as ajudaram no primeiro momento. Somente no governo de José Liberato Barroso, presidente da província, que era um defensor da educação das mulheres, conseguiu assistência financeira.

O jornal *A Mulher* (1881), foi fundado em Nova York por Maria Estrela e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira. Era um instrumento de mobilização das mulheres e reconhecimento de suas capacidades latentes, a mulher, como qualquer homem, poderia se dedicar aos estudos das ciências, portanto, os homens as julgavam inferiores, quando apenas



a falta de instrução as impedia de nivelar-se a eles. O que influenciou a legislação educacional da época, a reforma de 1879 de Leôncio Carvalho, estendia a educação secundária e superior às mulheres, no âmbito da iniciativa privada, pois a educação pública gratuita se limitava à escola normal e ao Liceu de Artes e de Ofícios.

Segundo Hahner (1996, p.109): “[...] no final do século XIX, nos países mais desenvolvidos da América Latina, a maior parte dos alunos das escolas normais pertencia ao sexo feminino, com origens na classe média.” Com instrução, embora com poucas alternativas de trabalho, as mulheres evitavam atividades destinadas às classes baixas, atuando como professoras do ensino primário e recebendo salários inferiores aos pagos aos professores homens. Como no Brasil, os filhos da classe média da Argentina, do Uruguai e do Chile freqüentavam as escolas normais. A exceção foi o Peru pelo atraso econômico e ausência de uma classe média urbana forte.

O governo chileno em fins do século XIX investiu na educação secundária e preparatória das mulheres para a educação superior, o que fez este país liderar o percentual de mulheres formadas em Universidades. Na Argentina, em 1907, o governo abriu a primeira instituição, o Liceu Nacional Feminino Número Um, em Buenos Aires, que oferecia às mulheres um programa preparatório para a Universidade. No Brasil, somente em 1920 as portas do Colégio Pedro II foram abertas às mulheres para a educação secundária, e somente várias décadas depois conseguiram adentrar os muros das instituições de educação superior no Brasil.

Em meio a tantas perseguições, algumas audaciosas mulheres conseguiram se diplomar no Brasil. Ainda em fins do século XIX, Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954), do Rio Grande do Sul, formou-se em 1887 na Escola de Medicina da Bahia, tornando-se a primeira mulher a receber um diploma médico no Brasil. Anterior a este feito, no Chile, duas chilenas receberam o diploma de médicas, as primeiras da América Latina, Eloísa Díaz Inzunza e Ernestina Pérez Barahona, em 1886, feministas engajadas e defensoras dos direitos das mulheres. Em segundo lugar foi Matilde P. Montoya, mexicana. Paulina Luisi, uruguaia, formou-se em medicina em 1899, ajudou a fundar o Conselho Nacional das Mulheres do Uruguai, ganhou reputação internacional como batalhadora dos direitos das mulheres, incluindo o voto feminino. Ermelinda Lopes de Vasconcelos (1866-1952) formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1888 e no ano seguinte comemorava-se mais uma vitória feminina, a formatura de Antonieta Dias na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (HAHNER, 1996).



O protagonismo destas mulheres as levou a enfrentar toda hostilidade e preconceitos dos homens de sua época, sujeitas ao ridículo por romper com seus tradicionais papéis. A medicina por muito tempo continuou sendo vista como uma profissão imprópria ao sexo feminino, no entanto, nada as intimidava e iniciaram uma outra batalha, naquele momento, pela questão da igualdade política, ainda mais contestadas pelos homens que já não enxergavam com bons olhos professoras e médicas, o que se dizer então como advogadas e políticas. Este fato não era isolado, em todo o hemisfério ocidental a oposição a advogadas parecia maior do que a hostilidade em relação às médicas. Nos Estados Unidos, somente duas décadas depois que a primeira mulher formou-se em medicina que uma outra se formou em direito, isso em 1870.

Mirtes de Campos (1875 -?) foi a primeira brasileira a formar-se em direito em 1898, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. No ano seguinte, uma mexicana formou-se em direito e duas chilenas em 1892. Mirtes foi aceita como defensora em tribunais em 1899, dois anos após a admissão de uma mulher no tribunal de Ontário, Canadá, a primeira advogada de todo o Império Britânico. Somente em 1906, Mirtes de Campos conseguiu ser admitida na Ordem dos Advogados do Brasil. Estes acontecimentos foram divulgados e comemorados na época pela publicação da revista *A Mensageira* (1897), de autoria de Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944), poetisa e primeira mulher a ser eleita para a Academia Paulista de Letras: “as mulheres brasileiras obtiveram um grande triunfo em sua luta por reivindicações justas e inegáveis.” (HAHNER, 1996, p.114).

A nova batalha feminina, no final do século XIX, foi sobre a igualdade política, que exigia o direito ao voto, e provocou grande indignação nos homens e, também, nas mulheres. Fez uso de suas vozes através dos jornais femininos de Francisca Diniz e da jovem Josefina de Azevedo, *A Família*. Esta última, pertencente à alta sociedade, tornou-se uma defensora dos direitos femininos, dando voz aos direitos das mulheres que clamavam não apenas pelo voto, mas também serem votadas. Divulgavam suas idéias e provocavam a opinião pública a favor do sufrágio feminino na nova Constituição. Expectativas frustradas, pois a igualdade política não veio com a Constituição de 1891. As mulheres profissionais pioneiras, membros da elite brasileira, continuaram sendo discriminadas. Diversos foram os argumentos dos colaboradores dos jornais femininos em divulgar a situação dessas mulheres, sujeitas ao preconceito e à hostilidade masculina, mas não o suficiente para fazê-las calar, permanecendo na luta pelos seus direitos.



Em outros países latino-americanos, as pioneiras também enfrentaram a solidão e o ridículo. Situação constrangedora viveu a primeira médica da Argentina, Cecília Grierson, que se formou em 1889, a única mulher a freqüentar a Universidade de Buenos Aires, naquela época, foi exposta ao ridículo por seus colegas de curso. Enfrentou uma grande batalha judicial para exercer a profissão. No entanto, prosseguiu e fundou a escola de enfermagem profissional, a primeira associação de obstetras e de enfermeiras obstetras, como também o Conselho Nacional das Mulheres, 1900, filiado ao Conselho Internacional das Mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o território latino-americano foi possível encontrar essas mulheres, que não se conformaram com a condição submissa herdada de uma visão naturalista e biológica baseada na diferenças entre os sexos. Protagonizaram em áreas até então ditas masculinizadas e lutaram pela educação da grande massa analfabeta que impedia a compreensão até mesmo de seus ideais. Essas mulheres ainda representavam um pequeno número dentro de uma sociedade altamente estratificada, como a do Brasil, no entanto, suas lutas e sua determinação as levaram a uma politização para uma mudança na condição feminina no século XX.

O século XIX marcou o pioneirismo de algumas mulheres na sociedade brasileira, pertencentes à classe média, pelo acesso à educação no ensino médio, com a criação de escolas normais, o que possibilitou oportunidade de trabalho nas próprias escolas, como professoras primárias, embora submetidas a salários inferiores aos dos professores. Outras mulheres protagonizaram a abertura à educação superior, em áreas até então frequentadas pelos homens, como a medicina e o direito.

REFERÊNCIAS

CARRASCO, Carmem Norambuena. La mujer inmigrante: imagenes y realidades Chile 1865-1907 In: SAMARA, Eni de Mesquista (Org.). **As idéias e os números do gênero**: Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: HUCITEC: CEDHAL/FFLCH-USP; Fundação VITAE, 1997.

HANHER, June E. Educação e Ideologia: Profissionais Pioneiras na América Latina do século XIX. In: IOKOI, Zilda M. G.; BITTENCOURT, Circe M. F. (Orgs.), **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

HOBBSAWN, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IOKOI, Zilda M. G.; BITTENCOURT, Circe M. F. **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.



MELO, Ellen; FREITAS, J.M.; FERREIRA, V.M. Representações de gênero – Abordagem história. In: FAGUNDES, Teresa C. P.C.; PASSOS, Elizete S. (Orgs). **Ensaio sobre gênero e Educação**. Salvador: UFBA , 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **As idéias e os números do gênero**: Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Editora HUCITEC: CEDHAL/FFLCH-USP: Fundação VITAE, 1997.

OTERO, Hernán. Família, Trabajo y Migraciones: Imágenes censales de las estructuras sociodemográficas de la población femenina en la Argentina, 1895-1914. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **As idéias e os números do gênero**: Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Editora HUCITEC: CEDHAL/FFLCH-USP: Fundação VITAE, 1997.



CAPÍTULO 22

A SORORIDADE NO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM DEBATE NECESSÁRIO

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294122061

Reidy Rolim de Moura
Camila Sopko
Gabriele Petroski Machado

RESUMO

O trabalho que vem se desenvolvendo na Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tem possibilitado perceber que é cada vez mais forte a presença das mulheres como protagonistas dos grupos incubados, não só como trabalhadoras, mas também ocupando as funções da diretoria e presidência, assim como, percebe-se um processo de desenvolvimento de autonomia e união entre as mulheres, que tem nos levado a acreditar que há conseqüentemente, quando estas estão mais unidas, um fortalecimento delas próprias e dos empreendimentos. Assim, este artigo busca apresentar essa inter-relação entre sororidade e economia solidária, especialmente com o público alvo da incubadora que são as catadoras de materiais recicláveis, dentre outros segmentos aqui abordados, objetivando resgatar o que seria o conceito de sororidade, quais os cuidados que se deve ter ao utiliza-lo e com qual propósito, haja visto que são poucos materiais que se tem tido para reflexão sobre o tema. Acima de tudo, objetiva-se fazer um alerta numa perspectiva de leitura crítica do conceito para se ter clareza de qual direcionamento se deve ter ao se pensar ou se apossar do termo “sororidade”.

PALAVRAS CHAVES: Economia solidária. Feminismo. Sororidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo está sendo elaborado a partir da experiência no Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Tem seu lapso temporal desde 2010 até os dias atuais. O que nos tem chamado atenção ao longo desses anos trabalhando com os grupos e equipe da IESol, é que a participação das mulheres nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se intensificou, não só como trabalhadoras, mas também ocupando as funções da diretoria e presidência dos empreendimentos, e o que se tem percebido acompanhando os empreendimentos vinculados a IESOL, é que esta autonomia e união entre as mulheres, tem dado fortes indícios de fortalecimento delas próprias e dos empreendimentos.

Há de se destacar que pelos princípios da economia solidária - a autogestão, a solidariedade, a cooperação, a sustentabilidade, entre outros, a mulher é vista na mesma dimensão que o homem, ou seja, é capaz de cumprir as mesmas atividades que os homens sem serem inferiorizadas, seja pelo reconhecimento ou pela distribuição da renda de forma



equitativa, já que na economia solidária as sobras são repartidas igualmente entre os trabalhadores ou proporcionais ao trabalho executado, o que é deliberado entre os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos econômicos solidários.

Geralmente, vivemos num contexto em que é comum que as mulheres sejam responsabilizadas pelos afazeres domésticos e cuidados dos filhos, por esse motivo algumas deixam de estar no mercado de trabalho formal e/ou informal ou acabam assumindo uma dupla jornada ou até tripla jornada de trabalho.

Observa-se que nos empreendimentos econômicos solidários, as mulheres são solidárias e empáticas umas com as outras, ainda que haja conflitos entre elas em alguns momentos. Tem-se percebido na atuação com os grupos que a presença da sororidade tem sido fundamental para o próprio desenvolvimento do empreendimento.

Nesse sentido que se estruturou o pensamento para escrever este artigo, que para além de defender a inter-relação positiva entre sororidade e economia solidária, objetiva resgatar o que seria o conceito de sororidade, haja visto que são poucos materiais que se tem tido para reflexão sobre o tema. Assim como, objetiva-se fazer um alerta numa perspectiva de leitura crítica do conceito para se ter clareza de qual direcionamento se deve ter ao se utilizar o termo “sororidade”.

Desde já se destaca que estão em andamento pesquisas devidamente registradas na instituição (UEPG) que visam elucidar com mais propriedade essa inter-relação entre a presença de sororidade e economia solidária. Contudo, mesmo não sendo objetivo principal, já será possível ao final deste artigo recortar e trazer alguns dados que já apareceram e deram indícios dessa inter-relação em pesquisas anteriores (trabalhos de conclusão de curso, dissertações e relatórios), que nos motivaram a debruçar esforços nesta discussão.

Apresenta-se assim inicialmente a discussão do que é sororidade e em seguida apresenta-se elementos importantes sobre a economia solidária, as Incubadoras e a IESOL e os elementos de sororidade presentes.

SORORIDADE: AFINAL O QUE É E QUE APONTAMENTOS SÃO NECESSÁRIOS?

Há poucas pesquisas sobre o termo sororidade e também sobre o começo do seu uso, sabe-se que nos anos de 1980 não há registros sobre o uso do termo no Brasil, em relação ao seu significado:



Em português, como indicado, o termo “sororidade” não existe; usa-se irmandade como equivalente ao de *sororité*, em francês, e ao de *sisterhood*, em inglês, codificado como esse modo de solidariedade entre mulheres, vindo de tempos recuados da história humana. Sugere muito das práticas e das sociabilidades femininas sem nada enunciar das dissensões entre mulheres, tão frequentes, ocultando seu antônimo: a pluralidade de relações de poder e dominação também presentes nas formas de convivência de mulheres com mulheres [...] Há somente um registro atualizado para a expressão em francês, que vincula o termo à ajuda feminista. O termo em inglês *sorority*, no *The American Heritage Dictionary of the English Language* (1970), se aplica à vida gregária de conventos e a agremiações estudantis femininas. Pela origem, trata-se de um termo que conceitua práticas referidas ao feminino e à solidariedade como regularidades de longa duração histórica. Nessa metáfora, práticas e representações sociais do e sobre o feminino e suas relações em geral permitem pensar a formação das sensibilidades, ou seja, das de “razões e sentimentos” que estão na produção das representações e das práticas sociais (COSTA, 2009, p. 14).

Compreende-se então a complexidade do termo sororidade, como também a difícil contextualização. O termo vem se modificando e se atualizando e vem sendo pauta dos feminismos atuais, sendo que o espaço onde mais é debatida é o da militância feminista⁴⁵, propriamente nos movimentos de mulheres.

Os feminismos contemporâneos objetivam a busca de uma nova identidade para as mulheres, e a sororidade ocupa um lugar central como ferramenta para construção dessa nova identidade e, por conseguinte, da desconstrução da identidade feminina tradicional. (Becker e Barbosa, 2016, p. 244)

Sabe-se que o movimento feminista tem ganhado mais espaço dia após dia, a aderência de mulheres ao movimento tem aumentado gradativamente, porém segundo dados do Datafolha (2019) nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio, sendo que 42% dos casos de violência ocorrem dentro do ambiente doméstico. Esses dados evidenciam a desigualdade de gênero no Brasil, uma vez que essa representa que a mulher não está segura nem no ambiente privado nem no público.

Moraes e Gassen, (2004, *apud* DIAS; MATOS; DUARTE, 2012 p.9) trabalham com dados da Organização das Nações Unidas e estes fazem a seguinte análise:

1)Mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho desenvolvido no mundo e recebem 1/3 dos salários; 2) Mulheres recebem 1/10 da renda mundial; 3) Mulheres representam 2/3 das pessoas analfabetas no mundo; 4) Mulheres são proprietárias

⁴⁵ Destacamos aqui que teorias feministas latino-americanas tem se destacado, com autoras como Margarita Pisano e Marcela Lagarde y de los Rios. Contudo não é intenção aqui adentrar na teoria do feminismo, mas focar no termo sororidade.



de menos que 1/100 das propriedades no mundo; 5) 1,3 bilhões de pessoas que vivem na pobreza, 70 por cento são mulheres.

Compreende-se assim o ambiente desigual que as mulheres vivem na sociedade, fazendo com que cada vez mais seja necessárias formas de luta e combate a tais desigualdades. O feminismo⁴⁶ tem se mostrado cada vez mais necessário ao combate de desigualdades e violências relacionadas a mulher, mas existe uma grande dicotomia, ao mesmo tempo que o movimento cresce no Brasil a violência também cresce, uma vez que, o Brasil passou de 13º como o país com maior número de violência doméstica para o 11º.

Assim, o movimento que tem ganhado importância na sociedade e nas pesquisas de fato é a sororidade, a qual é uma forma de representação das mulheres e do feminismo “A metáfora da “sororidade” está na segunda onda brasileira - expondo uma [à] periodização de movimentos feminista diferente do caso francês. Ela codifica, simbolicamente, discursos e práticas, e expressa um ‘natural’ sentimento de solidariedade entre mulheres” (COSTA, 2009, p. 13).

Para as autoras Becker e Barbosa, ao realizar um resgate do conceito em Lagarde e de los Rios (2016) sobre sororidade e as experiências de vida e formação no fazer e pensar as ciências humanas, destacam que a palavra sororidade vem de sóror e que significa irmã em espanhol. Remete-nos a fraternidade, palavra que por sua vez integra o léxico português e que vem de *frater*, ou seja, irmãos. Ainda segundo as autoras, a Sororidade seria como a solidariedade entre irmãs e harmonia entre as mulheres e fraternidade como a solidariedade entre irmãos e harmonia entre os homens.

Contudo o sentido de irmandade não deve ser confundido com passividade. Nas discussões feministas mais atuais há uma busca de nova identidade das mulheres e a sororidade ocupa de fato um lugar central, sendo considerada uma ferramenta que pode vir a construir essa nova identidade e desconstruir uma identidade feminina mais tradicional. É o

46 Vale ressaltar que são vários os conceitos e vertentes feministas que existem e se contrapõe um ao outro. Existe uma grande diversidade de feminismos plurais, tais como: feminismo marxista, liberal, radical, anarquista, pós-moderno, e esses consideram diferentes formas da origem da opressão da mulher. A luta contra a violência doméstica acaba por ser uma luta comum de todos as vertentes feministas, por isso, a importância de destacar nessa pesquisa a luta feminista.



que destacam Lagarde e de los Rios (2012) quando expressam a sororidade como fato a ser pensado e exercitado na vida ordinária.

“La sororidad parte de un esfuerzo por desestructurar la cultura y la ideología de la feminidad que encarna cada una, como un proceso que se inicia en la amistad/enemistad de las mujeres y avanza en la amistad de las amigas, en busca de tiempos nuevos, de nuevas identidades.” (p. 486).

A sororidade deve ser vista como prática que implica poder e liberdade de pensamento, luta contra valores patriarcais, valores estes que ora unem, ora afastam as mulheres entre si. Assim chama a atenção de que a sororidade só poderá ser exercida se a luta comentas contra a misoginia⁴⁷ e que requer que a mulher veja a outra com empatia.

“Pero hemos comprendido que el feminismo pasa por la transformación profunda de las mismas mujeres y de las mujeres entre sí, porque las mujeres no somos solamente víctimas de la opresión; somos significativamente sus criaturas más sofisticadas cuya tarea vital es la recreación cotidiana del mundo patriarcal. La sororidad en el mundo de la enemistad histórica entre nosotras, de la escisión del género femenino en mujeres antagonizada, pasa por deponer las armas contra las pares, para construir en cada una mujeres que, al cambiar su relación con las otras-enemigas, al convertirlas en amigas, se afirman en la unicidad de sí mismas. Traigo aquí la sororidad porque es una de las propuestas más radicales de la nueva cultura feminista, porque necesitamos pensarla, proponer mediaciones y actuar.” (p. 487).

Assim, a sororidade deve seguir essa dimensão ética, política e prática da qual as mulheres praticam relações de apoio mutuo buscando a contribuição para eliminação de opressão patriarcal. A consciência crítica dos prejuízos que a misoginia traz deve ser tanto no nível pessoal como coletivo de desmontar a cultura patriarcal vigente na sociedade, possibilitando assim que de fato aconteçam transformações sociais, sejam de natureza políticas, econômicas e jurídicas.

Lagarde e de los Rios (2012) apresentam em sua obra alguns elementos importantes ao se pensar e usar o conceito de sororidade e que podem ser melhor visualizados no quadro a seguir:

47 Sobre Misoginia pode ser encontrado em BERGER, C. N. Misoginia. In: COLLING, A. M; TODESCHI, L. (orgs). Dicionário crítico de Genero. Dourados: UFDG, 2015.

QUADRO 1: Elementos para se Pensar o Conceito de Sororidade

ASPECTOS ÉTICO-POLÍTICOS DA SORORIDADE	PRINCÍPIOS ÉTICOS DA SORORIDADE
<p>1) As semelhanças entre as mulheres (idade, geração, opção sexual, classe social, étnica, formação cultural, ideologia, atuação política, religiosa, dentre outras);</p> <p>2) o reconhecimento da igualdade e da diferença, da diversidade e da especificidade das mulheres;</p> <p>3) Reconhecimento da vitimização e da opressão de mulheres e criação de mecanismos de defesa contra qualquer tipo de violência e desrespeito aos direitos humanos;</p> <p>4) a necessidade de dar visibilidade aos avanços reais das mulheres nas esferas social, cultural, política e jurídica e de se enfrentar o antifeminismo e difundir os feminismos;</p> <p>5) o reconhecimento entre as mulheres da legitimidade de sua sexualidade e assim como da de como outras mulheres a fim de que possam ressignificar sua própria condição humana.</p>	<p>1) Eliminação da misoginia pessoal e coletiva para não reprodução de opressão entre mulheres;</p> <p>2) Promoção da valorização individual e coletiva para fortalecer as relações;</p> <p>3) Reconhecimento de seu trabalho e suas capacidades próprias e reconhecimento da autoridade da outra mulher para valorização coletiva e autovalorização;</p> <p>4) Saber distinguir autoridade de autoritarismo;</p> <p>5) Experimentar a autoridade sem autoritarismo.</p>

Organização: a autora.

Fonte: LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *El Feminismo en mi vida: hitos, claves, y topías*. 2012.

Destaca-se assim que para Lagarde e de los Rios (2012), a sororidade é para ser pensada e exercitada na vida cotidiana. E que a prática implica em poder e liberdade de pensamento para lutar contra estereótipos patriarcais.

QUADRO 2: Condições e Recursos Necessários para Sororidade

CONDIÇÕES PARA QUE ACONTEÇA A SORORIDADE:	RECURSOS ESTÉTICOS(PRÁTICOS) E POLÍTICOS PARA SORORIDADE:
<p>1) Consciência de gênero, reconhecendo que o que uma mulher vivencia muitas outras podem estar vivenciando também;</p> <p>2) Vencer a ideia de que as mulheres necessitam ser idênticas, compreendendo que semelhantes podem continuar sendo diferentes;</p> <p>3) Reconhecer o direito de cada uma à diferença e à individualidade;</p> <p>4) Compartilhar recursos, bens, espaços partindo de princípios como os de necessidade e prioridade para sustentar coletivamente aquelas que tem maiores necessidades, a partir do princípio ético da autonomia e do respeito as liberdades.</p>	<p>1) Uso de linguagem verbal, corporal e escrita de modo não sexista, não estereotipada e inclusiva;</p> <p>2) Atitudes de rechaço conta à violência contra as mulheres e atitudes de reconhecimento das mulheres naquilo que elas são e fazem;</p> <p>3) Difusão e visibilização de tudo aquilo que é favorável ao bem-estar das mulheres e tudo aquilo que as valoriza como seres humanas.</p>

Organização: a autora.

Fonte: LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *El Feminismo en mi vida: hitos, claves, y topías*. 2012.



Diretamente para Lagarde e de los Rios (2016) tem-se que “La sororidad aparece, pues, como mediación para alcanzar la completud. Las mujeres podemos cuidarnos a nosotras mismas, lograr que la mirada diaria al espejo este dedicada a reconocernos y la mirada a las otras se para mirarnos en ellas y nuevamente reconocernos. Assim:

“La sororidad implica, en lo social y colectivo, en encuentro con la parte oculta interior de cada una en la afirmación del propio deseo, en el protagonismo. Así, la sororidad muestra sus bondades, tanto en la superación de la enajenación histórica que nos escinde en yo y las otras, como en la imprescindible construcción del nosotras. El encuentro con las otras, ser las otras, es necesario cimiento de la construcción de un Yo integrado, de un Yo que suture la escisión en cada una y la escisión histórica que nos ha enfrentado. Las mujeres de hoy requerimos de la sororidad en la construcción de la correspondencia entre nuestra transformación en sujetos sociales, con nuestra transformación en protagonistas de la vida de cada una.” (p. 489)

Na interpretação de Becker e Barbosa (2016) a competição entre as mulheres é acirrada para se posicionarem por um lugar na sociedade capitalista, liberal e patriarcal, numa lógica extremamente competitiva, para ocupar espaços e fazer prevalecer suas ideias e isto as ensina a disputarem o tempo todo e a não serem solidárias umas com as outras.

Para os feminismos, é imprescindível que as mulheres tomem consciência da política patriarcal que as utiliza para reproduzir diversas opressões. Essa consciência perpassa tanto o plano individual como o coletivo. Nesse sentido, é preciso eliminar formas de violência entre as mulheres tais como: a deslegitimação, a desconfiança, o descrédito, a desautorização e as diversas formas de discriminação (sexual, geracional, étnica, racial, linguística, social, econômica, intelectual, ideológica, religiosa, política e outras mais) e que são obstáculos patriarcais que impedem as mulheres de aproximarem-se umas das outras. (Becker e Barbosa, 2016, p 247).

Dentre as inquietações nos debates e na prática da sororidade, na visão de Becker e Barbosa (2016, p. 249), tem-se que “a sororidade não é algo dado, natural, palpável. Trata-se de um desafio construir a ideia de sororidade numa sociedade moldada por uma cultura patriarcal, que silencia a alma e acirra a disputa entre as mulheres”. Mas é preciso sim começar de algum lugar. Nesse começo, a tarefa básica pode perpassar por se pensar numa perspectiva de pensar uma “cultura de sororidade” na qual as autoras lançam as questões:

(...) “onde poderia brotar a sororidade? Como elaborá-la? Entre os espaços que circulamos e assumimos, entre outros papeis, o de pesquisadoras, mas principalmente na condição de mulheres, em que horizonte poderíamos vislumbrar um terreno fértil? Avista uma pesquisa e se instalar, ou então sendo um pouco mais utópicas, avistar várias pesquisas e nelas começar a trabalhar e festejar com outras mulheres? (Becker e Barbosa, 2016, p. 249-250).

Alves (2014) considera que sororidade é uma unidade objetiva das relações recíprocas entre elementos humanos que a integram, essas relações são de todos os tipos, inclusive as do cotidiano. Para a autora sororidade e sociabilidade são conceitos os quais estão ligados, uma vez que, não são atos unilaterais e descontínuos, mas sim uma relação interligada. Pois a sororidade é uma relação social e não fato isolado.



Entendemos o conceito de Sororidade como a união feminista entre mulheres. Dessa maneira, Sororidade é o pacto entre as mulheres que se reconhecem como próximas fisicamente e afetivamente; são relações contínuas e regulares que com o tempo assumem uma equivalência muito semelhantes àquelas que se estabelecem nos espaços de familiares ou através de vínculos sanguíneos (MAUSS, 2003; SIMMEL, 2006; CAILLÉ, 2009; MARTINS & NUNES, 2004, *apud*, ALVES, 2014, p. 74)

A Sororidade acaba por englobar elementos éticos, políticos e sociais em seu conceito, uma vez que não desconsidera nenhum desses elementos para as relações que se estabelecem.

Segundo Alves (2014) a sororidade possibilita a construção de mecanismos de defesa às agressões e a qualquer forma de violência, pois busca combater o patriarcado, valorizar a sexualidade feminina, além de intensificar as relações de solidariedade entre as mulheres.

A sociedade patriarcal acaba por ter uma forte influência no que se refere a sororidade, uma vez que a sociedade patriarcal é onde palavra do homem é a lei e a mulher acaba por ter um papel secundário nessa sociedade. Uma posição secundária a qual gera indignações e formas de resistências cada vez mais intensificadas entre as mulheres. Tal organização das mulheres acaba por formar relações e proximidades cada vez mais fortes entre elas, formando assim o movimento que corresponde a sororidade.

Alves (2014) considera que a sororidade é o princípio de relação entre todas as mulheres e um recurso que pode evitar os conflitos que podem vir a surgir entre elas mesmas, eliminando assim uma cultura patriarcal.

Ela possibilita estabelecer vínculos entre civis e governantes, militantes de partidos, sindicatos, mulheres negras, indígenas e mulheres de outras culturas, jovens e idosas, assim como camponesas, operárias, urbanas, heterossexuais, lésbicas, intelectuais e com baixa escolaridade, entre dirigentes e mulheres “de base”, teóricas e ativistas. Ao não tratar as diferenças de forma preconceituosa, convertendo-as em rejeição e obstáculo, é possível que surjam semelhanças e empatia entre as mulheres. Reconhecendo sempre que as mulheres semelhantes também são diferentes e que a diferença é um capital e um poder. É preciso superar a exigência de sermos idênticas (ALVES, 2014, p. 75).

A disputa entre as mulheres uma com a outra é recorrente em nossa sociedade, a qual estabelece padrões de corpo, beleza, comportamento, e fazendo com que uma seja inferior a outra quando não atinge tal padrão. Dessa forma, a sororidade tenta mostrar que as mulheres podem ser diferentes, elas não precisam ser iguais para uma luta a qual pertence a todas. Elas não precisam competir entre si, e seus vínculos se fortalecem toda vez que um paradigma imposto é quebrado.

Pode ser considerada um elemento de combate as diversas formas de violências que mulheres acabam por sofrer em seu cotidiano, pois compreende-se que nas mais diversas formas e vertentes feministas que existem estão implícitas lutas que busquem a igualdade



salarial, o combate a violência doméstica, o direito a voz e ao voto das mulheres, entre outros elementos que compreendam a emancipação das mulheres.

A sororidade também é objeto de aproximação das mulheres, já que, tal elemento compreende as maiores diversidades sociais, culturais, políticas e econômicas que envolvem as mulheres na mesma e em diferentes sociedades.

A Sororidade busca, e ao mesmo tempo já é, a concretude de formas de emancipação das mulheres. Plantar relações de sororidade significa apoiar para emancipar. Por isso, a sororidade pode dar-se entre desconhecidas, parentes, colegas, companheiras e amigas. Não é preciso ser amiga para vincular-se de forma solidária. Mesmo entre aquelas mulheres que têm conflitos pode-se viver em sororidade. Sendo assim, nenhuma tratará de excluir, destruir ou causar dano a outra (ALVES, 2014, p. 75).

Estas considerações acerca da sororidade nos remetem a pensar o trabalho na Economia Solidária. Pois, se as mulheres que são participantes e muitas vezes as principais protagonistas dos grupos da Ecosol. Entre os espaços de que tem se realizado formações, reflexões e práticas nos princípios da Ecosol, tem chamado atenção que são eles que estão permitindo poder pensar/compreender e viver/protagonizar a sororidade.

Percebe-se, através dos recortes das pesquisas citadas no item anterior, que é preciso aproximar a sororidade e a economia solidária não somente a partir do conceito de irmandade, pois só isso não basta, é preciso ir além, é preciso levar em considerações os princípios da Ecosol, e a perspectiva da emancipação, autonomia, e todos os outros elementos que Lagarde e de los Rios nos dá e que forma sistematizados no quadro 01.

Reforça-se que é preciso levar em consideração a necessidade de trabalhar nos grupos da Ecosol a polemica sobre as diferenças, reconhecendo e eliminando formas de misoginia, afirmando a diversidade e enfrentando as variadas formas de opressão.

É assim que poderemos viver na perspectiva de novas práticas e valores éticos que possibilitem a emancipação e autonomia das mulheres, refletindo também no fortalecimento do próprio grupo coletivo em que ela esteja envolvida.

Nesta perspectiva, de poder utilizar com mais potencial o conceito em questão, é que na sequência se destaca alguns dos elementos mais concretos quando se fala/pensa/utiliza a sororidade.

INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E A CONTEXTUALIZAÇÃO DA IESOL EM PONTA GROSSA E NA UEPG

Em artigo recente sobre a extensão universitária e a economia solidária, Valadão, et al (2018), destacam que a Ecosol pode exercer um papel fundamental nas universidades no que



tange a contribuição para o fortalecimento da inserção social e regional dos segmentos mais vulneráveis.

Isso se dá pela própria perspectiva do que seria a Economia Solidária, que também podemos utilizar a expressão Ecosol. Segundo Singer a Economia Solidária é considerada como uma nova forma de economia, que vem para geração e complemento de renda de sujeitos que são de diversas formas excluídos do contexto econômico/social em que vivemos. Singer (2008) deixa claro que esta vem com seus objetivos de igualdade e inclusão.

Nós costumamos definir Economia Solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de Economia Solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. (SINGER, 2008, p. 289).

Singer (2001) defende que a economia solidária se difere da econômica capitalista em sua forma de produção e organização, porém ambas tem comuns propósitos, sendo um deles o de solidariedade seja na forma mais mínima que esta pode transparecer, uma vez que a solidariedade é indispensável para a reprodução da sociedade, mas há de se destacar que na sociedade capitalista estão inseridas situações competitivas para todos os sujeitos que estão inseridos nesta, uma vez que exige-se na oferta e demanda de mercado, de empresa para empresa. Esta situação competitiva acaba refletindo na vida dos trabalhadores de empresas heterogestionárias, uma vez que estes competem tanto por cargos melhores dentro das empresas, quanto para manutenção de seus empregos.

É a contradição entre competir e se solidarizar que aparece na vida dos indivíduos, estes sendo obrigados a cada momento a desempenhar papéis diferentes, cada um exigindo atitudes solidárias ou competitivas, conforme as circunstâncias se repetem na vida dos empregados das empresas (Singer 2001, p. 102).

Segundo Vecchia et al. (2011)⁴⁸ a crise que perpassou o Brasil e a América Latina entre os anos de 1970 e 1980 em relação à dívida externa teve como resultados amplo movimento de transformação social. Na década de 90 com maior parte do setor da economia privatizado, houve situações as quais desencadearam no processo de desemprego os quais dobraram entre 1991 e 1999. Desta forma, começaram a surgir os primeiros grupos de

⁴⁸ Para maior aprofundamento sobre como se deu o papel da universidade e como se deu o surgimento da Rede de ITCPs e seu papel recomenda-se a leitura: A REDE DE ITCPs – PASSADO PRESENTE E ALGUNS DESAFIOS PARA O FUTURO (2011).



trabalhadores que se reuniram para tentar sair do desemprego, com o apoio de alguma Igreja, ONG ou sindicato. O processo para transformação social demandou a participação de várias instituições que tinham influências na sociedade. Assim se deu a formação de várias parcerias que estão juntas com a Economia Solidária até hoje, como é o caso das redes de incubadoras de apoio. Sobre essa situação atualmente, Ribeiro e Camargo (2018) compreendem:

(...) no Brasil são duas redes nacionais de Incubadoras Universitárias de Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários EES, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs e a Rede Unitrabalho, ambas desenvolvem processos de incubação, ou seja, acompanham de forma sistemática os EEs, a fim de que os mesmos alcancem sustentabilidade social e econômica. (RIBEIRO E CAMARGO, 2018, p. 200).

Ainda segundo as autoras, o que caracteriza essa modalidade de incubação é justamente “horizontalidade, ou seja, a metodologia de trabalho da equipe de incubação” (Ribeiro e Camargo, 2018, p. 200). Estas foram desenvolvidas por experiências pioneiras de incubação que tinham como base a prática da extensão e da educação popular, e com o tempo foi se aperfeiçoando.

A universidade com seus projetos de extensão tem entre seus objetivos a articulação com a comunidade. Desta forma, compreende-se que essa articulação se deu a partir da situação de sujeitos afetados pelas crises da implementação de políticas neoliberais, os quais sofreram de alguma maneira o processo de exclusão. Assim, a universidade entra com o objetivo de contribuir para inserção e fortalecimento em forma grupal estes sujeitos. Com teorias e práticas que se mostrassem capazes de ser aplicada no dia a dia tanto dos sujeitos quanto dos acadêmicos, mostrando assim uma interlocução dos saber popular e dos saber acadêmico, integrando assim a Economia Solidária juntamente com a educação popular.

Nas incubadoras, o processo a ser seguido é dos princípios da economia solidária, e nesses, estão implícitas formas autogestionárias e interdisciplinares. Com isso, o objetivo é que as decisões aconteçam de forma igualitária tanto nas incubadoras como nos empreendimentos participantes desta. Singer e Souza (2000) consideram os seguintes princípios para identificar se um empreendimento é econômico solidário:

1. [...] democracia na sociedade, para cada sócio um voto, 2. A sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a cota de capital mínima igual para todos; 3. Qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4. Tudo que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa; 5. Todas as vendas seriam à vista; 6. Os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade; 7. A sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo. 8. A sociedade seria neutra política e religiosamente (Singer; Souza, 2000, p. 19).



Cabe ressaltar que incubadoras universitárias elucidam vários tipos de articulação, podendo em seus espaços desenvolver conhecimentos práticos, científicos, tanto para os sujeitos dos empreendimentos quanto para acadêmicos e professores que participam do processo.

Uma incubadora universitária de empreendimentos de Economia Solidária – associações e cooperativas populares urbanas e rurais, além de empresas autogestionárias - pode constituir-se em um espaço importante onde se desenvolvam pesquisas teóricas e empíricas sobre a Economia Solidária, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção. (EID et al., 2003, p. 4).

Estes espaços podem se tornar espaços construtivos tanto para sujeitos quanto para seus formadores, uma vez que a partir da pesquisa que é feita podemos observar resultados mais contundentes dos processos de formação dos grupos e da própria equipe. É nesta dinâmica que a IESOL se insere e atua.

A IESOL atua no município de Ponta Grossa e região desde 2005, a partir de uma resolução institucional, que abrange a perspectiva de atuação no tripé de ensino, pesquisa e extensão. Iniciou assim as atividades com a metodologia de pré-incubação, incubação e desincubação, sendo que essa metodologia foi se alterando e refinando ao longo do tempo⁴⁹.

As ações da IESOL incorporaram ao longo do tempo projetos de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, dissertações, teses, relatórios diversos, assim como publicações realizadas por membros do Programa numa articulação essencial para uma universidade pública e gratuita. Um dos compromissos firmados pela IESOL é o respeito aos princípios e valores que foi firmada, ou seja, das tomadas de decisões são sempre coletivas. (VALADÃO, et al, 2018).

A partir de 2007⁵⁰, com da ampliação de recursos e novas demandas, a IESOL começa a vivenciar uma fase de aprovações de projetos por agências de fomentos que possibilitaram a ampliação da equipe, mais efetividade no atendimento das demandas dos grupos, assim como, foi possível a ampliação de grupos atendidos:

Nos processos de incubação desenvolvido entre os anos de 2006 e 2017 a IESOL acompanhou 28 grupos, em diferentes formas de atuação, desde uma assessoria pontual até o processo de incubação em suas diferentes modalidades. Os grupos estão sistematizados em nove categorias (...) artesanato (quatro grupos); rurais (onze grupos rurais, dos quais seis são assentamentos ou acompanhamentos de tradicionais ou quilombolas); catadores de materiais recicláveis (cinco grupos); prestadores de

49 Para maiores informações da história, trajetória e metodologia utilizada na IESOL ver Valadão, et al (org), 2018.

50 Para maiores informações sobre os projetos e os financiadores, ver Valadão, et al (2018).



serviço (dois grupos); formação ou cultura (dois grupos); rede e território (dois grupos); terapêutico/inclusão social (um grupo) e uma nova incubadora. (VALADÃO, et al, 2018, p. 26).

É nesse contexto da IESOL, a partir da sua atuação com os grupos que nos chamam a atenção as questões que perpassam a discussão de gênero. Algumas vezes, consegue-se abordar o tema dos papéis de homens e mulheres na sociedade, durante as formações, nas pesquisas, nas diversas intervenções do cotidiano das ações da IESOL), contudo, nestes últimos dois anos é que se tem tido mais ênfase o olhar para esta questão de gênero no cotidiano da IESOL, em especial, a condição feminina e os entrelaces com a economia solidária.

Observa-se que na economia solidária, as mulheres encontram a flexibilização da jornada de trabalho e conseguem conciliar a rotina de trabalho com a rotina dos filhos e afazeres domésticos, sem se sentirem prejudicadas. Ressalta-se que no processo inicial da incubação de um dos grupos da IESOL, muitas mulheres nem sequer nos olhavam nos olhos, a diferença deu-se com o passar dos anos de incubação, pois ao falarmos com essas mesmas mulheres atualmente, percebe-se que estão mais fortalecidas, olhando nos olhos, participando das decisões do empreendimento, questionando e se posicionando diante das adversidades.

No trabalho de conclusão de curso de Machado (2018), quando faz uma análise dos dados de pesquisa⁵¹ sobre os sentidos do trabalho para os associados dos empreendimentos urbanos incubados pela IESOL, destaca-se a sociabilidade presente nas relações dentro da economia solidária, sendo compreendida pelas seguintes falas:

Trabalhar na Economia Solidária 'pra' mim é ótimo, é o melhor trabalho que tem, porque a gente convive... a nossa associação a gente é uma família, nós somos em seis lá, mas a gente não sabe viver uma sem a outra mais, sabe, e é através do trabalho que nós estamos juntas, nós não 'se conhecia' antes disso (do trabalho). Nós não somos parentes, só eu e meu marido, as outras pessoas eram tudo estranha, daí que a gente ficou amigo e hoje é como se fosse irmão. (Entrevistado 4) É... (tempo de pausa) vamos supor, admiração né, que eu admiro muito assim, gosto muito do que eu faço, respeito pelo meu trabalho né e amor pelos companheiros né, que também não adianta eu querer estar no meio das pessoas se eu não sei conviver né?! (Entrevistado 8) E daí em Economia Solidária então, em primeiro lugar seriam as interações sociais, que já é um outro tipo de interação né, bem mais aprofundado, desenvolvimento... autodesenvolvimento, você poder por em prática o que você pensa, deseja, acredita. (Entrevistado 5). (MACHADO, 2018, p.68)

51 Para mais informações quanto a metodologia, análises, referencial teórico, dentre outros elementos deste trabalho ver Machado (2018).



Ainda no trabalho de pesquisa de Machado (2018), essa destaca em mais análises a partir dos dados obtidos o quanto o trabalho da Ecosol pode contribuir com a emancipação das pessoas, especialmente das mulheres dos empreendimentos:

A partir das falas das associadas, destaca-se o caráter emancipatório do trabalho na EcoSol, na medida que, a inserção nos empreendimentos e consequente possibilidade de obtenção de renda, vêm possibilitando que muitas mulheres se libertem de situações de violência, opressão e desvalorização em que muitas vezes se encontram. São muitos os casos em que elas ainda assumem sozinhas o ônus do cuidado com os filhos e/ou com outros dependentes da renda familiar. O ingresso nestes EES vem permitindo que as mulheres, através da autogestão, organizem o tempo que dispõem ao trabalho de modo a não prejudicar o tempo para os cuidados que dedicam aos filhos, à família e às demais atividades. Assim, a economia solidária contribui significativamente no que diz respeito à igualdade de condições de inserção da mulher no mundo do trabalho, que também é viabilizada pela divisão igualitária das sobras – leia-se lucro, na economia capitalista – entre todos os associados/ membros dos empreendimentos, sem distinção de gênero ou quanto às funções desempenhadas (...) (MACHADO, 2018, p. 73-74)

Já a dissertação de Sopko (2019), ao fazer uma discussão sobre a Divisão Sexual do Trabalho nas associações de reciclagem⁵² em Ponta Grossa, identificou nos resultados da pesquisa⁵³ que as mulheres na sua maioria, nunca participaram do mercado formal de trabalho, tendo suas trajetórias marcadas pela reciclagem como meio de sobrevivência, e condições exaustivas e adversas, carregando um peso superior ao que seus corpos poderiam aguentar com o intuito de sustentar a família.

Sopko (2019), ao identificar fragilidades no que tange as políticas públicas, verifica que as próprias mulheres das associações de catadores da cidade, acabam fazendo acordos baseados na solidariedade, como no caso de doença, gravidez, ou compromisso com a família.

Estes acordos que se refere Sopko (2019) são referentes à licença maternidade, que não existe dentro das associações. Como destaca ainda o trabalho, as falas trazem a ideia que há uma relação de solidariedade e de cuidado entre as associadas, especialmente no que tange as falas sobre os acordos para as mulheres poderem se recuperar do período pós-parto.

Essas condições que Sopko (2019) compreende são as condições de muitas mulheres em muitos segmentos, e nos grupos da Ecosol não é diferente, pois mesmo essas associações,

⁵² As associações de reciclagem em Ponta Grossa têm sido acompanhadas pela IESOL, sendo que uma delas é incubada com ações semanais junto a mesma.

⁵³ Para detalhes da metodologia da pesquisa, dos resultados e referencial teórico ver a dissertação de Sopko (2019).



sendo uma delas incubada pela IESOL, ainda assim, as falas retratam essa realidade⁵⁴, o que podemos acompanhar no trabalho que é realizado no dia a dia com esse grupo.

Concorda-se com Sopko (2019) na medida em que esta coloca que sororidade acaba por ser um fator importante na análise da realidade dessas mulheres catadoras, uma vez que as mulheres acabam por compreender e ajudar uma a outra. De fato, esse aspecto fortalece o trabalho das mulheres dentro da associação e conseqüentemente ajuda na permanência das mulheres no trabalho.

Sendo assim, a sororidade que acontece na relação entre mulheres e mulheres acaba por torna-se um fator de fortalecimento das associações. (SOPKO, 2018).

Na pesquisa de iniciação científica de Machado (2020), em que teve como objeto de pesquisa os empreendimentos econômicos solidários (EES) incubados e/ou assessorados pela IESOL, sendo: a Associação de Feirantes de Economia Solidária (AFESol); a Associação de Reciclagem Rei do Pet (ARREP); e Luau Terra, foi possível identificar elementos que se remetem a sororidade, tanto entre as mulheres que são membros de um mesmo EES, quanto entre as mulheres de outros EES.

Dentre os dados coletados, estão o índice de escolaridade a faixa etária, a renda e relatos que expressam aspectos da sororidade, pelos quais permitiu inferir que as mulheres que fazem parte de um mesmo empreendimento, possuem estas características em comum, como idade, renda e escolaridade (com exceção da ARREP que a faixa etária das mulheres variou significativamente) e comparando com os outros EES as características de cada um, são bem variáveis. No entanto, enquanto seres individuais, elas possuem as suas diferenças, mas que são respeitadas. Machado (2020) aborda um relato, em que uma das integrantes afirma, que apesar das diferenças, elas conseguem manter uma boa convivência, por que acima de tudo, elas se respeitam.

O mesmo ocorre na interação entre as mulheres de EES diferentes, mesmo que o nível de conhecimento, a vivência e as realidades sejam completamente distintas, o respeito pelas diferenças de crenças, sexualidade, classe, raça, entre outras é primordial e para além disso, a

⁵⁴ Nos relatórios dos trabalhos realizados pela IESOL é possível identificar situações em que a mulher aparece num contexto de fragilidade, de dupla e tripla jornada de trabalho, sem contas as atuações de violências que volta e meia são relatadas à equipe que acompanha os grupos.



consciência de que todas merecem ser respeitadas e extinguindo qualquer relação de competição ou superioridade entre elas, é muito forte entre as mulheres que estão inseridas na economia solidária, justamente por que os princípios deste sistema, não permite a exploração, a desigualdade, a competição.

Nessa direção é que o conceito de sororidade nos tem atraído, pela aproximação com a Ecosol, por proporcionar mudanças no dia a dia que impactam na vida dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado acima, destaca-se que a sororidade envolve processos de empatia e solidariedade, envolve a compreensão do contexto sócio-histórico no qual a outra mulher está inserida. Sororidade é um processo de desconstrução diário no qual faz as mulheres dos mais diversos contextos estarem numa luta igual: a igualdade de gênero e as relações de solidariedade.

Carrega uma trajetória complexa, ligada ao movimento feminista, também se compreende que essa vem alcançando número maiores de mulheres por todo o mundo, que mesmo com diferentes lutas, acabam por encontrar algo em comum, tal como a desigualdade e a violência que é algo cotidiano para as mulheres de diferentes classes, etnias e culturas.

Compreende-se que diversos movimentos de mulheres têm crescido em diversos países, ganhando notoriedade em diversos espaços. A sororidade acaba por estar ligada à solidariedade, cooperação e partilha, mas acima de tudo, é importante ver a sororidade como possibilidade de fortalecimento das relações sociais entre as mulheres e acabando com a competição existentes entre si.

Sendo assim, percebe-se que a sororidade, perpassa a compreensão sobre a união feminina como elemento fundamental para superar as opressões sofridas pelas mulheres e pode vir a ser compreendida como uma forma de fortalecimento também do grupo vinculado.

Essa perspectiva também é da Economia Solidária a partir dos seus princípios, e unir essas duas discussões, ter elas presentes ao se atuar com a sociedade como um todo, é ter mais opções de desenvolvimento e mais uma oportunidade de desconstrução do patriarcado, trazendo a sororidade no centro do debate como uma postura ética importante nas relações que as mulheres estabelecem entre si.

Precisamos cada vez mais alçar novos horizontes nas relações entre mulheres e muito especialmente no meio acadêmico, nos projetos de pesquisa, extensão e na sala de aula e que



sejam caminhos que venham proporcionar uma nova cultura: da empatia e da solidariedade, ou seja, da prática da sororidade.

Esta prática precisa acontecer de forma que seja embutida de poder e liberdade de pensamento para lutar contra valores e estereótipos patriarcais que, tradicionalmente, unem as mulheres sob determinadas situações e que, em outras, as afastam e as tornam em certa medida inimigas.

REFERÊNCIAS

BECKER, M. R. BARBOSA, C. M. Sororidade em Marcela Lagarde y de los Ríos e experiências de vida e formação em Marie-Christine Josso e algumas reflexões sobre o saber-fazer-pensar nas ciências humanas. **Coisas de Gênero**, São Leopoldo, v 2, n 2, p. 243 – 256, ago – dez. 2016.

BERGER, C. N. Misoginia. In: COLLING, A. M; TODESCHI, L.)orgs). **Dicionário crítico de Gênero**. Dourados: UFDG, 2015.

COSTA, S.G. Onda, Rizoma e Sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro, ano 70/80 do século XX). In.: **Revista Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis, vl. 06. N. 02. Jul/dez. 2009.

DIAS, S. M. ; MATOS, M ; DUARTE, M. (Orgs). **Da teoria à ação: gênero e reciclagem de resíduos**: um Kit de ferramentas para professores, pesquisadores e profissionais, livro 3: recursos. Belo Horizonte : WIEGO, Brasil. 2012. 40 p. Disponível em: <http://www.wiego.org/sites/default/files/resources/files/Dias-Ogando-Ge%CC%82nero-e-Reciclagem-de-Resi%CC%81duos-livro-3.pdf> Acesso em: 09 de maio. 2019.

EID, F; MAZZEU, F; MARTINS, B; GAIGER, L.I; LORENZETTI, J; NICOLETTI, S. Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da unitrabalho e sobre a metodologia de incubação. In: **SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DE PROJETOS DE ESTENSÃO (SEMPE)**, 5, 2003, João Pessoa. **Anais...João Pessoa** : [Sn].

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **El Feminismo en mi vida: hitos, claves, y topías**. 2012. Disponível em: <www.inmujeres.df.gob.mx>. Acesso em: 19 de mai. 2019.

MACHADO, Ana Paula. **Os Significados Atribuídos Ao Trabalho Pelos Membros Dos Grupos Urbanos Incubados Pela Incubadora De Empreendimentos Solidários (Iesol) Em Ponta Grossa/Pr**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social, UEPG, Ponta Grossa, 2018.

MACHADO, Gabriele Petroski. **Sororidade e Economia Solidária: Um Estudo na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (Iesol/Uepg)**. Ponta Grossa, 2020. (No prelo)

RIBEIRO, L. S. e CAMARGO, G.D.R. M. de. Fazer para ou fazer com? Dos desafios à consolidação de uma metodologia emancipadora – a experiência da Trilhas Incubadora Social



Marista. In: Valadão et al (org). **Economia Solidária e Tecnologia Social: Práticas e Reflexões**. Editora Estúdio Texto, Ponta Grossa, 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 5ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. 127 páginas.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 71 – 105. Disponível em: <<http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>>. Acesso em 05 de maio 2010.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. (Org.). **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Conexto, 2000.

_____, Paul. Economia Solidária: entrevista com Paul Singer. **Estudos avançados**. v. 22, n. 62, p. 289 – 314. 2008.

_____, Paul. Economia Solidária *versus* Economia Capitalista. **Soc. Estado**, v. 16, n. 1/2, Brasília, v.16, n. 1/2, p.100-112, Jun. /dez. 2001.

SOPKO, C. **As relações de gênero e a Divisão Sexual do Trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa – PR**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em ciências sociais aplicadas, UEPG, 2019.

VALADÃO, A. BRASIL, F. CUNHA, L.A.G. BRASIL, M. MOURA, R.R. Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL/UEPG: trajetória e futuro. In: Valadão et al (org). **Percursos e Experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários: Universidade Estadual de Ponta Grossa**. Editora Estúdio Texto, Ponta Grossa, 2018.

VECHIA, Renato Della. TILLMANN, Reinaldo, NUNES, Tiago, CRUZ, Antonio. Rede de ITCP'S – Passado, presente e alguns desafios para o futuro. In: Revista **Diálogo**, Canoas- RS, n 18, p. 115 – 144, Jan-Jun, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/107/123>>, acesso em: 07 de maio de 2019.



CAPÍTULO 23

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294223061

Karen Alice Kasper
Janete Stoffel

RESUMO

O Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM) surge com o objetivo de diagnosticar a realidade e auxiliar gestores públicos e instituições a construir alternativas para que os municípios possam alcançar um nível mais alto de desenvolvimento, levando em conta a necessidade de construir condições adequadas de sustentabilidade no processo de desenvolvimento. O trabalho apresentado neste artigo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de Desenvolvimento Sustentável do município de Laranjeiras do Sul/PR, a partir do IDSM? Para isso, teve como objetivo geral analisar o nível de desenvolvimento sustentável do município de Laranjeiras do Sul, a partir da elaboração do IDSM. Os objetivos específicos foram: a) abordar a relação entre indicadores de desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável a nível municipal; b) elaborar o IDSM para o município de Laranjeiras do Sul, considerando variáveis relacionadas às dimensões social, cultural, econômica, demográfica, ambiental e político-institucional; c) analisar, a partir dos resultados, o nível de desenvolvimento sustentável de Laranjeiras do Sul/PR. Em termos metodológicos, a pesquisa é aplicada, descritiva, documental, bibliográfica, estudo de caso e predominantemente quantitativa. Foram coletadas e utilizadas 67 variáveis distribuídas nas dimensões social (22), demográfica (7), econômica (7), político institucional (12), ambiental (13) e cultural (6). Os resultados mostraram IDSM com sustentabilidade ideal para as dimensões: social (0,7598), ambiental (0,7781) e cultural (0,8214). Nas dimensões demográfica e econômica o indicador é aceitável com resultados de (0,5455) e (0,6086) respectivamente. Já na dimensão político-institucional o indicador é alerta (0,4064). Com base no IDSM calculado para as seis dimensões de forma individual, obteve-se o resultado para Laranjeiras do Sul, cujo indicador é de (0,6533), um nível considerado aceitável de sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Desenvolvimento. Índice de desenvolvimento sustentável municipal (IDSM). Indicadores. Território Cantuquiriguaçu.

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento foi identificado, inicialmente, como progresso material, sendo visto como sinônimo de crescimento econômico, havendo a compreensão de que o enriquecimento levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais (VEIGA, 2005a, 2005b). Um dos momentos de transformações e aumento da riqueza foi a Revolução Industrial, a qual pode ser destacada como marco que revolucionou as relações sociais e as bases técnicas das atividades humanas. Com ela houve a expansão da capacidade produtiva, com aumento das escalas de produção, maior uso de recursos naturais, a criação de resíduos



sintéticos, promovendo desenvolvimento tecnológico, gerando ainda crescente mecanização do processo de trabalho (FRANCO; DRUCK, 1998).

Com a Revolução Industrial o homem intensificou a transformação do planeta, uma vez que o crescimento da população humana passou a pressionar o meio ambiente em decorrência do maior uso de recursos naturais, provocando o declínio acelerado da capacidade e qualidade para sustentar a vida. O aumento populacional criou uma demanda sem precedentes, acelerando a geração de poluição, levando à redução da biodiversidade ou extinção das espécies, a destruição progressiva da camada de ozônio por gases, efeito estufa, aquecimento global, entre outros efeitos negativos (KRAEMER, 2004).

Os padrões de produção e consumo, que foram sendo desenvolvidos ao longo do tempo, passaram a redefinir tanto o estado das águas, do ar, dos solos, da fauna e da flora, quanto as próprias condições históricas da existência humana. Neste contexto, a partir da década de 1960 foi intensificada a reflexão acerca do futuro, uma vez que o crescimento urbano e a crise do petróleo influenciaram os debates sobre as questões e preocupações ambientais (FRANCO; DRUCK, 1998; BARBOSA, 2008). O termo desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado para definir o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de suprir as necessidades das gerações futuras (CMMAD, 1991).

Para promover o desenvolvimento sustentável é necessário reconhecer que os sistemas humanos e o meio ambiente estão interligados e exercem influências e interferências de acordo com o nível de evolução em que se encontram. Ainda é necessário reconhecer as suas características e a capacidade de atuação e interação no contexto em que estão inseridos (MARTINS; CÂNDIDO, 2008, 2012).

Para que a sustentabilidade possa ser quantificada, indicadores são fundamentais. São eles que efetivam um processo de desenvolvimento em bases sustentáveis, partindo da operacionalização de um agrupamento de variáveis que são relevantes para a compreensão da realidade. Assim, os indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos indispensáveis para nortear a ação, bem como subsidiar o acompanhamento e a avaliação rumo ao desenvolvimento sustentável (MARTINS; CÂNDIDO, 2008).

Para Souza *et. al.* (2013), o desenvolvimento sustentável deve ser entendido através de uma visão ampla, e em construção, envolvendo dimensões adaptáveis às realidades locais. Nesse sentido o Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM) surge com



o objetivo de diagnosticar as condições locais e auxiliar os gestores públicos e institucionais a conduzir os municípios e regiões a patamares cada vez mais elevados do desenvolvimento (SIDEMS, 2018).

Martins e Cândido em 2008 desenvolveram uma metodologia para o cálculo do IDSM, calculando o índice para os municípios da Paraíba e para os Estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal (MARTINS; CÂNDIDO, 2008, 2012). Nesse contexto, a pesquisa aqui introduzida buscou analisar o nível de desenvolvimento sustentável do município de Laranjeiras do Sul, através da elaboração do IDSM para este local, seguindo a metodologia sugerida por Martins e Cândido (2008). Sendo que a pergunta norteadora da pesquisa foi: Qual o nível de Desenvolvimento Sustentável do município de Laranjeiras do Sul/PR a partir do cálculo do IDSM?

Com a finalidade de orientar a direção da pesquisa e responder ao problema norteador, o objetivo geral do estudo foi analisar o nível de desenvolvimento sustentável do município de Laranjeiras do Sul, a partir da elaboração do IDSM. Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Abordar a relação entre indicadores de desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável a nível municipal; b) Elaborar o IDSM para o município de Laranjeiras do Sul, considerando variáveis relacionadas às dimensões social, cultural, econômica, demográfica, ambiental e político-institucional; c) Analisar, a partir dos resultados, o nível de desenvolvimento sustentável de Laranjeiras do Sul/PR.

Os resultados desta pesquisa estão expostos neste artigo que, em termos estruturais, conta com seis seções incluindo esta introdução. Na segunda parte são apresentadas questões teóricas que sustentam a pesquisa. Em seguida é comentada a metodologia utilizada na pesquisa. Na quarta seção constam os resultados sobre os cálculos para o estabelecimento do IDSM. Na sexta seção estão as considerações finais e por fim a lista de referências utilizadas no estudo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA MUNICÍPIOS (IDSM).

Ao longo do tempo, a humanidade vem assistindo a inúmeras situações e fatos que apontam a vulnerabilidade do meio ambiente, fazendo com que seja necessário assumir uma postura crítica para defendê-lo. Considerando essa perspectiva de preocupação global foram realizadas iniciativas mundiais, destacando a Conferência das Nações Unidas sobre Meio



Ambiente realizada em 1972 e popularmente conhecida como Conferência de Estocolmo (PASSOS, 2009). Esta conferência permitiu elevar o patamar de discussão das questões ambientais a um nível antes reservado aos temas com tradição diplomática, constituindo uma etapa histórica para a evolução do tratamento do meio ambiente em nível internacional. Teve como resultado o reconhecimento do problema ambiental e da necessidade de ação imediata (LAGO, 2007; GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012).

No ano de 1987 foi publicado o Relatório de Brundtland, documento intitulado Nosso Futuro Comum, apresentando o conceito sobre Desenvolvimento Sustentável como aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Esta definição surgiu fundamentada em estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas e buscava uma resposta para a crise social e ambiental que o mundo enfrentava, a partir da segunda metade do século XX (BARBOSA, 2008; BOFF, 2012).

Outra Conferência mundial de grande relevância foi a ECO-92, ou Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Essa foi a maior Conferência de todos os tempos e teve como objetivo realizar um debate amplo e democrático, envolvendo todos os participantes, sobre as possíveis soluções para os problemas ambientais. O evento foi considerado como marco da aceitação do desenvolvimento sustentável como interesse coletivo, com a assinatura da Agenda 21 assinada por 179 países que firmaram entre si compromissos em relação ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2016; BASSANI, CARVALHO, 2004).

No ano de 2002 foi realizada em Johannesburgo, na África do Sul, a Conferência Ambiental Rio+10, tendo como objetivo principal a avaliação dos acordos e convênios aprovados na ECO-92. Os debates foram mobilizados em torno das questões de enfrentamento à pobreza, bem como das mudanças climáticas e a discussão sobre fontes de energias renováveis. Houve a participação de aproximadamente 150 países, sendo a pretensão definir um plano de ação global que conciliasse necessidades de desenvolvimento econômico e social da humanidade, mantendo o planeta habitável. A Declaração de Johannesburgo foi o documento criado e assinado na Rio+10 e que expressa os objetivos discutidos no evento (MOURA, 2016; SEQUINEL, 2002; DINIZ, 2002).

Em 2012 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência Rio+20, marcando os 20 anos da realização da ECO-92. Os objetivos deste evento foram: a) assegurar a renovação do



compromisso político para o desenvolvimento sustentável; b) avaliar os avanços e os hiatos nos processos de implantação das principais decisões quanto ao desenvolvimento sustentável; e, c) identificar desafios novos e emergentes. Esta conferência aconteceu em um contexto internacional desfavorável, em que muitos países se encontravam em conjuntura econômica ou política difícil, além de um desgaste que a ONU vinha sofrendo em seu poder de intervenção (MOURA, 2016).

Em dezembro 2015, foi firmado o Acordo de Paris cuja intenção é combater os efeitos das mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases, sendo assinado por 196 países. Em novembro de 2016 foi quando esse acordo entrou em vigor, tendo como principal objetivo manter o aquecimento global abaixo de 2°C, ficando determinado que todos os países precisam alcançar um teto em suas emissões de gases de efeito estufa o mais rápido possível (BRUNO, FROZZA, FRAGA, 2017).

Apesar de o tema já ser debatido há mais de meio século, quando o assunto é desenvolvimento sustentável é possível afirmar que ainda existem incompreensão, desinformação e distorções a respeito da gravidade dos problemas ambientais enfrentados atualmente (MARTINE; ALVES, 2015). Somos um sistema econômico que depende de recursos naturais fornecidos pelo ecossistema. A utilização desenfreada destes fatores, prejudica a capacidade deste ecossistema de suportar a agressão promovida pela humanidade, e de assimilar os resíduos e a poluição resultantes dos processos de produção e de consumo.

Neste sentido, cabe retomar autores e teorias que foram desenvolvidas no decorrer do tempo e que podem ser relacionados aos aspectos ambientais. Thomas Robert Malthus (1766-1834) alertava que haveria uma tendência de que a população cresceria em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos cresceria em progressão aritmética. Um dos resultados seria a incidência da fome para a população. Apesar desta teoria não estar voltada para preocupações ambientais, pode-se concluir que havia em seu bojo uma reflexão sobre recursos finitos (MALTHUS, 1996).

Outro autor que se pode destacar é John Stuart Mill (1806-1873), um dos precursores na consideração da relação entre população, desenvolvimento e meio ambiente. Mill (1988; 1996) antecipou o debate atual sobre as questões ambientais apontando que o planeta possui limites, assim como o crescimento econômico e populacional também possuem. Estes argumentos destacaram Mill como inovador para seu tempo ao defender a natureza (MILL, 1988; 1996).



Em relação aos autores contemporâneos, Ignacy Sachs, é o criador do conceito de ecodesenvolvimento. Para o autor o desenvolvimento deve ser abordado não apenas pela ótica do crescimento do PIB, mas também, pela perspectiva de geração de oportunidades de trabalho decente, remunerado, com condições dignas (SACHS, 2005). José Eli da Veiga, por sua vez, trata a sustentabilidade como um “novo valor”. Para ele, embora em todas as áreas de conhecimento tenham sido integradas a noção de sustentabilidade, as origens do debate sobre seu sentido estão nas reflexões de duas disciplinas, ecologia e economia (VEIGA, 2010).

No contexto do debate sobre desenvolvimento sustentável surgem discussões sobre as diferenças entre o crescimento econômico e o desenvolvimento, havendo um leque bastante amplo de abordagens, mas que trazem principalmente a conclusão de que o crescimento pode ser necessário, mas não é suficiente para promover o desenvolvimento. Sendo este último compreendido como sinônimo de qualidade de vida. Neste contexto a utilização do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador do desenvolvimento econômico passa a ser questionada e considerada insuficiente. O PIB não mede bem-estar coletivo pois nele está ‘escondida’ a desigualdade existente em uma sociedade, visto que não retrata a realidade da população, mas sim uma média em termos de resultados econômicos alcançados (MONTIBELLER FILHO, 1999; RIBEIRO NETO, GOMES, 2013).

Na perspectiva de apresentar um indicador que retratasse melhor o desenvolvimento, e que pudesse medir aspectos além do crescimento econômico, foi proposto em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Idealizado pelos economistas Mahbubul Haq e Amartya Sen no relatório *Human Development Report*, por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) o IDH sugere que para medir o avanço de uma população não se deve considerar apenas o produto interno bruto, mas também aspectos sociais, culturais e políticos, os quais influenciam a qualidade de vida da população. Em relação ao PIB o IDH representou um avanço significativo em termos de medida do desenvolvimento (KRAMA, 2008).

Assim, a partir da experiência do IDH, outros indicadores passaram a ser propostos. Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM) surge com o objetivo de diagnosticar a realidade e auxiliar gestores públicos e instituições a buscar alternativas para que os municípios alcancem maiores níveis de desenvolvimento, levando em conta a necessidade de construir condições adequadas de sustentabilidade no processo de desenvolvimento. Esta avaliação da sustentabilidade é sugerida pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em sua versão do *Dashboard of*

Sustainability, preparada para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 na África do Sul. O IDSM equivale a um nível superior de agregação e é gerado a partir da aplicação de um método de agregação aos indicadores e às dimensões (SIDEMS, 2018; MARTINS, CÂNDIDO, 2008).

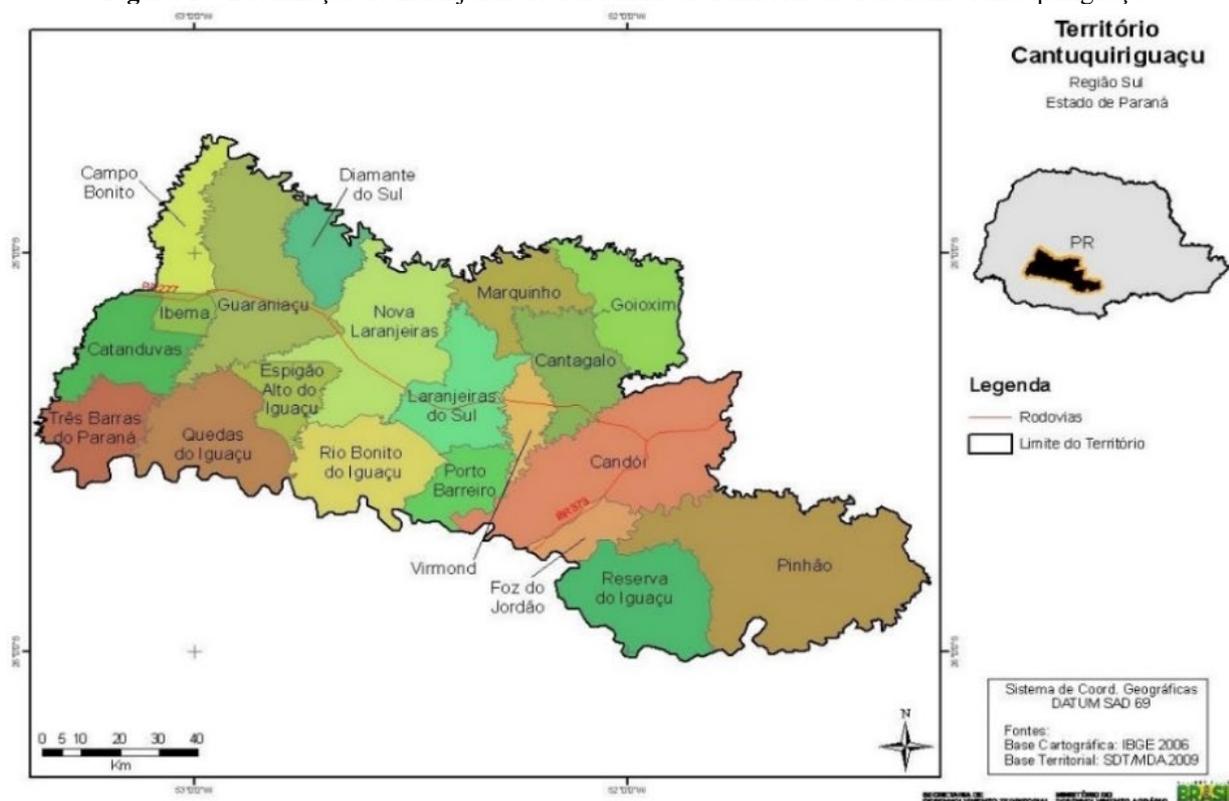
Na pesquisa aqui retratada, a metodologia proposta por Martins e Cândido (2008) foi utilizada como base. Os resultados alcançados e apresentados, neste artigo, foram aplicados ao município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, sendo que os procedimentos metodológicos utilizados estão apresentados na próxima seção.

METODOLOGIA

O estudo apresentado neste artigo foi realizado no município de Laranjeiras do Sul/PR, o qual está localizado na região centro-sul paranaense, a uma distância de 369 quilômetros da capital Curitiba. Faz parte da região que constituiu o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, possui uma área territorial de 672,08 km² e uma população estimada pelo IBGE em 32.006 habitantes para o ano de 2018 (IBGE, 2020).

Na Figura 1 é apresentado o mapa do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com a localização de Laranjeiras do Sul.

Figura 1 – Localização de Laranjeiras do Sul dentro do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu



Fonte: SIT (2020)



Em relação à classificação da pesquisa quanto aos objetivos o estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Para Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como principal objetivo a descrição das características de uma população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis, sendo que neste caso o resultado é o cálculo do IDSM para Laranjeiras do Sul.

Quanto aos procedimentos de coleta dos dados, o estudo classifica-se como documental, bibliográfico, levantamento de dados secundários em bases de dados como o IBGE e o IPARDES e um estudo de caso. Segundo Gil (2008) a pesquisa documental é aquela que utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento minucioso, ou que ainda podem ser reproduzidos conforme os objetivos da pesquisa. A pesquisa bibliográfica, para o autor, é aquela que é desenvolvida a partir de um material previamente elaborado, disponível principalmente em teses, dissertações, livros e artigos. Já o estudo de caso é caracterizado pelo estudo aprofundamento da análise das informações que permitiram calcular o IDSM para o município proposto.

No levantamento de dados secundários foram utilizadas 67 variáveis, distribuídas nas seguintes dimensões: social 22, demográfica 07, econômica 07, político-institucional 12, ambiental 13 e cultural 06 variáveis. Foram utilizadas como bases para a coleta dos dados o IPARDES, IBGE, Atlas BR, Bfcad, Meu Município, ANATEL, TSE e SNIS. Conforme a disponibilidade dos dados foram utilizadas informações oriundas do censo demográfico de 2010, e em algumas das outras fontes os dados eram mais recentes, em alguns casos até 2020. A metodologia adotada e proposta por Martins e Cândido (2008) permite a utilização de dados para um intervalo de tempo, além de permitir que variáveis não disponíveis sejam substituídas por outras semelhantes ou sejam retiradas do estudo, caso não existam possibilidades de substituição.

As variáveis possuem diferentes unidades de medida, assim, foram transformadas em índices, possibilitando a agregação em suas respectivas dimensões para então ser calculado o IDSM. Os valores das variáveis foram ajustados numa escala onde o valor mínimo é 0 (zero) e o valor máximo é 1 (um), sendo que as variáveis se apresentam como positivas ou negativas conforme sua relação com o desenvolvimento sustentável (MARTINS; CÂNDIDO, 2008).

A variável apresenta relação positiva quando esta influencia positivamente o desenvolvimento sustentável, havendo uma relação diretamente proporcional entre a oscilação da variável e do índice calculado. A variável apresenta relação negativa quando a influência



sobre o desenvolvimento é inversamente proporcional, ou seja, se aumenta o valor da variável piora o desenvolvimento sustentável. Com base na localização das variáveis, na identificação individual sobre a relação positiva ou negativa de cada uma delas, passou-se a efetuar o cálculo dos indicadores. A operacionalização desta etapa utilizou-se do seguinte cálculo, conforme a característica de cada variável.

- Quando a relação for positiva a equação utilizada será:

$$I = (M-x)/(M-m)$$

- Onde, I = índice calculado para a localidade; x = valor de cada variável; m = valor mínimo identificado; e M = valor máximo identificado.

Para ser possível transformar as variáveis em índices foi necessário utilizar um grupo de municípios, pois é preciso obter valores mínimos e máximos para as variáveis. Assim, a opção foi trabalhar com os municípios que pertencem ao Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, no qual Laranjeiras do Sul está inserido. Além de Laranjeiras do Sul, fazem parte desse Território os seguintes municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

Os municípios acima citados (exceto Laranjeiras do Sul) não foram estudados, apenas utilizados nos cálculos para tornar possível a transformação das variáveis em índices. Foi formada uma base de dados com os 20 municípios (ver Figura 1) e a partir dessa base as variáveis foram transformadas em índices, considerando os extremos (valores mínimos e máximos observados entre os 20 municípios da região). Então, a fórmula foi aplicada conforme a relação positiva ou negativa para cada variável. Depois, houve a agregação desses índices por dimensão, por meio de média aritmética e, por fim, o IDSM final foi calculado, a partir da média aritmética das dimensões.

Quadro 1 – Classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade do IDSM

ÍNDICE (0 - 1)	COLORAÇÃO	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
0,0000 - 0,2500		CRÍTICO
0,2501 - 0,5000		ALERTA
0,5001 - 0,7500		ACEITÁVEL
0,7501 - 1,000		IDEAL

Fonte: Adaptado de MARTINS; CÂNDIDO, 2008.

Cabe ressaltar que houve alguns dados da metodologia original que não foram localizados, mas como o método permite, estes dados foram substituídos ou retirados do cálculo. Considerando que para realizar a pesquisa optou-se por utilizar os municípios o território Cantuquiriguaçu, o IDSM de Laranjeiras do Sul o resultado reflete a realidade regional. Quanto aos resultados obtidos, para classificar os índices foi utilizada uma classificação que utiliza escala de cores, apresentada no quadro 1 e que indica os níveis de sustentabilidade para cada dimensão e para o IDSM final (MARTINS; CÂNDIDO, 2008):

A partir dos dados coletados, a análise dos dados no presente estudo utiliza-se de instrumentos quantitativos. A pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo uso de instrumentos estatísticos, seja na coleta ou no tratamento de dados, e tem como objetivo medir relações entre as variáveis. No caso em tela a partir dos dados coletados foram elaborados os cálculos e seus resultados apresentados em tabelas dispostas no decorrer da próxima seção (ZANELLA, 2006).

APLICAÇÃO DO MÉTODO DO IDSM EM LARANJEIRAS DO SUL/PR

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação do IDSM no município de Laranjeiras do Sul/PR, juntamente com a análise, buscando entender os motivos que levaram aos resultados alcançados. Com isso será respondido o problema de pesquisa, partindo da elaboração do IDSM e posterior análise do nível de desenvolvimento sustentável.

A dimensão social tem a finalidade de apresentar informações sobre os aspectos que influenciam na qualidade de vida da população, assim como demonstra se o acesso aos serviços oferecidos à comunidade ocorre de forma satisfatória. Na tabela 1 estão agrupados os índices da dimensão social, apresentando o cálculo e seus respectivos resultados, sendo a coloração referente ao nível de sustentabilidade encontrado e por fim apontada a média da dimensão. A sustentabilidade da dimensão foi calculada a partir da média de todos os índices que a compõem.

Tabela 1 – Índices, relação, cálculo e média/IDSM da dimensão social de Laranjeiras do Sul

Índice	Relação	Cálculo	Resultado
Esperança de vida ao nascer	Positiva	$I = (75,11-71,05)/(75,87-71,05)$	0,8423
Mortalidade infantil	Negativa	$I = (19,90-12,60)/(19,90-11,60)$	0,8795
Prevalência da desnutrição total	Negativa	$I = (1,58-1,11)/(1,58-0,04)$	0,3052
BCG	Positiva	$I = (1,1520-0,2414)/(1,5808-0,2414)$	0,6799
Poliomielite	Positiva	$I = (0,9829-0,7143)/(1,2766-0,7143)$	0,4777
Tríplice viral	Positiva	$I = (0,9807-0,8039)/(1,4898-0,8039)$	0,2578
Tríplice DTP	Positiva	$I = (0,9458-0,7375)/(1,0492-0,7375)$	0,3405
Número de empregos médicos	Positiva	$I = (1,2810-0,1258)/(1,2810-0,1258)$	1,0000
Número de leitos hospitalares	Positiva	$I = (3,5931-1,0063)/(6,2044-1,0063)$	0,4976
Número de estabelecimentos de saúde	Negativa	$I = (2043-372)/(2043-372)$	1,0000
Escolarização	Positiva	$I = (46,00-38,99)/(47,89-38,99)$	0,7878
Alfabetização	Positiva	$I = (26058-2929)/(26058-2929)$	1,0000
População com ensino superior completo (25 anos ou mais)	Positiva	$I = (10,02-2,64)/(10,02-2,64)$	1,0000
Analfabetismo funcional	Negativa	$I = (19,12-8,47)/(19,12-7,2)$	0,8935
Famílias atendidas com programas sociais	Negativa	$I = (0,146-0,035)/(0,146-0,035)$	1,0000
Mortalidade por homicídio	Negativa	$I = (53,31-42,24)/(53,31-16,91)$	0,3041
Mortalidade por acidente de transporte	Negativa	$I = (80,06-25,99)/(80,06-7,32)$	0,7433
Densidade de moradores por domicílio	Negativa	$I = (0,079-0,041)/(0,079-0,025)$	0,7058
Coleta de resíduos por domicílio	Positiva	$I = (0,768-0,222)/(0,768-0,222)$	1,0000
Tinham água encanada	Positiva	$I = (0,908-0,723)/(0,908-0,723)$	1,0000
Tinham energia elétrica	Positiva	$I = (0,910-0,730)/(0,910-0,730)$	1,0000
Tinham banheiro ou sanitário	Positiva	$I = (0,914-0,752)/(0,914-0,752)$	1,0000
Média/IDSM Social			0,7598

Fonte: Elaborado pela autora, com dados de Atlas BR, Bfcad, IBGE, IPARDES (2020, 2021). Os dados são dos anos de 2010, 2012, 2018 e 2020.

A partir da média do IDSM para a dimensão social foi possível verificar que Laranjeiras do Sul apresentou uma sustentabilidade ideal – 0,7598 – nesta dimensão. Pode-se considerar um bom resultado, embora ainda possa ser melhorado com maiores investimentos em educação, infraestrutura e saúde. Sachs (2004) quando formulou os princípios da visão do ecodesenvolvimento, considerou a elaboração de um sistema social, programas de educação e a satisfação das necessidades básicas entre os seis aspectos integrantes. Para ele, o ecodesenvolvimento orienta para um projeto de civilização, que propõem um novo estilo de vida, com objetivos sociais, orientando para o futuro (BRÜSEKE 1995; OLIVEIRA; MONTEIRO, 2015).

Na tabela 2 estão agrupados os índices que compõem a dimensão demográfica, com o cálculo e seus respectivos resultados e coloração referente ao nível de sustentabilidade em que se encontram. A sustentabilidade da dimensão é resultado da média dos índices descritos na tabela.

Tabela 2 – Índices, relação, cálculo e média/IDSM de Laranjeiras do Sul, da dimensão demográfica em 2010.

Índice	Relação	Cálculo	Resultado
Crescimento da população	Positiva	$I = (0,25 - (-1,64)) / (1,13 - (-1,64))$	0,6823
Razão entre a população urbana e rural	Positiva	$I = (0,2296 - 0,1176) / (0,9722 - 0,1176)$	0,1310
Densidade demográfica	Positiva	$I = (45,71 - 8,79) / (45,71 - 8,79)$	1,0000
Razão entre a população masculina e feminina	Positiva	$I = (0,9498 - 0,9070) / (0,9980 - 0,9070)$	0,4700
Distribuição por faixa etária até 14 anos	Positiva	$I = (0,2515 - 0,2369) / (0,3077 - 0,2369)$	0,2068
Distribuição por faixa etária de 15 a 59 anos	Positiva	$I = (0,6349 - 0,5841) / (0,6380 - 0,5841)$	0,9428
Distribuição por faixa etária acima de 60 anos	Negativa	$I = (0,1405 - 0,1136) / (0,1405 - 0,0706)$	0,3853
Média/IDSM Demográfico			0,5455

Fonte: Elaborado pela autora, com dados de Atlas BR, IPARDES (2021).

Ao calcular a média desta dimensão foi possível perceber que a sustentabilidade demográfica de Laranjeiras do Sul foi aceitável – 0,5455 - resultado que pode ser considerado mediano. Vale ressaltar que a média foi reduzida especialmente por causa da variável “razão entre população urbana e rural” – 0,1310. O IDSM encontrado para a dimensão demográfica mostra a necessidade de criar condições adequadas, partindo de ações planejadas para melhor distribuir a população entre os espaços rural e urbano.

Na tabela 3 encontram-se os índices da dimensão econômica apresentando o cálculo e o respectivo resultado para cada índice. Por fim, o nível de sustentabilidade da dimensão, esta, obtida a partir do resultado da média dos índices descritos.

Tabela 3 – Índices, relação, cálculo e média/IDSM de Laranjeiras do Sul na dimensão econômica para 2010 e 2018

Índice	Relação	Cálculo	Resultado
Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Positiva	$I = (24,175 - 15,629) / (48,651 - 15,629)$	0,2588
Participação da indústria no PIB	Positiva	$I = (0,0496 - 0,0436) / (0,5718 - 0,0436)$	0,0115
Receita tributária municipal	Positiva	$I = (12,76 - 2,20) / (12,76 - 2,20)$	1,0000
Renda média domiciliar <i>per capita</i>	Positiva	$I = (636,83 - 316,22) / (650,02 - 316,22)$	0,9605
Renda <i>per capita</i>	Positiva	$I = (659,33 - 320,16) / (659,33 - 320,16)$	1,0000
Rendimentos provenientes do trabalho	Positiva	$I = (77,23 - 65,96) / (81,11 - 65,96)$	0,7439
Índice de Gini de distribuição do rendimento	Negativa	$I = (0,58 - 0,54) / (0,58 - 0,44)$	0,2857
Média/IDSM Econômico			0,6086

Fonte: Elaborado pela autora, com dados de Atlas BR, IPARDES, Meu Município (2021).

Através do cálculo da média da dimensão econômica encontrou-se uma sustentabilidade aceitável para o município de Laranjeiras do Sul – 0,6086 – percebe-se que há necessidade de implementação de políticas públicas para uma melhor distribuição de renda. Ainda se observa que é preciso propor estratégias para desenvolver a indústria no município, considerando incentivos para que as empresas atuais possam se fortalecer ou que novas empresas possam se instalar no município. Segundo Silva (2012), os índices quantitativos de crescimento econômico (principalmente o PIB) sempre foram bem-vistos, sendo o objetivo de muitos torná-los universais. No entanto, vale lembrar que é preferível analisar indicadores que considerem questões sociais e ambientais juntamente com indicadores econômicos, o que neste estudo foi feito por meio da média final do IDSM.

A dimensão político-institucional compreende os índices referentes às despesas por função destinadas a assistência social. A dimensão possui a finalidade de mostrar a participação política da população, buscando expor o esforço despendido para efetiva implementação do desenvolvimento sustentável (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). A tabela 4 mostra os índices dessa dimensão, seguido do cálculo, resultado e sustentabilidade político-institucional de Laranjeiras do Sul.

A dimensão político-institucional apresentou sustentabilidade alerta – 0,4064 – isso acontece porque 06 índices apresentaram resultados críticos. É evidente que o município necessita de atenção nas suas despesas, pois com itens fundamentais há pouco investimento. Embora em alguns índices os resultados sejam oriundos do pouco investimento, em outros há bons investimentos. Como os valores mínimos e máximos são retirados da região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, há outros municípios em que os investimentos superam os do município em estudo.

Tabela 4 – Índices, relação, cálculo e média/IDSM de Laranjeiras do Sul na dimensão Político-Institucional para o ano de 2018

Índice	Relação	Cálculo	Resultado
Com assistência social	Positiva	$I = (0,0402-0,0351)/(0,0869-0,0351)$	0,0998
Com educação	Positiva	$I = (0,2489-0,1962)/(0,3392-0,1962)$	0,3687
Com cultura	Positiva	$I = (0,0015-0,0010)/(0,0220-0,0010)$	0,0235
Com urbanismo	Positiva	$I = (0,1578-0,0042)/(0,2194-0,0042)$	0,7138
Com habitação urbana	Positiva	$I = (0,0157-0,0020)/(1,8055-0,0020)$	0,0076
Com gestão ambiental	Positiva	$I = (0,0040-0,0001)/(0,0324-0,0001)$	0,1198
Com desporto e lazer	Positiva	$I = (0,0181-0,0030)/90,0318-0,0030)$	0,5240
Com saúde	Positiva	$I = (0,1834-0,1698)/(0,2692-0,1698)$	0,1370

Acesso a serviço de telefonia fixa ⁵⁵	Positiva	$I = (9,63-3,83)/(44,95-3,83)$	0,1412
Participação nas eleições	Positiva	$I = (0,8443-0,7400)/(0,8645-0,7400)$	0,8380
Número de conselhos municipais	Positiva	$I = (8-5)/(8-5)$	1,0000
Transferências intergovernamentais da União	Negativa	$I = (0,6413-0,3586)/(0,6413-0,3283)$	0,9032
Média/IDSM Político-Institucional			0,4064

Fonte: Elaborado pela autora ANATEL, IBGE, IPARDES, TSE (2021).

O conjunto de informações produzido pelos índices da dimensão ambiental, oferece subsídios para que se possam compreender aspectos referentes ao processo de preservação ou degradação ambiental (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). Na tabela 5 estão apresentados os índices utilizados para efetuar o cálculo do IDSM na dimensão ambiental. Também pode ser observada a coloração referente a cada índice e a sustentabilidade da dimensão.

Tabela 5 – Índices, relação, cálculo e média/IDSM de Laranjeiras do Sul na dimensão ambiental em 2010 e 2018

Índice	Relação	Cálculo	Resultado
Tratada em ETAs	Positiva	$I = (81,3-0)/(100-0)$	0,8126
Tratada por simples desinfecção	Positiva	$I = (18,74-0)/(100-0)$	0,1874
Consumo médio <i>per capita</i> de água	Negativa	$I = (139,04-109,21)/(139,04-90,23)$	0,6111
Rede geral de abastecimento	Positiva	$I = (0,8261-0,2963)/(0,8432-0,2963)$	0,9687
Poço ou nascente	Negativa	$I = (0,6845-0,1720)/(0,6845-0,1385)$	0,9386
Outro	Negativa	$I = (0,01252-0,00114)/(0,01252-0,00079)$	0,9696
Rede geral ou pluvial	Positiva	$I = (0,2663-0,0014)/(0,4002-0,0014)$	0,6642
Fossa séptica	Positiva	$I = (0,0975-0,0057)/(0,2975-0,0057)$	0,3165
Outro	Negativa	$I = (0,9785-0,6296)/(0,9785-0,5501)$	0,8153
Média/IDSM Ambiental			0,7781

Fonte: Elaborado pela autora, com dados de IBGE, SNIS (2021).

A dimensão ambiental apresentou sustentabilidade ideal para Laranjeiras do Sul – 0,7781 – resultado que pode ser explicado pelos bons resultados encontrados para a maior parte dos índices da dimensão que apresenta sustentabilidade ideal. Embora tendo encontrado uma sustentabilidade ideal, é conhecida a necessidade de investimentos e incentivos em saneamento básico e rede de distribuição de água no município. As conferências anteriormente mencionadas, tiveram um papel fundamental para o meio ambiente, inserindo o ser humano nas discussões, influenciando os debates sobre desenvolvimento sustentável, com a intenção

⁵⁵ Este índice foi mantido no cálculo apesar de se ter ciência de que atualmente é a telefonia móvel que predomina no acesso da população.

de que ele leve uma vida saudável e harmoniosa com a natureza. É fundamental a participação pública para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado (ARIFA, 2012; DINIZ, 2002).

Na dimensão cultural os índices dizem respeito à quantidade de equipamentos culturais existentes no município. A tabela 6 contém os índices dessa dimensão, com suas respectivas relações, cálculos e resultados. Ao final da tabela encontra-se a sustentabilidade da dimensão, a qual é oriunda da média dos índices descritos.

Tabela 6 – Quantidade de equipamentos culturais, relação, cálculo e média/IDSM da dimensão cultural de Laranjeiras do Sul para o ano de 2018⁵⁶

Índice	Relação	Cálculo	Resultado ⁵⁷
Bibliotecas	Positiva	$I = (2-1)/(2-1)$	1,0000
Museus	Positiva	$I = (1-0)/(1-0)$	1,0000
Estádios e ginásios poliesportivos	Positiva	$I = (3-0)/(7-0)$	0,4286
Centro de artesanato	Positiva	$I = (1-0)/(2-0)$	0,5000
Teatros ou salas de espetáculos	Positiva	$I = (2-0)/(2-0)$	1,0000
Centros cultural	Positiva	$I = (1-0)/(1-0)$	1,0000
Média/IDSM Cultural			0,8214

Fonte: Elaborado pela autora, com dados de IBGE (2021).

A média da dimensão cultural apresentou-se ideal – 0,8214 – mostrando que Laranjeiras do Sul possui equipamentos culturais para a sua população. No entanto, ao analisar os índices é perceptível que são poucos, cabendo ao poder público a implementação de políticas voltadas à cultura, para alcançar maior percentual da população. Martins e Cândido (2008) afirmam que quando há a valorização das atividades culturais, o cidadão possui maiores chances de aumentar sua capacidade intelectual, motora e psicológica, e como consequência, este pode atuar ativamente na sociedade e conquistar espaço em busca de uma vida melhor.

Na tabela 7 é apresentada a síntese do IDSM de cada dimensão, junto com a coloração resultante a partir da média individual. Ao final está a média entre estas dimensões, que consiste no IDSM final de Laranjeiras do Sul. O resultado do IDSM representa um conjunto

⁵⁶ Vale ressaltar que foram consideradas informações disponibilizadas pelo IBGE, as quais mostram apenas aqueles equipamentos que são mantidos pela gestão municipal, podendo haver outros que não foram contabilizados neste estudo.

⁵⁷ Os outros quatro índices, que podem ser observados na tabela 24, apresentaram sustentabilidade ideal. Isso acontece porque a quantidade de equipamentos existentes em Laranjeiras do Sul, para as variáveis estudadas, é a maior da região, geralmente junto com outros municípios, e a menor variável possui resultado zero.

de informações acerca da sustentabilidade, partindo da média das dimensões social, demográfica, econômica, político-institucional, ambiental e cultural (MARTINS; CÂNDIDO, 2008).

Tabela 7 – IDSM final de Laranjeiras do Sul

Dimensão	IDSM da Dimensão
Social	0,7598
Demográfica	0,5455
Econômica	0,6086
Político-institucional	0,4064
Ambiental	0,7781
Cultural	0,8214
IDSM Final	0,6533

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

IDSM final de Laranjeiras do Sul apresenta sustentabilidade aceitável – 0,6533. O município estudado não apresentou sustentabilidade crítica em nenhuma das dimensões, isso demonstra a importância que Laranjeiras do Sul possui na região, sendo um dos municípios com maior influência sobre os demais dentro do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Macedo *et. al.* (2016) afirma que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado quando as esferas pública, política e civil tomarem consciência da necessidade de balancear o crescimento econômico com a preservação ambiental, isso cria um ambiente adequado para a vida, garantindo o bem-estar da atual geração e das futuras. Atualmente o desenvolvimento sustentável é direcionado por políticas públicas, as quais são oriundas de um plano nacional de desenvolvimento, no entanto a sociedade e as empresas devem desenvolver práticas sustentáveis, responsáveis, buscando atender a legislação e mostrando a preocupação com o meio ambiente, desenvolvimento social e econômico (SÁ ESPÍNOLA; MEDEIROS, 2011). Embora o resultado do IDSM em Laranjeiras do Sul seja aceitável, há condições de melhorar, para isso pode-se observar onde há maior necessidade de atenção, seja por meio do setor público ou privado, ou ainda, com ações e atitudes que devam partir da própria sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado buscou calcular o Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios, para apontar o nível de desenvolvimento sustentável existente no município de Laranjeiras do Sul, baseando-se na metodologia do de Martins e Cândido (2008). Para isso foram coletados 67 índices, distribuídos em 6 dimensões – social, demográfica, econômica, político-institucional, ambiental e cultural. A partir dos cálculos de cada índice, da média de cada dimensão e do IDSM de Laranjeiras do Sul, foi possível encontrar um nível



aceitável de sustentabilidade, conforme o parâmetro utilizado e resultados apresentados na seção anterior.

O desenvolvimento sustentável possui papel fundamental para o desenvolvimento de uma região, ele é necessário para que as futuras gerações tenham a possibilidade de desfrutar de um ambiente bom e adequado. Laranjeiras do Sul obteve diversos resultados ‘ideal’ em índices calculados para as dimensões consideradas, mostrando que o município possui uma boa sustentabilidade de acordo com o IDSM. Mas houve também índices nos quais os resultados não foram satisfatórios, havendo necessidade de melhorias.

Observando os resultados do IDSM do município estudado ao observar a dimensão social, a média resultou em sustentabilidade ‘ideal’ com 59% dos índices mostrando sustentabilidade ideal, 14% aceitável, 23% alerta e apenas 5% crítica. Na dimensão demográfica a sustentabilidade foi aceitável, sendo que o índice razão entre população rural e urbana foi o pior da dimensão, com sustentabilidade crítica – 0,1310 – e o melhor foi densidade demográfica, resultando ideal – 1,0000. A dimensão econômica apresentou sustentabilidade aceitável, mostrando os índices renda *per capita* e renda média domiciliar *per capita* com sustentabilidade ideal e o índice de Gini crítico, mostrando que há grande desigualdade de renda em Laranjeiras do Sul.

Para a dimensão político-institucional a sustentabilidade foi ‘alerta’, com diversos índices mostrando resultados críticos, o que ocorre pela distribuição de despesas do município para o ano considerado. A dimensão ambiental apresentou sustentabilidade ‘ideal’ com 69% dos índices com sustentabilidade ideal, 15% aceitável e 16% divididos entre alerta e crítico. Por fim, na dimensão cultural também se encontrou sustentabilidade ‘ideal’, sendo que dos 6 índices utilizados, 4 apresentaram sustentabilidade ideal e 2 índices de sustentabilidade alerta.

Com os resultados dos índices, dimensões e IDSM final, para Laranjeiras do Sul, foi possível identificar que mesmo com bons resultados ainda há muito que pode e deve ser melhorado. Um exemplo é o da dimensão cultural, que mesmo tendo atingido sustentabilidade ideal, sabe-se que na realidade municipal faltam equipamentos para que a população tenha acesso efetivo à cultura.

É importante ressaltar que houve obstáculos na realização dos cálculos do IDSM de Laranjeiras do Sul, tais como a dificuldade em encontrar dados, sendo necessária a substituição de alguns índices e a retirada de outros, o que está previsto na metodologia e



não invalida o estudo. Também é de extrema importância destacar que o emprego dessa metodologia gera resultados que são relativos ao grupo de municípios ou região que se utiliza para calcular o IDSM. Assim, nesse caso, o IDSM de Laranjeiras do Sul é relativo aos dados da região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Embora haja limitações, o cálculo do IDSM pode ser utilizado como base para implementação de políticas públicas, investimentos ou mesmo atenção, pois dá a visão aos gestores e à população sobre as áreas ou setores em que é necessário que sejam efetuadas observações e mudanças. Assim, como futuros estudos recomenda-se analisar o IDSM da região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu para apontar a realidade regional. Ou ainda refazer o cálculo do IDSM de Laranjeiras do Sul utilizando como área de comparação o Estado do Paraná, o que permitiria mostrar a realidade municipal relativa ao Estado. Outra sugestão é a aplicação da metodologia para cada município que compõe o território em questão, o que permitiria identificar a sustentabilidade de cada município e comparar os resultados estes que Laranjeiras do Sul obteve no estudo aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

ARIFA, Bethânia Itagiba Aguiar. O novo Código Florestal e a Eco-92. *Revista de Direito Internacional*, v. 9, n. 3, 2012.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2008.

BASSANI, Issa Ibrahim; CARVALHO, Andréia de Simas Cunha. O papel das conferências internacionais sobre o meio ambiente para o desenvolvimento dos regimes internacionais ambientais: de Estocolmo à Rio+20. *DEBATESVII*, p. 167. (2004)

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: tentativa de definição**. 2012. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>> Acesso em: 29 mar.2020.

BRUNO, Flávio Marcelo Rodrigues; FROZZA, Mateus Sangoi; FRAGA, Jonhanny Mariel Leal. O acordo de Paris sobre o combate ao aquecimento global após a ordem executiva de independência energética de Washington. In: **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito**. 2017.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**, Tradução de *Our common future*, 1988. 2 ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.



DINIZ, Eliezer Martins. Os resultados da Rio+10. Revista do Departamento de Geografia. V. 15, p. 31-35, 2002

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. **Ciência& Saúde Coletiva**, v. 3, p. 61-72, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. Administração de Empresas em Revista, v. 11, n. 12, p. 65-79, 2012.

IBGE. **CIDADES E ESTADOS**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/laranjeiras-do-sul.html>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

IBGE. **MONOGRAFIAS MUNICIPAIS: LARANJEIRAS DO SUL 2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2978/momun_su_pr_laranjeirasdosul.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

IBGE. **SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4113304#/S/Q>> Acesso em: jan. 2021.

IPARDES. **Base de Dados do Estado – BDEweb**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>> Acesso em: jan. 2021.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Laranjeiras do Sul**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85300>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 3, n. 2, p. 1-21, 2004.

KRAMA, Márcia Regina. Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade. **Curitiba: PUC/PR**, 2008.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio, Johannesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas. Thesaurus Editora, 2007.

MACEDO, Luís Otávio Bau et.al. Avaliação da sustentabilidade dos municípios do estado de Mato Grosso mediante o emprego do IDSM-Índice de Desenvolvimento Sustentável para municípios. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 12, n. 3, 2016.

MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática. Ensaio Sobre a População. Traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo: **Editora Nova Cultural**, 1996.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 3, p. 433-460, 2015.



MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA MUNICÍPIOS**. Metodologia para cálculo e análise do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos, João Pessoa: Sebrae, v. 01, 2008.

MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 03-19, 2012.

MEU MUNICÍPIO. **Perfil do município**. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/mapa?gclid=Cj0KCQjw7pKFBhDUARIsAFUoMDYXajwaGw4lW_lo1bspCB7kUKPKAbUSt3_rOHZj6FJB-vyvgxjL_UUaAhrdEALw_wcB> Acesso em: jan. 2021.

MILL, John Stuart. Princípios de Economia Política Com algumas de suas aplicações à filosofia social. Volume I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: **Nova Cultural**, 1996.

MILL, John Stuart. Princípios de Economia Política Com algumas de suas aplicações à filosofia social. Volume II. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: **Nova Cultural**, 1988.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de Organizadora. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Dias. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD-1992 (ECO-92): entre o local e o global, a tensão e a celebração. *Revista de Geopolítica*, v. 2, n. 1, p. 43-56, 2016.

OLIVEIRA, Daiana Felix de; MONTEIRO, Luciana de Vasconcelos Gomes. Ecodesenvolvimento: uma abordagem sob o contributo de Ignacy Sachs. *Revista de Direito, economia e desenvolvimento sustentável*, v. 1, n.1, 2015.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, n. 6, 2009.

RIBEIRO NETO, Hugo; GOMES, Jorge. FIB, IDH e PIB: complementaridades e contrapontos entre os indicadores de desenvolvimento humano e das nações. **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. 2013.

SÁ ESPÍNOLA, Ricardo Pires de; MEDEIROS, Adriana Vilgovino. Desenvolvimento sustentável, a busca por caminhos inovadores que construam práticas sócio-econômicas sustentáveis a sobrevivência humana, **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 33, 2005.



SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável- Joanesburgo: entre o sonho e o possível. *Análise conjuntural*, v. 24, n. 11-12, p. 12-15, 2002

SILVA, Maria Beatriz Beatriz Oliveira da. Obsolescência programada e teoria do decrescimento versus direito ao desenvolvimento e ao consumo (sustentáveis). **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 9, n. 17, p. 181, 2012.

SIDEMS (Sistema De Indicadores De Desenvolvimento Sustentável). **Metodologia de Cálculo**. 2018. Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/1261308_Metodologia_2018.pdf> Acesso em: 21 mar. 2020.

SIT, Sistema de Informações Territoriais. **Caracterização do Território Cantuquiriguaçu**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=4117057>> Acesso em: 28 jul. 2020.

SNIS, **Série Histórica**. Disponível em: <<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>> Acesso em 28 jan. 2021.

SOUZA, Ligia C. L. et.al. Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): um estudo sobre o nível de sustentabilidade das capitais brasileiras. *Anais do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*. 2013.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Eleitor e eleições, Estatísticas Eleitorais**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> Acesso em: 28 jan 2021.

VEIGA, José Eli da. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. **Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento**, v. 1, p. 243-266 2005a.

VEIGA, José Eli da. O principal desafio do século XXI. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, p. 4-5, 2005b.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. Senac, 2010.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. SEAD/UFSC, 2006.



CAPÍTULO 24

COMO UMA ESCOLA PÚBLICA DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO, LIDA COM O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294324061

Celso Jacobavicius
Jessica Correia Reis de Moraes

RESUMO

Segundo relatórios da ONU, a fome afeta 5 milhões de pessoas no Brasil. Pensando neste assunto, foi acompanhado o horário de almoço dos alunos de uma escola pública da Zona Leste de São Paulo, para ver como a escola lida com o desperdício e como trabalha para reduzir o desperdício entre os alunos. Foi acompanhado o horário de almoço em uma escola pública da Zona Leste de São Paulo, identificamos qual a principal causas do desperdício e como a escola trabalha para reduzi-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Desperdício; Desperdício de alimentos; Desperdício de alimentos em escolas públicas.

INTRODUÇÃO

O desperdício de alimentos tem chamado a atenção do governo, ONGs, escolas e da população em geral. Grande tem sido o desperdício entre as classes sociais.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), no Brasil são desperdiçados, por ano, 1,3 bilhões de toneladas de alimentos. Isso representa 30% toda a comida produzida no planeta. Pesquisas realizadas pelo Banco de Alimentos, apontam que 41 mil toneladas de alimentos são desperdiçadas todos os dias no Brasil (Banco de alimentos, 2016).

O desperdício não impacta somente nos alimentos que deixariam de ser consumidos, tirando a oportunidades das pessoas, principalmente nas de baixa renda, mas afeta também o meio ambiente. O desperdício de alimentos contribui com a emissão desnecessária de CO₂ na atmosfera, sendo o terceiro maior emissor de CO₂ no mundo. Se 1/3 dos alimentos vão para o lixo, os recursos utilizados para produção desses alimentos também vão: recursos hídricos, energéticos, recursos financeiros utilizados na produção (Embrapa).

Analisando o programa de merenda escolar, o Brasil se destaca, sendo o modelo de sucesso por ligar alimentação escolar à produção dos pequenos agricultores. É uma das referências mundiais, ficando atrás apenas de Índia, EUA e China (Asbran, 2013).



Pensando nestes problemas de desperdícios, será analisado assunto desperdício, relacionado a merenda escolar. O assunto desperdício pode desempenhar um papel importante ao abordar a questão da alimentação escolar.

Nos últimos anos, tem havido um crescente interesse sobre alimentação saudável.

Um dos principais obstáculos é como conscientizar os alunos a não desperdiçar os alimentos e mostrar a importância da preservação.

Este estudo tem o objetivo de analisar a forma com que uma escola de rede pública da Zona Leste de São Paulo, luta para que não contribua com o aumento do desperdício de alimentos, garantindo aos alunos uma boa alimentação, atendendo suas necessidades nutricionais e que os alunos aprendam sobre a importância de preservar os alimentos e recursos naturais. A tese central deste trabalho é que o desperdício de alimentos. O objetivo específico do presente estudo foi acompanhar os alunos em seu horário de almoço e observar se haveria desperdício, por qual motivo ocorria e se o desperdício estaria associado a preferência por alimentos, quantidade de alimentos servidos aos alunos.

Um objetivo deste estudo foi investigar como a escola da Zona Leste lida com o desperdício e se toma alguma medida para conscientizar os alunos.

Os dados para este estudo foram coletados por meio de entrevista com alunos (com a autorização dos pais e/ou responsáveis) e uma conversa com os funcionários da escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desperdício de alimentos

O desperdício de alimentos é algo que tem chamado atenção e um assunto que vem sendo discutido em todo o mundo. Antes a preocupação era com o crescimento populacional e se haveria recursos para todos no futuro.

Segundo o economista inglês, Thomas Malthus, um problema que enfrentaríamos no futuro, seria a falta de alimentos e de recursos naturais pelo crescimento populacional acelerado. Então criou-se a Teoria Populacional, que analisaria o crescimento da população como de progressão geométrica e o de alimentos como progressão aritmética, pois identificou-se que a população avança de forma geométrica crescente, por exemplo: 1,2,4,8,16... e o crescimento populacional sofre progressão aritmética, também crescente, porém de uma outra forma: 1,2,3,4,5. Ou seja, se formos considerar este exemplo para alimentos/kg, podemos dizer que, quando temos 1 pessoa, temos um Kg de alimento para ela. Quando tivermos 2



peessoas, teremos 2 kg, quando chegarmos ao número de 4 pessoas, temos 3 kg de alimentos para cada. Mas, ao chegarmos ao número de 8 pessoas, temos somente 0,5 Kg de alimentos por indivíduo. Se continuarmos nesta mesma proporção, chegará um momento que não haverá mais alimentos para dividir, chegaremos 0 ou -1. Imagine este exemplo com a água, teríamos 200 ml para cada e como sobreviver sem esse item essencial para vida? Não esquecendo que a água não é essencial somente para pessoas, mas é também um item fundamental na agricultura e para os animais.

Na Teoria Populacional Malthusiana, a produção de alimentos cresceria em ritmo mais lento do que a populacional, levando à falta dos meios de subsistência. O objetivo da ciência econômica é analisar os problemas econômicos e criar soluções para eles, a ponto de melhorar a qualidade de vida. Pois recursos de subsistências são limitados e as necessidades do ser humano não, são ilimitadas. Visando esta teoria, Malthus acreditava que a melhor forma de administrar para não faltar recursos, seria controlar o crescimento populacional. Malthus, foi criticado muitas vezes por acreditar que uma forma de controlar este crescimento, seria através de guerras e também era a favor do controle de natalidade (VASCONSELLOS, 2011).

Porém, esta teoria não é válida para os dias de hoje, pois Malthus não considerava o fator “desperdício”. Atualmente vemos que apesar da população ter crescido drasticamente, e a expectativa de vida ter aumentado desde o 1901 (De 33,4 anos em 1910, para 64,8 anos nos anos em 2000), temos recursos suficientes para sustentar a população (IBGE, 2003).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), no Brasil são desperdiçados, por ano, 1,3 bilhões de toneladas de alimentos. Isso representa 30% toda a comida produzida no planeta. E pesquisas realizadas pelo Banco de Alimentos, apontam que 41 mil toneladas de alimentos são desperdiçadas todos os dias no Brasil, onde 15% das perdas ocorrem ao longo das cadeias produtivas, processos logísticos, principalmente no momento da entrega (Banco de alimentos, 2016).

O desperdício não impacta somente nos alimentos que deixariam de ser consumidos, tirando a oportunidades das pessoas, principalmente nas de baixa renda, mas afeta também o meio ambiente. O desperdício de alimentos contribui com a emissão desnecessária de CO₂ na atmosfera, sendo o terceiro maior emissor de CO₂ no mundo. Se 1/3 dos alimentos vão para o lixo, os recursos utilizados para produção desses alimentos também vão: recursos hídricos, energéticos, recursos financeiros utilizados na produção (Embrapa).



O grande dilema é como evitar o desperdício, pois somente essas 41 mil toneladas de alimentos desperdiçados por dia no Brasil, poderíamos alimentar 25 milhões de pessoas todos os dias. Dados mostram que em 2016, só no município de Jundiaí/SP, o desperdício chegou a 82 toneladas/dia (AKATU, 2016).

Na Europa, na cidade de Lisboa, em 2013, com a tentativa de reduzir o desperdício ou combatê-lo, foi criado um projeto chamado “Fruta Feia”. Para que as frutas e verduras que tem um aspecto consideradas “feias”, sejam aproveitados, para evitar que sejam jogadas no lixo.

Uma rede de supermercados na França começou a oferecer descontos naqueles alimentos que são considerados “feios” e que não eram comprados pelos consumidores, por parecerem estragados. Além disso, eram feitas sopas com aqueles alimentos e eram oferecidas degustações para seus consumidores, para comprovarem que os alimentos estavam em bom estado e que o poderiam ser comprados e consumidos sem medo. A parte dos alimentos que não eram comprados, eram doados a fazendeiros para fazer ração animal (Lusa, 2018)

Em 2018 o projeto demonstrou um sucesso e foram evitadas que mais de 1000 toneladas de alimentos fossem para o lixo. Economizando recursos naturais e valorizando o trabalho dos agricultores. E em junho deste ano, o projeto foi até as escolas para fazer um workshop e sensibilizar os alunos. (LUSA, 2018).

Desta forma, se continuarem assim serão cumpridas as cláusulas da “Carta da Terra”, garantindo a segurança alimentar. E, também o segundo objetivo sustentável da ONU que é “Fome zero e agricultura sustentável”.

Merenda escolar

O governo federal possui um programa que oferece alimentação escolar e nutricional a estudantes de toda as etapas da educação básica pública: Programa Nacional de Educação Escolar (PNAE). O governo repassa diretamente aos estados e municípios, um valor mensal (de fevereiro a novembro), para auxiliara na alimentação, conforme o número de matriculados em cada rede pública de ensino. Este programa beneficia milhões de estudantes brasileiros de educação básica (ensino infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos). Conforme a lei 208, incisos IV e VII, da constituição de 88, é dever do estado garantir além do transporte, assistência à saúde, garantir também a alimentação.



Para participar deste programa e garantir a merenda escolar, a escola precisa se cadastrar e ter um cardápio elaborado por uma nutricionista, respeitando a cultura local e atender as necessidades nutricionais. (PNAE).

Com todas essas regras, auxílios e preparações, como o refeitório de uma escola poderia desperdiçar tantos alimentos? Para que seja proveitoso e a escola possua um bom desempenho para evitar o desperdício, a escola deve ter um planejamento adequado do volume de produção dos alimentos, preparando o volume adequado das refeições. As cantinas e refeitórios tem um papel importante na vida dos alunos, pois muitos deles passam a maior parte do dia na escola, um espaço importante em suas vidas, não só na parte nutricional, mas também na vida social. Para alguns alunos é sua única refeição no dia, por este motivo a escola tem que a responsabilidade de fornecer uma alimentação saudável.

Muitas vezes o desperdício está associado ao horário em que é fornecido o alimento para as crianças, quantidade inadequadas, a preferência da criança pelos alimentos servidos.

Em todos os lugares do mundo ocorre o desperdício de alimentos e um dos lugares que ocorre mais desperdício são em restaurantes e cantinas de escolas. Para evitar o desperdício, toda a cantina necessita de uma mudança cultural.

É necessário criar soluções para evitar o desperdício da merenda escolar, já que uma em cada oito pessoas passam fome no mundo.

DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA

Houve a pesquisa referente a um dos problemas que acontecem no país. Um dos problemas que identifiquei, foi o desperdício de alimentos, que não acontece somente no Brasil, mas no mundo.

Uma carta escrita para aos países, falando sobre sustentabilidade, diz que um país não pode ser considerado sustentável, se a população não souber o que é sustentabilidade, se a maioria não souber o que é sustentabilidade, então não temos um país sustentável, tudo começa pela educação. Pensando na sustentabilidade, vemos que a melhor forma de iniciar-se a chegada das informações é através da escola, iniciando na escola.

Este trabalho começou a ser desenvolvido em 2018, como não consegui sucesso na procura por escolas públicas da Zona Leste, decidi deixar o trabalho para o ano seguinte. Neste ano, houve respostas positiva da direção de uma das escolas e dos alunos. Tive total ajuda dos professores e demais funcionários da escola. Pedi autorização para pais e responsáveis para



entrevistar os alunos na própria escola. Fiz um bate-papo individualmente com os alunos e funcionários sobre o desperdício de alimentos na escola.

Conversei com uma das cozinheiras e com a diretora também, que se demonstrou muito interessada em ajudar.

Tive a oportunidade e a autorização de tirar algumas fotografias para incluí-las neste trabalho.

Merenda: entrevistas

Para entender o motivo do desperdício, alguns alunos foram entrevistados e não foi elaborado um questionário. Deixei com que os alunos pudessem responder de forma livre, como se fosse um bate-papo.

Primeiro questionamento aos alunos: O que acham da merenda da escola? Uma das alunas, de 14 anos, diz que a merenda é balanceada. E um aluno de 11 anos, acha boa, apesar de não gostar de alguns ingredientes, de comida integral.

Uma outra aluna de 11 anos diz que acha a comida muito boa, colocam o suficiente de merenda no prato. E outro aluno, também de 11 anos, quando pergunto sobre o que acha da merenda, apesar de não comer sempre, responde: “Ah! Ela é boa. Como de tudo. Gosto de tudo.”

Um dos alunos de 14 anos, diz que a comida é boa e a come todos os dias. Outro aluno de 14 anos diz que tem muita coisa repetida e quando está calor e servem alimentos quentes é ruim.

Imagem 1: Aluno com a refeição



Fonte: Próprio autor

Quando são questionados sobre o desperdício de alimentos, um dos alunos dizem que, quando não está gostoso, jogam fora, quando servem muita comida, também. Algumas vezes,



os alunos pegam para brincar e jogam em outros alunos. Acha que deveria ser “*self-service*”, porque acredita que o desperdício seria menor. Apesar de já terem tentado este método, de acordo com a diretoria, não funcionou. E uma das funcionárias da cozinha, também não concorda, pois haveria mais desperdícios, “tem que ser PF” (Prato Feito).

Imagem 2: Funcionárias colocando o almoço nos pratos



PF - Fonte: Próprio Autor

Os alunos confirmam que desperdiçam os alimentos que não gostam e é uma regra da escola que todos devem ter a oportunidade de experimentar todos os alimentos, que é uma regra do próprio nutricionista. Eles não devem escolher os alimentos. Muitas vezes os alunos mentem sobre o que podem comer, para não receber em seus pratos. Presenciei em uma das ocasiões, um dos alunos perguntando para a funcionária, o que era um dos alimentos “O quer é aquilo tia?”, e apontou para o alimento. Então ela disse: “É chuchu!”. Então ele disse: “Eu tenho alergia a chuchu, não põe no meu prato”. Rimos da ocasião e não colocaram no prato dele. É normal os alunos mentirem para não colocarem no prato deles. Os funcionários recebem informações médicas, encaminhado pelos pais, sobre o aluno e quais alimentos ele não poderá comer.

RESULTADOS E UM PRO DISCUSSÃO

Há desperdício de alimentos, foi identificado na visita ao observar/acompanhar o almoço dos alunos. As senhoras que preparam os alimentos e também servem, que colocam o almoço no prato para os adolescentes. Elas colocam em vários pratos e os alunos pegam o prato, o talher e vão para a mesa.



Imagem 3: Funcionárias disponibilizando almoço para os alunos



Fonte: Próprio autor

A maioria come toda a comida, deixando poucos grãos no prato.

Imagem 4: Término do almoço



Fonte: Próprio Autor

Outros jogam fora a comida que sobrou.



Imagem 5: Aluno jogando fora a comida que sobrou



Fonte: Próprio Autor

Uma das alunas, colocou a comida que sobrou no prato dela, no prato de uma colega. A menina deixou e terminou de comer.

Ao visitar a escola tive boa impressão dos funcionários e dos alunos. Pude acompanhar de perto o momento da merenda e conversar com os alunos e professores. Fui bem recebida por ambas as partes. Identifiquei no acompanhamento e nos bate-papos com os alunos, que há muito desperdício, por não gostarem de alguns tipos de alimentos, por exemplo, comidas integrais e cebola.

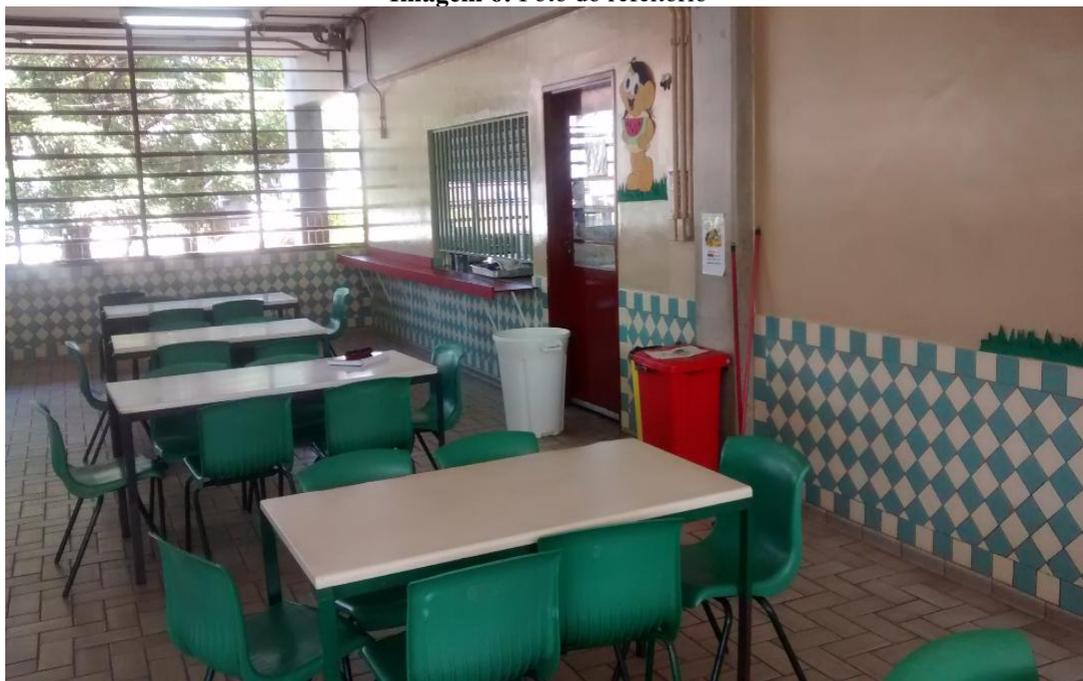
O desperdício é quase 0%, quando servem macarrão, principalmente se for acompanhado por carne ensopada. Há preferência dos alunos pelas comidas, o que é normal e há o costume de acontecerem guerras de comida.

Há uma horta na escola, porém não é utilizado para plantar temperos, o que está nos planos da escola, de acordo com a diretoria. Eles têm o objetivo de plantar salsinha, cebolinha e coentro. No projeto “Mãos à horta” (2018), para a diretora, é um projeto muito valioso para ela. Gosta de investir nele.

Uma das alunas disse que o refeitório deveria ser reformado, deveria ser mais alegre. Ter uma cara mais alegre. Estilo de novela, com a cara mais jovem. Está nos planos da escola modificar o refeitório e deixá-lo mais criativo.



Imagem 6: Foto do refeitório



Fonte: Próprio Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado, o desperdício de alimentos não ocorre por parte da escola e sim por parte dos alunos, neste caso. No momento da merenda, os alunos não têm a liberdade de servir-se e nem escolher a quantidade de alimentos que deseja. Funcionários são responsáveis por este momento. Sendo assim, muitas vezes os alunos recebem maior quantidade do que querem comer. Quando não comem tudo, jogam no lixo. Cascas de frutas são descartadas em lixo específico, para fazer a compostagem.

Os funcionários entrevistados dizem que não deixam o “*self-service*”, pois o desperdício seria maior. Já houve tentativas e não houve sucesso. O que verifiquei, foi uma questão cultural. Algo que precisa ser ensinado, sobre conscientização. Foi sugerido a uma professora que, fizesse uma atividade e uma exposição com fotos sobre alimentos que são jogados fora e a quantidade de pessoas que passam fome no Brasil e no mundo, para a conscientização. Até o término do trabalho, não foi iniciado o projeto, mas está em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

A CARTA DA TERRA. MMA (Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf> Acesso em 05.set.2018.



Art. 208, inc. VII da Constituição Federal de 88. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649743/inciso-vii-do-artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>>

BANCO DE ALIMENTOS. Disponível em: <<http://www.bancodealimentos.org.br/>>. 08 de agosto de 2016. Acesso em 05. set. 2018

BUENO, Marcos José Correa. Logística Reversa de Sobras de Alimentos: O Caso Fruta Feia. Congresso de Logística da Faculdade de Tecnologia de Tecnologia do Centro Paula Souza. São Paulo.

COMIDA É O QUE NÃO FALTA. Superinteressante. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/comida-e-o-que-nao-falta/>> Acesso em 30.ago.2018

CONHEÇA SOLUÇÕES PARA EVITAR O DESPERDÍCIO DE MERENDA ESCOLAR. Disponível em: <<https://www.assai.com.br/blog/conteudos-de-negocios/conheca-solucoes-para-evitar-o-desperdicio-de-merenda-escolar>>

COOPERATIVA FRUTA FEIA SALVA DO LIXO MAIS DE MIL TONELADAS. DTN. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/cooperativa-fruta-feia-salva-do-lixo-mais-de-mil-toneladas-de-frutas-e-legumes-9441538.html>>. Acesso em 05. set. 2018.

DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM JUNDIAÍ. AKATU. Disponível em: <<https://www.akatu.org.br/akatu-na-midia/jornal-de-jundiai-desperdicio-de-alimentos-em-jundiai-e-de-82-toneladasdia/>>. Acesso em 05 set. 2018

DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM RESTAURANTES CHEGA A SEIS MIL TONELADAS NO PAÍS - Disponível em: <<https://abrasel.com.br/noticias/noticias/desperdicio-de-alimentos-em-restaurantes-chega-a-seis-mil-toneladas-no-pais/>> . Acesso em 31. março. 2019

EMBRAPA – PERDAS E DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS - PERGUNTAS E RESPOSTAS. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-perdas-e-desperdicio-de-alimentos/perguntas-e-respostas?fbclid=IwAR1UEhxV_D9Kv20kBO-EebZBWUNoytH_8WhqM9yvHNRWMhqqHnnStYqiyXY>

ESTATÍSTICA DO SÉCULO XX. IBGE. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>> Acesso em 07.set.2018

FOME CRESCE NO MUNDO; NO BRASIL, AFETA 5 MILHÕES, SEGUNDO RELATÓRIO DA ONU. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/0Fome9/11/fome-cresce-no-mundo-e-no-brasil-afeta-5-da-populacao-segundo-relatorio-da-onu.htm>>

FRUTA FEIA. FRUTA FEIA. Disponível em: <<https://frutafeia.pt/pt/not%C3%ADcia/fruta-feia-foi-%C3%A0-escola>>. Acesso em 05. set. 2018

NAÇÕES UNIDAS - FAO: 30% de toda a comida produzida no mundo vai parar no lixo. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-30-de-toda-a-comida-produzida-no-mundo-vai-parar-no-lixo/>>



PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Sobre o Pnae. O que é? – Disponível em: <<https://www.fn-de.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso em 01.04.2019

VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval de. et al. Fundamentos da Economia. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. p. 25 e 26.



CAPÍTULO 25

HUMOR E REGIONALISMO: UMA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA DA PRODUÇÃO HUMORÍSTICA DO NORDESTE

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294425061

**José Domingos
Amanda Gabriela Silva Batista**

RESUMO

Sabendo que a língua é o elemento essencial para o ato comunicativo entre sujeitos, torna-se fundamental compreender que ela não é um sistema puro, ou seja, livre de variações, podendo uma mesma língua variar em diversos tipos e níveis sociais. Com o estudo ora produzido, serão destacados a importância e o respeito a todas as variações linguísticas enquanto partes fundamentais para o funcionamento da língua e cultura de determinadas regiões. Para isto, foi feita uma pesquisa analítico-descritiva, cujo corpus são vídeos, produzidos pelos humoristas paraibanos, Zé Lezin e Renan da Resenha, publicados na plataforma digital YouTube. Metodologicamente de natureza qualitativa, esta pesquisa objetiva compreender de que maneira as variações linguísticas presentes no material selecionado contribuem na produção do humor considerado nordestino. Analisou-se o corpus a partir de estudos sociolinguísticos de diversos teóricos, dentre eles Bagno (1999), utilizando-se desse arcabouço teórico para compreender como ocorre esse processo de variação produzido no uso da língua. Discutiu-se a questão do Humor a partir de estudiosos como Jerónimo (2015). Desta forma, o trabalho demonstrou que as variações linguísticas são importantes elementos para a comicidade e produção de sentidos nos discursos humorísticos, contribuindo, inclusive, para a reiteração de estigmas e preconceitos linguísticos acerca do falar nordestino.

PALAVRAS-CHAVE: Humor. Língua. Sociolinguística.

INTRODUÇÃO

A língua é um bem comum a todo cidadão, sendo ela responsável pelos atos de comunicação dos sujeitos na sociedade. Levando em conta os fatores históricos, regionais e sociais, as escolhas linguísticas elegidas por cada sujeito caracterizam sua identidade, logo, não podemos discriminar determinada variação linguística utilizada por alguém e considerar apenas o sujeito que utilize a língua designada como pura, certa e/ou uniforme, pois as variações menos prestigiadas de uma língua serão tão importantes para o ato comunicativo quanto a própria língua padrão.

Tendo em vista os diversos tipos de variações da Língua Portuguesa presentes no Brasil, faz-se necessário um estudo, assim como, uma reflexão desse fenômeno, com a finalidade de repensar estereótipos e preconceitos, fatores que, infelizmente, tornam-se cada vez mais presentes em nossa sociedade. O respeito e a compreensão dessas variações, não só pelos estudiosos da língua, mas também pela população em geral, farão com que um sujeito,



ao se deparar com um modo de falar diferente do seu, compreenda que aquilo se trata de uma variação linguística e não um “erro linguístico”, como é comumente propagado.

Acerca disto, a presente pesquisa, de natureza qualitativa, abordará a questão da variação linguística a partir do humor produzido por dois comediantes da região Nordeste: Zé Lezin e Renan da Resenha, além de descrever e analisar como se constrói este discurso² cômico, ou seja, quais recursos linguísticos são utilizados para esta construção acerca do cotidiano destes humoristas (linguagem regional, experiências e vestimentas típicas, por exemplo). Vale salientar que esse tipo de discurso humorístico irá adequar-se ao suporte em que está inserido, como por exemplo, um vídeo produzido para internet ou um show de stand-

A partir da análise dos discursos humorísticos nordestinos presentes nos vídeos selecionados, pretendemos responder a seguinte questão: de que forma a variação linguística contribui para a manifestação de um caráter risível no discurso produzido por esses humoristas? Para isso, objetivamos analisar como as variantes da língua são mobilizadas pelos humoristas para a criação de humor em seus discursos. Assim como, enfatizar o papel das variações existentes nas línguas para a riqueza cultural e identitária de um povo. Para tanto, partimos da seguinte hipótese: o preconceito instaurado em nossa sociedade e propagado na mídia através do humor incute a visão de “certo” e “errado” quanto ao modo de falar da língua portuguesa.

Abordaremos, também, como a ascensão de humoristas nordestinos nessas plataformas afeta a questão do preconceito linguístico e da xenofobia. Para isto, utilizaremos as contribuições teóricas de autores, como: Araújo (2010), Bagno (1999), Jerónimo (2015).

A partir de uma análise analítico-descritiva do corpus, iremos discutir a variação linguística, principalmente no que diz respeito à linguagem nordestina, presente em nosso país, abordando sua construção identitária e cultural para o indivíduo e, conseqüentemente, para a sociedade.

Para tratar sobre o preconceito linguístico tão presente em nossa sociedade, iremos apresentar como a mídia veicula a imagem de que o domínio da variedade padrão do português é o “correto” o que, conseqüentemente, faz das variações registros “errados” da língua, não importando o contexto social da sua realização. Nesses meios, acredita-se no mito da “unidade linguística” (BAGNO, 1999). O surgimento desse mito, possivelmente, ocorre graças à confusão que muitas pessoas fazem acerca do “monolinguismo”, o qual aborda o português



como língua oficial do nosso país, com a “homogeneidade linguística”, acreditando que esta seja uma língua homogênea, “limpa” e livre de qualquer variação.

SOCIOLINGUÍSTICA: DO PRECONCEITO À LIBERDADE LINGUÍSTICA

A partir das variações presentes em qualquer língua natural, torna-se essencial a existência de uma ciência que se dedique ao estudo dessas variações em diversos contextos sociais e históricos. Partindo deste princípio, a Sociolinguística, a partir de estudos de teóricos como Mikhail Bakhtin, configura-se como uma ciência voltada para o estudo da língua em uso na sociedade. A partir desta teoria, podemos compreender quais aspectos linguísticos e/ou sociais influenciam as variantes linguísticas utilizadas pelos falantes de determinada língua.

Para compreendermos o porquê das línguas apresentarem algumas variações, podemos destacar a importância da língua como instrumento de interação, sendo um bem comum ao ser humano, mas também um objeto de poder. Podemos citar dois exemplos de dominação e imposição de uma língua: primeiramente, a imposição da língua latina que ocorreu com a chegada dos romanos à Península Ibérica que, após a vitória na Guerra Púnica, é adotada por todos os povos da região (com exceção dos Bascos), ocorrendo assim, o que conhecemos como substrato, no qual prevalece a língua do dominador sobre a língua do dominado; um segundo momento seria o “Descobrimiento do Brasil”, no qual os portugueses, em 1500, trazem uma língua até então desconhecida pelos índios, o português. Algum tempo depois Portugal impõe esta língua sob a língua falada pelos indígenas, o Tupi.

Diante do exposto, é fato que a língua imposta pelos romanos não ficava puramente latina, pois os povos dominados agregavam algumas características da sua língua nativa, assim como no momento em que a Língua Portuguesa tornou-se língua oficial de nosso país, ela agregou muitos termos presentes da língua indígena, tornando, assim, o português do Brasil diferente do português falado em Portugal, que também apresenta variações em seu interior, uma vez que temos o conhecimento que nenhuma língua é homogênea. Para compreender a relação da língua do dominante versus língua do dominado, encontramos na Sociolinguística dois conceitos que podem ser encontrados nos estudos de Freitag; Lima (2010) acerca do tema: superstrato, quando a língua de um grupo dominante prevalece sobre a língua do outro; e Substrato, quando a língua do grupo dominado se adapta à língua imposta a ele, mas ainda traz consigo características de sua língua nativa.

Essas variações não se restringem apenas à junção do português europeu com o português brasileiro, dado que, no Brasil, encontramos variações linguísticas decorrentes de



diferentes contextos sociais, econômicos e regionais, por exemplo. Essa heterogeneidade linguística é objeto de estudo da Sociolinguística, subárea da linguística. Sobre o surgimento da Sociolinguística, podemos destacar:

O surgimento dos estudos sociolinguísticos deve-se a uma tentativa de combate aos estudos puramente estruturalistas da linguagem, uma vez que estes não levavam em conta as considerações sobre a relação língua e sociedade, mas tão somente à relação interna da língua, sem observar o contexto: social, cultural, étnico, religioso, político e econômico em uma sociedade ou comunidade de fala. (BORSTEL, 2014, p. 507)

A Sociolinguística tem como interesse principal o estudo da língua em uso, atentando para as mudanças dos aspectos linguísticos a partir de determinadas situações sociais em que o indivíduo está inserido. Através dos estudos da Sociolinguística, pode-se comprovar que as variações e escolhas produzidas pelos falantes não são apenas de natureza linguística (sintática, morfológica e etc.), elas ocorrem, também, através de fatores não-linguísticos (idade, classe social, nível de escolaridade e etc.).

Em um primeiro momento, torna-se essencial a diferenciação de dois elementos que são objetos de estudo da Sociolinguística: sotaque e dialeto. Compreende-se como sotaque, a “curva melódica” (FREITAG; LIMA, 2010, p. 24) produzida pela fala dos sujeitos de determinadas regiões, ou seja, ele está diretamente ligado ao som/melodia produzido pelos falantes. Enquanto o dialeto configura-se como as derivações lexicais, morfossintáticas, fonêmicas e semânticas produzidas por um grupo de falantes de determinada região geográfica do país.

Ao falar, o sujeito exerce o papel principal da língua: a comunicação, e é através de suas escolhas linguísticas que ele cria sua identidade, seu estilo. Essas escolhas ocorrem de acordo com diferentes situações (contexto social, nível de escolaridade, contexto histórico). A partir dos estudos sociolinguísticos, podemos compreender que o falar de um sujeito que utiliza variações não presentes no português padrão, deve ser considerado aceitável, levando em conta seu contexto sociocultural, bem como a situação de uso, por exemplo, quando dito por alguém que não teve acesso à escola e, conseqüentemente, à língua padrão. A partir disto, podemos compreender que nossa língua apresenta diferentes variações que irão depender de fatores diversos, fazendo com que determinada fala possa ser considerada adequada ou inadequada a um contexto específico.

Logo, encontramos algumas pessoas que defendem o português padrão como português “certo” e “aceitável” em qualquer situação de fala, fazendo com que se propague, direta ou indiretamente, o mito da Homogeneidade Linguística, no qual uma língua é



apresentada como pura e livre de variações. Esta teoria de Homogeneidade é, em alguns casos, confundida com o conceito de Unidade Linguística (Monolingüismo):

O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja “una”, uniforme e homogênea. O monolingüismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) e em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc.) (BAGNO, 2015, p. 27).

No Brasil, temos o Português como idioma oficial, no entanto, esta língua não é, como dito anteriormente, pura, ou seja, livre de variações. Cada falante irá utilizá-la da maneira como for adequada a sua realidade social. Logo, existem diferentes níveis de Variações Linguísticas: nível fonético, morfológico, lexical e sintético. Estes aspectos serão discutidos mais adiante.

Tendo conhecimento desta diferença, podemos afirmar que existe em nosso país um preconceito com falantes do português não-padrão, as variantes de menor prestígio social do nosso idioma. Quem não apresenta um domínio da norma culta, acaba sofrendo com desigualdades e ataques preconceituosos, uma vez que no mercado de trabalho só há espaço, na maioria dos casos, para aqueles que dominam o “português certo”, prejudicando os brasileiros que não tiveram acesso a essa modalidade, criando o que Bagno (2015) chama de “Abismo Linguístico”.

Como visto anteriormente, os falantes dessa variante de menor prestígio social sofrem ataques preconceituosos de pessoas que dominam o português padrão em diferentes lugares, por exemplo, na mídia televisiva, que traz em seus programas humorísticos, o personagem pobre, de periferia ou de zona rural como aquele que não sabe “falar direito”, por não dominar a norma culta. Acerca deste preconceito propagado pela mídia Scoparo e Miqueletti (S/D, p. 2) afirmam:

A variação linguística e o uso de variedades mais próximas da culta são direcionadas pela mídia de acordo com o que convém. As variedades que fogem ao padrão culto continuam sendo usadas como mote para piadas, atos pejorativos. O domínio dessa é reconhecido como a correta e necessária para a ascensão social, desconsiderando as outras variedades existentes.

Sendo a mídia formadora de opinião, caberia a ela propagar a riqueza dos diversos tipos de variações existentes em nosso país, fazendo com que houvesse respeito aos diversos falares. Visto isso, fica clara a importância do estudo da Sociolinguística para compreender e aceitar a heterogeneidade linguística presente em nosso país.



OS TIPOS DE VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

As variações existentes em uma língua não ocorrem ao acaso, elas necessitam de contextos sociais e linguísticos para acontecer. Em um ato comunicativo, cada falante irá adequar-se a seu contexto sociocultural para falar, adaptando-se a um momento enunciativo ou ao seu nível de escolaridade. Cada enunciado dito será único e característico de determinado falante, que utiliza sua experiência de mundo para compor sua fala. Logo, a partir dos estudos Sociolinguísticos, encontramos diferentes tipos de variações linguísticas, como as a seguir.

VARIAÇÃO HISTÓRICA

Neste tipo, a variação ocorre no decorrer do tempo. Algumas palavras passam pelo processo de redução e adequação às necessidades do momento histórico presente. Um termo pode cair em desuso caso os falantes deixem de utilizá-lo ou o substitua por outra expressão com o passar do tempo, como exemplo, encontramos a palavra cinematógrafo, que a partir de uma adaptação com o passar do tempo, foi se reduzindo ao que conhecemos hoje: cinema.

VARIAÇÃO DIAFÁSICA

Neste caso, o falante/escritor irá utilizar-se de um estilo próprio que será resultado de suas experiências de mundo ou será adequado ao tipo de situação que ele está inserido, por exemplo, em um discurso humorístico, em que podemos encontrar sentenças que estejam sem concordância verbal como: “a gente vamos”, mas que tenha sido usado desta maneira propositalmente, para dar sentido a determinado enunciado.

VARIAÇÃO DIASTRÁTICA

No Brasil, por diversos motivos, existem pessoas que não têm ou não tiveram acesso à escola. Logo, a maneira como este sujeito irá se comunicar será diferente da maneira em que um indivíduo que teve contato com o português padrão ensinado na escola. Esse tipo de variação ocorre a partir de diferentes fatores socioculturais (classe/ grupo social e nível de escolaridade), causando boa parte do preconceito linguístico que encontramos em nosso país, pois indivíduos que tiveram acesso à língua culta não compreendem que o tipo de português falado por outro que não frequentou a escola é aceitável para seu contexto social. Durante a alfabetização de crianças, em seu primeiro contato com a língua escrita, o professor deve atentar-se para a importância de explicar que algumas letras ou grafemas podem apresentar diferentes sons, como o /s/ em [casa], [saco].



No entanto, essa disseminação do preconceito linguístico está, aos poucos, diminuindo, pois já encontramos livros didáticos que trazem o tema variação linguística como conteúdo das aulas de português.

VARIAÇÃO DIATÓPICA

É comum nos depararmos com diferentes sotaques e dialetos nas regiões do Brasil. Esse fato ocorre pela existência de uma variação que está ligada às regiões do país. Por exemplo, no sul do Brasil, existe uma grande influência portuguesa (tanto cultural, quanto linguística), logo, o sotaque que encontramos nesta região é característico do cruzamento de culturas (Brasil e Portugal). No entanto, em uma só região podem ocorrer variações, como é o caso do Nordeste que encontramos diferentes sotaques e dialetos quando analisamos os estados que formam essa região. Logo, “A variação geográfica representa fatos sociais de uma determinada região e é interiorizada por todos os falantes e sua aprendizagem ocorre basicamente no ambiente familiar como marca de identidade do grupo social.” (ARAÚJO, 2011, p. 6). Ou seja, o falante irá, a partir do convívio na sociedade, criar um banco de dados com os sotaques e dialetos encontrados em seu ciclo social, fazendo com que seja natural para ele falar de determinado modo. Tendo em vista esta experiência linguístico-cultural, Freitag; Lima (2010) destacam exemplos: a queda da vogal pós-tônica em palavras como [xícara] que, no linguajar de alguns falantes passa a ser [xicra], além da queda da vogal pós-tônica e da consoante que a segue, como em [sábado] que passa a ser dito [sabo].

Logo, a Sociolinguística irá explicar como a língua, base da comunicação humana em uma sociedade, irá apresentar diferentes variações de acordo com o contexto sociocultural de um indivíduo, abordando como esta heterogeneidade irá influenciar na identidade do sujeito falante, como é o caso de tal discurso produzido oralmente por um nordestino: [ramo lá in ríba preu visitá Ana]. É pouco provável que um falante de outra região do país compreenda o que foi dito nesta sentença, levando em conta as palavras [ramo], [preu] e [ríba], mais precisamente. No entanto, um ouvinte da mesma região irá compreender que foi [vamos lá em cima para eu visitar Ana].

HUMOR E INTERNET

A sociedade está vivendo um momento no qual a internet tornou-se um elemento básico para comunicação, informação e lazer. Mesmo sendo um meio de comunicação relativamente novo, quando comparado ao rádio e a televisão, já se tornou um dos maiores da atualidade, principalmente para os jovens que a utilizam a todo momento. Dentro deste



universo da internet, destacaremos a plataforma digital YouTube, utilizada pelos internautas como meio de informação e entretenimento.

Em nosso trabalho, analisaremos vídeos de humoristas nordestinos para, a partir da linguagem utilizada, refletir acerca dos aspectos estudados pela Sociolinguística, destacando: a utilização e “escolha” de palavras de acordo com o contexto social e linguístico do indivíduo, ou seja, observar como os diversos tipos e níveis de variação da língua são apresentados no discurso humorístico em prol do riso. Por abordar temas comuns do cotidiano, o discurso humorístico é um dos que mais atrai os internautas/espectadores, tanto dentro quanto fora do YouTube, pois o humor produzido a partir destes temas faz com que o espectador se identifique com o que está sendo dito e gere o riso como resultado a essa ação.

Acerca dos discursos humorísticos, vale ressaltar a diferença entre riso, humor e comédia. O riso caracteriza-se como uma “manifestação biológica visível” (PROVINE, 2000; CRITCHLEY 2002; CARROLL 2014, apud, JERÓNIMO 2015, p. 63) do indivíduo é provocado por diferentes fatores, desde como resposta a uma piada que divertiu o indivíduo, até como ironia a determinada situação.

Já o humor, não tendo uma definição preestabelecida, pode ser identificado como qualquer discurso que, a partir de um conhecimento de mundo compartilhado tanto pelo humorista como pelos espectadores, provoque riso e/ou divertimento, podendo ele ser feito com o intuito de produzir uma crítica a determinado acontecimento da sociedade ou apenas com o propósito de divertir os espectadores. Sobre isto:

Podem considerar-se humor quaisquer eventos ou formulações discursivas, intencionadas ou inadvertidas, que provoquem experiências cognitivas culturalmente partilhadas capazes de suscitar o riso e providenciar divertimento. Para serem consideradas humorísticas, as mensagens devem ser mutuamente compreensíveis e susceptíveis de provocar o riso tanto para o falante como para o ouvinte. (JERÓNIMO, 2015, p. 67)

A comédia nem sempre teve um teor humorístico. Autores como Shakespeare, por exemplo, utilizavam a comédia como gênero oposto a tragédia, tendo em vista que a primeira terminava com finais felizes para os personagens. “No Renascimento a palavra comédia passou a ser usada também para designar as histórias esperançosas e com final feliz [Stott, 2005]. A Divina Comédia de Dante Alighieri é um exemplo dessa concepção de comédia” (JERÓNIMO, 2015, p. 70). Logo, na comédia, o artista reproduz de diferentes formas (stand-up e piadas, por exemplo) um conteúdo humorístico produzido ou não por ele.



Assim sendo, o humor presente nos vídeos utilizados como corpus do nosso trabalho abordam, de forma cômica, questões do cotidiano de pessoas nordestinas, fazendo com que haja identificação por parte do público.

Tendo em vista os conceitos vistos acima sobre humor, comédia e riso, assim como a partir do exposto acerca dos pressupostos teóricos da Sociolinguística, partiremos para a análise do corpus, abordando vídeos de humoristas nordestinos, mais precisamente paraibanos, para compreender como ocorrem os tipos e níveis de variações sociolinguísticas nos discursos humorísticos selecionados.

ACERCA DOS VÍDEOS

Sendo a mídia importante formadora de opinião, tudo o que for dito, através dela, por algum influenciador servirá de referência para um público que não tenha opinião formada sobre determinado assunto. Podemos encontrar na televisão vários programas humorísticos e novelas que abordam personagens nordestinos estereotipados. Acerca disto, Aragão (2010, p. 39) afirma:

As variações diatópicas ou regionais, especialmente as nordestinas, têm sido bastante utilizadas em novelas e programas humorísticos da televisão, porém, sempre com um sentido conotativo e pejorativo, com exageros que levam esses falares ao ridículo, face à variante padrão ou aos falares do Rio de Janeiro e São Paulo. A esse falar regional junta-se sempre a variante social demarcadora de pessoas incultas, de sócio-econômico-cultural menos favorecido ou, ainda, de “novos ricos”, que ascenderam socialmente, sem que essa ascensão tenha se dado, também, no nível cultural.

Diante disso, torna-se imprescindível que o conteúdo propagado pela mídia seja livre de qualquer tipo de preconceito. Neste caso, para discutir acerca dessa questão xenofóbica existente nos meios de comunicação, dando destaque a conteúdos produzidos na internet, analisará dois vídeos dos humoristas Renan da Resenha e Zé Lezin, respectivamente, intitulados: “Resenha de Nordestino” e “O jeito que o nordestino fala, disponíveis na plataforma digital YouTube. Nas falas dos dois personagens prevalece o discurso humorístico que comumente se define como “tipicamente nordestino”, porque aborda de forma cômica características comuns aos indivíduos desta região. Como dito anteriormente, o humor tem como finalidade provocar o riso em seu público, logo, o humorista, fazendo parte de um contexto linguístico-social igual ao dos seus espectadores, faz uso de seu conhecimento de mundo para criar e recriar temas para suas produções humorísticas



OS DISCURSOS HUMORÍSTICOS E OS NÍVEIS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Analisando, na perspectiva dos pressupostos da Sociolinguística, os discursos presentes em nosso corpus, encontramos algumas variações quanto a tipos e níveis linguísticos. Estes estudos apresentam quatro níveis de variação que podem ocorrer em uma língua, e que modificam desde a estrutura da palavra até seu som: nível morfológico, lexical, sintático e fonético.

Quanto ao nível morfológico, encontramos diversas vezes e em diferentes contextos socioeconômicos, sujeitos que fazem, em seus discursos, uma “alteração” na estrutura de determinadas palavras, mudando apenas alguma letra, e continuado com o mesmo sentido. Por exemplo, Renan da Resenha, no decorrer de seu vídeo, utiliza termos como [suber] e [bicicreta] que correspondem, respectivamente, a [souber] e [bicicleta]. A troca do /l/ por /r/ dá-se o nome de rotacismo. É bastante comum encontrarmos este nível presente na oralidade dos falantes de todas as regiões, sobretudo no Nordeste. No entanto, embora este fenômeno sociolinguístico seja potencialmente objeto de preconceito linguístico por parte de alguns falantes das normas cultas sua existência tem origem no processo histórico de evolução da língua. Como exemplo, podemos destacar a passagem do latim vulgar /plicare/ para o português /pregar/.

Outro exemplo a ser destacado é o processo fonológico, bastante presente na oralidade, conhecido como “Assimilação”, que Bagno (2013, p. 77) expõe no livro *A língua de Eulália* como “a força que tenta fazer com que dois sonos diferentes, mas com algum parentesco, se tornem iguais, semelhantes”. Ou seja, quando um falante diz “correno” ao invés de “correndo”, ocorre a assimilação do d pelo n. Vale ressaltar que todos os processos fonológicos precisam existir para que a língua continue viva, pois a partir destes processos ela ficará sempre em movimento.

Já o nível lexical atenta-se para a questão da alteração de toda a palavra, e não mais para mudança de apenas em algumas letras do vocábulo. Como é o caso de “aipim” e “macaxeira”. O primeiro, mais difundido na região sul e sudeste do Brasil tem o mesmo sentido do segundo, falado no nordeste do país. No entanto, apesar de equivalerem quanto ao sentido, apresentam grafias e pronúncias totalmente diferentes. Logo, temos neste fenômeno de variação lexical um sentido oposto ao que ocorre com o termo [azilado], agora são dois significantes para um mesmo significado.



Quanto ao nível sintático, encontramos problemas de concordância por parte dos termos da sentença, como é o caso de “a gente fomos ao shopping”, em que o sujeito “a gente”, apesar de, em um discurso informal, equivaler a primeira pessoa do plural (nós), não concorda com o verbo “fomos”. Este nível é, também, marca mais presente na oralidade. Em um trecho do seu vídeo, Renan diz: [inchi o zói d’água], logo, percebemos que há variação tanto pelo nível sintático, pois em [o zói] não há concordância entre o artigo “o” e o substantivo [zói] (que está sendo usado ao invés de “olhos”), quanto em nível morfológico, pois [inchi] e [zói], neste caso, estão alterando a estrutura, referente ao português padrão, dos vocábulos [enchi] e [olhos], respectivamente. Outro exemplo encontrado no vídeo de Renan pode ser destacado na sentença [noi ser], dito pelo humorista no início de seu vídeo.

Encontramos ainda a variação fonética da língua. Neste caso, a estrutura da palavra permanece a mesma quando escrita. No entanto, quando produzida oralmente, encontramos diferenças no som de palavras como [porta], [corda] e [março], nas quais o fonema /r/ se altera quando pronunciado, constituindo o que conhecemos como retroflexo (quando o falante, ao pronunciar o fonema /r/, leva a ponta de sua língua para parte de trás da boca, criando um som mais “puxado”, característico de cidades da região sudeste do país, como Rio de Janeiro).

Nesse sentido, podemos destacar uma das histórias contadas por Zé Lezin em seu vídeo, na qual ele precisa ser o intérprete para um sujeito do sudeste do Brasil, que alega não compreender o que é dito pelos falantes da região nordeste. Um sujeito nordestino diz a seguinte sentença a Zé: [Zé, ramo andar a carralo?], nela, os termos [ramo] e [carralo], [vamos] e [cavalo], respectivamente, para falantes familiarizados com este tipo de discurso, ficam compreensíveis, mas para um sujeito que não tem convivência com esses dialetos, fica incompreensível o discurso. Estas situações descritas acima exemplificam o que vem sendo discutido acerca dos níveis: lexical, fonético/fonológico, sintático e morfológico presentes em alguns registros da fala nordestina, utilizados pelos humoristas para provocar o riso em suas falas.

Os discursos dos dois humoristas se assemelham em alguns aspectos. Por exemplo, na forma como ambos descrevem o jeito de falar do nordestino, exemplificando essa afirmação a partir de diferentes dialetos utilizados por esses falantes. Um exemplo foi utilizado por ambos: [tô mais infadado(a) que bacia de assar castanha], apesar de serem ditos em contextos diferentes. Esta sentença é bastante explorada pelos comediantes por ser, segundo eles, uma característica forte do nordestino comparar situações, objetos e afins, para enfatizar ou esclarecer para o ouvinte o que está sendo dito naquele contexto enunciativo.



No decorrer dos vídeos os humoristas utilizam outros exemplos de frases comparativas ditas pelos falantes em questão, como [[...] eu já ando mais dirmantelado que carrêra de pato], dito por Renan, a qual é utilizada pelo personagem para explicar sua situação com relação a relacionamentos; [[...] e eu tô mais infadado que passarim na mão de minino], dito por Zé Lezin, em um diálogo acerca do quanto os personagens “imaginários” estão cansados.

Ainda sobre os registros de variações linguísticas encontradas em nosso corpus, podemos destacar duas palavras: [munganga], dita por Renan, e [fico mordido], dita por Zé. A primeira, popularizada em meio aos nordestinos, tem o mesmo valor de [careta, coisa estranha]. Já a segunda, apesar de ser de conhecimento nacional o valor de [ser atingido por uma mordida/dentada], apresenta um valor semântico para a região Nordeste diferente do sentido conhecido pelo resto do país. Aqui, esta sentença apresenta o mesmo sentido de [estar com raiva], como no discurso de Zé Lezin em que ele utiliza-se deste termo para dizer seu sentimento com relação às pessoas que saem do Nordeste para ir ao Rio de Janeiro por pouco tempo e voltam trazendo em suas falas o sotaque da região Sudeste.

Acerca desta “apropriação” de sotaques, ocorre o que Freitag; Lima (2010, p. 24) chamam de valoração positiva do estereótipo, ou seja, o falante adere a este sotaque por ser este de uma região mais desenvolvida. No entanto, ocorre também o que os autores dão o nome de valoração negativa do estereótipo, quando um sotaque é discriminado por pertencer a uma região “menos desenvolvida”, como é o caso dos sotaques de alguns lugares do Nordeste.

Zé Lezin, para explicar o porquê do falante da região Nordeste não se [misturar] com falantes de outras regiões, afirma que um dos fatores para que não ocorra essa “fusão”, se dá pelo fato do nordestino apresentar “vícios de linguagem”. Fica evidente que o humorista refere-se, a partir do senso comum, ao dialeto produzido por esses falantes como um “desvio” no uso da língua, no entanto, tendo conhecimento dos estudos e teorias expostas aqui, e pela Sociolinguística, podemos compreender que esses “vícios”, são, em linhas gerais, variedades ou dialetos da língua portuguesa falada pelos habitantes da região Nordeste, sendo este um elemento fundamental para a formação e manutenção da identidade cultural e linguística dessa comunidade de fala.

A partir de tal afirmação, podemos compreender que os dialetos presentes na fala dos sujeitos nordestinos são, em alguns casos, motivo de preconceito linguístico por serem entendidos como “vícios de linguagem” adquiridos por falantes desta região, tornando o



português dito aqui como errado e motivo de piada em programas “humorísticos” que abordam, em alguns casos, os personagens nordestinos como analfabetos, pobres e pertencentes à classe operária, ou que não ascenderam socialmente.

Em face do que foi discutido e explorado no decorrer de nossa análise, podemos compreender, a partir dos exemplos apresentados em nosso corpus à luz da Sociolinguística que a língua portuguesa não é pura, pois apresenta variedades, sendo elas adequadas ou inadequadas a determinadas situações sociais, podendo ser, inclusive, parte da cultura de um falante que está inserido em um determinado contexto sociocultural.

Quanto ao humor produzido por Renan da Resenha e Zé Lezin, podemos compreender que ambos apresentam identificação por parte do público, por utilizarem-se de artifícios humorísticos que os atraem, como a abordagem, de forma cômica, de fatos presentes no cotidiano do nordestino e apresentando, de forma indireta o nordestino estereotipado, ou seja, o sujeito que tem em si o “poder” de fazer rir mesmo sem falar, apenas com o seu jeito de ser”.

É importante ressaltar que o humor, é construído pelo Outro (quem fala a piada) e para o Outro (sobre quem se fala a piada), ou seja, “deveria ser evidente que os estereotipados são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como o(s) Outro(s) para algum grupo.” (POSSENTI, 2014, p. 41). Um sujeito que não compactue com algumas características de determinado grupo social cria piadas a partir das diferenças existentes entre eles, podendo gerar, dependendo da intenção da piada, um preconceito sobre o sujeito que está sendo objeto deste discurso.

Portanto, a finalidade de um discurso humorístico, seja ele de qualquer gênero (piada, charge, stand-up) será produzido sob o Outro que apresenta características físicas (pessoas acima do peso), intelectuais (a loira considerada burra) ou linguísticas (o modo de falar de pessoas de outras regiões), a fim de gerar riso acerca das diferenças encontradas nesse Outro, tratando-as como um “produto” que veio com defeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo consciência da pluralidade existente em todas as línguas faladas, nosso trabalho teve como principal objetivo compreender de que modo as variações linguísticas contribuem para a produção humorística regional. No decorrer deste artigo, foram discutidos temas como variação linguística (níveis e tipos), preconceito linguístico, e como estes elementos apareceram nos discursos humorísticos dos personagens Zé Lezin e Renan da Resenha.



A partir do estudo produzido neste artigo, amparado pela teoria da Sociolinguística Variacionista, podemos compreender que as variações presentes no português brasileiro apresentam grande importância para a língua e cultura dos sujeitos em sociedade. Logo, refletindo sobre a produção de humor à luz da Sociolinguística, podemos compreender que os dialetos e contextos sociais utilizados pelos humoristas em suas piadas são partes fundamentais para a construção do riso em suas falas, pois o humorista precisa criar uma relação entre o que foi dito por ele e o banco de dados comum ao seu público, por exemplo, abordando temas que sejam de conhecimento de ambos.

Portanto, o humor utiliza-se de diversos elementos, dentre eles: a identidade cultural de um povo, fatos cotidianos e cultura (comida, vestimentas e assuntos familiares). O humor produzido e popularizado no Nordeste, apesar de apresentar uma finalidade igual a dos que são produzidos em outras regiões, cria conteúdo para o Outro, diferencia-se pelo fato de termos uma cultura diferente, com a presença de particularidades linguísticas próprias que acaba tornando o humorista que participa do mesmo contexto regional do público, parte do “outro” a quem a piada se refere.

Por fim, ao observar as produções de ambos os humoristas, podemos perceber que não existe um preconceito de forma explícita por parte dos mesmos, mas sim um reforço a estereótipos com intuito de gerar o riso para seus discursos. Por isso, consideramos que a variação linguística presente nos discursos humorísticos analisados em nossa pesquisa, foi essencial para a produção de sentidos na fala dos personagens. Logo, com a variedade existente em todo território nacional, é preciso compreender que todas tornam o Brasil um país “plural”, onde se abrigam povos, línguas e culturas diversas. Portanto, esta pluralidade deve ser aceita como riqueza nacional, e não como um “erro” a ser “corrigido” para a uniformização da nação.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Maria do Socorro S. de. Variantes Diatópicas e Diastráticas a Língua Portuguesa do Brasil. Graphos. João Pessoa. vol. 12, n. 2. Dezembro 2010, p. 35 — 51.

ARAÚJO, M. de A. A. Linguagem e identidade cultural: uma abordagem Sociolinguística.

Web-Revista SOCIODIALETO. Campo Grande/MS. vol. 1, p. 1 — 19, 2011. Disponível em <<http://www.sociodialeto.com.br/>> Acesso em 09/11/2020.

BAGNO, Marcos. A língua de Eulália. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2013.



A mitologia do preconceito linguístico. In: Preconceito Linguístico – o que é, como se faz. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BORSTEL, Clarice Nadir von. Sociolinguística: Teoria, Método e objeto em pesquisas in loco. Web-Revista SOCIODIALETO. Campo Grande/MS, vol. 4, n. 12, maio 2014. Disponível em <<http://www.sociodialeto.com.br/>> Acesso em 09/11/2020.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos/SP: Claraluz, 2007, 128p.

FREITAG, Raquel M. Ko; LIMA, Geralda de O. S. Sociolinguística. São Cristóvão/SE: CESAD, 2010, p. 21 — 36.

JERÓNIMO, Nuno Amaral. Riso, humor e comédia: O humor no espaço público privilegiado. In: Humor na Sociedade Contemporânea. Covilhã, abril 2015, p. 63 — 132.

LEZIN, Zé. O jeito que o nordestino fala. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8CJqK79dbcE&t=6s>> Acesso em: 05/11/2020.

POSSENTI, Sírio. Estereótipo e identidade: o caso nas piadas. In: Humor, língua e discurso. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

RAZKY, Abdelhak; OLIVEIRA, Marilucia Barros de. Exemplificando a variação linguística no português brasileiro. Curso de licenciatura em letras língua portuguesa, modalidade a distância — Disciplina Sociolinguística. Belém/PA: EDITAEDI, 2014. p. 57 — 66.

RESENHA, Renan da. Resenha de nordestino. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=t2tqiUvOP2E&t=19s>> Acesso em: 05/11/2019.

SCOPARO, Tania R. M. T.; MIQUELETTI, Eliane A. Variação linguística: língua portuguesa e o preconceito na mídia. Vocabulo: revista de letras e Linguagens Midiáticas. Ribeirão Preto/SP: Centro Universitário Barão de Mauá. Vol. 6. S/D. Disponível em <http://www2.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/vocabulo/volumeVI.html> Acesso em 10/11/2020.

TELES, T. A. F. Linguagem e identidade social -uma abordagem sociolinguística. Disponível em <[http://cettrans.com.br/assets/artigoscongresso/Tercia Ataide Franca Teles.pdf](http://cettrans.com.br/assets/artigoscongresso/Tercia%20Ataide%20Franca%20Teles.pdf)> Acesso em 09/11/2020.



CAPÍTULO 26

RACIONALIDADE E CULTURA POLÍTICA, ESTUDO DE CASOS EM JUIZ DE FORA/MG

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294526061

José Vitor Lemes Gomes

RESUMO

Esse artigo analisa o comportamento político de cidadãos de Juiz de Fora/MG frente à corrupção na política. Tomamos as Leis de iniciativa popular voltadas para o combate da corrupção eleitoral (Leis 9840/99 e 135/10, a Lei da Ficha Limpa) como evidências empíricas de que existe, no Brasil de hoje, um tipo específico de comportamento frente à corrupção: o comportamento engajado contra a corrupção. Foram realizadas entrevistas individuais com cidadãos engajados na coleta de assinaturas no município de Juiz de Fora/MG. Como controle aplicamos o mesmo roteiro de entrevista a cidadãos não engajados. Avaliamos quais fatores estão associados ao comportamento engajado na coleta de assinaturas.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção, Comportamento Político, Cultura Política, Escolha Racional.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um estudo do comportamento político dos cidadãos frente à corrupção no Brasil contemporâneo. A corrupção na política é um dado persistente na história do Brasil. Ao longo do século XX o comportamento político dos brasileiros frente à corrupção foi predominantemente pautado por relativa permissividade com a mesma. Porém, a partir dos anos 1990, setores específicos da sociedade brasileira evidenciaram a existência de um comportamento político engajado em movimentos de combate à corrupção. Tratam-se dos ativistas empenhados na iniciativa popular que deu origem às leis 9840/99 e 135/10, ambas voltadas ao combate à corrupção eleitoral. Desse modo, o presente trabalho tem como essência argumentar que o comportamento político dos cidadãos frente à corrupção, no Brasil de hoje, envolve um tipo de comportamento político específico, marcado pelo engajamento nos movimentos de combate à corrupção.

A Lei 9840/99 só foi possível graças ao ativismo de cidadãos que se mobilizaram para colher assinaturas no intuito de efetiva-la, a partir de uma proposta de iniciativa popular. Superados os vários obstáculos para que a proposição se tornasse possível o projeto chegou ao Congresso Nacional onde foi aprovado graças à pressão popular em seu favor. A Lei 9840/99 criminalizou a compra e venda de votos, fonte de corrupção eleitoral. Percebemos que tal lei só foi necessária devido ao amplo reconhecimento de que a prática de compra e venda de votos era frequente nas eleições brasileiras. A efetivação dessa lei evidencia a



existência de um tipo específico de comportamento político dos cidadãos frente à corrupção. Trata-se do comportamento do cidadão que se dispõe a colher assinaturas em nome de um projeto de iniciativa popular contra a corrupção, trata-se de um comportamento marcado pelo ativismo, pelo engajamento a uma causa de interesse público.

A lei 135/10 foi o segundo projeto de iniciativa popular contra a corrupção eleitoral em um prazo de dez anos. A Lei da Ficha Limpa, como ficou conhecida, consiste na inelegibilidade de políticos com condenações criminais (por colegiados) antecedentes às eleições. Tal como a lei do ano de 1999, a Lei 135/10 resultou do empenho de vários cidadãos na coleta de assinaturas, em todos os Estados da Federação. Essa lei é mais uma evidencia da existência de um tipo específico de comportamento entre os brasileiros. Os ativistas que coletaram assinaturas para a Lei da Ficha Limpa são a evidencia de um comportamento engajado a favor da ética e da honestidade na política.

Partimos do argumento de que existe, no Brasil contemporâneo, um tipo específico de comportamento político dos cidadãos frente à corrupção, engajado na coleta de assinaturas a favor das leis de iniciativa popular. A questão central que guia esse trabalho é: Compreender a existência desse tipo de comportamento político engajado contra a corrupção, identificando os fatores e variáveis associados a ele. Trabalhamos com a hipótese de que a disposição de reagir à corrupção está associada a fatores socioeconômicos e culturais, mais especificamente, ao controle diferenciado de recursos, por parte dos cidadãos e ao seu grau de envolvimento em projetos coletivos (associativismo). Esse trabalho objetiva: descrever o padrão de comportamento de cidadãos que coletaram assinaturas a favor das Leis 9840/99 e/ou 135/10 em comparação com cidadãos que não se envolveram na coleta de assinaturas em nome das leis mencionadas. A partir disso, poderemos inferir as prováveis associações entre as variáveis comportamentais abordadas. Para tanto, realizamos entrevistas individuais com cidadãos engajados e não engajados na coleta de assinaturas para as leis de iniciativa popular no município de Juiz de Fora/MG no ano de 2015.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

O que é corrupção no mundo contemporâneo? Entre as várias definições que conhecemos, elegemos como ponto de partida da nossa reflexão sobre o termo, aquela que consideramos a mais sintética. Trata-se da definição de Joseph Nye (1967), para quem a corrupção é um comportamento que se desvia dos deveres formais de um papel público por causa da sobreposição de interesses pessoais em nome de ganhos financeiros ou de status.



Esse comportamento se expressa em práticas como suborno, nepotismo e apropriação indébita. Consideramos a definição de Nye sintética porque podemos desdobrá-la em, pelo menos, dois aspectos: 1º) a corrupção é um desvio de deveres formais, ou seja, normas jurídicas, ou regras institucionais, pré-existentes à ação e 2ª) consiste na sobreposição de interesses pessoais sobre o interesse público.

Apesar das limitações, a democracia está consolidada no Brasil. Os brasileiros encontram-se em um Estado Democrático de Direito ainda que a igualdade frente à lei seja desrespeitada em muitos casos. Supomos que a fraqueza da igualdade entre os brasileiros não se deve à falta de leis, mas sim a existência de crenças, valores, percepções, necessidades e interesses que prejudicam as práticas igualitárias na sociedade brasileira. Portanto avaliamos o comportamento político sob a influência dos fatores culturais e econômicos.

Putnam (2006), no seu estudo sobre a descentralização administrativa na Itália a partir dos anos 1970, demonstra diferentes comportamentos políticos entre os italianos do norte e do sul. Enquanto os primeiros são mais participativos, engajados, informados, confiantes, cooperativos e igualitários; os últimos são o oposto. A diferença entre os padrões de comportamento entre os italianos do norte e do sul se devia às diferenças culturais das duas regiões. De acordo com Putnam, o norte italiano resultou de um processo histórico que culminou na formação de uma comunidade cívica⁵⁸, marcada pela abundância de capital social⁵⁹, enquanto o sul foi palco de outro processo histórico que resultou em uma comunidade não cívica, marcada pela escassez de capital social.

Putnam argumenta que a comunidade cívica, do norte italiano, foi um contexto favorável à efetivação de um círculo virtuoso de confiança e cooperação originado na prática associativa, isto é, o hábito disseminado entre os italianos do norte de se engajarem em associações e movimentos sociais. Por outro lado, no sul da Itália não havia, por parte dos

58 Comunidade cívica é o contexto no qual prevalece a cultura cívica, conceito oriundo de Almond & Verba (1963) que se refere ao complexo cultural no qual existem cidadãos bem informados, dotados de confiança mútua e nas instituições; que valorizam a igualdade e o predomínio das relações horizontais; tal como o cultivo da solidariedade e da cooperação comunitária.

59 Para Putnam (2006), o capital social é um bem público produzido pelas formas de confiança inerente a uma comunidade, "...não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam". (PUTNAM, 2006, 180).



cidadãos, a mesma disposição para participar da vida pública, através de associações e movimentos sociais. Entre os sulistas prevalecia o círculo vicioso de desconfiança e isolamento ligado a escassez da prática associativa.

De acordo com Putnam (2006) a efetivação das comunidades cívicas e não cívicas na Itália se deviam a cultura política resultante de diferentes processos históricos. Como o comportamento político é influenciado pelo contexto, os italianos do norte encontravam mais razões para participar da vida pública enquanto no sul ocorria o contrário. Mais do que reconhecer a influência da cultura no comportamento, Putnam ressalta a importância de custos e incentivos que influenciam os atores a definir seu comportamento pela participação ou não. O cidadão que vive em uma comunidade cívica encontra bons motivos para participar, pois, nesse caso, a maioria das pessoas espera por isso. A expectativa da maioria dos atores de uma sociedade se traduz em uma forma de coerção. Os atores que se comportam como esperado fortalecem seus vínculos com o grupo, por outro lado, aqueles que não correspondem às expectativas podem ser excluídos do grupo. De acordo com Putnam a existência de uma comunidade cívica é um forte antídoto aos dilemas da ação coletiva apresentados por Olson (2011).

O trabalho de Putnam é um precioso exemplar da Teoria da Cultura Política. No entanto, é perceptível que, para Putnam, a cultura não é a única instância que influencia o comportamento, pois necessidades e interesses também exercem forte influência na definição dos comportamentos individuais. Putnam mobiliza argumentos da Teoria da Escolha Racional para demonstrar que os atores promovem seus interesses e necessidades através de um cálculo de custo/benefício que tem forte impacto na efetivação do comportamento. Tal como Downs (2012), Putnam reconhece que o cálculo econômico guia o comportamento dos atores não apenas no mercado, mas, também, nas experiências públicas relacionadas à política. Tal como Weber (2004), Putnam reconhece que a racionalidade é relativa ao contexto, ou seja, uma ação racional em um contexto pode ser considerada irracional em outro contexto. Se para um italiano do norte é racional engajar-se em ações coletivas, para um italiano do sul é racional não participar.

A diferença no comportamento político resulta de diferentes formas de satisfação do cálculo racional de custo/benefício. Em uma comunidade cívica, como aquela que se encontra no norte da Itália, é disseminado o entendimento de que interesses pessoais podem ser satisfeitos pela promoção do interesse público. Por outro lado, em uma comunidade não cívica, como aquela que se encontra no sul da Itália, a promoção dos interesses pessoais é



fortemente dissociada da promoção do interesse público⁶⁰. A crença de que os interesses públicos e pessoais são conciliáveis resulta de padrões culturais cristalizados ao longo de diversas rodadas de interação social nas quais a comunidade tem sucesso no agir coletivo. Por outro lado, nas comunidades em que prevalece a crença de que o interesse pessoal é maximizado em detrimento do interesse público prevalece o comportamento oportunista através de várias formas de trapaça, entre as quais, a corrupção.

Buscamos avaliar entre os cidadãos juiz-foranos engajados na coleta de assinaturas para as leis de iniciativa popular as mesmas variáveis que Putnam abordou no caso italiano. “As associações constituem recurso imprescindível na construção de conexões e relações baseadas em laços de solidariedade, confiança e de reciprocidade, elementos centrais na formação das atitudes e práticas de base cooperativa” (LUCHAMANN, 2014,164). A concepção de associações desse trabalho é a mesma de Putnam (2006), isto é, associações são ambientes propícios para: a troca de informações, a promoção de relações horizontais e igualitárias, o estímulo ao interesse e a responsabilidade sobre assuntos públicos, a cooperação e a confiança mútua.

Ferreira (1999) ressalta que apesar do número de associações ter crescido acentuadamente no Brasil, desde a abertura política (anos 1970), o número de filiados permaneceu pequeno frente ao tamanho da população. Ferreira utiliza dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (1988) e da PME⁶¹ (1996) a partir dos quais observa que “...a dimensão associativa no país, em termos quantitativos, não é tão expressiva quanto a literatura destaca, já que a maior parte das modalidades de associativismo apresenta percentuais de filiação menores que 5%”. (1999, 98).

60 Nas comunidades não cívicas é escassa a confiança mútua entre os cidadãos, fato que inviabiliza a ação coletiva como forma de promoção dos interesses, logo não há expectativa de promoção do interesse público, restando aos cidadãos promover seus interesses individualmente, através de cálculos egoístas.

61 Pesquisa Mensal de Empregos. Trata-se de uma pesquisa mensal por amostragem cujo o universo circunscreve-se as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. Seu principal objetivo é o monitoramento do mercado de trabalho no meio urbano brasileiro. Tanto a PNAD-1988 quanto a PME-abril-1996 incluem um suplemento com diversas questões sobre participação política, opinião eleitoral e conhecimento político.



A sofisticação política (DELLI CARPINI & KEETER, 1996; CASTRO, 1994) é fator que pode estar associada ao comportamento dos cidadãos frente à corrupção como somatório das seguintes condutas: interesse pela política, o hábito de se informar e a lembrança relativa aos escândalos de corrupção. Desse modo, cidadãos com mais interesse pela política, mais habituados a se informarem e com maior memória dos casos de corrupção, seriam cidadãos com maior sofisticação política do que aqueles que demonstrarem características opostas. Supomos que o maior o grau de sofisticação de um cidadão, pode favorecer o engajamento associativo.

Mal informados sobre política, muitos brasileiros apresentam uma percepção fatalista da política. De acordo com Barreiro e Zubieta (2011) a percepção fatalista é aquela compreensão da existência humana, segundo a qual o destino de todos está predeterminado e tudo ocorre de modo inevitável. Aos indivíduos só resta aceitar seu destino, submeter-se a sorte que prescreve seu fardo. Trata-se de um comportamento conformista de resignação frente às circunstâncias. Quando esse tipo de percepção se aplica à política, tende a ocorrer maior tolerância à corrupção.

Vários autores (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 1992; RENNÓ, 2001; LOPES, 2004; REIS, 2003) mobilizam dados que evidenciam a existência de uma síndrome de desconfiança generalizada na América Latina e no Brasil em específico, isto é, há uma escassez de capital social entre os cidadãos das democracias latino-americanas. O capital social é um bem público produzido pelas formas de confiança inerente a uma comunidade, “...não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam” (PUTNAM, 2006, 180). Como não se trata de uma atitude individual, não podemos mensurar o capital social em um estudo de casos individuais, por isso essa pesquisa se limita em avaliar em cada entrevistado seu o grau de confiança interpessoal, de confiança nas instituições e de disposição para cooperação.

De acordo com Putnam (1996), os contextos sociais onde as interações se pautam no princípio da igualdade são ambientes favoráveis para ocorrência de confiança disseminada. Objetivamos saber se os cidadãos pesquisados percebem a vigência da igualdade e em que medida. DaMatta (1991) avalia o tratamento desigual entre os brasileiros em suas relações sociais a partir de uma perspectiva cultural. Sem desconsiderar a debilidade da cidadania no Brasil, DaMatta reconhece que a cidadania, como fonte de igualdade dos indivíduos frente à lei, não é uma regra entre os brasileiros. Avaliamos se a percepção do entrevistado frente às relações sociais é mais hierárquica ou mais igualitária.



A tolerância à corrupção é outra variável importante desse estudo. A tolerância implica na permissividade do cidadão para com a corrupção. Avaliamos a tolerância do cidadão frente à corrupção ao estimular seu posicionamento frente a duas práticas corriqueiras no Brasil, isto é, as práticas de compra e venda de votos e a disposição de votar em políticos notoriamente corruptos.

Para Putnam (2006) a racionalidade é sempre referente ao contexto social na qual se desenvolve. Nas relações sociais o ator encontra os motivos que o levam a planejar sua ação no intuito de realizar objetivos pessoais. A racionalidade é mobilizada nessa pesquisa com o objetivo de compreendermos a lógica de ações antagônicas em uma mesma sociedade. Queremos conhecer as justificativas que os atores apresentam para o próprio comportamento político.

Portanto, a questão central desse trabalho é compreender a especificidade do comportamento político dos cidadãos juiz-foranos engajados na coleta de assinaturas para as Leis 9840/99 e 135/10, identificando os fatores e variáveis associados a cada tipo de comportamento. Consideramos a hipótese de que a especificidade na reação à corrupção estaria associada a fatores culturais. Supomos que os cidadãos que colheram assinaturas são casos de um comportamento engajado, que estaria associado as seguintes características: mais experiência associativa; mais informação, mais hábito de se informar sobre política; mais interesse por política; percepção menos fatalista da política e da corrupção; mais confiança nas instituições e nos concidadãos, mais disposição para cooperar, percepção mais crítica da compra e venda de votos, bem como do voto em políticos notoriamente corruptos; e racionalidade estratégia favorável ao engajamento.

ESTUDO DE CASOS

Esse trabalho consiste em um estudo de casos realizado por meio de entrevistas individuais. Para cumprir o objetivo descritivo analítico do comportamento de cidadãos engajados e não engajados na coleta de assinaturas pelas Leis 9840/99 e 135/10 selecionamos duas amostras de cidadãos para as entrevistas. A primeira amostra é formada por um grupo de ativistas pró-leis de combate à corrupção eleitoral da cidade de Juiz de Fora. A segunda amostra é formada por um grupo de não ativistas da mesma cidade. Cada amostra é composta por quatro cidadãos. A seleção dos entrevistados da primeira amostra será feita por acessibilidade, isto é, entre todos os ativistas que coletaram assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10 na cidade de Juiz de Fora, selecionamos aqueles que apresentem maior

disponibilidade de responder as perguntas pré-definidas no roteiro. A segunda amostra foi composta com o intuito de reproduzir o perfil socioeconômico da primeira, enquanto varia a conduta (não) ativista que é o traço diferencial das duas amostras. A segunda amostra funciona como um grupo de controle da pesquisa.

Quadro 1: Perfil das amostras.

IDADE	ENGAJADOS		NÃO ENGAJADOS	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
50-59		EF1: ensino médio, dona de casa, bairro de classe média, parda, ateia.		NF1: ensino médio, dona de casa, bairro de classe média, parda, sem religião.
60-69	EM1: ensino médio, porteiro, bairro de periferia, branco, sem religião.	EF2: Superior, professora aposentada, bairro de classe média, parda, católica não praticante.	NM1: ensino médio, vendedor, bairro de periferia, branco, kardecista.	NF2: Superior, professora aposentada, bairro de classe média, branca, católica.
	EM2: ensino superior, funcionário público aposentado, bairro de classe média, branca, católico.		NM2: ensino superior, funcionário público, bairro de classe média, branco, católico.	

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS

A apresentação dos resultados está estruturada em função das variáveis do comportamento político que buscamos conhecer sobre o comportamento de cidadãos juiz-foranos engajados e não engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10. Tais variáveis são: experiência associativa, sofisticação política, percepção da política, confiança (mutua e nas instituições), cooperação, atitude crítica em relação à corrupção e a racionalidade a favor do engajamento.

Experiência associativa

A experiência associativa foi um dado diferencial entre cidadãos engajados e não engajados na coleta de assinaturas pelas Leis 9840/99 e 135/10. Os cidadãos engajados na coleta de assinaturas apresentaram experiência associativa pregressa à coleta de assinaturas. Em Juiz de Fora o principal grupo que coletou assinaturas a favor das Leis mencionadas denomina-se “Comitê de Cidadania”. Trata-se de uma associação criada por cidadãos ligados aos movimentos da Igreja Católica com o incentivo da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. A partir do ano de 1996, cidadãos juiz-foranos ligados aos movimentos católicos



aderiram ao combate à compra e venda de votos que culminou na criação da Lei 9840/99. Efetivada a lei, os mesmos cidadãos criaram o Comitê 9840/99 que tem a missão de conscientizar a população sobre o valor do voto, tal como fiscalizar a compra e venda de votos nos períodos eleitorais. No ano de 2000 o mesmo grupo inaugurou o projeto de acompanhar os trabalhos da Câmara Municipal de Juiz de Fora, missão para qual fundarão uma nova associação, o Comitê de Cidadania. Desde então, tanto o Comitê de Cidadania, quanto o Comitê 9840/99, atraem cidadãos católicos e não católicos; crentes e ateus, para a participação política continuada em defesa do interesse público.

O Comitê de Cidadania de Juiz de Fora é reconhecido pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral como o principal grupo juiz-forano engajado na coleta de assinaturas pela Lei 135/10. Os membros do Comitê de Cidadania são cidadãos oriundos de diversos movimentos sociais, religiosos e laicos, dedicados promoção do interesse público. Ressaltamos que todos os membros do Comitê de Cidadania apresentam experiência associativa progressa à adesão ao mesmo. Esse fato é compatível com o argumento de Putnam, segundo o qual a experiência associativa precede à disposição para o engajamento em ações coletivas.

Sofisticação política

Os cidadãos engajados na coleta de assinaturas apresentam maior sofisticação política que os cidadãos não engajados. Esse dado foi constatado nas entrevistas como um todo e nas questões específicas através das quais questionamos a memória sobre casos de corrupção, os hábitos de informação, o interesse por política e a disposição de diálogo sobre política nas interações sociais do dia-a-dia.

Os resultados demonstraram que: 1) A memória sobre escândalos de corrupção é limitada tanto entre os cidadãos engajados como entre os não engajados, ao pedir que o entrevistado explicitasse três casos de corrupção dos quais se lembrassem todos demonstraram lembrar-se do nome dos protagonistas sem conseguir explicar detalhes relativos aos escândalos. 2) As entrevistas evidenciaram que enquanto os cidadãos não engajados se informam predominantemente pela televisão os eleitores engajados se informam por meios diversos, inclusive através dos meios que requerem leitura. 3) Os cidadãos não engajados demonstraram menor interesse pela política, tal como maior dificuldade em reconhecer a importância da política em suas vidas. Entre os cidadãos engajados ocorreu o oposto. 4) Tanto os cidadãos engajados como os não engajados admitem conversar sobre política com



a família, amigos e no trabalho, porém, em todos esses âmbitos de interação o diálogo se dá com pessoas e grupos com quem o entrevistado possui maior afinidade ideológica.

Supomos que a experiência associativa vivenciada pelos cidadãos engajados é um estímulo à informação, tal como avalia Putnam.

Percepção da política

Os cidadãos engajados na coleta de assinaturas pró-leis 9840/99 e 135/10 manifestaram uma percepção antifatalista da política que sintetizamos nos seguintes termos: 1) Acreditam que sempre houve corrupção na política brasileira. Argumentam que atualmente a corrupção é mais exposta devido à proliferação dos meios de comunicação e da liberdade de imprensa. 2) Percebem que atos corruptos envolvem a ação de cidadãos em geral, não sendo exclusividade de políticos profissionais. 3) Entendem que a corrupção ocorre em todos os países, não se trata de uma exclusividade do Brasil. 4) Apontam, com facilidade, causas da corrupção. Entre as causas apontadas ressaltam a impunidade e o financiamento privado de campanhas. 5) Acreditam que a corrupção pode ser reduzida se suas causas forem combatidas. Acreditam, também, que podem contribuir para redução da corrupção através da conscientização, da denúncia e da adesão às ações coletivas.

Sobre a corrupção no Brasil: O senhor crê que sempre houve na mesma intensidade, ou aumentou nos últimos anos. Por quê?

EM1: Eu acho que sempre houve. O que aumentou nos últimos anos, eu acho que essa luta do povo, os movimentos populares, que no governo do PT já se possibilitou trazer aí a luta pela transparência, o que já melhorou muito. Eu acho que sempre houve corrupção no Brasil, sempre vai haver, a corrupção é do mundo todo. No Brasil a gente vive uma questão de impunidade, a corrupção extrapola. No sistema capitalista não tem muita diferença pra outros países. Mas acabou aparecendo muito, aqui no Brasil, por causa dessa perseguição da direita contra a esquerda, perseguição assim com interesse do capitalismo mesmo, econômica, financeira, mundial.

Quais as causas da corrupção no Brasil?

EM1: A questão do financiamento privado de campanha. Eu acho que esse é o cerne da questão. Quando as empresas investem nas candidaturas e o povo acaba tendo a democracia muito prejudicada com isso. Eu acho que a grande questão é a questão do financiamento das empresas. É o ponto principal da Reforma Política, é essa questão. Os financiamentos feitos pelas empresas são investimentos e isso torna desigual a competição entre os candidatos e partidos. As empresas privadas esperam um retorno que, pelo que eu tenho ouvido, de cada R\$1,00 é R\$8,00 de retorno.

A percepção dos cidadãos engajados na coleta de assinaturas é antifatalista devido à capacidade dos atores perceberem a política de um modo bem informado a partir do qual compreendem as causas da corrupção como fenômenos ligados a ação política de todos os cidadãos, sendo passível de mudança.

Por outro lado, os cidadãos não engajados demonstraram uma percepção fatalista da política que sintetizamos nos seguintes aspectos: 1) Acreditam que a corrupção aumentou nos



últimos anos. Apesar de não explicitarem simpatia ou aversão a qualquer partido, argumentam que a corrupção cresceu a partir dos governos petistas. 2) Acreditam que há mais corrupção no Brasil, pois percebem outros países como mais rígidos na punição. Alguns dos entrevistados demonstraram simpatia aos regimes autoritários por acreditarem que tais regimes são mais severos na punição de corruptos. 3) Apontam a impunidade como causa da corrupção. 4) Acreditam que a corrupção pode ser reduzida pela ascensão de um líder forte que promova mais fiscalização. 5) Não se reconhecem como atores capazes de contribuir para a redução da corrupção.

Sobre a corrupção no Brasil: O Senhor crê que sempre houve na mesma intensidade, ou aumentou nos últimos anos. Por quê?

NM1: Aumentou depois que o PT entrou. Abuso de poder uai! O PT tá avacalhando com tudo, Entrou pra mandar e desmandar. Antigamente o negócio era mais sigiloso. Podia até ter, o Brasil sempre teve corrupção, toda vida teve, desde a descoberta por ladrão, aí não tem como. Mas eu acho que o PT foi muito mais além.

De acordo com a sua opinião me diga: Quais as causas da corrupção no Brasil?

NM1: Enriquecimento próprio, ganancia! O país não tem lei, vemos meter a mão uê, não dá nada! Ou você já viu dar alguma coisa? Tem que ter pena de morte para crime contra o patrimônio nacional. Tinha que ter pena de morte.

Os cidadãos não engajados demonstraram-se menos informados sobre a política e desprovidos de uma concepção democrática segundo a qual todos os cidadãos teriam ação importante na redução da corrupção. Percebem-se como impotentes frente à política e condenados a sofrer as consequências da má gestão da coisa pública. Os cidadãos não engajados apresentam uma percepção mais fatalista da política que os cidadãos engajados.

Confiança nas instituições e nos concidadãos

Ao serem questionados sobre o Poder Judiciário e a Polícia no Brasil todos os cidadãos, engajados e não engajados, demonstraram baixo grau de confiança nessas instituições. Quase todos apontam a impunidade, a morosidade e a corrupção como problemas inerentes às instituições em questão. O trecho a seguir revela a percepção de um cidadão não engajado:

O que o senhor acha da Justiça no Brasil?

NM2: Poderia ser mais enérgica, porque tem muita coisinha que empurra pra lá, empurra pra cá. As nossas leis da muito direito de apelação e isso fica num vai e volta, sabe? Isso teria que diminuir um pouco pra poder, pra que a burocracia não demorasse tanto a corrigir esses erros gravíssimos que tem em nosso país.

No entanto, entre os cidadãos engajados a crítica à justiça é mais detalhada. A capacidade de identificar as causas dos problemas institucionais é maior entre os cidadãos engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10, inclusive a percepção da influência do poder econômico nas decisões judiciais. O relato a seguir é um exemplo.



O que o senhor acha da Justiça no Brasil?

EM2: Eu acho que o Judiciário é um dos grandes responsáveis pelas mazelas do Brasil, corrupção e tudo isso. Eu vejo os juízes, o Supremo, por exemplo, cuidando dos seus salários e não de justiça. Eu tenho uma ação contra o meu fundo de pensão há sete anos paradinha. O Joaquim Barbosa, o ídolo aí de muita gente que o queria presidente da República, pra mim é um carrasco, porque ele..., os juízes se declararam incompetentes pra julgar a ação, uma coisa nova, fundo de pensão, essa coisa né. Ele então mandou tudo pro Supremo, foi tudo pra Brasília. Chega lá, ele mais preocupado em ferrar o Zé Genuíno, largou aquela porcaria pra lá, não mexeu com aquilo, entrou o outro não tá mexendo também. Sete anos e nada de uma ação que pra mim era favas contadas. Uma presepada que a fundação fez a mando da Oi, a Oi manda em nossa fundação.

A falta de confiança nas instituições é acompanhada de baixa confiança na disposição dos concidadãos para defesa do interesse público. Esse dado prevalece tanto nos cidadãos engajados quanto nos que não engajados.

A confiança nos concidadãos para promoção de ações coletivas é baixa nas duas amostras, ou seja, tanto os cidadãos engajados como os não engajados, demonstram baixa expectativa na disposição da maioria da população para colaborar em ação coletiva em defesa do interesse público.

Entre os cidadãos engajados, porém, a explicação da baixa confiança é mais sofisticada, pois entre esses, alguns compreendem a baixa disposição de engajamento da maioria dos brasileiros a partir da sua própria experiência participativa, quando tentam mobilizar os demais.

No seu bairro, se alguns dos vizinhos sugerirem uma ação conjunta para tratar de um problema que afeta a vida de todos os moradores, você acha que todos ou a maioria apoiaria e compareceria? Por quê?

EM1: Não, infelizmente não. Primeiro pela dificuldade do trabalhador estar participando, segundo pela questão da falta de conscientização e união pra resolver problemas coletivos. As pessoas têm pouquíssima consciência. Na associação de moradores sempre tínhamos dificuldade, marcava encontros, na hora as pessoas não vão. Mas elas sabem muito bem cobrar, mas não participam, cobram, criticam, crítica pela crítica, mas não se engajam, não participam. (...) A vida, a luta do trabalhador, trabalhando, estudando, resta pouco tempo. A falta de interesse mesmo, de boa vontade mesmo, de conscientização política mesmo. As pessoas estão muito individualistas hoje, o próprio sistema capitalista ensina isso. Faz as pessoas ficarem muito individualistas. Ah! vou resolver o meu problema, da minha casa, da minha escola, da minha família, do meu lazer, isso aí o outro lá resolve.

Os cidadãos não engajados justificam a indisposição dos concidadãos para participar devido aos interesses egoísticos.

No seu bairro, se alguns dos vizinhos sugerirem uma ação conjunta para tratar de um problema que afeta a vida de todos os moradores, você acha que todos ou a maioria apoiaria e compareceria? Por quê?

NF2: Não. Cada um tá pensando no próprio problema, não interessa muito pelo coletivo não. Eu acho que se afetar o vizinho em si ele vai, mas se for um vizinho que aquilo ali não tá atrapalhando ele não vai. É tipo cada um pra si e Deus pra todos.



Supomos que a experiência associativa dos cidadãos engajados seja a fonte do entendimento dos dilemas de ação coletiva, tal como demonstrado no trecho acima, em que o entrevistado (EM1) relata a dificuldade de mobilizar os demais cidadãos para engajamento em ações coletivas voltadas para promoção do interesse público. Mais do que reconhecer a indisposição da maioria da população, o cidadão engajado entende que a inércia de seus concidadãos se deve a baixa conscientização política e à rotina do trabalhador que consome grande parte de seu tempo em longas jornadas de trabalho. Nos termos de Olson (2011) a inércia seria devida aos custos de ação. Putnam (2006), no mesmo sentido, ressaltaria que o contexto da maioria dos trabalhadores seria inviável para uma racionalidade favorável a participação.

Os argumentos mobilizados por cidadãos engajados e não engajados revelam, de certo modo, o tipo de racionalidade que os levaria, ou não, a disposição para cooperação em causas de interesse público. Devemos considerar que os engajados possuem um histórico de participação, enquanto os não engajados nunca participaram de nenhuma ação coletiva.

Disposição para cooperação

Ao serem questionados se teriam disposição de apoiar uma ação coletiva em nome do interesse público todos os entrevistados, engajados e não engajados, afirmaram que apoiariam e compareceriam.

No seu bairro, se alguns dos vizinhos sugerirem uma ação conjunta para tratar de um problema que afeta a vida de todos os moradores, você apoiaria e compareceria? Por quê?

NF2: Não. Cada um tá pensando no próprio problema, não interessa muito pelo coletivo não. Eu acho que se afetar o vizinho em si ele vai, mas se for um vizinho que aquilo ali não tá atrapalhando ele não vai. É tipo cada um pra si e Deus pra todos.

No entanto, entre os cidadãos engajados, a adesão às ações coletivas tem o tom de uma obrigação moral.

EF2: Nem todos apoiariam e nem todos compareceriam. É justamente a maneira de pensar dos brasileiros, falo do que eu conheço. É muito difícil associar pessoas, ainda mais pra reunião... Olha! A gente tira por base reunião de condomínio, as pessoas delegam mesmo, algumas reclamam, mas... Não há esse habito de associação pra resolver uma causa. Dependendo da situação até se consegue uma solução, mas nem sempre. É meio utópico assim... poucos se responsabilizam.

Além de demonstrarem maior grau de informação e compreensão da política, os cidadãos engajados demonstram que sua participação continuada está relacionada a uma consciência de interesse público.



Atitudes frente à compra e venda de voto

Tanto os cidadãos engajados como os não engajados mostraram-se avessos e indispostos a aceitar qualquer recompensa pelo seu voto. No entanto os cidadãos engajados na coleta de assinaturas pelas Leis 9840/99 e 135/10 demonstraram mais compreensão dos dilemas que levam um cidadão a vender seu voto.

Algumas pessoas afirmam que: “Se um eleitor estiver necessitado e um político oferecer benefícios pessoais em troca do voto, não está errado o eleitor aceitar”. O que o Senhor pensa disso?

EM1: Com certeza tá errado as pessoas aceitarem, porque é isso que motiva e gera mais corrupção né! Infelizmente o trabalhador comum, as pessoas que não têm consciência política, acham que isso é natural, que até se amigos, vizinhos soubessem de uma recusa dele, diriam que ele é bobo, otário. É o comum, o normal, a pessoa acha que tem que ver o lado dela mesmo, mesmo que seja errado, ela continua a praticar aquele erro. Acho que isso aí ficou muito comum.

NM1: Eu acho que tá errado. Não pode o eleitor aceitar ajuda de político e manos ainda o candidato oferecer ajuda, aí é corrupção.

O relato transcrito acima demonstra a compreensão de um cidadão engajado quanto a influência do contexto sobre o comportamento individual. Nesse caso, a falta de consciência política e às necessidades da população carente produzem um contexto no qual vender o voto é uma ação racional.

Atitude frente à políticos notoriamente corruptos

Cidadãos engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10 apresentaram rejeição absoluta ao nome de um político notoriamente corrupto, o ex-prefeito de Juiz de Fora, Bejani⁶², que já foi preso pela Polícia Federal e ficou inelegível. Entre os

⁶² Em 9 de abril de 2008, o então Prefeito de Juiz de Fora, Carlos Alberto Bejani, foi preso durante a chamada "Operação Passárgada" da Polícia Federal, acusado de desvio de recursos que eram repassados pela União através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em sua casa foram encontrados e apreendidos 1,12 milhão de reais em espécie, um revólver de uso exclusivo das Forças Armadas, duas pistolas e uma carabina. Treze dias depois, em 22 de abril, Bejani foi libertado através de habeas corpus do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Voltou a ser preso em 12 de junho, por não conseguir comprovar a origem do dinheiro apreendido em sua casa. No mesmo dia, o site da revista *Época* divulga um vídeo em que Bejani aparece recebendo sacolas de dinheiro. No dia 13 de junho a Câmara Municipal de Juiz de Fora, após realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, decidiu pedir a cassação de Bejani. Ele, porém, se antecipou à decisão e anunciou a renúncia em 16 de junho de 2008.



cidadãos não engajados não ocorreu o mesmo, pois dois dos quatro entrevistados afirmaram que votariam no ex-prefeito apesar dos escândalos de corrupção em que ele esteve envolvido.

Se o Bejani voltar a se candidatar para algum cargo público, a senhora votaria nele? Por quê?

EF1: Eu nunca votei no Bejani. Eu jamais votaria no Bejani. Porque eu acho... o meu filho quando fazia comunicação, passou dois dias com o Bejani, ele falava: "...mãe o Bejani é a pessoa mais perigosa que tem, por que ele é queridíssimo, ele é uma pessoa que conversa com todo mundo, ele é amabilíssimo, ele é uma pessoa muito querida, mas ele não gosta daquilo, ele não é aquilo, ele faz aquilo politicamente, mas se ele puder ele já lava a mão..." Então é por isso e depois do roubo, dessa confusão toda; não to dizendo que ele é o único; mas dele vazou, e se você perguntar se eu acho que ele ganharia, sim, ganharia, infelizmente. Mas eu não votaria nele.

NF1: Votaria na maior! Porque ele pode ter feito coisa errada, mas eu acho que depois dele levar tanto na cabeça, eu acho que ele não faria mais coisa errada. Porque estariam de olho nele. Eu acho que na época dele, tudo que ele fez tá feito. Muita coisa ele fez direitinho. Desviou alguma coisa mas fez. O diabo é quem desvia e não faz. Entendeu? Ele passou a mão, mas ele fez muita coisa boa.

Os cidadãos engajados na coleta de assinaturas demonstraram forte rejeição ao argumento “rouba mas faz”, o mesmo não ocorre com os cidadãos não engajados. Entre os cidadãos não engajados ainda aparece o argumento: “...votaria do mesmo jeito. Por que todos roubam, não tem jeito! Não tem como separar, aquele lá é honesto, não tem como... fazer o que?”.

Tanto os cidadãos engajados como os não engajados agem racionalmente, desde que suas percepções sobre a corrupção sejam consideradas plausíveis. Enquanto os cidadãos engajados entendem que o melhor meio de melhorar suas vidas é a adesão a causas coletivas em nome do interesse público, os cidadãos não engajados agem isoladamente pautados pelos interesses pessoais. Desse modo, alguns dos cidadãos não engajados acham legítimo votar em um político, ainda que esse seja um político notoriamente corrupto, pois para eles, mais importante que a honestidade, é a crença de que possam se beneficiar com a vitória do político em questão.

Crenças e racionalidade

As crenças que fundamentam a racionalidade dos atores em questão, são os fatores essenciais que nos permitem diferenciar o comportamento de cidadãos engajados na coleta de assinaturas frente a cidadãos não engajados. “Vale a pena agir contra a corrupção?” Essa foi a pergunta feita a todos os entrevistados. Entre os cidadãos engajados foi unânime a resposta “sim”. Entre os não engajados prevaleceu o não.



O Senhora acha que vale a pena agir contra a corrupção? Por quê?

NF2: Olha! Eu acho que dificilmente eu vou mudar isso, não tenho muitos poderes, o que eu posso fazer? Dar minha opinião numa roda de conversa, posso esclarecer quem não sabe, eu posso participar de uma manifestação. Não posso fazer muitas coisas não.

A senhora conhece o Comitê de Cidadania, a senhora nunca participou, por quê?

Acho que foi falta de interesse mesmo

O trecho acima é a fala de um cidadão não engajado, esse acredita que a ação contra a corrupção não gera resultados. A omissão frente ao problema é uma conduta racional, afinal, como afirma a entrevistada: “não posso fazer muita coisa não”. A ação dos cidadãos engajados é também, racional, porém em sentido oposto, pois o fundamento da conduta é outra crença.

O Senhora acha que vale a pena agir contra a corrupção? Por quê?

EF2: Acho. Acredito, a gente tem que lutar sempre. São ações que podem contaminar outras pessoas. Quanto mais a gente se acomodar, mais ela vai crescer. É um trabalho que começa na família, a questão da honestidade né! Tem que tentar, continuar tentando, cada um fazer o seu papel.

O trecho transcrito acima é a fala de um cidadão engajado na coleta de assinaturas pró-leis de combate à corrupção. Apesar de reconhecer que os resultados não são imediatos, o entrevistado acredita que ocorrerão resultados positivos. Além disso, o entrevistado se mostra motivado por valores democráticos e republicanos, tal como a defesa do interesse público. O comportamento dos cidadãos engajados é racional, para eles a promoção do interesse coletivo é uma forma de promover seus interesses pessoais, afinal eles entendem que a realização de bens públicos propiciará recursos que permaneceriam indisponíveis sem a sua promoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas mobilizadas permitiram que conhecêssemos as opiniões, atitudes e condutas através das quais podemos compreender as características diferenciais dos cidadãos engajados. É notável que os entrevistados engajados na coleta de assinaturas pró-leis 9840/99 e 135/10 apresentaram um comportamento que se define por características opostas ao comportamento dos não engajados. Podemos resumir os resultados nos seguintes termos:

- A experiência associativa é uma variável relevante na diferenciação das duas amostras. Enquanto todos os entrevistados engajados na coleta de assinaturas possuem experiência associativa, o contrário ocorre com os não engajados.
- A sofisticação política é maior entre os entrevistados engajados, fato que, provavelmente está associado à experiência associativa.
- Os entrevistados engajados possuem uma percepção menos fatalista da política, fato que, provavelmente, está associado à experiência associativa e a sofisticação



política. Os entrevistados engajados possuem uma percepção melhor informada de causalidade, na qual são apontadas causas da corrupção. Esses entrevistados entendem que se houverem ações sobre as causas a corrupção pode diminuir. Além disso, os engajados se percebem como atores ativos no combate à corrupção. Essa percepção leva-os a agir, tal como fizeram na coleta de assinaturas pró-Leis 9840/99 e 135/10.

- Tanto os entrevistados engajados quanto os não engajados apresentam pouca confiança nas instituições e nos demais cidadãos. Porém, os engajados percebem que as falhas institucionais e o individualismo são efeitos da ordem social que se efetivou no Brasil ao longo da história. Tanto os entrevistados engajados, quanto os não engajados, verbalizaram disposição para colaborar em ações coletivas em defesa do interesse público, no entanto os engajados possuem um histórico de ativismo enquanto os não engajados nunca participaram de ações coletivas.

- Tanto os entrevistados engajados, quanto os não engajados, percebem que no Brasil predominam as relações sociais verticais e hierárquicas.

- Tanto os entrevistados engajados, quanto os não engajados, mostraram-se avessos a compra e venda de votos, porém alguns dos engajados demonstraram maior compreensão dos motivos (contexto de necessidades) que levam um cidadão a vender o próprio voto.

- Enquanto alguns (dois) dos entrevistados não engajados verbalizaram a disposição de votar em um político notoriamente corrupto, entre os engajados todos se mostraram indispostos a votar em um político notoriamente corrupto.

Enquanto os entrevistados engajados apresentaram uma racionalidade estratégica favorável ao engajamento em ações coletivas a favor do combate à corrupção, os não engajados apresentaram racionalidade estratégica favorável à omissão. Essa diferença é crucial para o comportamento de ambos e se deve a percepção que esses cidadãos possuem de si e da política. Enquanto os engajados entendem que a corrupção pode ser reduzida e que eles próprios podem contribuir para isso, os não engajados não se percebem como atores capazes de contribuir para redução da corrupção, tal como alguns deles não creem que isso possa ocorrer.

Portanto, constatamos evidências de que os cidadãos juiz-foranos engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10 são casos em que a experiência associativa, a sofisticação política, a percepção informada das causalidades da política, a racionalidade



estratégica favorável ao combate à corrupção e a disposição efetiva de cooperação e engajamento em ações coletivas contra a corrupção encontram-se associadas.

BIBLIOGRAFIA

BAQUERO, M. *Construindo uma outra sociedade*. Revista Sociologia Política, Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003.

BARREIRO & ZUBIETA. *Parsimonia cognitiva y legitimación de las injusticias sociales: la creencia en el mundo justo y el fatalismo latino americano*. Facultad de psicología - uba / secretaria de investigaciones / anuario de investigaciones / volumen XVIII. 2011.

BRASIL. *Lei 135/10*.

BRASIL. *Lei 9840/99*.

CASTRO, M. M. M. *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. IUPERJ, 1994.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

DELLI CARPINI, M. & KEETER, S. *What Americans know about politics and it matters*. New Haven, Yale University Press. 1996.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EdUSP, 2012. Economia Global. Brasília: UnB, 2002.

LOPES, D. *Pensar a confiança e a cultura política na América Latina*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. X, nº 1, Maio, 2004, p. 162-187

LÜCHMANN, Lígia H. H. *Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos*. RBSC, Vol.29, Nº85, junho/2014.

MOISÉS, José Álvaro. *Democratização e cultura de massa no Brasil*. Lua Nova, 26, 1992.

PUTNAN, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência italiana moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, B. *Capital social e confiança*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 21, p. 35-49, nov. 2003.

RENNÓ, L. *Confiança interpessoal e comportamento político*. Opinião pública. Campinas. V.VII, nº.1, 2001. pp. 33-59.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol.1, Brasília: UnB, 2004.



CAPÍTULO 27

REFLETINDO SOBRE AS MOTIVAÇÕES DOS ADOLESCENTES NA ESCOLHA DA PROFISSÃO: INFLUÊNCIAS DA PÓS-MODERNIDADE

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294627061

Júlia de Araujo Santos

RESUMO

O presente trabalho apresenta a temática sobre as motivações dos adolescentes na escolha da profissão e as influências da pós-modernidade, a partir da teoria de Rodolf Bohoslavsky. Em todos os períodos históricos, observa-se a existência de uma cultura patriarcal onde o indivíduo adolescente tem sofrido pressões que levam a crises e sofrimentos. A Orientação Vocacional / profissional constitui-se numa área de atuação bastante abrangente e pode incluir profissionais de diversas áreas, cada um contribuindo para a prevenção e resolução dos conflitos e fatores implicados no processo de orientação. O objetivo geral do presente trabalho é compreender as questões da escolha profissional do adolescente como fruto de um processo de desenvolvimento pessoal. Tendo como objetivos específicos: analisar as motivações relacionadas com a escolha de uma carreira; entender que a escolha profissional deve surgir de uma decisão pessoal; identificar as características pessoais e a percepção de si mesmo como pessoa no processo de escolha. Esta investigação é de natureza exploratória e bibliográfica. Para a elaboração da pesquisa, foram realizados levantamentos nas bases de dados da SCIELO - Scientific Electronic Library Online; Google Acadêmico, considerando os descritores em língua portuguesa: adolescência, escolha profissional, escolha de carreira, identidade profissional entre outros. A adolescência é uma fase em que há mudanças de fase da infância para a entrada no mundo adulto. Sendo assim, concluiu-se ser possível entender as escolhas são feitas pelos processos decorrentes da vida do adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Orientação Vocacional. Orientação Profissional. Escolha de Carreira. Rodolf Bohoslavsky.

INTRODUÇÃO

A escolha de uma profissão é ponto em comum em cada história da pessoa. É claro que, dependendo da cultura e de diversos outros fatores, que mais adiante tentaremos expor, esta pode ser uma questão mais ou menos ‘traumática’ para cada indivíduo.

Em um belo depoimento de Raquel de Queiróz sobre Vocaçào, no Guia do Estudante (2014), conta que ainda menina decidira sua vocaçào: ser atriz. No transcorrer do relato, ela conta o rumo que sua vida vai tomando, culminando com a profissào de jornalista e escritora. Termina seu depoimento dizendo:

De lá até hoje não parei mais, quer em jornal, quer em livro. Mas não posso dizer que foi propriamente vocaçào. Nunca em meus sonhos juvenis pensei em tornar-me escritora. O que queria mesmo era ser atriz. Jamais o fui. Nunca me deram oportunidade, como nunca vesti um vestido longo de veludo preto segurando a grande cauda suntuosa (UNESP,1993, p.9).



Talvez, seja sim uma ‘vocação’, pois a escolha da profissão envolve este conceito ainda não muito claro para muitas pessoas, inclusive para muitos profissionais. Para Bohoslavsky (2007), esse “algo chamado vocação” não é uma coisa inata, adquirida biologicamente. O processo de escolha profissional é construído socialmente. Atualmente, atribui-se mais importância à aprendizagem do que ao congênito. Apesar dessa análise, muitos profissionais continuam trabalhando com o pressuposto de que as pessoas estão, por algum motivo, melhor preparadas para certas tarefas do que para outras. “O homem certo para o lugar certo” é um exemplo dessa crença (BOHOSLAVSKY, 2007).

Segundo este autor, é necessário que estas crenças sejam abandonadas e que o indivíduo, ao invés de ser visto como objeto de observação, diagnóstico e orientação, seja entendido como sujeito que se comporta. Não mais veríamos as diferenças entre os homens, mas estaríamos interessados em um processo semelhante a todos, o processo de escolha. Com isso, leva-se em conta um fator muito importante no trabalho profissional, que é a dimensão ética. Esta surge de fato para considerar o indivíduo sujeito de escolha, escolha que pertence unicamente ao sujeito que escolhe e não ao profissional que o orienta.

O presente trabalho tem por finalidade levar o adolescente a refletir sobre as questões da escolha profissional como fruto de um processo de desenvolvimento pessoal. Para atingir esse tópico, foram estabelecidos objetivos específicos, como: analisar as motivações (implicações) relacionadas com a escolha de uma carreira e outros.

Para a elaboração da pesquisa, de natureza exploratória bibliográfica, foi realizado um levantamento em artigos relacionados à orientação vocacional, escolha profissional, escolha de carreira entre outros, procurando compreender a importância do adolescente descobrir o que realmente deseja para seu futuro. Para identificação e acesso aos materiais, foi feito um levantamento nas bases de dados da SCIELO - Scientific Electronic Library Online; Google Acadêmico, considerando os descritores em língua portuguesa: adolescência, orientação vocacional, orientação profissional, escolha de carreira, critérios de escolha profissional, entre outros relacionados à temática em questão.

A seguir, serão apresentadas as implicações, as motivações que levam o adolescente a escolher uma carreira.

MOTIVAÇÃO (IMPLICAÇÕES) E ESCOLHA DA CARREIRA

Ao analisar as motivações (implicações) relacionadas com a escolha de uma carreira, existem diversos fatores que interferem, influenciam na escolha do jovem sobre seu futuro: a



família, a escola, grupos de amigos. Não somente estes, mas também fatores mais “abstratos” como status, mercado de trabalho, política salarial, ideologia, dentre outros (BOHOSLAVSKY, 2007). Porém, para Bohoslavsky (2007), não basta conhecer os grupos aos quais os adolescentes pertencem ou os fatores que o influenciam, é preciso também entender a relação destes fatores entre si, isto é, sua coerência, integração, contradição, complementação, articulação etc. E como o indivíduo percebe e interage com estes fatores, ou seja, como eles incidem sobre o ego do adolescente.

A orientação vocacional deve levar em conta todos estes fatores em sua análise, além do vínculo que o indivíduo faz com o outro. O “outro” aqui não se trata apenas do psicólogo, mas também de “outros” (reais ou imaginados). Atualmente, nota-se que um jovem que pensa em profissão está pensando também em uma pessoa idealizada que tem as qualidades que ele gostaria de possuir. “Quero ser médico” significaria, portanto, “quero ser como imagino que X, que é médico seja, e que tem inúmeras qualidades que eu gostaria de ter”.

Ao definir o futuro profissional, o adolescente procura definir “o que eu vou ser” e isso implica em estar definindo o que ele “não vai ser”. Nas palavras de Bohoslavsky (2007): “talvez o problema de orientação esteja mais vinculado a tudo o que tem de deixar, do que ao que tem que tomar” (p. 67).

Deixa-se não só os objetos, mas também todas as fantasias ligadas a esse objeto, como ilustra o parágrafo abaixo:

Ao escolher uma profissão, o adolescente está escolhendo mais que uma carreira. Está escolhendo “com que” trabalhar, definindo “para que” fazê-lo, dando um sentido para a sua vida. Está escolhendo um “como”, delimitando um “quando” e “onde”. Está, portanto, escolhendo quem vai ser, assumindo um papel adulto e, para isso, só pode basear-se em “quem” é (BOHOSLAVSKY, 2007)

Ao definir quem é o adolescente, está escolhendo quem não é, quem vai deixar de ser: adolescente, outro profissional etc. Enfim, opta por deixar de ser outros objetos. Exatamente por abandonar formas de ser e objetos, o processo de escolha implica num processo de elaboração de lutos. Um luto bem elaborado supõe tolerância aos sentimentos de culpa ante o objeto perdido e ante a si mesmo, experimentado em toda separação (GRINBERG, 1964 apud BOHOSLAVSKY, 2007). A culpa é experimentada devido à identificação projetiva do ego com os objetos perdidos, na ausência desses sente-se o ego empobrecido, pois há a sensação de que separar-se desses objetos implica numa separação de partes do self.

As escolhas que os adolescentes tomam às vésperas de um vestibular retratam, constantemente, os modelos parentais de casa. As motivações pessoais, os interesses,



fundamentam-se com os desejos paternos, com os conselhos dos pais ao futuro do adolescente, que, por muitas vezes, despertam situações conflituosas e angustiantes ao adolescente que ainda não fez sua escolha profissional.

Os pais possuem um papel essencial na escolha profissional dos filhos, são as referências mais próximas que o adolescente tem, pois são o maior vínculo com o jovem. Os pais são os modelos de profissionais que o filho vai ter de antemão, e os mesmos será quem apresentará ao adolescente o mundo adulto (SOBRAL, 2009).

Escolha da carreira e decisão pessoal

A escolha do futuro profissional é ainda dificultada pelas diversas definições que o adolescente é chamado a fazer nesta fase de sua vida: definição ideológica, religiosa, ética, de sua identidade sexual etc. Com isso, instala-se, nesta fase da vida, o que podemos chamar de “crise de identidade na adolescência”. Para Bohoslavsky (2007), a crise relaciona-se com a desestruturação e a reestruturação da personalidade. Apesar das várias conceituações que se pode fazer do termo “personalidade” pode-se considerá-la como algo que define uma pessoa; é o fato de uma pessoa poder ser um objeto para si mesmo. É a sensação do “eu sou eu”.

Segundo o mesmo autor, para que esta sensação se dê, a experiência deve se organizar sobre três parâmetros: TEMPO- ESPAÇO- OUTROS.

No parâmetro TEMPO, podemos englobar os planos, projetos que o indivíduo tem e sente como sendo seus. É tudo aquilo que o indivíduo espera alcançar.

O parâmetro ESPAÇO contribui para a sensação do “eu sou eu” sobre a base do esquema corporal que distingue o espaço próprio (interior) do espaço circundante (no próprio exterior). É importante ressaltar que, o esquema corporal não é o corpo, mas uma representação deste.

Quanto ao OUTRO, a relação do indivíduo com os demais lhe dá a sensação de que “ele é ele” e “os outros são os outros”. A estrutura de personalidade do indivíduo irá se definir pela interação dos três parâmetros sintetizados acima.

Para o adolescente é do adequado exercícios das funções egóicas que se darão os processos de discriminação e hierarquização dos objetos da realidade, importantes para que ocorra a referida interação dos parâmetros citados. Bohoslavsky (2007) considerou o ego com o nome de sete funções básicas da personalidade, quais sejam: Adaptação à realidade, entendida como uma adequação de meios a fins; Interpretação da realidade, relacionando-se com a discriminação ego e não-ego; Sentido da realidade, o que dá ao indivíduo a sensação



de que ele é um ser vivo, de que é um ser real, de que existe e coexiste; Mecanismo de Defesa ou Mecanismos Protetores, protegem o indivíduo da desestruturação da personalidade atuando quando o ego antecipa os conflitos mediante a percepção de sinais de alarme; Relação de Objetos, função pela qual o ego estabelece o vínculo com os objetos. Particularmente, interessante à orientação vocacional quanto aos comportamentos narcisistas, simbióticos ou ligados à elaboração do luto; Funções Autônomas, esta função destaca a orientação positiva do ego no sentido da realidade, que se realiza através de mecanismos adaptativos como o pensamento, a linguagem, à vontade etc; Síntese, responsável pela integração, homeostase etc.

Segundo Arminda Aberastury³ (s.d 1966), citada por Bohoslavsky (2007, p. 11), essa fase da vida (a adolescência), relaciona-se com a elaboração de 3 lutos básicos: o luto da perda dos pais na infância, o luto pela perda do corpo infantil e o luto pela perda das formas infantis de relação (papel e identidade). Há, além desses, outros lutos ligados à perda da onipotência.

Segundo Bohoslavsky (2007) tornando-se o acúmulo de ansiedade como medida do tipo de conflitos e defesas evidenciadas, podemos dizer que os adolescentes chegam à orientação vocacional em uma das quatro situações, a seguir: Situação Predilemática, Situação Dilemática, Situação Problemática e Situação de Resolução.

Quando a situação é Predilemática, o adolescente não sabe o que precisa ser explorado, ou seja, quando chega na entrevista com o profissional de psicologia “não sabe para que veio, por que veio e que interesse tem nisso” (p. 84). Os adolescentes, nessa fase, são muito imaturos e demonstram defesas intensas que se baseiam, especialmente, na procuração por “identificação projetiva” (p. 84), ou seja, o adolescente quer atribuir suas escolhas para os outros.

Na situação Dilemática, o sentimento é de que há algo a se fazer, mas esse algo é de imediato, ou seja, tem que ser no hoje e no agora, porém ele não sabe o que é e nem como fazer.

Já na situação Problemática, o adolescente deixa explícito sua angústia com relação ao seu lado profissional, pois é necessário que haja uma escolha. Nesta fase o adolescente já é mais maduro e consegue manifestar sua imaginação e criatividade, porém não tão maduro o suficiente para concretizar sua escolha (BOHOSLAVSKY, 2007, p.84).

O quarto tipo de situação é de Resolução, quando o adolescente se sente capaz de fazer sua escolha e conseqüentemente assume para si a responsabilidade desse feito. (BOHOSLAVSKY, 2007, p.84).



Um outro ponto importante quanto a vocação é a questão da **reparação**. Wender (apud BOHOSLAVSKY, 2007), levanta a hipótese de que: “as vocações expressam respostas do ego diante dos ‘chamados’ interiores, chamados de objetos internos prejudicados, que pedem, reclamam, exigem, impõem, sugerem, etc, ser reparados pelo ego” (p. 84). Portanto, a escolha da carreira indicaria a escolha de um objeto interno que não foi reparado.

A partir dos estudos dos textos Kleinianos, Bohoslavsky (2007) diz poder supor que a reparação seja manifestação do instinto de vida, porque esta põe fim à destruição, que é a manifestação do instinto de morte. Esta destruição ocorre na fantasia, podendo ser real ou não. A destruição é causada pelo ódio, derivado do instinto de morte. Portanto, se o objeto destruído necessita reparação, é porque trata-se de um objeto bom, que foi destruído pelo ódio, então, este objeto, além de ser amado, era odiado, de onde concluímos que o vínculo com este objeto é ambivalente.

Vale ressaltar também que este objeto será reparado integralmente só na fantasia (onipotente), pois, na realidade, tal não é possível. Então, para que a reparação se cumpra, é necessário um ego capaz de: aceitar a realidade, tolerar a dor, fazer-se responsável pelo seu ódio em relação ao objeto que também era amado, desenvolver comportamentos na fantasia e na realidade, que procuram reconstruir esse objeto danificado (BOHOSLAVSKY, 2007).

Para tudo isso, pressupõe-se um ego forte capaz de realizar todas as tarefas descritas acima. Caso o ego não seja forte e não suporte a ansiedade depressiva ocasionada pela perda, dois tipos de comportamentos defensivos aparecerão: a dissociação e a negação. Dissociará a relação entre o ego e o objeto e negará duas coisas: os limites da onipotência e a autonomia do objeto.

Dessa maneira, estima-se que a escolha da carreira está ligada com a elaboração dos lutos já explicados, e quando bem elaborado, pode consentir o sentimento de culpa diante do objeto e de si, experienciado pela separação. A culpa é vivenciada, ocorre, pois diante de determinados fatos de separação dos objetos o ego fica enfraquecido, pois abarca as identificações projetivas, sendo assim a separação dos objetos representa afastar-se de partes do self.

Escolha da carreira e maturidade

O processo de escolha passa por situações diferentes que incluem as considerações feitas no decorrer desta pesquisa. Abaixo estão resumidos os dados feitos por Bohoslavsky



(2007) sobre a intervenção do ego em cada momento do processo de escolha e os transtornos típicos observados em cada um deles.

Para Bohoslavsky existem momentos de seleção, escolha e decisão, suas funções egóicas comprometidas e as patologias mais frequentes nos sujeitos. Quando se observa a **seleção** “a função egóica comprometida que envolve a adaptação, interpretação e o sentido da realidade, hierarquização dos objetos e em decorrência disto, as patologias mais frequentes são por confusão no vínculo.” Já na **escolha** “há uma relação de objeto, e a função egóica comprometida se dá pela tolerância da ambiguidade e da ambivalência e a patologia desenvolvida é com relação a rigidez e estereotipia ou excessiva inconstância e bloqueios afetivos.” Na **decisão** “a função egóica comprometida ocorre na ação sobre a realidade, mas a patologia mais frequente se dá por transtornos na elaboração de lutos e no fracasso no controle de impulsos” (BOHOSLAVSKY, 2007, p.65).

Para Bohoslavsky (2007), quando se pensa em escolha da carreira remete-se a “uma escolha que depende da elaboração dos conflitos e não da sua negação. É uma escolha que se baseia na possibilidade do adolescente passar de um uso defensivo das identificações a um uso instrumental delas, ao conseguir identificar-se com seus próprios gostos, interesses etc. e identificar o mundo exterior, as profissões” (BOHOSLAVSKY, 2015, p.66).

O autor também ressalta que “uma escolha ajustada que é a escolha na qual o autocontrole permite que o adolescente faça coincidir seus gostos e capacidades com as oportunidades exteriores” (BOHOSLAVSKY, 2015, p.66). Nela não só intervém sua capacidade de controle, mas a síntese entre responsabilidade individual, consigo mesmo e responsabilidade social. Isto explica a principal diferença entre uma escolha ajustada e uma escolha má, que é aquela em que se necessita de uma tomada de decisão, pois ao se fazer uma escolha terá que renunciar a outra. Sendo assim, os conflitos não são elaborados e resolvidos, mas controlados ou negados (BOHOSLAVSKY, 2007).

O adolescente baseia-se naquilo que ele acredita ser, não sobre o que “pode ser”, no entanto, ‘... escolher tendo em conta o que se pode ser, é próprio de uma escolha madura que é ajustada e, além disso, prospectiva, pessoal, autônoma, responsável e independente” (BOHOSLAVSKY, 2007, p.28).

Quando o indivíduo alcança maturidade suficiente, a independência, segundo Bohoslavsky (2007), caracteriza-se por um bom equilíbrio entre sua independência executiva e volitiva, uma e outra se interatuam e proporcionam as tomadas de decisões. Quando ocorre



uma dissociação entre ambas, pode-se notar um predomínio da independência volitiva, mesmo faltando independência executiva, por exemplo: o adolescente pode querer escolher sozinho o que fazer e não querer escutar nenhum conselho; já uma restrição da independência volitiva em campos de exercício da independência executiva o adolescente pode querer escolher o contrário, por exemplo: querer que alguém diga-o para qual carreira estará capacitado para cursar e aí escolherá entre elas (BOHOSLAVSKY, 1977, p.28,29).

Escolha da carreira e processo de escolha

Bohoslavsky (2007, p.1) discorre que a orientação vocacional “constitui uma ampla gama de tarefas, que inclui o pedagógico e o psicológico, em nível de diagnóstico, de intervenção, de prevenção e a solução da problemática vocacional”.

Quando se pensa sobre carreira na adolescente nota-se que há um conflito, pois o adolescente se vê tendo que ser responsável por aquilo que ele mesmo escolheu. Dessa forma, o sentimento acaba sendo de conflito e angústia, já que o mesmo terá que responsabilizar-se pelas próprias escolhas. A escolha da carreira acaba tornando-se mais conflituosa e crítica, pois o adolescente está formando sua identidade. Lucchiari (1993, p.11) assegura que “se descobrindo novamente” indica que o adolescente quer saber quem ele vai ser e quem ele não quer.

Nessa fase, o adolescente faz suas escolhas de acordo com o que acredita ser oportuno para aquela situação e acaba tomando decisões sem ter consciência de que está sendo influenciado (LUCCHIARI, 1993). Nesta condição, destaca-se a importância da orientação vocacional para o jovem, com o intuito de contribuir neste momento de escolha, na compreensão da fase de sua vida, principalmente, nas questões pessoais, sociais e familiares.

De acordo com Bohoslavsky (2007, p. 3), a orientação vocacional se diferencia em duas modalidades: Estatística e Clínica. Na estatística, entende-se que cada carreira ou profissão exige características específicas, porém essas características são definidas ao longo da vida; os “testes” psicológicos são indispensáveis para conhecer as características e os interesses do indivíduo. Esta modalidade torna-se progressivamente mais restrita, pois há prescrição ao final do teste e o resultado de quais profissões mais se assemelha.

Na clínica, o psicólogo ampara o paciente e o ajuda a refletir com relação a sua escolha, mas de maneira independente, madura e consciente. A escolha de qual profissão ou carreira o adolescente quer seguir não é feita pelo psicólogo, mas sim pelo próprio adolescente.



Nesta abordagem cabe toda uma mudança de ponto de vista, principalmente porque incorpora à tarefa de orientação vocacional uma dimensão ética. A ética surge do fato de que, ao considerar o homem sujeito de escolhas, consideramos que a escolha do futuro é algo que lhe pertence e que nenhum profissional, por mais capacitado que esteja, tem o direito de expropriar (BOHOSLAVSKY, 2007, p.21).

A modalidade clínica para Lucchiari (1993, p.12), é nomeada como “facilitação da escolha”. De acordo com a autora, propiciar essa escolha “significa participar auxiliando a pensar, coordenando o processo para que as dificuldades de cada um possam ser formuladas e trabalhadas”. As circunstâncias que podem ser trabalhadas para auxiliar na escolha são: o autoconhecimento (passado, presente e futuro), conhecer as profissões, saber mais afundo o que se faz e como faz no ambiente de trabalho e etc.

A escolha profissional está propriamente ligada à felicidade do sujeito, visto que o indivíduo passará boa parte de sua vida dedicando-se ao trabalho, além de tudo, é um espaço rico em relações sociais. É por meio das relações sociais que os indivíduos sobrevivem e através da interação entre eles que se estabelece o estilo de vida de cada um, ou seja, é o trabalho que gera o reconhecimento do homem perante a sociedade.

O impasse em escolher uma profissão não é um problema que só o adolescente possui, já que o “escolher o que fazer” é necessário em todos os processos da vida, porém é na adolescência que os conflitos e angústias se intensificam de maneira mais representativa. De acordo com Moura (2001, p. 17), “quando quem decide é um adolescente, essa escolha gera mais conflito em função não apenas das dificuldades próprias dessa fase, mas também pelas sérias implicações que a decisão presente pode acarretar no futuro”.

Diante do impasse que o adolescente sofre ao se deparar com o corpo de uma forma e sua identidade de outra, ele passa a buscar uma razoável estabilidade. O adolescente enxerga esse “novo” corpo como uma nova preocupação com o mundo adulto, ele se questiona: como será no futuro, suas paixões, o lugar que ocupará etc. Segundo Aberastury & Knobel (1992, p.13), “entrar no mundo dos adultos - desejado e temido - significa para o adolescente a perda definitiva de sua condição de criança. É o momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento que começou com o nascimento”.

Quando o adolescente se vê na situação do “novo”, tudo torna-se crítico, pois ele tem que se adaptar à sua própria identidade, buscar sua autonomia e reconhecer suas escolhas. Mas, para isso, o adolescente/jovem precisará deixar as normas, os valores, as experiências culturais que ocorriam em seu ambiente familiar e social para conquistar sua maturação emocional, mental e social. Diante do que foi exposto nesse estudo, Enderle (1998, p.26/27)



afirma que “a identidade só se estabelece em qualquer fase da vida, mediante um processo de crise, sendo que na adolescência, por razões tanto internas como externas, essa crise se torna mais aguda e evidente”.

O adolescente quando busca o autoconhecimento no intuito de conhecer suas habilidades, seus valores, suas metas, ao mesmo tempo que deseja saber mais sobre os vários cursos e profissões que estão presentes no mercado, ele se vê diante de uma nova fase. Essa é uma fase de autonomia, de novas responsabilidades e de liberdade.

Segundo Rappaport (2001), para o sujeito fazer boas e responsáveis escolhas, é preciso que o mesmo consiga harmonizar as coisas no trabalho e na profissão. Isso resulta nas contingências de se sentir útil, competente, capaz.

Um processo de escolha mais maduro possibilita maiores realizações pessoais, mais expressão da criatividade e participação mais ativa nos movimentos sociais, científicos e culturais que levam a gradativas mudanças das idéias e da qualidade de vida da sociedade. E essa satisfação pode ser obtida em qualquer área (RAPPAPORT, 2001, p. 62).

Ainda assim, muitos adolescentes acabam se precipitando na tomada de decisão, por serem imaturos e, por vezes, serem pressionados a tomar decisões de forma imediata, por essa razão acabam fazendo escolhas erradas, das quais podem se arrepender. Por isso, é de extrema importância que o adolescente se conheça, busque conhecer as profissões do mercado e saiba discernir quais são as influências que atuam sobre ele para que sua escolha seja assertiva, em todos os aspectos, emocionais, familiares e sociais.

Outro ponto importante que podemos mencionar, é sobre a posição socioeconômica da família do adolescente, pois a família é o maior meio de influência para o adolescente. Diante dessas circunstâncias e seguindo as ideias de Whitaker (1997), para a família que possui um poder aquisitivo maior, a preocupação com a realização pessoal do adolescente é mais visível, visto que o incentivo, muitas vezes, é maior do que de uma família com menos condições econômicas, a qual a preocupação está mais ligada aos padrões financeiros.

Por fim, o processo de decisão do adolescente entra em contradição quando se pensa que o meio em que ele está é capaz de influencia-lo na tomada de certas decisões, mas é o próprio adolescente que dificulta a realização dos seus desejos.

DISCUSSÃO

A adolescência é uma fase de ruptura da infância para a entrada no mundo adulto; com isso, o adolescente se vê na necessidade de assumir uma “nova” postura perante a sociedade, o que conseqüentemente o motiva a escolher por uma carreira profissional (MULLER, 1998).



No começo desta fase, o adolescente não se importa com o futuro, o que muitas vezes, o faz viver numa ilusão, mas ao longo do tempo o mesmo se vê adquirindo independência e identidade e acaba assimilando suas próprias singularidades. Por isso, se vê na obrigação de conhecer-se e responsabilizar-se por suas próprias escolhas baseado na sua realidade pessoal e sociocultural (GOLIN, 2000).

A orientação profissional é de suma importância no que diz respeito a metodologia didática do ser humano, pois orientam nas escolhas, influência no desempenho das suas possibilidades e pode designar a forma de como será e quais serão as contribuições dele no âmbito social.

Através da escolha profissional o adolescente tenta firmar sua identidade, uma vez que o mesmo ainda está na fase de formação de ideias, visto que, o contexto o qual ele está inserido é proveniente para influências. É evidente que a família e a sociedade também possui papel de influência nas decisões e escolhas do adolescente.

Quando se pensa no autoconhecimento, é necessário que o adolescente saiba quem ele é, quem foi e quem será, para que as escolhas sejam feitas de forma consciente visualizando o futuro, as expectativas, os interesses, os valores, dentre outros. Quando se pensa no futuro e no mercado de trabalho o adolescente precisa entender e saber o que é feito em cada área, como é feito e onde é feito. O sujeito precisará focar no que é importante para ele no mercado de trabalho, pois sua decisão pessoal implicará nas consequências daquilo que não foi escolhido.

Mais relevante que o “fazer”, a orientação profissional ressalta o “ser”, pois o fazer e o ser é essencial. Nessa perspectiva, Valore (2010, p. 66) destaca que a fase da adolescência e as escolhas feitas representam sua identidade profissional no que diz respeito ao “o que fazer”, porém o adolescente também terá que enfrentar a fase de “quem deixou de ser”. Valore (2010) ainda reforça que a identidade profissional está ligada à uma postura subjetiva frente a vida. Essa postura se constrói através das relações criadas e perpassa em uma série de atitudes, valores e princípios que resultarão em um “planejamento de vida”.

É fundamental entender que as escolhas não são construídas por coincidência, nem se quer em algum momento, mas sim pelo seguimento de processos que acontecem ao longo da vida, desde experiências afetivas até os valores que são ensinados em cada fase da vida do sujeito.



Diante disso, fica claro o interesse em demonstrar como a Orientação Vocacional desempenha um papel fundamental, pois, como assegura Bohoslavsky (2007, p.137), “a função do psicólogo não consiste em tranquilizar o adolescente, mas em ajudá-lo a pensar”. Isto explica a importância do jovem ser auxiliado no seu momento de escolha, é claro que o psicólogo não dará a resposta do que ele deve ou não fazer, mas auxiliará a fazer escolhas e lidar com elas, não só escolhas do lado profissional, mas da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo período da história da humanidade o homem sempre se viu no papel de ter que estar com pessoas certas em lugares certos (PIMENTA, 1981); mas nota-se que alguns homens podem possuir qualidades diferentes entre si, uns são bons em determinadas áreas outros em outras (SUPER & JUNIOR, 1980). Porém, o homem nem sempre pôde escolher com o que gostaria de trabalhar ou que se considerasse apto ou capaz. A liberdade de escolha do indivíduo é algo novo para a sociedade, visto que, antigamente havia pouco ou nenhuma liberdade de escolha, devido ao nível social e econômico. Desde quando os sujeitos nasciam já eram pré-estabelecidas suas funções.

Atualmente, os valores e paradigmas em nossa sociedade estão mudando. O jovem tem mais acesso às informações e mais autonomia sobre suas escolhas. O que diferencia é que antes a família que decidia qual seria a profissão de seu filho, delega hoje esse papel à escola. Quando o jovem chega ao terceiro ano do ensino médio vê-se perdido e desorientado frente a uma escolha tão importante e acaba colocando na balança todas as variáveis (família, grupos de amigos, status, mercado de trabalho, política salarial...) conforme descritos acima.

Quando observamos todos estes aspectos colocados no texto acima, podemos notar a grande importância que os psicólogos têm na função de promover as condições adequadas na escolha da profissão. O Orientador Profissional deve levar o jovem a refletir sobre o que é mais importante nessa escolha. Parafraseando Freud, quando ele é questionado sobre a felicidade e diz que felicidade é a capacidade de amar e trabalhar, colocando o trabalho um dos pilares da felicidade, precisamos pensar no nosso dia a dia. O papel do orientador é fazer o jovem refletir sobre suas questões e o auxiliar a fazer escolhas que reflitam aquilo que ele é.

A partir deste estudo, faz-se possível entender que a fase da adolescência é um período de conflitos, permeado por incertezas, dúvidas, insegurança, influência da família e sociedade. Esses conflitos referem-se a vários fatores, mas com a elaboração do luto o adolescente



refletirá em quem tornou-se. Conclui-se que o processo de decisão profissional é um momento muito conflituoso para o adolescente, doloroso, muitas vezes, e turbulento, pois as escolhas terão que ser feitas em relação à profissão e às consequências virão ao decorrer de sua vida. Sendo assim, é necessário lembrar que a relação entre o profissional e o do adolescente é fundamental, pois as escolhas não são construídas pelo acaso, mas pelos processos que acontecem no decorrer da vida.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre. Editora: Artemed, 2007.

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. 10 ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1992.

ABERASTURY, A. e outros - **Adolescência e psicopatia**, em RASCOVSKY, A. e LIVERMAN, D. **Psicoanálisis de la manía y la psicopatía**. Paidós, Buenos Aires, 1966.

ANDRADE, J. M.; MEIRA, G. R. de J. M.; de VASCONCELOS, Z. B. **O processo de orientação vocacional frente ao século XXI: perspectivas e desafios**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300008 Acesso em: 10 de Janeiro de 2021

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 7 ed. Porto Alegre: Artmed; 1996.

BOHOSLAVSKY, R. (1996). **Orientação vocacional: A estratégia clínica** (J. M. V. Bojart & W. M. A. Pentead, Trans.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1977).

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

ENDERLE, C. **Psicologia da adolescência: uma abordagem pluridimensional**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1988.

GOLIN, J. O adolescente e o processo de escolha profissional. Trabalho apresentado na **I Jornada Norte- Nordeste de Orientação Profissional/ABOP**, Recife. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000080&pid=S1414-9893200200030000800007&lng=en Acesso em: 26 de Outubro de 2020

LARA, L. D.; ARAÚJO, M. C.S.; LINDNER, V.; SANTOS, V. P. L. S. O adolescente e a escolha profissional: compreendendo o processo de decisão. **Arq. Ciên. Saúde Unipar**. Umuarama, v. 9, n. 1, Jan./Abr. p.55-61, 2005. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/download/1356/1207> Acesso em: 26 de Outubro de 2020

LUCCHIARI, D. H. P. S.; LISBOA, M. D.; FILHO, K. P. **Pensando e vivendo a orientação profissional**. São Paulo: Summus, 1993.



MOURA, C. B. **Orientação profissional:** sob o enfoque da análise do comportamento. Londrina: UEL, 2001.

MULLER, M. **Orientação Vocacional:** Contribuições clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

OLIVEIRA, N.Q. **A Importância da Orientação Profissional para o Direcionamento de Carreira na Adolescência.** Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0343.pdf> Acesso em: 22 de Setembro de 2020

PIMENTA, S. G. **Orientação vocacional e decisão:** Estudo crítico da situação no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1981.

RAPPAPORT, C. **Encarando a adolescência.** 8 ed. São Paulo: Ática; 2001.

SANTOS, G. K.N.; MACENA, M. de S. COSTA. C. F.T., CARVALHO, M.J. C. Construção da identidade e escolha profissional em adolescentes. 18º Sempesq. Out. 2016. Disponível em: <Users//User/Downloads/3869-21650-1-PB.pdf> Acesso: 10 de Fevereiro 2021.

SOBRAL, J. M.; GONCALVES, C. M.; e COIMBRA, J. L. A influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional dos adolescentes. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, V.10, n.1, Jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000100004&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 10 de Agosto de 2020

SPARTA, M. O Desenvolvimento da Orientação Profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v.4, Dez. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902003000100002&script=sci_arttext Acesso em: 8 de Agosto de 2020

SUPER, D. E., e JUNIOR, M. J. B. **Psicologia ocupacional.** São Paulo: Atlas, 1980.

TETU, V.; DOMINGUES, A.S. CHIOCHETTA, L.; VELORO, M.M. O trabalho de orientação profissional com um grupo de alunos de 3º ano do ensino médio. **EDUCERE**, Nov. 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/cd2011/pdf/5468_2975.pdf Acesso: 20 de Fevereiro 2021.

WHITAKER, D. **Escolha da carreira e globalização.** 11ª ed. São Paulo: Moderna; 1997.



CAPÍTULO 28

PRECARIEDADE, EXAUSTÃO E ADOECIMENTO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DA INSERÇÃO ASSALARIADA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRASS NA CONTEMPORANEIDADE

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294728061

Juliana Menezes Mendes Mauricio

RESUMO

O texto que se segue visa compartilhar dados e reflexões acerca dos constrangimentos do assalariamento para os assistentes sociais, inscritos na política municipal de assistência social, mais especificamente nos CRASSs, em um município da região norte fluminense. Os dados e reflexões supracitados configuram-se parte integrante de nossa tese de doutoramento, que objetivou analisar a consciência de classe dos assistentes sociais. É possível ponderar, ancorado nos dados empíricos acessados, que o trabalho profissional inscrito no CRAS tem sido executado com precariedade importante e promovido a exaustão e o adoecimento dos assistentes sociais envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Trabalho assalariado. Precarização do trabalho.

INTRODUÇÃO

O texto que se segue, objetiva recuperar dados e reflexões, acerca dos constrangimentos do assalariamento para os assistentes sociais inseridos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASSs), provenientes de nossa pesquisa de doutoramento em Serviço Social. A pesquisa mencionada, concluída no ano de 2019, visou refletir acerca da consciência de classes dos assistentes sociais dos CRASSs a partir de suas concepções e elaborações acerca do trabalho profissional.

À guisa de esclarecimento, muito embora o objetivo central tenha sido o debate da consciência de classe, a pesquisa supracitada nos ofertou material empírico, nos possibilitou e nos possibilita refletir acerca da condição assalariada dos profissionais de Serviço Social, inseridos nos domínios da política municipal de assistência social, no cenário contemporâneo. Nesse sentido, pretendemos resgatar e explorar, a seguir, elementos que dizem respeito à inserção do assistente social na política pública de assistência, mediada pelo assalariamento. Consideramos que a proposta em voga, poderá contribuir no delineamento da manifestação concreta dos constrangimentos do trabalho assalariado para o profissional de Serviço Social, inscrito no serviço público estatal, na esfera da política de assistência social, sobretudo no âmbito municipal.



Cumpramos, de antemão, que o processo investigativo supramencionado foi constituído de uma revisão bibliográfica e de uma pesquisa de campo, que efetivou dezessete entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais inseridos nos CRASs de Macaé, município localizado no norte fluminense. A definição dos CRASs como *locus* para a realização da pesquisa de campo não ocorreu por mera casualidade. A escolha derivou do fato de ser a assistência social, na contemporaneidade, um dos principais campos de atuação do assistente social; derivou também da trajetória da referida política, atravessada pelo conservadorismo, ou seja, por formas de objetivação e ideação cujo objetivo magno era a conservação da ordem capitalista e o alento aos mais pobres; bem como das tendências contemporâneas que vêm atingindo e colocando em risco os avanços duramente conquistados, impactando incisivamente nos profissionais – suas relações e condições de trabalho – e nos usuários.

Nesse sentido, o texto ora apresentado, será estruturado da seguinte maneira: inicialmente trataremos da condição assalariada dos assistentes sociais, de maneira genérica, destituída de singularidades. No segundo momento, apresentaremos dados obtidos e reflexões constituídas acerca da condição assalariada dos referidos profissionais especializados, inseridos na política pública estatal de assistência social, de Macaé. Por fim, delinearemos considerações finais.⁶³

ESTATUTO ASSALARIADO E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: VÍNCULO INEXORÁVEL

É público e notório que o Serviço Social, como um campo de conhecimento no circuito das ciências sociais,⁶⁴ é constituído de uma ampla gama de estudiosos, com diversas frentes de pesquisa. Entretanto, historicamente, a análise do processamento do trabalho do assistente social tem sido exígua. É sob esse viés que argumenta Iamamoto (2009b, p. 38). Para a autora, o desenvolvimento do trabalho do assistente social “[...] nem sempre adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações”. Além disso, a autora alega que foram limitados os “[...] investimentos nas implicações da mercantilização dessa forma de trabalho

63 Cabe advertir que alguns fragmentos textuais aqui presentes poderão ser encontrados em nossa tese de doutorado, defendida no final do ano de 2019. Para uma análise mais ampliada e pormenorizada, cf.: MAURICIO, 2019.

64 Mais especificamente das ciências sociais aplicadas.



especializada” (IAMAMOTO, 2009b, p. 38). Compartilhamos da acepção de Yamamoto e, por isso, objetivamos focalizar, neste estudo e nesta seção, em questões atinentes ao assalariamento do assistente social.

Podemos sustentar que é significativa a parcela da categoria profissional que compreende a inscrição do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, na condição de trabalhador assalariado. Compomos essa parcela da categoria, que apreende o trabalho como chave analítica para a inserção profissional do assistente social, conforme exposto. Nessa perspectiva, compartilhamos da interpretação de que a institucionalização do Serviço Social “[...] circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social *ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital*, móvel principal da sociedade capitalista” (RAICHELIS, 2011, p. 4, grifo do autor).

Por conseguinte, a inserção profissional do assistente social e, assim, o seu valor de uso se efetivam a partir da mediação do trabalho assalariado, uma vez que o assistente social vende sua força de trabalho especializada para obter uma quantia monetária equivalente a esse trabalho e custear os itens essenciais para sua manutenção e reprodução – assim como de seus dependentes.

Prosseguindo com a reflexão, faz-se imprescindível dizer que o assistente social se insere no rol de trabalhadores que necessitam, fundamentalmente, vender sua única mercadoria, logo, a sua força de trabalho. Desse modo, evidencia-se que a atividade profissional do assistente social irá ocorrer a partir de uma relação contratual – de compra e venda, inerente ao processo de mercantilização dessa força especializada de trabalho. Sob essa ótica, para pensarmos o trabalho do assistente social, não é possível desvinculá-lo da instituição em que o profissional se insere, pois, apesar de a profissão de Serviço Social possuir regulamentação de profissão liberal, não há na categoria uma trajetória consolidada nesse formato.

Portanto, o assistente social deverá atender a um montante de requisições da instituição na qual se inserirá, mediante a venda de sua força de trabalho. Será possuidor de uma relativa autonomia, em consonância com o já amplamente difundido na categoria profissional, visto que atuará como corresponsável da direção que será imprimida às suas atividades (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986).

Discorrendo acerca dos elementos inscritos, temos que o assistente social, ao vender sua força de trabalho cotidianamente, inserindo-se no universo da produção e da reprodução



das relações sociais, será envolvido e implicado pela dinâmica da instituição empregadora, no cumprimento de seus parâmetros institucionais. Parafraseando Yamamoto (2008), o assistente social será compelido a observar e seguir as definições no campo institucional e trabalhista; no campo do rendimento e produtividade; dentre outras questões. Além disso, serão os empregadores que estipularão as funções e atribuições – de acordo com as normatizações referentes ao trabalho coletivo, que oferecerão o *background* dos recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos necessários à concretização do trabalho e que recortarão as múltiplas expressões da questão social, que poderão vir a se tornar matéria da atividade do assistente social (IAMAMOTO, 2008).

Em conformidade com o que expusemos, o assistente social, ao se inserir em uma instituição empregadora, irá, em conjunto com outros profissionais, implementar ações da instituição em questão. Irá atuar sobre as diversas refrações da questão social conforme o preestabelecido no âmbito das políticas e serviços já existentes na instituição. Utilizará os recursos humanos e materiais ofertados pelo empregador para compor o desenvolvimento – seja no âmbito da elaboração, seja no âmbito da execução, ou ainda, uma combinação dos dois – de “[...] programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências” (RAICHELIS, 2011, p. 5).

Frisamos que a perspectiva adotada, de apreensão do trabalho profissional, desmitifica o entendimento da atividade profissional partindo de uma lógica de autonomia integral, ou até mesmo uma lógica que tende a superdimensionar o cariz ético-político do trabalho. Isso porque o assistente social não possui “[...] o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções” (IAMAMOTO, 2009a, p. 353). Não obstante, ainda que o assistente social não disponha de uma integral autonomia, dispõe de uma relativa autonomia, conforme já apontamos, que pode lhe permitir buscar concretizar ações compatíveis com o Projeto Ético-Político, no seu dia a dia.

Faz-se necessário mencionar que o assistente social, na arena das relações sociais de classes antagônicas, integrará instituições públicas ou privadas, inscrevendo-se “[...] na esfera da produção da riqueza social ou da distribuição da mais-valia” (IAMAMOTO, 2008, p. 218). Vale acrescentarmos que o assistente social, conforme outros tantos trabalhadores, não produz nenhum produto, mercadoria possível de ser desvinculado de modo material e autônomo ao ato de seu dispêndio de força de trabalho. Contudo, ainda assim, é possível identificar e distinguir o efeito concreto empreendido pelo trabalho do assistente social, do ato do seu



trabalho propriamente dito. Nos termos de Mauricio (2014, p. 116), “[...] a atividade do assistente social se difere do efeito objetivo dessa atividade”, ou seja, a “viabilização de serviços, programas, projetos e/ou benefícios para os sujeitos usuários dos serviços”.

Sob a ótica do exposto, que reconhece a inserção potencial do assistente social no âmbito público ou privado, salientamos que historicamente tais profissionais se afirmaram como trabalhadores assalariados vinculados ao setor público. Ainda hoje, décadas após a institucionalização da profissão, a administração pública ocupa lugar de destaque no emprego de assistentes sociais.

Nessa perspectiva, quando inserido no âmbito da administração pública, em determinada política social, o assistente social será requisitado a trabalhar na execução ou na gestão, assim como em seus serviços sociais constituintes. Logo, nesse âmbito, o assistente social será requisitado a trabalhar em consonância com os padrões institucionais estabelecidos, sendo necessário lançar mão de um aparato técnico-operativo com escopo de compreender a realidade e intervir sobre as distintas refrações da questão social, vivenciadas pelos usuários da instituição em que irá se inserir. A depender da análise concreta, da corrente teórica e dos valores ético-políticos avocados, poderá o assistente social intervir de maneira crítica, buscando se articular com os demais sujeitos profissionais e com as demais políticas públicas, procurando, sempre que possível, influir no processo de conscientização pautada na perspectiva de direito dos usuários – que tenha como norte a superação da igualdade jurídica erguida sobre a desigualdade econômica.

Quando inserido no âmbito privado, em empresas capitalistas, em que há a autovalorização do capital, o assistente social será requisitado pelo empregador a intervir junto aos trabalhadores – e suas famílias –, sendo demandado a atuar em um viés assistencial e educativo. Nesse sentido, o assistente social será requisitado pela classe burguesa a intervir nas empresas com o objetivo de resguardar a força de trabalho dos funcionários, bem como frente à necessidade de atuar na mediação de conflitos e de comportamentos danosos, do ponto de vista do capital. Atuará, por conseguinte, nas questões que podem possivelmente influir na produção, como uso prejudicial de substâncias químicas, conflitos familiares, acometimentos de saúde, dentre outras. Além disso, atuará na organização e administração dos benefícios sociais disponibilizados pela empresa, assim como na mediação dos polos opostos, capital e



trabalho.⁶⁵ Afora o exposto, também se configurará como demanda para os assistentes sociais no espaço empresarial os variados programas de treinamento, de qualidade de vida, dentre outros, na direção da ampliação e da qualificação da produção, a partir das requalificações comportamentais com ênfase à colaboração e à participação dos trabalhadores.⁶⁶

Conforme buscamos indicar, o assistente social integra o rol de trabalhadores assalariados. Compartilha, por conseguinte, mesmo salvaguardadas possíveis especificidades, os constrangimentos e as implicações experimentados por aqueles que sobrevivem da venda da força de trabalho. Por assim ser, o assalariamento configura, a nosso ver, um ponto essencial de interligação entre os assistentes sociais e os demais indivíduos componentes da classe trabalhadora, devendo, portanto, constituir-se elemento de vínculo e identidade.

O que buscamos evidenciar é que, embora os assistentes sociais se insiram em condições específicas, executando uma atividade singular, inserem-se pela atividade de trabalho – conforme os demais assalariados – na arena composta por relações sociais entre classes. Inscrevem-se na condição assalariada experimentando os constrangimentos e efeitos deletérios do trabalho assalariado, sobretudo na cena contemporânea, marcada por duras ofensivas aos trabalhadores.

A INSERÇÃO ASSALARIADA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRASS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DADOS REUNIDOS

Conforme explicitamos anteriormente, os dados que se seguem advêm da nossa pesquisa de tese, que objetivou refletir acerca da consciência de classe dos assistentes sociais inseridos nos CRASSs, em Macaé, a partir de suas elaborações e concepções a respeito do trabalho profissional. Do total de dezenove assistentes sociais atuantes nos CRASSs, no período da realização da pesquisa, pudemos realizar dezessete entrevistas semiestruturadas.

⁶⁵ Há que salientar que, conforme buscamos aludir, embora a demanda ao profissional de Serviço Social no âmbito produtivo surja da necessidade do capital de otimizar a produção, as intervenções profissionais podem operar efeitos benéficos aos trabalhadores e aos seus direitos. Possivelmente, isso ocorre atendendo aos interesses e às aspirações desses últimos. Essa é, em essência, a contradição que fundamenta a profissão.

⁶⁶ Para reflexões acerca da produtividade do trabalho do assistente social cf. Mauricio (2014).



Ao analisarmos os dados e informações obtidas a partir das entrevistas realizadas, constatamos que 100% dos assistentes sociais eram servidores públicos estatutários, constituindo parte do corpo permanente de funcionários e apresentando estabilidade funcional.⁶⁷ Além disso, a totalidade dos profissionais prestou concurso público que exigia o cumprimento de 20 horas semanais, em harmonia com o que dispõe a Lei 12.317, de agosto de 2010, que estabelece a jornada semanal máxima de 30 horas para assistentes sociais.

Ainda sobre a carga horária semanal, faz-se necessário destacar que dos dezessete profissionais, quatro executavam uma carga horária superior às 20h exercidas pela maioria e superior à jornada semanal máxima de 30h para assistente sociais. Isso porque os referidos profissionais assumiram a função de coordenação interna das equipes dos CRASs. Nesse sentido, dos quatro assistentes sociais que assumiram a função de coordenação de equipes dos CRASs, três realizavam 35h de trabalho semanais e um realizava 40h de trabalho, já que possuía duas matrículas de 20h. Há que salientar que a assunção dessa função ocorria de maneira precarizada/fragilizada, uma vez que o referido cargo não estava previsto no organograma do município. Assim sendo, a fim de que essa importante função fosse realizada,⁶⁸ a gestão municipal da política de assistência social⁶⁹ estabeleceu que o profissional que assumisse essa função teria um acréscimo em seu salário, derivado do pagamento de horas extras de trabalho.

67 Na contramão da crescente tendência à adoção de formas precarizadas de contratação de trabalhadores no serviço público.

68 Também a fim de que se aproximasse do formato preconizado pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS – do ponto de vista da composição de referência para as equipes dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Segundo recomenda a NOB-RH, “[...] as equipes de referência para os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios” (BRASIL, 2011, p. 31).

69 Em conjunto com demais setores da administração municipal.



O referido profissional seria reconhecido como coordenador interno e desempenharia a função de gestão local do serviço e da equipe do CRAS. Cabe apontarmos o caráter frágil e precário de inserção do “cargo” de coordenador de CRAS no município de Macaé, na ocasião da pesquisa, baseado na informalidade, na instabilidade no exercício da função,⁷⁰ na descontinuidade e na baixa remuneração.

Dando prosseguimento nas reflexões, dos dezessete entrevistados, dez (58,8%) possuíam um segundo vínculo empregatício como assistente social, com o objetivo de complementar a renda familiar. As cargas horárias desses segundos vínculos empregatícios eram predominantemente de 20h (sete assistentes sociais). Dois assistentes sociais possuíam cargas horárias de 24h nesse segundo vínculo e um, carga horária de 30 horas.

Desse modo, evidenciou-se que a totalidade dos dez assistentes sociais que apresentavam um segundo vínculo profissional, cumpriam pelo menos 40h semanais de trabalho. Nesse sentido, embora houvesse (e haja) uma lei que estabelece a jornada de trabalho máxima de 30h semanais sem redução salarial,⁷¹ com a intenção de limitar o intenso desgaste experimentado pelos assistentes sociais na execução do trabalho profissional, lei essa que representa um ganho indiscutível, muitos profissionais acabavam por conjugar mais de um vínculo de trabalho com objetivo de ampliar suas rendas e assim atenuar os impactos das baixas remunerações dos profissionais que atuam nos domínios das políticas públicas.⁷²

70 Cabe salientar que ocorriam períodos de interrupção no pagamento do acréscimo atinente ao exercício da função de coordenação do CRAS. Durante esses períodos, as atividades de gestão do CRAS eram suspensas, impactando diretamente nas equipes e na organização dos serviços ofertados.

71 Fizemos menção à lei que limita a jornada de trabalho semanal em 30 horas em função da importância ocupada pela referida no circuito das lutas dos trabalhadores assistentes sociais e também para refletir acerca de demais questões que se relacionam com a jornada de trabalho semanal, como duplo vínculo de trabalho e a baixa remuneração. No entanto, não entraremos no debate jurídico-político da aplicação da lei, no âmbito nacional. Sobre a aplicação da legislação em questão, cabe-nos apenas destacar que o CFESS vem atuando incansavelmente na defesa do direito às 30 horas semanais.

72 No contexto contemporâneo, pós-crise econômica de 1970 e marcado pela adoção do modelo neoliberal como narrativa para a organização e a oferta das políticas públicas sociais, observamos a redução de gastos sociais, e, conseqüentemente, de postos de trabalho e/ou diminuição das remunerações dos profissionais que atuam nesses campos. De maneira geral, as profissões exercidas majoritariamente por mulheres e para mulheres experimentam traços de subalternidade, desprestígio social e baixa remuneração (CISNE, 2004). Agora, aquelas profissões exercidas majoritariamente por mulheres e para mulheres dos segmentos mais pauperizados experimentam a intensificação dos traços acima sinalizados. Nesse sentido, as referidas questões que conferem especificidade ao trabalho profissional – traços de subalternidade, desprestígio e baixa remuneração – são ainda mais complexificadas no cenário contemporâneo, marcado pela tônica do mínimo para o social e máximo para o capital.



Ainda sobre as remunerações, indagamos os assistentes sociais se consideravam os seus salários satisfatórios. Dez profissionais (58,8%) disseram não ser satisfatória a remuneração, em função principalmente do extenso período de congelamento salarial e ausência de progressões nas carreiras, em consonância com o que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores municipais. Além disso, três profissionais ressaltaram o caráter exaustivo do trabalho profissional, pelo contato direto com as expressões da questão social mais pungentes e/ou pelo risco pessoal experimentado pelas idas/vindas e/ou permanência no local de trabalho – locais de trabalho situados em territórios marcados pela pulsante violência urbana.

Conforme aludimos, sete assistentes sociais consideraram seus salários satisfatórios. Os argumentos utilizados se basearam, essencialmente, na comparação com a remuneração observada em outros *locus* – especialmente se comparado a outros municípios da região – de atuação dos assistentes sociais.

De fato, se comparado a outros municípios que empregam assistentes sociais e até a alguns outros órgãos empregadores de naturezas diversas, a remuneração recebida pelo trabalho como assistente social no município de Macaé destoa. A fim de exemplificação, pudemos observar alguns editais abertos, no ano da realização da pesquisa, de concursos públicos que, dentre outras vagas, continham postos de trabalho para assistentes sociais. Os referidos editais foram para o preenchimento de vagas e cadastro de reserva nos municípios de Itatiaia (edital 01/2019) e Cantagalo (edital 01/2019), ambos no estado do Rio de Janeiro. A primeira prefeitura oferecia remuneração de 1.692,74, para 30h de trabalho semanais, e a segunda R\$1.841,63, para 20h semanais.

Além disso, pudemos observar também a lei complementar de nº 148, sancionada em dezembro de 2018, do município de Araruama, também no estado do Rio de Janeiro, que “[...] cria cargos públicos, vagas, autoriza o provimento de vagas dos cargos públicos e dá outras providências”. De acordo com a referida lei, foram criadas 23 vagas para o cargo de assistente social, sendo o salário-base R\$954,00 para 20h semanais de trabalho.

No período em que a pesquisa foi realizada, no município de Macaé, o salário-base inicial para assistentes sociais que possuíam uma carga horária de 20h semanais era de

R\$3.148,47. Além disso, de maneira genérica, os servidores faziam *jus* a um acréscimo de auxílio alimentação no valor de R\$400,00. Afora a exemplificação acima que é mais recente, temos um quadro comparativo de remunerações dos assistentes sociais entre os anos de 2004 e 2013, por regiões, apresentado pela subseção do DIEESE/CUT-NACIONAL, em 2015. Vejamos:

Tabela 1 – Rendimento médio dos assistentes sociais ocupados, por região do país, e o geral do mercado de trabalho brasileiro, em R\$ de janeiro de 2015 (deflator: INPC-IBGE)

Região	2004	2013	Diferença (%)
Norte	1.628,76	2.154,84	32,3%
Nordeste	2.010,85	1.812,45	-9,9%
Sudeste	2.023,92	2.659,25	31,4%
Sul	2.169,29	2.248,17	3,6%
Centro-Oeste	2.010,76	2.295,51	14,2%
Assistente Social - geral	2.018,47	2.265,35	12,2%
Brasil - geral	1.083,29	1.624,74	50,0%

Fonte: Microdados PNAD, anos selecionados. Elaborado por subseção DIEESE CUT/Nacional

Embora comparativamente a outros órgãos empregadores o salário possa destoar, é primordial que se tenha a compreensão do processo de precarização em curso, que afeta todo o mundo do trabalho, impactando não só nas condições, nas formas de contratação, mas também nas remunerações percebidas pelos profissionais – muitas vezes, aquém dos serviços executados/desgaste operado e outras vezes sem as correções necessárias no decorrer do tempo.

Houve ampla menção por parte dos entrevistados ao processo de congelamento salarial que vinha sendo imposto, bem como em relação à ausência de progressão na carreira pública. No entanto, tendo em vista o cenário regional de desalento e até mesmo nacional,⁷³ sete

⁷³ Na presente conjuntura, a situação encontra-se ainda mais desalentadora. Atingimos, no primeiro trimestre de 2021, a marca de 14,8 milhões de desempregados/desocupados. Desses 14,8 milhões de desempregados, 6,0 milhões configuram-se desalentados, nos termos do IBGE, ou seja, desistiram de buscar postos de trabalho. Os referidos dados alarmantes decorrem da condução política, econômica e social ultraneoliberal assumida pelo governo Bolsonaro, associada ao contexto sanitário de pandemia pelo novo coronavírus – contexto esse instaurado a partir de março de 2020. Os dados citados encontram-se disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 05 ago. 2021.



profissionais consideraram suas remunerações satisfatórias. Desses sete profissionais, três, embora tenham avaliado a remuneração satisfatória, mencionaram a não reposição salarial e a negação de direitos previstos, como triênios.

Longe da pretensão de aprofundar na análise e explanação de Marx sobre os salários, cumpre explicitar e retomar que o limite mínimo do salário é definido pelas condições básicas de subsistência do trabalhador e de sua família, em outras palavras, o limite mínimo para a reprodução da mercadoria força de trabalho. A constituição desse mínimo não ocorre considerando apenas a subsistência física, mas também considerando necessidades humanas básicas estabelecidas por cada modelo de sociedade.

A política de arrocho salarial, exponenciada pelo modelo neoliberal, tem buscado diminuir os salários abaixo da fronteira física de reprodução da força de trabalho. Trata-se de um processo de ofensiva ao mundo do trabalho com efeitos devastadores, aviltantes especialmente se considerarmos a realidade social brasileira, em que temos um mercado de trabalho constituído de maneira particularizada e frágil.⁷⁴ Além disso, do ponto de vista do trabalho nos domínios da política pública, diz respeito também a um processo de dilapidação e esvaziamento, que passa pela redução de serviços ofertados e desvalorização progressiva do trabalhador – tudo isso associado ao processo ideológico de demonização da esfera pública.

Cabe ainda adicionarmos que, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo necessário para custear as despesas de manutenção e, conseqüentemente, de reprodução, dos trabalhadores seria, em

74 No processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, constitui-se uma relação direta com a reprodução dos trabalhadores de forma truncada. É possível perceber uma instabilidade ocupacional e salarial no processo de constituição do mercado de trabalho nacional, sendo que, durante um intervalo considerável de tempo, não existia nenhuma forma de regulamentação para o uso da força de trabalho. Nesse sentido, constituiu-se um “subproletariado instável e plástico” (BARBOSA, 2008, p. 289). Considera-se também que, no capitalismo constituído no Brasil, a informalidade não poderia ser atribuída a uma deficiência, mas, ao contrário, à sua forma de ser “comandada pelos interesses econômicos e pelo Estado particularista” (BARBOSA, 2008, p. 289).



fevereiro de 2019, de R\$4052,65.⁷⁵ Essa estimativa construída pelo DIEESE considerava não só a cesta básica mais cara, mas também a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.⁷⁶

Se nos basearmos no levantamento realizado pelo DIEESE, o salário dos assistentes sociais dos CRASs de Macaé, no período da pesquisa, atingia 77,7% do necessário, do mínimo para a manutenção e a reprodução do trabalhador assistente social e sua família.⁷⁷ Já aqueles salários mais aviltantes, como é o caso do salário previsto na lei de criação de cargos do município de Araruama, exposto anteriormente, representariam 23,5% do mínimo/necessário calculado pelo DIEESE.

Dando continuidade, sobre a participação dos assistentes sociais em mobilizações, paralisações e ou greves, tivemos nove assistentes sociais (52,9%) que declararam já ter participado de alguma atividade dessa natureza e oito profissionais (47,1%) que declararam nunca ter participado.

Cabe acrescentarmos que, daqueles dez profissionais que consideraram seus salários não satisfatórios, seis expuseram nunca ter participado de nenhuma atividade reivindicatória. Os argumentos utilizados pelos profissionais para justificar a não participação em atividades reivindicatórias expressaram a dificuldade de organização; a descrença de possíveis avanços a partir das lutas; a dificuldade de construir estratégias de luta mediante os mecanismos de controle da força de trabalho, por exemplo, o sistema de ponto biométrico; e o medo de represálias/impactos financeiros, mesmo experimentando a estabilidade advinda da qualidade de servidor público.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁷⁶ Necessário para um trabalhador com uma família de quatro pessoas.

⁷⁷ É importante sinalizarmos a compreensão subjacente aqui, que reconhece a conjuntura de ofensiva aos trabalhadores em geral, situando o assistente social nesse *interim*. Desse modo, ao refletirmos sobre a condição experimentada por esse trabalhador, em específico, não estamos desconsiderando os demais indivíduos, integrantes das instituições públicas e privadas, que compartilham constrangimentos semelhantes, mas estamos dando ênfase, destaque, ao assistente social na condição de trabalhador assalariado.



Ainda relacionado à postura reivindicatória, indagamos os assistentes sociais se são sindicalizados. Somente dois assistentes sociais declararam ser sindicalizados: um disse ser filiado ao SINDSERVI⁷⁸ e outro declarou ser filiado ao sindicato correspondente ao seu outro vínculo empregatício, diferente do CRAS de Macaé. Além disso, é importante destacar que a totalidade dos dez assistentes sociais que mencionou a não satisfação com a remuneração atual não é sindicalizada.

Chamou-nos atenção as justificativas ofertadas pela maioria dos profissionais no que diz respeito à sindicalização – incluindo pelo único profissional que declarou ser sindicalizado ao SINDSERVI. Cinco dos quinze profissionais que declararam não ser filiados ao sindicato dos trabalhadores públicos municipais disseram não acreditar no sindicato, não ver resultados e ações em prol dos servidores; oito disseram não ter um motivo específico que justifique, somente não fizeram o movimento para se filiar e/ou pensar sobre isso; dois disseram que o sindicato nada oferece; e um expôs ter se filiado no ano de 2009 ao Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro (SASERJ), mas disse só ter pago um mês. Já o único assistente social que declarou ser filiado ao SINDSERVI expôs que fez a adesão, na ocasião, em função da possibilidade de usufruir dos serviços ofertados pelo sindicato, como consultas médicas, descontos em laboratórios e pousadas.

Foi possível observarmos a ausência de fundamentos concisos do ponto de vista teórico e político na argumentação sobre o processo de sindicalização, sobretudo nas justificativas que alegam, por exemplo, que o sindicato nada oferece e seria um gasto a mais. Dentre os assistentes sociais que mencionaram descrença no sindicato local, somente um expôs ter consciência de que uma das formas de se alterar o cenário referente à condução do sindicato seria se filiando. Em suas palavras: “[...] por um lado também entendo que a forma de mudar é me sindicalizando”.

Faz-se necessário destacar a importância dos sindicatos para a classe trabalhadora, especialmente do ponto de vista econômico e político-ideológico. Os sindicatos, no âmbito da sociabilidade capitalista, têm por finalidade impedir que os salários sejam reduzidos, assim como têm por finalidade reunir os trabalhadores em prol de lutas por melhorias salariais e de condições de trabalho. No entanto, faz-se necessário dar grifo ao fato de que, embora estejamos assinalando a importância dos sindicatos para os trabalhadores, temos ciência de

⁷⁸ Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Macaé.



seus limites orgânicos. Isso porque o horizonte de atuação dos sindicatos se situa nos limites do modo de produção capitalista. A referida constatação não tem por objetivo diminuir a importância político-econômica dos sindicatos, mas tão somente precaver interpretações que superdimensionem a figura do sindicato perante as relações sociais vigentes.

Além das questões apontadas, gostaríamos de acrescentar que foi possível perceber o estabelecimento de uma exterioridade,⁷⁹ de não inclusão como partícipes do processo, por parte dos assistentes sociais entrevistados, em relação ao processo de luta trabalhista e social. A exterioridade mencionada pôde ser observada a partir de algumas das falas dos profissionais, tanto em relação à participação em mobilizações, paralisações ou greves, quanto em relação à sindicalização.

No sentido do exposto, os profissionais citaram os processos/estratégias de luta dos trabalhadores como algo à parte, alheio à sua inserção assalariada. Como se a organização e a luta dos trabalhadores não fossem também uma necessidade própria, decorrente de sua participação no mundo do trabalho. A exterioridade se manifestou, por exemplo, quando um profissional afirmou ser o sindicato que tem que buscar o trabalhador (como uma via de mão única) e/ou quando outro profissional sustentou que em Macaé as pessoas (assim, de maneira estranhada) são paradas.

Prosseguindo na reflexão, questionamos os profissionais se possuem condições adequadas para a realização de seu trabalho. A totalidade dos entrevistados julgou não ter acesso às condições adequadas de trabalho, mesmo às condições mínimas. As principais insuficiências/deficiências elencadas pelos assistentes sociais, foram: a) insuficiência de recursos humanos nas equipes dos CRASs, fato que precariza o trabalho e sobrecarrega os profissionais; b) unidades com sérios problemas estruturais e com ausência de reparo e/ou manutenção; c) inexistência de benefícios que possam ser ofertados aos usuários, como os

⁷⁹ Raichelis (2011) já havia sinalizado a observação do estabelecimento de uma exterioridade por parte dos assistentes sociais na literatura relacionada à profissão. Em outras palavras, a referida pesquisadora observou que frequentemente nota-se a discussão sobre o desgaste físico e mental oriundo da superexploração vivenciada pela classe trabalhadora, entretanto a discussão é traçada sem situar o assistente social como um trabalhador que, junto aos demais assalariados, vem sofrendo as ofensivas do modo de produção e acumulação em questão. Nesse sentido, a exterioridade que mencionamos reforça a tese de Raichelis (2011) a partir de outro ângulo de análise, o da organização, da participação e da postura reivindicatória dos assistentes sociais.



normatizados “benefícios eventuais”; d) infrequência e inconsistência na viabilização de veículos para a realização de visitas domiciliares.

Os elementos expostos pelos assistentes sociais concorrem à explicitação das condições de trabalho na assistência social no município de Macaé, mais especificamente nos CRASs, apesar de acreditarmos que esse cenário adverso atravesse toda a política municipal de assistência. Afluindo, lamentavelmente, na constituição do *status* mencionado por um entrevistado no decorrer da investigação: “uma política pobre para pobres”.

Afora os elementos expostos, indagamos os assistentes sociais como se sentiam após o expediente de trabalho no CRAS. As respostas foram bastante expressivas, e, embora os adjetivos utilizados pelos profissionais tenham sido diversos, observamos que 88,2% dos entrevistados atribuíram adjetivos relacionados à exaustão para explicitar como se sentiam após o expediente de trabalho. Somente dois profissionais (11,8%) responderam com elementos distintos: um mencionou se sentir seguro em sua casa após o expediente no CRAS, uma vez que, em função da violência, sente insegurança no seu local de trabalho; e outro explicitou que tudo transcorre tranquilamente ao longo de seu dia de trabalho e, portanto, se sente tranquilo.

Além disso, da totalidade dos assistentes sociais que mencionaram exaustão e insegurança advindos da inserção no CRAS na condição de trabalhador, 25% relataram desejo intenso de ir logo embora e chegar às suas casas. Avaliamos necessário ressaltar a compatibilidade entre as sensações identificadas pelos assistentes sociais e o desgaste produzido pelo trabalho assalariado, claro que particularizado e intensificado pela especificidade do trabalho do assistente social: contato continuado com a faceta mais dura da realidade social, na medida em que se trabalha com aqueles indivíduos que mais sofrem os efeitos da desigualdade social; com aqueles que são, muitas vezes, superexplorados; e, inclusive, com aqueles que não conseguem meios de serem explorados, ficando, por conseguinte, sem os meios mais elementares de garantir sua subsistência.

Intencionando compreender com mais propriedade o desgaste experimentado pelo assistente social a partir de sua condição de trabalhador assalariado, perguntamos aos profissionais se os referidos já apresentaram algum problema de saúde, alguma doença ocupacional. Desse modo, observamos que dez (58,8%) profissionais relataram já ter apresentado problema de saúde relacionado ao trabalho e sete (41,2%) afirmaram nunca ter apresentado, embora um desses sete tenha dito que estava prestes a apresentar. Dos dez



profissionais, um apresentou doença ocupacional quando trabalhava em outra instituição da política de assistência – em outro nível de complexidade do SUAS – e outros dois apresentaram quando exerciam funções de coordenação também na política de assistência, mas dentro do nível de complexidade denominado proteção básica – nível de complexidade do SUAS em que se situa o CRAS.

Requer grifarmos o fato de que a totalidade dos dez profissionais que apresentou doenças ocupacionais, desenvolveu doenças psiquiátricas e/ou psicossomáticas. As principais patologias mencionadas foram: ansiedade; estresse; depressão; e pânico.

Avaliamos que o dado acima seja alarmante – mais da metade dos entrevistados relatou já ter apresentado doenças ocupacionais – e que expresse o quão adoecedor pode ser o trabalho assalariado inscrito na política pública, mais especificamente no campo social, na cena contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assistentes sociais hoje, no Brasil, são formados de acordo com um projeto acadêmico-profissional que tem classe, qual seja, a classe trabalhadora. E, quando dizemos que tem classe, referimo-nos à classe com a qual a profissão afiançou o seu compromisso ético e político, mas também à classe a que os assistentes sociais pertencem por venderem suas forças de trabalho, e, portanto, serem trabalhadores assalariados.

Isso porque, conforme buscamos abordar, o assistente social integra o rol de trabalhadores assalariados, compartilhando os constrangimentos e as implicações experimentados por aqueles que sobrevivem da venda da força de trabalho. Experimentam a alienação/estranhamento do trabalho, submergem-se na reificação das relações sociais e iludem-se a partir do fetichismo da mercadoria.

Nesse sentido, exige-se que os assistentes sociais se mantenham afinados aos fundamentos teóricos-metodológicos e aos valores ético-políticos críticos, afiançados ao projeto profissional crítico, valiosamente conectados à tradição marxista, além de que construam análises que apreendam o caráter perverso e destrutivo da ofensiva aos trabalhadores em curso, identificando, seja no pior salário, seja no menos ruim, os traços de precarização e/ou de sub-remuneração. Mas, sobretudo, que consigam apreender a desigualdade, a exploração e o suplício adjacentes ao trabalho assalariado nos marcos da produção e da reprodução capitalista, de modo a contribuir com o seu processo de organização



e luta junto aos demais trabalhadores e também para o processo de ativação da consciência crítica dos usuários dos serviços.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. de F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, p.92-239, 2008.

BRASIL. **NOB-RH/SUAS**: anotada e comentada. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 202 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

DESEMPREGO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 05 ago. 2021.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 15-50.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. p. 341-375.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 5. ed. São Paulo: [s.n.], 1986.

MAURICIO, J. M. M. **Debatendo a consciência de classe dos assistentes sociais**: um estudo a partir das apreensões e concepções dos assistentes sociais acerca de suas atividades de trabalho nos CRASs. 272 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MAURICIO, J. M. M. **Sociabilidade capitalista, autovalorização do capital e produtividade do trabalho**: subsídios teórico-metodológicos para análise do trabalho do assistente social. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.



CAPÍTULO 29

O LULISMO E OS NOVOS CONSUMIDORES BRASILEIROS

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294829061

Lívia Valença da Silva

RESUMO

No Brasil, entre 2006 e 2012, ocorreram importantes transformações quanto ao crescimento econômico associado ao nascimento da “nova classe média”, cuja participação no mercado de consumo se mostrava inédita. O presente trabalho se propõe a analisar a relação da emergência deste novo estrato social com o Governo Lula, mais precisamente com o lulismo, “movimento” naturalizado, sobretudo, pela população de baixa renda, em torno da figura e das ações do, então, Presidente Lula. Assim, levantam-se atravessamentos teóricos e históricos para que se percebam questões acerca da natureza deste estrato emergente, de por que ele não pode ser chamado de nova classe média, bem como do modo que o consumo representava para ele muito mais do que aquisição, mas cidadania, pertencimento e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Nova Classe Média; Consumo; Lulismo.

A “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA

O Brasil passou por consideráveis transformações, com origem na última década do século XX, que se acentuaram de 2006 a 2012, sobretudo com relação ao disparo no crescimento econômico associado ao nascimento da suposta “nova classe média” – ou “classe C emergente” – cuja participação no mercado de consumo teria se mostrado inédita.

Tratar-se da explosão no acesso ao consumo por parte dos indivíduos que compunham um estrato emergente da sociedade, os quais buscavam, quando consumiam produtos e serviços, uma afirmação social e algo que lhes garantisse o caráter de cidadãos.

A economia mundial e o sistema capitalista se fortaleceram nas décadas de 1990 e 2000. Foram 20 anos de prosperidade econômica, o que ecoou e rendeu aos países em desenvolvimento certa redução na desigualdade da distribuição de suas rendas.

O processo de estabilização da moeda, que se iniciou no governo de Itamar Franco (1993-1994), com a criação e implantação do Plano Real, em 1993, e que se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com o controle inflacionário, foi determinante para que o país conseguisse estabelecer, interna e externamente, uma posição favorável, economicamente falando (NARDI, 2009).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula – (2003-2010), os programas sociais de transferência de renda e de combate à miséria, tais como Fome Zero e, depois, Bolsa Escola e Bolsa Família, contribuíram para a diminuição dos índices de pobreza absoluta. As



políticas governamentais de distribuição de renda, associadas à queda dos juros e a uma política de valorização do salário mínimo, favoreciam o acesso ao crédito.

Além de incentivos governamentais, ocorreram outras iniciativas privadas que viabilizaram o consumo para esse novo segmento da população – que veio a ser apontado como “a coqueluche do mercado brasileiro” (NARDI, 2009, p. 15) –, pela renda recém-adquirida, seja pelo aumento dos empregos seja pelas sobras no orçamento ao final do mês. Diferentes estratégias empresariais – que giravam em torno de crédito a esse consumidor, de novas formas de pagamento e de parcelamento, de revisão de preços e de incremento no leque de produtos e serviços ofertados – começaram a ser implantadas de forma mais significativa.

A concessão de crédito e uma maior facilidade de obtenção de informação – como o acesso ao Código de Defesa do Consumidor e ao PROCON – foram fatores que colaboraram para aumentar a importância do consumidor de baixa renda para as empresas, o qual também se tornou cada vez mais consciente e informado (VOLPI, 2007).

Com a emergência dessa presumida “nova classe média brasileira”, a economia do país teve novo ânimo e muitos negócios surgiram, criando também uma gama de empregos. Essa “classe” passaria a ser considerada uma rica fonte de lucros, desde que consumisse muito e a crédito (BAUMAN, 2010).

De acordo com dados da Pesquisa Mensal de Empregos – PME – do IBGE (NERI, 2011), de 2002 até maio de 2011, cerca de 24,6 milhões de pessoas haviam saído da pobreza, especialmente por conta das políticas públicas de transferência de renda. Enquanto isso, no mesmo período, 39,6 milhões de pessoas teriam ascendido às classes médias, o que se devia a diversos fatores, que iam desde a estabilização de preços a mudanças no mercado de trabalho (NERI, 2011).

Em vista disso, passou-se a registrar, claramente, maiores presença e participação da classe C nos supermercados, nos serviços de plano de saúde e de educação particular, no turismo, por exemplo (IPSOS MARPLAN; ETHOS, 2011). Isso se deu, fundamentalmente, devido ao significativo aumento dos números de empregos formais. A carteira de trabalho se tornou o maior símbolo da ascensão como ato consumado para essas pessoas (NERI, 2011).

De acordo com Costa (2012), a década de 2000 a 2010, no Brasil, foi marcada pela ascensão social de grande parte da população do país. Houve a diminuição da desigualdade social, a redução da concentração da riqueza e a melhoria na renda dos mais pobres, mas afirmar que isso representou o surgimento de uma “nova classe média brasileira”, na visão do



autor, é um erro, porque se leva em consideração apenas um fator para categorizar o surgimento de uma classe social: a renda (COSTA, 2012). Segundo Pochmann (2012), todo esse clima de que se estaria vivendo em novos tempos, de mais justiça e possibilidades, de uma “nova classe média brasileira” que a “tudo” podia ter acesso no mercado de consumo, não passava de uma estratégia política difundida pelos monopólios sociais, compostos pelos meios de comunicação, que manipulam a população em prol de seus desejos mercantis. Trata-se, mesmo, do “caráter propagandístico dos imperativos do mercado” (POCHMANN, 2012, p. 8).

Para corroborar com esse raciocínio, Souza (2016, n.p.) afirma que “o discurso sobre a ‘nova classe média’ é problemático, posto que é irremediavelmente ‘economicista’”. Para este sociólogo, a dimensão econômica das classes sociais não pode ser analisada separadamente de outros fatores, encobrendo-se, por exemplo, conflitos sociais. Apoiar essa crença é defender que não existem lutas de classes, o que não é verdade, e ainda é “oportunista”. A ideia de o acesso ao consumo ser o passaporte para inclusão social é uma crença que tende a mascarar injustiças sociais de todo tipo, além de reproduzir os privilégios das classes dominantes (SOUZA, 2016).

Logo, a partir da análise de números e índices da economia do país, tais como dados do IBGE e da FGV/IBRE acerca da inflação e do desemprego, além de informações do Serasa Experian sobre o indicador de inadimplência, singularmente por parte desse novo estrato social, via-se o surgimento de elementos que ameaçavam a certeza desse contínuo crescimento da suposta “nova classe média brasileira”, além de outros indicativos que evidenciavam não se tratar de uma “nova classe média”, mas de uma nova classe trabalhadora.

Souza (2012) explica que essa nova classe de “emergentes” brasileiros, de fato, ajudou a modificar a economia e a sociedade do país, favorecendo o triunfo do mercado sob a lógica do neoliberalismo. São 30 milhões de brasileiros que entraram no mercado de consumo por seu próprio esforço, com muito trabalho (SOUZA, 2012). Contudo, estes emergentes não dispõem de privilégio algum, diferentemente do que se entende acerca das classes alta e média no Brasil. Além dos emergentes, essa chamada “nova classe média” também conta com algumas pessoas que conseguiram se sobressair em meio às camadas mais pobres da sociedade, excluída, e que Souza (2012) chama de “ralé brasileira”, os “batalhadores” que, com muita luta, conseguiram acesso ao mercado de consumo.

Assim, quando, aqui, falamos em classe trabalhadora – em detrimento de classe média



–, estamos nos referindo a esses emergentes que ascenderam socialmente e passaram a ter acesso ao mercado de consumo, advindos de camadas bem menos abastadas e sem poder de compra semelhante ao que passaram a ter, a partir desse *boom* do consumo, como ponderado. Provavelmente, membros das chamadas classes C mais baixas. Da mesma forma, possivelmente, conta-se, ainda, com alguns antigos membros da chamada classe D, os ainda mais desabonados, mas que, com muita batalha, conseguiram elevar seu poder de consumo. Portanto, são pessoas que trabalham bastante e que, só agora, conseguiram acesso ao mercado de consumo de bens duráveis e de determinados serviços, e passaram a ir além do consumo do básico.

Para Pochmann (2012), o trabalhador que ascendeu economicamente na sociedade e elevou seu rendimento ampliou seu padrão de consumo naturalmente. Mas, ainda segundo Pochmann (2012), ele não poupa; gasta tudo que tem. E, além de despolitizado, é individualista e aparentemente racional quando busca estabelecer sociabilidade capitalista. Ele não se engaja em movimentos sociais, como associações de bairro, partidos políticos, entidades estudantis e sindicais, o que só reforça o caráter puramente mercadológico de sua ascensão. Isso o torna cada vez mais conformado, alienado e domesticável acerca de possibilidades e debates de natureza política e pública (POCHMANN, 2012).

Entendemos, aqui, a crítica de Pochmann, no entanto, não acreditamos que o fato de as pessoas estarem cada vez mais individualistas, imediatistas e despolitizadas, pensando e agindo menos no coletivo e se distanciando da opinião pública, seja uma exclusividade desta ou daquela classe social. Trata-se da sociedade contemporânea sob os ditos neoliberais como um todo. O fato é que a desvantagem da população de baixa renda é maior por conta de seu baixo nível de capital cultural, o que pode ser explicado segundo o raciocínio de Bourdieu.

Bourdieu (2004a, 2004b, 2011) defende que o acúmulo de capital cultural – conhecimentos, diplomas, vivências “legítimas”, transferidos pelo processo educacional e convívio familiar, ao longo da vida – é decisivo quanto à classificação de um indivíduo na sociedade. E que, somado aos capitais econômico e social, culmina na posse de um capital simbólico capaz de definir a posição e as relações dessa pessoa em seu meio, sobretudo em termos de classe social e de processos de dominação.

Outros dados apontam que aumentou o papel da mulher no mercado de trabalho, diminuiu o desemprego, subiu o poder de compra do salário mínimo dessas pessoas e se ampliaram os programas de garantia de renda e da difusão do crédito ao consumo, além das



famílias menos abastadas que passaram a ter menos membros⁸⁰ (PARENTE; LIMEIRA; BARKI, 2008).

Segundo Parente, Limeira e Barki (2008), as mulheres têm mais tempo de estudo que os homens nesse estrato e isso se reflete muito na educação que os pais procuram dar aos seus filhos, tal como o capital cultural da família, a qual é tida como um porto seguro para essas pessoas, que valorizam bastante a união e o bem-estar de todos os seus. Inclusive, a rede de sociabilidade dessas pessoas tende a se organizar em seus espaços de convivência, que são a vizinhança, o bairro, a escola, a igreja, o bar, a praia.

Os jovens de baixa renda – que representam grande parte desse estrato – “já que há 75 milhões de brasileiros das classes C, D e E com menos de 25 anos” (AZEVEDO; MARDEGAN JR., 2009, p. 13) –, com maior acesso à informação, formação superior à de seus pais e mais conectados, são formadores de opinião na família e na comunidade e compõem grande parte do número de eleitores no Brasil (CADERNO, 2012).

Em termos mais comportamentais, essa “classe média” seria caracterizada pela importância dada à necessidade do trabalho duro, continuado e com ética, pela afirmação de não desejar o estilo de vida das elites, pelo desejo de cultivar respeito próprio e de ser respeitada pelos outros e pelo “mundo”, sendo este mundo, no entanto, ainda muito restrito a seus espaços de convivência, à família, ao bairro e às suas preocupações mais imediatas (COMPÊNDIO, 2011).

A referida “classe média” ingressava cada vez mais no ensino superior, mas, principalmente, nas faculdades privadas, as quais não deviam nem ser tão caras, nem tão exigentes. As pessoas buscavam o diploma, mas não vislumbravam, de fato, a aplicabilidade dos conhecimentos e das práticas adquiridos em suas vidas. Ao mesmo tempo em que existia preocupação maior em se melhorar o futuro, este não podia ser profundamente trabalhado e, por isso, viria a se tornar um tanto enigmático. Para essa “nova classe média”, havia que se cuidar com tanta dedicação do presente que não restavam condições para se pensar no futuro (COMPÊNDIO, 2011).

⁸⁰ Uma redução que se observa, paulatinamente, na configuração sociodemográfica brasileira e que atinge a população como um todo. Contudo, essa redução ainda se observa em menor expressividade do que nas famílias das classes mais elevadas.



Percebia-se que as pessoas que compunham a população de baixa renda buscavam dignidade e inclusão através do consumo – isso era um luxo. Para elas, luxo seria a idealização de uma vida confortável e isso corresponderia a terem uma casa boa, um carro novo e a poderem consumir o que desejassem, as coisas básicas do cotidiano e que, outrora, eram a elas inacessíveis – tratava-se do luxo de ter acesso ao consumo.

Para a “nova classe média”, luxo era poder ter um cartão de crédito para entrar em uma loja e comprar, em parcelas a perder de vista, eletrodomésticos, móveis, roupas de marca, produtos de beleza, dentre tantos outros bens, inclusive de alto valor agregado, cuja prática de consumo já era comum às classes superiores. Luxo seria, portanto, poder usufruir daquilo que lhe é de “direito” e de “merecimento”, já que se trabalhava e se lutava tanto. E, por trás desse “direito”, estava o ato de consumir (IPSOS MARPLAN; ETHOS, 2011).

Há cerca de 30 anos, foram lançados os cartões de crédito (BAUMAN, 2008). A partir daí, já se imaginava o que viria adiante. Sua proposta sempre girou em torno da ideia de uma antecipação da realização dos desejos, do gozo, da realização, do não mais adiar planos e sonhos, uma vez que, agora, seria possível comprar e usufruir e pagar depois, parceladamente, sem sofrimento, sem privações, sem exclusão (BAUMAN, 2010). Crédito seria um direito do cidadão, teria a ver com dignidade.

No entanto, diante do *boom* daquela inserção na “sociedade de consumidores”, da descoberta da maravilha da acessibilidade ao consumo, da possibilidade de realizar sonhos e planos, a população de baixa renda consumiu demais a crédito, parceladamente. Chegou um momento em que realizar seus sonhos e gozar agora para pagar depois já não eram coisas tão simples, por conta das dívidas já contraídas – crédito é empréstimo.

Na medida em que esses consumidores de baixa renda iam adquirindo bens que proporcionassem e estivessem associados à ideia de conforto, *status*, beleza e bem-estar, eles iam se comprometendo e ficando endividados. Mas sempre buscariam manter seus nomes “limpos” a fim de poderem continuar consumindo, para poderem continuar garantindo o acesso à dignidade e à cidadania e o pertencimento à sociedade (BAUMAN, 2010).

A questão é que essas pessoas, em sua maioria, tinham grande dificuldade em fazer cálculos matemáticos, mensurar juros, preços finais totais – devido à baixa escolaridade –, e não tinham muito poder de barganha por serem menos abastadas e, assim, submetiam-se a tarifas e juros mais altos e acabavam acumulando inúmeras prestações, o que comprometia bastante a sua manutenção nessa “cadeia de acessibilidade” (BAUMAN, 2010).



Mas a proposta da “sociedade de consumidores” é justamente essa. Como explica Bauman (2010), na “sociedade de consumidores”, os lucros são advindos da exploração dos desejos de consumo e a ideia é de que as necessidades nunca sejam satisfeitas de fato; elas são evocadas e, cada vez mais, o consumo de bens dá a sensação de uma momentânea satisfação e felicidade, de uma plenitude e de um sentimento de inclusão, dignidade e cidadania. E, assim, ampliam-se sempre novas necessidades.

O LULISMO E A CLASSE EMERGENTE

Segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (FORNAZIERI, 2012, n.p.):

[...] a partir dos séculos 19 e 20 o uso do sufixo “ismo” disseminou-se “para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos, através de nomes próprios representativos, ou de nomes locativos de origem...”. No campo da política, portanto, o sufixo “ismo” associa-se a um corpo doutrinário ideológico, filosófico ou religioso de caráter sistêmico e coerente.

Sendo assim, no caso do lulismo, podemos dizer que o nome do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva – costumeiramente chamado de Lula – associou-se ao sufixo “ismo”, sugerindo um movimento político ou ideológico em torno de seus vínculos, enquanto presidente, de solidariedade com o povo brasileiro, principalmente com os mais pobres. Essa é a ideia mais defendida para a tese da existência do lulismo: uma ligação com os mais pobres (FORNAZIERI, 2012).

O lulismo, em sua origem, não é um movimento político. Esboçou-se a partir de um governo. Nasceu como tentativa de gerenciamento do Estado e da governabilidade política. Referia-se, portanto, ao campo estrito da engenharia política, não se constituindo num projeto de desenvolvimento. [...] Teve início na campanha de 1994, mas atingiu sua configuração como engenharia política em 2002, quando se arquitetou a campanha presidencial, cristalizando-se com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, em junho daquele ano (RICCI, 2010, p. 23).

Contudo, para Fornazieri (2012), o lulismo está longe de ser efetivamente um movimento doutrinário e ideológico de fato. Para este, o que aconteceu foi um processo eleitoral com condições específicas. O eleitorado, na ocasião, era pragmático e não seguia ideologias, como em outrora. Ele votava no governo que lhe proporcionasse bons resultados e foi assim na eleição de Lula, em 2002, e na sua reeleição, em 2006. Não importava ser de esquerda ou de direita; o povo queria bons resultados (FORNAZIERI, 2012).

O lulismo, contudo, forja-se a partir da vitória de Lula à Presidência da República. Já havia sinais de parte de seus elementos na mudança de paradigma dos programas de governo que Lula apresentou nos pleitos de 1994 e 1998. Esboçou-se com maior nitidez na primeira gestão de Lula, amparada inicialmente pela Carta ao Povo Brasileiro (2002) e pelo gerenciamento político sob a guarda do então ministro da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira. Mas foi na campanha de 2006 (que reelegeu Lula) e do primeiro ano da sua segunda gestão que o lulismo ganhou sua roupagem final” (RICCI, 2010, p. 11).



Em meio às críticas, para Fernando Henrique Cardoso, o lulismo representa “um apelo aos pobres e uma prática de conciliação geral das classes”. Já Francisco de Oliveira – sociólogo brasileiro e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores – acredita que o lulismo é uma “funcionalização da pobreza para manter a exploração”. Por outro lado, o professor de filosofia Véliz Rodríguez afirma que o lulismo “é uma variante do populismo e uma prática patrimonialista de uso do Estado para fins políticos”. E, por sua vez, André Singer – cientista político, professor e jornalista brasileiro, além de ex-porta-voz do governo Lula – lulismo “é um realinhamento eleitoral que implica a articulação dos segmentos mais pobres da população como a nova base social de apoio a Lula e, em parte, ao PT” (FORNAZIERI, 2012, n.p.).

Este foi o paradoxo social e político real do governo Lula. Ele foi expresso em uma dimensão do país, junto à massa de pobres que aderiu pessoalmente ao presidente, como *lulismo* e em outra face das coisas nacionais como pragmatismo e grande liberdade *liberal*, tanto para a economia quanto para os velhos e conhecidos bons negócios da fisiologia e do amplo patrimonialismo brasileiro mais tradicional [...] renovado agora pelas novas demandas de um capitalismo financeirizado (AB’SÁBER, 2011, p. 12, grifos do autor).

Em seu livro *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, André Singer (2012) defende a tese de que o lulismo é um fenômeno político que ocorreu no Brasil em torno do ex-presidente Lula e de que o termo nasceu durante a sua campanha presidencial, em 2002, representando o afastamento de suas ideologias e propostas de governo de elementos importantes do programa de esquerda do PT – Partido dos Trabalhadores até o final de 2001, abandonando, assim, determinadas ideias tipicamente petistas, que envolviam organização e mobilização, propondo, em lugar disso, transformações que não confrontariam o capital.

O lulismo não rompe objetivamente com este sistema. Ao contrário, apoia-se no presidencialismo de coalizão que reafirma a dualidade política. E incorpora as massas até então marginalizadas socialmente (a mais significativa mudança ao longo de sua gestão) pelas mãos do Estado, eliminando qualquer controle social ou sistema integrado de participação dos beneficiados na gestão das ações estatais. [...] O lulismo opera a partir da integração – pela tutela do Estado – das massas urbanas e rurais ao mercado de consumo de classe média, que historicamente formaram linhagens de pobres e marginalizados, formando uma árvore genealógica do ressentimento, cinismo e desconfiança em relação à política e à institucionalidade pública vigente. O que constitui um apelo à empatia entre as políticas de transferência de renda, a população que ascende ao mercado de consumo mais sofisticado e o próprio lulismo (RICCI, 2010, p. 17).

CARTA AO POVO BRASILEIRO

Ao nos referirmos à Carta ao Povo Brasileiro, assinada por Lula, em 22 de junho de 2002, responsável pelo diferencial em suas propostas de governo presidencialista, no melhor estilo lulista, seguindo sua estratégia de inserção e inclusão social da grande massa popular



no mercado de consumo, vale a pena descrever sua estrutura conceitual, baseada em compromissos. Segundo Ricci (2010, p. 36-37), os compromissos giravam em torno dessas propostas:

- a) A redução da vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas;
- b) Combinação do incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas;
- c) Conjunto de reformas estruturais (reforma tributária, que desonere a produção; reforma agrária, que assegure a paz no campo; reforma previdenciária; reforma trabalhista);
- d) Políticas estruturais que combatam o déficit habitacional, combatam a fome e a insegurança pública;
- e) Governabilidade: o documento revela uma preocupação nítida com a construção da governabilidade, denotando uma vocação a compreender a gestão Lula como pautada por uma tendência à coalizão nacional;
- f) Respeito aos contratos e obrigações do país: este é o ponto mais significativo e original do documento se comparado à tradição petista, revelando uma forte inflexão na história petista. O documento afirma que a premissa com a transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país, a segurança dos investidores não especulativos e o equilíbrio fiscal.

Mas, se ainda houvesse questionamento acerca do que se tratava mesmo aquela Carta, Ricci (2010) explica que se referia a uma declarada mudança de perspectiva política e estratégica do PT, comparando-se, principalmente, com a linha seguida pelo partido em 1989 e início dos anos 1990: um discurso que enfatizava compromissos de estabilidade econômica e política, que aumentavam a competitividade internacional do Brasil.

O GOVERNO DE LULA

Com a candidatura à presidência da República e a eleição de Lula, já estando dentro da ordem, o lulismo não tinha mais uma expressão partidária, preferindo o caminho da conciliação com vários setores brasileiros, o que se deu muito pelo carisma particular de Lula. Desse modo, havia uma peculiar contradição nesse governo: tratava-se de um pacto social conservador de manutenção da política econômica do governo anterior – do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) – juntamente com as ações políticas distributivas do governo Lula (2003-2010). O objetivo da conciliação controversa de Lula estava em apaziguar conflitos sociais através da redução da pobreza e da desigualdade, mas sem alterar problemas estruturais sociais para não entrar em conflito com os interesses econômicos da elite conservadora (SINGER, 2012).

O que chamava a atenção era o fato de que Lula havia, em suas propostas de governo, alterado profundamente o projeto inicial petista, o qual se orientava pela lógica dos movimentos sociais que emergiram nos anos 1980 e que sustentavam uma certa autonomia política, com um discurso anti-institucionalista e anticapitalista. O discurso da época era



popular e enfatizava a questão da inclusão social e política das massas mais pobres e marginalizadas, excluídas pelas estruturas hegemônicas do país, os exilados do campo, migrantes rurais, moradores das periferias dos grandes centros urbanos, um povo desassistido. Argumentos de ênfase moralista e embasados pelo viés da injustiça social, apoiado, ainda, pelas organizações progressistas da Igreja, sobretudo a católica (RICCI, 2010).

Singer (2012) apresenta o paradoxo que foram, para o PT, as propostas do governo Lula – em seu viés originário petista, de militante e combatente anticapitalista, a um controverso socialismo conciliador que faz parte da ordem. Quando Lula encontra o subproletariado – despossuídos e deserdados, desfavorecidos de renda, acesso e direitos –, nasce o lulismo, na medida em que estas pessoas encontram no programa de Lula uma grande oportunidade de mudar de vida e sair da condição de luta pela sobrevivência. O programa de Lula envolvia políticas sociais massificadas, como transferência de renda (SINGER, 2012).

Dessa maneira, o lulismo se consolidou em três matrizes principais: a do pragmatismo sindical, criando um sindicalismo”; a do vanguardismo e burocratismo partidário; e a do gerenciamento do mercado (RICCI, 2010). Com as propostas de um novo sindicalismo, os sindicalistas defendiam que o lugar da política era na sociedade, e não no Estado. Assim, construiu-se uma nova Central Única dos Trabalhadores – CUT, com dirigentes rurais e urbanos, os quais, inclusive, tiveram suas diferenças exaltadas e não conseguiram se ver sob uma representação única.

Outra poderosa, e bastante explorada pela propaganda política, estratégia de construção em torno do pacto social lulista foi a política das bolsas sociais, que se articulou à expansão do crédito popular e deu à população mais pobre do país a ideia de cidadania plena, o que, certamente, não aconteceu, ocorrendo, apenas, a ilusão de pertença social, via baixo consumo, que oferecia realização e felicidade (AB’SÁBER, 2011). Tratava-se, para Ab’Sáber (2011), de um golpe econômico e social do governo neopopulista de mercado.

No ano de 2002 e nos 4 anos do primeiro mandato de Lula – de 2003 a 2006 –, o núcleo de apoio mais importante a Lula migrou das classes médias para o subproletariado. Aquelas seguiram para o PSDB. Com a reeleição de Lula, em 2006, para o seu segundo mandato – de 2007 a 2010 – e com a eleição da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2010, para seu primeiro mandato – de 2011 a 2014 –, o fenômeno do lulismo se confirmou junto ao subproletariado, como uma proposta de realinhamento eleitoral (SINGER, 2012). As políticas sociais de Lula ecoavam cada vez mais, sobretudo pelas esferas mais populares, tomando conta da arena



política e se fazendo ressoar nos demais partidos políticos – até mesmo os da oposição – que quisessem alcançar aquela parcela da sociedade. Políticas sociais passaram a ser prioridade no governo de todos (SINGER, 2012).

Singer (2012) defende fortemente que grande parte da população ganhou com a sua integralização no mercado de trabalho e de consumo e que a miséria começou a ser superada, enquanto o subproletariado conseguiu galgar espaços na sociedade que lhes confeririam *status* social. O que, também, não é de todo um equívoco, mas Singer (2012) não tinha uma postura muito crítica em sua obra acerca do governo Lula.

Assim, o governo Lula atuou com uma proposta de “reformismo fraco”, ou seja, de não incomodar muito o grande capital, e, até mesmo, favorecendo-o. Essa era a postura de Lula, o conciliador que mediava as classes, trabalhando sua imagem de “paz e amor”. Até porque o subproletariado, segundo Singer (2012), nunca concordou muito com a ideologia petista originária anticapitalista e de apoio a greves, por exemplo. O que se queria era segurança, o que requereria de Lula um conservadorismo histórico na figura autoritária da ordem. O que passou a acontecer, então, não era uma despolitização ou desmobilização, mas a questão é que a luta deixou de ser entre proletariado e capital e passou a ser entre pobres e ricos (SINGER, 2012).

Para Fornazieri (2012), de fato, o lulismo contribuiu para uma integração do capitalismo no Brasil, porém, em condições precárias e informais. O proletariado passou a batalhar pelo futuro, engrossando os circuitos do capital, trabalhando e consumindo, chamando para si os fluxos do mercado interno, fortalecendo a economia do país desde baixo (FORNAZIERI, 2012).

O que Ab’Sáber (2011) mostra é que, ao todo, as bolsas brasileiras jamais ultrapassaram 1% do PIB, variando de R\$ 22 a, no máximo, R\$ 200. O economista planejador do Ipea Sergei Soares (AB’SÁBER, 2011, p. 23), em 2010, afirmou que “Entre as 12,7 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 7,4 milhões encontram-se na faixa de renda entre R\$ 70 e R\$ 140 mensais por pessoa da família”. Contudo, o que se destaca mesmo, para Ab’Sáber (2011, p. 23), é que “Destas, 4,4 milhões (35% do total dos beneficiários) superaram a condição de extrema pobreza com o pagamento do benefício. Mas ainda restam 5,3 milhões de miseráveis no país”.

Por isso, Ab’Sáber (2011) acusa a manipulação de sentido dos significantes “pobreza”, “miséria”, “extrema pobreza” e “classe média” no governo Lula. A cultura desse governo foi



a da universalização do consumo, “criando” o sujeito do consumo, livres para seu primeiro vínculo com a mercadoria, mas não com a cidadania nem com o conhecimento livre ou crítico. A subjetivação estava se fazendo por meio do sonho e do desejo de consumo (AB’SÁBER, 2011).

Contudo, Fornazieri (2012) alerta que a preocupação deve ser com as condições subjetivas do lulismo em relação a esse proletariado, pois mais parece que este é tratado como uma massa alienada e passiva, pronta a reproduzir a ordem, já que não se vê algo novo, de verdade, sendo feito para essa “classe”. O que Fornazieri (2012) está colocando em discussão é o fato de que a proposta do lulismo parecer, simplesmente, ser acabar com o proletariado, tornando-o os novos burgueses, através da inclusão social, porém, de modo acrítico. Tratar-se-ia de uma “nova classe” de verdade, de um novo trabalhador, de uma nova esquerda? Fornazieri (2012) acreditava que havia muito que se discutir ainda e muito a ser feito, de fato, pelo proletariado.

De acordo com o Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (SINGER, 2010) – , entre 2003 e 2008, a pobreza extrema reduziu de 15% para 10% da população, enquanto a pobreza absoluta caiu em proporção similar, o que fez cair para 23% o total de brasileiros nessa faixa de renda. Enquanto, no governo de FHC, o número de brasileiros abaixo da linha de pobreza era de metade da população, no governo Lula, este número caiu para cerca de um terço (SINGER, 2010).

O lançamento do Bolsa Família, em outubro de 2003, seguido pela expansão do crédito popular e pela valorização do salário mínimo, iniciada em 2004 foram as três medidas que deram partida para a recuperação da economia fortalecendo o mercado interno de consumo de massa (SINGER, 2012).

Depois, o fato de Guido Mantega seguir para o Ministério da Fazenda, em 2006, e a crise financeira internacional de 2008 fortaleceram o lado popular de Lula. Houve aumento substancial do salário mínimo em 2006, de 14%. E no segundo mandato em torno de 30%. O salário mínimo, para muitos, foi um grande fator para a redução da pobreza (SINGER, 2012).

75% do consumo que fazia crescer a economia vinha das famílias, o que mostrava que o aumento do poder aquisitivo das famílias de baixa renda estava impulsionando a economia. As empresas estavam investindo para aproveitar as oportunidades e se expandindo no mercado, o que gerava mais empregos, favorecendo o consumo ainda mais (SINGER, 2012).



Realmente, o lulismo favoreceu a emergência de um novo estrato social – mais da metade da população do país, 190 milhões de pessoas, ascendeu para o que o governo chamava de nova classe média, devido aos programas de transferência de renda e ao aumento do salário mínimo (RICCI, 2010). E era com esse estrato social que Lula falava, pessoas que não seguiam teorias ou ideologias, que estavam, cada vez mais, descrentes com a política, e que mantinham vínculos comunitários e familiares fortes, socialmente falando. O processo de modernização de Lula foi, de certo modo, conservador, propondo mudanças, mas sem grandes alterações nos padrões de desigualdade, sem abrir espaço para sujeitos autônomos, com direitos, ou seja, cidadãos. Esse era o conservadorismo popular proposto e aplicado por Lula junto ao proletariado brasileiro, aquele que recebia menos de dois salários mínimos por mês (RICCI, 2010).

Conforme Ricci (2010), no primeiro mandato de Lula, em 2003, um levantamento permitiu que se notasse que as políticas sociais propostas estavam se limitando, até então, ao programa Fome Zero, que era composto por cartão-alimentação, distribuição de cestas básicas, criação de restaurantes populares e banco de alimentos, compra direta de alimentos, construção de poços artesianos, distribuição de leite, alfabetização, habitação popular e ações estruturais, como a reforma agrária.

O programa Fome Zero dizia respeito à garantia de renda mínima e ao aumento do salário mínimo, como uma política antipobreza destinada a compensar a imensa desigualdade social do Brasil. No início, as famílias recebiam um cupom de até R\$ 250, para trocar por comida em determinados estabelecimentos, mas como isso não estava funcionando bem, em janeiro de 2004, o programa Fome Zero se fundiu aos programas Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola e Auxílio-Gás e compunham um único programa, por meio de um cartão, o Bolsa Família. Assim, o programa foi mais bem administrado e mais eficiente. Rapidamente, o número de famílias beneficiárias cresceu: em 2003 eram 3,6 milhões, e em 2006, eram 11 a 12 milhões, o que fez o governo afirmar que entre 50 e 60 milhões de brasileiros saíram da pobreza nesse período (BOURNE, 2009).

Em 2004, porém, Lula teve sua grande primeira adversidade no governo – o caso Waldomiro Diniz, homem de confiança do ministro José Dirceu e que estava sendo acusado de ter negociado com bicheiros favorecimentos em concorrências, em troca de propinas e contribuições para campanhas eleitorais. Essa denúncia, sem dúvida, acabou atingindo o governo federal e Lula, mexendo com a imagem de partido extremamente ético do PT e de um gerenciador eficiente do governo que estava sendo o presidente Lula (BOURNE, 2009).



Analisando seus dois primeiros anos de governo, Lula era insuficiente em relação ao que propunha em sua campanha presidencial. A reforma previdenciária continuava nos mesmos moldes de gastos públicos que tinha no governo FHC; o programa Fome Zero não estava satisfatoriamente articulado em suas frentes organizadoras a fim de fazer tudo funcionar eficazmente; o programa Primeiro Emprego só havia empregado um candidato, até então; e a reforma agrária não cumpria as metas de assentamento (BOURNE, 2009).

Em 2005, o grande episódio que abalou o governo Lula e o lulismo foram as denúncias do Mensalão, que dizia respeito a um escândalo de corrupção política de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, que se estendeu de 2005 a 2006. Esse caso envolveu membros do PT e de outros vários partidos políticos. Além das acusações originárias do Mensalão, outros eventos vieram à tona acusando esquemas clandestinos de arrecadação financeira para o PT (BOURNE, 2009).

A crise de 2005, por conta do Escândalo do Mensalão, atingiu drasticamente a imagem do PT, bem como a de Lula, e fez com que se levantassem algumas bandeiras em prol de seu *impeachment*. Todos se perguntavam até que ponto o presidente sabia de tudo aquilo ou se havia acontecido “debaixo de seu nariz”, pois, caso ele não soubesse, seria um administrador negligente, e, caso soubesse, seria um cúmplice (RICCI, 2010).

Aquele clima de tensão preocupou bastante Lula, principalmente quando ele se preparava para candidatura à reeleição. Mas aquela crise produziu um movimento do governo de Lula específico para seu segundo mandato. Lula entrou de vez na gestão do seu governo, o PMDB também entrou para o governo, tornando-se cada vez mais fiel ao governo Lula, o PT estava sendo punido exemplarmente pelos casos de corrupção comprovados, e seu carisma estava sendo ainda mais aplicado à exaustão. Lula, então, estava partindo para uma relação direta com as populações marginalizadas do país, sem mediação de intermediários, como lideranças de entidades de representação social, por exemplo (RICCI, 2010).

As críticas eram muitas a Lula, sobretudo a essa ênfase aos programas sociais de transferência de renda. Levantamentos do primeiro mandato demonstram que “suas políticas sociais pareciam ser mais melhorativas do que dramaticamente redistributivas”. Desse jeito, aqueles auxílios pareciam mais ser assistencialistas, que promoviam a dependência, em vez de gerar empregos e treinamentos (BOURNE, 2009, p. 181).

Em 2006, tanto Lula como seu governo já não tinham mais a mesma imagem. Porém, para os eleitores pobres, segundo Bourne (2009), a questão da ética era menos importante que



a disponibilidade de empregos e os pagamentos do Bolsa Família. Lula, assim, reforçava, com seu carisma, sua imagem de populista nacionalista, de “amigo sincero dos pobres” (BOURNE, 2009).

Em suas críticas, Bourne (2009) afirmava que Lula não discutia sobre política, ele “arregimentava fiéis”, e parecia, às vezes, um tanto arrogante, sugerindo-se à população como um mártir. Contudo, tomou um choque de realidade ao não ganhar as eleições à presidência da República no primeiro turno, em 2006. Por isso, enfatizou mais sua imagem de “paz e amor” e insistiu na ideia de se fazer justiça e de se punirem os culpados do caso Mensalão, fossem eles do PT ou não.

No dia 21 de outubro de 2006, em um programa de TV (BOURNE, 2009, p. 272-273), Lula afirmou com veemência: “A justiça social também amplia e fortalece a classe média. [...] O Brasil está vendo a emergência de uma nova classe média. Se eu for reeleito vou dar atenção especial a esse grupo”. Um conflito de classes parecia se formar no Brasil entre ricos e pobres, e Lula, acusado de estar tentando dividir o país, defendeu-se: “Eu não quero dividir nada. Eu cresci pobre. Se pudesse escolher, eu não teria ricos e pobres. Só ricos”. Contudo, ao vencer as eleições de 2006, no segundo turno, contra o candidato Geraldo Alckmin, Lula afirmou que aquela era uma vitória dos que estavam embaixo sobre os que estavam no topo (BOURNE, 2009, p. 273).

Nas eleições de 2002, houve segundo turno e, neste, Lula teve 52.788.428 votos contra 33.366.430 votos para José Serra. Já em 2006, também no segundo turno, Lula ficou com 58.295.042 votos, enquanto Geraldo Alckmin teve 37.543.178 votos. O candidato Alckmin teve, além do voto dos mais ricos da população, o voto dos eleitores de classe média baixa, o que costumeiramente se chama de classe C no mercado. Em pesquisas de intenção de voto, nas vésperas do primeiro turno, na faixa da população que detinha mais de dois a cinco salários mínimos de renda familiar mensal, Alckmin quase empatou com Lula. Contudo, entre os eleitores de baixíssima renda (até dois salários mínimos de renda familiar mensal), Lula estava com uma vantagem de 26 pontos percentuais sobre Alckmin. Por isso que se diz que o Brasil se dividiu entre ricos e pobres. Lula estava com os eleitores de baixíssima renda e Alckmin, com os de renda mais alta. Esse movimento de uma camada social específica que deslocou eleitores de baixíssima renda e de classe média, em 2006, fortaleceu o que se chamou lulismo. Em 2002, os votos para Lula ainda não tinham nenhuma definição de estrato social (SINGER, 2010).



Iniciando seu segundo mandato, em 2007, Lula começou a implantar mudanças estratégicas: promoveu fóruns internacionais específicos, para negociações de comércio mundial, passou a ser ativo no G20 e, assim, começou a ser levado mais a sério (SINGER, 2010).

Porém, no ano de 2008, o governo Lula enfrentou os efeitos da crise internacional no país. Com a crise, o reflexo no Brasil trouxe uma redução na receita do governo. Natural seria cortar as despesas, mas isso empurraria a economia para baixo. Então, a estratégia foi de reduzir o superávit primário para preservar o crescimento e o bem-estar da população. As importações baratas ajudaram a controlar os preços internos, o que garantiu o poder de compra dos consumidores, sobretudo os de baixa renda. O real em alta favorecia a importação de produtos e as viagens internacionais pela tradicional classe média. Por outro lado, os empresários industriais, o proletariado fabril e os exportadores não estavam satisfeitos, pois queriam ganhar mais com o que vendiam. Assim, o governo tomou a medida de impor um imposto de 2% sobre o capital especulativo, em 2009, e isso impediu a valorização ainda maior do real (AB’SÁBER, 2011).

A ampliação do crédito no segundo mandato (de 25% para 40% do PIB) obrigava o sistema financeiro a emprestar dinheiro ao público. Com carteira assinada e acesso ao crédito, os brasileiros de baixa renda puderam comprar geladeiras, aparelhos de televisão, computadores, carros, casas financiadas em longo prazo. Os capitalistas aumentaram a produção, tiveram maiores lucros e criaram laços maiores com os trabalhadores (AB’SÁBER, 2011).

No governo Lula, 10,5 milhões de vagas com carteira assinada surgiram, para esse novo proletariado, mas em condições precárias. De acordo com a CUT (SINGER, 2010, n.p.), em 2010, “Apesar dos 10 milhões de novos empregos gerados, o mercado de trabalho brasileiro se caracteriza por elevadas taxas de rotatividade, desemprego e de informalidade”. Para a CUT, havia muita fragilidade no sistema de relações de trabalho (SINGER, 2010).

A burguesia pressionava o governo para contenção de gastos. Os assalariados exigiam investimentos nos serviços públicos, como saúde e educação. Os empresários defendiam a privatização da saúde e da educação (AB’SÁBER, 2011). Jessé Souza (2015) chama atenção para o fato de a sociedade brasileira encarar como “natural” a extrema desigualdade; é exatamente a luta neoliberal: a classe média tradicional desejava a liberdade dos capitais, o corte dos gastos públicos, uma reforma trabalhista que retirasse direitos dos trabalhadores,



enquanto o proletariado, por sua vez, desejava o aumento dos gastos públicos na direção de um Estado de bem-estar, transformação dos programas sociais em direitos do cidadão.

A PASSAGEM DO BASTÃO

Lula seguiu, dessa forma, até o final de seu segundo mandato, em 2010, quando apoiou a candidata Dilma Rousseff à presidência da República – que, inclusive, havia sido ministra da Casa Civil nesse segundo mandato –, cujo programa de governo tinha como proposta central eliminar a miséria extrema naquela década que se iniciaria em 2011, por meio da valorização do salário mínimo, da ampliação dos programas de transferência de renda e do reforço do papel do Estado na economia, induzindo investimentos privados e projetos de infraestrutura, o que levaria à diminuição do desemprego (AB’SÁBER, 2011).

Dilma conseguiu uma imagem própria para o seu governo, evitando o que muitos temiam, que ela ficasse à sombra de Lula, todavia, seu governo não estava tendo muitos adeptos. Safatle (2013, n.p.) disse: “[...] talvez estejamos assistindo, com o governo Dilma, ao esgotamento do lulismo. [...] cujo sintoma mais evidente é o fato de Dilma Rousseff parecer encaminhar-se para ser a gerente de um lulismo de baixo crescimento”.

O fato é que, com o governo Dilma, acreditou-se que, no plano econômico, a continuidade daquele crescimento do governo Lula bastaria. Mas os níveis de desigualdade continuavam brutais. Assim, o crescimento só traria ainda mais problemas para um país emergente como o Brasil. Com a riqueza circulando nas mãos de uma parcela restrita da sociedade, com demandas de consumo ostentatórias, o governo foi incapaz de implantar algo que modificasse a situação – uma política de impostos sobre a renda, sobre grandes fortunas, sobre o consumo conspícuo etc. – e, assim, a parcela mais rica puxava o custo de vida para cima. O governo, então, parou de pensar na desigualdade como um problema central da sociedade brasileira. Os salários continuavam baixos e o governo mantinha uma relação conturbada com os sindicatos. O governo acabou por estimular os processos de oligopolização e cartelização da economia, sobretudo com financiamento do BNDES, o que favoreceu o processo de concentração, com uma economia de diversos setores controlada por cartéis e serviços de má qualidade e preços extorsivos (SAFATLE, 2013).

Dilma, em sua estratégia política, optou pela centralização, descartando sua capacidade de discutir alternativas e se afastando dos núcleos de debate da sociedade civil (SAFATLE, 2013). E, em 2013, estourou uma onda de protestos em massa nas ruas do país. Em 2014, Dilma se preparava para as eleições à presidência, para seu segundo mandato, ao se



iniciar em 2015 e, para isso, contava com o apoio de Lula, figura carismática que reforçava as propostas de governo de Dilma, que foi reeleita, mas em uma situação não muito confortável. O Brasil já não era o mesmo e o lulismo estava abalado.

Assim, Dilma seguiu em um governo conturbado, em meio a protestos e uma tensa e séria crise que se instalava no país, enquanto a população e diversos setores da política pediam seu *impeachment* (o que findou ocorrendo em 2016) em meio a denúncias.

CONCLUSÃO

O papel da figura de Lula é inegável no processo do lulismo a que se tentou dar continuidade por meio do governo de Dilma e isso envolve um “carisma pop”, como chama Ab’Sáber (2011), ao se referir ao carisma de Lula junto às camadas populares, mas também a uma certa postura acrítica, apaixonada e seguidora da população em torno daquele líder que é o “salvador” dos “pobres oprimidos” a quem ninguém, antes, tinha se dado o trabalho de olhar, apenas ele, Lula, um igual, um ser humano que já havia sido pobre e sabia exatamente o que significava isso.

E, quando se fala em carisma, é natural associá-lo às postulações Max Weber (2005) em sua Teoria das Estruturas de Dominação, em que o sociólogo apresenta os tipos puros de dominação legítima: legal – baseada em regras criadas racionalmente –; tradicional – baseada no conformismo e na tradição –; e carismática – baseada na confiança pessoal, na liderança e autoridade inatas.

Segundo Weber (2005), o carisma permitiria o exercício de uma forma de poder embasada na influência sobre os outros e isso tinha algo de extraordinário, exatamente aplicado para o contexto de desencantamento do mundo, quando as crenças tradicionais em mágicas e espiritualidade se perdem, em nome da ciência e da racionalização. A intelectualização, por meio da ciência, colocaria o conhecimento acima da crença e da fé.

O carisma de Lula lhe conferia a imagem de político “imantado *pelo deslocamento do fetichismo da mercadoria sobre si próprio*” (AB’SÁBER, 2011, p. 87, grifo do autor) e, assim, ele escapava de “todo controle público, ou avaliação crítica” (AB’SÁBER, 2011, p. 87). O sociólogo José de Souza Martins (RICCI, 2010) analisou, já em 2002, o discurso de Lula e o classificou como sedutor, devido à aparência de Lula de líder carismático, de alguém que é igual a todos os outros, com um dever social, porém, sendo, então, igual, mas diferente, já que havia sido “escolhido”, quase como “em sacrifício”.



Por outro ângulo, as estratégias de Lula eram de enfrentamento da pobreza e da exclusão social mediante a adoção de programas de garantia de renda mínima. A ideia era transformar aquele que era pobre em consumidor, mesmo que em condições não muito favoráveis (MACEDO; BRITO, 2004).

No início do governo Lula, a chamada classe C – como também era conhecida a nova classe média que emergia daquele milagre econômico proporcionado pelas estratégias políticas de Lula – era responsável por 27% das compras de eletrônicos no Brasil, de acordo com dados do IBGE (AB’SÁBER, 2011). Porém, ao final do governo, em 2010, esse estrato social já estava em 45%. Além disso, em 2002, as classes A e B consumiam 55% dos eletrônicos no país e, em 2010, 37%, já que as classes C, D e E passaram a consumir 63%, ainda conforme dados do IBGE (AB’SÁBER, 2011). Assim, essa população de baixa renda estava totalmente do lado de Lula (AB’SÁBER, 2011, p. 25), como descreve o autor: “convencidos de que eram felizes podendo sentir o gosto de uma TV de plasma comprada em trinta meses, não havia porque existir, de modo algum, oposição política ao governo do então presidente”.

Diante de tais fatos, torna-se inquestionável a estreita relação do lulismo com o *boom* do consumo e do estrato de baixa renda emergente, tão valorosamente intitulado de “nova classe média brasileira”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB’SÁBER, T. **Lulismo**: carisma pop e cultura anticrítica. São Paulo: Hedra, 2011.
- AZEVEDO, M. da R.; MARDEGAN JR., E. **O consumidor de baixa renda**: entenda a dinâmica de consumo da nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BAUMAN, Z. **Vida a crédito**: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004a.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.
- BOURNE, R. **Lula do Brasil**: a história real, do Nordeste ao Planalto. São Paulo: Geração Editorial, 2009.



CADERNO Vozes da Classe Média. [2012] Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

COMPÊNDIO Classe Média em Números. [2011] Disponível em: <www.sae.gov.br/novaclassemedia/?p=48>. Acesso em: 14 ago. 2017.

COSTA, G. [2012] **Especialistas divergem sobre ascensão da nova classe média.** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/2012/10/especialistas-divergem-sobre-ascensao-da-nova-classe-media>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FORNAZIERI, A. [2012] **‘Lulismo’, um conceito equívoco.** Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,lulismoumconceitoequivocoimp,93756>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

IPSOS MARPLAN; ETHOS. **O luxo da acessibilidade:** classe C no Brasil. São Paulo: 2011.

MACEDO, M. de A.; BRITO, S. R. de. **Transferência de renda:** nova face de proteção social? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

NARDI, S. **A nova era do consumo de baixa renda:** consumidor, mercados, tendências e crise mundial. Osasco: Novo Século Editora, 2009.

NERI, M. **A nova classe média:** o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

PARENTE, J.; LIMEIRA, T. M. V.; BARKI, E. (Orgs.). **Varejo para a baixa renda.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

RICCI, R. **Lulismo:** da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

SAFATLE, V. [2013] **Os impasses do lulismo.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-impasses-do-lulismo>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SINGER, A. **O lulismo e seu futuro.** [2010] Piauí Folha de S. Paulo. 49. ed. out. 2010. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-lulismo-e-seu-futuro/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. [2016] Entrevista especial com Jessé de Souza. **Nova classe média:** um discurso economicista. IHU - Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516686-nova-classe-media-um-discurso-economicista-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>>. Acesso em: 10 abr. 2018.



_____. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VOLPI, A. **A história do consumo no Brasil: do mercantilismo à era do foco no cliente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.



CAPÍTULO 30

POLÍTICA E ESTÉTICA NO PENSAMENTO DE JACQUES RANCIÈRE

DOI: 10.47402/ed.ep.c202294930061

Maximiliano Gonçalves da Costa

RESUMO

Refletiremos como se dá as relações entre política e estética segundo o pensamento de Jacques Rancière, para demonstrarmos como elas estão imbricadas, pois ambas se relacionam, naquilo que ele chama partilha do sensível. Afinal, o regime estético da arte não é uma esfera completamente independente e auto referencial, mas que implica em si mesmo uma determinada política. Será nesta perspectiva que nos valeremos de diversos textos do autor, como entrevistas, artigos, obras para apresentarmos nossa contribuição nessa reflexão entre política e estética.

PALAVRAS-CHAVE: Rancière, política, estética, arte, partilha do sensível

Partimos do pressuposto que para Jacques Rancière a relação entre política e estética estão unidas de maneira intrínseca e inseparáveis, isto é, por assim dizer o núcleo de seu pensamento. Para mostrarmos tal relação, se faz necessário saber o que cada uma significa. Devido a riqueza do seu pensamento, podemos dizer que cada um desses termos pode ser definido de diversos modos. Pois, segundo o autor se “pretende separar as propriedades positivas de uma coisa das “ideias” que os homens se tem sobre elas” (Rancière, 2009, p. 10). Segundo Rancière, a relação entre estética e política se dá por meio do conceito “partilha do sensível”.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e artes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005a, p. 15).

Neste caso, a partilha diz respeito a um “comum” e ao mesmo tempo a um “lugar de disputas” por esse mesmo comum, disputas essas que se baseiam na diversidade das atividades humanas e, que definem “competências ou incompetências para a partilha” (Rancière, 2005a, p. 16). Essa provocação feita pelo autor nos chama atenção para o lugar da arte na sociedade, pois ela se desdobra num regime representativo e estético. Neste sentido, a política é estética, pois se consolida no mundo sensível, da mesma forma que as artes. Logo, a estética e política são formas de organizar o sensível.



Para Rancière a estética está na base da política, pois esta estrutura fundante tem uma organização que ele denomina de comum, ou seja, uma dimensão por excelência estética. Esse comum não seria uma realidade a priori universal, mas, ele é produzido para ser um espaço de produção. Além disso, é organizada como uma forma de partilha do sensível. Esta partilha seria uma apropriação do comum que pode se apresentar como um arcabouço de funções e papéis que já foram definidos por critérios de legitimação ou deslegitimação. A partilha do sensível é uma ação de posse do comum, que como dimensão estética da experiência sensível se organiza com uma hierarquia de fazeres e competências, que não deixa de ser uma hierarquia de visibilidades, a partir do momento que o comum não se abriu seu centro a alguns e que privou a outros, organizando-se no tempo e espaço. Ele afirma: “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte do comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (Rancière, 2005a, p. 16). Neste caso, seria uma ação que é política e estética concomitantemente. Percebemos que a preocupação do autor é demonstrar a dimensão estética da política, sua teoria “lida com tempo e espaço como formas de configuração do nosso "lugar" na sociedade, de distribuição do comum e do privado e de designação a todos de seu próprio lugar” (Rancière, 2019, p. 5).

Na partilha do sensível entendemos que estética e política estão imbricadas. Esta conceituação expressa a ordenação social dos modos de fazer, de visibilidade e de dizer, que revelam uma dimensão estética à medida que esta ordenação estabelece modos de ver e sentir. A estética encontrou por assim dizer uma dimensão política, pois poderá reconfigurar este ordenamento, abrindo assim, possibilidades para novos modos de sentir e ver. A arte, aqui entendida como estética, é fruto daquilo que se vive no dia a dia.

Segundo a visão de Rancière a política não é um princípio e exercício do poder e luta pelo poder, mas é toda a configuração de um espaço específico, a circunscrição de uma esfera particular de experiência, de objetos colocados como comuns e que dizem respeito a uma decisão comum, de sujeitos considerados capazes de designarem esses objetos e argumentar sobre os mesmos (Rancière, 2005b, p. 18). Logo, se a política trata da configuração de um espaço comum, ocupado por objetos comuns para uma série de sujeitos, e a arte prefigura através de suas obras, um novo espaço comum, material e simbólico, então, de maneira efetiva a arte cumpre uma função política. Nisso se dá a partilha do sensível, ao se pensar em uma “distribuição e redistribuição de lugares e identidades, uma partilha de espaços e tempos, do visível e do invisível, do ruído e da linguagem” (Rancière 2005b, p. 19). Sendo assim, podemos afirmar que a política consiste em “reconfigurar a partilha do sensível, em introduzir



novos sujeitos e objetos, em tornar visível o que não era, em escutar como seres dotados de palavra àqueles que não eram considerados nada mais do que animais ruidosos, barulhentos” (Rancière 2005b, p. 19). A arte é política pelo seu conteúdo, não porque se reconhece por usar de temas políticos, afinal ela não tem uma perspectiva explícita política. É a arte pela arte, sendo assim ela é mais autêntica e mais política do que qualquer outra coisa:

A arte não é política em primeiro lugar pelas mensagens e sentimentos que transmitem sobre a ordem do mundo. Não é política tão pouco pela forma em que representa as estruturas da sociedade, dos conflitos, ou das identidades dos grupos sociais. É política pela distância mesma que guarda com relação a estas funções, pelo tipo de tempo e espaço que estabelece, pela maneira em que divide esse tempo e povoa esse espaço. (RANCIÈRE, 2005b, p. 17).

A política na arte segundo a visão de Rancière é entendida como a partilha do sensível, que é essencial a arte. Por isso ele afirma, “arte e política não são realidades permanentes e separadas das que se trataria de perguntar-se se devem ser postas em relação. São duas formas de partilha do sensível dependentes uma da outra, de um regime específico de identificação” (Rancière 2005b, p. 19). Porém, essa política como reconfiguração da partilha do sensível, se dá pela distribuição desigual entre iguais. A lógica estabelecida pelas partilhas desiguais ou a ordem da dominação, “estabelecida como natural”, são perpassadas por conflitos e lutas com o desejo da igualdade. Nesse ponto, o autor afirma que a igualdade é trabalhada como o ponto de partida para nutrir as lutas de natureza política e não um objeto a ser alcançado, ou uma meta que nunca se chega. Para Rancière, a igualdade, como um axioma não determinado, fundamenta a formação dos campos políticos de determinação, mas sendo precedente a todos eles (Rancière, 2000).

A igualdade está na base das relações estabelecidas no campo comum das ações que ali acontecem. Portanto, se faz necessário enfrentar a desigualdade que é estabelecida. Deste modo, atualizar o princípio de igualdade na distribuição do sensível, significa alcançar as relações de subordinação envolvidas no campo da ação, ou seja, nas manifestações, dizeres, atividades constituídas nas relações de desigualdade. Nesta perspectiva é necessária uma política igualitária que consistiria numa redistribuição do sensível.

Sendo assim, a luta política é também estética, pois ela se dá como crítica e resistência que contesta a um determinado tipo de partilha do sensível que já foi estabelecido. Daí vem a necessidade de uma reorganização da partilha do sensível. Por isso, que o autor vê a dimensão política da arte na medida que esta ocasiona um deslocamento e/ou reestruturação numa determinada forma de partilha do sensível. Na sua obra *A Noite dos Proletários* (Rancière, 1988) o autor apresenta o movimento operário como um movimento estético, pois nele há o



esforço de reconfigurar a partilha do tempo e do espaço, onde a forma de trabalhar foi definida, sendo assim, definiu também uma soma de relações.

As relações entre a atividade dos trabalhadores - localizada em um espaço privado e em uma alternância temporal definida entre trabalho e descanso - e uma forma de visibilidade equivalente à sua invisibilidade pública; relações entre suas práticas e a pressuposição de um certo tipo de corpo, de capacidades e incapacidades daquele mesmo corpo - a primeira das quais sendo a incapacidade de verbalizar sua experiência como uma experiência comum na linguagem universal da argumentação pública. (RANCIÈRE, 2019, p. 6).

O autor mostra que o eixo de emancipação da classe trabalhadora consistia numa revolução estética, cujo núcleo era o tempo. Pois, o trabalhador não tinha tempo para nada, a não ser o trabalho, não poderia ler. Na perspectiva platônica que Rancière usa, o cerne seria distribuição do sensível, neste caso a partilha do tempo. Onde os trabalhadores teriam tempo para trabalhar durante o dia e dormir durante a noite, sendo assim, a noite poderia fazer algo, além de dormir. Esta partilha do tempo foi de fundamental importância para o que o autor chama de reconfiguração da partilha da experiência, num processo de des-identificação (Rancière, 2019, p. 6). Os operários poderiam ocupar-se de uma outra atividade produtiva, para Rancière a dimensão política não estava no fato, que de tal forma poderia ser visto como político, mas no fato de recusar a sua condição, outra coisa do que era ditado pelo papel social, desta forma, era possível ocupar um outro lugar na partilha do sensível.

A conceituação até aqui apresentada sobre a partilha do sensível é importante, pois ela se refere a uma “estética primeira” (Rancière, 2005a, p. 17) que coloca em questão as práticas estéticas, que é vista pelo autor como forma de visibilidade da práxis das artes, do tempo e lugar que estas ocupam no comum. Sendo assim, Rancière propõe o conceito de “Regime das Artes”, apontando três regimes: o regime ético das imagens, o poético ou representativo e o estético das artes.

Um regime estético é um sistema de concordâncias entre as maneiras de fazer dos artistas, os modos de percepção e as formas de pensabilidade do que eles fazem. A arte é também o que se vê e o que se pode pensar enquanto arte, sendo esse o motivo por que reflito sobre esta coerência global de um conjunto de práticas e sobre as suas formas de visibilidade e de identificação. Oponho-me, portanto àqueles que afirmam que existe de um lado a arte, que é uma prática, e do outro as teorias, que se lhe acrescentam. (RANCIÈRE, 2009b, apud CACHOPO, 2013, p. 23).

Para falar sobre o regime ético das imagens, o primeiro, o autor se refere a Platão na sua crítica aos artesãos terem lugar nas assembleias, e à crítica ao teatro e a escrita. Para Rancière, a crítica ao teatro não poderia ser entendida como crítica à ficção, mas como crítica feita a participação política dos artesãos, isto é, por não ser possível da fazerem as duas coisas concomitantemente. No caso do teatro, este misturaria a divisão dos espaços no comum,



colocando assim a produção de “fantasmas” no centro, quando, somente os responsáveis pela produção da verdade e da virtude deveriam ter legitimidade para ocupar este espaço. Assim também seria com a escrita, na medida em que circulasse por todos os lugares, ondem pudessem ler os textos, produziria uma deslegitimação dos critérios que definia, que devia ou não falar. Nesta perspectiva, Rancière afirma que neste regime a identificação do lugar da arte é submetida às imagens e uma hierarquia delas.

Platão não submete, como é dito com frequência, a arte à política. Essa distinção em si não faz sentido para ele. Para Platão, a arte não existe, apenas existem artes, maneiras de fazer. E é entre elas que ele traça a linha divisória: existem artes verdadeiras, isto é, saberes fundados na imitação de um modelo com fins definidos, e simulacros de arte que imitam simples aparências. Essas imitações, diferenciadas quanto à origem, o são em seguida quanto à destinação: pela maneira como as imagens do poema dão às crianças e aos espectadores cidadãos uma certa educação e se inscrevem na partilha das ocupações da cidade. É neste sentido que falo do regime ético das imagens. Trata-se, nesse regime, de saber no que o modo de ser das imagens concerne ao *ethos*, à maneira de ser dos indivíduos e das coletividades. E essa questão impede a “arte” de se individualizar enquanto tal (RANCIÈRE, 2005a, p. 28-29).

O autor exorta que é preciso se atentar ao vício habitual de projetar sobre o passado uma autonomização da arte que só pode se realizar no regime estético das artes. Logo, estaria equivocado afirmar que Platão submete as artes à política, ou que condena e diminui a arte. O que há são artes entendidas como fazeres, que inclusive formam imagens, nas quais Platão propõe uma hierarquia no que diz respeito à sua origem e destinação.

O regime poético, ou representativo das artes, o segundo regime apresentado pelo autor, este identifica às artes ao binômio *poisis/mimesis*, que não se limita a automatizar as artes em virtude de sua relação com o princípio mimético, mas exprime essa autonomia com uma ordenação hierárquica das atividades, funções e das competências coletivas e individuais.

Denomino esse regime poético no sentido em que identifica as artes- que a idade clássica chamará de belas-artes – no interior de uma classificação de maneiras de fazer, e conseqüentemente define maneiras de fazer e apreciar imitações benfeitas. Chamo-o representativo, porquanto é a noção de representação ou de *mimesis* que organiza essas maneiras de fazer, ver e julgar. Mas, repito, a *mimesis* não é a lei que submete as artes à semelhança. É, antes, o vinco na distribuição das maneiras de fazer e das ocupações sociais que torna as artes visíveis. Não é um procedimento artístico, mas um regime de visibilidade das artes. Um regime de visibilidade das artes é, ao mesmo tempo, o que autonomiza as artes, mas também que o que articula essa autonomia a uma ordem geral das maneiras de fazer e das ocupações. Precisamente o que eu evocava acima a propósito da lógica representativa. Esta entra numa relação de analogia global com uma hierarquia global das ocupações políticas e sociais (RANCIÈRE, 2005a, p. 31-32).

O terceiro é o regime estético das artes, que é identificado por meio de um modo de ser sensível que lhe é próprio. Ou seja, o modo singular do objeto artístico, que através de suas características próprias se separaria dos demais objetos, de caráter ordinário. Esta



autonomização da arte que é produzida, como uma espécie de vida própria conferida ao objeto artístico, isso identifica as artes às maneiras pelas quais a vida se dá a partir de si mesma. Rancière diz que a arte é de um lado autonomizada, e de outro, passa a ocupar um lugar quase que de geradora da vida. Assim, a arte passa a ter uma relação com o fundamento do mundo e de todas coisas, completamente inédita e distinta de tudo aquilo que até aqui foi chamado de arte. Neste sentido de compreensão, agora, Arte passa a ser denominada com A maiúsculo.

A palavra “estética” não remete a uma teoria da sensibilidade, do gosto ou do prazer dos amadores de arte. Remete, propriamente, ao modo de ser específico daquilo que pertence à arte, ao modo de ser de seus objetos. No regime estético das artes, as coisas da arte são identificadas por pertencerem a um regime específico do sensível. Esse sensível, subtraído a suas conexões ordinárias, é habitado por uma potência heterogênea, a potência de um pensamento que se tornou ele próprio estranho a si mesmo: produto idêntico ao não-produto, saber transformado em não-saber, *logos* idêntico a um *pathos*, intenção do inintencional etc (RANCIÈRE, 2005a, p. 32).

Podemos ver que o pensamento de Rancière não propõe apenas uma teoria ou um instrumento de compreensão do fenômeno artístico, mas na sua amplitude alcança uma dimensão do humano na formação da comunidade em que se vincula a distribuição e a partilha do sensível na constituição do comum. Afinal, essa conceituação será a chave para a interpretação da estética como uma realidade autônoma, porém vinculada a própria vida corrente.

Diante disso, o autor nos apresenta o conceito de polícia que é entendido como um tipo de partilha do sensível, que instaura e regula os espaços de ser, decidir e fazer. Isso, desde a esfera administrativa onde a polícia estabelece um certo modo de ordem do visível, do que se diz e faz; regula o persistente contraponto entre linguagem e ruído. O ponto mais importante a propósito da argumentação sobre a polícia, tem a ver com a impossibilidade de pensar os processos heterogêneos dentro do “*sensorium comum*”. Toda vez que estes já estão previamente questionados e estabelecem a partilha do comum se apoiarão sobre aquilo que Rancière chama de consenso. Este consenso segundo ele seria uma comunidade do “sentir”, onde está incluso os dados a partir dos quais se decidem acordos e desacordos, que consideram objetivos e inquestionáveis. Logo, acordos e desacordos que significam escolhas entre diferentes maneiras de questionar as possibilidades oferecidas por este estado de lugares que se impõem de forma semelhante a todos (Rancière, 2005, p. 58).

Este modo de partilha do sensível, que o autor chama de polícia, pode ser compreendido como uma política de consenso, que num sentido estrito, constitui uma negação da política, pois reduz a multiplicidade à ideia de uma representação desde a classe política e dissolve o conflito em diferenças negociáveis. Uma política de modo consensual entraria,



então, a efetivar um processo particular de invisibilização, pois ao ter regimes de visibilidades e de inclusão de maneira sectária, gera uma dinâmica de exclusão: o visível se opõe ao invisível num sentido muito mais forte que a simples relação entre as contradições; quando uma coisa se faz visível, simultaneamente há outra coisa que é invisível. Essa é uma característica do pensamento de Rancière, toda vez que se trata de um modo de visibilidade que suprime as sobras da política, pretende com isso limpar a cena comum dos sujeitos e das formas “arcaicas” da divisão em benefício a gestão dos responsáveis, dos interesses comuns negociados entre os grupos envolvidos (Rancière, 2005, p. 59).

Rancière diz que essa forma de assepsia, supressão, traz como consequência a tecnocracia como modo de governar. Em meio a uma política de consenso se privilegia um aperfeiçoamento na gestão do governo, que é chamada pelo autor de “capacidade do maior número”. Ele chama atenção que o problema policial da tecnocracia não passa, somente, pelo feito em si mesmo, de que se privilegia a gestão e administração da vida sobre o que seria o exercício propriamente político; mas anexo a esse processo de tecnocracia se desdobra um paralelo de despolitização das relações que se estabelecem na comunidade. Esta lógica de partilha do sensível supõe modos de exclusão, que oscilam entre a linguagem (fala, discurso) e o ruído, o que está dentro e o que está fora. Se consolidam, naquilo que Rancière chama, de uma percepção de alteridade que já não está mediada politicamente, mas se manifesta em fenômenos de frustração, violência e rejeição ao outro (Rancière, 2005, p. 59).

Isso resulta particularmente num problema para a política de consenso, ao assumir os dados em que os acordos e desacordos acontecem como objetivos e inquestionáveis, abre assim um caminho sem volta ao essencialismo, do qual Rancière busca se distanciar. A política de consenso (a polícia) agindo assim no modo de partilha do sensível, se torna absolutamente oposta para o que constituiria a verdadeira “política”, portanto se faz necessário tomar a ideia de dissenso para interpretar a própria política.

Refletir sobre esta partilha do sensível que se dá de maneira desigual entre iguais, nos leva a entender a política como uma reconfiguração desigual dessa partilha, diante de uma ordem que domina. Desta forma, a igualdade deve ser trabalhada como o ponto de partida a nutrir as lutas de natureza política e não uma meta a ser alcançada. Segundo Rancière a igualdade, como princípio, axioma, não determinado, embasa a constituição dos campos políticos de determinação, porém é anterior a todos eles. (Rancière 2000). A igualdade deve ser a base das relações que se estabelecem no âmbito comum, consequentemente das práticas e expressões que ali se realizam. O autor nos provoca a pensar que se a distribuição do sensível



se dá de maneira desigual, logo, se faz necessário atualizar o princípio de igualdade, para isso precisamos chegar às bases das relações, ações, atividades, dizeres, manifestações permeadas pelas situações de desigualdades que lhe são próprias. Diante dessa provação se deve ter um pensar e um agir que realize uma política igualitária, que consistiria numa redistribuição do sensível.

Partindo dessa premissa, Rancière afirma que a política tem como força motriz o dissenso, o desentendimento, no qual se almeja buscar a atualização do princípio de igualdade entre os envolvidos. Sobre o desentendimento político ele afirma:

O desentendimento se refere ao que é ser um ser que se serve da palavra para discutir. As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que os constituem como objeto (RANCIÈRE, 1996a, p. 13).

Esse conceito não se refere ao desconhecimento ou ignorância, que exigiria explicações e saberes complementares, nem mesmo a um mal entendimento fruto da imprecisão de termos ou vocábulos. Não se alude apenas às palavras, mas também àquele que fala, a sua situação, de quem fala, o que fala e de onde fala. O autor apresenta a diferenciação entre linguagem (fala) e ruído, “logos” e rumor, pois aqui reside a causa do desentendimento, pois “não diz respeito apenas às palavras. Incide geralmente sobre a própria situação dos que falam” (Rancière 1996a, p. 13). Esse desentendimento abarca por assim dizer, a racionalidade da situação das palavras, quando aqueles que as pronunciam “entendem e não entendem a mesma coisa nas mesmas palavras” (Rancière 1996a, p. 13). Aqui entra em jogo um embate sobre o objeto de discussão, os elementos que a constitui e sua designação.

Para Rancière a racionalidade própria da política é o que ele chama racionalidade do dissenso. Ou seja, o fazer político por meio do dissenso, rompe com a configuração dada ao estado de coisas, que foi dado de maneira natural, onde as relações de dominação encontram-se firmadas ou cristalizadas, são capazes de mudar os destinos e lugares ali definidos.

Sob o nome de dissenso, é, portanto, esse modo de racionalidade que tentarei pensar. A escolha desse termo não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria. Minha hipótese é, portanto, a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum pela própria divisão. (RANCIÈRE, 1996b, p. 368).

O autor ressalta que isso é uma luta sobre o sensível. Esse dissenso gera deslocamentos e pode ser diagnosticado nas ações, como por exemplo, dos operários do século XIX:

Pode ser a desses operários do século XIX que colocam em razões coletivas relações de trabalho que só dependem de uma infinidade de relações individuais privadas.



Ou ainda a desses manifestantes de ruas ou barricadas que literalizam como "espaço público" as vias de comunicação urbanas. Espetacular ou não, a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos (RANCIÈRE, 1996a, p. 42-43).

Por mais que uma comunidade política tenha em si, sempre o exercício do poder para manter seu estado, nem sempre nela se efetiva o desentendimento, por conseguinte, a política. Rancière diz que nem toda greve, revolta, ou até mesmo movimento social seja político. Pois, os mesmos podem ser impulsionados por motivos conservadores do "status quo", ao estado da partilha e da dominação em vigor. Sendo assim, serão partícipes dos planos de domínio e controle, isso o autor chama de "polícia". Para Rancière, nem sempre as lutas existentes, por mais que sejam por interesses dispares são necessariamente políticas, pois estas podem existirem para reforçar as desigualdades existentes e promoverem outras. De acordo com o autor, essas ações só serão políticas quando de fato, conseguirem conter as relações desiguais vigentes (Rancière 1996a, p. 42-43), isso é causado pelo dissenso, que provoca uma fratura nas formas sensíveis da comunidade.

A política, em última instância, repousa sobre um único princípio, a igualdade. Só que esse princípio só tem efeito por um desvio ou uma torção específica: o dissenso, ou seja, a ruptura nas formas sensíveis da comunidade. Ele tem efeito ao interromper uma lógica da dominação suposta natural, vivida como natural. Esse efeito é a instituição de uma divisão ou de uma distorção inicial (RANCIÈRE, 1996b, p. 370).

Para Rancière a política não pode ser entendida meramente como um arcabouço de processos administrativos, jurídicos, executivos... O que tradicionalmente se chama "política" e diz ter a ver com uma série de ordenamentos necessários, que legitimam um certo modo de partilha do sensível, que determinam os modos de fazer e as posições no tecido social; é reinterpretada pelo autor com a ideia de "polícia".

O que chamo de polícia é, mais fundamentalmente, o recorte do mundo sensível que define, no mais das vezes implicitamente, as formas do espaço em que o comando se exercer. É a ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis ao determinar primeiramente a visibilidade mesma das "capacidades" e das "incapacidades" associadas a tal lugar ou a tal função (RANCIÈRE, 1996b, p. 372).

Segundo o autor, a política não possui em si mesma, elementos ou questões que lhe são próprias, nem mesmo a igualdade, que poderia ser considerada seu único princípio não lhe é própria, pois tudo que ela faz "é dar-lhe uma atualidade sob a forma de caso, inscrever, sob a forma de litígio, a averiguação da igualdade no seio da ordem policial" (Rancière 1996a, p. 44). O caráter político de uma ação, segundo Rancière, não está em seu objeto ou lugar onde acontecem, mas em sua forma, "a que inscreve a averiguação da igualdade na instituição



de um litígio, de uma comunidade que existe apenas pela divisão. A política encontra em toda parte a polícia” (Rancière 1996a, p. 44).

Nessa relação entre política/polícia, Rancière apresenta o conceito de poder. Ele diz que tudo é político, pois em tudo há relações de poder; pode-se chegar à conclusão de “um tudo é policial” um “tudo é político” (Rancière 1996a, p. 44). Sendo assim, o autor conclui que isso não é bom, pois, se tudo é político, nada o é. Ele afirma isso para dizer que a ordem policial vai além das instituições e técnicas existentes e especializadas, porque uma coisa em si não é política, somente pelo fato de exercer relação de poder. O que ele chama de polícia não pode ser confundido, ou até mesmo ser tomado como sinónimo do que vem a ser o aparato do Estado. Segundo Rancière, para que uma coisa seja política é necessário “que suscite o encontro entre a lógica policial e a lógica igualitária, a qual nunca está pré-constituída” (Rancière 1996a, p. 44).

A política se apresenta então como um problema de reconfiguração dos espaços característicos do modelo policial.

Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagônica à primeira: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela. Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (RANCIÈRE, 1996a, p. 42).

Portanto, diante de uma trama de ocupações e discursos já estabelecidos e legitimados, próprios do cenário consensual, que se opõem a um novo tipo de práxis, pede-nos um repensar a partilha do sensível a partir do dissenso. Segundo o autor, para essa atividade é o que poderia ser entendido como política, pois está intimamente ligada a ideia da parte daqueles que não têm parte. Diante disso, é necessário, uma redistribuição do sensível, na qual os que não tem voz sejam contemplados também. Neste sentido, a política é estética, pois tem a ver diretamente com configuração desse sensível comum. É precisamente esta ideia de estética que nos permite compreender o sentido que Rancière dá a política, conceito chave no qual ele se baseia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de analisarmos todo esse contexto segundo o pensamento de Jacques Rancière concluímos que arte e estética estão intimamente ligadas a política. Nisto podemos ressaltar dois pontos: o primeiro, como vimos no pensamento estético do autor, a partilha do sensível



tem um lugar privilegiado. A estética está intimamente ligada à realidade, portanto, o sensível, como categoria fundamental da estética, não estaria relacionado apenas com o mundo da arte, mas também com o mundo em geral: político e social. Neste sentido, o sensível implica um conjunto de realidades que afetam nossa percepção.

O sensível se desdobra no contexto da arte para alcançar as outras esferas perceptíveis. Assim nasce o imperativo da sua distribuição, partilha. Nestes termos, o mundo social em toda sua amplitude estaria permeado por este sensível. Esta partilha do sensível visa destacar, tornar visível um “comum” onde todos tenham uma ampla participação. Mas, segundo Rancière, o lugar “comum” afeta a percepção das formas, espaços e tempos, com que se configura uma circulação do sensível. A partilha do sensível se torna então a dimensão política da estética, que visualiza o “comum”, onde cruza as diferentes vozes que poderia reconfigurar a noção de política. Por isso, reafirmamos que estética e política estão imbricadas e são inseparáveis. Na base da política há sempre uma estética.

Por fim, o segundo, Rancière propõe uma nova partilha (redistribuição) do sensível que seja capaz de contemplar a todos, principalmente aqueles que não tem voz e nem vez, alcançando as diversas esferas: social, cultural, política, artística. Isso implica em uma outra perspectiva de visão estética da política. Pois, para o autor, a estética hoje mais do que nunca, serve para pensar a política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CACHOPO, João Pedro. *Momentos estéticos: Rancière e a Política da Arte*. AISTHE, Vol. VII, nº 11, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários*. Arquivos do sonho operário. Trad. Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *O desentendimento*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996a.

_____. *O dissenso*. In NOVAES, Adauto. São Paulo: Companhia das Letras- Brasília: Ministério da Cultura- Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996b.

_____. *Literature, Politics, Aesthetics: Approaches do Democratic Disagreement*. Substance n.92, 2000, Interview by Solange Guénoun and James H. Kavanagh, 2000.

_____. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental. 2005a.

_____. *Sobre políticas estéticas*. Barcelona, Museo d’Art Contemporani de Barcelona y Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2005b.



_____. *La palabra muda*. Traducido por Cecilia González. - 1a ed. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2009a.

_____. *Et tant pis pour les gens fatigués*. Entretiens. Paris: Amsterdam, 2009b.

_____. *Da Política à Estética. "From Politics to Aesthetics"*. In: Paragraph, v. 28, n. 1, pp. 13-25. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2005. Tradução Luiz Baez e Daniel Lampert. In. ALCEU Revista de Comunicação, Cultura e Política – PUCRio. V. 20- n. 38- jan-jun/2019.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

Ciências Humanas e Sociais:

Aproximações interdisciplinares

JOÃO PAULO HERGESEL
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

Ciências Humanas e Sociais:

Aproximações interdisciplinares

JOÃO PAULO HERGESEL
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022